SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS

DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE RONDÔNIA

AROM Associação Rondoniense de Municípios

Rondônia , 22 de Outubro de 2025 • Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia • ANO XVII | Nº 4093

Expediente 2023
Associação Rondoniense de Municípios – AROM
MUNICIPALISMO UNIDO, MUNICÍPIO FORTE

Diretoria 2023

Conselho Diretor

Presidente: HILDON DE LIMA CHAVES

Vice-Presidente: MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA

Secretário Geral: CORNÉLIO DUARTE DE CARVALHO

1º Secretário: VALÉRIA APARECIDA MARCELINO GARCIA

Tesoureiro: SIDNEY BORGES DA FONSECA

1º Tesoureiro: ISAÚ RAIMUNDO DA FONSECA

Conselho Fiscal

Titular: EVALDO DUARTE ANTÔNIO

Titular: MOISÉS GARCIA CAVALHEIRO

Titular: VALTEIR GERALDO GOMES DE QUEIROZ

Suplente: ALDAIR JÚLIO PEREIRA

Suplente: PAULO HENRIQUE DOS SANTOS

Suplente: RAISSA DA SILVA PAES

==========

Diretoria FUNDADORA 2011/2012

Conselho Diretor

Presidente: LAERTE GOMES
Vice-presidente: Roberto Eduardo Sobrinho
Secretário Geral: Kleber Calistode Souza
Membros: Eloisa Helena Bertoletti, Daniel Deina, Silvino Alves Boaventura

Conselho Fiscal

Titular: Luiz Gomes Furtado
Titular: Augusto Tunes Plaça
Titular: Valcir Silas Borges

O Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

Contatos com a entidade:
web-site: www.arom.org.br
fam page: facebook.com/arom.org.br
e-mail de contato: arom@arom.org.br

ESTADO DE RONDÔNIA
CIMCERO - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO LESTE DO ESTADO DE RONDÔNIA

PROCURADORIA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 112/2025

Contrato Administrativo nº. 112/2025
Contratante: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Contratada: SESI - Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 03.783.989/0003-07** (unidade de Ji-Paraná).
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Medicina e Segurança do Trabalho a fim de elaborar, implantar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Elaboração do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos de Insalubridade e Periculosidade, Análise e Estudo Ergonômico do Trabalho (AET), Sistema de gestão em SST saúde e segurança do trabalho para envio mensal dos arquivos XML ao E-social e realização os exames de ASO Atestado de Saúde Ocupacional (exames admissionais, demissionais, periódicos, retorno ao trabalho e afastamento e suas validações) e demais exames relacionados para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO.
Valor Estimado: R$ 36.965,00 (trinta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais).
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, contados do dia da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Rondonienses – AROM.
Embasamento Legal: Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº. 14.133/21.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:8C21213D

PROCURADORIA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2025

Contrato Administrativo nº. 113/2025
Contratante: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Contratada: SESI - Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 03.783.989/0007-30** (unidade de Cacoal).
Objeto: Contratação de empresa ou instituição especializada em engenharia e medicina do trabalho e saúde ocupacional para realização de exames e consulta ocupacional de saúde (ASO) para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO.
Valor Estimado: R$ 3.230,00 (três mil, duzentos e trinta reais).
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses contados do dia da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Rondonienses – AROM.
Embasamento Legal: Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº. 14.133/21.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:B9A2E370

PROCURADORIA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 114/2025

Contrato Administrativo nº. 114/2025
Contratante: CIMCERO - Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 02.049.227/0001-57.**
Contratada: SESI - Serviço Social da Indústria – Departamento Regional de Rondônia, inscrito no **CNPJ nº. 03.783.989/0001-45** (unidade de Porto Velho).
Objeto: Contratação de empresa ou instituição especializada em engenharia e medicina do trabalho e saúde ocupacional para realização de exames e consulta ocupacional de saúde (ASO) para atender as

necessidades do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia – CIMCERO.
Valor Estimado: R$ 19.170,00 (dezenove mil, cento e setenta reais).
Vigência do Contrato: 12 (doze) meses, contados do dia da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Rondonienses – AROM.
Embasamento Legal: Artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº. 14.133/21.

Publicado por:
Bruna Moura de Freitas
Código Identificador:3AD4ED09

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 07/2025, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.

SÚMULA

"Dispõe sobre a transferência do ponto facultativo alusivo ao Dia do Servidor Público e a suspensão do expediente administrativo no âmbito da Câmara Municipal de Alta Floresta D'Oeste e dá outras providências."

O **VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE/RO**, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o ponto facultativo alusivo ao **Dia do Servidor Público**, comemorado em 28 de outubro;
CONSIDERANDO a necessidade de dar publicidade acerca da suspensão do expediente no âmbito do Poder Legislativo Municipal em razão do referido feriado;
RESOLVE:
Art. 1º - Fica **transferido** o ponto facultativo alusivo ao **Dia do Servidor Público**, comemorado no dia **28 de outubro**, para o dia **27 de outubro de 2025 (segunda-feira)**.
Art. 2º - Em razão da transferência referida no artigo anterior, **ficará suspenso o expediente administrativo** na Câmara Municipal de Alta Floresta no dia **27 de outubro de 2025**.
Art. 3º - O expediente da Câmara retornará normalmente no dia **28 de outubro de 2025**, ocasião em que será realizada a **31ª Sessão Ordinária**, às 19h, no Plenário da Casa de Leis, nos termos do §2º do Art. 78, do Regimento Interno.
Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Claudomiro Neves da Silva, aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco.

VEREADOR ANDRÉ SELEPENQUE
Vice-Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Willyam Cavalcante
Código Identificador:BC344251

CAMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D´OESTE
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 17-2025-CARONA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Termo de INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 17/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 218/2025

PARTES:
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE - RO
CNPJ: 15.865.017/0001-89
FORNEDOR: NISSEY MOTORS VILHENA LTDA.
CNPJ 04.901.195/0001-00

OBJETO: Aquisição de 01 (um) VEÍCULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA TIPO X, 0KM, POTÊNCIA MÍNIMA DO MOTOR 2.8, CARACTERÍSTICAS GERAIS: ZERO KM; 04 PORTAS; TRAÇÃO: 4X4; TOYOTA HILUX SR 2.8 AT, PARA ATENDER AS NECESSIFDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA D'OESTE.

Aquisição Mediante Carona - Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 105/2025 do Pregão Eletrônico nº. 42/2025-Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia.

VALOR TOTAL: R$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais)

Base Legal: Art. 74, III, f, Lei 14133/21 c/c Resolução nº 002/2025-CMAFO.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.4.90.52.

Alta Floresta D'Oeste - RO, 21 de outubro de 2025.

NATÃ SOARES DA CRUZ
Presidente da Câmara

WALLASCLEY NOGUEIRA PIMENTA
Diretor Administrativo

Publicado por:
Darlene Lopes Haese
Código Identificador:7C0E8664

PODER EXECUTIVO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 56/2025/REGISTRO DE PREÇO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 56/2025/REGISTRO DE PREÇO

A P M de Alta Floresta D'Oeste–RO, através do Pregoeiro torna público que realizará Licitação na modalidade **Pregão Eletrônico/Registro de Preço,** tipo Menor preço por item, que será julgado nos termos da Lei nº. 14.133/2021, aplicando-se as Leis complementares n. 123/2006 c/c 147/2014. Objeto: Aquisição de **PNEUS, FILTROS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS**, mediante a realização de **Pregão Eletrônico por SRP (Sistema de Registro de Preços),** visando à manutenção da frota oficial da Secretaria Municipal de Saúde. O valor estimado da licitação e de **R$587.518,86. Data** da abertura e início da disputa: **04/11/2025 às 10h00min**. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF) LOCAL: www.licitanet.com.br (oficial). O Edital encontrar-se-á disposição dos interessados no site oficial supracitado. www.altaflorestadoeste.ro.gov.br (Portal Transparência) e na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Alta Floresta D'Oeste - RO, sito à Av. Brasil 3044, Bairro Redondo, de Segunda à Sexta Feira, exceto feriados, em horário de expediente das 07h:30min. às 13h:30min, para maiores informações. E-mail:cpl@altafloresta.ro.gov.br Fone: (69)3641-2463

Alta Floresta D'Oeste – RO, 21/10/2025.

CELIA FERRARI BUENO
Agente de Contratação

Publicado por:
Celia Ferrari Bueno
Código Identificador:D9F44DF2

PODER EXECUTIVO
HOMOLOGAÇÃO DE INEXGIBILIDADE DO CAMPEONATO MUNICIPAL FLORESTÃO 2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal de Esporte e Cultura de Alta Floresta D'Oeste, Edson Manoel da Anunciação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Assessoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº:	1144/2025
b) Licitação Nº:	67/2025
c) Modalidade:	Inexigibilidade:
d) Data Homologação:	21/10/2025
e) Objeto Homologado:	Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura (SEMEC) vem, por meio deste, solicitar a liberação de recursos no valor de R$ 16.000,00 (Dezesseis Mil Reais), destinados ao pagamento da premiação referente ao Campeonato Municipal FLORESTÃO 2025, realizada como parte da programação esportiva e cultural do município.

Fornecedor: CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTO - COMDESP
CNPJ/CPF: 12.131.059/0001-06
Valor Total Homologado – R$16.000,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDSON MANOEL DA ANUNCIAÇÃO
Secretário SEMEC

Publicado por:
Mateus Batista Vieira
Código Identificador:FB3F70B8

PODER EXECUTIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2025

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Secretário Municipal de Educação de Alta Floresta D'Oeste, Glicério Bitencourt Queiróz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela assessoria jurídica, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	1122/2025
b) Licitação Nrº :	145/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	20/10/2025
e) Objeto Homologado :	Solicitação de Despesa para aquisição de confecção de camisetas personalizadas para a promoção e realização dos Jogos Escolares Municipal - JOEM 2025.

Fornecedor: L.H.C COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.060.256/0001-57
Valor Total Homologado - R$ 6.860,00

ALTA FLORESTA D'OESTE, 20 de outubro de 2025.

GLICÉRIO BITENCOURT QUEIROZ
Secretário Municipal SEMED

Publicado por:
Josiane Oliveira
Código Identificador:80233984

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria n° 0100/CMAAP/2025
Processo n° 0159/DOF/2025
03 de outubro de 2025
Memorando n°.0159/2025/DOF

O presidente desta Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, ***Valmiro Gomes da Silva****, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela emenda a Resolução n°. 003/97, 26 de março de 1999.*

RESOLVE,

Conceder ao Senhor Vereador **José Rodrigues da Costa**, *portador do RG nº. 4****2 SSP-RO e inscrito no CPF/MF nº.* 4******-04, *Vereador. Solicito autorizar despesa para que o Vereador possa se deslocar até a cidade Brasília-DF.*
O objetivo deslocar-se até a cidade de Brasília-DF, entre os dias 05 a 11 de outubro do corrente ano, com objetivo de cumprir agenda no Congresso Nacional, onde estarei visitando gabinetes dos deputados e senadores para protocolar pedidos de emendas parlamentares, bem como averiguar pedidos anteriormente solicitados. Onde todas as atividades a serem desenvolvidas constam na agenda citada anteriormente e tratam do interesse público. O Edil em deslocamento retorna no dia 11 de outubro, após cumprir agenda do dia.
Arbitrar *e* ***Conceder*** *ao vereador, 06 (seis) diária no valor unitário de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), para cobrir despesas.*

Esta portaria entrara e, vigor na data de sua publicação, aos três dias do mês de outubro do ano de 2025.

Sede da câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente da CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:1D2D600F

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria n° 0101/CMAAP/2025
Processo n° 0160/DOF/2025
03 de outubro de 2025
Memorando n°.0160/2025/DOF

O presidente desta Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, ***Valmiro Gomes da Silva****, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela emenda a Resolução n°. 003/97, 26 de março de 1999.*

RESOLVE,

Senhor **José Antônio Carneiro Lins,** *portador do RG nº. 4.******-0 SSP-RO e inscrito no CPF/MF nº.* 61*******-15, *Vereador. Solicito autorizar despesa para que o Vereador possa se deslocar até a cidade Brasília-DF.*
O objetivo deslocar-se até a cidade de Brasília-DF, entre os dias 05 a 11 de outubro do corrente ano, com objetivo de cumprir agenda no Congresso Nacional, onde estarei visitando gabinetes dos deputados e senadores para protocolar pedidos de emendas parlamentares, bem como averiguar pedidos anteriormente solicitados. Onde todas as atividades a serem desenvolvidas constam na agenda citada anteriormente e tratam do interesse público. O Edil em deslocamento retorna no dia 11 de outubro, após cumprir agenda do dia.
Arbitrar *e* ***Conceder*** *ao vereador, 06 (seis) diária no valor unitário de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), para cobrir despesas.*
Esta portaria entrara e, vigor na data de sua publicação, aos três dias do mês de outubro do ano de 2025.

Sede da câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:4788650D

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria n° 0102/CMAAP/2025
Processo n° 0161/DOF/2025
03 de outubro de 2025
Memorando n°.0161/2025/DOF

*O presidente desta Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, **Valmiro Gomes da Silva**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela emenda a Resolução n°. 003/97, 26 de março de 1999.*

RESOLVE,

Conceder ao Senhor Vereador **Ivanor Fernandes Pereira**, *portador do RG nº. 3******2 PC-GO e inscrito no CPF/MF nº.* 95*******-44, *Vereador. Solicito autorizar despesa para que o Vereador possa se deslocar até a cidade Brasília-DF.*
O objetivo deslocar-se até a cidade de Brasília-DF, entre os dias 05 a 11 de outubro do corrente ano, com objetivo de cumprir agenda no Congresso Nacional, onde estarei visitando gabinetes dos deputados e senadores para protocolar pedidos de emendas parlamentares, bem como averiguar pedidos anteriormente solicitados. Onde todas as atividades a serem desenvolvidas constam na agenda citada anteriormente e tratam do interesse público. O Edil em deslocamento retorna no dia 11 de outubro, após cumprir agenda do dia.
***Arbitrar** e **Conceder** ao vereador, 06 (seis) diária no valor unitário de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), para cobrir despesas.*
Esta portaria entrara e, vigor na data de sua publicação, aos três dias do mês de outubro do ano de 2025.

Sede da câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente da CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:E99BA05F

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria n° 0103/CMAAP/2025
Processo n° 162/DOF/2025
03 de outubro de 2025
Memorando n°.0162/2025/DOF

*O presidente desta Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia **Valmiro Gomes da Silva**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela emenda a Resolução n°. 003/97, 26 de março de 1999.*

RESOLVE,

Senhor **Izaias Jovino,** *portador do RG nº. 4****8 SSP-RO e inscrito no CPF/MF nº.* 5*****87, *Vereador. Solicito autorizar despesa para que o Vereador possa se deslocar até a cidade de Brasília-DF.*
O objetivo deslocar-se até a cidade de Brasília-DF, entre os dias 05 a 11 de outubro do corrente ano, com objetivo de cumprir agenda no Congresso Nacional, onde estarei visitando gabinetes dos deputados e senadores para protocolar pedidos de emendas parlamentares, bem como averiguar pedidos anteriormente solicitados. Onde todas as atividades a serem desenvolvidas constam na agenda citada anteriormente e tratam do interesse público. O Edil em deslocamento retorna no dia 11 de outubro, após cumprir agenda do dia.
***Arbitrar** e **Conceder** ao vereador, 06 (seis) diária no valor unitário de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), para cobrir despesas.*
Esta portaria entrara e, vigor na data de sua publicação, aos três dias do mês de outubro do ano de 2025.

Sede da câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:69709889

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Portaria n° 0104/CMAAP/2025
Processo n° 0163/DOF/2025
03 de outubro de 2025
Memorando n°.0163/2025/DOF

*O presidente desta Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, **Valmiro Gomes da Silva**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela emenda a Resolução n°. 003/97, 26 de março de 1999.*

RESOLVE,

*Conceder, Senhor servidor **Gilson Rodrigues Borges**, portador da Cédula de Identidade sob o nº. 9*****53/SSP/RO e inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº. 81********2-00, na função de motorista.*
O objetivo deslocar-se até a cidade de Brasília-DF, entre os dias 05 a 11 de outubro do corrente ano, com objetivo de conduzir o veículo oficial e auxiliar os vereadores que viajam até a capita do Brasil para cumprir agenda oficial. Onde todas as atividades a serem desenvolvidas constam na agenda citada anteriormente e tratam do interesse público. O servidor em deslocamento retorna no dia 11 de outubro, após cumprir agenda do dia.
***Arbitrar** e **Conceder** ao vereador, 06 (seis) diária no valor unitário de R$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais), totalizando um montante de R$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais), para cobrir despesas.*
Esta portaria entrara e, vigor na data de sua publicação, aos três dias do mês de outubro do ano de 2025.

Sede da câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco.

VALMIRO GOMES DA SILVA
Presidente da CMAAP

Publicado por:
Marco Antonio Rodrigues da Silva
Código Identificador:8446C840

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/CPL/2025

A Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, por meio do **Agente de Contratação nomeado pelo decreto 102/GP/2025**, torna público aos interessados que será realizada licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico**, destinada ao **Registro de Preços**, do tipo menor preço por item, modo de disputa aberto, referente à formação de Registro de Preços para futura e eventual **Contratação de Empresa**

especializada em Locação de Caminhão Munck. Processo Administrativo ID: F8.7AC - 0001915.01.07-2025 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos. Data para abertura do pregão e início da sessão de disputa: **dia 05/11/2025,** a partir das **09:30 h (horário de Brasília – DF)**, no endereço eletrônico www.licitanet.com.br. Valor global: **R$ 738.400,00** (setecentos e trinta e oito mil e quatrocentos reais). Informações complementares e o edital estão à disposição dos interessados no site supracitado, no Portal da Transparência (www.altoalegre.ro.gov.br), e na Sala da CPL da Prefeitura Municipal de Alto Alegre dos Parecis – RO, localizada na Av. Afonso Pena, nº 3370, Bairro Centro, no horário das 07h00 às 13h00, ou pelo telefone/fax (69) 3643-1255, ramal 211.

Alto Alegre dos Parecis - RO, 21 de outubro de 2025.

KÉSIA FERREIRA DA SILVA LAURO
Agente de Contratação

Publicado por:
Shara Felicia de Oliveira Martins
Código Identificador:F096FBEE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 136/2025

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, com objetoa **Aquisição de Material de Consumo (tecidos, fita em lese, passa fita e agulhas),** por meio de empresa especializada, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, especificamente para execução das ações do Programa Mamãe Cheguei.
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A contratação visa adquirir materiais de consumo (tecidos, fitas e agulhas) para atender à Secretaria Municipal de Assistência Social de Alto Alegre dos Parecis/RO, no âmbito do Programa Mamãe Cheguei, desenvolvido em parceria com o Governo do Estado de Rondônia. O programa busca apoiar gestantes em situação de vulnerabilidade, promovendo ações socioeducativas voltadas à confecção de enxovais para bebês. As oficinas têm como objetivos o fortalecimento de vínculos familiares, o protagonismo feminino e o desenvolvimento de habilidades manuais e emocionais. Assim, a aquisição dos materiais é essencial para a continuidade das atividades e está alinhada às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), garantindo um atendimento humanizado e inclusivo às gestantes do município.

DO PREÇO E EMPRESA PROPONENTE:

O valor total dessa contratação é de:**R$ 4.283,22 (Quatro mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte e dois centavos)**.

Empresa:**IRINEU DA SILVA TECIDOS,** nome fantasia **REI DO PANO, CNPJ:00.630.035/0001-04,** localizada na Av. Norte e Sul, N°4800, Centro, Rolim de Moura/RO.

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:

II- Para contratação que envolva valores inferiores **a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),** no caso de outros serviços e compras; **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**-Art. 75,caput, inciso II-**R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).**

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis – RO, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:FC1009F9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 137/2025

OBJETO:
A Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre dos Parecis, com consonante autorização do Sr. Prefeito Municipal, torna público a **Dispensa de Licitação**, com objetoa **Aquisição de Equipamentos Esportivos destinados à Escola de Tempo Integral Severino Batista Costa.**
JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

A presente solicitação tem como objetivo adquirir materiais esportivos para a Escola de Tempo Integral Severino Batista Costa, a fim de equipar a unidade e incentivar a prática de atividades físicas, esportivas e recreativas. Esses materiais são essenciais para o desenvolvimento das aulas de Educação Física e de projetos escolares, promovendo saúde, integração social e bem-estar dos alunos. A medida é justificada pela necessidade de oferecer equipamentos adequados e seguros, que favoreçam o aprendizado, o desenvolvimento integral e a construção de um ambiente escolar mais dinâmico e inclusivo.

DO PREÇO E EMPRESA PROPONENTE:
O valor total dessa contratação é de:**R$ 12.994,30 (doze mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta centavos)**.

Empresa:REDIVO E REDIVO LTDA– CNPJ: **45.238.602/0001-10**, localizada na AV 25 de agosto, n° 4921, bairro Centro, Rolim de Moura/RO.

DA BASE LEGAL:
Art. 75 da Lei Nº 14.133.É dispensável a licitação:

II- Para contratação que envolva valores inferiores **a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),** no caso de outros serviços e compras; **DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024**-Art. 75,caput, inciso II-**R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).**

DA AUTORIZAÇÃO:
Autorizo a presente **RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.**

Alto alegre dos Parecis – RO, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele de Oliveira Gonçalves
Código Identificador:7DB582AA

PROCURADORIA-GERAL
ERRATA EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2025
CONTRATO Nº 054/PGM/2024, DE 21 DE OUTUBRO DE 2024.

ERRATA EXTRATO DO TERMO ADITIVO 004/2025
CONTRATO Nº 054/PGM/2024, de 21 de outubro de 2024.

ONDE SE LÊ:

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato nº 027/PGM/2025;

LEIA-SE:

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato nº 054/PGM/2024;

Alto Alegre dos Parecis, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lusicleia Ferreia Dos Anjos
Código Identificador:5A8C8A83

SAAE - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA DE NOMEAÇÂO

PORTARIA Nº626/2025

alto alegre dos Parecis/RO,21 de outubro de 2025.

"NOMEAR OS SERVIDORES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATO; NERI BIANCHIN E IURY FERNANDA DA SILVA FLORES."

O SAAE de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que cabe à Administração Pública, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;

CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.

CONSIDERANDO que o descumprimento de quaisquer dos deveres atribuídos ao Fiscal do Contrato, implicará na instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade civil, penal e/ou administrativa, além do que ficará responsável por quaisquer ônus decorrentes a
Eventuais multas aplicadas pelo TCE.

CONSIDERANDO que as decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:

I- Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;

II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;

III - Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

IV - Conhecer detalhadamente o instrumento contratual e o edital da licitação a ser fiscalizado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a sua execução; devendo sanar qualquer dúvida com os demais setores competentes da Administração para o fiel cumprimento das cláusulas neles estabelecidas;

V - Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;

VI - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;

VII - controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade;

VIII - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;

IX - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;

X - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;

XI - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, se for o caso;

XII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;

XIII - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

XIV - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;

XV- Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento (medições e no caso de material direto nas obras conferir em conjunto com o almoxarifado e atestar);

XVI - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

XVII- Notificar a contratada para sanar os problemas detectados nos serviços, obras ou para efetuar a entrega dos materiais;
XVIII- Sugerir, ao Prefeito, a aplicação de penalidades quando houver descumprimento de cláusulas contratuais;

XIX- Acompanhar a execução contratual, em seus aspectos quantitativos e qualitativos;

XX - Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do objeto e aplicar as devidas penalidades do contrato;

XXI - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da empresa contratada, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

XXII- Deve rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

XXIII - Exigir e assegurar o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos;

XXIV- Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos (verificar a existência de possível subcontratação vedada contratualmente, por exemplo);

XXV- Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o regime de execução previsto no contrato (o fiscal jamais deve atestar a conclusão de serviços que não foram totalmente executados);

XXVI - Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira decisões ou providências que ultrapassarem sua competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;

XXVII- Deve protocolar, junto à autoridade superior, qualquer registro de dificuldade ou impossibilidade para o cumprimento de suas obrigações, com identificação dos elementos impeditivos do exercício da atividade, além das providências e sugestões que porventura entender cabíveis;

XXVIII- Receber o objeto contratual, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

XXIX- Emitir atestados de avaliação dos serviços prestados (certidões ou atestados);

XXX- Poderá solicitar assessoramento técnico necessário com a devida antecedência;

XXXI - Deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, através de notificações escrita com protocolamento;

XXXII - Não deve atestar serviços não realizados, proceder o pagamento de serviços não executados, expedir notas fiscais "frias" ou em desacordo com o contrato, receber material ou serviço com qualidade inferior à contratada, pagar obras inacabadas ou serviços em desacordo com o projeto básico ou termo de referência, conceder aditivos indevidos;

XXXIII - Se manter informado com relação aos prazos com o responsável pelo envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores, NERI BIANCHIN inscrita no CPF nº 290.***.***-87, como Gestor de Contrato e IURY FERNANDA SILVA FLORES, inscrita no CPF nº 005.***.***-23, como Fiscal de Contrato n°052/PGM/2024, que trata sobre Contratação de empresa especializada em Gerenciamento de Combustível - em favor da empresa CENTRO AMERICA COMERCIO, SERVIÇO, GESTÃO TECNOLÓGICA LTDA inscrito no CNPJ Nº 09.179.444/0001-00 para a autarquia Municipal do SAAE -sistema autônomo de agua e esgoto do Município de Alto Alegre dos Parecis/RO.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir do dia 01 maio de 2025.

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

Publicado por:
Iury Fernanda da Silva Flores
Código Identificador:14DFA201

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 453/2025

DECRETO Nº 453/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.121/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.121/2025, de 21 de outubro de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

02.000 – PODER EXECUTIVO
02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. - R$: 50.000,00
02.003 – 12.361.3.2.015 – 61 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30%. - R$: 50.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

02.000 – PODER EXECUTIVO
02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.003 – 12.367.2.2.103 – 47 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO - R$: 20.000,00
1.540.0070.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%.
02.003 – 12.367.2.2.103 – 48 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - R$: 10.000,00
1.540.0070.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%.
02.003 – 12.367.2.2.103 – 49 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL - R$: 20.000,00
1.540.0070.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 70%.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:403809C0

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 454/2025

DECRETO Nº 454/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.122/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.122/2025, de 21 de outubro de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 187.753,57 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

02.000 – PODER EXECUTIVO
02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
02.003 – 4.122.3.2.034 - 127 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - R$: 187.753,57
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 187.753,57

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

02.000 – PODER EXECUTIVO
02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
02.003 – 99.999.9999.9.999 – 138 - 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS - R$: 187.753,57
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 187.753,57

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:E569E792

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 455/2025

DECRETO Nº 455/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.123/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.123/2025, de 21 de outubro de 2025.
Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 3.728,59 (três mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), *para a seguinte dotação orçamentária*:

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.003 – 12.361.22.1.095 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE – R$ 3.305,26

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.003 – 12.361.22.1.095 – 416 – 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
2.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE – R$ 423,33

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE – R$ 3.305,26

02.000 – PODER EXECUTIVO
02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
02.003 – 12.361.22.1.095 - 415 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – R$ 423,33
2.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE – R$ 423,33

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:E6D2B1CF

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 456/2025

DECRETO Nº 456/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.124/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.124/2025, de 21 de outubro de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de *R$ 10,68 (dez reais e sessenta e oito centavos), para a seguinte dotação orçamentária*:

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
02.003 – 12.361.8.1.156 – 438 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - R$ 10,68
1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE – R$ 10,68

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:B54D6924

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 457/2025

DECRETO Nº 457/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.125/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.125/2025, de 21 de outubro de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 480.000,00 *(quatrocentos e oitenta mil reais), para a seguinte dotação orçamentária*:

02.000 - PODER EXECUTIVO
02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
02.005 – 4.122.3.2.034 - 127 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - R$ 480.000,00
1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 480.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
62 - 1.7.2.1.50.0.1.00 - COTA-PARTE DO ICMS – PRINCIPAL - R$ 480.000,00
1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS - R$ 480.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:85FBE822

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 458/2025

DECRETO Nº 458/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, AUTORIZADO LEI ORDINÁRIA Nº 2.126/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica deste Município e autorização contida na Lei Municipal nº 2.126/2025, de 21 de outubro de 2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito no valor de R$ 225.000,00 *(duzentos e vinte e cinco mil reais), para a seguinte dotação orçamentária*:

04.000 - FUNDO DE SAUDE DE ALTO ALEGRE0
04.001 - FUNDO MUNICIPAL / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
04.001 – 10.301.3.2.075 - 287 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 150.000,00
04.001 – 10.301.3.2.075 - 288 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 30.000,00
04.001 – 10.301.3.2.075 - 290 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 15.000,00
04.001 – 10.302.3.2.084 – 307 - 3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 30.000,00

Artigo 2º - Para atendimento da alteração orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
Excesso de Arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)
62 - 1.7.2.1.50.0.1.00 - COTA-PARTE DO ICMS – PRINCIPAL - R$ 225.000,00
1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS - R$ 225.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:B5429BC2

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 459/2025

DECRETO Nº 459/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"PROMOVE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR TRANSFERÊNCIA, AUTORIZADA PELA LEI Nº 1.972/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Munícipio.

Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizada a alteração orçamentária no orçamento programa de 2025, por transferência na importância de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme discriminado abaixo:

04.000 - FUNDO DE SAUDE DE ALTO ALEGRE0
04.001 - FUNDO MUNICIPAL / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
04.001 – 10.122.3.2.073 – 279 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO - R$ 10.000,00
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE.
04.001 – 10.301.3.2.074 – 282 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - R$ 30.000,00
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE.

Artigo 2º - As Alterações Orçamentárias propostas na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de Anulação das seguintes Dotações Orçamentárias.

04.000 - FUNDO DE SAUDE DE ALTO ALEGRE0
04.001 - FUNDO MUNICIPAL / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
04.001 – 10.122.3.2.073 – 276 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS - R$ 10.000,00
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE.
04.001 – 10.301.3.2.074 – 281 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - R$ 30.000,00
1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:43C8CCFD

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ERRATA A LEI ORDINÁRIA Nº. 2.123/2025

ERRATA
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

ERRATA A LEI ORDINÁRIA Nº. 2.123/2025

DENAIR PEDRO DA SILVA, Prefeito do Município de ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, torna publica a seguinte:

ERRATA
A 1.D47.4D6 - LEI ORDINÁRIA - Nº 2123_2025 - 21_10_2025 09_10_59, no seu artigo 2º a categoria econômica está incorreta.

ONDE SE LÊ:
Artigo 2º
Categoria Econômica: 416 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

SE LÊ:
Artigo 2º
Categoria Econômica: 415 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Gabinete do Prefeito, Alto Alegre Dos Parecis/RO, 21 de outubro de 2025.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:B8B57AE4

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.121/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.121/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, NO VALOR DE R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente

LEI.

Artigo 1º. Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento programa de 2025, crédito adicional especial por anulação de dotação, o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar a dotação orçamentária para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, conforme se discrimina:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: **3 – GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**
Função/Sub função: 12.361 - Educação/Ensino Fundamental
Ação: 2.015 - GESTAO DA FOLHA - FUNDEB 30%
Categoria Econômica: 61 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Destinação do Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30% - R$ 50.000,00
VALOR DO CRÉDITO R$: 50.000,000

Artigo 2º. O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto no Art. 43, da Lei nº 4.320/64, por Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no orçamento programa de 2025, conforme se discrimina.

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 – PODER EXECUTIVO/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA: **2 - GESTAO ADMINISTRATIVA**
Função/Sub função: 12.367 - Educação / Educação Especial
Ação: 2.103 - EDUCAÇÃO ESPECIAL FUNDEB 30%
Categoria Econômica: 47 - 3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO
Destinação do Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30% - R$ 20.000,00
Categoria Econômica: 48 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Destinação do Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30% - R$ 10.000,00
Categoria Econômica: 49 - 4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL
Destinação do Recurso: 1.540.0030.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - 30% - R$ 20.000,00
VALOR DO CRÉDITO R$: 50.000,000

Artigo 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:06FAAAFD

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.122/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.122/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, NO VALOR DE R$ 187.753,57 (CENTO E OITENTA E SETE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRES REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS), E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente

LEI.

Artigo 1º. Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento programa de 2025, crédito adicional especial por anulação de dotação, no valor de R$ 187.753,57 (cento e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), destinados a suplementar a dotação orçamentária para atender a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, conforme se discrimina:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇAO
PROGRAMA: **3 - GESTAO DA FOLHA DE PAGAMENTO**
Função/Sub função: 4.122 - Administração / Administração Geral
Ação: 2.034 - GESTAO DA FOLHA - ADMINISTRAÇAO GERAL
Categoria Econômica: 127 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 187.753,57
VALOR DO CRÉDITO R$: 187.753,57

Artigo 2º. O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto no Art. 43, da Lei nº 4.320/64, por Crédito Adicional Especial por Anulação de Dotação no orçamento programa de 2025, conforme se discrimina.

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇAO
PROGRAMA: **9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA**
Função/Sub função: 99.999 - Reserva de Contingência / Reserva de Contingência
Ação: 9.999 - RESERVA DE CONTINGENCIA
Categoria Econômica: 138 - 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA /RESERVA DO RPPS
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 187.753,57
VALOR DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO: 187.753,57

Artigo 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:D8DA2F84

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.123/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.123/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, RESTITUIÇÃO DO CV 103/SEDUC/PGE/2023 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

L E I

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento programa de 2025, *crédito adicional especial, no valor de* R$ 3.728,59 (três mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), proveniente de saldo de recurso do CONVÊNIO Nº 103/SEDUC/PGE/2023, para RESTITUIÇÃO, conforme se discrimina:
Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS
Função/Sub função: 12.361 - Educação / Ensino Fundamental
Ação: 1.095 - AQ. AR CONDIC. CV 103/SEDUC-PGE-RO/2023
Categoria Econômica: 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - R$ 3.305,26
Destinação do Recurso: 1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE
Categoria Econômica: 416 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - R$ 423,33
Destinação do Recurso: 2.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE

VALOR DO CRÉDITO R$: *3.728,59*

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º, fica vinculado a saldo de *recurso* proveniente do TERMO DE CONVÊNIO Nº 103/SEDUC/PGE/2023, celebrado entre a CONCEDENTE: Governo do Estado/Procuradoria Geral do Estado–PGE, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação–SEDUC e a CONVENENTE: Município de Alto Alegre dos Parecis/RO, tendo como OBJETO: Aquisição e Implantação de 26 (vinte e seis) ARES CONDICIONADOS na Escola Silva Jardim de Alto Alegre dos Parecis/RO, no VALOR GLOBAL DO RECURSO: R$ 130.064,39 (Cento e trinta mil, sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos); sendo o RECURSO DA CONCEDENTE (Governo do Estado): R$ 123.561,18 (Cento e vinte e três mil, quinhentos e sessenta e um reais e dezoito centavos), e o RECURSO DE CONTRAPARTIDA DA CONVENETE: R$ 6.503,21 (Seis mil, quinhentos e três reais e vinte e um centavos), CONTA VINCULADA: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 14451-7/Banco do Brasil, cujo objeto pactuado foi executado no exercício de 2023, portanto, no exercício de 2024, foi solicitada a ampliação de metas para aquisição de mais 10 ARES-CONDICIONADOS, no valor de R$ 40.323,33 (quarenta mil, trezentos e vinte e três reais e trinta e três centavos), usando o saldo remanescente no valor de R$ 1.258,94 (um mil duzentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) e saldo de rendimentos de aplicação financeira no valor de R$ 39.064,39 (trinta e nove mil, sessenta e quatro reais e trinta e nove centavos), conforme Plano de Trabalho (ID: 1.264.F20), a qual foi *autorizada* através do 1º Termo Aditivo ao Convênio Nº 103/SEDUC/PGE/2023. Assim, a sobra dos rendimentos de aplicação financeira até 31/12/2024 no valor de R$ 5.724,12 (cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos), que somado a sobra de recurso da ampliação de metas no valor de R$ 423,33 (quatrocentos e vinte e três reais e trinta e três centavos) e aos Rendimentos de aplicação financeira no exercício de 2025, no valor de R$ 3.305,26 (três mil, trezentos e cinco reais e vinte e seis centavos), perfaz o saldo em conta no montante de R$ 9.452,71 (nove mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e um centavos), devidamente resgatado na data de 17/10/2025, a ser RESTITUIDO AOS ENTES CONVENIADOS. Portanto, o valor de R$ 5.724,12 (cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais e doze centavos), já se encontra inserido no orçamento programa de 2025, categoria econômica: 416 - 3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES, na Destinação do Recurso: 2.571.0000.0000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO, e se faz necessário inserir no orçamento programa de 2025 o valor de R$ 3.728,59 (três mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e nove centavos), conforme se discrimina:
I – CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL por Excesso de Arrecadação de Rendimentos de Aplicação Financeira;
Categoria Econômica: (58) 1.3.2.1.01.0.1.20.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEP. OUTROS CONVÊNIOS ESTADO - R$ 3.305,26
Destinação do Recurso: 1.701.0000.0000 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS
CONTA VINCULADA: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 14.451-7-PREFEITURA AQ AR CONDICIO;

II – POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025;
Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 22 - INFRAESTRUTURA- ESCOLAS MUNICIPAIS
Função/Sub função: 12.361 - Educação / Ensino Fundamental
Ação: 1.095 - AQ. AR CONDIC. CV 103/SEDUC-PGE-RO/2023

Categoria Econômica: 416 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - R$ 423,33
Destinação do Recurso: 2.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972 de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, c/c 46 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:523AD89E

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.124/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.124/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, RESTITUIÇÃO *TC PAC nº 956308-4/2023* E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

L E I

Art. 1º. Autoriza o Poder Executivo abrir no orçamento programa de 2025, *crédito adicional especial, no valor de R$ 10,68 (dez reais e sessenta e oito centavos),* proveniente de saldo do recurso do *Governo Federal através do FNDE/MEC, referente ao Termo de Compromisso PAC nº 956308-4 ano de 2023, do Plano de Ações Articuladas – PAR (PAC SELEÇÕES),* para RESTITUIÇÃO, conforme se discrimina:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.003 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO
PROGRAMA: 8 - GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Função/Sub função: 12.361 - Educação / Ensino Fundamental
Ação: 1.156 - AQ. ÔNIBUS ESCOLAR TC PAC Nº 956308-4/2023
Categoria Econômica: 438 - 3.3.90.93.00.00.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
Destinação do Recurso: 1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE
VALOR DO CRÉDITO R$: *10,68*

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º, fica vinculado o saldo de *recurso* proveniente do *Termo de Compromisso PAC nº 956308-4 e Proposta de Seleção PAC nº 262980000100/2023 do FNDE/MEC,* que entre si celebram o Governo Federal através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC e o MUNICÍPIO de Alto Alegre dos Parecis. OBJETO: Aquisição de Ônibus Escolar, no valor de R$ 412.000,00 (quatrocentos e doze mil, quinhentos e oitenta e oito reais), sendo o repasse da CONCEDENTE (Governo Federal) no valor de R$ 411.588,00 (quatrocentos e onze mil, quinhentos e oitenta e oito reais), e repasse da contrapartida da CONVENENTE: (Município) no valor de R$ 412,00 (quatrocentos e doze reais), com repasse financeiro realizado e o objeto executado, tendo os rendimentos de aplicação financeira no valor de *R$ 8.245,72 (oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), o qual foi restituído, no entanto, por ser final de mês a instituição financeira do banco do brasil, aplicou o saldo em conta,* gerando novos saldo de rendimento de aplicação financeira no valor de R$ *10,68 (dez reais e sessenta e oito centavos),* a ser restituído ao ENTE CONVENIADO, e se faz necessário inserir no orçamento programa de 2025, conforme se discrimina:
I – CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL por Excesso de Arrecadação de Rendimentos de Aplicação Financeira
Categoria Econômica: (99) 1.3.2.1.01.0.1.21.00.00 - REMUNERAÇÃO DE DEP. OUTRAS TRANSF FNDE
Destinação do Recurso: 1.569.0000.0000 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FNDE
CONTA VINCULADA: Agencia nº 4006-1 / Conta nº 17022-4 CONVENIO956308/2024-BB;
VALOR R$ 10,68

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2025, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, c/c 46 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:E475076F

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.125/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.125/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, DE CRÉDITO POR FONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

L E I

Art. 1º. Abre *crédito adicional especial no orçamento vigente na importância* R$ 480.000,00 *(quatrocentos e oitenta mil reais), por Excesso de Arrecadação referente a F*ONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS, para atender a demanda da SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO, *e será inserido no orçamento vigente,* conforme classificação funcional, programática e categoria econômica a seguir:

Entidade: PRFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS
Unidade Orçamentária: 02.005 - PODER EXECUTIVO / SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇAO
PROGRAMA: **3 - GESTAO DA FOLHA DE PAGAMENTO**
Funcional Programática: 4.122 - Administração / Administração Geral
Ação: 2.034 - GESTAO DA FOLHA - ADMINISTRAÇAO GERAL
Categoria Econômica: 127 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Destinação do Recurso: 1.500.0000.0000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - R$ 480.000,00
VALOR DO CRÉDITO R$: 480.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º, fica vinculado saldo de recurso da *F*ONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 – RECURSOS

NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS, por *Excesso de Arrecadação, registrado na recursos não vinculados destinado para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.*

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, Inciso II, c/c 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:F70B5A16

SECRETARAIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI ORDINÁRIA Nº. 2.126/2025

LEI ORDINÁRIA Nº. 2.126/2025
ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2025, DE CRÉDITO POR FONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Alegre dos Parecis/RO, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciona a presente lei.

L E I

Art. 1º. Abre *crédito adicional especial no orçamento vigente na importância* R$ 225.000,00 *(duzentos e vinte e cinco mil reais), por Excesso de Arrecadação referente a F*ONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS, para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, *e será inserido no orçamento vigente*, conforme classificação funcional, programática e categoria econômica a seguir:

Entidade: FUNDO DE SAUDE DE ALTO ALEGRE0
Unidade Orçamentária: 04.001 - FUNDO MUNICIPAL / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PROGRAMA: **3 - GESTAO DA FOLHA DE PAGAMENTO**
Funcional Programática: 10.301 - Saúde / Atenção Básica
Ação: 2.075 - GESTAO DA FOLHA ACS - REC. PROPRIO
Categoria Econômica: 287 - 3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
Destinação do Recurso: 1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 150.000,00
Categoria Econômica: 288 - 3.1.90.13.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Destinação do Recurso: 1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. – R$ 30.000,00
Categoria Econômica: 290 - 3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Destinação do Recurso: 1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. – R$ 15.000,00

Funcional Programática: 10.302 - Saúde / Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Ação: 2.084 - GESTAO DA FOLHA DO MAC - REC. PROPRIO
Categoria Econômica: 307 - 3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS
Destinação do Recurso: 1.500.0015.0000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE. - R$ 30.000,00

VALOR DO CRÉDITO R$: 225.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito no art. 1º, fica vinculado saldo de recurso da *F*ONTE DE RECURSO: 1.500.0000.0000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS DE TRANSFERENCIAS DE IMPOSTOS, por *Excesso de Arrecadação, registrado na FICHA 62* - 1.7.2.1.50.0.1.00 - COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL, *recursos não vinculados destinado para atender a demanda do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.*

Art. 3º. O crédito previsto na presente lei, fica incorporado ao Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício financeiro de 2024, Lei nº 1.972, de 26 de dezembro de 2024, e será aberto por Decreto do Executivo, conforme estabelece o Artigo 41, Inciso II, c/c 43, § 1º, Inciso I, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Celia Scarpati
Código Identificador:2BA8330A

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO/RO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 190/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Alto Paraíso/RO, no uso de suas atribuições, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA,** a despesa por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO,** nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, e suas posteriores alterações, referente ao Processo Administrativo nº 190/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DO CURSO "O LEGISLATIVO E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS / LEI ORÇAMENTÁRIA / PPA"
Valor global de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), em favor da empresa INSTITUTO RUI BARBOSA ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ 28.407.129/0001-38, localizada na R PROFESSOR ANTONIO MARCIO, n. 850, Bairro Maria Virginia, Município de Belo Horizonte/Minas Gerais.

Alto Paraíso/RO, 21 de outubro de 2025.

HOMOLOGADO NA FORMA DA LEI

VALMIR DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Edinaldo Silva Paulino
Código Identificador:C4BB866A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DOSIMETRIA DE RADIAÇÃO IONIZANTE E CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE PORTA DOSÍMETROS

Por este instrumento particular, as partes adiante mencionadas e qualificadas têm entre si, justo e contratado, a prestação de serviços objeto deste contrato.

DAS PARTES:

A) CONTRATADA: PRO-RAD Consultores em Radioproteção S/S LTDA, inscrita no CNPJ nº 87.389.086/0001-74, com sede na Rua Ruy Barbosa, 118 Edifício Michalski Térreo, CEP 94.920-510, Bairro Vila Santo Ângelo, Cachoeirinha / RS.

B) CONTRATANTE: FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO, inscrita no CNPJ n° 04.316.867/0001-01, com sede R. FRANCISCO GOMES, 3077 - CENTRO, CEP 76.862-000, ALTO PARAÍSO/RO, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por seu representante legal RODRIGO DA SILVAQUEIROZ, inscrito no CPF n° 015.381.992-89.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO:
Cláusula 1ª: A CONTRATADA na qualidade de entidade licenciada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para prestação de serviço de monitoração individual de corpo inteiro em exposição externa a campos de radiação Xe/ou Gama, utilizando o sistema de dosimetria termoluminescente (TLD) e proprietária dos respectivos dosímetros, com todas as informações que os identifiquem como pertencentes à CONTRATADA, cede à CONTRATANTE o direito ao uso de tais bens, comprometendo-se a fornecer relatórios mensais das doses de radiação registradas em cada dosímetro, serviço este que será feito mensalmente, mediante as condições abaixo estabelecidas.

DO VALOR DO CONTRATO E FORMA DE PAGAMENTO:
Cláusula 2ª: A CONTRATANTE receberá mensalmente 5 dosímetros, 4 usuário(s) e 1 padrão(ões). Em decorrência da prestação de serviços e a concessão do direito ao uso dos dosímetros, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores através de Depósito Banco do Brasil Ag. 0010-8 CC9911-2, os quais serão reajustáveis conforme disposto na Cláusula 12ª.

Dosímetros de Tórax: R$ 30,00 x 5 Dosímetros x 12 meses = R$ 1.800,00
Despesa de Expedição: CORTESIA DA PRO-RAD = R$
Perfil Área do Cliente: Perfil básico = R$ 0,00
Valor do contrato: = R$ 1.800,00
Condições de Pagamento: 1 Parcelas de R$ 1.800,00.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:
Cláusula 3ª: Caso haja necessidade de aumentar a quantidade de dosímetros ora contratada, a CONTRATANTE deverá fazer a solicitação à CONTRATADA, através da Área do Cliente PRO-RAD, com antecedência mínima de trinta (30) dias. Neste caso, pagará à CONTRATADA, além do contratado, a quantidade de dosímetros solicitados; § 1º - Quando solicitado inclusão de usuário em que o envio do dosímetro seja efetuado fora da remessa Normal será cobrado por cada envio extra do Serviço Postal Registrado a quantia de R$ 20,00 (vinte reais) e por cada envio extra do Serviço de SEDEX a quantia de R$ 96,00 (noventa e seis reais);

Cláusula 4ª: A CONTRATANTE deverá utilizar-se dos dosímetros sempre que em situação passível de exposição à radiação, não sendo em hipótese alguma permitida a permanência dos usuários neste ambiente, sem seus respectivos dosímetros;
§ 1º - Caso a CONTRATANTE não receba os dosímetros até cinco (05) dias após a data prevista para início de sua utilização, deverá comunicar à CONTRATADA a ocorrência, por escrito;
§ 2º - Não ceder tais dosímetros, em nenhuma hipótese, a pessoas físicas ou jurídicas, sendo os mesmos intransferíveis;
§ 3º - A cada usuário corresponderá um só dosímetro com seu nome na instituição;
§ 4º - Utilizar os dosímetros zelando pela sua conservação sob pena de responder por perdas e danos na conformidade com o disposto no art. 582 do Código Civil, quando a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a título de ressarcimento, por dosímetro perdido ou danificado a quantia de R$ 80,00 (oitenta reais);
§ 5º - Dosímetros não retornados à CONTRATADA no prazo de noventa (90) dias, a contar do final do período de uso, serão considerados, para todos os fins, como perdidos;
§ 6º - Não utilizar os dosímetros para fins diversos ao da dosimetria pessoal e não utilizar o dosímetro "padrão" para monitorar pessoas ou ambientes com radiação;
§ 7º - Permitir que profissionais da CONTRATADA examinem as dependências da CONTRATANTE, bem como os dosímetros sempre que acharem necessário, a fim de verificar a observância das normas de utilização;
§ 8º - Não permitir que sejam feitos reparos nos dosímetros por pessoas que não os profissionais da CONTRATADA;

Cláusula 5ª: A CONTRATANTE deverá devolver os dosímetros à CONTRATADA dentro de cinco (05) dias após a data marcada para substituição, pelo serviço postal Registrado ou SEDEX. O atraso na devolução dos dosímetros acarretará no atraso do envio dos relatórios de doses.

Cláusula 6ª: Durante a vigência do presente contrato e enquanto utilizar os dosímetros, a CONTRATANTE estará sujeita as responsabilidades de fiel depositária, não podendo alugar, vender, trocar, emprestar, ou negociar os dosímetros a qualquer título com terceiros.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
Cláusula 7ª: A CONTRATADA enviará os dosímetros mensalmente à CONTRATANTE através do serviço postal;
§ 1º - Os dosímetros fornecidos pela CONTRATADA deverão ser usados somente por um mês. Após esta data haverá reposição, que poderá ser no primeiro (1º) ou décimo quinto (15º) dia de cada mês, a critério da CONTRATADA;
§ 2º - A CONTRATADA compromete-se a disponibilizar os relatórios mensais das doses recebidas, durante a vigência do contrato, na Área do Cliente PRO-RAD. As doses apresentadas nos relatórios são as doses registradas pelos dosímetros, as quais não são necessariamente as doses dos usuários. O relatório de doses é um subsídio para a avaliação da dose recebida pelo trabalhador, a qual deve ser feita pelos responsáveis pela segurança do trabalho da instituição;

Cláusula 8ª: Quando solicitado, a CONTRATADA compromete-se a efetuar leituras de urgência em caso de suspeita de dose elevada ou acidente com radiação sendo então cobrada a quantia de R$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por dosímetro;

DO PRAZO DO CONTRATO:
Cláusula 9ª: O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 meses tendo como termo inicial o dia 01 de novembro de 2025 independentemente da quantidade de remessas recebidas;
DO INADIMPLEMENTO, DO DESCUMPRIMENTO EDA MULTA:

Cláusula 10ª: A CONTRATANTE efetuará o pagamento no prazo, na forma e nas condições estabelecidas. Em caso de atraso no pagamento fica a CONTRATANTE sujeita a aplicação de multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devedor, valores os quais serão devidamente corrigidos e atualizados pelo IGP-M (FGV), bem como aplicação de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde o inadimplemento até a data do efetivo pagamento;
§ 1º - O inadimplemento poderá ocasionar a negativação junto ao sistema bancário e em caso de cobrança extrajudicial as custas serão por conta da CONTRATANTE;

Cláusula 11ª: O envio de remessas de dosímetros será temporariamente suspenso quando:
§ 1º - Em caso de atraso no pagamento correspondentes aos serviços superior a trinta (30) dias do vencimento;
§ 2º - Pelo menos um dosímetro não tenha retornado a CONTRATADA após trinta e cinco (35) dias, a contar do final do período de uso, e o mesmo não tenha sido ressarcido;

DOS REAJUSTES:

Cláusula 12ª: Fica desde já acertado que os reajustes nos valores pagos pelos serviços prestados serão de acordo com índices acertados no momento da renovação contratual; DA PROTEÇÃO DEDADOS:

Cláusula 13ª: As partes declaram-se cientes dos direitos, obrigações e penalidades aplicáveis constantes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018) ("LGPD"), a Lei 12.965/2014 ("Marco Civil da Internet") e as demais normas relacionadas à proteção dos dados pessoais, no que couberem, e obrigam-se a adotar todas as medidas razoáveis para garantir, por si, bem como seu pessoal, colaboradores, empregados e subcontratados que utilizem dados protegidos na extensão autorizada na referida LGPD;

Cláusula 14ª: A CONTRATADA se compromete a não compartilhar os dados pessoais relativos ao objeto deste contrato a terceiros não autorizados pela CONTRATANTE exceto quando autorizado pelos titulares dos dados ou para cumprimento de obrigações legais e/ou regulatórias ou em caso de decisão judicial que obrigue o fornecimento;

Cláusula 15ª: Ao término da relação entre as partes deverá a CONTRATADA eliminar, e/ou anonimizar o acesso aos dados caso os mesmos não possuam interesse legítimo, em caráter definitivo ou não, a critério da CONTRATADA, ou sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias;

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
Cláusula 16ª: Fica compactuada entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre CONTRATADA e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação;

Cláusula 17ª: A CONTRATADA se exime de qualquer responsabilidade ou obrigação decorrente de prejuízo causados a terceiros ou a própria CONTRATANTE ou seu PREPOSTO, originados da não utilização dos dosímetros ou de sua utilização inadequada;

Cláusula 18ª: Na hipótese de cancelamento do serviço durante os primeiros 12 meses deste contrato, a CONTRATANTE estará obrigada ao pagamento do valor referentes a 10% (dez por cento) das mensalidades restantes até término do prazo do presente contrato, cobrado em parcela única;
§ 1º - Caso a CONTRATANTE já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requisite a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 40% do valor residual do contrato a título de taxas administrativas e impostos recolhidos;

Cláusula 19ª: A infração de qualquer cláusula, termo ou condição do presente contrato, além de facultar à parte inocente o direito de considerá-lo rescindido, obrigará à parte infratora e seus sucessores, reparação de perdas e danos causados, ficando estabelecida como cláusula penal para este fim, a multa correspondente a 40% do total do contrato, aos preços vigentes na época da infração;

Cláusula 20ª: Ocorrendo a FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, ou DECRETAÇÃO DE INSOLVÊNCIA da CONTRATANTE, ficará o presente contrato rescindido de pleno direito, devendo os referidos dosímetros serem restituídos pela massa, em consonância com a legislação em vigor, sem que haja por parte da CONTRATADA a obrigação do ressarcimento das importâncias já pagas nos termos da cláusula 2ª;

Cláusula 21ª: Os direitos e obrigações oriundos do presente contrato são intransferíveis;

Cláusula 22ª: Fica eleito o foro da cidade de CACHOEIRINHA/RS, para as questões emergentes do presente contrato; E, por estarem assim, em conformidade com as condições acima e cláusulas impressas deste instrumento, às quais a CONTRATANTE adere, assinam o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma na presença de duas (02) testemunhas.

(assinatura e carimbo)
CONTRATANTE FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO

(assinatura e carimbo)
CONTRATADA PRO-RAD Consultores em Radioproteção S/S LTDA

(assinatura e carimbo)
TESTEMUNHA 1

(assinatura e carimbo)
TESTEMUNHA 2

Publicado por:
Jeniffer Mickelly Rodrigues França
Código Identificador:032399EB

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
DECRETO MUNICIPAL Nº 5860 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 5860 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO/RO EM RAZÃO DO FALECIMENTO DO EX- VEREADOR ANTÔNIO FRANCISCO, E DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado de Rondônia, Sr. JOÃO PAVAN, no uso de suas atribuições legais, e especialmente do inciso do IX do Art. 94 da lei Orgânica Municipal.

Considerando a tristeza e o inesperado infausto acontecimento da morte do EX-VEREADOR, **ANTÔNIO FRANCISCO**, pessoa de reconhecida honorabilidade e merecedor do respeito deste Município, *homem humilde, participativo da pautas coletivas, acolhedor, generoso*, e sempre focado, com as demandas municipais, este que, foi Vereador na Gestão 2017-2020, antes disso, foi por longo tempo Secretário de Agricultura do nosso Município, e estava ocupando atualmente o cargo de Chefe da CIRETRAN de Alto Paraíso/RO, carinhosamente conhecido por todos como Toninho de Agricultura, e sem dúvida, detinha o reconhecimento da população, vai deixar enorme saudade, permanecendo de agora em diante em nossas lembranças, ficando agora o vazio de suas ações, de seu acolhimento ao próximo, do seu respeito e de sua simplicidade.

Considerando ser justa a homenagem póstuma, como pleito de gratidão ao Nobre EX-VEREADOR, e aos seus familiares, pelos serviços prestados à toda comunidade local, e para que a vida deste Saudoso amigo e munícipe, sirva de exemplo a todos que aqui vivem.

Art. 1º - Fica Decretado o **LUTO OFICIAL** no Município, nos dias 20, 21 e 22 de Outubro do corrente ano.

Art. 2º - Este luto que representa o sentimento de respeito ao extinto e de tristeza pelo seu passamento, deve ser oficialmente comunicado aos seus familiares a título de solidariedade.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, o que deve ser feito neste momento nos átrios municipais e demais veículos oficiais, dando, a máxima publicidade possível.

Palácio dos Pioneiros, 20 de Outubro de 2025.

Assinatura Eletrônica
JOÃO PAVAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliene Dos Santos Barros
Código Identificador:803BE1FE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO

DECRETO Nº 185/GAB/2025

DISPÕE SOBRE A DÉCIMA OITAVA NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA POSSE, DOS CANDIDATOS APROVADOS E HABILITADOS NO CONCURSO DE N. 001/2024, CONSTANTES NO ANEXO ÚNICO DESTE DECRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO ALVORADA D'OESTE/RO, JAIR LUIZ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Alvorada d'Oeste/RO e demais normas aplicáveis à espécie, faz saber:
DECRETA:
Art. 1º. Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos relacionados no ANEXO ÚNICO deste Decreto, para tomar posse no respectivo cargo efetivo.
Art. 2°. Conforme convocação disposta nos Decretos de nº 044/GAB/2025, 052/GAB/2025, 076/GAB/2025, 084/GAB/2025, 100/GAB/2025, 107/GAB/2025, 126/GAB/2025 e 174/GAB/2025**,** os candidatos nomeados no ANEXO ÚNICO deste decreto, deverão comparecer pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste, **para assinatura do termo de posse a ser realizada no dia 22 de outubro de 2025.**
§1º. Fica vedada a posse por procuração, conforme previsão no artigo 28, da Lei 656 de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Alvorada d'Oeste/RO.
Art. 3º. Após a posse, terá o prazo de 8 (oito) dias, a contar da data de assinatura do termo de posse para entrar em exercício (art. 32 da Lei Municipal nº 656 de 2011), podendo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento.
§1º. Tornar-se-á sem efeito a nomeação e a posse do candidato que não entrar em exercício de suas funções, no prazo assinalado no artigo anterior.
Art.4. Os efeitos financeiros do candidato empossado, contarão a partir do efetivo exercício do cargo (Art. 32 da Lei Municipal nº 656 de 2011).
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE.

Alvorada D'Oeste/RO, 17 de outubro de 2025.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE

CANDIDATO	CARGO	LOCAL DE LOTAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CÉLIA BENTO TENIS VIEIRA	Enfermeira	Secretaria Municipal de Saúde	16º
BRUNA GEANE LAGASSE SILVESTRE DE OLIVEIRA	Técnico de enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	14º
GEANE BELINSKI SILVA	Técnico de enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde	19º

Alvorada D'Oeste/RO, 17 de outubro de 2025.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:5BE97A5C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO

DECRETO Nº 187/GAB/2025

"APROVA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NO VALOR TOTAL DE R$ 40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS), POR REMANEJAMENTO E DÁ OUTRAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE, JAIR LUIZ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber:

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 1165 de 21 de novembro de 2024 e dos artigos 41 da Lei 4320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO o teor do inciso I do Art. 7º da Lei Municipal 1165 de 21 de novembro de 2024, as necessidades de proceder à adequação das dotações das unidades orçamentárias peticionaria no processo 1629.29.10-2025.

D E C R E T A
Art. 1º. Fica autorizada a transferência de dotações no orçamento vigente, para crédito suplementar, nos termos do art. 41, inciso I da Lei 4320/1964, na importância de R$ 40.000,00 (quarenta e mil reais), conforme discriminado abaixo:

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
121	02.08.00 15.122 0009 2034 3.3.90.39.00 1.500.0000.0000	119	02.08.00 15.122 0009 2034 3.3.90.30.00 1.500.0000.0000	40.000,00

Parágrafo Único. o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE;
PUBLIQUE-SE;
CUMPRA-SE.

Alvorada d'Oeste/RO, 21 de outubro de 2025.

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline da Silva Campos
Código Identificador:D3972EF3

SAAE-SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PREGÃO ELETRONICO

AVISO DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 004/2025/SAAE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104SAAE/2025
Objeto: contratação de empresa especializada com sistema de saneamento básico e fornecimento mensal de sistema softwares para faturamento requerimento, atendimento ao público,auditoria,dívida ativa, leitura com impressão das faturas,AGV,agencia virtual de serviços de infratutura de ambientes Cloud(web) via AWS da mazon,pagamento da modalidade instantanea,fornecimento de implementação de aplicativo móvel(APP SAAE),entregado no sistema para atendimento a população e gerenciamento interno do SAAE e outros. , para suprir as necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Alvorada do Oeste/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas presente neste Termo de Referência.
O Serviços de Agua e Esgoto de Alvorada d'Oeste/RO, designado pelo Decreto Municipal nº 11 datado de 24 de janeiro de 2024, através do Agente de Contratação /Pregoeiro Oficial nomeado pela portaria nº 004/2025 (e ainda a designação do agente de contratação Art. 7º da

Lei 14.133/21), torna público para o conhecimento dos interessados que realizará Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRONICO,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**,** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021,
Valor estimado: 102.503,04 (Cento e Dois Mil e Quinhentos e três Reais e Quatro Centavos), conforme especificações e condições complementares descritas nos Anexos deste Edital.
b**) Da sessão de abertura:**
Início para Cadastro de Propostas: 22/10/2025 às 08:00 hs.
Fim do cadastramento de proposta: 06/11/2025 as 07:59 hs.
Início da Sessão Pública: 06/11/2025 às 08:10 hs.
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília - DF.
LOCAL: ***www.licitanet.com.br***
c**) Da Autorização:** Processo Administrativo Nº 104/SAAE/2025
Maiores Informações serão fornecidas de segunda a sexta-feira, no horário das 07h00min às 13h00min, na sala de Compras e Licitação do SAAE de Alvorada d'Oeste, sito a Avenida São Paulo n°5209 Bairro: Jardim Oriente, através do telefone nº (0xx69) 3412-2262, (69) 992500563ou para conhecimento e retirada do edital no endereço eletrônico: **www.licitanet.com.br (licitanet);** e/ou **saae.alvoradadooeste.ro.gov.br**

Alvorada d'Oeste – RO, 21 de outubro de 2025

SOLANGE CARDOSO DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Solange Cardoso de Oliveira
Código Identificador:28609A4A

SUPEL - SUPER. MUN. LICITACAO
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018, 019 E 020/2025/SUPEL/PMAO-GSRP

Extrato da Ata de Registro de Preços Ata nº 018/SUPEL/2025
Processo nº 983.02.02-2025/SEMED
Pregão Eletrônico nº 017/2025/SUPEL/PMAO-GSRP
Contratante: Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste - RO
Detentor: **COSTA E BRUNALDI LTDA - ME - Detentor**
Objeto: Formação de Registro de Preço para Eventual e Futura **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEL E NÃO PERECÍVEL), PARA A MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2025,** a fim de atender as unidades da rede municipal de Educação – SEMED da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor global **R$ 1.024.087,50** (hum milhão vinte e quatro mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos).
Prazo: **12 (doze) meses**
Data**: 21/10/2025**
Assinam:
Jair Luiz – Prefeito Municipal
Mauri Vidal Ribeiro - Secretário Municipal de Educação – **Interveniente**
COSTA E BRUNALDI LTDA - ME - Detentor
Obs.: **Ata assinada nos autos respectivos.**
A ata completa encontra-se disponível no site www.alvoradadooeste.ro.gov.br

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE
Extrato da Ata de Registro de Preços Ata nº 019/SUPEL/2025
Processo nº 983.02.02-2025/SEMED
Pregão Eletrônico nº 017/2025/SUPEL/PMAO-GSRP
Contratante: Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste - RO
Detentor: **N. DARSIA SUPERMERCADO - ME - Detentor**
Objeto: Formação de Registro de Preço para Eventual e Futura **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEL E NÃO PERECÍVEL), PARA A MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2025,** a fim de atender as unidades da rede municipal de Educação – SEMED da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor global **R$ 241.773,34** (duzentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e três reais e trinta e trinta e quatro centavos).
Prazo: **12 (doze) meses**
Data**: 21/10/2025**
Assinam:
Jair Luiz – Prefeito Municipal
Mauri Vidal Ribeiro - Secretário Municipal de Educação – **Interveniente**
N. DARSIA SUPERMERCADO - ME - Detentor
Obs.: **Ata assinada nos autos respectivos.**
A ata completa encontra-se disponível no site www.alvoradadooeste.ro.gov.br

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVORADA D'OESTE
Extrato da Ata de Registro de Preços Ata nº 020/SUPEL/2025
Processo nº 983.02.02-2025/SEMED
Pregão Eletrônico nº 017/2025/SUPEL/PMAO-GSRP
Contratante: Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste - RO
Detentor: **J R DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME - Detentor**
Objeto: Formação de Registro de Preço para Eventual e Futura **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEL E NÃO PERECÍVEL), PARA A MERENDA ESCOLAR NO ANO LETIVO DE 2025,** a fim de atender as unidades da rede municipal de Educação – SEMED da Prefeitura Municipal de Alvorada d'Oeste/RO, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Valor global **R$ 73.162,00** (setenta e três mil e cento e sessenta e dois reais).
Prazo: **12 (doze) meses**
Data**: 21/10/2025**
Assinam:
Jair Luiz – Prefeito Municipal
Mauri Vidal Ribeiro - Secretário Municipal de Educação – **Interveniente**
J R DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA - ME - Detentor
Obs.: **Ata assinada nos autos respectivos.**
A ata completa encontra-se disponível no site www.alvoradadooeste.ro.gov.br

JAIR LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Oldiglei Odair Veronez
Código Identificador:0A712314

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

CAMARA MUNICIPAL DE ARIQUEMES
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 00349/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ariquemes/RO, no exercício de suas atribuições legais e amparado no art. 74, inciso III, alínea "f" da Lei nº 14.133/2021, com razões remissivas à Justificativa n. 0019/2025/CPL/CMA (ID 906.D30) e Parecer Jurídico (ID 907.511), resolve RATIFICAR E HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação por Inexigibilidade, referente ao processo administrativo n. 00349/2025, objeto: Pagamento de taxa de inscrição na 3ª Conferência Nacional de Vereadoras, a ser realizada em Brasília/DF, de 21 a 24 de outubro de 2025, em favor da ABRACAM - Associação Brasileira de Câmaras Municipais, CNPJ: 03.047.782/0001-02, no valor de R$ 1.394 ,00 (um mil, trezentos e noventa e quatro reais). Encaminhe-se os autos para confecção de autorização, pedido e nota de empenho.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Ariquemes/RO, 20 de outubro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
FILIPE RASSEN ROZIQUE
Vereador/Presidente
Câmara Municipal de Ariquemes

Publicado por:
Filipe Rassen Rozique
Código Identificador:B3863BE8

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA
EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 187/2025

Processo nº24.899/2025-FIA
AMAAR - FONO

CELEBRAÇÃO:16.10.2025

PARTES:
1-)FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA,**CNPJ:**20.704.827/0001-93.

2-) ASSOCIAÇÃO DE MÃES DE AUTISTAS DE ARIQUEMES - AMAAR - CNPJ 12.229.594/0001-96.

OBJETO:
1.1Repasse financeiro ao Projeto" ELOS AZUIS 2025" Objetivo de custear despesas de contratação de atendimento especializado de Fonoaudiologia 44 horas semanais Pessoas com Espectro do Autismo de 0 anos a 18 anos, podendo ter comorbidades ou não associadas, 50 usuários com até 24 sessões.ID 3536897.Preceitos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Valor: R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Prazo:20 de outubro de 2025, até 20 de fevereiro de 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº24.899/2025

MARIA NEUZA LUIZ GOMES
Gestora do FIA
Dec. 18.683/2022

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por**MARIA NEUZA LUIZ GOMES#**,**Gestora do FIA - Dec. 18.683/2022**, em 21/10/2025 às 10:55, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3541060**e o código verificador**23881D4E**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ADRIANA DA COSTA VERGILATO#	***.525.402-**	21/10/2025 10:00

Referência: Processo nº 8-24899/2025.	Docto ID: 3541060 v1

Publicado por:
Adriana da Costa Vergilato
Código Identificador:45524212

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 185/2025

PROCESSO Nº24.783/2025-FIA
CASA DA CRIANÇA FRANCISCO DE ASSIS
SEGURANÇA E MATERIAIS PARA O LAR

CELEBRAÇÃO:14.10.2025
Retificação em 21/1025

PARTES:
1-)FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA,**CNPJ:**20.704.827/0001-93.
2-) ENTIDADE DE ACOLHIMENTO CASA DA CRIANÇA FRANCISCO DE ASSIS-CNPJ 04.702.918/0001-33.

OBJETO:
Projeto SEGURANÇA E MATERIAIS PARA O LAR, Custear despesas de Manutenção, visando aquisição de material de expediente e serviços de terceiros, por um período de 12 ID: 3541927 e CRC: 6D382ECE meses, no desenvolvimento do Projeto Segurança e materiais para o Lar, com assistência no serviços de acolhimento institucional para Crianças e Adolescentes, na Modalidade Abrigo, sendo para 30 (trinta) vagas, sendo 20 vagas de zero a 12 anos de idade de ambos os sexos e adolescentes do sexo feminino até 18 anos incompletos na Casa da Criança e 10 vagas de 12 a 18 anos incompletos do sexo masculino na Casa Pró-Jovem, ambas unidades de acolhimento da Entidade de Acolhimento Casa da Criança Francisco de Assis, tendo as despesas detalhadas conforme Plano de Trabalho. ID 3533824.

Valor: R$33.000,00 (trinta e três mil reais).

Prazo: Vigência de12(doze) meses a partir de01dejaneirode2026 a 31/12/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº24.783/2025-FIA

MARIA NEUZA LUIZ GOMES
Gestora do FIA
Dec. 18.683/2022

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente por**MARIA NEUZA LUIZ GOMES#**,**Gestora do FIA - Dec. 18.683/2022**, em 21/10/2025 às 09:02, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3550014**e o código verificador**74C061A9**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ADRIANA DA COSTA VERGILATO#	***.525.402-**	21/10/2025 10:00

Referência: Processo nº 8-24783/2025.	Docto ID: 3550014 v1

Publicado por:
Adriana da Costa Vergilato
Código Identificador:80C19F80

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.984, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025. NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES COMSEA

DECRETO Nº 22.984, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES COMSEA

A Prefeita do município de Ariquemes, Estado de Rondônia,no uso de suas atribuições legais;

Considerando a lei nº. 1.162 de 14 de dezembro de 2005, que criou o CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICIPIO DE ARIQUEMES COMSEA;

Considerando o Memorando 1408 de 16/10/2025 (ID 3542780), advindo da Secretaria Municipal de Governo;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Ariquemes COMSEA, para o pleito 2024/2026:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social- SEMDES
Titular: Karine Elias de Castro
Suplente: Claudia Moreira Alves

II - Secretaria Municipal de Saúde- SEMSAU
Titular: Fabiane das Neves Machado
Suplente: Laura da Costa Arruda

III - Secretaria Municipal de Educação-SEMED
Titular: Sirlane da Silva Linhares Figueiredo
Suplente: Vanderlene Alves de Souza

IV - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio-SEMAIC
Titular: Antonio Marcos de Moura
Suplente: Rosinalda Maria da Silva

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

I Paróquia Rainha dos Apóstolos
Titular: Luci Gonçalves da Silva
Suplente: Valcenir dos Santos Melo

II Casa Noeli
Titular: Elineide Ferreira Oliveira
Suplente: Elinalda Ferreira Sousa

III Associação Ariquemes Sem Fome
Titular: Manoel Normando Melo de Castro
Suplente:Antonio Everaldo Joca

VI Centro de Recuperação Kadosh
Titular: Maria de Fátima Vitor da Silva
Suplente: Karine Viola Dreher

V Associação dos Produtores Rurais e Chacareiros da Linha C-65, BR 364- APRULGA
Titular: José Martins da Silva
Suplente: Iracema Ferreira Ribeiro

VI Movimento dos Pequenos Produtores
Titular: Leila Denise Meurer
Suplente: Joaquim Fernandes da Silva

VII Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE
Titular: Ilda da Conceição Salvático
Suplente: Alessandra Lopes de Aquino

VIII Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Titular:Luiz Roberto de Oliveira
Suplente: Julcélio Bispo dos Santos

IX Coaprav
Titular: Amauri Guedes de Freitas
Suplente: Ocimar Julio Seti

Art. 2º Fica revogado o Decreto de nº 21547 de 22 de outubro de 2024.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 17 de outubro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 10:06, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3545321**e o código verificador**A04EFD25**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 10:14
2	MARCOS PAIVA FREITAS#	***.357.872-**	20/10/2025 10:25
3	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA#	***.952.262-**	20/10/2025 10:50
4	ANTONIO MARCOS DE MOURA#	***.907.902-**	20/10/2025 11:00
5	SANDRA MARCIA NEVES	***.651.682-**	20/10/2025 12:09
6	CINDIANY DA LUZ BERNARDO#	***.120.452-**	20/10/2025 12:50

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:26C17AFF

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
PORTARIA Nº 864, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 864, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA MUNICIPAL.

A Secretária Municipal de Saúde deAriquemes,Estado de Rondônia, no uso de suasatribuições legais;

ConsiderandooMemorando 50 de 16/10/2025 (ID 3542645), advindo da Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Municipal de nº 730, de 3 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de setembro de 2025.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 17 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretária Municipal de Saúdede Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 08:22, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3545850**e o código verificador**F1D99F5F**.

Cientes

Seq.	Nome	CPF	Data/Hora
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	17/10/2025 13:10

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:98C6C6A4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 865, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AO PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA DE TEMPO INTEGRA - ETI - PROJETO CUIDAR E EDUCAR, R

PORTARIA Nº 865, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DO GESTOR E DO FISCAL DO CONTRATO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, PARA ATENDER AO PLANO DE TRABALHO DO PROGRAMA DE TEMPO INTEGRA - ETI - PROJETO CUIDAR E EDUCAR, RELATIVO AO CONTRATO Nº 286/2025.

A Secretária Municipal de Educação de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerandoo Processo Administrativo8-24268/2025;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores públicospara exercerem as funções de Gestor e Fiscal do Contrato n° 286/2025, que entre si celebram o Município de Ariquemes, por intermédio daSecretaria Municipal de Educaçãoe a Empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA.

Gestora do Contrato
Claudia Bernardes Martiniak

Suplente Gestor do Contrato
Sylvia Letícia Muzy

Fiscal do Contrato
Luiz Cunha Aguiar

Suplente do Fiscal do Contrato
Elenice Aparecida Ferreira Langner

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**SANDRA MARCIA NEVES**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 20/10/2025 às 10:32, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547382**e o código verificador**06135FA1**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	SYLVIA LETICIA MUZY	***.883.312-**	20/10/2025 10:36
2	ELENICE APARECIDA FERREIRA LANGNER	***.213.412-**	20/10/2025 11:10
3	CAROLINA LUTZ	***.943.002-**	20/10/2025 11:18
4	LUIZ CUNHA AGUIAR	***.137.192-**	20/10/2025 13:19

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:8F3306E8

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 868, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RAYANNE CARRARA NUNES

PORTARIA Nº 868, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPALRAYANNE CARRARA NUNES

OSecretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

ConsiderandooMemorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Rayanne Carrara Nunes, à responder como Diretora Interina do HMA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547744**e o código verificador**43CDB342**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:30
2	RAYANNE CARRARA NUNES#	***.957.602-**	20/10/2025 17:12

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:CDD3E13A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 869, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS

PORTARIA Nº 869, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEOCILEIA MEDEIROS DE FREITAS

O Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Neocileia Medeiros de Freitas, à responder como Diretora Interina do HMA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547775**e o código verificador**2934D8F8**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:29

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:99F32F76

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 870, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE PAGNINI

PORTARIA Nº 870, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELAINE PAGNINI

OSecretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

ConsiderandooMemorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Elaine Pagnini, à responder como Diretora Interina da UPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547797**e o código verificador**9D774FCC**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:28

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:5D8FD899

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 871, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLY CRISTINA TEIXEIRA DE SOUSA SIQUEIRA

PORTARIA Nº 871, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELLY CRISTINA TEIXEIRA DE SOUSA SIQUEIRA

OSecretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

ConsiderandooMemorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora pública municipal Kelly Cristina Teixeira de Sousa Siqueira, à responder como Diretora Interina da UPA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547810**e o código verificador**9F11D676**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:28

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:E1BEA9BD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 872, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAM DE SOUZA SCARAMUSSA

PORTARIA Nº 872, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILLIAM DE SOUZA SCARAMUSSA

O Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor público municipal William de Souza Scaramussa, à responder como Diretor Interino do HMI, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547833**e o código verificador**65A6327B**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:28
2	WILLIAM DE SOUZA SCARAMUSSA#	***.201.342-**	21/10/2025 07:42

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:7E3DEAE7

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 873, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICY DOS SANTOS RIBEIRO

PORTARIA Nº 873, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DESIGNATIVA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICY DOS SANTOS RIBEIRO

OSecretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

ConsiderandooMemorando 191 de 17/10/2025 (ID 3545676), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora pública municipal Joicy dos Santos Ribeiro, à responder como Diretora Interina da UTI, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes.
Art. 2°Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 11:46, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547854**e o código verificador**24242144**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 11:28

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:1569DDDD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM PORTARIA Nº 876, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES.

PORTARIA Nº 876, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS NOÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIODE ARIQUEMES.

O Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o Memorando 287 de 16/10/2025 (ID 3543285), advindo da Secretaria Municipal de Saúde de Ariquemes;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a Servidora Pública Municipal no âmbito de suas atividades laborais a dirigir veículos oficiais pertencentes à Secretaria Municipal de Saúdede Ariquemes**,** como segue:

NOME	Nº DE REGISTRO	LOCAL
Servidora Luciene dos Santos Passos	04067355527	SEMSAU

Art. 2º Para conduzir o veículo oficial, a servidora autorizada deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação válida, e com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido.

Art. 3º Os servidores autorizados deverá verificar se o veículo possui condições de segurança para trafegar, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus decorrente de ato culposo ou doloso que venha a cometer na condução do veículo oficial.

Parágrafo único. Na ausência de condições de uso e na hipótese de o veículo estar em desacordo com as normas de segurança de trânsito, a servidora deverá comunicar imediatamente ao Secretário (a) da Pasta responsável para que providencie a reparação ou a adequação do veículo à legislação pertinente.

Art. 4º As normas do Código Trânsito Brasileiro, devem ser rigorosamente observadas pelo condutor do veículo oficial e pelo responsável por sua manutenção.

Art. 5ºOsservidores autorizados a conduzir veículo oficial, que for autuado por infração às normas de trânsito, estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário.

Art. 6ºÉ vedado aos servidores públicos autorizados:

a)a cessão da direção do veículo a terceiros, exceto se também autorizados ou na ocorrência de caso fortuito ou força maior;
b)a utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
c)a condução de pessoas e/ou materiais estranhos à Administração Pública;
d)a utilização fora do horário de expediente ou da escala do servidor, salvo nos casos previamente autorizados e pormenorizados pelo Órgão/Unidade autorizador na ficha de controle de tráfego.

Art. 7ºO servidor autorizado a dirigir veículo oficial, deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Órgão/Unidade Responsável.

Art. 8ºA autorização de que trata esta Portaria, não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

Art.9ºO servidor que por ventura estiver fazendo uso da faculdade prevista pelo Anexo II, da Resolução N° 805, de 16 de Novembro de 2020, do Contran, o qual prorrogou os prazos de renovação da CNH, deverão se atentar aos prazos ali concedidos para o fim de não incorrer em infração de trânsito, com o consequente dever de ressarcir o erário de eventuais danos decorrentes.

Art.10. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

MARCOS PAIVA FREITAS
Secretário Municipal de Saúde de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente por**MARCOS PAIVA FREITAS#**,**SECRETARIO MUN DE SAUDE (COMISSAO)**, em 20/10/2025 às 12:56, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3548624**e o código verificador**CD562C66**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ELIANE MARIA CORDEIRO#	***.335.892-**	20/10/2025 12:51

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:5F154C68

SECRETARIA MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
ERRATA DA PORTARIA 860/25 DO PROCESSO 22091/2025/SEMTEC

SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SEMTEC
SEMTEC - ADMINISTRATIVO

ERRATA

Interessado (a): **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - SEMTEC**
Referente ao processo: **22091/2025**
Contrato nº: 284/2025

Objeto:**Sobre numero de Portaria 860/2025**

Onde se lê:

PORTARIA Nº 859, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

Leia-se:
PORTARIA Nº 860, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

Ariquemes/RO,21 de outubro de 2025

NATANAEL EMERSON PEREIRA DE LIMA
Secretario Municipal - SEMTEC
Decreto Nº 21.866/2025

Publicado por:
Francielia de Sousa Oliveira
Código Identificador:EDBFC332

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 282/PGM/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24286/2025

PARTES:
1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMED
2) **R & C TECNOLOGIA LTDA CNPJ: 24.198.791/0001-74**

OBJETO: contratação de Aquisição de Materiais permanentes, para atender ao Plano de trabalho do Programa de Tempo Integra - ETI - Projeto Cuidar e Educar, por meio de Transferência de FNDE, o Plano de Trabalho do Convênio nº 55/2024 para atender a Escola Professor Pedro Louback, e os itens fracassados no Processo 21990/23 relacionados aos Convênios 247/22, 246/22, 007/21, 45/21,428/21,261/20,236/22, Proerd/Emenda 512/22, para atender as Unidades Escolares pertencentes a Secretaria Municipal de Educação.

PRAZO: 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 1.784,00 (um mil e setecentos e oitenta e quatro reais)

Ariquemes/RO, em 16 de outubro de 2025.

SANDRA MÁRCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação de Ariquemes/RO

Publicado por:
Claudia Bernardes Martiniak
Código Identificador:F7D1E962

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 29, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educaçãoparaodecênio2026-2036 do município de Ariquemes conforme §1º do art. 4ºdoDecreto nº 22.815/2015.

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 1º do art. 4º do Decretonº 22.815 de 29 de agosto de 2025e, em conformidade com o Processo Administrativo nº**8-18292/2025**de01 de agosto de 2025;

CONSIDERANDOo disposto no Decreto nº.22.815, que cria a **COMISSÃO INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO-BASE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** para o decênio 2026-2036 do Município deAriquemes.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para compor a**Equipe Técnica de elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação**para o DECÊNIO 2026-2036 do Município deAriquemes, na condição de titulares e suplentes, os membros abaixo relacionados:

I- REPRESENTANTE TÉCNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COORDENADOR):
Titular:Ézio Pereira dos Santos
Suplente:Gleiciane de Souza Cerqueira

II- REPRESENTANTE TÉCNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:
Titular:Luzia Ramos Lopes
Suplente:Dominique RodriguesGonçalves

III-REPRESENTANTE TÉCNICO DOS GESTORES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:
Titular:Edevaldo Claudio da Silva
Suplente:Elenice Salete Medeiros Piana

IV - REPRESENTANTE TÉCNICO DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL:
Titular:Silmara Ferreira do Nascimento
Suplente:Marcia Cristiana da Silva Dias

V - REPRESENTANTE TÉCNICO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO:
Titular:Alan Duarte do Espirito Santos
Suplente:Selma Vieira do Nascimento.

VI-REPRESENTANTE TÉCNICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:
Titular:Marcia de Souza Moraes Silva
Suplente:Ivone Pereira de Almeida Durães

§1º. O objetivo da Equipe Técnica é elaborar a proposta de Documento-base do Plano Municipal de Educação PME.

§2º. A Coordenação da Equipe designará um de seus membros para secretariar os trabalhos da Equipe Técnica.

§3º. A Equipe Técnica subordina-se diretamente à Comissão Intersetorial, nos termos do §1º, do art. 4º do Decretonº22.815,de 29 de agosto de 2025.

Art. 2º - Compete a Equipe Técnica de Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação:

1)Elaborar o Documento-base da proposta do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, observando as orientações temáticas da educação infantil, alfabetização, ensino fundamental, educação integral e digital, inclusão e a estrutura da educação básica;

2)Estabelecer na proposta as formas de apoio sob as quais o município ofereça as temáticas para o ensino infantil, fundamental e se for o caso, também para o médio, educação profissional e tecnológica no território;

3)Construir a proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, observando as diretrizes do Plano Nacional de Educação PNE e, entre outros aspectos: a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento ao ensino obrigatório, a melhoria na qualidade do ensino, a formação humanística, científica e tecnológica, e a progressiva ampliação do tempo de permanência na escola do aluno no ensino fundamental;

4)Propor à Secretaria de Educação a realização do minicenso escolar no município, e prestar o apoio técnico necessário para execução dos trabalhos;

5)Propor à Secretaria de Educação a realização do diagnóstico escolar no município, e prestar o apoio técnico necessário para execução dos trabalhos;

6)Analisar dados e informações, com base no minicenso e no diagnóstico escolar, além dos dados oficiais do governo, sobre a oferta e a demanda educacional no município e as necessidades de estruturação e/ou aprimoramento das ações de melhoria contínua da educação no município;

7)Fixar metas e formular estratégias e indicadores com base nos levantamentos realizados;

8)Avaliar os investimentos necessários para cada meta e propor a previsão orçamentário-financeira para cumprimento dos objetivos e metas do Plano;

9)Analisar a coerência do conjunto das metas e sua vinculação com as metas estaduais e nacionais;

10)Estabelecer coerência e conexão entre o plano de educação e o projeto de desenvolvimento local;

11)Submeter a proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 no prazo estabelecido e apresentá-lo à Comissão Intersetorial do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036 para validação;

12)Após a validação da proposta, apoiar a Comissão Intersetorial no processo de articulação com o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e como a sociedade, além dos outros órgãos pertinentes, para realização das audiências públicas;

13)Participar dos debates públicos, examinar as propostas apresentadas e emitir parecer conclusivo sobre as sugestões apresentadas, para validação da Comissão Intersetorial;

14)Elaborar a versão preliminar da proposta para subsidiar o processo de sua aprovação;

15)Prestar apoio e assistência técnica à Comissão Intersetorial no processo de apreciação, pelo Fórum Municipal de Educação e de aprovação, pelo Conselho Municipal de Educação, da versão final da proposta;

16)Prestar apoio e assistência técnica ao Poder Executivo no processo de elaboração do Projeto de Lei do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, a ser encaminhado ao Poder Legislativo para apreciação e aprovação da lei respectiva;

17)Prestar apoio e assistência técnica ao Poder Legislativo, quando solicitado, no que se refere aos esclarecimentos que forem necessários no trâmite do processo legislativo para a aprovação da proposta de Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036;

18)Executar outras atividades vinculadas à elaboração da proposta de Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, quando requisitado pela Comissão Intersetorial ou quando identificar necessidades pertinentes ao bom andamento dos trabalhos.

Art. 3º - A Equipe Técnica terá o prazo de 10 (dez) meses para concluir os trabalhos de elaboração da proposta do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026-2036, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no*caput*deste artigo poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante justificativa circunstanciada a ser acatada pela Comissão Intersetorial e aprovada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Os casos omisso serão resolvidos pela Comissão Intersetorial.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, 17 de outubro de 2025.

SANDRA MARCIA NEVES
Secretária Municipal de Educação

Documento assinado eletronicamente por**JULIANE SILVEIRA DA SILVA DE ARAUJO MOREIRA**,**CPF: 648.131.422-49**, em 20/10/2025 às 11:30, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Documento assinado eletronicamente por**SANDRA MARCIA NEVES**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 20/10/2025 às 12:05, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Juliane Silveira da Silva
Código Identificador:8F453719

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
RETIFICAÇÂO EXTRATO DE AVISO DE ADESÃO À REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/25 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 53/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025/SRP/CPL/PGJ, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10660/2025, DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PARTES:

1) MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/SEMFAZ

2) EMPRESA:VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA- CNPJ: 27.975.551/0003-99.

OBJETO: Ratificar os termos da Homologação da Ata de Registro de Preço sob o n.º 53/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2025/SRP/CPL/PGJ, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10660/2025, DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, da qual a empresa VANGUARDA INFORMÁTICA LTDA- CNPJ: 27.975.551/0003-99é fornecedora do item 12, lote 02, para 03 unidades de Aparelho de Ar Condicionado, tipo SPLIT, modelo CASSETE, capacidade de 60.000 BTU/h.

VALOR DA ADESÃO:34.571,97 (trina e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e noventa e sete centavos).

INTERVENIENTE: Secretaria Municipal de FAZENDA.

Ariquemes-RO, 20 de outubro de 2025.

Retificado em 21/10/25.

LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA
Secretário Municipal de Fazenda
Decreto nº 17.863/2021

Documento assinado eletronicamente por **LUIZ FERNANDES RIBAS MOTTA#**, **Secretario Municipal de Fazenda**, em 21/10/2025 às 09:11, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID **3549772** e o código verificador **438A2D55**.

Publicado por:
Thiago Rodrigues Nepomuceno
Código Identificador:FCE73E0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 22986/2025 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

LEI Nº 2.912, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024

ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE,CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO VALOR DE R$ 6.999.646,00 (SEIS MILHÕES E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E SEISCENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE ARIQUEMES, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica;

CONSIDERANDOa necessidade de abertura de Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o artigo 6º, inciso II daLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481) LOA/2025, publicada no dia 03/01/2025, edição 3889 no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia e art. 41, inciso I com o art. 43 §1°, inciso II da Lei Federal 4.320/64;

CONSIDERANDOser da essência da administração, quando necessário, proceder às regulamentações de créditos de natureza Suplementar, levando em consideração o cumprimento da Legislação que respalda a espécie;

CONSIDERANDOo teor do Processo Administrativo nº 1-25403/2025-Memorando 237 de 16/10/2025 (ID 3543792), os quais justificam o pleito.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente,Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no valor de**R$ 6.999.646,00 (seis milhões e novecentos e noventa e nove mil e seiscentos e quarenta e seis reais)**no exercício financeiro de 2025, em favor da Secretaria Municipal de Saúde-SEMSAU, conforme abaixo distribuído:

Órgão: 02-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES				
Unidade: 08-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMSAU				
Projeto/Atividade: 2513-ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX AMB E HOSPITALAR MAC				
TIPO DE CRÉDITO	**FICHA**	**PROGRAMAÇÃO**	**NATUREZA DA DESPESA**	**VALOR**
SUPLEMENTAR	1191	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	1.000.000,00
Fonte de recurso: 1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.				
SUPLEMENTAR	1192	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	500.750,00
SUPLEMENTAR	1193	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.500.000,00
Fonte de recurso: 1.600.3120 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.				
SUPLEMENTAR	1194	02.08.10.302.0037.2513	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	1.500.000,00
Fonte de recurso: 1.600.3130 - Recursos não destinados à contrapartida-Recursos do Exercício Corrente-Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão.				
Projeto/Atividade: 2507-ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE PAB				
SUPLEMENTAR	386	02.08.10.301.0035.2507	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	293.280,00
SUPLEMENTAR	389	02.08.10.301.0035.2507	3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	900.000,00
Fonte de recurso: 1.600- Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.				
SUPLEMENTAR	1195	02.08.10.301.0035.2507	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	1.305.616,00
Fonte de recurso: 1.600.3120 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.				
TOTAL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO				**6.999.646,00**

Parágrafo Único- Para dar cobertura ao disposto no artigo primeiro, será utilizado o Excesso de Arrecadação, proveniente de Recursos do SUS, relacionado às Emendas Parlamentares Federais Individuais, de Bancada e de Comissão, comprovado por meio doAnexo TC 04 de 20/10/2025 (ID 3546518)e será utilizado conforme anexo I deste Decreto, conforme as fontes de recursos detalhadas abaixo:

Excesso de Arrecadação	**6.999.646,00**
Fonte de Recurso	
1.600.3110 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde- Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.	1.000.000,00
1.600.3120 - Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada.	3.306.366,00
1.600.3130 - Recursos não destinados à contrapartida-Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Identificação das Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de comissão.	1.500.000,00
1.600.0000- Recursos do Exercício Corrente- Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.	1.193.280,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º Publique se.

Centro Administrativo Municipal Dr. Carpintero, 47º de emancipação político-administrativo.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Anexo I

Proposta	**Natureza da Emenda**	**Parlamentar**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (RS)**
36000645953202500	Individual	Coronel Chrisóstomo	Procedimentos Cirúrgicos	1.000.000,00
63000695915202500	Custeio PAP	Thiago Flores	Estratégias para Atenção Integral à Saúde da Mulher e Custeio de Serviços da Atenção Primária à Saúde - Outras Ações	1.193.280,00
36000703288202500	Bancada de Rondônia	-	Seguimento do RN e Criança de Risco - Parto e Nascimento Baixo Risco	340.150,00
36000703275202500	Bancada de Rondônia	Jaime Bagattoli	Centro de Parto Normal (CPN), Parto e Nascimento Baixo Risco e Pré-Natal de Alto Risco	1.660.600,00
36000704143202500	Bancada de Rondônia	José Euripedes (Lebrão)	Aquisição de Insumos e Materiais de Uso Contínuo para Acompanhamento de	1.305.616,00

			Pessoas com Condições Crônicas. Aquisição de Insumos para o Atendimento Clínico e Ações de Promoção da Saúde	
36000698566202500	Comissão de Assuntos Sociais	Confúcio Moura	OCI em Oftalmologia	1.500.000,00

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 13:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:D0F3F1F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ERRATA DO DECRETO Nº 22904/2025

A Prefeita do Município de Ariquemes/RO,no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Considerandoa necessidadede correção de erro material referente à ficha orçamentária informada na tabela doDecreto 22904 de 24/09/2025 (ID 3490693);

Considerandoa solicitação da Secretaria Municipal de Educação por meio daErrata 22904 de 20/10/2025 (ID 3548991).

RETIFICA:

Onde se lê:

ANULAÇÃO	**325**	02.07.12.367.0029.3023	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-20.000,00

Leia-se:

ANULAÇÃO	**326**	02.07.12.367.0029.3023	4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-20.000,00

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo Dr. Carpintero, em 21 de outubro de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 21/10/2025 às 09:28, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:419143F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 867/2025

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2912 DE 27/12/2024 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2025) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481),publicada no dia 03/01/2025, edição 3889, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 21861 de 03/01/2025 (ID 2885277),publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2024, edição 3891, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2912 de 27 de dezembro de 2024-LOA/2025, conforme Processo Administrativo nº 1-1007/2025-Memorando 36 de 17/10/2025 (ID 3545992), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3004-APOIO AO PROERD				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	193	02.07.12.361.0006.3004	3.3.90.30.00-MATERIAL DE CONSUMO	6.200,00
REDUÇÃO	194		3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-6.200,00
Fonte: 1.500.0000 - Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**6.200,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-6.200,00**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 20 de outubro de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br- CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 13:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:DCB7C946

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 874/2025

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2912 DE 27/12/2024 (LEIORÇAMENTÁRIA

ANUAL 2025) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481),publicada no dia 03/01/2025, edição 3889, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 21861 de 03/01/2025 (ID 2885277),publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2024, edição 3891, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2912 de 27 de dezembro de 2024-LOA/2025, conforme Processo Administrativo nº 1-1007/2025-Memorando 36 de 17/10/2025 (ID 3545992), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	1184	02.07.12.361.0029.3014	3.3.90.93.00-INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.963,01
REDUÇÃO	245		3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-2.213,01
REDUÇÃO	246		3.3.90.39.00-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-8.750,00
Fonte: 1.553.0000 - Recurso de Exercícios Anteriores - Transferência de Recurso do FNDE referente ao Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**10.963,01**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-10.963,01**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 20 de outubro de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 13:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:CCC66F9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 875/2025

ALTERA A DISCRIMINAÇÃO DOS ELEMENTOS DE DESPESA RELATIVOS À ABERTURA DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, RESPEITADOS O ESTABELECIDO NA LEI Nº 2912 DE 27/12/2024 (LEIORÇAMENTÁRIA ANUAL 2025) EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARIQUEMES,no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto naLei 2912 de 26/12/2024 (ID 2879481),publicada no dia 03/01/2025, edição 3889, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a discriminação dos elementos de despesa e respectivos desdobramentos, fixados pelo Quadro de Detalhamento da Despesa- QDD anexo doDecreto 21861 de 03/01/2025 (ID 2885277),publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 07/01/2024, edição 3891, respeitado o artigo 41 e 44 da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025, bem como, autorizado no artigo 10º e Parágrafo Único da Lei nº 2912 de 27 de dezembro de 2024-LOA/2025, conforme Processo Administrativo nº 1-1007/2025-Memorando 36 de 17/10/2025 (ID 3545992), e abaixo distribuído:

Poder: 02-EXECUTIVO-PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES-PMA				
Unidade: 07-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED				
Projeto/Atividade: 3016-QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL UAB				
ALTERAÇÃO DE ELEMENTO	**FICHA**	**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA**	**ELEMENTO DE DESPESA**	**VALOR**
ACRÉSCIMO	252	02.07.12.364.0006.3016	3.1.90.11.00-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	10.000,00
REDUÇÃO	253		3.1.90.13.00-OBRIGAÇÕES PATRONAIS	-10.000,00
Fonte: 1.500.0000 - Recursos do Exercício Corrente-Recursos não Vinculados de Impostos.				
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO				**10.000,00**
TOTAL DA REDUÇÃO				**-10.000,00**

Art. 2ºA alteração introduzida pela presente Portaria não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, tendo em vista que o Orçamento vigente foi enviado ao legislativo até nível de modalidade, conforme o artigo 19, inciso II da Lei Municipal nº 2876, de 26 de julho de 2024 - LDO/2025.

Art. 3ºO Setor de Orçamento da Prefeitura Municipal providenciará os registros relativos ao cumprimento dos termos desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Ariquemes, 20 de outubro de 2025.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Av. Tancredo Neves, 2166 - Setor Institucional -Ariquemes/RO CEP: 76.872-854
Contato: (69) 3516-2000 - Site: www.ariquemes.ro.gov.br-CNPJ:04.104.816/0001-16

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 13:48, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

Publicado por:
Luzia Ramos Lopes
Código Identificador:8845186D

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
TERMO ADITIVO Nº 003/2025 - TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 115/SML/2024/14.133-2021

TERMO ADITIVO Nº 003/2025

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 115/SML/2024/14.133-2021
PROCESSO N.º19898/SEMOSP/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 089/2024/PREGAO/SML/PMA-GSRP

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 115/SML/2024/14.133-2021

APrefeitura Municipal de Ariquemesinscrito(a) no CNPJ sob o n.º 04.104.816/0001-16, por intermédio da solicitação e necessidade da SEMOSP - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos -, participante da referida licitação,nacidade de Ariquemes/RO,*neste ato representado(a) pelo(a)*Izabel Farias da Costa - Diretora da Diretoria de Gestão do Sistema de Registro de Preços, nomeado(a) pelo Decreto nº 21.878, de 7 de janeiro de 2025,e o (a)s empresas: BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 15.800.170/0001-28, doravante designado CONTRATADO,*neste ato representado(a) pelo(a)*HERIVELTO FARNEY DE ABREU FILHO-Representante da empresa e RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA - CNPJ: 49.149.027/0001-30, neste ato representado pelo: ANTONIO DE LIMA FERNANDES NETO, Representante da empresa,*conforme informações das empresasapresentadas nos autos*,tendo em vista o que consta no Processo n.º 19898/SEMOSP/2024e em observância às disposições daLei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente**TermoAditivo de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço n.º 115/SML/2024/14.133-2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1.O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência da Ata deRegistro de Preço paraa Futura e EventualAquisiçãode**Massa Asfálticatipo C.B.U.Q**(Concreto Betuminoso Usinado a Quente e Concreto Betuminoso Usinado Quente Aplicado a Frio), para atender as necessidades da Secretaria de Obras eServiçosPúblico do município de Ariquemes/RO, por um período de 12 (doze) meses,nas condições estabelecidas no edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO
2.1.O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto da Ata de Registro de preço observando os valores já fixados nestarespectivos a cada item,conforme descrito na própria ARP e observando as cláusulas presentes nesta.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA
3.1. Considerando que a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebraram a Ata de Registro de Preços n.º 115/SML/2024/14.133-2021, com vigência de 23/10/2024 até 22/10/2025, conforme o Processo Administrativo n.°19898/2024. Ademais, ponderando que há interesse da Administração Pública em prorrogar o prazo de vigência da referida Ata de Registro de Preços, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**Este termo aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir da data de encerramento do prazo da Ata de Registro de Preços original.**Sendo esta**prorrogada**, por meio deste ato,**por mais 12 meses**, a partir de 23/10/2025 até 22/10/2026, considerando o artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 que dispõe sobre a possibilidade da prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

CLÁUSULA QUARTA - RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, exceto naquilo que contrarie o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e meios de comunicação oficiais da Prefeitura, em atenção ao art. 91,*caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Ariquemes, 21 de outubro de 2025

IZABEL FARIAS DA COSTA
Diretora da Diretoria de Gestão Do Sistema de Registro de Preços
Decreto Nº 21.878/2025

Publicado por:
Bruna Ribeiro Almeida
Código Identificador:806DA63E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANALISE DE DEFESA PRÉVIA DE AUTUAÇÃO

BOLETIM INFORMATIVO
BOLETIM Nº **10/2025**

A Autoridade de Trânsito do Órgão Executivo de Trânsito Municipal – DIRETRAN, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a vossa senhoria que nos autos do processo abaixo citado, em 21/10/2025, julgou vosso recurso no qual teve como decisão o seguinte:

Processo nº: 1-23947/2025
Interessado: GABRIELA DA SILVA GONÇALVES
Decisão: DEFERIDO

DECISÃO: Tipificada na forma da lei a conduta infracional cometida, porém considerando que apesar da consistência do Auto de Infração de Trânsito, resta claro um possível erro quanto à identificação do veículo, chegando-se aconclusão que o Auto de Infração de Trânsito em apreço apresenta-se passível de anulação, sendo assim julgado insubsistente, sem efeito.

OBS: A Decisão em seu inteiro teor está disponível na Secretaria Municipal deSegurança eTrânsito - SEMUST, localizada na Travessa Marte, nº 150 setor: grandes áreas, CEP: 76876–682 Ariquemes – RO.

Ariquemes, 21 de outubro de 2025.

GLEICIELY LOPES NEVES
Autoridade de Trânsito do Município de Ariquemes

Publicado por:
Gleiciely Lopes Neves Vidal
Código Identificador:B0ED2916

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANALISE DE DEFESA PRÉVIA DE AUTUAÇÃO

BOLETIM INFORMATIVO
BOLETIM Nº **11/2025**

A Autoridade de Trânsito do Órgão Executivo de Trânsito Municipal – DIRETRAN, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a vossa senhoria que nos autos do processo abaixo citado, em 21/10/2025, julgou vosso recurso no qual teve como decisão o seguinte:

Processo nº: 1-24290/2025
Interessado: GABRIELA DA SILVA GONÇALVES
Decisão: DEFERIDO

DECISÃO: Tipificada na forma da lei a conduta infracional cometida, porém considerando que apesar da consistência do Auto de Infração de Trânsito, resta claro um possível erro quanto à identificação do veículo,chegando-se aconclusão que o Auto de Infração de Trânsito em apreço apresenta-se passível de anulação, sendo assim julgado insubsistente, sem efeito.

OBS: A Decisão em seu inteiro teor está disponível na Secretaria Municipal deSegurança eTrânsito - SEMUST, localizada na Travessa Marte, nº 150 setor Grandes Áreas, CEP: 76876–682 Ariquemes – RO.

Ariquemes, 21 de outubro de 2025.

GLEICIELY LOPES
Autoridade de Trânsito do Município de Ariquemes

Publicado por:
Gleiciely Lopes Neves Vidal
Código Identificador:BF93C6CA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

CONTABILIDADE
JUSTIFICATIVA CONTRATO 03/PMB/2024

MEMORANDO Nº 244/SEMMAS/PMB/2025.

À Secretaria de Fazenda, Orçamento e Gestão – SEMFAZ
Departamento de Contabilidade.

Buritis, 21 de outubro de 2025.

Processo Administrativo nº 001.13.01-2024 – Despesas com energia elétrica. Prezados, Considerando anulação do saldo da Nota de Empenho nº 868/24, no valor de R$ 2.967,81 (Doc. 146º - ID. 2.6D7.9B5), solicitamos anulação (em sistema) de saldo do Contrato nº 03/PMB/2024 (ID. 1.8F4.2C8), quanto ao valor anulado no exercício 2024.

JOÃO ORLANDO BERNARDINO DA SILVA
Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Dec. nº. 15.397/GAB/PMB/2025

Publicado por:
Claudia Franciele Oppermann Kunrath
Código Identificador:1D2002F0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 16000, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Conceder Licença prêmio por assiduidade a servidora FERMINA CLAUDIA CARDINA e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em conformidade com o Processo 1692.8.3-2022/SEMECE.

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica concedido a **Licença Prêmio** por assiduidade de acordo com a Lei Municipal nº 337/2007, e Decreto 3535/GAB/PMB/2012 a servidora **FERMINA CLAUDIA CARDINA** – cargo Professora 40horas/Coordenadora de Programas Pedagógicos, matrícula 2031, pelo período de 15 (quinze) dias a contar de **17 de novembro de 2025, nos termos da Lei 1412/2019.**

Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis/RO, 20 de outubro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:AACACFB7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 16.001, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Conceder Licença Prêmio por assiduidade ao servidor CLAUDIO GOULART ANDRADE e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, nos termos da certidão emitida pelo Departamento de Recursos Humanos e despacho em conformidade com o Processo: 2926.10.03-2025.

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica concedida a **Licença Prêmio** por assiduidade de acordo com a Lei Municipal nº 337/2007, Decreto 3535/GAB/PMB/2012 e Lei 602/2011 ao servidor **CLAUDIO GOULART ANDRADE,** matrícula 1793-1 cargo motorista de veículo pesado, pelo período de 60 (sessenta) dias (ref. 1º quinquênio), **a partir de 20 de outubro de 2025.**

Artigo 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Buritis-RO, 20 de outubro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:FCF4EB27

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 16.002, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Fica autorizada a servidora JAQUELINE VIEIRA DOS SANTOS a ser condutora de veículos e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o Memorando 242/Transportes-SEMEDE/25- ID 3.483.414,

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica autorizada a servidora **JAQUELINE VIEIRA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o nº 017**.***.192-**,** portadora da Carteira Nacional de Habilitação categoria **AB**, a conduzir veículos oficiais, do tipo leve, motocicletas, pertencentes à Frota da **Secretaria Municipal de Educação,** no exercício de suas funções institucionais, exclusivamente para fins de serviço público, conforme a legislação vigente e as normas internas de uso da frota oficial.

Artigo 2°. A servidora acima autorizada deverá cumprir na íntegra o Decreto 7144/GAB/PMB/2017 e demais responsabilidades elencadas nos artigos 3º e 4º deste.

Artigo 3º. Ficam vedadas, nos casos em que a servidora autorizada utilizar o veículo oficial:
A cessão da direção do respectivo veículo a terceiros;
A utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
A condução de pessoas e/ ou materiais estranhos à Administração Pública.
A utilização fora do horário de expediente, salvo nos casos previamente autorizado e pormenorizados.

Artigo 4º. Fica sob responsabilidade da condutora
Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos;

Preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução do veículo oficial, em especial o controle de tráfego, a ser instituído pela Secretaria.

Conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas legais vigentes;

Comunicar imediatamente toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso, bem como fiscalizar os serviços de manutenção/reparo a ser realizados pelo mecânico da prefeitura ou empresa contratada.

Assumir as multas decorrentes de infração de trânsito a que deu causa;

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:4C9EC6F3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 16.003, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Fica autorizada a servidora BRUNA BRANDÃO VAZ PEREIRA a ser condutora de veículos e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, considerando o Memorando 242/Transportes-SEMEDE/25- ID 3.483.414,

D E C R E T A

Artigo 1º. Fica autorizada a servidora **BRUNA BRANDÃO VAZ PEREIRA**, inscrita no CPF sob o nº 001**.***.252-**,** portadora da Carteira Nacional de Habilitação categoria **AB**, a conduzir veículos oficiais, do tipo leve, motocicletas, pertencentes à Frota da **Secretaria Municipal de Educação,** no exercício de suas funções institucionais, exclusivamente para fins de serviço público, conforme a legislação vigente e as normas internas de uso da frota oficial.

Artigo 2°. A servidora acima autorizada deverá cumprir na íntegra o Decreto 7144/GAB/PMB/2017 e demais responsabilidades elencadas nos artigos 3º e 4º deste.

Artigo 3º. Ficam vedadas, nos casos em que a servidora autorizada utilizar o veículo oficial:
A cessão da direção do respectivo veículo a terceiros;
A utilização em atividades particulares ou diversas daquelas que motivarem a autorização;
A condução de pessoas e/ ou materiais estranhos à Administração Pública.
A utilização fora do horário de expediente, salvo nos casos previamente autorizado e pormenorizados.

Artigo 4º. Fica sob responsabilidade da condutora
Verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, contendo os itens de segurança exigidos;

Preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução do veículo oficial, em especial o controle de tráfego, a ser instituído pela Secretaria.

Conduzir o veículo com zelo, atenção e cuidados indispensáveis à segurança do trânsito, observando as normas legais vigentes;

Comunicar imediatamente toda e qualquer ocorrência anormal de ordem mecânica, elétrica ou acidental, que porventura aconteça com o veículo oficial em uso, bem como fiscalizar os serviços de manutenção/reparo a ser realizados pelo mecânico da prefeitura ou empresa contratada.

Assumir as multas decorrentes de infração de trânsito a que deu causa;

Artigo 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:58F387A0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 16.004, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre a instituição da Comissão Intersetorial do Selo UNICEF no Município de Buritis/RO para a edição 2025-2028."

O Prefeito do Município de Buritis, do Estado de Rondônia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Buritis,
Considerando que o Selo UNICEF é uma estratégia que objetiva a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes no semiárido brasileiro e na Amazônia Legal, e que este município aderiu à presente edição do Selo UNICEF 2025-2028;
Considerando que, por meio do selo, serão desenvolvidas ações de articulação e integração dos gestores municipais e atores locais para o desenvolvimento de políticas públicas que garantam, inclusive, a participação social de crianças e adolescentes na formulação dos serviços públicos;
Considerando que o município inscrito no Selo UNICEF assume o compromisso de melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes, implementando e aprimorando programas, serviços e políticas de atenção à infância e à adolescência para efetivar a garantia dos direitos e melhorar os indicadores municipais nesta área;
DECRETA
Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial do Selo UNICEF com vista a planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações previstas na metodologia do Programa Selo UNICEF, durante a edição 2025-2028.
Art. 2º A Comissão Intersetorial do Selo UNICEF será constituída pelo articulador municipal e pelos seguintes órgãos, que poderão ter seus membros substituídos a qualquer tempo, conforme descrito a seguir:

REPRESENTAÇÃO	NOME	CPF
Articulador Municipal Selo UNICEF	Clebson Dias Tomaz Amaral	727.***.022-**
Mobilizador de Jovens e Adolescentes	Weverton Silva Martins	041.***.112-**
Membro do NUCA - Núcleo de Cidadania de Adolescentes	Yasmin Maria Araújo Lopes	021.***.742-**
Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA	Quelvin Justiniano Oliveira	004.***.192-**
	Elisângela Sousa Pedroso Ávila	005.***.782-**
Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Francislei Marcos de Medeiros	512.***.372-**
	Simone Marchiori Silva	879.***.812-**
Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho - SEMAST	Magda Araújo C. Tavares Lopes	591.***.912-**
	Daniela Souza da Silva	041.***.802-**
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	Maria da Luz Alves dos Reis	193.***.802-**
	Erli da Silva Souza Rocha	614.***.752-**
Conselho Tutelar	Itamar Rodrigues da Costa	938.***.922-**
	Cleusa Ferreira da Silva Effgen	510.***.362-**
AGERB – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis	Brenda Veronica Costa de Faria Reis	036.***.922-**
	Fernando Henrique Carlos Silva	023.***.562-**

Parágrafo único: O trabalho da Comissão é de relevância pública, não cabendo, pois, remuneração para seus membros, não havendo vínculo trabalhista e nem obrigação de naturezas laborais, previdenciárias ou afins para participação na Comissão.
Art. 3º - O Articulador do Selo UNICEF coordenará os trabalhos da Comissão Intersetorial, que serão registrados em relatórios/atas, cabendo aos gestores municipais o desenvolvimento de atividades coerentes com as orientações contidas no Guia Metodológico do Selo UNICEF, requisitos para o alcance das metas e melhoria dos indicadores da infância e adolescência avaliados pelos respectivos programas.
Art. 4º - O Articulador do Selo UNICEF desempenhará as seguintes funções:
Participar das capacitações e acompanhar o cronograma do Selo UNICEF;
Apoiar a participação dos adolescentes do município;
Mobilizar e articular os diversos atores da administração municipal, sociedade civil, CMDCA e conselho tutelar, no intuito de agilizar as ações de melhoria dos indicadores da infância e adolescência;

Repassar as informações recebidas do UNICEF ao Prefeito, aos membros da Comissão Intersetorial e aos diversos setores da sociedade no município, bem como delegar e compartilhar as tarefas inerentes a cada setor;
Sistematizar e enviar as informações solicitadas pelo UNICEF;
Priorizar a comunicação, enquanto elemento vital ao processo de mobilização social do Selo UNICEF.

Art. 5º - Ficam distribuídos os eixos sistêmicos da seguinte forma:

Resultado Sistêmico	Temática	Responsável
01	Saúde e nutrição	Secretaria Municipal de Saúde
02	Educação	Secretaria Municipal de Educação
03	Proteção contra violências	Conselho Tutelar
04	Água, saneamento, higiene e mudanças climáticas	AGERB – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Município de Buritis
05	Proteção Social	Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
06	Igualdade Étnico-Racial	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, salvo disposições em contrário.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:A613C3C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 326, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre a exoneração do servidor DARCI MENDES DA SILVA e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, no uso de suas Atribuições Legais, considerando a LC 003/2016,
RESOLVE

Artigo 1º. Exonerar o servidor **DARCI MENDES DA SILVA** do cargo de **Coordenador de Limpeza e Logradouro Públicos.**

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2025.

Buritis-RO, 20 de outubro de 2025.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:1D62FF42

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
NOTIFICAÇÃO N° 03/2025

EMPRESA: M PONTES CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATO: N° 135/PMB/2025
PROCESSO: 3109.11 - 2024

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS, vem por meio deste **NOTIFICAR** a empresa **M PONTES CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ **19.347.759/0001-73**, situada na Rua Paraná, n° 65, Novo Horizonte, em Canaã dos Carajás/PA, CEP: 68.356-167 acerca da **CONSTRUÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS.**
Conforme vistoria técnica realizada in loco, constatou-se a ausência de movimentação de serviços na obra durante a última semana, fato que poderá ocasionar atraso significativo na execução do projeto, em desacordo com o cronograma físico-financeiro aprovado.
Ressalta-se que, conforme documentação anexa, a Distribuidora de Energia Elétrica ENERGISA RONDÔNIA apresentou, em 15 de setembro de 2025, junto à Prefeitura Municipal de Buritis/RO, uma Notificação de Recuperação de Consumo referente à inspeção realizada em 09 de setembro de 2025, na unidade consumidora 20/10983346-8 (registrada no CNPJ da Prefeitura Municipal). Tal inspeção resultou na emissão do Termo de Ocorrência e Inspeção nº 193857425, com valor correspondente a R$ 25.768,03 (vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e três centavos). Diante disso, que a empresa contratada adote, com a máxima urgência, todas as providências necessárias para regularizar a situação junto à concessionária de energia**.**
O Relatório de Vistoria Técnica segue anexo para conhecimento e providências cabíveis.
Diante disso, em conformidade à legislação vigente e garantindo a ampla defesa e contraditório, a empresa tem o prazo de 48:00h para apresentar suas justificativas face ao exposto, caso não seja acatada recomendamos a aplicação de sanções contratuais conforme previsto em legislações vigentes.
Dessa forma, é imperativo que a empresa apresente além das justificativas evidenciando os motivos pelos quais não foi encontrado movimentação das equipes ao canteiro de obras também, no prazo de 48h mobilize equipe de colaboradores condizente ao porte da obra, para que os serviços sejam reiniciados e assim o objeto seja concluído dentro da vigência do prazo de execução contratual.
Salienta - se ainda que o não cumprimento das obrigações contratuais podem ensejar em penalizações previstas em contrato e demais legislações em vigor.

Buritis/RO, 20 de outubro de 2025.

COMISSÃO DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
Decreto Nº 14.496, de 07 de Março de 2024.

VARAN GOMES SOUSA JUNIOR
Presidente

ALDO SOUZA DA SILVA
Membro

WICTOR HUGO LENZ CIPRIANO
Membro

Publicado por:
Mateus de Jesus
Código Identificador:01F07943

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DA LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRONICO Nº 042/2025

OMunicípio de Cacaulândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 042/2025 através do portal https://licitanet.com.br/.OEdital e seus anexos estão disponíveis para retiradanos sites: https://licitanet.com.br/ ehttps://cacaulandia.ro.gov.br/ , mais informações poderá ser adquirido através do e-mailpregao.cacaulandia@gmail.com, telefone 69 9274-5854;**Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**; **data da realização:** às 10h00min do dia 10 de novembro de 2025, (Horário de Brasília);**valor estimado:** R$ R$ 160.041,79 (cento e sessenta mil, quarenta e um reais e setenta e nove centavos);**Critério de julgamento:** menor preço item; **modo de disputa:**aberto;**exclusivo para ME/EPP**: Não.

Cacaulândia/RO, 21 de outubro de 2025

ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Pregoeira

Publicado por:
Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Código Identificador:E161BDDC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº6686/GP/2025

DECRETO Nº 6686/GP/2025 de21 de outubro de 2025

"TRANSPOSICIONA RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1292 de 09/07/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transposicionados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1292, de 09 de julho de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO
ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020500FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha:14812.361.1003.2120.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$210.912,34
3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA
Ficha:14912.361.1003.2120.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$35.000,00
3.1.90.13.00OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha:15012.361.1003.2120.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$23.000,00
3.1.90.16.00OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P
Ficha:16112.365.1003.2125.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$6.600,00
3.1.90.16.00OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P
Ficha:16612.365.1003.2126.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$16.500,00
3.1.90.13.00OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha:16712.365.1003.2126.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$9.400,00
3.1.90.16.00OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$301.412,34

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020500FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ficha:15912.365.1003.2125.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$-53.279,81
3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA
Ficha:16012.365.1003.2125.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$-8.132,53
3.1.90.13.00OBRIGAÇÕES PATRONAIS
Ficha:16312.365.1003.2125.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$-20.000,00
3.1.91.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
Ficha:16512.365.1003.2126.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$-200.000,00
3.1.90.11.00VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXA
Ficha:16912.365.1003.2126.0000TODOS PELA EDUCAÇÃO.....R$-20.000,00
3.1.91.13.00CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$-301.412,34

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:7B6C45EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº6687/GP/2025

DECRETO Nº 6687/GP/2025 de21 de outubro de 2025

"TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1292 de 09/07/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transferidos na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1292, de 09 de julho de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO
ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020900IPC - INTITUTO DE PREVIDENCIA DE CACAULANDIA
Ficha:33009.122.1000.2012.0000GESTÃO PREVIDÊNCIÁRIA RPPS
3.3.90.14.00DIÁRIAS - CIVIL.....R$ 4.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$4.000,00

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020900IPC - INTITUTO DE PREVIDENCIA DE CACAULANDIA
Ficha:33509.122.1000.2012.0000GESTÃO PREVIDÊNCIÁRIA RPPS
3.3.90.48.00OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A.....R$ -4.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$-4.000,00

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:1227F111

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
DECRETO Nº6688/GP/2025

DECRETO Nº 6688/GP/2025 de21 de outubro de 2025

"TRANSFERE RECURSOS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE Cacaulândia, no uso da atribuição que lhe confere o art.6º, da Lei nº 1292 de 09/07/2024 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2025.

DECRETA:

Art.1º. Ficam transferidos na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº1292, de 09 de julho de 2024) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCELINO DA SILVA

Prefeito Municipal

ANEXO
ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020200SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL
Ficha:5304.122.1001.2005.0000
GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$500,00
3.3.90.14.00DIÁRIAS - CIVIL

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R$500,00

REDUÇÕES

LOCAL:02PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
020200SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL
Ficha:5504.122.1001.2005.0000
GESTÃO ADMINISTRATIVA.....R$-500,00
3.3.90.33.00PASSAGENS E DESPESAS COM LO

TOTAL DAS ANULAÇÕES R$-500,00

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:37EC96A1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/PMC/2025 DO PROCESSO SELETIVO PARA AMIGO VOLUNTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Nº 002/PMC/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/PMC/2025 DO PROCESSO SELETIVO PARA AMIGO VOLUNTÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL Nº 002/PMC/2025

Ficam convocado(a), o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), haja vista, que o(a) mesmo(a)fora aprovado(a) no Processo Seletivo para o Programa Amigo Voluntário nº 002/PMC/2025 da Prefeitura Municipal de Cacaulândia. O(a) convocado(a) deverá se apresentar na Secretária para qual se inscreveu no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da presente data de publicação deste Edital, munido de documentação necessária conforme anexo I deste edital para assinatura do Termo de Adesão por tempo determinado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
Amigo Voluntário / Monitor de Transporte Escolar ROTA 04 TB 40 LC 15			
Colocação	Inscrição	Nome	Po
2°	337990	LAURIETE BATISTA SANTOS	51

Cacaulândia, 21 de outubro de 2025

DANIEL MARCELINO DA SILVA
Prefeito

Anexo I

Documentos necessários para efetuar a assinatura do termo de adesão:
a) Documento de Identificação com foto (CNH ou IDENTIDADE)
b) CPF: Cadastro de Pessoa Física.
c) Certificado de Conclusão e/ou declaração de escolaridade
d) Titulo de Eleitor
e) Comprovante de residência,
f) Se do sexo masculino, comprovante da situação militar.
g) Certidões negativas cíveis e criminais expedidas pela Justiça Federal e Estadual;
h) Certidão negativa Tribunal Regional Eleitoral;
i) Dados Bancários

Publicado por:
Flavia Moreira Sindra
Código Identificador:3F44A5E0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 27/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2025 PROCESSO Nº. 1-277/2025

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
VENCEDORES: L T DE OLIVEIRA - 13.134.352/0001-81, no Valor de R$ 105.434,60 (cento e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos); V A COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - 59.149.060/0001-13 no valor de R$ 14.214,00 (quatorze mil e duzentos e quatorze reais).
OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios (PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO), por um período de 12 (doze) meses.
PRAZO DE VALIDADE:12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.

Cacaulândia, 21 de outubro de 2025.

PAULO AURELIO SOUZA DOS SANTOS
Diretor de Atas Registros de Preços e Contratos

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:D1B0EEB0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACAULÂNDIA
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2025 PROCESSO Nº. 3-46/2025

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE CACAULÂNDIA.
VENCEDOR:INOVACAO LTDA - 19.634.357/0001-50, no Valor de R$ 279.200,00 (duzentos e setenta e nove mil e duzentos reais).
OBJETO: Registro de preço para eventual e futura aquisição de cestas básica, por um período de 12 (doze) meses.
PRAZO DE VALIDADE:12 (doze) meses a partir da publicação no PNCP.

Cacaulândia, 21 de outubro de 2025.

PAULO AURELIO SOUZA DOS SANTOS
Diretor de Atas Registros de Preços e Contratos

Publicado por:
Paulo Aurelio Souza Dos Santos
Código Identificador:BD343952

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº24/SEMECET/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E TURISMO-SEMECET

Portaria nº 24/SEMECET/2025

De 21 de outubro de2025

Designa membros para a composição da equipe e ação do Projeto Pontes Pela Educação: Busca Ativa Escolar e Governança em Redes e dá outrasprovidências;

GABRIEL PEREIRA GALINDO, Secretário Municipal de Educação do Município de Cacaulândia, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art.1º Designar os Diretores e Supervisores Escolares, lotados nas Escolas da Rede Municipal para atuarem na Função de Supervisores Institucionais da Busca Ativa Escolar, conforme Banco de Dados, vinculados ao Projeto Pontes Pela Educação;

Art. 2º- Designar todos os Orientadores Educacionais lotados nas Escolas do Sistema Municipal, para atuarem na Função de Técnicos Verificadores da Busca Ativa Escolar, conforme Banco de Dados do Projeto Pontes Pela Educação;

Art. 3º Designar todos os que atua na Função de Agentes Comunitários da Busca Ativa Escolar, conforme Banco de Dados do Projeto Pontes Pela Educação;

Art. 4º Os Supervisores Institucionais poderão, em situações excepcionais, acumularem as funções Técnicos Verificadores;

Art.5º Os Supervisores Institucionais, os Técnicos Verificadores, poderão exercera Função dos Agentes Comunitários, na criação de Alertas.

Art.6º Cabe ao Coordenador Operacional da BAE, manter atualizado o Banco de Dados;
Art.7º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

GABRIEL PEREIRA GALINDO
Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Eliene Ferreira Sá Teles
Código Identificador:721AD6E6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
AVISO DE LICITAÇÃO PE 023/2025

PREGÃO ELETRÔNICO 023/2025 COM ITENS EXCLUSIVOS E COTA DE ATÉ 25% PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS.

CONTRATANTE
IPECAN – Instituto de Previdência de servidores de Campo Novo de Rondônia.

O Município de **CAMPO NOVO DE RONDÔNIA**, Estado de Rondônia, por meio da Portaria n.º 829 de 29 de agosto de 2025, através da SUPEL sediado(a) na Prefeitura Municipal na Avenida Tancredo Neves, 2250, Setor 02, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO
AQUISIÇÃODE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS ÁUDIO VISUAIS E ITENS DE DECORAÇÃO, VISANDOESTRUTURAR/EQUIPAR O ESPAÇO FÍSICO DO AUDITÓRIO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA-RO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 228.240,42 (duzentos e vinte e oito mil e duzentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia XX/XX/2025 às 09:00h (horário de Brasília).

Realizada através do portal de compras. Sitehttp://www.licitanet.com.br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO UNITÁRIO

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

LICITAÇÃO EXCLUSIVA/PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO

O EDITAL e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada, no sítio eletrônico no site oficial do município no endereço www.camponovo.ro.gov.br, ou através do link https://transparencia.camponovo.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/frmlicitacao_licitacao&token=2b53cfedf9884a320f011f6cfab6e54b ou através do e-mail: **licitacoes@camponovo.ro.gov.br.**

Campo Novo de Rondônia, 21 de outubro de 2025.

PATRICIA MERNITZKI BORGES
Agente de Contratação/Pregoeira.

Publicado por:
Patricia Mernitzki Borges
Código Identificador:18B9D2CF

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
DECRETO N° 217 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"ESTABELECE MEDIDAS DE CONTINGENCIAMENTO E RACIONALIZAÇÃO DE DESPESAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e o que estabelece a Lei Complementar no .101, de 4 de maio de 2000, que trata das "Normas de Finanças Públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal", tendo em vista o disposto na Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, e,

CONSIDERANDO a necessidade de promover o equilíbrio fiscal e financeiro das contas públicas, em cumprimento aos limites e metas estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;
CONSIDERANDO a importância da adoção de medidas preventivas para adequação da execução orçamentária e para garantir a estabilidade do Tesouro Municipal, visando à sustentabilidade da gestão fiscal e à transparência na aplicação dos recursos públicos;
CONSIDERANDO a estimativa de queda de receitas, especialmente aquelas oriundas de transferências estaduais ou federais, que podem impactar a capacidade de financiamento das despesas obrigatórias e discricionárias no decorrer do exercício de 2025;
CONSIDERANDO que as medidas de contingenciamento buscam a racionalização dos gastos e a eficiência na gestão, resguardando a continuidade dos serviços essenciais à população;

CONSIDERANDO o Termo de Alerta expedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, nos autos de Processo nº 409/2025, que indica que o Poder Executivo Municipal ultrapassou com despesa de peasoal o limite prudencial de 51,30% da Receita Corrente Líquida estabelecido na LRF, o que enseja medidas providenciais;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes medidas racionalização de gastos a serem adotadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal para cumprimento até 31 de Janeiro de 2026, podendo ser prorrogado caso necessário:

I – Suspensão da concessão de horas extras, ressalvados os casos de extrema necessidade e devidamente justificadas pelo gestor da pasta, priorizando-se a compensação por folgas.

II – Suspensão do pagamento das horas já existentes nos bancos de horas de cada servidor, e bem como às que eventualmente ocorram após publicação e vigência deste Decreto.

III – Suspensão gradual ate chegar em 50% (cinquenta por cento) do valor pago a título de gratificação aos servidores, sendo 15% em novembro, 15% em dezembro e 20% em janeiro de 2026 a contar a partir da folha de pagamento do mês de Novembro de 2025.

IV – Fica ressalvado pagamento de horas extras, em caso de necessidade de efetivo serviço de servidores que atuam no âmbito da urgência e emergência da rede Municipal de saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
Marcio da Costa Murata
Código Identificador:7A2C3982

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
LEI Nº 1.241, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"Autoriza adoaçãodo imóvel denominadolote 229, Quadra 1, Setor 04, Matrícula Núcleo nº 8.393 CRI BURITIS/RO, Município de Campo Novo de Rondônia, de área total 6.833,52M²,Perímetro 353,81 M², onde atualmente se localiza instalado a Escola Estadual 15 de Outubro,paraoEstado de Rondôniae dá outras providências""

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a**doaro**imóvel denominado**lote 229, Quadra 1, Setor 04, Matrícula Núcleo nº 8.393 CRI BURITIS/RO, Município de Campo Novo de Rondônia, de área total 6.833,52**M²,**Perímetro 353,81 M²,** onde atualmente se localiza instalado a Escola Estadual 15 de Outubro,para o Estado de Rondônia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 503 de 21 de dezembro de 2009 e demais disposições em contrário.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:F529B938

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 990 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Nomeia servidores para atuarem como fiscais do contrato 021/2025, no processo 1686/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica Municipal, Processo Eletrônico n° 1686/2025.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores abaixo relacionados para atuarem como fiscais do contrato 021/2025, no processo 1686/2025, Contratação dos serviços de abastecimento de água potável, de forma contínua e ininterrupta Da Secretaria Municipal De Educação.

Fiscal de Contrato

Função	Servidor	Matrícula
Gestor	Wania Bruna dos Santos Alflen	26652
Fiscal Administrativo	Rosane Braulio Correa	26499/26500
Fiscal Administrativo Substituto	Ana Paula Berger Correa	24162

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:ABEF60D9

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 991, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Altera membros da Portaria 822/2024 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, no processo Eletrônico n° 2366/2024

RESOLVE:
Art. 1º Altera membros designados pela Portaria 822/2024 doProcesso Eletrônico n° 2366/2024, cujo (OBJETO: Aquisição de Materiais Médico-Hospitalares (Insumos, pensos e afins) para o Município de Campo Novo de Rondônia como parte do Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste de Rondônia - CIMCERO, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações, condições e quantitativos descritos no termo de referência e seus anexos..)da Secretaria Municipal de Saúde.

Função	Servidor	Matrícula
Gestor de Contrato	Edimara Da Silva	25531
Fiscal Técnico	Noemia Marciana Pereira De Oliveira	26555
Fiscal	Andressa Fermino Gera Ronconi	26776
Fiscal Substituto	Sara Barsalobre Carvalho	26775

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação. Revogando a portaria n° 822/2024.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:840E83DF

DEPTO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO PREFEITO
PORTARIA Nº 992, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Altera membros da Portaria 795/2025 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, no processo Eletrônico n° 2545/2025

RESOLVE:
Art. 1º Altera membros designados pela Portaria 795/2025 doProcesso Eletrônico n° 2545/2025, cujo (OBJETO: Contratação de Serviço de Dedetização, Desinfestação, Desratização, Descupinização e Limpeza de Reservatório de Água, da Secretaria Municipal De Saúde.

Função	Servidor	Matrícula
Gestor	Edimara da Silva	25531
FiscalAdministrativo	Kelly Daiane Gavenda	23823
FiscalAdministrativo	VilsomAntonio Gonçalves Leal	24534
Fiscal	Lucimar Fernandes da Silva	26596
Fiscal	Rosilene de Souza	26693
Fiscal	Alcilene Batista da Cunha	24104
Fiscal	Quelli Janaina Mendes da Costa	23829
Fiscal	Clesia Peres de Laia	24006

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação. Revogando a portaria n° 795/2025.

[Documento Assinado Eletronicamente]
ALEXANDRE JOSÉ SILVESTRE DIAS
Prefeito

Publicado por:
João Felipe Marques Cordeiro de Oliviera
Código Identificador:ABCC402B

SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2025/2025/CAERD

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICO-SEMOSP.

CONTRATADA: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD.

OBJETO: Contratação de Serviço de abastecimento de água potável para o prédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Publicos - semosp de Campo Novo de Rondônia/RO, localizado na Av. Tancredo Neves, Nº 2055, setor 02 e cemitério localizado Rua Matriz s/n setor 02).

VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos a contar de 01 de junho de 2025.

VALOR TOTAL: R$ 61.530,00 (sessenta e um mil quinhentos e trinta reais), para o período de 60 (sessenta) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Ficha: 351 Unidade: 020707 - Projeto Atividade 26.122.0002.2014.0000 Atividades da Secretaria de Obras e Serv. Public. Elemento de Despesa nº 3.3.90.39.00 Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica.

Campo Novo de Rondônia, 21 de outubro de 2025.

MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO
Contratante

Publicado por:
Azemar Pereira de Oliveira
Código Identificador:17C736E3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 10226/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 20 de outubro de 2025.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR DE PROVIMENTO FUNÇÃO GRATIFICADA NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI , Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e, especialmente, com fundamento no artigo 87, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal.

A r t .1º **Exonerar a pedido** a servidora, **ELAINA ALESSANDRA PEREIRA C. SAAVEDRA** , Cadastro 4988, da função gratificada de Secretária Escolar Tipologia III, FGE-3, lotado na **M.E.F, Jônatas Coelho Neiva**, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Candeias do jamari:

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos a contar de 1 de novembro de 2025, Revogando-se as disposições contrário.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Dec.10.000/2025

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Costa Xisto
Código Identificador:3EC6D041

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 10227/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 20 de outubro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS DO JAMARI , Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição Federal e, especialmente, com fundamento no artigo 87, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal.

A r t .1º Nomear a servidora, EVELYN OLIVEIRA DOS SANTOS COSTA , Cadastro 5987, na função gratificada de Secretária Escolar Tipologia III, FGE-3, lotado na M.E.F, Jônatas Coelho Neiva, pertencente a Secretaria Municipal de Educação, desta Prefeitura Municipal de Candeias do jamari:

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos administrativos a contar de 1 de novembro de 2025, Revogando-se as disposições contrário.

Art. 3º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Dec.10.000/2025

LINDOMAR BARBOSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isadora Costa Xisto
Código Identificador:2C461090

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 470/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 20 de outubro de 2025.

QUE DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 01/2025

DO FISCAL DE CONTRATO

A Presidente do Conselho Escolar da CM Serafina Azevedo Soares, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas no Estatuto do Conselho;
Considerando a competência para designar o agente para acompanhar e fiscalizar os procedimentos de compras e contratações conforme estabelece o Regulamento Próprio de Compras e Contratações;
Considerando que a constituição desse agente é imprescindível para a promoção da correta e regular execução dos recursos financeiros e o respeito aos princípios basilares aplicáveis, em especial a segregação de funções.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora abaixo relacionada para acompanhar e fiscalizar, como titular, a execução do Contrato nº 01/2025, celebrado entre o Conselho Escolar da CM Serafina Azevedo Soares, CNPJ nº 16.803.817/0001-38, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação dos serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de centrais de ar condicionado, a ser executados nas dependências da Creche Municipal Serafina Azevedo Soares, localizada no município Candeias do Jamari.

• - Maria das Graças Ferreira da Silva , matrícula nº 13.483, Fiscal de Contrato;

Art. 2º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 15/10/2025.

CREUDYS MORAIS BARBOSA FRANÇA
Presidente do Conselho Escolar da CM Serafina Azevedo Soares

Publicado por:
Isadora Costa Xisto
Código Identificador:4E8D955B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 472/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 21 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE GESTORA DO CONTRATO Nº 63/2025/PGM/PMCJ CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A EMPRESA BMK CENTRO AUTOMOTIVO LTDA

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, no uso de suas atribuições legais e considerando o que preconiza a Lei Orgânica Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Anacele Costa da Silva**, Matrícula Nº 9295, para a Função de Gestora do Contrato Nº 54/2025/PGM/PMCJ, objeto do Processo Nº0002149-5.07.01-2025 de Prestação de SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 2 (DOIS) VEÍCULOS AUTOMOTORES DO TIPO HATCHBACK, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de Candeias do Jamari, nos termos do quadro de detalhamento e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

Art. 2º Cabe a Gestora do Contrato, em especial:

•Coordenar as atividades relacionadas à Fiscalização do Contrato;
•Acompanhar os registros realizados pelos Fiscaisdo Contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, bem como informar à autoridade superior aquelas que ultrapasse a sua competência;
•Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, bem como anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa;
•Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I docaputdo Art. 19 do Decreto Nº 11.246/2022;

...dentre outros que se fizerem necessários, conforme Art. 21 do Decreto Nº 11.246/2022 que regulamenta o disposto no Parágrafo 3º do Art. 8º da Lei Nº 14.133/2021.

Art. 3º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 01de setembro de 2025.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Dec. 10.000/2025

Publicado por:
Isadora Costa Xisto
Código Identificador:9A63D135

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 473/2025

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 21 de outubro de 2025.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCAIS ADMINISTRATIVO E TÉCNICO DO CONTRATO Nº 63/2025/PGM/PMCJ - EMRPESA BMK CENTRO AUTOMOTIVO

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que dispõe a Lei Orgânica do Município Art. 78º, Art. 87º inciso II, c/c art. 28, I, da Lei Complementar Nº 1.678, de 06 de janeiro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem sem prejuízo das suas funções, como **Fiscais Administrativo e Técnicos do Contrato Administrativo Nº 63/2025/PGM/PMCJ**que tem como objeto a“Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de 2 (dois) veículos automotores do tipo Hatchback, por período estimado de 12 (doze) meses”, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do município de Candeias do Jamari, nos termos do quadro de detalhamento e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
Fiscal Administrativo	Carlos Silva do Nascimento	**292
Fiscal Técnico	Francisco Trindade Lelis	**24
Suplente	Mairon Uelisson Rodrigues Ferreira	**140

Art. 2º Compete ao**Fiscal Administrativo do Contrato**, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do Contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
II - Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
III - Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;
IV - Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar

ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
V - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII docaputdo art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
VI - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII docaputdo art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
VII - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

Art. 3º Compete ao**Fiscal Técnico do Contrato**, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

I - Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
II - Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
III - Emitir Notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
IV - Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
V - Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
VI - Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
VII - Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
VIII - Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo, conforme o disposto no inciso VII docaputdo art. 21 do Decreto nº 11.246/2022;
IX - Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII docaputdo art. 21 do Decreto nº 11.246/2022; e
X - Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 25 do Decreto nº 11.246/2022, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

Art. 4º Cabe ao suplente, em conjunto com os demais Fiscais, elaborar e assinar os termos de Recebimento provisório, bem como Atestar as Notas Fiscais/Faturas, em caso de impedimento de assinatura por um dos membros da respectiva comissão.

Art. 5º Esta Portaria tem seus efeitos retroativos à 01/092025.

CLARICE LEMOS FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
Decreto Nº 10.000/2025

Publicado por:
Isadora Costa Xisto
Código Identificador:7084939C

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO ELETRÔNICO N. 030/2025/SML/PMCJ/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0002257.05.01-2025

A **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, através da **Superintendência Municipal de Licitação – SML**, torna público que realizará a **PREGÃO ELETRÔNICA**, no tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO para eventuais e futuras aquisição de material de consumo (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEI), para da Secretaria Municipal de Saúde, nas Unidades de Saúde Municipais. Método de Disputa: ABERTO**. Valor Estimado **R$ 752.298,96 (Setecentos e cinquenta e dois mil duzentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos)**. Data de Abertura: **05 de Novembro de 2025** às **10h00m. (DF)**. Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: https: //www.licitanet.com.br/;portal transparência da Prefeitura Municipal e PNCP. Qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br.

Candeias de Jamari – RO, **21 de Outubro de 2025**.

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO
Portaria n. 030/2025

Publicado por:
Raquel França Gil da Silva
Código Identificador:08520F41

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGAO ELETRONICO N. 037/2025/SML/PMCJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO No 0002881.21.01-2025

Objeto: Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, destinados à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMGRIC, conforme Convênio Transferegov.br no 972246/2024, disposto no art. 6o, inciso XLI Lei Federal no 14.133/21, Com o intuito de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento SEMAGRI . Comunico aos interessados SUSPENSÃO SINE DIE da sessão marcada para o dia 22/10/2025 às 10h DF para ajustes quanto à fasepreparatória junto à secretaria de origem para que posteriormente seja marcada nova data para a realização do certame.

Candeias do Jamari RO 21/10/2025

RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA
Pregoeira Portaria 030/2025

Publicado por:
Raquel França Gil da Silva
Código Identificador:EA85F0CF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
30° ATA ORDINARIA

Ata da trigésima (30ª) reunião ordinária, do segundo período legislativo, da nona legislatura, realizada no dia do Ano de 2025, às 19h30min (dezenove e trinta horas), nas dependências da Câmara Municipal, Castanheiras - RO. Aos treze (13) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025), às 19h30min (dezenove e trinta horas), sob a presidência do Excelentíssimo senhor **ANDRÉ DE OLIVEIRA - PP,** digníssimo vereador, secretariado pelo vereador, **NADIELLE PAIZANTE - UNIÃO,** digníssimo vereador**,** dá se início a **30ª sessão ordinária**, instalada a sessão o senhor presidente solicitou que fosse realizada a chamada nominal dos senhores vereadores para apuração do "quórum" legal. Cortejando-se a chamada com as assinaturas dos vereadores presentes, no livro de Registro de presença apurou - se que havia "quórum" legal para as deliberações sendo as seguintes presenças**: ANDRÉ DE OLIVEIRA – PP, GILSON DIAS BARBOSA – PP (AUSENTE COM JUSTFICATIVA), JOÃO**

BATISTA MINAS PEREIRA – PSD, MARTINA FERMINO DE FARIAS – PSB, NADIELLE CRISTHINE DE CARVALHO PAIZANTE – UNIÃO, PAULO CESAR PEREIRA – UNIÃO, RAFAEL DA SILVA – AVANTE, ROMARIO LEONER DE SOUZA – MDB, RONALDO DOS ANJOS – PP. Nesse momento o senhor presidente da boas vinda a todos Vereadores presente comprimentos a todos funcionários dessa casa, cumprimentar todos os internautas que está nos assistindo, convido o vereador para fazer a leitura da Bíblia, vereador Paulo e convido a todos para ficar de pé para ouvir a palavra da Bíblia, convido segundo secretário para fazer a leitura da primeira ordem do dia primeira parte: Trigésima reunião ordinária do segundo período legislativo da nona legislatura da câmara municipal de castanheiras/RO a ser realizada as 19:30hrs no dia 13 de outubro de 2025, ordem do dia primeira parte, item I Apreciação da ata da reunião anterior. Item II Apreciação do expediente recebido, **Apresentação do Projeto de Lei N°:050/GAB/2025** *ASSUNTO:* "Estima Receita e fixa despesa do município de Castanheiras para o exercício financeiro de 2026(LOA) e da outras providências." *AUTORIA:* **Executivo Municipal.** Item III palavras vagas aos vereadores inscritos no expediente, pequeno expediente e grande expediente. Nesse momento o presidente ANDRÉ solicita do secretário para fazer a leitura da ata da reunião anterior e então o vereador JOÃO faz um requerimento verbal para que seja suspensa a leitura da ata da reunião anterior, sendo aprovado o requerimento por unanimidade de votos favoráveis. Nesse momento o senhor presidente solicita do secretário que faça a leitura do expediente recebido, sem expediente recebido. Faculto a palavra ao vereador inscrito no expediente. ninguém escrito, faculto a palavra ao Vereador escrito no pequeno expediente ninguém inscrito também, senhor Presidente faculto a palavra Vereador escrito no grande expediente, nenhum Vereador inscrito. Nesse momento o presidente André em seguida faz o intervalo regimental de quinze (15) minutos, nesse momento Vereador JOÃO faz requerimento verbal para que seja suspenso o INTERVALO REGIMENTAL, sendo aprovado o requerimento por UNANIMIDADE DE VOTOS ficando SUSPENSO o intervalo regimental. Solicito que o senhor secretario faça a segunda chamada dos vereadores**: ANDRÉ DE OLIVEIRA – PP, GILSON DIAS BARBOSA – PP(AUSENTE COM JUSTIFICATIVA), JOÃO BATISTA MINAS PEREIRA– PSD, MARTINA FERMINO DE FARIAS – PSB, NADIELLE CRISTHINE DE CARVALHO PAIZANTE – UNIÃO, PAULO CESAR PEREIRA – UNIÃO, RAFAEL DA SILVA – AVANTE, ROMARIO LEONER DE SOUZA – MDB, RONALDO DOS ANJOS – PP.** Vereador André solicita ao secretário que faça a leitura da segunda ordem do dia**, Discussão e Votação do Projeto de Lei N°:044/GAB/2025** *ASSUNTO:* "Instituio plano plurianual no âmbito do município de Castanheiras – RO para período de 2026 à 2029, e da outras providências." *AUTORIA:* **Executivo Municipal.** Presidente passa para a discussão e votação, sem discussão passa para a votação, ficando assim, aprovado por unanimidade de votos de Vereadores presentes. Faculto a palavra ao vereador escrito em explicação pessoal. Não havendo ninguém escrito em explicação pessoal, Presidente-Vereador fala sobre o evento sobre o outubro rosa com a presença da fisioterapeuta Tatiane onde fez as atividades, e a Funcionária Jaqueline, no qual fez uma palestra com o tema "**outubro rosa, mês de prevenção, amor e cuidado com a saúde da mulher"** e agradece aos Vereadores presentes e a todos que estão presentes no plenário e declara em Nome de Deus encerrada essa sessão.

Castanheiras/RO, 15 de outubro de 2025.

Plenário Deliberativo:

"Rosalvo Alves da Silva".

Palácio Pedro Ferreira Gonçalves.

- Presidente:

- Vice-Presidente:

- 1º. Secretario:

- 2º. Secretario:

- Demais Vereadores:

Publicado por:
Fabiana Alves de Lana
Código Identificador:C389865C

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS
EXTRATO DE PROCESSO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18

Processo administrativo: 66/2025
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO.

Objeto: **Adesão na Ata de Registro de Preços 18/2025/ARP DO PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2025**
CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO torna pública a Adesão na Ata de Registro de Preços 18/2025 PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2025 pertencente a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS,** de acordo com a Lei Federal n° 14.133/21, e demais normas em vigor, consoante às especificações seguintes:

Órgão Gerenciador: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS/RO**
Objeto: Registro de preço para futura, eventual contratação de empresa para prestação de serviço de dedetização, desratização controle de pombos, limpeza de caixa d'agua.

Fornecedor: RAYUDE SOARES, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 22.963.049/0001-82, situada à Rua Serra Azul, nº 2660, Cep: 76.974-000, Bairro: Centro, Espigão d'Oeste, neste ato legalmente representada pelo(a), Sr°(a), Rayude Soares, Brasileiro (a), portador (a) do CPF nº 033.449.412-59, RG n° 1390102 SESDEC/RO.
Valor registrado: R$ 1.760,00 (Um Mil e Setecentos e Sessenta Reais).

Vigência da ARP: 23/05/2025 a 23/05/2026

Castanheiras, 21 de outubro de 2025

ANDRE DE OLIVEIRA
Presidente
Mat.355

Publicado por:
Rosineia Silva do Zaco
Código Identificador:EE5F399D

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI
CNPJ/CPF: 24.584.199/0001-00

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
138	Papel Sulfite, A4, Alcalino, Branco, 75Gr, Formato 210 x 297mm, Caixa com 10 resmas de 500 folhas	Ink	336	R$ 246,9900	R$ 82.988,6400

Valor Total Homologado - R$ 82.988,64

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:9199F1BA

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MORAES - ME
CNPJ/CPF: 02.437.839/0001-17

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
189	TONNER HP.LASERJET. M428FDW. M404DW	DSI	15	R$ 44,4900	R$ 667,3500

Valor Total Homologado - R$ 667,35

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:82D200C3

GABINETE
PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 229/GAB/2025 NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO

PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 229/GAB/2025

NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO

O Senhor CICERO APARECIDO GODOI, Prefeito do Município de Castanheiras/RO, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, em pleno atendimento ao disposto no art. 104, inciso III, e no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a Senhora NATALIA BORGHI CAFFER, portadora do CPF nº ***.798.362-**, Técnico de Engenharia-SEMPLAG, como responsável pela GESTÃO E FISCALIZAÇÃO do contrato nº 028/2.025, referente ao Processo Administrativo nº 591/2.025, Concorrência Pública nº 002/SUPEL/2.2025, realizado pelo Município, tendo como interveniente esta Unidade Gestora.

Art. 2º - DESIGNAR a Senhora, ADRIANE BRANCO DOS SANTOS, portadora do CPF nº ***.405.142-**, Secretaria de Gestão e Planejamento - SEMPLAG, para substituição como GESTÃO E FISCALIZAÇÃO do supramencionado contrato.

Art. 3º - Os Gestores/Fiscais de Contratos ora designados, além de representar o órgão contratante, exercerá suas funções em obediência ás disposições formais e legais que regem a matéria, especialmente:
I – Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle;
II – Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com execução do contrato, inclusive em tempo hábil para adoção das medidas que ultrapasse a sua competência, conforme o disposto § § 1º e 2º do art. 117 da Lei 14.133/2021;
III – Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento as especificações atinentes ao objeto, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos, encontrados se existentes, inclusive com a produção de provas, datando, assinado e colhendo assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
IV - Comunicar ao representante da parte contratante eventual descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações contratuais passiveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades passives.
V – Notificar a parte contratada, para que substitua os produtos/bens ou refaça os serviços que, possivelmente, apresentem divergências do objeto contratado, ou defeitos, ou seja, inservíveis ao consumo inviabilizando com isso o recebimento definitivo do objeto contratado, quando em etapa seguinte, não havendo atendimento da notificação, sugerir a parte contratante, o desfazimento do termo de contratado ou do ajuste firmado;
VI – Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo detalhado, assinado pelas partes de acordo com o art. 140 da lei de n° 14.133/2021, recusando de logo objetos, que não correspondam ao que foi contratado.
VII – Testar, quando o caso, o funcionando de equipamento, ou solicitar auxílio profissional para tal fim, e registrar a conformidade em documento.
VIII - Analisar, conferir os produtos e/ou serviços, e atestar as receptivas notas fiscais;
IX – Encaminhar a documentação respectiva ao setor de compras/serviços, para a liquidação da despesa, para posterior encaminhamento a controladoria do legislativo, visando pagamento.
X – Comunicar a administração eventual subcontratação de execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da administração ou qualquer outro descumprimento das cláusulas contratuais.
XI - Fiscalizar, se for o caso, os registros dos empregados da contratada para verificar a regularidade trabalhista;
XII – Verificar por intermédio do preposto da contratada, quando o caso, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar a administração para promoção do possível processo por motivo contratual;
XIII – Cobrar da contratada quando se tratar de obras ou serviços de engenharia o local de execução de serviços e na formatação padrão combinadas, as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos e/ou registro de situações merecedoras de conhecimento da parte

contratante, através do "Diário de Obras" cujas folhas desse deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes;
XIV – Zelar para que o contratante registre as ocorrências referidas no item inferior "Diário de Obras", com vista a compor o processo e servir como documento para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reinvindicações futuras;
Parágrafo Único - A Designação de que trata esta portaria, não será remunerada adicionalmente.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Castanheiras/RO, 17 de outubro de 2.025.

CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Publicado por:
Douglas Ferreira da Silva
Código Identificador:DDA74C32

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2025/SRP. MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO,** do tipo **Menor Preço Por Lote.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do **Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual aquisição parcelada de equipamentos, mobiliários, eletrodomésticos, utensílios, materiais permanentes e materiais de consumo relacionados ao funcionamento das unidades: CRAS, Casa de Acolhimento, Conselho Tutelar, Casa de Apoio, refeitórios e demais unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Processo Administrativo nº **965/2025**. Valor total de R$: 842.661,03 (oitocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e sessenta e um reais e três centavos). Data para recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **22 de outubro de 2025**; data para término de recebimento de proposta às **08:30** horas do dia **10 de novembro de 2025**; data da abertura de propostas: às **08:30 horas do dia 10 de novembro;** data de início da sessão pública: às **09:00 horas do dia 10 de novembro;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br "acesso identificado no link - licitações". Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 21 de outubro de 2025

MAGNO BARBOSA DA SILVA FERREIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Magno Barbosa da Silva Ferreira
Código Identificador:355585D2

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE MATERIAIS E OBRAS - CPLMO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2025 EXCLUSIVO MEI, ME E EPP - MODO DE DISPUTA ABERTO

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Agente de Contratação/Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal de nº 23/2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO nº126/2025,** do tipo **Menor Preço Por Item.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 2736/2024 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA. Processo Administrativo nº **2029/2025**. Valor Total R$: 87.839,88 (oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos). Início para cadastro de propostas: **08:00 horas do dia 22 de outubro de 2025**; Limite para cadastro de propostas: **08:30 horas do dia 05 de novembro de 2025**; data de início da sessão pública: **09:00 horas do dia 05 de novembro de 2025;** horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br. Informações Complementares no Portal www.chupinguaia.ro.gov.br, ou telefone (69) 3346-1460.

CHUPINGUAIA, 21 de outubro de 2025

SINDOVAL GONÇALVES
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Magno Barbosa da Silva Ferreira
Código Identificador:BC66BEF4

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
DECLARAÇÃO DE NÃO COMPARECIMENTO REFERENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº 066/2025

Declaramos o não comparecimento/desistência dos candidatosconvocados através do Processo Seletivo Simplificado 002/2025, processo administrativo nº 1228/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, 13/08/2025. Edição 4043, DECRETO Nº 752/2025 a baixo relacionados a comparecer na Secretaria Municipal de Administração SEMAD, no Departamento Pessoal nos dias úteis, no períodode**15/10/2025 a 17/10/2025**, no horário de**07h:00min. às 13h:00min.**

Enfermeiro 01 SEMUSA
SIRLENE APARECIDA DE OLIVEIRA NF 57

Este edital de não comparecimento entra em vigor a partir da data de sua publicação, obedecendo às normas do edital.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**JADSON PAULINO DE ABREU**,**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em 21/10/2025 às 09:18, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751466**e o código verificador**537C2754**.

Docto ID: 751466 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:BFEF7705

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO SELETIVO Nº. 068/2025

A Prefeitura Municipal de Chupinguaia, através da Secretaria Municipal de Administração, convoca os candidatos aprovados noProcesso Seletivo Simplificado 002/2025, processo administrativo nº 1228/2025 publicado no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, 13/08/2025. Edição 4043, DECRETO Nº 752/2025 Edição 4061, abaixo relacionado a comparecer na Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, no Departamento De Pessoal, nos dias úteis, no período de**22/10/2025 a 24/10/2025**, no horário de 07:00 às 13:00 horas, para fins de investidura e lotação.

Enfermeiro 01 - SEMUSA
DEBORA DAMIAO PONTES NF 57

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O EXERCICO DO CARGO
a) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
b) Pis/Pasep;
c) Certidão Negativa de Condenação Criminal e Civil (TJ/RO);CEU
d) Certidão Tribunal de Contas do Estado de Rondônia. (http://www.tce.ro.gov.br/);
e) Certidão municipal de taxas e tributos (Tributação e SAAE).
f) (02) Fotos 3X4 Recente;
g) Carteira Nacional de Identidade RG;
h) Cadastro de Pessoas Físicas CPF;
i) Título de eleitor e comprovante da última votação;
j) Documentos Militares, comprovantes que está em dia com as obrigações militares, se homem;
k) Certidão de Nascimento ou Casamento (se casado) trazer CPF cônjuge;
l) Certidão Nascimento dos Filhos menores de 14 anos e CPF;
m) Carteira de Vacina dos Filhos menores, devidamente atualizadas;
n) Exame Admissional; físico e mental; (Médico do trabalho e Psiquiatra).
o) Certificado de Escolaridade ou Diploma, de acordo com as exigências da Categoria;
p) Registro Profissional, quando for o caso, com a anuidade em dia;
q) Declaração que não possui outro emprego público, exceto cargos previstos em lei;
r) Comprovante de Residência atualizado;
s) Conta Bancária. (Banco do Brasil)
t) Declaração de Bens e Valores;

O não comparecimento do(s) candidato(s) nos DIAS E HORÁRIOS CITADOS, a ausência da documentação exigida, implicarão na exclusão da classificação do(s) candidato(s) do referido processo seletivo.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**JADSON PAULINO DE ABREU**,**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em 21/10/2025 às 09:18, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751457**e o código verificador**43C10F40**.

Docto ID: 751457 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:F011EFB2

DEPARTAMENTO DE PESSOAL - RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO VOLUNTARIADO Nº. 007/2025

A Prefeitura Municipal de Chupinguaia, através da Secretaria Municipal de Administração, convoca os candidatos aprovados no Editalnº001/ADM/2025,Processo Seletivo para o Programa Voluntariado, Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 11/07/2025. Edição 4020,abaixo relacionado a comparecer na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, nos dias úteis, no período de **22/10/2025 a 28/10/2025**, no horário de 07:00 às 13:00 horas, para assinatura de Termo de Adesão.

AUXILIO DE RECEPÇÃO PORTÃO E PÁTIO 01 SEMED
Gervasio Prado da Silva NF 46

Documentos Necessários Para Assinatura do Termo de Adesão ao Serviço Voluntariado.

a)(01) Fotos 3 x 4 Recente;
b)Carteira de Identidade RG;
c)Cadastro de Pessoas Físicas CPF;
d)Pis/Pasep;
e)Título de eleitor e comprovante da última votação;
f)Documentos Militares, comprovantes que está em dia com as obrigações militares, se homem;
g) Comprovante de Residência atualizado.
h) Conta Bancária. (Banco do Brasil)

O não comparecimento do(s) candidato(s) nos DIAS E HORÁRIOS CITADOS, a ausência da documentação exigida, implicarão na exclusão da classificação do(s) candidato(s) do referido processo seletivo.

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**JADSON PAULINO DE ABREU**,**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, em 21/10/2025 às 09:18, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751471**e o código verificador**C5D67375**.

Docto ID: 751471 v1

Publicado por:
Luzia Arcanjo Salmento Garcia
Código Identificador:8257FEE0

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO 299-2025 - PROC 1356

EXTRATO DO CONTRATO N°.0299/25
DAS PARTES:

-**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA.**
- M. F. MARTINS - ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, bem como na realização de detalhes operacionais das instalações elétricas de iluminação do município de Chupinguaia e seus distritos, incluindo materiais elétricos para manutenções, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0099/25**,**Proc. Adm. Nº 1356/2025

DA DOTAÇÃO:02.06.02 -SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS SEMOSP ATIVIDADES DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS - RECURSOS LIVRES
15.452.0027.2082.0000 - MANUTENÇÃO DE AVENIDAS E PRAÇAS
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
NOTA DE EMPENHO Nº3659 DE 10 DE OUTUBRO 2025

RESERVA ORÇAMENTARIA 2026

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:020602- ATIVIDADES DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS -RECURSOS LIVRES
FUNCIONAL:15.452.0027.2082.0000 - MANUTENÇÃO DE AVENIDAS E PRAÇAS
3.3.90.39.99 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
VALOR A SER EMPENHO R$ 251.550,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E UM MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS)

VALOR: R$ 335.400,00 (trezentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais)

DO PRAZO:12 (doze) meses

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de outubro de 2025

Chupinguaia - RO, 20 de outubro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 21/10/2025 às 11:25, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751567**e o código verificador**631DE785**.

Referência: Processo nº 1-1356/2025.	Docto ID: 751567 v1

Publicado por:
Ailton Rodrigues
Código Identificador:B33D9220

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0300/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0300/25
DAS PARTES:

-PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA.
-EGM SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma do ginásio da EMEIEF Valter José Zanella, localizada no endereço Rua Ulisses Guimarães, quadra 07, lote 01-B, Distrito Guaporé, no município de Chupinguaia, com área de 521,85 m², sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação SEMED

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0009/25**,**Proc. Adm. Nº 1099/2025

DA DOTAÇÃO:02.07.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED ATIVIDADES DO ENSINO - RECURSOS VINCULADOS
12.361.0023.1223.0002 CONSTRUÇÃO REFORMA E ADPTAÇÃO DE ESCOLAS.
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALACOES
NOTA DE EMPENHO N°3664 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

02.07.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED ATIVIDADES DO ENSINO - RECURSOS VINCULADOS
12.361.0023.1223.0002 CONSTRUÇÃO REFORMA E ADPTAÇÃO DE ESCOLAS.
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALACOES
NOTA DE EMPENHO N°3665 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

VALOR: R$ 208.899,98 (duzentos e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos)

DO PRAZO:240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de outubro de 2025

Chupinguaia - RO, 20 de outubro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 12:48, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751239**e o código verificador**7BDE7ADC**.

Referência: Processo nº 1-1099/2025.	Docto ID: 751239 v1

Publicado por:
Natália Izabel Ferreira Lima
Código Identificador:97E92D8C

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO N°.0301/25

EXTRATO DO CONTRATO N°.0301/25
DAS PARTES:

-PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA.
-EGM SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia civil para reforma do Centro Educação Inf. Jovelina B. Oliveira Av. 15 de novembro, setor misto, quadra 20, lote 07-A com área de 562,64m², atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação SEMED

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 0007/25**,**Proc. Adm. Nº1174/2025

DA DOTAÇÃO:02.07.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED ATIVIDADES DO ENSINO - RECURSOS VINCULADOS
12.365.0023.1229.0000 QUADRA POLIESPORTIVA- CENTRO INFANTIL JOVELINA BATISTA. DE OLIVEIRA
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALACOES
NOTA DE EMPENHO N°3661 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

02.07.03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED ATIVIDADES DO ENSINO - RECURSOS VINCULADOS
12.365.0023.1229.0000 QUADRA POLIESPORTIVA- CENTRO INFANTIL JOVELINA BATISTA. DE OLIVEIRA
4.4.90.51.00 - OBRAS E INSTALACOES
NOTA DE EMPENHO N°3662 DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

VALOR: R$ 297.250,00 (duzentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta reais)

DO PRAZO:240 (duzentos e quarenta) dias consecutivos

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de outubro de 2025

Chupinguaia - RO, 20 de outubro de 2025

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora do Município

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460
Documento assinado eletronicamente por**RAQUEL LISBOA LOUBACK**,**PROCURADOR MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 12:47, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**751222**e o código verificador**86CC1BC7**.

Referência: Processo nº 1-1174/2025.	Docto ID: 751222 v1

Publicado por:
Natália Izabel Ferreira Lima
Código Identificador:0A18CB95

PROCURADORIA GERAL
ORDEM DE SERVIÇO DO TERCEIRO ADITIVO

ORDEM DE SERVIÇO DO TERCEIRO ADITIVO

A Secretária Municipal de Educação do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia,**Maria Cândida Gurgel,**usando das atribuições legais que lhe confere, através do presente autoriza à:

CONTRATADO:
EMPRESA:R & R LTDA
CNPJ:11.006.117/0001-07

ENDEREÇO:

Rua Espanha, nº. 3095, Bairro: JARDIM EUROPA,			
PROCESSO Nº	**CONTRATO Nº**	**EMPENHO Nº**	**DATA DO EMPENHO**
1261/2024	0271/2024(ID 601270)	(ID 743325)	02/10/2025

VALOR CONTRATUAL:
R$ 52.490,19(cinquenta e dois mil, quatrocentos e noventa reais e dezenove centavos.)

PRAZO DE EXECUÇÃO:
90 (Noventa) dias.

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA REFORMA DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL JOVELINA BATISTA OLIVEIRA, LOCALIZADO NA AV. 15 DE NOVEMBRO, SETOR MISTO, QUADRA 20, LOTE 07-A COM ÁREA DE 562,64M², ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SEMED,de acordo com o termo de referência e demais especificações contidas no edital e seus anexos.

Conforme exposto acima, a Secretária Municipal autoriza a EMPRESA a iniciar os serviços.

Chupinguaia/RO, 09 de outubro de 2025.

MARIA CÂNDIDA GURGEL	***R & R LTDA***
Secretária Municipal de Educação	CNPJ:11.006.117/0001-07

Av. Valter Luiz Filus n.1133 - Chupinguaia RO.

E-mail:gabinete.chp@hotmail.com- CEP: 76990-000- Fone: 3346-1460

Documento assinado eletronicamente por**MARIA CANDIDA GURGEL**,**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, em 09/10/2025 às 11:47, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

Documento assinado eletronicamente por**Rubens Olivio Mota Pigozzo**,**Proprietário**, em 10/10/2025 às 07:12, horário de Chupinguaia/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 2.210 de 02/12/2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.chupinguaia.ro.gov.br, informando o ID**746819**e o código verificador**93E04092**.

Referência: Processo nº 1-1261/2024.	Docto ID: 746819 v1

Publicado por:
Rosangela Alves de Lima
Código Identificador:1EA425EF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRIAS Nº 102, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e de acordo com as Leis Municipais nº 2.394/2022, 2.406/2022, 2.420/2022 e 2.470/2023, regulamentadas pelos Decretos Municipais n, 210/2022 e 251/2022;
RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER ao Conselheiro GILSON DEIRO FEREEIRA, ocupante do cargo de Conselheiro municipal de saúde na SEMUSA, desta Administração Municipal, 02 (duas) diárias de ajuda de custo no valor total de R$ 200 (duzentos reais), de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 5º do Decreto nº 210/2022, totalizando um montante de R$ 200 (duzentos reais), no período de 29/09/2025 a 30/09/2025, onde o mesmo se deslocará a Vilhena com o objetivo de Participação numa capacitação para conselheiros.
Parágrafo Único - Usando como meio de Transporte: OFICIAL
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Cereneu João Nauê, 20 de outubro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 - Centro - Fone 069- 3341-3421 – CEP 76.993-000
Email gabprefcol@hotmail.com / Site www.coloradodooeste.ro.gov.br
COLORADO DO OESTE - RO
Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por Edmilson Rodrigues de Almeida, Prefeito, em 20/10/2025 às 08:51, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
Documento assinado eletronicamente por Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE, em 21/10/2025 às 06:35, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do Decreto nº 095 de 29/04/2020.
A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br, informando o ID 512904 e o código verificador 8684C941.
Referência: Processo nº 1-2333/2025. Docto ID: 512904 v1

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:8638A7BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 56/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1864/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 56/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1864/2025
TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) PREFEITO MUNICIPAL, ADJUDICA E HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é**: AQUISIÇÃO DE UM KIT DE IRRIGAÇÃO PARA O VIVEIRO DE CACAU, ATENDENDO A PARCERIA DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE – RO.**

PROPONENTE/FORNECEDOR	QUANTIDADE DE ITENS	TOTAL DOS ITENS
RAEFEL SOLUÇÕES LTDA - 41.497.853/0001-68	1	R$ 32.562,00
TOTAL		R$ 32.562,00

ADJUDICO/HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

Colorado do Oeste-RO, 21 de outubro de 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larissa Ribeiro Rodrigues
Código Identificador:D4EAADB2

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES

CÂMARA MUNICIPAL DE COSTA MARQUES
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2025

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025

Por meio do presente, torna público o aviso de contratação pela Câmara Municipal de Costa Marques-RO, inscrita no CNPJ sob o n° 04.392.387/0001-20, situada na Av. Chianca, n° 1386, Centro, Costa Marques-RO por meio de inexigibilidade de licitação, fundamentado no art. 74, III, alínea "f" da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme Termo de Referência, cujo objeto é:

"Contratação por inexigibilidade de licitação com a empresa **INSTITUTO RUY BARBOSA – Escola de Gestão Pública LTDA**, CNPJ: 28.407.129/0001-38, com sede com sede na Av: central, 615, núcleo bandeirante, Brasília-DF - CEP: 70.070-050, com as inscrições de 04 (quatro) vereadores e um(1) servidor: Juliane Duarte Sena das Neves(Presidente), Ana Cristina Gomes Justiniano, Mauro Sérgio Costa, Lucineia Rodrigues Justiniano e o servidor Eric Alves Mandrick, para o curso presencial de capacitação referente "O LEGISLATIVO E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS/ LEI ORÇAMENTÁRIAS/PPA, que será realizado no Hotel Rondon Palace, situado na Av: Gov. Jorge Teixeira, 491, Nossa Sra. Das Graças, Porto Velho-RO, nos dias 21 a 24 de outubro de 2025."

VALOR: R$ 5.750,00 (Cinco mil, setecentos e cinquenta reais).

Costa Marques-RO, 21 de outubro de 2025

CLEONICE APARECIDA ORTIZ
Agente de Contratação
Dec. 051/CMCM/2025

Publicado por:
Cleonice Aparecida Ortiz
Código Identificador:DEB584F3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAL
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

Processo administrativo nº 1222/2025.
Assunto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços Banco de Preços praticados pela Administração Pública, visando atender às necessidades desta Prefeitura Municipal de Costa Marques/RO por intermédio desta Superintendência Municipal de Licitações - SUPEL.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 57

JUSTIFICATIVA:
A contratação da empresa **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA,** inscrita no **CNPJ: 07.797.967/0001-95,** está visando atender ao solicitado da Superintendência de Licitação, visto que tal contratação visa suprir a necessidade do setor referente à pesquisa de valores de marcado de produtos e serviços, uma vez que a Administração Pública como um todo enfrenta uma grande dificuldade para conseguir os orçamentos necessários para formação do preço de referência/estimado de uma licitação tudo conforme justificativa no termo de referência elaborado pela secretaria acima citada.

CREDOR:
NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA
End. R. Izabel a Redentora, nº 2356
Bairro: Centro
São José dos Pinhais - PR
Cep: 83.005-010
CNPJ: 07.797.967/0001-95

OBJETO:
Despesa com pagamento em contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços Banco de Preços.

VALOR:
O valor da despesa é de R$ 14.990,00 (quatorze mil, novecentos e noventa reais).

BASE LEGAL:
Lei **14.133, de 01/04/2021**, art. 74, que dispõe:" É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
I) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
Esta licitação inviabiliza a concorrência, pois se refere o pagamento de empresa especializada ao objeto contratado, cujo órgão existe para tal fim, conforme documentos anexo aos Autos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COSTA MARQUES, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e considerando do que consta do processo administrativo nº 1222/2025, **resolve RATIFICAR A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**.

Dê-se ciência e Publique-se.

Costa Marques-RO, 21 de outubro de 2025.

FABIOMAR AGOSTINI BENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Arriates Neto
Código Identificador:D816F8B4

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 227, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 227/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER à Vereadora **Sra. RENATA VIANA FERREIRA, CPF nº ***.302.***.-33**, o total de **2,5 (duas) diárias e meia**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.

Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:9C2B0D80

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 228, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 228/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Vereador Sr. REGINALDO SILVA DE OLIVEIRA, CPF nº *.133.***-20,** o total de de **2,5 (duas) diárias e meia,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:DD3D55E7

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 229, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 229/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia ao Vereador Sr. HERLON PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº *.898.***-04,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:69518BF7

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 230, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 230/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER ao Vereador Sr. JÂNIO RODRIGUES DE SOUZA, sem CPF informado, o total de **2,5 (duas) diárias e meia,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:1E09B069

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 231, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 231/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia ao Vereador Sr. JEAN VINICIUS DE LIMA RODRIGUES, **CPF nº ***.926.***-99**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:383BD1C4

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 232, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 232/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER a Vereadora Sra. ANA PAULA CRISTO RODRIGUES, CPF nº *.488.***-10**, o total de **2,5 (duas) diárias e meia,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:A53D9012

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 233, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 233/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia ao **Vereador Sr. ALÉCIO SOARES FERNANDES**, **CPF nº ***.311.***-34**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.
Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:C2A63813

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 234, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 234/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia ao Vereador Sr. JONAS CORDEIRO DE SOUZA, CPF nº *.765.***-20**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:0EAA35E3

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 235, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 235/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 03 (três) diárias a Sra. LIDIANA PEREIRA PEREIRA DOS SANTOS, CPF nº *.798.***-04,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:2F42E1EB

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 236, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 236/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meiaa **Sra. ADRIANA CARDOSO DO SANTOS, CPF ***.470.***-72**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:BC69AFB0

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 237, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 237/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia a Sra. ANDREIA F. DA SILVA SANTANA, CPF nº *.582.***-44,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:65AE17F1

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 238, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 238/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 03 (três) diárias a Sra. DINA MARA PRUDENCIO, CPF nº *.832.***-00,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:DAD76D5C

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 239, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 239/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:
Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia a Sra. ROSEMARY APARECIDA DARTIBA, CPF nº *.878.***-15,** para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:A3F17079

CÃMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM
PORTARIA, N° 240, 21 DE OUTUBRO DE 2025

CÂMARA MUNICIPAL DE CUJUBIM

PODER LEGISLATIVO

PORTARIA DE DIÁRIA 240/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Cujubim-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1.º – CONCEDER 2,5 (duas) diárias e meia ao Servidor **Sr. JANSEN DE LIMA RODRIGUES**, **CPF nº ***.347.***-48**, para participar do **curso "Políticas Públicas e Gestão"**, que será realizado nos dias **22, 23 e 24 de outubro de 2025**, no **Hotel Larison**, em **Porto Velho/RO**.

Art. 2. ° - O Proposto da diária supra citadas terá o prazo de dez (10) dias a contar da data de cada concessão para a prestação de contas das mesmas.
Art. 3º - Com base nos documentos juntados nos autos **HOMOLOGO** o procedimento deste processo que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Art. 4 ° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Agostinho Becker, Cujubim- RO, em 21 de outubro de 2025.

HAROLDO RODRIGUES FIGUEREDO
Presidente

Publicado por:
Douglas Vinicius Nunes Mendes
Código Identificador:0F432FA1

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 2067 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

AV CONDOR, 2588 CNPJ:84736941/0001-88

DECRETO Nº 2067 , DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE CUJUBIM, no uso de suas atribuições legais.

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 1.516.914,49 distribuídos as seguintes dotações:

Local: 020601 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
Ficha: 753 - 26.782.0006.2047.0000 GESTAO DE POLITICAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL 1.516.914,49
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:
Superávit Financeiro: 1.516.914,49

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUJUBIM, 20 de outubro de 2025

JOAO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Kariny Gaspar de Matos
Código Identificador:0934FA97

CPL COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 037/2025.

O Município de Cujubim – RO, através do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº: 1597 de 10 de Janeiro de 2024, torna público aos interessados e a quem possa interessar o resultado final do Pregão Eletrônico nº 037/2025.
Pregão Eletrônico nº 037/2025, ocorrido em 02 de Outubro de 2025 as 09h30mim (horário de brasília).
Objeto: **Aquisição de materiais permanentes do tipo cortinas persianas para compor o Centro Referência de Assistência Social CRAS, Casa de Acolhimento Municipal,Conselho Tutelar do município de Cujubim, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, conforme Termo de Referência.**
Empresas Vencedoras: **HOME COMERCIO E SERVICO LTDA** - CNPJ**: 44.116.956/0001-29,** vencedora do Lote **01,** valor total finalizado de R$: 11.570,00 (Onze Mil Quinhentos e Setenta Reais). Valor Total da Licitação R$: **11.570,00 (Onze Mil Quinhentos e Setenta Reais).**
Para maiores informações, no endereço Av. Condor, nº 2588, Centro, na sala de pregões da Prefeitura Municipal de Cujubim, Estado de Rondônia, ou pelo telefone (69) 3582 2004 / 2062.

Cujubim/RO, 03 de Outubro de 2025.

SERGIO HENRIQUE S. ZUCCOLOTTO
Pregoeiro

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:72E10685

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – CSPAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-1320/2025

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 07h49min, na Sala do IFRO, pavilhão 04 da escola Aluísio Becker, localizado no endereço.: Avenida Galo da Serra, Setor 01, nº 2.113, CEP 76.864-000, Cujubim/RO, reuniram-se os membros nomeados pela Portaria nº 245, de 04 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3994, os servidores: Luciano Mendes da Silva, matrícula nº 238, Presidente da

Comissão; Marcelo Carlos de Melo, matrícula nº 460, Membro; e Rubens Machado, matrícula nº 2.967, Membro; com a finalidade de proceder à instalação formal dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar (CSPAD) no âmbito do Poder Executivo Municipal.
Durante a reunião, o Presidente da Comissão, Sr. Luciano Mendes da Silva, declarou oficialmente instaurados os trabalhos da referida comissão, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei Municipal nº 42/1997, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.190/2020, que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais, e demais legislações correlatas, em especial a Lei Municipal nº 1.416/2023, que trata da percepção de jetons pelos membros da comissão, e a Lei Municipal nº 1.042/2017, que rege a concessão de diárias e deslocamentos, quando cabível.

O Presidente designou ainda, conforme disposto no §5º do art. 1º da Portaria nº 245/2025, o membro Marcelo Carlos de Melo, matrícula nº 460 para exercer a função de Vice-Presidente da Comissão, e o membro Rubens Machado, matrícula nº 2.967 para a função de Secretário da Comissão, ficando, assim, estabelecida a estrutura de funcionamento para os trabalhos da CSPAD.
Após as designações e formalidades, foi ressaltada a obrigatoriedade de observância ao devido processo legal, contraditório e ampla defesa, conforme preceitua o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica do Município de Cujubim e a legislação infraconstitucional municipal aplicável.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente ata, que após lida e aprovada, vai devidamente assinada por todos os membros presentes.

Cujubim/RO, 20 de Outubro de 2025.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente – Matrícula 238

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-Presidente – Matrícula 460

RUBENS MACHADO
Secretário – Matrícula 2.967

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:DEC169AA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.068 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"DISPÕE SOBRE A TRANFERÊNCIA DA DATA DE COMEMORAÇÃO DO DIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOAO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX.
CONSIDERANDO o disposto no art. 236 da Lei Nacional nº 8.112/90 e o disposto no art. 233 da Lei Municipal nº 1.336/2007;
CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 5º do Decreto Estadual nº 29.900/2024 e o disposto no inciso XII do art. 1º da Portaria MGI nº 9.783/2024;

DECRETA

Art. 1º - Fica transferido o ponto facultativo do dia **28 de outubro (terça-feira) de 2025, correspondente ao Dia do Servidor Público Municipal, para o dia 27 de outubro (segunda feira) de 2025.**
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cujubim/RO, 21 de Outubro de 2025.

JOAO BECKER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:0C90D4A0

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.657 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CUJUBIM, ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 65, da Lei Orgânica do Município,

Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º – Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R$ **1.516.914,49**, distribuídos as seguintes dotações:

02 06 01 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

753 26.782.0006.2047.0000 GESTAO DE POLITICAS DE INFRAESTRUTURA URBANAS E **1.516.914,49**
4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R.: 1042 2 700
2 Recursos de Excercícios Anteriores
002 269 IMPLANT. PASSAGEM MOLHADA ESTR. VICINAIS

Art. 2º – O crédito adicional aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Superávit: 1.516.914,49
Fontes de Recurso
2 700 **1.516.914,49**

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAO BECKER
Prefeito Municipal

Projeto de Lei nº **067/GP/2025**
Autógrafo de Lei nº **080/GP/2025**

Publicado por:
Allan Cardoso Pipino
Código Identificador:72F68002

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 414 DE 13 DE OUTUBRO DE 2025.

NOMEIA GESTOR, AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PARCERIA. CELEBRADA POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e demais normativos legais, faz uso deste mecanismo de Lei Nº 13.019 para regulamentar o processo de Termo junto ao Terceiro Setor;

CONSIDERANDO, as normas gerais da Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Nº 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, define diretrizes para a politica de fomento, de colaboração e acordo de cooperação com organizações da sociedade civil e institui o termo de colaboração e o termo de fomento;

CONSIDERANDO, o inciso VI, art. 2º, que disciplinam sobre gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Neusa Henrique da Silva como Gestora do Termo de Fomento nº 013/2024, cujo objeto consiste em estabelecer as condições necessárias para a execução de atividades voltadas à promoção de ações de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, mediante a transferência de recursos financeiros. O referido Termo tem por finalidade o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Mães de Autistas de Cujubim AMAC, entidade regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 24.351.303/0001-17.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:5E855B12

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 415 DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

NOMEIA GESTOR, AGENTE PÚBLICO RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PARCERIA. CELEBRADA POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO OU TERMO DE FOMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX e demais normativos legais, faz uso deste mecanismo de Lei Nº 13.019 para regulamentar o processo de Termo junto ao Terceiro Setor;

CONSIDERANDO, as normas gerais da Lei Federal Nº 13.019/2014, alterada pela Lei Nº 13.204/2015, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, define diretrizes para a politica de fomento, de colaboração e acordo de cooperação com organizações da sociedade civil e institui o termo de colaboração e o termo de fomento;

CONSIDERANDO, o inciso VI, art. 2º, que disciplinam sobre gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Laureni Martins Santiago como Gestora do Termo de Fomento nº 012/2024, cujo objeto consiste em estabelecer as condições necessárias para a execução de atividades voltadas à promoção de ações de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, mediante a transferência de recursos financeiros. O referido Termo tem por finalidade o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), conforme descrito no Plano de Trabalho apresentado pela Associação de Mães de Autistas de Cujubim AMAC, entidade regularmente constituída, de natureza jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 24.351.303/0001-17.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:70D12372

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 416 DE 14 OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e dá outras providências.

JOÃO BECKER, Prefeito de Cujubim , Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear O Conselho Municipal de Direitos do idoso , que ficará composto por membros titulares e seus respectivos suplentes.

Presidente: Daliria Dahm de Lima
Vice Presidente: Marcelo Rocha da Silva
1° Secretaria; Eliane Vieira de Souza .

Representante da Secretaria de Assistência Social (SEMAS)
Titular: Marcelo Rocha da Silva.
Suplente: Neusa Henrique da Silva.

Representante da Secretaria de Saúde (SEMSAU)
Titular: Daliria Dahm de Lima
Suplente: Timóteo Mateus Muzeka Bugança

Representante da Secretaria de Educação (SEMEC)
Titular: Rogiane da Silva Cruz
Suplente: Eliane Vieira de Souza

Representantes Não Governamentais Igreja Evangélica Assembleia de Deus
Titular: Sebastião Vitorino Filho
Suplente: Eilson Alves dos Santos

RepresentantesAssociação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)
Titular: Maria Aparecida Lopes Ananias
Suplente: Marcelina Ferreira da Silva

RepresentantesIgreja Católica
Titular: Marilaine Assone Cecatte Onofre
Suplente: Valmir Leal Resende

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim-RO.

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:02E77C68

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 420 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 1-1140/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUJUBIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 42/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com as alterações da Lei nº 1.190/2020;

Considerando a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 1-1140/2025, por meio da Portaria nº 245, de 04 de junho de 2025, em face do servidor Marcelo Campos Berg, Secretário Municipal de Infraestrutura, para apuração de suposta irregularidade funcional;

Considerando o Relatório Final da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CSPAD (ID 417624, de 08/10/2025), que concluiu pela inexistência de dolo, má-fé, prejuízo ao erário ou infração disciplinar, reconhecendo tratar-se de ato emergencial, reversível e sem dano ao patrimônio público;

Considerando a recomendação expressa da Comissão pelo arquivamento do feito, com fundamento no art. 201, §1º, da Lei Municipal nº 42/1997, com redação dada pela Lei nº 1.190/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o ARQUIVAMENTO do Processo Administrativo Disciplinar nº 1- 1140/2025, instaurado em face do servidor Marcelo Campos Berg, Secretário Municipal de Infraestrutura, por ausência de tipicidade disciplinar e inexistência de dano ao erário.

Art. 2º- A Secretaria Municipal de Administração providenciará as devidas anotações funcionais, bem como dará ciência ao interessado e às unidades competentes.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cujubim/RO, 21 de Outubro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim/RO

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:9C6D81AC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 421 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO 042/PGM/2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JOÃO BECKER,Prefeito de Cujubim, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 65 inciso IX,

CONSIDERANDO que cabe à Autarquia, nos termos do disposto nos artigos 8°, inciso 3° e 67 da Lei nº.14.133/2021, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter gestor e fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade;
RESOLVE;

Art. 1º - Designar a servidora PRISCILA BRITO PEREIRA, como GESTORA, e a Servidora ROSICLEIA DE AMORIM CHAVES como FISCAL, do Contrato nº 042/PGM/2025, que tem como objeto: Locação / Aluguel de imóvel, considerando a necessidade temporária de realocação da Equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência SAMU, no período em que as instalações da Base Descentralizada se encontram em reforma.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a PORTARIA Nº 305 DE 23 DE JULHO DE 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito Municipal de Cujubim-RO.

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:082A36E8

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 1031/2025

O **Prefeito do Município de Cujubim**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, baseados nos procedimentos licitatórios e mediante parecer da Controladoria, resolve:

ADJUDICAR o Objeto e **HOMOLOGAR** a Licitação, nos termos do Art. 71, Inciso IV da Lei Federal nº: 14.133/2021 e posteriores alterações, nestes termos.

Processo Administrativo de nº 1031/2025.

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 032/2025.

Objeto: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS COM VISTAS A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MAQUINA E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DE FORMA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES NO MUNICIPIO DE CUJUBIM/RO.

Data Homologação: 21/10/2025.

Valor Total Homologado R$: **2.023.345,00 (Dois Milhões Vinte e Três Mil, Trezentos e Quarenta e Cinco Reais).**
Empresa: CASA DO LAVRADOR MAQUINAS E FERTILIZANTES LTDA - CNPJ**: 60.049.568/0001-29.**
Valor R$: **1.052.000,00 (Hum Milhão e Cinquenta e Dois Mil Reais).**

Empresa: MOVIMENTO AGRICOLA RO LTDA - CNPJ**: 60.712.295/0001-50**
Valor R$: **605.745,00 (Seiscentos e Cinco Mil Setecentos e Quarenta e Cinco Reais).**

Empresa: DELBA VICENTINI CREMASCO - CNPJ**: 03.138.598/0001-78.**
Valor R$: **261.600,00 (Duzentos e Sessenta e Um Mil e Seiscentos Reais)**.

Empresa: ASUS - INDUSTRIA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA - CNPJ**: 10.303.297/0001-18.**
Valor R$: **104.000,00 (Cento e Quatro Mil Reais)**.

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim – RO, 21 de Outubro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO.

Publicado por:
Sergio Henrique Santuzzi Zuccolotto
Código Identificador:0983CB00

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 1305/2025

O**Prefeito do Município de Cujubim**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista os procedimentos licitatórios e parecer da Procuradoria, resolve:

ADJUDICARo Objeto e**HOMOLOGAR**a Licitação, nos termos do Art. 71, Inciso IV da Lei Federal nº: 14.133/2021 e posteriores alterações, nestes termos.

Processo Administrativo de nº 1305/2025.
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 015/2025.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA A REALIZAÇÃO DA REVISÃO OBRIGATÓRIA DO VEICULO AGRALE/MASCA GRMICRO E O, PLACA SLH6A12, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO HOSPITAL DE PEQUENO PORTE DE CUJUBIM- RO,conforme especificações do Manual do Fabricante (ID 420198), para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, nas condições definidas noTermo de Referência(ID 420335).

Data Homologação: 21/10/2025.

Valor Total Homologado R$:**3.187,91 (Três mil, cento e oitenta e sete reais e noventa e um centavos).**

Empresa: ROVEMA VEÍCULOS E MAQUINAS LTDA
CNPJ: 02.118.203/0001-02

Autorizo a emissão da nota de empenho correspondente.

Cujubim RO, 21 de Outubro de 2025.

JOÃO BECKER
Prefeito do Município de Cujubim/RO

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:FBFE5E23

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE FIDELIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 1-1320/2025

Aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 08h12min, na Sala do IFRO, pavilhão 04 da escola Aluísio Becker, localizado no endereço.: Avenida Galo da Serra, Setor 01, nº 2.113, CEP 76.864-000, Cujubim/RO, os membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar – CPSPAD, designados pela Portaria nº 245/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3994, composta pelos servidores: Luciano Mendes da Silva, matrícula nº 238, na qualidade de Presidente; Marcelo Carlos de Melo, matrícula nº 460; e Rubens Machado, matrícula nº 2.967, na função de Secretário, DECLARAM, por meio deste instrumento, que se comprometem a manter a fidelidade, integridade, confidencialidade e zelo no tratamento das informações e documentos referentes ao Processo Administrativo em questão, instaurado no âmbito do Poder Executivo Municipal de Cujubim/RO.
O presente Termo é firmado com base nos princípios constitucionais do devido processo legal, ampla defesa e contraditório (art. 5º, incisos LIV e LV da Constituição Federal), nos dispositivos da Lei Municipal nº 42/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 1.190/2020, e demais normas correlatas, assegurando que todos os atos processuais e apuratórios serão desenvolvidos com imparcialidade, legalidade, moralidade e transparência, sendo vedada a divulgação indevida de qualquer conteúdo constante nos autos até decisão final da autoridade competente.

Cujubim/RO, 20 de Outubro de 2025.

LUCIANO MENDES DA SILVA
Presidente – Matrícula 238

MARCELO CARLOS DE MELO
Vice-Presidente – Matrícula 460

RUBENS MACHADO
Secretário – Matrícula 2.967

Publicado por:
Edilaine Kochinski Bervanger
Código Identificador:8704EB65

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PROCESSO: N° 83/2025 - APP EMEI RAIO DE LUZ

SEMEC – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DE LUZ/CRECHE-PRE´ESCOLAR
CNPJ: 09.353.097/0001-90 RUA BEIJA FLOR 3088, SETOR 03 CUJUBIM – RO
DECRETO DE CRIAÇÃO Nº 024/GP/2005 DE 05/07/2005, DATADO EM: 05/072005
PARECER Nº 18/2024/CME/CUJUBIM-RO E RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E CREDENCIAMENTO Nº 12/2024/CME/CUJUBIM-RO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: N° **83/2025**
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **01/2025**

O Presidente da APP EMEI RAIO DE LUZ, no uso de suas atribuições legais baseados nos valores **ADJUDICADOS**, vem através do presente, **HOMOLOGAR** e **RATIFICAR,** a execução do objeto do Processo Administrativo n° **83/2025,** de Dispensa de Licitação, em conformidade com o **Artigo 24, inciso II, da Lei 14.133/2021,** de Dispensa de Licitação, em favor da proponente, **C. ALVES FERREIRA LTDA, CNPJ: 50.524.852/0001-56, no valor total de R$ 2.329,47 (dois mil trezentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos)**, conforme julgamento realizado pelo Presidente da APP e, tendo em vista, os elementos que instruem o processo.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	20	UNID	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL, MP 619 (VERDE)	R$ 4,06	R$ 81,20
02	30	UNID	TESOURA MULTIUSO, AÇO INOX 21Cm, K-805	R$ 12,78	R$ 383,40
03	500	UNID	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	R$ 0,78	R$ 390,00
04	150	UNID	BASTÃO DE COLA QUENTE GROSSO	R$ 1,63	R$ 244,50
05	20	UNID	PINCEL ATÔMICO PERMANENTE (AZUL, VERMELHO E PRETO)	R$ 2,21	R$ 44,20
06	1	CX	CANETAS ESFEROGRÁFICA (PRETA), C/ 50 UNID	R$ 35,88	R$ 35,88
07	5	CX	CLIPS GALVANIZADO 3/0, C/ 50 UNID	R$ 3,58	R$ 17,90
08	25	UNID	PERFURADOR DE PAPEL 1 FURO, PARA ATÉ 15 FOLHAS	R$ 8,90	R$ 222,50
09	30	UNID	EXTRATOR DE GRAMPO ESPÁTULA	R$ 1,50	R$ 45,00
10	1	ROLO	PAPEL KRAFT 60 cm (10 kg)	R$ 137,02	R$ 137,02
11	8	UNID	GRAMPEADOR G102	R$ 20,41	R$ 163,28
12	8	LT	TINTA CORANTE P/ IMPRESSORAS EPSON L3150 (MP04/44 – BK, C, Y e M)	R$ 33,37	R$ 266,96
13	2	ROLO	TNT AZUL CÉU - C/ 50 MT	R$ 81,00	R$ 162,00
14	3	UNID	MINI PISTOLA P/ COLA QUENTE APL 11	R$ 45,21	R$ 135,63
15	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL					**R$ 2.329,47**

RATIFICO, nos termos do artigo 54, da Lei nº14.133/2021, a Dispensa de Licitação, em conformidade com o Artigo 24, inciso II, da Lei 14.133/21, Termo de Referência e, publique-se, o presente ato, na imprensa oficial, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO.

Cujubim/RO, 16 de outubro de 2025.

CLODOALDO CEZÁRIO ROSA GUERREIRO
Presidente da APP

Publicado por:
Tânia Maria Oliveira Medeiros
Código Identificador:473796CF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº.11398GAB/2025 21 DE OUTUBRO DE 2025 ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.

DECRETO MUNICIPAL Nº.11398GAB/2025
21 de Outubro de 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária na unidade: Secretaria Municipal de Fazenda.

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,Estadode Rondônia, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III daLeiFederalnº4.320,de17de março de 1964, e leis municipais correlatas.
Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;
Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;
Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Orçamentária no valor de**R$ 11.000,00 (onze mil reais),**na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal 1.660, de 01 de novembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$11.000,00

02 05- Secretaria Municipal de Fazenda
28 843 0013 2057 00000- Pagamento de Divida Fundada
4.6.90.71.00 -Principal da Dívida Contratual Resgatado
Ficha: 656
Fonte de Recurso:1.720
Valor:R$ 11.000,00

Artigo 2° - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente).

ANULAÇÃO (-):_____R$(11.000,00)

02 05- Secretaria Municipal de Fazenda
28 843 0013 2057 00000- Pagamento de Divida Fundada
4.6.91.71.00 -Principal da Dívida Contratual Resgatado
Ficha: 652
Fonte de Recurso:1.720
Valor:R$ (11.000,00)

Artigo 3º- Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.
Artigo 4º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Considerando que a Suplementação destina-se para assegurar a continuidade e a manutenção do funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ e de suas unidades vinculadas, garantindo a execução adequada dos serviços prestados à população.

Diante do exposto justifica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0013.2057	4.6.91.71	1.720	R$(11.000,00)	
0013.2057	4.6.90.71	1.720		R$:11.000,00
TOTAL			**R$:(11.000,00)**	**R$:11.000,00**

Governador Jorge Teixeira,21de outubro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:E12D0851

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL Nº. 11399/GAB/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025 "ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 10.944/GAB/2025, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA POR MEIO DE PONTO ELETRÔNICO E O SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS NO ÂMBIT

DECRETO MUNICIPAL Nº. 11399/GAB/2025
DE 21 de outubro de 2025

"Altera dispositivos do Decreto Municipal nº 10.944/GAB/2025, que dispõe sobre o Sistema de Controle de Frequência por meio de Ponto Eletrônico e o Sistema de Compensação de Horas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do art. 52 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDOa necessidade de aprimorar o controle de frequência e pontualidade dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDOa importância de disciplinar o uso do ponto eletrônico e a compensação de horas de modo a evitar distorções e garantir o cumprimento da jornada de trabalho;
CONSIDERANDOo princípio da eficiência e o dever de assiduidade previstos no art. 37 da Constituição Federal e na Lei Complementar Municipal nº 038/95 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
CONSIDERANDOa conveniência de modernizar o sistema de controle de frequência, permitindo o uso de tecnologias digitais sem prejuízo da fiscalização administrativa;

DECRETA:

Art. 1º.O Decreto Municipal nº 10.944/GAB/2025 passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

Art. 9º.
O Ponto Eletrônico será a ferramenta oficial de verificação da frequência dos servidores do Poder Executivo Municipal.

§1º.O registro eletrônico de frequência será diário, no início e término do expediente, plantão ou escala individual de jornada de trabalho, bem como nas saídas e entradas durante o seu transcurso, sendo disponibilizado aos servidores consulta às informações eletrônicas dos registros de frequência.
(...demais parágrafos originais mantidos...)

§5º.A Administração Municipal poderá, mediante ato da Secretaria Municipal de Administração, autorizar o registro de ponto por meio de aplicativo de celular ou sistema digital remoto, desde que vinculado ao sistema oficial de controle de frequência.

§6º.A utilização do ponto por celular não dispensa o registro no equipamento eletrônico (relógio de ponto), podendo o servidor efetuar o registro de ambas as formas, conforme conveniência do serviço e disponibilidade técnica.

§7º.A autorização para uso do sistema de ponto por celular poderá ser suspensa a qualquer tempo pela Administração, por motivo técnico, irregularidade constatada ou interesse público, sem que isso gere direito adquirido ao servidor.

Art. 10.

Para efeito do registro de ponto eletrônico deve-se observar:

I -As variações de horário não excedentes a 10 (dez) minutos por turno não serão descontadas nem computadas como jornada excedente, conforme o §2º do art. 82 da Lei Municipal nº 038/95.

II -A compensação de atraso será admitida somente nos casos de variação de até 10 (dez) minutos, devendo ser compensada até o final do respectivo turno. Os atrasos superiores a 10 (dez) minutos somente poderão ser compensados mediante autorização expressa do Secretário da Pasta, devendo tal autorização ser encaminhada no mesmo dia ao Setor de Recursos Humanos para registro e controle.

III -Fica vedada a utilização do Sistema de Compensação de Horas ou do Banco de Horas para justificar atrasos, saídas antecipadas ou ausências não autorizadas.

IV -A marcação de tempo excedente à jornada ou ao horário padrão de trabalho somente será considerada serviço excedente para fins de banco de horas quando previamente autorizada pela chefia imediata e validada pela autoridade competente.

(...demais incisos permanecem inalterados...)

Art. 13.

(...)
§ 3º.Não serão aceitos pedidos de compensação de atrasos frequentes ou reiterados, sendo considerada falta injustificada a reincidência superior a três ocorrências mensais, sem prejuízo das sanções disciplinares cabíveis.

Art. 22.

O Sistema de Compensação de Horas destina-se exclusivamente a compensar horas excedentes trabalhadas pelo servidor, vedada sua utilização para abono de atrasos, faltas, saídas antecipadas ou qualquer outra irregularidade de frequência.

§1º. As horas excedentes ao horário normal de expediente executadas em dias úteis serão computadas como horas de crédito e compensadas conforme programação junto à chefia imediata, precedidas de autorização e não remuneradas em pecúnia.

§2º.O servidor não poderá ter carga horária diária superior a 2h (duas) horas adicionais, respeitado o horário de funcionamento do órgão e o intervalo mínimo para repouso e alimentação.

Art. 23.

Deverão ser validados no Sistema de Compensação de Horas exclusivamente os períodos trabalhados além da jornada regular de trabalho, observadas as seguintes condições:

I -Os períodos laborados em caráter excepcional, fora da jornada regular, devidamente comprovados e previamente autorizados pelo Titular da Unidade ou Secretário da Pasta; e

II -As atividades desempenhadas fora do expediente normal, desde que relacionadas ao interesse público e expressamente autorizadas pela chefia imediata, compreendendo:

a)Participação em cursos, seminários, capacitações ou atividades correlatas, regularmente autorizadas pela administração, desenvolvidas fora das instalações da unidade administrativa; e

b)Execução de serviços externos no interesse do órgão, formalmente comunicados e comprovados junto à chefia imediata.

Parágrafo único. É vedada a utilização do Sistema de Compensação de Horas para fins de abono de atrasos, saídas antecipadas ou ausências não justificadas.

Art. 26.

O servidor poderá acumular, no máximo, 42h (quarenta e duas horas) mensais, exclusivamente decorrentes de horas efetivamente trabalhadas além da jornada regular de trabalho.
§1º.A compensação das horas cumpridas a maior deverá ocorrer, no máximo, até 06 (seis) meses subsequentes ao da aquisição das horas, em dias úteis e dentro do horário de funcionamento do órgão ou entidade em que o servidor estiver lotado, a critério da chefia imediata e sem prejuízo ao serviço público.

§2º.É vedada a utilização do saldo de horas acumulado para compensar entradas tardias, saídas antecipadas ou ausências não autorizadas, salvo em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas expressamente pelo Secretário da Pasta, com comunicação formal ao Setor de Recursos Humanos no mesmo dia da ocorrência.

§3º. As horas acumuladas poderão, mediante autorização da chefia imediata, ser convertidas em dias de folga, com gozo dentro do mês subsequente, devendo a circunstância ser informada ao Departamento Administrativo ou Setor de Pessoal do órgão até 5 (cinco) dias após a utilização.
§4º. As horas acumuladas não utilizadas dentro do prazo previsto no §1º deste artigo não poderão ser aproveitadas posteriormente, tampouco convertidas em indenização pecuniária.

Art. 2º. Fica expressamente vedada qualquer forma de compensação de atrasos por meio de banco de horas, folha de frequência ou controle manual, salvo nos casos excepcionais devidamente autorizados pelo Secretário da Pasta e comunicados ao Setor de Recursos Humanos no mesmo dia da ocorrência.

Art. 3º. Permanecem inalteradas as demais disposições do**Decreto Municipal nº 10.944/GAB/2025.**

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente aquelas que permitam a compensação de atrasos mediante banco de horas.

Gabinete do Prefeitodo Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro do ano de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:DBB441B1

GABINETE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025 O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO O PRESENTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO, PARA FINS DE COMPARECIMENTO E POSSE DOS CANDIDATOS APROVADOS NO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 011/2025

O Secretário de Administração do Município de Governador Jorge Teixeira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO, para fins de comparecimento e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2024, RESULTADO FINAL E DEFINITIVO conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 24/12/2024. Edição 3883 e conforme**HOMOLOGAÇÃO Nº 001/GP/2025** Homologação 01 de 31/01/2025 (ID 271752)processo 1093/2023 conforme relação abaixo:

1.**DOS CANDIDATOS CONVOCADOS**

Ficam convocados os candidatos aprovados no concurso público para os seguintes cargos:
Secretaria Municipal de Educação SEMED.

Cargo: Auxiliar de Creche 40 horas - SEMED.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
GABRIELLE SANTOS E SILVA FARIA	-	-	013º	**7.384.322-**
BRENDA ALMEIDA ARAUJO DE OLIVEIRA	10º	-	-	**7.617.092-**

Cargo: Professor Pedagogo 30 horas - SEMED.

Candidato	Classificação Geral	Classificação PcD	Classificação Afrodescendente	CPF
KARINA SANTANA BRAU DA SILVA	16º	-	-	**1.588.012-**
JORDANA APARECIDA MAXIMO DOS SANTOS	17º	-	-	**3.583.472-**
ELSO DE OLIVEIRA DIAS	18º	-	-	**0.888.242-**
LUCIANO VIEIRA PEREIRA			042º	**4.856.442-**
ALISSON ARARUNA PASSARELI	21º	-	-	**7.423.152-**

2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA CONFORME PREVISTA NO EDITAL DO CONCURSO PUBLICO 0001/2024 NO ITEM 12.
2.1 - Os candidatos convocados deverão comparecer no Setor de Recursos Humanos no prazo de 30 dias a partir da publicação deste edital, munidos dos seguintes documentos (originais e cópias):
2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
2.2 - Original e uma fotocópia da Certidão de Nascimento dos dependentes legais Menores de 14 (catorze) anos de idade;
2.3 - Original e uma fotocópia do Cartão de Vacina dos dependentes menores de 07 (sete) anos;
2.4 - Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes Maiores de 05 (cinco) anos e menores de 14 (catorze) anos;
2.5 - RG Original e uma fotocópia da Cédula de Identidade;
2.6 - CPF Original e uma fotocópia do CPF/MF;
2.6.1- Obs.: não será aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação. Em caso de 2ªvia, o mesmo pode ser expedido através da internet: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
2.7 - Original e uma fotocópia do título de Eleitor;
2.8 Certidão negativa de quitação e de crimes eleitorais comprovando que está quite com a Justiça Eleitoral (disponível no site: www.tre.ro.gov.br);
2.9 - Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP;
Uma fotocópia da última declaração do Imposto de Renda ou de isento (disponível no site: www.receita.fazenda.gov.br);
2.10 - Original e uma fotocópia do certificado de Reservista;
2.11 -Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o exercício do cargo com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil-MEC. (Não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade que não esteja de acordo com o previsto no dispostodo item do Edital); Registro no Conselho de Classe equivalente- uma fotocópia, exceto para os cargos cuja legislação não exija registro no respectivo conselho;
2.11- Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do estado de Rondônia (disponível no site: www.sefin.ro.gov.br);
2.12 - Original da prova de Quitação com a Fazenda Pública Municipal, expedida pelo Município de Governador Jorge Teixeira (disponível no site: https://governadorjorgeteixeira.ro.gov.br/;
2.13 - Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no site: www.tce.gov.br);
2.14 - Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pela Junta Médica Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira;
2.15 - CTPS original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho - CTPS, páginas da fotografia e da Identificação;
2.16 - Comprovante de Residência recente;
Duas fotografias 3X4 iguais e recentes;
2.17 - Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal de 1º e 2º grau do Fórum da Comarca de residência do candidato do Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 anos (disponível no site: www.tj.ro.gov.br);
2.18 - Original da Certidão Negativa da justiça federal 1º grau dos últimos 5 (cinco) anos da comarca onde tenha residido (disponível no site: www.justicafederal.jus.br);
2.19 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando a Carga Horária Contratual, Horário de Trabalho e Regime Jurídico com firma reconhecida;
2.20 - Declaração emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processos Administrativos em que figura como indiciado ou parte (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes). Com firma reconhecida;
2.21 - Declaração emitida pelo próprio candidato de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito a comprovação junto aos órgãos competentes) com firma reconhecida;
2.22 - Conta Corrente de Pessoa Física no Banco do Brasil, Caixa econômica;
2.23 - CNH Original e uma cópia da CNH - CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO E CERTIFICADO DO MOP (para os motoristas de veículos pesados da Educação);
2. 24 - Declaração de Bens (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos)
2.25 Declaração de Grau de Parentesco.
3 - Relação de exames para o ingresso no Serviço Público: Para que possa expedir o Certificado de Capacidade Física e Mental é necessário que o candidato seja analisado pelos médicos peritos, analisado os exames complementares e os Laudos que contém as avaliações dos médicos especialistas.
3.1 - Os exames de imagem e laboratoriais, bem como os laudos e avaliações médicas necessárias ao exame admissional são os seguintes:
3.2-Raios-X total da coluna vertebral com laudo radiológico (exceto para grávidas);
3.3-Avaliação Ortopédica (baseada no exame geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);
3.5-Avaliação Psiquiátrica;
3.6-Avaliação Ginecológica incluindo a apresentação de exames de "Colpo citologia Oncótica e Parasitária, Ultrassonografia Pélvica e Ultrassonografia das Mamas (após os 40 anos de idade a

Ultrassonografia das mamas deve ser substituída pela Mamografia com respectivo Laudo de Radiologista);
3.7-Avaliação Dermatoneurológica;
3.8 - Avaliação Oftalmológica;
3.9 -Avaliação Otorrinolaringológica com Audiometria (para professores e orientadores educacionais);
3.10-Avaliação Neurológica;
3.11- Avaliação Cardiológica baseada no exame de Candidato e no Eletrocardiograma (para todas as idades e com o EGG acompanhado da respectiva interpretação);
3.12-Raios-X do Tórax em PA e perfil com Laudo Radiológico (exceto para grávidas);
3.13-Sangue: VDRL - Glicemia - Hemograma - Ácido Úrico - Uréia - Creatinina - Toxoplasmose - IGG e IGM - Machado Guerreiro (Chagas) - TGP e TGO - HBSAg - AntiHBS - AntiHBC IGG e ICM - AntiHCV;
3.14-Escarra: BAAR;
3.15-Urina: EAS - Toxicologia (Cocaína e Maconha);
3.16- Avaliação de Clínico Geral baseada no exame geral do candidato e nos exames listados nositens de n° 3.12,3.13, 3.14 e 3.15.
3.17. As Avaliações médicas devem ser apresentadas ao IPC sob a forma de Laudos.

4 - Observações:

4.1. Os exames bioquímicosterão validade por 90 dias. Mamografia por 02 (dois) anos e a Colpo citologia Oncótica e Parasitária por 01 (um) anoa contar da data de sua expedição. Ultrassonografia a critério do Perito Médico;
4.2. Os exames e as avaliações médicas poderão ser realizados na rede SUS como também na rede particular;
4.3. Os Laudos médicos emitidos fora do Estado de Rondônia.
4.4. A Junta Médica Oficial, no ato da apresentação dos Laudos médicos e dos exames complementares se julgarem necessário poderá solicitar outros exames que porventura não constem nesse anexo;
4.5. Os candidatos devem efetuar agendamento para execução do exame médico pericial pelo fone (69) 9 9910-4326 WhatsApp ou no local Hospital Municipal de Governador Jorge Teixeira, situado na Travessa Copaíba com Avenida Ipê.
5. O candidato será convocado exclusivamente por edital de convocação, terá o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos para apresentação da documentação anunciada.
6. Após a apresentação de documentos, será lavrado Termo/Decreto de Nomeação para que o convocado tome posse em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação expressa do convocado e aceita pela administração.
7.Ao se apresentar na COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO, munido dos documentos exigidos no Edital de deflagração do Concurso e no presente edital de convocação ou seja para posse no cargo aprovado e exercício no determinado órgão de lotação, sendo necessário apresentação tempestiva de todos os documentos exigíveis para nomeação no cargo onde foi aprovado e convocado, e só então após verificada a regularidade dos requisitos será nomeado e empossado no prazo estabelecido no edital do concurso e na Lei 038/1995, desde que cumpridos todos os requisitos previsto no edital, na Lei 038/1995 e demais normas pertinentes.
7.1 O empossado entrará em exercícios, obrigatoriamente no prazo estabelecido noedital do concurso público 001/2024 e na Lei 038/1995.
7.2. Se o convocado descumprir quaisquer de um desses prazos estipulados nos itens 12.4 e 12.5 do Edital do Concurso nº 001/2024 e da Lei 038/1995, automaticamente perderá o direito à nomeação, posse e exercício a vaga do cargo aprovado e devidamente convocado.

LOTAÇÃO E EXERCICIO DAS FUNÇÕES

Os convocados serão lotados nos órgãos e entidades conforme necessidade da Administração Municipal, podendo ser designados para outras unidades ou órgãos indicados inicialmente no concurso, de acordo com interesse e conveniência da gestão pública.

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:5193CDCD

GABINETE
LEI Nº 1.793/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.
"REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, PSICOPEDAGOGIA, ASSISTENTE SOCIAL, CUIDADOR ESCOLAR, PLANEJAMENTO ESCOLAR, ORIENTADOR, SUPERVISÃO ESCOLAR E AS SUAS ATRIBUIÇÕES NO SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE EDUCAÇ

LEI Nº 1.793/2025
DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"Regulamenta os Serviços de Psicologia, Psicopedagogia, Assistente Social, Cuidador Escolar, Planejamento Escolar, Orientador, Supervisão Escolar e as suas Atribuições no Sistema Público Municipal de Educaçãoe dá outras providências educacionais."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício de suas competências, tendo em vista o disposto no Artigo 52 da Lei Orgânica Municipal.
Faço saber que a Câmara Municipal de Governador Jorge Teixeira **APROVOU** e **EU SANCIONO** a seguinte lei:

L EI

Art. 1º -Esta Lei dispõe sobre a Prestação dos Serviços de Psicologia, psicopedagogia, Serviços Sociais, Cuidador Educacional, Planejamento de Professores, orientador educacional e supervisor educacional e institui as suas atribuições no Sistema Público Municipal de Educação do Município de Governador Jorge Teixeira para atender as demandas educacionais inerentes as Leis Federais nº 9.364/96; de 16 de dezembro de 1996, a Lei Federal n.º 12.764 de dezembro de 2012, que ***Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990***Lei Federal nº 13.146 de 06 julho de 2015, que***Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)***Lei Federal n.º 13.935 de 11 de dezembro de 2019 que***Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica***Lei Federal nº 14.254 de 30 de novembro 2021, que***Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem***Lei Federal nº 14.819 de 16 de janeiro de 2024 que***Institui a política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares***

Parágrafo Único:a prestação do serviço de Psicologia, Psicopedagogia, Serviços Sociais, orientador e supervisor educacional no âmbito do Sistema Público Municipal da Educação serão desenvolvidas por profissionais graduados nas respectivas áreas do quadro efetivo ou emergências/temporário conforme a demanda educacional e a legislação educacional em vigor.

DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 2º -Os psicólogos, os assistentes sociais e os psicopedagogos integrarão a equipe multiprofissionais do Sistema Público Municipal de Educação como**Analistas Educacionais**para atender as diretrizes, necessidades e prioridades definidas pelas legislações educacionais, portarias, decretos e normas expedidas pelos órgãos competentes;
I -Os analistas educacionais de que trata esta Lei serão lotados na Secretária Municipal de Educação - SEMED e seguirão o cronograma de serviços e atendimentos estabelecidos pelo**setor psicopedagógico;**
§1º-As jornadas semanais de trabalho dos titulares dos cargos de analista educacional serão de 40 (quarenta) horas semanais, sendo executada em horário corrido de 06 (seis) horas diárias, ficando reservada 06h semanais para elaboração de relatórios, estudos, cursos, pesquisa, leituras, elaboração de projetos e será cumprida emHome office;

Art. 3º -A equipe de referência multiprofissional do Sistema Público Municipal de Educação é constituída de analistas educacionais com a seguinte composição profissional:
I -Analista Educacional Psicólogo;
II -Analista Educacional Assistente Social;
III -Analista Educacional Psicopedagogo;
IV -Outros profissionais poderão compor a equipe designada por meio de decreto do executivo municipal;
IV -As avaliações psicodiagnósticas, intervenções psicopedagógicas e psicológicas deverão ser efetuadas individual ou em grupos na sala multiprofissional;
§ 1º -As intervenções psicológicas são de caráter e de natureza, socioemocional, psicocomportamental, psicopedagógica e outras inerentes à psicologia educacional e escolar e devem ser feitas na sala Multiprofissional;
§ 2º -Os relatórios, documentos e os encaminhamentos deverão seguir o protocolo educacional padrão aprovado pelo CME Conselho Municipal de Educação conforme a Resolução nº 21 de 31 de maio de 2023 do CME.
§ 3º -É de competência da equipe multiprofissional avaliar com a equipe escolar os alunos que precisam de AEE Atendimento Educacional Especializado e alunos que precisam de acompanhante especializado conforme previsto na Lei Federal nº 13.146 de 6 de julho de 2015;
§4º -A Secretaria Municipal de Educação SEMED deve equipar a sala de atendimento multifuncional/profissional para as devidas intervenções psicopedagógicas, psicoeducacional e socioeducacional e outras intervenções necessárias;

Art.4º -A sala multiprofissional é o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico/psicoeducacional/psicológico/psicossocial tem o objetivo de atender e acolher os alunos da rede municipal de ensino que apresentam dificuldades de assimilação à aprendizagem, transtornos do neurodesenvolvimento, problemas psicoemocionais e outros problemas da comunidade escolar, inclusive as vítimas de violência. A equipe multidisciplinar realizará regularmente atendimento individual ou em grupos dos alunos encaminhados.
I -A equipe multiprofissional atenderá alunos da rede pública municipal de educação que apresentem sinais de violência, as vítimas de violência, juntamente com o Conselho Tutelar, Saúde e Assistência Social, que envolva o processo educativo;
II -A equipe Multiprofissional atenderá aluno da rede pública municipal de educação com transtorno do neurodesenvolvimento conforme o CID-11 e o DSM-5, incluindo transtorno de déficit de atenção hiperatividade, transtorno de aspectos autista, dificuldade de aprendizagens, dislexia, deficiência em áreas acadêmicas, deficiência intelectual e outras;
III -A equipe Multiprofissional procura oferecer apoio aos alunos (crianças e adolescentes) da rede pública municipal de educação, que apresentem deficiências condições de desenvolvimento psicomotor, psicopedagógico, afetivo, cognitivo, ocupacional e social, o desenvolvimento de suas potencialidades, possibilitando sua habilitação ou reabilitação no sentido de integrá-lo no ensino regular, e sua participação na comunidade, bem como, a capacidade de autorealização e independência.
IV -Fica**vedado**aos analistas educacionais o atendimento clínico, tratamento psicológico, psicoterapêutico e terapêutico nas Unidades Escolares, na SEMED Secretaria Municipal de Educação e no Núcleo de Atendimento Psicopedagógico; na hipótese do alunado precisar do atendimento clínico deve-se encaminhar ao Sistema de Saúde.

DO SETOR DE SERVIÇOS PSICOPEDAGÓGICO, PSICOSSOCIAL E PSICOEDUCACIONAL
Art. 5º -Em atendimento as Leis Federais 12.764 de dezembro de 2012, Lei 13.146 de 06 julho de 2015, Lei 13.935/2019, e Lei 14.254 de 30 de novembro 2021, LeiFederal nº 14.819 de 16 de janeiro de 2024,fica criada na estrutura administrativa da SEMED Secretária Municipal de Educação o Setor de Serviços Psicopedagógico, psicossocial e psicoeducacional é será coordenado por profissional do quadro efetivo com graduação ao nível superior concursado na área de psicopedagogia com experiência administrativa, pedagógica e terão uma gratificação pecuniária definida em lei e terá as seguintes atribuições:

I - Coordenar a Educação Especial: Coordenar, acompanhar, avaliar e intervir no Serviço de Educação Especial e no Atendimento Educacional Especializado - AEE e nas atividades desenvolvidas pela equipe multiprofissional, conforme o disposto nas Leis Federais 12.764/2012 e 14.254/2021;
II - Apoiar a Educação Socioemocional:desenvolver, em conjunto com a equipe profissional, coordenação pedagógica, orientaçãoescolar, ações voltadas a educação socioemocional;
III - Incentivar as Práticas Psicoeducacional:firmarparcerias com o CRAS/CREAS/CAPS/CMDCA, Conselho Tutelar, promotoria de justiça para melhor lidarem com as relações de conflitos familiares e escolares para atender a demanda da Lei Federal nº 14.164/2021 e Lei Federal nº 11.340/2006;
§1º-Propor articulação intersetorial, visando à integralidade de atendimento ao município, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social à criança e adolescentes, conforme a Lei Federal n.º 8.069/1990;
IV - Psicopedagógico:área que combina estudos de psicologia e pedagogia, focando na compreensão e melhoria do processo de aprendizagem.
§1º -Orientar a equipe multiprofissional, professores e gestores na promoção de ações que auxiliem na integração da escola, família e aluno nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar.
VI - Psicossocial e Saúde: Promover parceria com entidade pública e privada para os encaminhamentos terapêuticos, psicoterapêuticos, medicamentosos e na promoção da saúde na escola.

DAS ATRIBUIÇÕES DO ANALISTA EDUCACIONAL PSICÓLOGO
Art. 6º.O analista educacional psicólogo desenvolverá as suas atividades nas áreas psicoeducacionais, socioemocional, psicologia educacional e escolar conforme a Resolução nº 23 de 13 de outubro de 2022 do Conselho Federal de Psicologia e ainda terá as seguintes atribuições:
I -Aplicar técnicas psicológicas no âmbito da psicologia educacional, levantar hipóteses diagnósticas, elaborar o psicodiagnóstico educacional, encaminhar para tratamento terapêutico e psicológicos os problemas que fogem à dinâmica da psicologia educacional/escolar;
II -Avaliar os níveis de inteligência educacional, aptidões, traços de personalidade e outras características pessoais que relacionam com o processo da psicoaprendizagem;
III -Prestar assistência psicológica individualizada ou grupos baseados na psicoeducação;
IV -Levantar hipótese diagnóstica dos problemas na área de psicomotricidade, saúde mental, disfunções cerebrais, dislexias, autismo, TDAH, e outros distúrbios psíquicos e os transtornos do Neurodesenvolvimento no âmbito educacional e proceder às intervenções psicoeducacional, psicopedagógicas e encaminhar ao tratamento adequado;
V -Emitir pareceres, relatórios, encaminhamentos e acompanhar os alunos do Sistema Público Municipal de Educação em processo doentio, quando solicitado pela Unidade Escolar;
VI -Realizar avaliações psicoemocionais, psicodiagnósticas e psicopedagógicas e proceder aos encaminhamentos;
§1º -As avaliações que trata o inciso VI são avaliações psicológica escolar, que busca entender as dificuldades e potencialidades do aluno dentro do contexto escolar e deverá envolver a observação, entrevistas, testes psicológico próprio da psicologia escolar, análises de documentos, visando identificar as causas dos problemas e propor as intervenções adequadas.
VII -Realizar hipóteses avaliativas das condições psicológicas, psicopedagógicas e psicoemocionais do alunados pertencente ao Sistema Público Municipal de Educação;
VIII -Realizar intervenções psicológicas/psicoeducacionais/psicopedagógicas com finalidade de influenciar a aprendizagem, frente a impasses e dificuldades, problemas e os transtornos da aprendizagem;
IX -Mediar situações de conflitos no ambiente escolar que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas e gravidez na adolescência entre outras;
X -Atuar em conjunto com a equipe pedagógica e orientadores escolares para a promoção dos processos de aprendizagem e garantir o direito a inclusão de crianças e adolescentes nos espaços escolares;

XI -Desenvolver projetos e pesquisas com a equipe multiprofissional, pedagógica e orientadores escolares que envolvam a escola, família, educador e os educandos;
XII -Promover ações voltadas à escolarização do público da educação especial com intervenções psicosocioeducacional, psicosocioemocional, estimulação cognitiva e outras;
XIII -Proceder a escuta livre e espontânea da criança e adolescentes. Escuta deve ser acolhedora, na hipótese de revelações atípica notificar os órgãos competentes;
§1º -Proceder o acolhimento, apoio psicológico e educacional as crianças e adolescentes vitimas de violência;
XIV -Elaborar relatório individualizado e sistematizado de todas as atividades relacionadas ao aluno e disponibilizar na pasta do aluno; contendo análise quantitativa e qualitativa e outras anotações correlatas; seguindo formulário padrão expedido pela SEMED aprovado pelo CME, conforme a Resolução nº 026 de 13 de junho de 2024 do CME;
XV -Desenvolver ações voltadas à prevenção, à violência sexual, violência contra a Mulher e a educação sexual protetiva nos espaços escolares conforme a Lei Federal nº 14.164/2021, Lei Federal 11.340/2006;
XVI -Realizar acompanhamento psicológico de natureza psicoeducacional eencaminhar os casos que requer intervenção terapêutica e psicoterapêutica ao sistema Municipal de Saúde;
XVII -Acompanhar os educandos na sua integralidade conforme o disposto na Lei Federal 14.254/2021; nos casos encaminhados pelas Unidades Escolares;
XVIII -Promover ações voltadas a saúde mental, emocional, nos espaços escolares, por meio de palestras, dinâmica, oficinas, projetos e outros meios;
XIX -Desenvolver projeto que envolva atividades socioemocional, psicologia afetiva e desenvolvimento cognitivo e outros;
XX -Avaliar e acompanha o desenvolvimento do bloco pedagógico de alfabetização naquilo que couber em parceria com o coordenador, orientador pedagógico da Unidade Escolar;
XXI -Trabalhar o desenvolvimento da psicologia da aprendizagem, as etapas da psicoaprendizagem, voltadas para a teoria da psicogênese da aprendizagem, e trabalhar as competências socioemocionais dos estudantes;
XXII -Proceder às intervenções psicoeducacionais/psicoemocionais em alunos encaminhados ou solicitados pelas Unidades Escolares, utilizando técnicas próprias da psicologia escolar;
XXIII -Outras atribuições expedidas pelo CME Conselho Municipal de Educação e Portaria da SEMED, respeitada a legislação e a origem de ingresso do servidor;
Art.7º -A psicologia escolar e educacional éárea de atuação profissional de graduados em Psicologia com especialização em psicologia escolar, educacional ou psicopedagogia e refere-se à educação e ao processo de ensino-aprendizagem em todas as modalidades do sistema educacional e processos formativos em espaços de educação,conforme a Resolução nº 23 de 13 de outubro de 2022 do Conselho Federal de Psicologia.
Art. 8º -Considerando que a psicopedagogia é uma especialidade da psicologia Reconhecida pelo CFP Conselho Federal de Psicologia conforme o Art.4º inciso VIII daResolução nº 23 de 16 outubro de 2022 do CFP Conselho Federal de Psicologia.Os atuais psicopedagogos efetivados e concursados para este fim que adquiriram graduação em psicologia poderão prestar serviços de psicologia educacional e escolar intercalada com a psicopedagogia e terão as mesmas atribuições do analista educacional psicólogo e terão uma gratificação pecuniária definida em lei;

DAS ATRIBUIÇÕES DO ANALISTA EDUCACIONAL PSICOPEDAGOGO

Art.9º As atribuições doAnalista Educacional psicopedagogo serão conforme oanexo I do Edital 001/2011 das atribuições do concurso público de psicopedagogo:
I -Proceder estudas e avaliação dos mecanismos de comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas, como teste para determinação de características afetivas, intelectuais, sensoriais, interacional e outras;
II -Elaborar, promover e realizar análises ocupacionais, observando as condições de trabalho e as funções e tarefas típicas de cada ocupação, para identificar as aptidões, conhecimentos e traços de personalidade compatíveis com as exigências da ocupação e estabelecer um processo de seleção e orientação no campo profissional;
III -Organizar e aplicar métodos e técnicas de recrutamento, seleção, treinamento, acompanhamento e avaliação de desempenho e aplicando testes e outras verificações, a fim de fornecer dados a serem utilizados nos serviços de emprego, administração de pessoal e orientação individual;
IV -Participar de programas de orientação profissional e vocacional, aplicando testes de sondagens de aptidões e outros meios disponíveis, a fim de contribuir para o ajustamento do indivíduo no trabalho e sua consequente auto-realização;
V -Estudar e proceder a formulação de hipóteses e a sua comprovação experimental, observando a realidade e efetuando experiências de laboratório, para obter elementos relevantes nos processos de crescimento, inteligência, aprendizagem, personalidade e outros aspectos do comportamento humano;
VI -Analisar a influência dos fatores hereditários, ambientais e de outras espécies, que atuam sobre o indivíduo, aplicando testes, elaborando psicodiagnósticos e outros métodos de verificação, para orientar-se no diagnóstico e tratamentos psicológico dos distúrbios emocionais e de personalidade;
VII -Elaborar, aplicar e analisar testes, utilizando métodos psicológicos e psicopedagógicos do seu conhecimento, para determinar o nível de inteligência, faculdades, aptidões, traços de personalidade e outros características pessoais, desajustamento ao meio social ou ao trabalho e outros problemas de ordem psíquica, para indicar a terapia adequada;
VIII -Prestar atendimento psicopedagógico utilizando conhecimento da psicologia ao alunado, reunindo informações a respeito dos mesmos, transcrevendo os dados psicopatológicos obtidas em testes e exames, para fornecer subsídios indispensáveis ao diagnóstico;
IX- Diagnosticar a existência de problemas na área de psicomotricidade, disfunções cerebrais mínimas, dislexias e outros distúrbios psíquicos, e encaminhar ao tratamento adequado;
X- Realizar atendimento psicopedagógico individual e em grupo, utilizando-se de métodos e técnicas adequadas a cada caso, para auxiliar o indivíduo no seu ajustamento ao meio social;
XI -Participar e programas educacionais, estudando a importância da motivação do ensino, novos métodos de ensino e treinamento, com vistas a melhor receptividade e aproveitamento do aluno e a sua auto-realização;
XII -Supervisionar e acompanhar a execução dos programas de reeducação psicopedagógica, utilizando os conhecimentos sobre a psicologia da personalidade e do psicodiagnóstico, para promover o ajustamento do indivíduo;
XIII -Colaborar na execução de trabalhos de educação social em comunidades, analisando e diagnosticando casos na área de sua competência, para resolver dificuldades decorrentes de problemas psicossociais;
XIV -Responsabilizar-se pelo arquivo de dados psicológicos, utilizando informações colhidas em entrevistas, testes psicológicos e anotações, a fim de assegurar o tratamento ético, conforme disposição prevista em código de ética;
XV-Participar da elaboração de projetos, estudos e pesquisas na área psicológica;
XVI-Assessorar entidades organizadas, representativas de classe e outras, na área da sua competência;
XVII-Dirigir e organizar serviços de psicologia e áreas a fins em órgão educacionais e administrativamente, obedecendo à legislação pertinente, para assegurar a obtenção do padrão técnico indispensável;

DAS ATRIBUIÇÕES DO ANALISTA EDUCACIONAL ASSISTENTE SOCIAL

Art. 10º -O Analista Educacional, Assistente Social desenvolverá as suas atividades nas áreas assistenciais, educacionais, pedagógicas, socioemocional, serviços sociais escolares e terá as seguintes atribuições:
I -Proceder visitas aos alunos em privação de liberdade, estudantes internados para tratamento de saúde por longo período, em contextos urbanos, rurais;
II -Proceder visita domiciliar aos alunos com dificuldades de aprendizagem, aluno que apresenta comportamento atípico nos espaços escolares e os alunos faltosos e proceder a busca ativa;

III -Propor estratégias de intervenção em dificuldades escolares relacionadas a alunos com comportamento atípico;
IVAcompanhar as famílias relacionadas a situações de violência, em situação de ameaça, violação dos direitos, uso de drogas, gravidez na adolescência, vulnerabilidade social no âmbito educacional.
V -Monitorar o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
VI -Acompanhar o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e a respectiva família na consecução de objetivos educacionais;
VII -Fortalecer a cultura de promoção da saúde física, mental, social, sexual, por meio de projetos educacionais;
VIII -Subsidiar e contribuir no processo de elaboração, execução e avaliação de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais voltados à educação;
IX -Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;
X -Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais;
XI -Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
XII -Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar e atendimento educacional especializado;
XIII -Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
XIV -Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e às suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;
XV -Elaborar relatório sistematizado de todas as atividades relacionadas ao aluno e disponibilizar na pasta do aluno, contendo análise quantitativa e qualitativa e outras práticas correlatas;
XVI -Desenvolver cursos, palestras, projetos levando em consideração as datas e mês de referência;
XVII -Acompanhar os educandos na sua integralidade, conforme o disposto na Lei Federal 14.254/2021;
XVIII -Articular a rede de serviços para assegurar proteção de mulheres, crianças, adolescentes, idosos, vítimas de violência doméstica, de intimidação sistemática (bullying);
XIX -Elaborar estudos sociais que poderão estar relacionados às dificuldades escolares, violência escolar, dificuldades de aprendizagem e outras que têm relação educacional;
XX -Outras atribuições conforme a Lei Federal n° 13.935/2019 at.3º, e outras atribuições expedidas por decreto, Resolução ou portaria dos órgãos competentes;

DAS ATRIBUIÇÕES DO CUIDADOR/MEDIADOR EDUCACIONAL

Art. 11º -Ocuidador é o profissional responsável por auxiliar e dar assistência aos alunos que demandem acompanhamento permanente ou parcial, isso incluí cuidados físicos, higiene pessoal, locomoção, administração medicamentos devidamente autorizados pelos responsáveis.
I -O cuidador destina-se a cuidar e mediar aqueles alunos que não reponde por si, ou que coloque outras crianças em risco, com dificuldade de locomoção, cadeirantes e outros.A Lei Federal nº 13.146/2015 define como profissional de apoio [...] a pessoa que exerce as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares.
II -Ainda nesta toada, a Lei Federal 12.764/12, ao instituir a Política de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, garantiu, nos casos de***comprovada necessidade***, o direito da criança portadora de TEA e matriculada em escola regular possuir acompanhante especializado em sala de aula. Neste sentido, a Lei Federal nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, §1º diz:***Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado***
III -A comprovada necessidade de um cuidador/mediador educacional é atestada por meio de especificação em laudos médicos e documentos da equipe multiprofissional e da equipe escolar, que emitiraparecerес sobre a necessidade de um cuidador na escola para alunos com necessidades específicas.Esse parecer é fundamental para que a escola possa tomar decisões informadas sobre o apoio necessário para o aluno, garantindo que ele tenha acesso a uma educação inclusiva e de qualidade.
Art.12º -Esta Lei institui o acompanhante especializado profissional que oferece suporte individualizado aos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, o acompanhante especializado é profissional que atua como**cuidador**e**mediador**educacional.
I -Acompanhante Especializado é o profissional que da suporte pedagógico, suporte físico, media a comunicação e interação do aluno com colegas e professores, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais dentro do ambiente escolar. Portanto, a principal função do acompanhante especializado é**cuidar**e**mediar**.
II -Acompanhante Especializado requer formação especializada, pois não se trata apenas de um cuidador, mas de um profissional que cuidado das necessidades básicas físicas do alunos e como mediador cuida no desenvolvimento da aprendizagem e das habilidades sociais e de comunicação.
III -O acompanhante especializado é um profissional de Educação Especial próprio para lidar com crianças especiais introduzidas no contexto escolar da educação regular, podendo exercer a função de tutor, mediador, cuidador ou até mesmo um professor auxiliar, dependendo da necessidade da criança.
Art. 13º -O Cuidador/mediador Educacional desenvolverá as suas atividades no âmbito dos espaços escolares e terá as seguintes atribuições:
I -Cumprir as orientações dos profissionais de apoio: da equipe multidisciplinar, SOE e professores da sala de AEE e do profissional de formação continuada;
II -Comunicar à direção da unidade escolar, com 15 (quinze) dias de antecedência, a necessidade de aquisição de materiais para higiene dos alunos com deficiências;
III -Auxiliar os alunos de educação especial nas atividades de alimentação, até o final da refeição, e depois realizar a higiene pessoal, acompanhar e permanecer na sala de aula com o aluno;
IV -Auxiliar nas atividades de locomoção, higiene, troca de vestuário (fralda, vestuário, absorventes), higiene bucal, prestando auxílio individualizado aos estudantes que não conseguem realizar as suas atividades nos espaços escolares.
V -Dar assistência nas questões de mobilidade aos alunos com incapacidade total ou parcial nos espaços escolares e acompanhar até a sua acomodação no transporte escolar;
VI -Permanecer durante o período da aula dos alunos com deficiência dentro das salas de aula, realizando as suas funções e auxiliando o aluno no desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula. podendo ainda auxiliar o professor na dinâmica de sala de aula;
VII -atuar de forma articulada com os professores da sala regular e da sala de AEE, e também dos outros profissionais da escola.
VIII -Participar do planejamento escolar e das formações continuadas voltadas para o atendimento educacional especializado;
IX -Preencher diariamente as fichas de rotina diária, registando os atendimentos e as ocorrências diárias sobre atendimento com o aluno conforme o cronograma de atendimento da unidade escolar;
X -Conhecer a pasta individual do aluno, em conjunto com SOE e o profissional da sala de AEE, visando buscar informações sobre a deficiência do aluno, laudos e relatório e mantendo sob sigilo;
XI -Auxiliar e mediar a realização de atividades escolares desenvolvidas no contexto escolar, inclusive as atividades extraclasses, de modo a garantir o direito a educação aos estudantes que não realizaram as atividades com autonomia e independência.
XII -Dar apoio individualizado, adaptar materiais para facilitar a aprendizagem, mediar a comunicação, acompanhar as atividades externas, intervir em momentos de crises, fazer registro diário e produzir relatório mensal para manter o professor, a família, SOE, AEE informados,
XIII -Acompanhar e auxiliar os alunos com deficiência severamente comprometida no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas,***fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma;***

XIV -Atuar como elo entre o aluno cuidado, a equipe escolar e a família sob a orientação do SOE, estar atento e ser solidário com o aluno cuidado;
XV -Estimular e ajudar na alimentação, na constituição de hábitos alimentares saudáveis e auxiliar na locomoção;
XVI -Comunicar à equipe da escola: SOE, AEE e o professor titular da sala regular sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas;
XVII -Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola, valorizando a autonomia do aluno;
XVIII -O cuidador/mediador poderá cuidar mais de uma criança conforme a organização e o cronograma da Unidade Escolar, levando em consideração o laudo médico e a autonomia do aluno;
XIX -Desenvolver as suas atribuições sempre conforme a ética profissional, cuidando para não expor a criança ou o adolescente, seguindo as diretrizes da Lei Federal n.º 8.069/90, art.232.
XX -Mediarfacilitando a interação social, a comunicação e a adaptação ao ambiente escolar, além de auxiliar no desenvolvimento de habilidades escolares, pedagógicas e interagir socialmente.
XXI -Cuidador escolar não é só cuidar ele deve também mediar conteúdos pedagógicos sob a orientação do professores titular da classe;
XXII -Mediar a aprendizagemajudando o aluno a acessar e compreender o conteúdo pedagógico.
XXIII -Outras atribuições expedidas pelo CME e SEMED Secretaria Municipal de Educação.

DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES .
Art. 14º -Em atendimento às Leis Federais n° 9.394/1996; que reservam aos professores da rede pública período para estudo, planejamento e avaliação dentro da carga horária de trabalho. A Lei Federal nº 11.738/2008 observa o limite de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, ou seja, em sala de aula, e 1/3 (um terço) da jornada de trabalho reservada para atividades de planejamento. A Lei Federal nº14.817, DE 16 DE JANEIRO DE 2024,diz que ajornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais, da qual, no caso da regência de classe, parte será reservada a estudos, planejamento e avaliação,***nos termos da legislação específica e conforme a proposta pedagógica da escola.***
Parágrafo Único:entende-se como planejamento pedagógico toda a ação que vise a preparação das aulas, que contribua na elaboração de projetos pedagógicos, avaliação, correção de trabalho didático, reuniões, atendimento aos pais, atendimento a aluno, comunidade escolar, estudo e outras atividades de caráter pedagógico conforme aLei nº14.817/2024, a critério da gestão escolar;

Art. 15º -A jornada de trabalho dos profissionais do magistério/docente da educação básica municipal será distribuída da seguinte forma:
I - Educação Infantil:a jornada de 40 (quarenta), 30 (trinta horas) 20 (horas) e semanais em função docente em turmas da educação infantil (crianças de 0 a 5 anos) nas Escolas Municipais de Educação Infantil deve ser observada as normas constitucionais Art. 227 e 229/CF e as Leis Federais 9.394/96 art.31; Lei 12.796/13;
§1º -Devido à complexidade da educação infantil,oCME - Conselho Municipal de Educação disciplinará a carga horária, funcionamento e as atividades dos professores da educação infantil por meio de Resolução conjunta com a SEMED Secretaria Municipal de Educação, ou por meio de decreto, ou portaria do executivo municipal.

II - Ensino Fundamental Regular do 1º e 9º ano:JORNADA DE TRABALHO DE 40H SEMANAIS.
§1º -Ajornada de 40h (quarenta horas) semanais em função docente do Ensino Fundamental inclui 26h (vinte e seis horas) em atividades docentes em sala de aula regular (regência), e 14h reservadas ao planejamento.
a) -08h do planejamento deve ser feito de forma presencial na Unidade Escolar em que o professor esteja lotado, salvo nos casos autorizados pelo gestor titular da SEMED Secretaria Municipal de Educação;
b)-06h do planejamentodevem ser atividades independentes, incluindo participação de palestra e formação continuada e outros temas afins, e pode ser feita emHome office;

JORNADA DE TRABALHO DE 30H SEMANAIS.
§ 4ºajornada de 30h (trinta horas) semanais em função docente do Ensino Fundamental inclui 20h (vinte horas) em atividades docentes em sala de aula regular de regência e 10h reservadas ao planejamento.
a)-06h do planejamento deve ser feito de forma presencial na Unidade Escolar em que o professor esteja lotado;
b) -04h do planejamentodevem ser atividades independentes, incluindo participação de palestra e formação continuada e outros temas afins, e pode ser feita emHome office;

JORNADA DE TRABALHO DE 20H SEMANAIS.
§ 5º -Ajornada de 20h (vinte horas) semanais em função docente do Ensino Fundamental inclui 13h (treze horas) em atividades docentes em sala de aula regular e 07h reservada ao planejamento.
a)04h do planejamento deve ser feito de forma presencial na Unidade Escolar em que o professor esteja lotado;
b)03h do planejamentodevem ser atividades independentes, incluindo participação de palestra e formação continuada e outros temas afins, e podem ser feitas emHome office;
III -Entendem-se por atividades independentes o tempo reservado a leituras, cursos, participação em palestras, formação continuada, pesquisas, escrita e leitura de artigo acadêmico e outras ações com fins escolares e devem ser devidamente registrados na Unidade Escolar.

Art. 16º -A Unidade Escolar deverá organizar o cronograma das horas reservadas ao planejamento presencial e Home office, bem como os meios para registro do planejamento e presença do professor digital ou impresso**;**
I -O planejamento é semanal e**obrigatório,**faz parte da carga horária do professor conforme a legislação educacional em vigor e deve ser entregue à gestão escolar no início da semana para os devidos ajustes e registros,
§ 1º -Na hipótese da não entrega ou elaboração do planejamento dentro da semana trabalhada, será considerado falta e a gestão escolar deve notificar o professor, estabelecendo um prazo de 07 dias para apresentar justificativa. Esgotado esse prazo, as faltas devem ser encaminhadas ao GHR, para providência pecuniária relativa aos dias não trabalhados de planejamento;
a)A justificativa poderá ser deferida, aceita e abonada pelo gestor da Unidade Escolar ou rejeitada, indeferida;
b)A notificação pode ser feita por meios eletrônicos: e-mail, aplicativos de mensagens (WhatsApp) e outros meios que a gestão escolar achar convenientes;
§ 2º -Fica a gestão escolar (diretores) responsáveis por encaminhar ofício/CI ao GHR informando os profissionais da Unidade Escolar que não cumprirem com a carga horária devida.

DO SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL - SOE

Art.17º Os profissionais doSOE devem ter graduação em pedagogia e habilitação, especialização, pós-graduação em orientação educacional ou em psicologia escolar, psicopedagogia.
I -O SOE - serviço deOrientação Educacional é o departamento da Unidade Escolar cuja função principal é aconselhar e apoiar os estudantes no seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Os orientadores educacionais estão vinculados a gestão escolar e trabalha em colaboração com o corpo docente e os demais profissionais para identificar as necessidades individuais dos alunos e desenvolver estratégias para alcançar os seus objetivos.

Art. 18º -O Serviço de Orientação Educacional (SOE) é um serviço oferecido nas unidades escolares para orientar os alunos em seu desenvolvimento integral, abrangendo aspectos acadêmicos/pedagógicos, pessoais e sociais. O SOE atua como um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo suporte aos alunos, professores e familiares e as suas atribuições são:
I -Acolhimento e apoio: Receber e dar suporte aos alunos, oferecendo um espaço de escuta e acolhimento para suas necessidades e dificuldades.

II -Orientação individual e em grupo: Atender alunos individualmente ou em grupos, auxiliando-os na resolução de problemas, tomada de decisões e desenvolvimento de habilidades sócioemocionais.
§1º -Atender individualmente ou em grupos o alunado, pais, professores, gestores, e em conjunto com a equipe multiprofissional os que procurarem o forem encaminhados ao SOE;
III -Mediação de conflitos: Atuar como mediador em conflitos entre alunos, professores e familiares, buscando soluções e promovendo um ambiente escolar mais harmonioso.
§1º -Fazer os registros em livro próprio da Unidade Escolar sobre as sanções impostas ou aplicadas a alunos com comportamento atípico;
§2º -Encaminhar a secretaria escolar os registros das sanções aplicadas para pasta individual do aluno;
IV -Acompanhamento do processo de aprendizagem: Monitorar o desempenho escolar dos alunos, identificar dificuldades e propor estratégias para superá-las.
§1º -Acompanhar, orientar e intervir quando necessário de forma contínua no processo de desenvolvimento dos estudantes e informando os familiares e os educadores envolvidos;
§2º -Acompanhar o alunado no desenvolvimento das atividades escolares e do processo de aprendizagens, bem como nas avaliações e nas dificuldades do aprendizado;
V -Orientação profissional: Auxiliar os alunos na escolha de cursos e carreiras, considerando os seus interesses, habilidades e perfil profissional.
VI -Interação com a comunidade escolar: Trabalhar em parceria com professores, coordenadores, pais e outros profissionais da escola para promover o desenvolvimento integral dos alunos.
§1º -Promover articulação com as famílias e com a comunidade escolar criando um ambiente propício e aproximando a comunidade a unidade educativa;
VII -Promoção da cidadania: Desenvolver projetos e atividades que incentivem a participação social, o respeito às diferenças e a construção de uma cultura de paz.
VIII -Articulação com outros serviços: Encaminhar os alunos para outros serviços especializados, como psicologia, psicopedagogia, serviço social, fonoaudiologia, neurologia, quando necessário.
§1º -Trabalhar em conjunto com a equipe multiprofissional no sentido de acompanhar o desempenho escolar do alunado observando rendimento, frequência nos mapas emitidos pela secretaria escolar;
IX - Participar e colaborar:com a formação permanente do corpo discente, no que diz respeito aos valores e atitudes, promovendo atividades que levem o aluno a desenvolver a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade escolar incentivando os alunos a participarem dos órgãos colegiados: Conselhos de Escola, de Classe, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil e Cooperativas, dentre outros;
§1º -Participar ativamente de todos os conselhos da Unidade Escolar;

X - Fornecer apoio educacional:aos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas nas relações interpessoais que comprometam o processo de ensino e de aprendizagem, em especial quanto a procedimentos de recuperação, reorientação da aprendizagem e em casos de progressão parcial;
§1° -Promover um ambiente saudável e favorável ao processo educativo de integração, confiança, respeito, compromisso, harmonia e entendimento entre os membros da comunidade escolar;
XI - Organizar, gerenciar e avaliar:dados estatísticos referentes à frequência, rendimento e permanência de alunos, em conjunto com a Direção de Serviços Acadêmicos e Coordenação Pedagógica, visando à compreensão das suas causas e aprimoramento de resultados.
§1º -Coordenar as reuniões do conselho pedagógico/conselho de classe com os demais membros da equipe pedagógica;
§2º -Manter organizada as pastas e toda a documentação relativas ao SOE

XII - Desenvolver outros Serviços de Orientação Educacional: Elaborar o plano de açãode orientação educacional em conjunto com os gestores, supervisores, psicologia educacional, assistente social, secretaria escolar,
§1º -Conscientizar os educadores/professores sobre o processo de aprendizagens dentro do cronograma proposto pela escola;
§2º -Divulgar a todos os envolvidos no processo educativo as atribuições do SOE;
§3º -Comunicar os pais ou os responsáveis da importância da sua participação efetiva na ação educativo dos alunos;
§4º -Trabalhar em parceria e cooperação com a supervisão escolar, educadores, no processo de ensino-aprendizagens detectando as possíveis causas das dificuldades e realizando as intervenções necessárias e os encaminhamentos;
§5º -Desenvolver ações voltadas a educação profissional, ministrar palestras, elaborar projetos e executar em parceria com a equipe multidisciplinar da SEMED;
§6º -Visitar aluno faltoso, em estado doentio ou em internamento hospitalar;

XIII -Outras atribuições expedidas pelo CME, SEMED Secretaria Municipal de Educação e as inseridas no Regimento da Unidade Escolar;

DO SERVIÇO DE SUPERVISÃO EDUCACIONAL - SOE

Art.19º Os profissionais do Serviço de supervisão Educacionaldevem ter graduação em pedagogia e habilitação, especialização, pós-graduação em supervisão educacional/escolar ou em psicologia escolar, psicopedagogia ou áreas afins;
I -O Serviço deSupervisão Educacional é o departamento da Unidade Escolar cuja função é acolher os servidores e professores apoiá-los no desenvolvimento e ministrações das aulas.Os supervisores educacionais estão vinculados a gestão escolar e trabalha em colaboração com o corpo docente e os demais profissionais para identificar as melhores praticas e métodos educacionais e desenvolver estratégias para alcançar osseus objetivos.
II -Elaborar o plano de ação da supervisão escolar anualmente e apresentar ao CME Conselho Municipal de Educação para análise a aprovação;
III -Elaborar em conjunto com a gestão escolar, orientação educacional, serviço de psicologia, assistente social, secretaria escolar, documentos relacionados ao processo educativo e o projeto político pedagógico da escola e apresentar ao CME Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação;
IV -Coordenar as atividades de planejamento educacional dos professores, as avaliações;
V -Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar projetos técnicos-pedagógicos envolvendo os demais servidores da unidade escolar;
VI -Elaborar e realizar as provas diagnósticas e propiciar estratégias pedagógicas adequadas a cada faixa etária;
VII -Estabelecer com a equipe gestora mecanismo que favoreçam o cumprimento das normas, resoluções, portarias e as leis educacionais vigentes;
VIII -Orientar, coordenar e acompanhar o corpo docente/ professores nas atividades de:
a)Planejamento, plano de recuperação, recursos didáticos, acompanhar o processo de avaliação da aprendizagem;
b)Adotar em conjunto com a equipe gestora medidas de caráter preventivo que reduzam ou eliminem efeitos que comprometem a eficácia do processo educacional da unidade escolar;
IX -Dinamizar atividades que propiciem a formação continuada dos professores envolvidos no processo de aprendizagem e alfabetização;
X -Organizar e manter banco de informações atualizado referente a estrutura e funcionamento da unidade escolar que possam subsidiar a continuidade da ação supervisora;
XI -Trabalhar em parceria com a comunidade escolar, visando a eficácia do ensino aprendizagem e os demais componentes que envolva a unidade escolar;
XII -Revisar o plano de ação e adequar a realidade da unidade educacional sempre que necessário;
XIII -Avaliar continuamente a eficiência e eficácia do ensino aprendizagem, parao diagnóstico das necessidades do sistema escolar;
XIV -Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do currículo e a execução do planejamento didático pedagógico avaliando o rendimento do alunado, detectando falhas e promovendo os meios para correção e recuperação;
XV -Assegurar, em parceria com os demais membros da equipe gestora o cumprimento dos dias letivos;

XVI -Coordenar, atividades extraclasses e de planejamento, dos profissionais da escola, comunidade afins de melhorar o processo educacional;
XVII -Dar suporte pedagógico aos professores e metodologia bem como auxiliar nas suas atividades educacionais as mais diversas;
XVIII -Acompanhar os alunos dentro e fora da unidade escolar em atividades escolares para fins específicos e educacionais;
XIX -Acompanhar alunos com necessidades especiais os seus familiares e os professores da sala de AEE;
XX -Convocar, participar do conselho pedagógico e conselho de classe fazendo as anotações em atas e coordenar as reuniões do conselho de classe como equipe pedagógica;
XXI -Convocar o conselho de professores, conselho de classe e coordenar os mesmo sempre que necessário.
XXII -Coordenar o processo de construção coletiva e execução da Proposta Pedagógica, dos Planos de Estudo e dos Regimentos Escolares;
XXII -investigar, diagnosticar, planejar, implementar e avaliar o currículo em integração com outros profissionais da Educação e integrantes da Comunidade;
XXIII -Supervisionar o cumprimento dos dias letivos e horas/aula estabelecidos legalmente e velar o cumprimento do plano de trabalho dos docentes nos estabelecimentos de ensino;
XXIV -Assegurar processo de avaliação da aprendizagem escolar e a recuperação dos alunos com menor rendimento, em colaboração com todos os segmentos da Comunidade Escolar, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino;
XXV -Promover atividades de estudo e pesquisa na área educacional, estimulando o espírito de investigação e a criatividade dos profissionais da educação e emitir parecer concernente à Supervisão Educacional;
XXVI -Planejar e coordenar atividades de atualização no campo educacional e propiciar condições para a formação permanente dos educadores em serviço, além, promover ações que objetivem a articulação dos educadores com as famílias e a comunidade, criando processos de integração com a escola;
XXVII -Outras atribuições emanadas da SEMED Secretaria Municipal de Educação ou do CME conselho Municipal de educação;

AS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.19º -Os profissionais alcançados por esta lei em efetivo exercício de cargo gozarão de férias anuais da seguinte forma:
I -Os professores lotados em sala de aula terão 30 (trinta) dias de férias gozadas no encerramento do ano letivo em janeiro e 15 (quinze) dias no termino do primeiro semestre;
II -Os orientadores, supervisores, cuidador educacional lotados na Unidade Escolar gozarão de 30 (trinta) dias de férias no termino do ano letivo em Janeiro e 7 (sete) dias no termino do primeiro semestre;
III -Os analistas em educação lotados na SEMED Secretaria Municipal de Educação gozarão de férias anuais de 30 (trinta) dias de acordo a escala de férias da SEMED e 7 (sete dias) no termino do primeiro semestre de acordo com o recesso escolar.
1§ -As Férias dos analistas em educação poderão ser fracionadas em três períodos de forma que os serviços não fiquem sem atendimento e assistência;
Art. 20º -As despesas relacionadas a esta Lei serão consignadas ao orçamento municipal mediante o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB conforme disposto no art. 26, inciso II da Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020;

Art. 21º -Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogados o***§1º e §2º do Art. 35 da Lei Municipal nº 702/2014 de 14 de abril de 2014,***os casos omissos, obscuro desta Lei serão regulamentados por decreto, portaria ou resolução dos órgãos municipais competentes.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA - RO,aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:B69B1446

GABINETE
PORTARIA MUNICIPAL Nº 244/GP/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025 "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO PARA O RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO REFERENTE AOPROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1075/2025, CONTRATO Nº 194/2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA MUNICIPAL Nº 244/GP/2025
DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

"Dispõe sobre a designação de Comissão para o recebimento do objeto contratado referente aoProcesso Administrativo nº 1075/2025, Contrato nº 194/2025, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA,no uso das atribuições que lhes foram conferidas pela Lei orgânica municipal,

CONSIDERANDOo disposto no art. 73 da Lei Federal nº 14.133/2021, que trata do recebimento provisório e definitivo do objeto contratado pela Administração Pública;

CONSIDERANDOa necessidade de designar servidores para proceder ao recebimento do objeto referente ao**Contrato nº 194/2025**, originado do**Processo Administrativo nº 1075/2025**, que tem por objeto a**aquisição de caminhonete cabine simples, motor a diesel, potência 200cv, Motor 2.8 L 16, Tração nas Quatro Rodas (4x4), Manual de 6 Velocidades, Roda Aro 17, Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Freios Abs com Ebd, Airbags Frontais e de Joelho, Bloqueio Do Diferencial Traseiro, Controle de Estabilidade e Tração, Assistente de Subida, Central Multimídia, entre outras características**, equipada com**Cesto Aéreo de 10 Metros de Altura e Carroceria Eletricitária contendo dois Malões**, Conforme Especificações Constantes na**ata de registro de preço e demais documentos do processo administrativo**,

RESOLVE:

Art. 1º -Designar os servidores abaixo relacionados para, em conjunto, comporem a**Comissão de Recebimento**do objeto contratado referente ao**Processo Administrativo nº 1075/2025**e**Contrato nº 194/2025**:

I - **VALÉRIA GONÇALVES BARBOSA**, CPF nº ***.945.332-**;
II - **FERNANDO CIQUEIRA REZENDE**, CPF nº ***.893.752-**;
III - **LEONIR JOSÉ GRAZIOLLA**, CPF nº ***.220.659-**.

Art. 2º - Compete à Comissão designada proceder ao recebimento provisório e/ou definitivo do bem descrito, atestando a conformidade do objeto com as especificações técnicas estabelecidas no edital, na proposta e no contrato, lavrando o respectivo**Termo de Recebimento** conforme previsto na legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeitodo Município de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia, aos 21 (vinte e um) dias do mês de outubro do ano de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

ALDAIR FERREIRA DE AMORIM
Secretário Mun. de Obras e Serv. Públicos

Publicado por:
Graciela Del Carmen Ramirez
Código Identificador:2565A079

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 17.493/GAB.PREF/2025

DECRETO Nº 17.493/GAB.PREF/2025

Abre Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município do exercício financeiro de 2025".

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA,PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, usando de suas prerrogativas e atribuições, contidas no artigo 58 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o que consta na Lei nº 2.880/GAB/PREF/24, Artigo 9º parágrafo 1º.
D E C R E T A

Art. 1º- Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar por anulação ao Orçamento Geral do Município, no exercício de 2025, no valor de R$ 197.000,00 (cento e noventa e sete mil reais), referente a solicitação da**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público - SEMOSP.**Em conformidade com que preceitua a Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

SUPLEMENTAR

0209		**Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público - SEMOSP**		
04.122.0011.0071.0000		**Manutenção das atividades da SEMOSP**		
3.3.90.14.00	1.500	Diária Civil	F-185	R$ 57.000,00
3.3.90.30.00	1.500	Material de Consumo	F-186	R$ 120.000,00
0210		**COORDENADORIA MUNICIPAL DE ESTRADASERODAGENS**		
26.122.0012.0074.0000		**Manutenção das atividades da COMER/SEMER**		
3.3.90.14.00	1.500	Diária civil	F-191	R$ 20.000,00
TOTAL				**R$ 197.000,00**

Art. 2º- O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada, conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.
ANULAR

04.122.0011.071.00		**Manutenção das Atividades da SEMOSP**		
3.3.90.39.00	1.500	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	F-187	R$ 197.000,00
TOTAL				**R$ 197.000,00**

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Palácio Pérola do Mamoré, 20 de outubro de 2025.

FABIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tayane Nery da Silva da Costa
Código Identificador:904A7763

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. º 17.495/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 20 DE SETEMBRO DE 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

D E C R E T O

Art.1°- CONCEDE LICENÇA PRÊMIO ASSIDUIDADE ao servidor **JACKSON JOSÉ SALES MIRANDA**,**código36-1,** ocupante do cargo de**TÉC. EM CONTABILIDADE 40h**, lotada na**Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ**,referente ao **5º quinquênio 2011/2016,**para o período de **03/11/2025 a 03/01/2026,** com base no artigo 103 da Lei 347/90-Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Guajará-Mirim-RO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário, publique-se.

Palácio Pérola do Mamoré, 20 de setembro de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Oliveira Carvalho
Código Identificador:7A47D75C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2025 PROCESSO Nº 4-2645/2025 CELEBRAÇÃO: 17 DE OUTUBRO DE 2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2025
PROCESSO Nº 4-2645/2025
CELEBRAÇÃO: 17 de outubro de 2025

PARTES:MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09
ESTRUTURALLE ENGENHARIA E PAVIMENTACAO LTDA. CNPJ nº 55.447.046/0001-45

DO OBJETO -O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operadores, por meio do convênio nº 610/2024/PGE-DERADM, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Munícipio de Guajará-Mirim/RO.

DO VALOR: O valor total da contratação é de R$80.000,00 (oitenta mil) reais.

DO PRAZO -O presente contrato terá vigência de 4 (quatro) meses, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

FORO -Fica eleito o Foro da Comarca de Guajará-Mirim RO para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato, não resolvidas de forma amigável, com renúncia expressa de qualquer outros, por mais privilegiado que seja.

Guajará-Mirim/RO, 21 de outubro de 2025.

ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS
Subprocurador do Município

Publicado por:
Tayane Nery da Silva da Costa
Código Identificador:0A3D1547

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2025 PROCESSO Nº 4-2593/2025 CELEBRAÇÃO: 20 DE OUTUBRO DE 2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2025
PROCESSO Nº 4-2593/2025
CELEBRAÇÃO: 20 de outubro de 2025

PARTES:MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM RO, CNPJ 05.893.631/0001-09
ESTRUTURALLE ENGENHARIA E PAVIMENTACAO LTDA. CNPJ nº 55.447.046/0001-45

DO OBJETO -O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de

caminhão basculante e máquinas pesadas, com operadores, por meio do**convênio nº 612/2024/PGE-DERADM**, com a finalidade de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Munícipio de Guajará-Mirim/RO, objetivando a continuidade dos serviços de manutenção e melhoria da infraestrutura urbana e rural do município.

DO VALOR:O valor total da contratação é de R$30.000,00 (trinta mil).
DO PRAZO -O presente contrato terá vigência de 2 (dois) meses, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

FOROFica eleito o Foro da Comarca de Guajará Mirim/RO como o único competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da execução deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guajará-Mirim/RO, 21 de outubro de 2025.

ADRIANO MICHAEL VIDEIRA DOS SANTOS
Subprocurador do Município

Publicado por:
Tayane Nery da Silva da Costa
Código Identificador:FA7AA524

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 596/CHEF-GAB/2025.

PORTARIA Nº 596/CHEF-GAB/2025. Em 20 de Outubro de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe são conferidas pelo Art. 58, da Lei Orgânica do Município, baixa o seguinte.

R E S O L V E

I. Conceder as diárias ao servidor que consta a seguir, conforme a solicitação do Chefe imediato:
03 (três) diárias no valor total de R$900.00(novecentos reais)para o servidor**DANIEL SOUZA PENHA, DIRETOR DA DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE,**a fim de possibilitar seu deslocamento do Município de Guajará-Mirim/RO até Porto Velho (RO),para tratar de assuntos de médio impacto ambiental na SEDAM, projetos na Kanindé, reuniões com deputados na Assembleia e melhorias tecnológicas na SETIC, nos dias15 a 17 de Outubro de 2025.
II. Os servidores ficam obrigados à comprovação no prazo previsto no artigo 14 da Lei nº 1.079/05, na falta desse cumprimento, ficam cientes de que o valor dessa diária será descontado em seus vencimentos do mês em curso se for o caso no mês subsequente.
III. A Secretaria Municipal de Fazenda SEMFAZ, exercerá a verificação desse prazo, notificando, no caso, o servidor.
IV. Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Dê-se ciência
Publique-se
Cumpra-se.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tayane Nery da Silva da Costa
Código Identificador:D2B1AB16

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. º 17.499/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 20 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito Especial ao orçamento geral do município no exercício financeiro de 2025,recursos de Excesso dereceita.

O Prefeito Municipal de Guajará-Mirim-RO,usando de suas atribuições e prerrogativas contidas no artigo 58, incisos III da Lei Orgânica do Município,**FAZ SABER**que a Câmara Municipal aprova e eu baixo o seguinte:

DECRETO

Art. 1º -Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito Especial ao orçamento geral do município no exercício financeiro de 2025,recursos de Excesso dereceita no valor R$ 2.305.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinco mil reais,conforme preceitua nas seguintes ações e respectivas dotações orçamentárias:

0211	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**		
10.122.0017.0114.0000	**Manut. Da Atividade da SEMSAU**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	F-192	R$ 780.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	F- 193	R$ 280.000,00
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituição Trabalhistas	F- 195	R$ 45.000,00
10.122.0017.9435.0000	**Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais HRPS recurso próprio**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	F-218	R$ 1.200.000,00
Total			**R$2.305.000,00**

Art. 2º -Para cobertura de crédito adicional especial a ser aberto de conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados osrecursos de Excesso dereceita, conforme o seguinte detalhamento por fontes de Recursos:

Descrição	Nº C/C	Utilizado no presente Ato
Excesso dereceita	42001	R$ 2.305.000,00
TOTAL		R$2.305.000,00

Art. 3º -Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Palácio Pérola do Mamoré, 21 de setembro de 2025.

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:091486B1

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO N. º 17.500/GAB-PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM (RO), 21 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o poder executivo municipal a proceder à abertura de crédito adicional suplementar com anulação parcial no orçamento geral do município do exercício financeiro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58 da Lei Orgânica do Município.

FAZ SABERque a**CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO**aprovou e ele baixa o seguinte:

DECRETO

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial, no valor de 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2025, para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU, conforme disposto nos artigos 42 e 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAR

0211	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0018.2079.0000	**Manut. Das Ativ. H.R.P.S com recurso do Estado**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoa Civil	F-448	R$ 125.000,00
TOTAL			**R$ 125.000,00**

Art. 2º- O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada para atender**Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU**conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0211	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0018.2079.0000	**Manut. Das Ativ. H.R.P.S com recurso do Estado**		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	F-449	R$ 40.000,00
3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	F-450	R$ 85.000,00
TOTAL			**R$ 125.000,00**

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Palácio Pérola do Mamoré, 21 de outubro de 2025.

FABIO GRACIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:9A82C592

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 3.010/GAB/PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito Especial ao orçamento geral do município no exercício financeiro de 2025,recursos de Excesso dereceita.

O Prefeito Municipal de Guajará-Mirim-RO,usando de suas atribuições e prerrogativas contidas no artigo 58, incisos III da Lei Orgânica do Município,**FAZ SABER**que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte:
LEI

Art. 1º -Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à abertura de crédito Especial ao orçamento geral do município no exercício financeiro de 2025,recursos de Excesso dereceita no valor R$ 2.305.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinco mil reais,conforme preceitua nas seguintes ações e respectivas dotações orçamentárias:

0211	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU**		
10.122.0017.0114.0000	**Manut. Da Atividade da SEMSAU**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	F-192	R$ 780.000,00
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	F- 193	R$ 280.000,00
3.1.90.94.00	Indenizações e Restituição Trabalhistas	F- 195	R$ 45.000,00
10.122.0017.9435.0000	**Remuneração de Pessoal e Encargos Sociais HRPS recurso próprio**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens fixas Pessoal Civil	F-218	R$ 1.200.000,00
Total			**R$2.305.000,00**

Art. 2º -Para cobertura de crédito adicional especial a ser aberto de conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados osrecursos de Excesso dereceita, conforme o seguinte detalhamento por fontes de Recursos:

Descrição	**Nº C/C**	**Utilizado no presente Ato**
Excesso dereceita	42001	R$ 2.305.000,00
TOTAL		**R$2.305.000,00**

Art. 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Palácio Pérola do Mamoré, 21 de outubro de 2025.

FABIO GRACIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:289D78AA

PREFEITURA MUNICIPAL
LEI Nº 3.011/GAB/PREF/2025 GUAJARÁ-MIRIM, 21 DE OUTUBRO DE 2025

Autoriza o poder executivo municipal a proceder à abertura de crédito adicional suplementar com anulação parcial no orçamento geral do município do exercício financeiro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58 da Lei Orgânica do Município.
FAZ SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM RO** aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação parcial, no valor de 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2025, para atender a Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU, conforme disposto nos artigos 42 e 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAR

0211	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0018.2079.0000	**Manut. Das Ativ. H.R.P.S com recurso do Estado**		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoa Civil	F-448	R$ 125.000,00
TOTAL			**R$ 125.000,00**

Art. 2º- O crédito aberto por essa Lei será coberto com recursos provenientes anulação parcial da dotação a seguir indicada para atender **Secretaria Municipal de Saúde SEMSAU** conforme autorizado pelo artigo 43 § 1°, III da Lei Federal 4320/64.

ANULAR

0211	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.302.0018.2079.0000	**Manut. Das Ativ. H.R.P.S com recurso do Estado**		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	F-449	R$ 40.000,00
3.1.91.13.00	Contribuições Patronais	F-450	R$ 85.000,00
TOTAL			**R$ 125.000,00**

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições contrárias.

Palácio Pérola do Mamoré, 21 de outubro de 2025.

FABIO GRACIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Guacarani Baracho
Código Identificador:0BCBFA92

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME/GM

Conselho Municipal de Educação - CME
Câmara de Planejamento, Normatização e Avaliação – CPNA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA ELABORAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO E PROJETO PEDAGÓGICO DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO

Guajará-Mirim/RO
2025

FÁBIO GARCIA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

MARIA TEREZA CRESPO RIBEIRO
Secretária Municipal de Educação

IRIS RODRIGUES DURAN
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Educação– CME:
Hesicia Crispim Ribeiro da Silva
Maria Elenilce do Carmo Duran
Maria Enisia Soares de Souza
Lilimar Lemos de Moura
Sâmia Cardoso Nogueira
Joelma Menezes Camelo
Elivanda Lopes Medeiro
Gabriel Loras Nogueira

APRESENTAÇÃO

A elaboração de documentos institucionais consiste numa fase importante às Escolas Municipais, visto que, quando prontos, dizem muito da equipe que a compõe e de todo o seu aparato de atividades e serviços educacionais prestados no âmbito das Unidades Escolares e do Sistema Municipal de Ensino, expressam regulamentos de práticas administrativas e pedagógicas. Além disso, os documentos devem reconhecer direitos e deveres de cada membro pertencente às Unidades de Ensino de Guajará-Mirim.
Toda Instituição de Ensino é parte atuante na sociedade, organizada sistematicamente em valores, normas e regras em um cenário que promove a apropriação do conhecimento e atuação consciente nas relações do cotidiano. Considerando que essas relações acontecem no coletivo, este Termo de Referência orienta a elaboração do Regimento Interno (RI) e do Projeto Pedagógico (PP) de forma participativa e democrática.
As Instituições de Ensino têm no Regimento Interno e no Projeto Pedagógico a sua expressão política, pedagógica, administrativa, disciplinar e filosófica, com base nos dispositivos legais e normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino.
Nesse sentido, este documento se constitui referencial atualizado, organizado pela Câmara de Planejamento, Normatização e Avaliação (CPNA) do Conselho Municipal de Educação (CME), consiste em um texto apresentado de forma técnico-didática contendo orientações estruturais e itens a serem incluídos em cada parte dois documentos. Em outras palavras, trata-se de referencial para oportunizar orientações à (re)construção dos Regimentos Internos e Projetos Pedagógicos das Instituições de Ensino pertencentes ao Sistema de Ensino do município de Guajará-Mirim.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS DE ORGANIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

A) Capa
A.1 Logotipo da escola e/ou da Secretaria Municipal de Educação
A.2 Nome oficial da instituição
A.3 Título do documento: “Regimento Interno”
A.4 Município e estado
A.5 Ano de elaboração/revisão
B) Sumário (Listagem com os títulos, capítulos e seções, com as respectivas páginas para fácil consulta).

TÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (negrito, caixa alta, centralizado)
CAPÍTULO 1 - Identificação Institucional
Orientação: Informar os dados oficiais que identificam a escola.
Itens a incluir: Nome oficial da escola; Código INEP; Endereço completo; Missão, visão e valores; Etapas e modalidades de ensino ofertadas.

CAPÍTULO 2 - Estrutura Organizacional
Orientação: Descrever a organização funcional da escola e seu funcionamento.
Itens a incluir: Turnos de funcionamento; Calendário escolar; Espaços físicos (salas, quadras, biblioteca, laboratórios); Atendimento ao público (horários, canais de comunicação); Jornada de trabalho dos profissionais da educação.

CAPÍTULO 3 - Do Projeto Pedagógico (PP)
Orientação: Apresentar o PP, sua finalidade, processo de elaboração e revisão participativos.
Itens a incluir: Definição e finalidade do PP; Processo de elaboração e revisão com participação da comunidade; Comissão responsável pela elaboração; Formas de acesso ao PP; Acompanhamento e atualização periódica.

TÍTULO II - FINALIDADES, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES DA INSTITUIÇÃO
CAPÍTULO 1 - Finalidades
Orientação: Explicitar a razão de existência da escola, área de atuação e público atendido.
Itens a incluir: Propósito principal da escola; Compromisso com o desenvolvimento integral dos estudantes.

CAPÍTULO 2 - Princípios
Orientação: Definir os valores éticos que guiam a convivência e ações da escola.
Itens a incluir: Respeito às diferenças; Inclusão; Transparência; Responsabilidade social; Democracia; Equidade.

CAPÍTULO 3 - Orientações
Orientação: Estabelecer os objetivos da escola.
Itens a incluir: Promoção do conhecimento e aprendizagem; Fortalecimento da cidadania; Desenvolvimento das habilidades socioemocionais; Estímulo à participação da comunidade escolar.

TÍTULO III – NORMAS DE CONVIVÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR
CAPÍTULO 1 - Princípios da Educação Cidadã
Orientação: Definir a base ética e social para um ambiente harmonioso.
Itens a incluir: Respeito mútuo; Solidariedade; Ética; Cooperação.

CAPÍTULO 2 - Legislação Vigente
Orientação: Assegurar que todas as ações respeitem às leis aplicáveis.
Itens a incluir: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); Outras normas legais aplicáveis.

CAPÍTULO 3 - Garantia do Contraditório e da Ampla Defesa
Orientação: Garantir direito à manifestação, defesa e devido processo legal em processos disciplinares.
Itens a incluir: Direito à manifestação; Direito à defesa; Garantia do devido processo legal.

CAPÍTULO 4 - Das Sanções Disciplinares e Recursos
Orientação: Estabelecer regras para aplicação de sanções e recursos.
Itens a incluir: Tipos de sanções (orientações, conselhos, medidas disciplinares); Critérios para aplicação justa e proporcional; Procedimentos para recurso: Direção, Conselho Escolar e instâncias externas.
CAPÍTULO 5 - Da Proteção à Diversidade e Combate à Discriminação
Orientação: Garantir respeito à diversidade e combate à discriminação.
Itens a incluir: Igualdade de direitos para todos; Combate ao bullying, preconceito e violência; Campanhas educativas.

TÍTULO IV - ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA, ADMINISTRATIVA E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE ESCOLAR
CAPÍTULO 1 - Organização Pedagógica
Orientação: Detalhar a estrutura curricular, recursos pedagógicos, formas de avaliação e processos acadêmicos.
Itens a incluir: Estrutura curricular alinhada à BNCC e outras normativas; Carga horária e calendário escolar; Critérios claros para

avaliação da aprendizagem; Procedimentos para matrícula, transferência e desligamento.

CAPÍTULO 2 - Organização Administrativa
Orientação: Explicar a estrutura administrativa e registrar as atribuições dos membros e/ou setores e Conselho Escolar.
Itens a incluir: Direção escolar; Supervisão; Secretaria; Corpo docente e Equipe Técnica; Serviços gerais e apoio; Conselho Escolar.

CAPÍTULO 3 - Da Matrícula, Rematrícula, Transferência e Desligamento
Orientação: Regulamentar processos de ingresso e permanência dos estudantes.
Itens a incluir: Documentação necessária; Procedimentos para matrícula, Critérios para rematrícula; Transferência e Desligamento.

CAPÍTULO 4 - Do Uso e Conservação das Instalações Escolares e Equipamentos
Orientação: Definir regras para uso e preservação dos espaços físicos e equipamentos.
Itens a incluir: Regras para uso dos espaços; Responsabilidades para conservação; Consequências para danos.
TÍTULO V - DIREITOS E DEVERES
CAPÍTULO 1 – Direitos e deveres dos estudantes
CAPÍTULO 2 – Direitos e deveres dos profissionais da educação
CAPÍTULO 3 – Direitos e deveres dos pais ou responsáveis legais
CAPÍTULO 4 – Direitos e deveres dos demais membros da comunidade escolar
Orientação: Definir direitos, deveres e responsabilidades de cada grupo da comunidade escolar.
CAPÍTULO 5 - Da Saúde e Bem-Estar
Orientação: Registrar formas de prevenção à saúde.
Itens a incluir: Prevenção e cuidados com a saúde; Atendimento a emergências; Incentivo a hábitos saudáveis e ambiente acolhedor.

TÍTULO VI – INSTÂNCIA COLEGIADA (CONSELHO ESCOLAR)
CAPÍTULO 1 – Composição do Conselho Escolar
CAPÍTULO 2 – Funcionamento e Competências
CAPÍTULO 3 – Mandato e Renovação
CAPÍTULO 4 – Procedimentos e Regras de Quórum
CAPÍTULO 5 – Da Comunicação e Transparência
Orientação: Descrever a composição, e exercício da instância colegiada.
Itens a incluir: Composição representativa; Direitos e deveres dos membros; Calendário e convocação de reuniões; Procedimentos para deliberação; Canais oficiais de comunicação; Prestação de contas.

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientação: Normas para revisão, resolução de casos omissos e vigência do regimento.
Itens a incluir: Procedimentos para revisão do regimento; Responsabilidade para casos omissos; Data de vigência e revogação de normas anteriores.

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS DE ORGANIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A) Capa
A.1 Logotipo da escola e/ou da Secretaria Municipal de Educação
A.2 Nome oficial da instituição
A.3 Título do documento: “Projeto Pedagógico (PP)”
A.4 Município e estado
A.5 Ano de elaboração/revisão
B) Sumário (Listagem com os títulos, capítulos e seções, com as respectivas páginas para fácil consulta).

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Apresentação e Fundamentação Legal
Orientação: Apresentar o Projeto Pedagógico e a fundamentação legal, conforme Resolução nº 05/CME-GM/2025.
Itens a incluir: Conceito do PP como documento formal de autonomia didático-pedagógica da instituição; Objetivo do PP; Referências legais (Constituição Federal, LDB, DCNs, BNCC, RCRO, PME, Resolução nº 05/CME-GM/2025).

IDENTIFICAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO
Histórico e Caracterização
Orientação: Contextualizar a história da instituição e o perfil da comunidade escolar.
Itens a incluir: Breve histórico da instituição; Características dos estudantes e da comunidade; Etapas e modalidades de ensino ofertadas.

Diagnóstico Situacional
Orientação: Apresentar diagnóstico da instituição, incluindo indicadores, problemas e prioridades.
Itens a incluir: Indicadores de desempenho escolar; Pontos fortes e desafios identificados; Prioridades para intervenção pedagógica e administrativa.

PRINCÍPIOS NORTEADORES E MISSÃO
Missão, Visão e Valores
Orientação: Definir os princípios que guiam a instituição, expressos na missão, visão e valores.
Itens a incluir: Missão da escola; Visão institucional; Valores éticos e pedagógicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PEDAGÓGICA
Referenciais Pedagógicos
Orientação: Apresentar as bases teóricas e legais que fundamentam as práticas pedagógicas da escola.
Itens a incluir: Legislação vigente; Diretrizes pedagógicas adotadas; Metodologias e abordagens pedagógicas.

PLANO DE AÇÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA
Objetivos e Metas
Orientação: Definir objetivos específicos e metas a serem alcançadas no período de vigência do PP.
Itens a incluir: Objetivos pedagógicos e administrativos; Metas quantitativas e qualitativas.

Metodologias e Projetos
Orientação: Descrever metodologias adotadas e projetos pedagógicos institucionalizados.
Itens a incluir: Estratégias de ensino e aprendizagem; Projetos pedagógicos, inclusivos e de apoio à diversidade.

Avaliação da Aprendizagem
Orientação: Definir critérios e procedimentos para avaliação e acompanhamento e recomposição da aprendizagem dos estudantes.
Itens a incluir: Instrumentos de avaliação; Critérios de promoção e recomposição estruturada com estratégias de reforço e recuperação; Formas de registros dos resultados.

Cronograma e Responsabilidades
Orientação: Apresentar o calendário de atividades e as responsabilidades de cada membro da equipe escolar.
Itens a incluir: Cronograma anual de ações; Atribuições da equipe escolar.

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR
Gestão Democrática
Orientação: Descrever os mecanismos para garantir a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na elaboração, implementação e revisão do PP.
Itens a incluir: Assembleias, reuniões e fóruns participativos; Comissões e grupos de trabalho; Comunicação e transparência.

PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO
Avaliação do PP
Orientação: Estabelecer procedimentos e periodicidade para avaliação do PP.
Itens a incluir: Critérios e indicadores para avaliação do PP; Participação da comunidade escolar no processo.

Revisão e Atualização
Orientação: Definir prazos e procedimentos para revisão e atualização do PP, incluindo o envio ao Conselho Municipal de Educação e prazo para parecer.
Itens a incluir: Frequência de revisão (mínimo anual); Responsáveis pela revisão; Procedimentos para aprovação e registro.

DISPOSIÇÕES FINAIS
Orientação: Registrar as disposições gerais sobre vigência, resolução de dúvidas e casos omissos.
Itens a incluir: Data de vigência do PP; Procedimentos para esclarecimento de dúvidas;
Revogação de disposições anteriores.

Publicado por:
Joaquim Antônio Silva Santos
Código Identificador:7BF3DD1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2282-DIÁRIA-SEMSAU-IOLENE FAREL CORREA

Portaria nº 2282/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 13 de Outubro de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: IOLENE FAREL CORREA, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.503/GAB-PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 02 (DUAS) diárias no valor unitário de R$ 300,00 (Duzentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 600,00** (**Seiscentos Reais**), na função: Conselheira Municipal de Saúde-Coren**.**
Artigo 2º.As referidas diárias serão para a mesma deslocar-se até **PORTO VELHO-RO,** nos dias **08** e **09/10/2025**, onde irá "Participar da Oficina de Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Saúde". **RECURSO CMS.**

Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRCIO BRUNE CHRISTO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto N°16.503/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:F51D0F3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2385-DIÁRIA-SEMSAU-ANDRESSA VITÓRIA PEREZ QUINTÃO

Portaria nº 2385/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 26 de Agosto de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para a servidora: ANDRESSA VITÓRIA PEREZ QUINTÃO, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário Adjunto de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.504/GAB-PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 05 (Cinco) diárias no valor unitário de **R$ 300,00** (Trezentos Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais)** na função: **AGENTE ADMINISTRATIVO.**
Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para a mesma deslocar-se no dia **28/08/25**, para o município de COSTA MARQUES/RO, para dar suporte de Enfermagem a Equipe de Saúde, onde os mesmos irão realizar Ação de Saúde (Consultas Médicas e de Enfermagem, Verificação dos Sinais Vitais, Teste de Glicemia, Entrega de Medicações, Preventivos, Testes Rápidos, Vacinações, Entrega de Hipoclorito Sódio e Mosquiteiros etc...) conforme determinação do MP, na população da **COMUNIDADE CAJUEIRO**, pertencente ao município de Guajará Mirim, que irá acontecer no período de 29 a 31/08/2025. Sendo o seu retorno no dia **01/09/25**". RECURSO PRÓPRIO.
Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

LUIZ XAVIER NASCIMENTO
Secretário Adjunto Municipal de Saúde
Decreto N°16.504/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:FF3B4865

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2769-DIÁRIA-SEMSAU-DIEGO MARADONA TEIXEIRA CARVALHO

Portaria nº 2769/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 10 de Outubro de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: DIEGO MARADONA TEIXEIRA CARVALHO, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.503/GAB-PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 12 (Doze) diárias no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 600,00** (**Seiscentos Reais**), na função: TÉCNICO em SAÚDE BUCAL**,** Equipe Rural
Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nas seguintes localidades: 7ª Linha do Ribeirão; Distrito do Iata; Comara I, Cachoerinha KM 70, Bom Sossego KM 22; Ramal Olho D'agua; Ramal do Pompeu; Ramal Sol Sol, nos dias **07, 08, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 28 e 29/08/2025**, para dá "Apoio na Realização de Procedimentos Clínicos e Preventivos na área de Saúde Bucal", referente ao mês de **AGOSTO/2025**, conforme cronograma em anexo. **RECURSO PSF**. FICHA 223.
Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRCIO BRUNE CHRISTO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto N° 16.503/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:F89C0E5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2770-DIÁRIA-SEMSAU-DIEGO MARADONA TEIXEIRA CARVALHO

Portaria nº 2770/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 10 de Outubro de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: DIEGO MARADONA TEIXEIRA CARVALHO, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.503/GAB-

PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 16 (Dezesseis) diárias no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 800,00** (**Oitocentos Reais**), na função: TÉCNICO em SAÚDE BUCAL**,** Equipe Rural

Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nas seguintes localidades: 7ª Linha do Ribeirão; Distrito do Iata; Comara I e II, Cachoerinha KM 70, Bom Sossego KM 22 e 50; Ramal do Pompeu; Ramal Sol Sol, nos dias **03, 04, 05, 09, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26** e **30/09/2025**, para dá "Apoio na Realização de Procedimentos Clínicos e Preventivos na área de Saúde Bucal", referente ao mês de **SETEMBRO/2025**, conforme cronograma em anexo. **RECURSO PSF**. FICHA 223.

Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRCIO BRUNE CHRISTO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto N° 16.503/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:F80ABDD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2772-DIÁRIA-SEMSAU-EDSON MOREIRA DOS SANTOS

Portaria nº 2772/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 10 de Outubro de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: EDSON MOREIRA DOS SANTOS, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.503/GAB-PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 12 (Doze) diárias no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 600,00** (**Seiscentos Reais**), na função: CIRURGIÃO DENTISTA**,** Equipe Rural

Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nas seguintes localidades: 7ª Linha do Ribeirão; Distrito do Iata; Comara I, Cachoerinha KM 70, Bom Sossego KM 22; Ramal Olho D'agua; Ramal do Pompeu; Ramal Sol Sol, nos dias **07, 08, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 22, 28 e 29/08/2025**, para "Realizar Procedimentos Clínicos e Preventivos na área de Saúde Bucal", referente ao mês de **AGOSTO/2025**, conforme cronograma em anexo. **RECURSO PSF**. FICHA 223.

Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRCIO BRUNE CHRISTO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto N°16.503/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:172869C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU
PORT 2773-DIÁRIA-SEMSAU-EDSON MOREIRA DOS SANTOS

Portaria nº 2773/GAB/SEMSAU Guajará Mirim, 10 de Outubro de 2025.

Dispõe sobre a Concessão de Diárias para o servidor: EDSON MOREIRA DOS SANTOS, e dá outras providências.

Artigo 1º.O Secretário de Saúde do Município de Guajará-Mirim/RO, no uso de suas atribuições legais contidas no Decreto nº. 16.503/GAB-PREF/25**,** torna-se pública a concessão de 16 (Dezesseis) diárias no valor unitário de R$ 50,00 (Cinquenta Reais), perfazendo um **TOTAL** de **R$ 800,00** (**Oitocentos Reais**), na função: CIRURGIÃO DENTISTA**,** Equipe Rural

Artigo 2º.As referidas diárias serão concedidas para o mesmo deslocar-se até a **ZONA RURAL**, nas seguintes localidades: 7ª Linha do Ribeirão; Distrito do Iata; Comara I e II, Cachoerinha KM 70, Bom Sossego KM 22 e 50; Ramal do Pompeu; Ramal Sol Sol, nos dias **03, 04, 05, 09, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26** e **30/09/2025**, para "Realizar Procedimentos Clínicos e Preventivos na área de Saúde Bucal", referente ao mês de **SETEMBRO/2025**, conforme cronograma em anexo. **RECURSO PSF**. FICHA 223.

Artigo 3º.A presente portaria entrará em vigor nesta data, sendo revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

MÁRCIO BRUNE CHRISTO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto N°16.503/GB-PREF/2025

Publicado por:
Solange Rocha da Silva
Código Identificador:4F89A7EE

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 475 - DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA IEDA AMORIM GOMES PARA SUBSTITUIR O SERVIDOR MARCLES MARQUES DE OLIVEIRA DURANTE O PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS

PORTARIA Nº 475/GAB-PMIO/2025 Itapuã do Oeste/RO, 16 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a designação da servidora IEDA AMORIM GOMES para substituir o servidor MARCLES MARQUES DE OLIVEIRA durante o período de gozo de férias e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 127 de 30 de abril de 2015, em seu artigo 49, § 1º e § 2º que dispõe sobre a substituição de servidores afastados ou impedidos legalmente, por período igual ou superior a 5 (cinco) dias;

CONSIDERANDOa Portaria nº 106 de 16 janeiro de 2025, que dispõe sobre a nomeação do servidor **MARCLES MARQUES DE OLIVEIRA**, para exercer o Cargo em Comissão de **COORDENADOR GERAL DE CONTABILIDADE**;

CONSIDERANDO o Aviso de Férias do servidor **MARCLES MARQUES DE OLIVEIRA** do dia **13/10/2025** a **01/11/2025**.

RESOLVE:

Art. 1º Designara servidora **IEDA AMORIM GOMES**, ocupante do Cargo em Comissão de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**, para substituir o servidor **MARCLES MARQUES DE OLIVEIRA** durante o período de gozo de férias.

Parágrafo único - Durando o período de substituição, a servidora especificado no caput do presente artigo, fará jus à percepção dos vencimentos para o cargo em referência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Michele Bicalho da Silva Vargas
Código Identificador:524082FF

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 476 - DESIGNAR O GESTOR E FISCAL DO CONTRATO Nº 015/2025 REFERENTE AO PROCESSO Nº 846-07/2025

PORTARIA Nº 476/GAB-PMIO/2025 Itapuã do Oeste/RO, 20 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a designação do GESTOR e do FISCAL do CONTRATO Nº 015/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO e a empresa NORTE & SUL TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em seus artigos 117 a 121 d, que trata da gestão e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento técnico, administrativo e contábil dos contratos firmados pela Administração Pública Municipal, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;

CONSIDERANDO o que consta do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 846-07/2025**, referente ao **CONTRATO DE Nº 015/2025**, firmado com a empresa **NORTE & SUL TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA**, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Continuados de Auxiliar operacional;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para fins de gestão e fiscalização do **CONTRATO Nº 015/2025**, os seguintes servidores:

I - GESTOR DO CONTRATO:
A) NOME: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES
B) CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
C) MATRÍCULA: 7034
D) LOTAÇÃO: SEMOSP

II - FISCAL DO CONTRATO:
A) NOME: MANOEL DA SILVA VALOIS
B) CARGO: COORDENADOR DE OBRAS
C) MATRÍCULA: 7059
D) LOTAÇÃO: SEMOSP

Art. 2º Compete ao **GESTOR DO CONTRATO**:

I - Acompanhar, supervisionar e coordenar a execução administrativa do contrato;
II - Controlar prazos, vigência e saldo contratual;
III - Analisar relatórios encaminhados pelo fiscal e adotar as providências cabíveis;
IV - Encaminhar, quando necessário, propostas de aditivos, reequilíbrios ou rescisões;
V - Manter atualizado o registro documental e o histórico de execução contratual;
VI - Informar à autoridade superior e aos órgãos de controle interno sobre eventuais irregularidades ou inadimplementos;
VII - Exercer as demais atribuições correlatas à execução e à gestão do contrato.
Art. 3º Compete ao **FISCAL DO CONTRATO**:
I - Acompanhar, in loco, a execução física do objeto contratado;
II - Verificar a conformidade do material, serviço ou obra com as especificações do contrato;
III - Registrar em relatórios e comunicações formais todas as ocorrências e irregularidades observadas;
IV - Atestar notas fiscais, relatórios e medições, quando constatada a execução regular;
V - Comunicar imediatamente ao gestor quaisquer falhas ou descumprimentos;
VI - Zelar pela manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado durante toda a execução;
VII - Exercer as demais atribuições correlatas à execução e fiscalização do contrato.

Art. 4º As atribuições do Gestor e do Fiscal de Contrato deverão ser exercidas em conformidade com o disposto nesta Portaria, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais agentes públicos envolvidos na execução contratual.

Art. 5º Na ausência, impedimento ou afastamento dos servidores designados, poderá ser nomeado substituto mediante nova Portaria específica.

Art. 6º Os servidores designados deverão tomar ciência desta Portaria e de suas atribuições ora estabelecidas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Michele Bicalho da Silva Vargas
Código Identificador:EF45B61D

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 477 - DESIGNAR O GESTOR E FISCAL DO CONTRATO Nº 003/2025 REFERENTE AO PROCESSO Nº 572-04/2025

PORTARIA Nº 477/GAB-PMIO/2025 Itapuã do Oeste/RO, 20 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a designação do GESTOR e do FISCAL do CONTRATO Nº003/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/RO e a empresa NORTE & SUL TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em seus artigos 117 a 121 d, que trata da gestão e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento técnico, administrativo e contábil dos contratos firmados pela Administração Pública Municipal, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;

CONSIDERANDO o que consta do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 572-04/2025**, referente ao **CONTRATO DE Nº003/2025**, firmado com a empresa **NORTE & SUL TERCEIRIZADOS DE MÃO DE OBRA LTDA**, cujo objeto é Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços Continuados de Apoio Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para fins de gestão e fiscalização do **CONTRATO Nº003/2025**, os seguintes servidores:

I- GESTOR DO CONTRATO:
A)NOME: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES
B)CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
C)MATRÍCULA: 7034
D)LOTAÇÃO: SEMOSP

II-FISCAL DO CONTRATO:
A)NOME: MANOEL DA SILVA VALOIS
B)CARGO: COORDENADOR DE OBRAS
C)MATRÍCULA: 7059
D)LOTAÇÃO: SEMOSP

Art. 2º Compete ao **GESTOR DO CONTRATO**:

I- Acompanhar, supervisionar e coordenar a execução administrativa do contrato;
II- Controlar prazos, vigência e saldo contratual;
III- Analisar relatórios encaminhados pelo fiscal e adotar as providências cabíveis;
IV- Encaminhar, quando necessário, propostas de aditivos, reequilíbrios ou rescisões;
V- Manter atualizado o registro documental e o histórico de execução contratual;
VI- Informar à autoridade superior e aos órgãos de controle interno sobre eventuais irregularidades ou inadimplementos;
VII- Exercer as demais atribuições correlatas à execução e à gestão do contrato.

Art. 3º Compete ao **FISCAL DO CONTRATO**:

I- Acompanhar, in loco, a execução física do objeto contratado;
II- Verificar a conformidade do material, serviço ou obra com as especificações do contrato;
III- Registrar em relatórios e comunicações formais todas as ocorrências e irregularidades observadas;
IV- Atestar notas fiscais, relatórios e medições, quando constatada a execução regular;
V- Comunicar imediatamente ao gestor quaisquer falhas ou descumprimentos;
VI- Zelar pela manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado durante toda a execução;
VII- Exercer as demais atribuições correlatas à execução e fiscalização do contrato.

Art. 4º As atribuições do Gestor e do Fiscal de Contrato deverão ser exercidas em conformidade com o disposto nesta Portaria, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais agentes públicos envolvidos na execução contratual.

Art. 5º Na ausência, impedimento ou afastamento dos servidores designados, poderá ser nomeado substituto mediante nova Portaria específica.

Art. 6º Os servidores designados deverão tomar ciência desta Portaria e de suas atribuições ora estabelecidas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Michele Bicalho da Silva Vargas
Código Identificador:8C3FD607

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 478 - DESIGNAR O GESTOR E FISCAL DO CONTRATO Nº 035/2025 REFERENTE AO PROCESSO Nº 1244-07/2025

PORTARIA Nº 478/GAB-PMIO/2025 Itapuã do Oeste/RO, 20 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a designação do GESTOR e do FISCAL do CONTRATO Nº035/2025, celebrado entre o MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE/ROe a empresa JAMIR RODRIGUES ARCO, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE - RO, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso Vl do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em seus artigos 117 a 121 d, que trata da gestão e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acompanhamento técnico, administrativo e contábil dos contratos firmados pela Administração Pública Municipal, garantindo a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;

CONSIDERANDOo que consta do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1244-07/2025**, referente ao **CONTRATO DE Nº035/2025**, firmado com a empresa **JAMIR RODRIGUES ARCO**, cujo objeto é Contratação de Serviços Especializados em Manutenção, Recuperação e Fabricação de Peças Mecânicas;

RESOLVE:

Art. 1º Designar para fins de gestão e fiscalização do **CONTRATO Nº035/2025**, os seguintes servidores:

I- GESTOR DO CONTRATO:
A) NOME: ANDRE FRANCISCO PEREIRA VALOIS
B) CARGO: COORDENADOR DE MEIO AMBIENTE E EXTRATIVISMO
C) MATRÍCULA: 7210
D)LOTAÇÃO: SEMAGRI

II-FISCAL DO CONTRATO:
A) NOME: CARLOS HENRIQUE DE SOUZA RODRIGUES
B)CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
C)MATRÍCULA: 7034
D)LOTAÇÃO: SEMOSP

Art. 2º Compete ao**GESTOR DO CONTRATO**:

I- Acompanhar, supervisionar e coordenar a execução administrativa do contrato;
II- Controlar prazos, vigência e saldo contratual;
III- Analisar relatórios encaminhados pelo fiscal e adotar as providências cabíveis;

IV- Encaminhar, quando necessário, propostas de aditivos, reequilíbrios ou rescisões;
V- Manter atualizado o registro documental e o histórico de execução contratual;
VI- Informar à autoridade superior e aos órgãos de controle interno sobre eventuais irregularidades ou inadimplementos;
VII- Exercer as demais atribuições correlatas à execução e à gestão do contrato.

Art. 3º Compete ao **FISCAL DO CONTRATO**:

I- Acompanhar, in loco, a execução física do objeto contratado;
II- Verificar a conformidade do material, serviço ou obra com as especificações do contrato;
III- Registrar em relatórios e comunicações formais todas as ocorrências e irregularidades observadas;
IV- Atestar notas fiscais, relatórios e medições, quando constatada a execução regular;
V- Comunicar imediatamente ao gestor quaisquer falhas ou descumprimentos;
VI- Zelar pela manutenção das condições de habilitação e qualificação do contratado durante toda a execução;
VII- Exercer as demais atribuições correlatas à execução e fiscalização do contrato.

Art. 4º As atribuições do Gestor e do Fiscal de Contrato deverão ser exercidas em conformidade com o disposto nesta Portaria, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais agentes públicos envolvidos na execução contratual.

Art. 5º Na ausência, impedimento ou afastamento dos servidores designados, poderá ser nomeado substituto mediante nova Portaria específica.

Art. 6º Os servidores designados deverão tomar ciência desta Portaria e de suas atribuições ora estabelecidas.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogando as disposições em contrário.

Registre-se!
Publique-se!
E Cumpra-se!

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Chefe do Poder Executivo Municipal

Publicado por:
Michele Bicalho da Silva Vargas
Código Identificador:609EB14C

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 308/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N.° 024/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1044-05/2025

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n. 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Ayrton Senna n. 1425, Setor 01, Itapuã do Oeste, Rondônia, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito,*IDIZNEI CASTRO MARTINS***.**

CONTRATADA: ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 54.860.907/0001-50, com sede na Rua Maria Delfina, nº 236, Bairro Cinquentenário, CEP 30.570-030, Belo Horizonte/MG, e-mail odontomasterequipamentosltda@gmail.com, telefones (31) 9446-6015 / (31) 3374-6768, representada por **Cristiano Henrique Rodrigues Cury.**

OBJETO: Aquisição de insumos odontológicos em atendimento as Unidades Básicas de Saúde.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$14.523,26 (quatorze mil, quinhentos e vinte e três reais e vinte e seis centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste com o objetivo de suprir de maneira eficaz e eficiente as necessidades das unidades vinculadas pela seguinte classificação orçamentária:

SEMSAU
Órgão: Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste - RO
Unidade Orçamentária:
02.05 Sec. Mun. De Saúde Semsau
Programação:
10.301.0006.0028.0001 Programa Saúde Bucal PSF Odontologia
Elemento de Despesa:
3.3.90.30.00 Material de consumo
4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente
Fonte de Recurso: Recurso Próprio; Superávit, Recursos Estaduais e Federais

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:9EF2EA29

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 326/2025
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1234-04/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ATC000110/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2024

CONTRATANTE:**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE,**pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.936/0001-55, com sede na Rua Airton Senna, nº 1425, Centro, Itapuã do Oeste/RO, CEP: 76861-000, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **IDIZNEI CASTRO MARTINS;**

CONTRATADA: CONSTRUTUBOS COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na RODOVIA BR 364, KM 720. - ELETRONORTE, PORTO VELHO-RO CEP: 76.808-695, inscrita no CNPJ sob o nº 84.602.481/0001-03, neste ato representada ADMINISTRADOR/PROPRIETÁRIO, **Sr. MAICON DIEGO DOS SANTOS**

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto armado (manilhas), destinados à execução de obras de drenagem pluvial, construção de bueiros e canalizações em vias urbanas e estradas vicinais do Município de Itapuã do Oeste/RO.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor total da contratação é de **R$1.241.102,50 (um milhão, duzentos e quarenta e um mil, cento e dois reais e cinquenta centavos).**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n. 14.133/2021.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes do contrato correrão por conta dos recursos consignados a Prefeitura Municipal de Itapuã do Oeste pela seguinte classificação orçamentária:

Ficha:	**58**	**Processo Nº:**	**01234/2025**
Unidade:	**020401 - SEC. MUNICIPAL DE OBRAS E SERV. PUBLICOS**		
Funcional:	**15.452.0003.0007.0000**		
Cat. Econômica:	**4.4.90.30.00 - DESPESAS DE CAPITAL**		

Código de Aplicação:	**002.061 - Recursos Hidricos - CFH**
Fonte de Recurso:	**1.709.0000 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos**
Fonte STN:	**1.709 - Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos (Exerc.Corrente)**

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:3A669765

SECRETARIA GERAL DE GOVERNO
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 947-06/2025

Objeto: Aquisição de materiais permanentes (mesas, televisores, cadeiras, aparelhos de ar-condicionado, arquivos em aço, conjuntos de refeitório escolar, quadros brancos escolares, armários, scanners e impressoras), conforme especificações do edital.

Adjudicação:

Fica adjudicado o objeto licitado às seguintes empresas vencedoras:

•**OLMI Informática Ltda CNPJ 00.789.321/0001-17** R$ 44.289,00

•**J R Machado Imp. e Exp. Ltda CNPJ 53.553.859/0001-94** R$ 568.000,00

•**A. Pazinato Maringá CNPJ 04.352.905/0001-81** R$ 181.530,00

•**Guapui Indústria e Comércio de Móveis de Aço Ltda CNPJ 24.321.932/0001-02** R$ 93.448,00

•**R & R Distribuidora de Eletroeletrônicos Ltda CNPJ 59.565.097/0001-22** R$ 49.730,00

•**Milan Móveis Indústria e Comércio Ltda CNPJ 00.300.400/0001-12** R$ 44.043,00

•**Microfort Informática Ltda CNPJ 24.675.507/0001-03** R$ 34.485,00

Valor Total Adjudicado: R$ **1.015.525,00**
Valor Total Orçado: R$ **1.940.028,72**
Economia Obtida: R$ **924.503,72** (47,65%)

Homologação:

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o **Prefeito Municipal de Itapuã do Oeste/RO**, **Sr. Idiznei Castro Martins**, homologa o resultado do **Pregão Eletrônico nº 28/2025**, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Data: 21 de outubro de 2025

Itapuã do Oeste RO, 21 de outubro de 2025.

IDIZNEI CASTRO MARTINS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliano França Moura Junior
Código Identificador:F9C9F934

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D´ OESTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO MUNICIPAL Nº 4923/2025

DECRETO MUNICIPAL Nº 4923, DE20DE OUTUBRO DE 2025.

Regulamenta a Lei Municipal nº 2.732, de 08 de outubro de 2025, que dispõe sobre a concessão de premiação e valorização aos professores da RedeMunicipal de Ensino de Machadinho DOeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACHADINHO DOESTE, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o art.56, incisoIV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.732, de 08 de outubro de 2025,

DECRETA:

Art. 1ºO recebimento das premiações instituídas pela Lei Municipal nº 2.732/2025 será regulamentado por este Decreto, observando-se os critérios, valores e condições estabelecidos a seguir.

Art. 2ºA premiação destina-se aos professores efetivos e contratados em exercício nos 2º, 3º e 5º anos do Ensino Fundamental, que obtiverem os melhores resultados no Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia SAERO, conforme indicadores oficiais publicados pelo Governo do Estado.

Art. 3º Serão considerados para efeito de premiação:

I os resultados consolidados das turmas sob responsabilidade direta do docente;
IIo cumprimento do cronograma pedagógico e a efetiva participação nas ações do Plano de Ação Orientador por Resultados, instituído pela Portaria nº 004/2024 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º As premiações compreenderão:

I Prêmio em dinheiro, conforme valores definidos no art. 5º deste Decreto;
II Menção honrosa, com entrega de certificado e divulgação oficial dos resultados;
III Reconhecimento público, em solenidade organizada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Os valores da premiação financeira será de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 6ºO pagamento da premiação ocorrerá no exercício subsequente à aplicação da avaliação SAERO, conforme o disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 2.732/2025, e dependerá da publicação oficial dos resultados pelo Governo do Estado.

Art. 7ºA Secretaria Municipal de Educação será responsável por:

I acompanhar os resultados e consolidar os dados de desempenho dos docentes;
II organizar o processo de seleção e classificação;
III propor o cronograma de pagamento e cerimônia de entrega das premiações.

Art.8º Os recursos para o pagamento das premiações correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser suplementadas, se necessário.

Art.9º. Os casos omissos e as dúvidas de interpretação serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadasas normas orçamentárias e administrativas vigentes.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D`OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos20dias do mês de Outubro de 2025.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 18:10, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**847563**e o código verificador**AF64CEDB**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:70F56C91

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº661/2025

PORTARIA Nº661/2025DE 20 de outubro de 2025

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE,ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais,

R E S O L V E:

Art.1º - EXONERARo(a) senhor(a)**SERGIO VINICIUS DOS SANTOS**,portador(a) do CPF nº ***.078.032-**, do cargo Comissionado**ASSESSOR (A) NÍVEL III**, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art.2º -APRESENTEportaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito ao dia 20/10/2025, revogando as disposições em contrário.

Registre-se,
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos20 de outubro de 2025.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 18:09, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**847114**e o código verificador**9DB0B986**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:1209C7D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº662/2025

PORTARIA Nº662/2025, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"DESIGNAR O SERVIDOR MÁRCIO ANDRADE DE MEDEIROS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA".

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais:

R E S O L V E:

Art.1ºDESIGNARo servidor abaixo relacionado para atuar como **FISCAL DECONTRATOS** do Contrato n°427 de 16/10/2025, processo nº3374/2025 que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, DE RECUPERAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS BANCADAS UTILIZADAS PELOS FEIRANTES, INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E REGULARIZAÇÃO E CORREÇÃO DO PISO DA ÁREA DESTINADA ÀS BANCADAS.**

NOME	CPF	FUNÇÃO
Márcio Andrade de Medeiros	***507.274-**	Fiscal de contratos

Art.2º - A PRESENTE portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE, ESTADO DE RONDÔNIA, aos 20 de outubro de 2025.

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 18:09, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**847143**e o código verificador**58A6576C**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:3AD208BA

GABINETE DO PREFEITO
PROCESSO Nº:3488/2025

PROCESSO Nº:3488/2025
CLASSE: Prescrição de Débitos Tributários.
NOME: Afonso Pereira De Araújo

PrefeituraMunicipalde MachadinhoD'Oeste/RO
Publicado no Portal de Transparência do Município.Conforme Lei Municipal n.º1.858/2019.
https://www.transparencia.machadinho.ro.gov.br

DECISÃO:

O Prefeito Municipal de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

"DEFERIR" o requerimento (ID 821896), de **PRESCRIÇÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS IPTUs ,** referente ao Processo N º3488/2025, lançados nos anos/exercícios de**2012**,**2013**e**2014**,solicitado pelo contribuinte **AFONSO PEREIRA DE ARAÚJO ,**de acordo com o disposto no Parecer Jurídico(ID 847214).

Publique-se,
Registre-se,
Cumpra-se.

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Av. Rio de Janeiro, 3098 - Centro - Machadinho D´Oeste/RO CEP: 76.868-000
Contato: (69) 3581-3723 - Site: www.machadinho.ro.gov.br- CNPJ: 22.855.142/0001-73

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS**,**PREFEITO MUNICIPAL**, em

20/10/2025 às 18:09, horário de Machadinho D'Oeste/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 3.431 de 06/03/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.machadinho.ro.gov.br, informando o ID**847403**e o código verificador**FAC83A84**.

Publicado por:
Meire Regiane Candida de Oliveira
Código Identificador:4B1C7AC9

IMPREV
PORTARIA Nº 34/2025/IMPREV/PRESIDÊNCIA

Machadinho D'Oeste/RO, 20 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a nomeação de servidor para exercer cargo em comissão no âmbito do IMPREV.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE MACHADINHO D'OESTE IMPREV, no uso de suas atribuições e prerrogativas conferidas pela Lei Municipal Complementar 002/2023, de 01 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **KELLY CRISTIANE TOMASI SOARES**, inscrita no CPF sob o nº*****.478.022-****e portadora do RG nº***.***.*00SESDC/RO**, para exercer o cargo em comissão de**Assessor de Recursos Humanos**no Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D'Oeste IMPREV.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Recursos Humanos que proceda ao respectivo cadastro funcional da servidora ora nomeada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a**14 de outubro de 2025**, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

KERLES FERNANDES DUARTE
Presidente

Publicado por:
Fagner Partelli Coser
Código Identificador:5F67EEF3

IMPREV
PORTARIA N.º 35/2025/IMPREV/BENEFÍCIO

Dispõe sobre Retificação da Portaria nº24/2025 (ID 799441), que trata da concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição em favor do servidor-segurado Sr.BRAZ JOSÉ DE OLIVEIRA NETO.

A Presidente do Instituto Municipal de Previdência de Machadinho D´Oeste - Rondônia, IMPREV, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei MunicipalComplementar Nº 002/2023, de 24 de novembro de 2023,

Considerando o teor do Processo Administrativo nº 054/2025/IMPREV, de 28 de abril de 2025, bem como, dos despachos firmados.

Resolve,

Art.1º Retificar a Portaria nº 24/2025, de 01/08/2025**Onde Se Lê:**PORTARIA N.º 21/2025/IMPREV/BENEFÍCIO**Leia-se:**"PORTARIA N.º 24/2025/IMPREV/BENEFÍCIO"publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, ediçãonº 4037, em 05/08/2025, que trata do benefíciode**Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição**em favor do servidor-segurado**Sr. Braz José de Oliveira Neto,**brasileiro, solteiro,portador do RG nº. ***24-* - SSP/MT e do CPF/MF nº. ***.329.121-**,efetivo no cargo de**Vigia**, matrícula nº. 176, carga horária de 40 horas semanais,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Regime Jurídico Estatutário do quadro permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste /RO, nos termos do**Art. 67, Incisos I, II, III, IV, V, §§ 1º e 2º, da Lei Municipal Complementar Nº 002, de 24 de novembro de 2023.**

Art. 2º. Autorizar o pagamento da Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, com**PROVENTOS INTEGRAIS**ao tempo de contribuição,**sem paridade**, com base na média aritmética de 80% das maiores remunerações, nos termos do (**art. 67, §6º da Lei Municipal Complementar Nº 002, de 24 de novembro de 2023).**

Art. 3º.O Instituto de Previdência Social do Município de Machadinho D' - IMPREV,efetivará a revisão dos proventos de aposentadoria na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social RGPS**(art. 67, § 7º da Lei Municipal Complementar Nº 002, de 24 de novembro de 2023).**

Art. 4º. Os encargos financeiros decorrentes desta Portaria serão suportados pelos recursos do Instituto de Previdência Municipal de Machadinho D'Oeste -**IMPREV**.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros a contar de 01 (primeiro) de agosto de 2025, revoga-se as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Machadinho D'Oeste - RO, 20de outubro de 2025.

KERLES FERNANDES DUARTE
Presidente - IMPREV

Publicado por:
Fagner Partelli Coser
Código Identificador:795893D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO

Nº do Contrato: nº 186 de 22/05/2025
N.º do Processo: 1443/2025
Contratante:PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE – RO **Contratado:** RONALDO ALVES DOS SANTOS
CPF do contratado: ***.132.702-**
Data de Assinatura do Termo de Rescisão: 21/10/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO. O presente Termo tem como objeto a RESCISÃO do Contrato nº 186/2025, expedido em 22/05/2025, tendo por objeto a permissão de uso onerosa de espaço público (quiosque) para instalação de lanchonete mediante contrato administrativo para a exploração de atividade comercial de alimentos e lanchonete em geral, sendo o Quiosque 02 localizado no Complexo Poliesportivo Rua Flor do Café, bairro Primavera.

CLAUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL. Este Termo de Rescisão decorre de autorização da autoridade legal competente e tem respaldo noart. 104, art. 137 e art. 138, todos da Lei Federal nº 14.133/2021 e*as cláusulas 12.3do*Contrato nº 186/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA DA RESCISÃO DO CONTRATO. Nos termos da Decisão de ID 839556que determinou a**RESCISÃO**e devolução do quiosque.

CLÁUSULA QUINTA DA PUBLICAÇÃO. O Contratante providenciará a publicação deste Termo de Rescisão, por extrato, que será publicado em diário oficial, no quadro de avisos da Prefeitura

Municipal, e no Portal de Transparência do Município e nos demais meios em que foram publicados a adjudicação e o contrato, nos termos daLei Federal nº 14.133/2021, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA DO FORO. O foro competente é o da Comarca do Município de Machadinho DOeste/RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrava.

Pub. no Quadro de Avisos (LM. nº 367/1997): 21/10/2025

Machadinho D'Oeste – RO, 21/10/2025

PAULO HENRIQUE DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauan Ferreira Narde
Código Identificador:E0A53D16

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA

EQUIPE DE APOIO NA MODALIDADE PREGÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 033/PMMA/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 585/SEMAP/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 033/PMMA/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 585/SEMAP/2025
A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito.
Início da sessão: 04 de novembro de 2025, às 09h00min. (Brasília)
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS (CONSUMO) E MATERIAIS PERMANENTES DE INFORMÁTICA.**

O VALOR ESTIMADO: R$ 945.500,53 (novecentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais e cinquenta e três centavos).
Informações pelo telefone 069-3448-2361 / 69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreazza.ro.gov.br; https://transparencia.ministroandreazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes

Ministro Andreazza/RO, 21 de outubro de 2025.

CLEDER DE CAMARGO
Pregoeiro Oficial
Decreto 6.651/PMMA/2025

Publicado por:
Daniela Pagno Dos Santos
Código Identificador:61A85085

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA PORTARIA Nº 1143/GP/CMMS/2025.

MIRANTE DA SERRA – RO.
EM 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA EVA SUENE MENDES DE SOUZA PEREIRA NO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DA DIVISÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS SUBSTITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Mirante da Serra – RO., no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia EVA SUENE MENDES DE SOUZA PEREIRA, no cargo em Comissão de Chefe da Divisão de Orçamento e Finanças – CC – 2, SUBSTITUTA no período de 22 de outubro a 20 de novembro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre – se;
Publique – se;
Cumpra-se.

JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA
Presidente/CMMS.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:A8486275

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - CLAUDIO.

PROPONENTE:

Nome:	**JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**PRESIDENTE / C.M.M.S.**

PROPOSTA:

Nome:	**CLAUDIO AFONSO LIMA**		
Cargo, Função ou Emprego:	**MOTORISTA– CMMS.**	Mat.: 79.	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**605075**	Expedida por:	**SSP/RO**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Deslocamento até a cidade de Porto Velho – RO., entre os dias 21 e 22 de outubro de 2025, onde irá conduzir o veículo hyunday hb20 placa slk2b10, para o Transporte da Vereadora Gigliane Magda Orben na assembleia Legislativa visitar os Gabinetes dos Deputados Estaduais: LAERTE GOMES, LEBRINHA, NIM BARROSO E LUIZ DO HOSPITAL para tratar de assuntos de interesse deste Município de Mirante da Serra- RO e na Oportunidade irá também na Secretaria Estadual de Educação acompanhar a Secretaria Municipal de Educação Senhora Marizete de Paula e na Emater acompanhar a Senhora Ana Paula.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**21/10/25**	Chegada em	**22/10/25**	Nº de Dias	**01 DIÁRIA**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE: RODOVIÁRIO HYUNDAY HB20 PLACA SLK2B10.	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA - RO.	PORTO VELHO – RO.

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 40,00

Nível Referente ou Equivalência	**08 UPFM**	Percentual	**100%**	R$	**320,00**
LOCALIDADE	Nº DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO		TOTAL	
PORTO VELHO – RO.	**01 Diária com pernoite dentro do estado**	**320,00**		**320,00**	
		TOTAL R$		**320,00**	

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento). Neste caso foi calculada e acrescido 100% o dobro tendo em visto tratar - se de viagem fora do Estado de Rondônia, conforme as disposições do parágrafo 3º da Lei Municipal nº 279/03.

Em	**20/10/25**	**MIRANTE DA SERRA – RO**	**320,00**

DANIEL GOMES DOS SANTOS
Diretor Geral/CMMS
Port. 1008/2023.

62.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:7988A450

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - GIGLIANE.

PROPONENTE:

Nome:	**JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**PRESIDENTE / C.M.M.S.**

PROPOSTA:

Nome:	**GIGLIANE MAGDA ORBEN**		
Cargo, Função ou Emprego:	**VEREADOR– CMMS.**	Mat.: 143.	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	584466	Expedida por:	**SSP/RO.**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Deslocamento até a cidade de Porto Velho – RO., entre os dias 21 e 22 de outubro de 2025, onde irá na assembleia Legislativa visitar os Gabinetes dos Deputados Estaduais: LAERTE GOMES, LEBRINHA, NIM BARROSO E LUIZ DO HOSPITAL para tratar de assuntos de interesse deste Município de Mirante da Serra- RO e na Oportunidade irá também na Secretaria Estadual de Educação acompanhar a Secretaria Municipal de Educação Senhora Marizete de Paula e na Emater acompanhar a Senhora Ana Paula.

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**21/10/25**	Chegada em	**22/10/25**	Nº de Dias	**01 DIÁRIA**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE: RODOVIÁRIO HYUNDAY HB20 PLACA SLK2B10.	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA - RO.	PORTO VELHO – RO.

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 40,00

Nível Referente ou Equivalência	**12 UPFM**	Percentual	**100%**	R$	**480,00**
LOCALIDADE	Nº DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO		TOTAL	
PORTO VELHO – RO.	**01 Diária com pernoite dentro do estado**	**480,00**		**480,00**	
		TOTAL R$		**480,00**	

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento). Neste caso foi calculada e acrescido 100% o dobro tendo em visto tratar - se de viagem fora do Estado de Rondônia, conforme as disposições do parágrafo 3º da Lei Municipal nº 279/03.

Em	**20/10/25**	**MIRANTE DA SERRA – RO**	**480,00**

DANIEL GOMES DOS SANTOS
Diretor Geral/CMMS
Port. 1008/2023.

61.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:F646BF92

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - JORGE.

PROPONENTE:

Nome:	**JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA**
Cargo, Função ou Emprego:	**PRESIDENTE / C.M.M.S.**

PROPOSTA:

Nome:	**JORGE LUIS SANDES SIQUEIRA**		
Cargo, Função ou Emprego:	**VEREADOR– CMMS.**	Mat.: 144.	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**309216**	Expedida por:	**SSP/PE.**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Deslocamento até a cidade de Porto Velho – RO., entre os dias 14 e 15 de outubro de 2025, onde irá NA Assembleia Legislativa visitar o Gabinete do Deputado Estadual: LAERTE GOMES, tratar de assuntos de interesse deste Município de Mirante d Serra – RO,

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**20/10/25**	Chegada em	**21/10/25**	Nº de Dias	**01 DIÁRIA**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE: RODOVIÁRIO SUV COMPACTO Hyundai/Creta 16º Action, PLACA RSZ – 6G76.	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA - RO.	PORTO VELHO – RO.

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 40,00

Nível Referente ou Equivalência	**12 UPFM**	Percentual	**100%**	R$	**480,00**
LOCALIDADE	Nº DIÁRIA	VALOR UNITÁRIO			TOTAL
PORTO VELHO – RO.	**01 Diária com pernoite dentro do estado**	**480,00**			**480,00**
	TOTAL R$				**480,00**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento). Neste caso foi calculada e acrescido 100% o dobro tendo em visto tratar - se de viagem fora do Estado de Rondônia, conforme as disposições do parágrafo 3º da Lei Municipal nº 279/03.

Em	**13/10/25**	**MIRANTE DA SERRA – RO**	**480,00**

DANIEL GOMES DOS SANTOS
Diretor Geral/CMMS
Port. 1008/2023.

60.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:DC3FEC6E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N° 001/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA RO
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEL

1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Chamamento Público tem fundamento nos artigos 74, inciso IV, e 91, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei Municipal nº 1522/2025, que dispõem sobre a dispensa de licitação para aquisição de imóvel cujas características de localização e instalação tornem necessária a escolha específica, mediante avaliação prévia e justificativa de interesse público.

A Comissão de Avaliação e Aquisição de Imóvel, instituída pela Portaria nº 7820/2025, torna público o presente edital, convidando todos os interessados em alienar imóveis de sua propriedade que atendam aos critérios e requisitos estabelecidos pela Administração Municipal, destinados à construção da Garagem Municipal do Município de Mirante da Serra/RO.

2. DO OBJETO

O presente Chamamento tem por objeto identificar e selecionar imóveis aptos à aquisição pelo Município de Mirante da Serra, conforme especificações técnicas e legais previstas neste edital, visando atender ao interesse público e às necessidades da Administração Municipal.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar deste chamamento pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias ou legítimas possuidoras de imóveis devidamente regularizados e livres de ônus ou impedimentos que inviabilizem sua alienação.

4. DOS REQUISITOS DO IMÓVEL

Os imóveis ofertados deverão atender integralmente aos seguintes critérios:

a) Localização: Situado em área urbana do Município de Mirante da Serra, em um raio de aproximadamente 2 km da Prefeitura Municipal, preferencialmente com frente para a RO-470, com acesso possível a vias vicinais, permitindo adequado escoamento e acesso estratégico da frota municipal.

b) Metragem e Topografia: Área mínima de 18.000 m², topografia firme e estável, podendo ser levemente acidentada, sem risco de alagamento, adequada para construção e circulação de veículos pesados.

c) Viabilidade de Construção e Circulação: Espaço suficiente para estacionamento da frota municipal, oficinas, manobra e circulação segura de veículos pesados, e possibilidade de futuras ampliações.

d) Valor Máximo: O valor de aquisição do imóvel não poderá exceder R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), garantindo viabilidade financeira e compatibilidade com o orçamento público.

e) Regularidade Documental:
Apresentação de:
Certidões negativas de ônus e débitos;
Termo de posse ou escritura equivalente, apta à transferência imediata e segura;
Declaração de inexistência de débitos municipais e ambientais;
A apresentação de escritura pública será considerada opcional, desde que assegurada a legalidade da transação.

f) Destinação: O imóvel deverá ser adequado à construção da Garagem Municipal e ao registro patrimonial do Município.

g) Acessibilidade e Logística: Deverá possuir facilidade de acesso por rodovia estadual e vias vicinais, com espaço para manobras de veículos pesados e potencial de expansão da infraestrutura.

5. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Os interessados deverão apresentar, juntamente com a proposta de venda, ANEXO I, os seguintes documentos:
Cópia do CPF e RG (pessoa física) ou CNPJ e contrato social (pessoa jurídica);
Comprovante de endereço e coordenadas geográficas (se houver);
Declaração de inexistência de litígio, ônus ou gravame sobre o imóvel;
Termo de posse ou escritura equivalente, apta à transferência imediata e segura do imovel

6. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO

As propostas e documentos deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de publicação deste Edital, podendo ser entregues de duas formas:

a) Presencialmente:Na Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, Setor de Protocolo, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30.

b)Por e-mail:chamamentopublicoimovel@gmail.com, sendo válidos os e-mails recebidos entre 00h01 do primeiro dia e 23h59 do último dia do período de recebimento.

7. DO CRONOGRAMA ESTIMADO

Etapa	Prazo Estimado
Publicação do Edital	Dia 20 de outubro de 2025
Recebimento das Propostas	Dia 21 de outubro a 19 de novembro de 2025
Análise Documental	10 dias úteis após encerramento
Vistorias e Parecer Técnico	Até 20 dias após análise
Divulgação do Resultado	Após conclusão da análise

8. DA VISTORIA TÉCNICA

Encerrado o prazo de recebimento das propostas, a Comissão de Avaliação e Aquisição de Imóvel realizará vistoria técnica in loco, a fim de verificar as condições físicas, estruturais, topográficas e de localização dos imóveis ofertados, podendo solicitar informações complementares aos proponentes.

9. DA ANÁLISE E SELEÇÃO

Após a vistoria, a Comissão elaborará relatório técnico e parecer conclusivo, indicando os imóveis que atendam integralmente aos critérios deste edital. O resultado será publicado no site oficial da Prefeitura e no mural público municipal.

10. DA PUBLICIDADE E ESCLARECIMENTOS

O presente edital será amplamente divulgado por meio do site institucional da Prefeitura de Mirante da Serra, do Mural Público Municipal e, quando possível, em jornal de circulação regional.

Dúvidas e esclarecimentos poderão ser encaminhados ao e-mail:chamamentopublicoimovel@gmail.com,oudiretamente na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

11. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

A apresentação da proposta implica aceitação integral dos termos deste Edital;

O Município não se obriga a adquirir nenhum dos imóveis apresentados, podendo recusar propostas que não atendam integralmente aos critérios técnicos, legais ou orçamentários;

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Avaliação, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da legislação municipal pertinente.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Os interessados poderão interpor recurso administrativo contra o resultado da seleção dos imóveis, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da publicação do resultado preliminar, conforme previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

O recurso deverá ser protocolado junto à Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, endereçado à Comissão de Avaliação e Aquisição de Imóvel, devidamente fundamentado e acompanhado dos documentos pertinentes.

Alternativamente, o recurso poderá ser enviado por e-mail institucional, dentro do prazo estabelecido, sendo considerada a data e hora do recebimento eletrônico.

A Comissão poderá reconsiderar sua decisão ou, caso mantenha o entendimento anterior, encaminhar o recurso à autoridade superior para decisão final.

O resultado final será publicado no site oficial da Prefeitura e no mural público municipal.

Mirante da Serra - RO, em 20 de outubro de 2025

(Assinatura Eletrônica)
JOHN MARCOS INÁCIO COSTA
Presidente

(Assinatura Eletrônica)
MARCOS ROGERIO DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Membro

(Assinatura Eletrônica)
NILMA TAVARES SOARES CARDOSO
Membro

(Assinatura Eletrônica)
CLEITON PEREIRA GOUVEIA
Membro
Membro

(Assinatura Eletrônica)
GIGLIANE MAGDA ORBEN
Membro

Publicado por:
John Marcos Inacio Costa
Código Identificador:553C021B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7905/2025

PORTARIA DE Nº 7905/2025. EM 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"NOMEIA THOMAS EDISON BOMBARDELLI PARA EXERCER O CARGO DE SUBCOORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.

R E S O L V E:

Art. 1º- " Thomas Edison Bombardelli para Exercer o Cargo de Subcoordenação de Obras e Serviços Públicos da Secretaria Municipal de Obras E Serviços Públicos DAS -3. A partir do dia 10 de outubro de 2025.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:52E45DB6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7906/2025

PORTARIA Nº 7906/2025. DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"CONCEDE A LICENÇA PRÊMIO EM GOZO A SERVIDORA ELIANE DE OLIVEIRA MUNHOZ, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de suas competências e atribuições legais que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO, o processo Administrativo 1381/2025 com a documentação devidamente juntada do Processo supracitado;
CONSIDERANDO o requerimento da servidor ID 303955.
CONSIDERANDO o despacho do Recursos Humanos ID 305022.
CONSIDERANDO o oficio da Subcoordenadora de Assistência Social ID 307448.
CONSIDERANDO, o despacho da Secretaria Municipal de Saúde ID 309636.
R E S O L V E:
Art. - 1º - Concede licença prêmio em gozo à servidora ELIANE DE OLIVEIRA MUNHOZ, cadastro nº 2400, função Cargo de Agente Comunitário de Saúde carga horária 40 horas semanais nível salarial NE V. (SEMSAU).
Art. 2º - A referida Licença Prêmio refere-se ao 1° qüinqüênio, 08/04/2016 a 07/04/2021, somando temos um total de cinco anos. Adquirindo-se (03) três meses de licença Premio em Gozo a contar da data 01/11/2025 e encerramento no dia 30 de Janeiro de 2025.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:B5E99314

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7907/2025

PORTARIA Nº 7907/2025. DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"CONCEDE A LICENÇA PRÊMIO EM GOZO A SERVIDORA ADELAINE TOSTA DA SILVA ANDRADE, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de suas competências e atribuições legais que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO, o processo Administrativo 1386/2025 com a documentação devidamente juntada do Processo supracitado;
CONSIDERANDO o requerimento da servidor ID 304819.
CONSIDERANDO o despacho do Recursos Humanos ID 305038.
CONSIDERANDO o oficio da Subcoordenadora de Assistência Social ID 309248.
CONSIDERANDO, o despacho da Secretaria Municipal de Saúde ID 309631.
R E S O L V E:
Art. - 1º - Concede licença prêmio em gozo à servidora ADELAINE TOSTA DA SILVA ANDRADE, cadastro nº 2240, Cargo de Agente Comunitário de Saúde carga horária 40 horas semanais nível salarial NE V. (SEMSAU).
Art. 2º - A referida Licença Prêmio refere-se ao 3° qüinqüênio, 14/04/2016 a 16/04/2021, somando temos um total de cinco anos. Adquirindo-se (03) três meses de licença Premio em Gozo a contar da data 01/01/2026 e encerramento no dia 30 de março de 2026.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:4AD19C67

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7908/2025

PORTARIA Nº 7908/2025. EM 21 DE OUTUBRO DE 2025

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA CARINA GONÇALVES DE OLIVEIRA CRISTE PARA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas,

R E S O L V E:
Art. 1º - Designar o servidor CARINA GONÇALVES DE OLIVEIRA CRISTE para fiscalizar o contrato conforme segue.

CONTRATO	EMPRESA
Nº 117/2025 PROCESSO **1243/2025**	ADAILTON DOS SANTOS 74154869272, CNPJ/MF nº 23.646.868/0001-69

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:C73B52F9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA 7909/2025

PORTARIA DE Nº 7909/2025. EM 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito e Ordenador de Despesas do Município de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, Senhor JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE, no uso de sua competência e atribuições legais que lhe são conferidas.
CONSIDERANDO o processo administrativo 1443/2025 devidamente instruído e fundamentado pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
R E S O L V E:
Art. 1º - Autoriza a concessão de adiantamento no valor de **R$1.000,00 (Mil Reais) na programação** 15.4520007.2025 Conservação e Melhoria do Sistema Viário Urbano e Cemitério no Elemento de Despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo Ficha 145.

Art.2º- Em favor de Francisco Jose Pereira de Souza**,**Mat. 2975, Chefe se Seção de Praças e Jardins, RG nº 167.112 0 SSP/RO, CPF nº 152.035.222-00 **neste Município de Mirante da Serra.** Para fazer face às despesas, em conformidade com o Artigo 5º nos incisos I, Lei 033 de 04 de junho de 1993.

Art. 3º - O prazo de aplicação do adiantamento de que trata o artigo anterior será de 30 (Trinta) dias a partir do recebimento e o prazo para comprovação será de 10 (dez) dias, após o término da aplicação.

Art. 4º - Ao responsável pela aplicação caberá fazer pessoalmente a sua comprovação com documentos legais na Coordenadoria de Contabilidade.

Art. 5º - A Coordenadoria de Contabilidade verificará se foram realizados a necessária comprovação de despesa e o cumprimento das disposições da Lei nº 033 de 04 de junho de 1993.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:29B98C75

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO:1174/*SEMEC*/2025

ASSUNTO:contratação de uma empresa para execução deConstrução de Sumidouro e Drenagem Pluvial eConstrução de Canaleta com Grelha de Concreto,demanda para a Escola Municipal Prof° Edson Duarte Lopes bem como sua extensão conecta a unidade escolar pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.
.

INTERESSADO:SecretariaMunicipaldeEducação,CulturaeEsportes.

José Carlos Pereira de Andrade, na condição de prefeito e ordenador de despesa, homologo o processo supracitado, procedimento de despesa eletrônica nº 04/2025, considerando o parecer jurídico(ID 300920),eTermo de Referência(ID 288771)as decisões da CPL(ID 301931)ao(ID 308737).
.

Em favor da empresa abaixo, indicado seu respectivo valor:

01-L. P. M. ENGENHARIA LTDA,inscrita no**CNPJ sob o nº 47.293.978/0001-52,**no valor de**R$ 38.588,92**(trinta e oito mil e quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos),

Nos Termos do Parecer Jurídico HOMOLOGO o presente procedimento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mirante da Serra/RO, 21 de Outubro de 2025.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito
(Documento Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Kenia Rodrigues Pereira
Código Identificador:B06AA59F

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCESSÃO 17 INDENIZAÇÃO DE CAMPO THOMAS

ANEXO I
(Unidade Orçamentária ou Administrativa)

PROPOSTA E CONCESSÃO DE INDENIZAÇÃO POR EXECUÇÃO DE TRABALHO DE CAMPO/17/2025.
PROPONENTE:

Nome:	**DAVI RIBEIRO DIAS**
Cargo, Função ou Emprego:	**Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos**

PROPOSTA:

Nome:	**THOMAS EDISON BOMBARDELLI**		
Cargo, Função Emprego: Subcoordenador de Obras e Serviços Públicos		Mat:	
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº 105557140	Expedida por:	SSP/PR	CPF: 995.036.622-49

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

O mesmo deslocará com previsão para os dias úteis dos meses de: outubro, novembro e dezembro de 2025. E isso é perfeitamente viável, tendo em vista as necessidades das realizações de possíveis trabalhos de campo como: recuperação de pontes e bueiros, limpezas laterais das estradas, cascalhamento em alguns trechos, tapa buracos em pontos críticos e aberturas de valas para a água. Na qual for necessária a execução de serviços dentro do Município.					
Saída em:	---	Chegada em:	---	Nº de Dias:	45

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE (VEICULO MARCA) TERRESTRE	**DE**	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA	Possíveis Linhas, Travessões ou assentamento dentro do limite do Município.

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência R$ 40,00

Nível Referente ou Equivalência	**2,00 UPFM**	Percentual	**100%**	R$	**80,00**

LOCALIDADE	Nº DIAS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Possíveis linhas, assentamentos e travessões no limite do Município.	**45**	R$ 80,00	**R$ 3.600,00**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (Cem por Cento).

Em: 20/10 /2025.	(Assinatura Eletrônica)
	DAVI RIBEIRO DIAS
	Sec. Mun. Obras e Serv. Públicos SEMOSP
	Port.7380/2025

Publicado por:
Nair Rodrigues Sobreira de Jesus
Código Identificador:0A807299

SEMSAU
ADIANTAMENTO

Portaria n.º 70/SEMSAU/FMS/2025.
Mirante da Serra, 21 de outubro de 2025.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirante da Serra, no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo inciso I, e IX do Artigo 5.º, da lei n.º 033 de 04.06.1993, considerando os autos do Processo 1455/2025.

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar a Concessão de Adiantamento no valor total de R$ 200,00(duzentos reais), distribuído no elemento de despesa 3.3.90.30-Material de Consumo da Programação 10.3050010-2041 Recurso Vigilância em Saúde, em nome de**RAY GOMES DA SILVA,**Agente de Fiscalização Sanitária, Cad. 2431, CPF: ***.637.482-**, em conformidade com o inciso I, e IX do Artigo 5.º, da lei n.º 033 de 04.06.1993.

Art. 2.º - O Prazo de Aplicação do presente Adiantamento de que trata o artigo anterior é de 30 (trinta) dias a partir do recebimento, e será de 10 dias o prazo para prestação de contas após vencido o prazo para aplicação.

Art. 3º - Ao responsável pela aplicação do adiantamento, caberá fazer pessoalmente a sua comprovação com documentos legais na Divisão de Contabilidade.

Art. 4º - A Divisão de Contabilidade efetuará os registros competentes a caracterização comprobatória da aplicação conforme a Lei n.º 033 de 04 de junho de 1993.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Marli Rodrigues Silva
Código Identificador:84A6DDC9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE NEGRO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE CONTRATO 139/SUPEL/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: 139/SUPEL/2025
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025/PMMN/RO
PROCESSO: 00001346.02.01-2025
OBJETO: **CREDENCIAMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NO CENTRO DE ESPECIALIZAÇÕES INCLUSIVAS – CEI, DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO – RO.**
CREDENCIADA: FERNANDA PACHECO DA SILVA
CPF: 9*63*6*6*2-87
ATENDIMENTO EM PSICOLOGIA
VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados no Processo de Licitação n° 1346.02.01-2025 - Edital de Credenciamento N° 003/2025.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo o início de sua vigência a data de 13 de outubro de 2025 à 13 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 105, inciso 2°, da Lei nº 14.133/21, e alterações.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:DCB3F5FD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DE CONTRATO 140/SUPEL/2025

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO: 140/SUPEL/2025
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025/PMMN/RO
PROCESSO: 00001346.02.01-2025
OBJETO: **CREDENCIAMENTO CONTÍNUO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NO CENTRO DE ESPECIALIZAÇÕES INCLUSIVAS – CEI, DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO – RO.**
CREDENCIADA: REBECA SANTOS BOTELHO NAVES
CPF: 0*7.8*9.0*2-37
CONSULTA EM FISIOTERAPIA
VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os preços homologados no Processo de Licitação n° 1346.02.01-2025 - Edital de Credenciamento N° 003/2025.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo o início de sua vigência a data de 15 de outubro de 2025 à 15 de outubro de 2026, podendo ser prorrogado, em acordo com o art. 105, inciso 2°, da Lei nº 14.133/21, e alterações.

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:2DC09804

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO: 027/SUPEL/2025
INEXIGIBILIDADE: JUSTIFICATIVA Nº 019/SUPEL/2025
PROCESSO: 0000223.03.01-2025
OBJETO:É objeto do presente termo aditivo de **SUPRESSÃO DE VALOR, CONTRATO Nº 027/SUPEL/2025** referente à **DESPESA LOCAÇÃO DE 01 (UM) IMÓVEL COMERCIAL NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MONTE NEGRO por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão em Educação - SEMED, no Município de Monte Negro/RO**.
LOCATÁRIO: **ELIAS SEVERINO DA COSTA**
CPF: **5**.972.3**-49**
DA VIGÊNCIA:
Permanece a vigência do contrato nº 027/SUPEL/2025, até o dia 25 de fevereiro de 2026
DO VALOR: O contrato nº 027/SUPEL/2025, sofrerá a supressão aproximadamente de 3,03% (Três vírgula zero três por cento).
O valor mensal de **R$ 1.650,00** (mil, seiscentos e cinquenta reais) passa a valer **R$ 1.600,00** (Um mil, seiscentos reais), totalizando **R$ 19.200,00** (Dezenove mil e duzentos reais).

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:434D07F1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO: 057/SUPEL/2024
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP): 009/CIMCERO/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO PRINCIPAL: 1-353/CIMCERO/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO PARTICIPANTE: 0001550.02.01-2024
OBJETO:É objeto do presente termo aditivo de PRORROGAÇÃO DE PRAZO constante na cláusula quarta do
contrato nº 057/SUPEL/2024, referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA EXTERNA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS) DOS GRUPOS A, B e E, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CIMCERO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, UNIDADES E QUANTIDADES DEFINIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS.**
EMPRESA: PAZ AMBIENTAL LTDA
CNPJ: 10.331.865/0001-94
DA VIGÊNCIA:Prorroga-se a vigência do contrato nº 057/SUPEL/2024, a contar do dia 22 de outubro de 2025 à 21 de outubro de 2026.
DO VALOR: Permanece o valor global de R$ 78.300,00 (Setenta e oito mil e trezentos reais).

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Shayenne Mioto Bucarth
Código Identificador:F2B027C0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4264, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1649/2024 e dá outras providências.

IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:
Artigo 1º - Fica autorizada a transposição de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
190	02.10.00 13.392 0029 2076 3.3.90.39.00 1.500.0000.0000	180	02.10.00 04.122 0002 2014 3.3.90.48.00 1.500.0000.0000	3.000,00

Artigo 2º - Fica autorizado o remanejamento de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 65.385,75 (sessenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e setenta cinco centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964 oriundos de outro órgão e recebidos através de suprimento financeiro.

	Crédito adicional		Transferência Financeira	
Dotação	Funcional Programática			Valor
101	02.04.00 04.122 0002 2009 3.3.90.93.00 1.500.0000.0000	5812	1.500.0000.0000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	4.786,75
185	02.10.00 04.122 0002 2015 3.3.90.39.00 1.500.0000.0000	5812	1.500.0000.0000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.000,00
190	02.10.00 13.392 0029 2076 3.3.90.39.00 1.500.0000.0000	5812	1.500.0000.0000 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	50.599,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE NEGRO, 20 de outubro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:3CA0E3D2

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4265, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1843/2025 e dá outras providências.

IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizado o remanejamento de dotações no orçamento vigente para crédito especial nos termos do art. 41 inciso II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 903,58 (novecentos e três reais e cinquenta oito centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de superávit financeiro conforme art. 43 § 1 inciso I da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional	Superávit Financeiro	
Dotação	Funcional Programática		Valor
668	02.10.00 27.812 0030 1245 3.3.90.93.00 2.700.0000.0000	2.700.0000.0000 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO	903,58

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE NEGRO, 20 de outubro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:B2D4375F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4266, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1845/2025 e dá outras providências.

IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:

Artigo 1º - Fica autorizado o remanejamento de dotações no orçamento vigente para crédito especial nos termos do art. 41 inciso II da Lei 4320/1964 na importância de R$ 525.643,58 (quinhentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta oito centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação conforme art. 43 § 1 inciso II da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Excesso de Arrecadação	
Dotação	Funcional Programática			Valor
669	02.05.00 12.365 0005 2209 3.1.90.11.00 1.569.0000.0000	258	1.3.2.1.01.0.1.05.21 TRANSF. MANUT. ED. INFANTIL - NOVAS TURMAS	262.821,79

670	02.05.00 12.365 0005 2209 3.3.90.30.00 1.569.0000.0000	258	1.3.2.1.01.0.1.05.21 TRANSF. MANUT. ED. INFANTIL - NOVAS TURMAS	262.821,79

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE NEGRO, 20 de outubro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:1C9178DC

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 4267, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre alteração orçamentária conforme Lei nº 1649/2024 e dá outras providências.

IVAIR JOSÉ FERNANDES, Prefeito do Município de MONTE NEGRO Estado de Rondônia, no uso de atribuições que lhe são conferidas
Decreta:
Artigo 1º - Fica autorizada a transposição de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 77.360,04 (setenta e sete mil, trezentos e sessenta reais e quatro centavos) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	280	02.07.00 10.122 0015 2045 3.3.90.30.00 1.500.0015.0000	5.123,07
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	285	02.07.00 10.122 0015 2045 3.3.90.47.00 1.500.0015.0000	1.360,39
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	289	02.07.00 10.122 0015 2045 4.4.90.51.00 1.500.0015.0000	14.872,14
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	635	02.07.00 10.301 0017 2201 3.3.90.39.00 1.500.0015.0000	4,44
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	336	02.07.00 10.302 0016 2048 3.3.90.39.00 1.500.0015.0000	42.000,00
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	330	02.07.00 10.302 0016 2048 3.1.91.13.00 1.500.0015.0000	14.000,00

Artigo 2º - Fica autorizada a transferência de dotações no orçamento vigente para crédito suplementar nos termos do art. 41 inciso I da Lei 4320/1964 na importância de R$ 6.100,00 (seis mil, cem reais) conforme discriminado abaixo, o crédito será coberto com recursos provenientes de anulação de dotação conforme art. 43 § 1 inciso III da Lei 4320/1964.

	Crédito adicional		Anulação de Dotação	
Dotação	Funcional Programática	Dotação	Funcional Programática	Valor
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	302	02.07.00 10.122 0015 2047 3.2.91.21.00 1.500.0015.0000	500,00
305	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.48.00 1.500.0015.0000	303	02.07.00 10.122 0015 2047 3.3.90.08.00 1.500.0015.0000	600,00
321	02.07.00 10.301 0017 2201 3.3.90.36.00 1.600.0000.0000	322	02.07.00 10.301 0017 2201 3.3.90.39.00 1.600.0000.0000	5.000,00

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MONTE NEGRO, 20 de outubro de 2025

IVAIR JOSÉ FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Schirle Mariani Marques
Código Identificador:EB41CD5D

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 2011/2025

"Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal n° 1685/2023 e nomeia o Conselho Administrativo do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes servidores para a composição do Conselho Administrativo do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste/RO:

Presidente: Valdeci Cândido de Souza
Luci Maria de Souza
Welliton Lopes Dias

Suplentes: Valdomiro Antunes de Souza
Leonildo Moraes Gonçalves
Roseli Souza do Nascimento

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:3E3205D7

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL Nº 2012/2025

"Dispõe sobre a alteração do Decreto Municipal n° 1686/2023 e nomeia o Conselho Fiscal do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE, estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:
DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes servidores para a composição do Conselho Fiscal do Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste/RO:

Titulares: Cícero da Silva Ramos
Helena Freire Feliz
Eliasibe de Oliveira

Suplentes: Elielson Ambrózio de Melo
Gabriel Valentim de Oliveira
Weverson Cardoso dos Santos

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriella Camargo Ratund
Código Identificador:766B5006

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº

14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	2462/2025
b) Licitação Nrº :	33/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Adjudicação :	21/10/2025
e) Objeto da Licitação :	Contratação de empresa especializada em consultoria educacional, com notória especialização, destinada a prestar suporte técnico e operacional à Secretaria Municipal de Educação no gerenciamento, execução, acompanhamento e prestação de contas dos programas e sistemas vinculados ao MEC/FNDE, tais como PAR, PDDES, PDDE Interativo, FIES, Educação Infantil, Programa Brasil Carinhoso, Apoio Suplementar a Creches, SIGPC, Módulo Obras 2.0, PBA, SIGARP Web, PNAE, PNATE, PEJA, entre outros. A prestação dos serviços deverá contemplar orientações técnicas, capacitações, elaboração de relatórios, alimentação de sistemas, acompanhamento de prazos e apoio estratégico, conforme as necessidades da administração municipal.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 20.275.382/0001-73

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA TÉCNICA PARA APOIAR A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS E SISTEMAS DO MEC/FNDE, ABRANGENDO PAR, PDDES, PDDE INTERATIVO, FIES, EDUCAÇÃO INFANTIL, PROGRAMA BRASIL CARINHOSO, APOIO SUPLEMENTAR A CRECHES, SIGPC, MÓDULO OBRAS 2.0, PBA, SIGARP WEB, PNAE, PNATE, PEJA E DEMAIS PROGRAMAS CORRELATOS.	12	R$ 5.668,0000	R$ 68.016,0000

Valor Total Homologado - R$ 68.016,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia DOeste,21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roseni Rodrigues da Silva Benhlz
Código Identificador:A5E3D17C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito do Município, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	2032/2025
b) Licitação Nrº :	17/2025
c) Modalidade :	Dispensa
d) Data Adjudicação :	21/10/2025
e) Objeto da Licitação :	Contratação de uma instituição financeira para prestar serviços bancários de processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ/CPF: 00.360.305/0001-04

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Contratação de serviços de instituição financeira para a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento geradas pelo Município de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, para atender aproximadamente 610 servidores, lançados em conta corrente do funcionalismo público na instituição financeira abrangendo servidores ativos e inativos, pensionista e estagiários que mantenha vinculo de remuneração com o Município.	60	R$ 0,0000	R$ 0,0000

Valor Total Homologado - R$ 0,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

Nova Brasilândia DOeste,21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roseni Rodrigues da Silva Benhlz
Código Identificador:6357190C

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	2032/2025
b) Licitação Nrº :	17/2025
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	Contratação de uma instituição financeira para prestar serviços bancários de processamento da folha de pagamento dos servidores do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
CNPJ/CPF: 00.360.305/0001-04

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Contratação de serviços de instituição financeira para a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento geradas pelo Município de Nova Brasilândia D'Oeste – RO, para atender aproximadamente 610 servidores, lançados em conta corrente do funcionalismo público na instituição financeira abrangendo servidores ativos e inativos, pensionista e estagiários que mantenha vinculo de remuneração com o Município.	60	R$ 0,0000	R$ 0,0000

Valor Total Homologado - R$ 0,00

Pregoeiro

Nova Brasilândia DOeste, 21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roseni Rodrigues da Silva Benhlz
Código Identificador:738E4612

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/GAB/SEMAS/21/10/2025

O Munícipio de nova Brasilândia D'Oeste – RO, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, toma público o **Edital de Convocação 010/GAB/SEMAS/21/10/2025** do Processo Seletivo Amigo Voluntário do Educando, conforme Edital n° 003/GAB/SEMAS/SEMECL, 11 de março de 2025.
AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEMAS

Nº	**Nome do candidato**
4º	**FABIANA TURAÇA DA SILVA**

Obs. Os convocados deverão comparecer na Secretária Municipal de Assistência Social – SEMAS conforme descrito abaixo:
Com até 05 dias úteis partir da publicação, das 07:30 as 13:00, para assinar o

Termo de Adesão ao Serviço Voluntario.

1(uma) cópia	Cédula de identidade
1(uma) cópia	CPF/MF (não sendo aceito a numeração disponibilizada em outros documentos de identificação), em caso de 2ª via, o mesmo pode ser pode ser expedido através da internet.
1(uma) cópia	Título de Eleitor e Comprovante de estar quite com a justiça eleitoral
1(uma) cópia	Comprovante de Residência (caso o comprovante não esteja em nome do candidato, apresentar Declaração do proprietário do Imóvel que ali reside ou se for o caso cópia do contrato de locação)
1 (uma) original	Fotografia 3x4
1(uma) cópia	Comprovante de conta corrente ou poupança (pessoa física). Após classificação.
1 (uma) cópia	Carteira de Trabalho
Numero	PIS, NIT, ou NIS

Nova Brasilândia D'Oeste, 21 de Outubro de 2025.

FRANCIELLE DA COSTA
Secretaria M. de Assistência Social
Port: 011/GP/2025
[Assinatura Eletronica]

Publicado por:
Vanessa Gonçalves de Siqueira
Código Identificador:4BB8F3F8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MAMORÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO-REPUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/PMNM/2025 SRP 28 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2692/SEMOSP/2025

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 7899/23, **LICITAÇÃO**, na modalidade de **PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA**, critério de julgamento do tipo **Menor Preço (por LOTE), de Ampla Participação,** Modo de Disputa: **Aberto**, tendo como objeto**: Registro de Preços para futura Contratação de Empresa Especializada para o Assentamento de Manilhas de Concreto, Bocas de Lobo, Sarjetas e Meio-Fio para escoamento de águas pluviais, em vias públicas do Município de Nova Mamoré/RO, no sentido de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.** Tudo em conformidade com PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 2692/SEMOSP/2025 e especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 7h:30min. às 17h:30min ou no Portal Transparência do Município https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/. A data para abertura da sessão, eletrônica será dia **07/11/2025** às 10h:00min (Horário de Brasília), na plataforma **LICITANET.**
O Valor estimado é de **R$ 5.184.271,80 (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil e duzentos e setenta e um reais e oitenta centavos).**
Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 17h:30min, exceto feriado. CONTATO: (69) 3544-3230 ou 99990-6750, e-mail "cpl@novamamore.ro.gov.br".

Nova Mamoré, 21 de outubro de 2025.

SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Agente de Contratação
Portaria n° 180/GP/2025

Publicado por:
Silvio Fernandes Villar
Código Identificador:39637765

COORDENADORIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 004-COMAD/2025

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº004-COMAD/2025

Considerando a Portaria nº206-GP/2025, de 17 de abril de 2025, que concedeu auxílio-doença no período de 29/03/2025 a 24/09/2025, e tendo em vista o término do referido afastamento, REITERAMOS a solicitação de comparecimento da **Sr.ª Rosane Salete Wink** à Coordenadoria Municipal de Administração – COMAD, até o dia **03/11/2025**, a fim de regularizar sua situação funcional e reassumir suas atividades laborais.

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:0BF76A33

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 9.238-GP/2025, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

DECRETO Nº 9.238-GP/2025 Em, 21 de outubro de 2025.

Autoriza Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no Orçamento Vigente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei 2.248/GP-2024, de16 de dezembro de 2024.

DECRETA:

Art. 1°Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a fazer abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no valor de**R$ 49.000,00**(quarenta e nove mil reais). Tal realocação é necessário para assegurar o cumprimento das obrigações patronais da Secretaria de Assistência Social e Cidadania, especialmente no que tange ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal dos servidores vinculados a esta pasta.Conforme o Processonº3606/2025e Memorandonº 979/SEMASC/2025. Observando-se nas classificações institucionais, econômica e funcional programática a seguinte discriminação:

SUPLEMENTAÇÃO				
02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.19.00	**SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**			
04.122.0035.2229	**MANUT. DAS ATIVIDADES - SEMASC**			
0.1.500	3.1.91.13	**F:**288	Contribuições Patronais	49.000,00
TOTAL				**49.000,00**

Art. 2ºO recurso autorizado para abertura de Crédito Adicional Suplementar por Anulação no caput anterior, será coberto com recursos conforme inciso III parágrafo 1º, artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

ANULAÇÃO				
02.00.00	**PODER EXECUTIVO**			
02.19.00	**SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA**			
04.122.0035.2229	**MANUT. DAS ATIVIDADES - SEMASC**			
0.1.500	3.1.90.13	**F:**286	Obrigações Patronais	49.000,00
TOTAL				**49.000,00**

Art. 3°Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, em especial para proceder às alterações das metas e ações inicialmente previstas na**Lei Municipal nº 1.754-GP/2021 - Plano Plurianual 2022/2025, Lei Municipal nº 2.205GP/2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício de 2025) e Lei Municipal nº 2.248-GP/2024 (Lei Orçamentária do Exercício de 2025**).

Palácio 21 de Julho,em 21 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeitodo Município de Nova Mamoré

Publicado por:
Josieli de Almeida
Código Identificador:07A6B34D

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA DA PORTARIA Nº517-GP/2025

ERRATA DA PORTARIA N°517-GP/2025 Em, 16 de outubro de 2025.
A Coordenadoria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, resolve corrigir e complementar a PORTARIA Nº517-GP/2025, do servidor RAIMUNDO REBOUÇAS DA SILVA, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia-AROM, no dia 20 de outubro de 2025 - Ano XVII | nº4091-página 65, conforme as disposições a seguir:

1. DA FINALIDADE DA ERRATA

A presente Errata tem por finalidade promover alterações no texto original da Portaria, de modo a corrigir informações e adequar sua redação às necessidades administrativas**.**

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1 ONDE SE LÊ:

CONSIDERANDOo**Parecer da Controladoria Interna nº**290/CGFT/**2025**, que analisou o processo administrativo referente à situação funcional do servidor**RAIMUDO REBOUÇAS DA SILVA**ocupante do cargo deArtífice em Construção Civil, matrícula nº**40**, e opinou pela necessidade de conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria compulsória, em razão do atingimento da idade limite para permanência no serviço público;

Art. 1º -Determinar a**conversão do benefício de auxílio-doença**anteriormente concedido ao servidor**RAIMUDO REBOUÇAS DA SILVA**, matrícula nº**40**, ocupante do cargo deArtífice em Construção Civil, lotado na**Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em**Aposentadoria Compulsória Por Idade**, nos termos do**art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal**, e conforme o**Parecer da Controladoria Interna nº**290/CGFT/**2025/2025**.

2.2 LEIA-SE:

CONSIDERANDOo**Parecer da Controladoria Interna nº**290/CGFT/**2025**, que analisou o processo administrativo referente à situação funcional do servidor**RAIMUNDO REBOUÇAS DA SILVA**ocupante do cargo deArtífice em Construção Civil, matrícula nº**40**, e opinou pela necessidade de conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria compulsória, em razão do atingimento da idade limite para permanência no serviço público;

Art. 1º -Determinar a**conversão do benefício de auxílio-doença**anteriormente concedido ao servidor**RAIMUNDO REBOUÇAS DA SILVA**, matrícula nº**40**, ocupante do cargo deArtífice em Construção Civil, lotado na**Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em**Aposentadoria Compulsória Por Idade**, nos termos do**art. 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal**, e conforme o**Parecer da Controladoria Interna nº**290/CGFT/**2025/2025**.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Ficam ratificadas todas demais disposições da Portaria nº517-GP/2025, permanecendo inalteradas no que não contrariar a presente Errata.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 20 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:587CB5D4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº526-GP/2025

PORTARIA Nº526-GP/2025 Em, 20 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA ao senhor, AURICÉLIO SERRA DA SILVA servidor público do Quadro Efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO a Lei nº 2.265-GP/2025, art. 30, que trata da Redução da Jornada de Trabalho.

R E S O L V E

Art. 1º- CONCEDER ao senhor **AURICÉLIO SERRA DA SILVA**, Servidor Público Municipal na função de PROFESSOR II (PEDAGOGO), matrícula nº9152, lotado naSecretaria Municipal de Educação - SEMED**, REDUÇÃO DE 50% DA CARGA HORÁRIA**,devido à necessidade de acompanhamento de seu filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA) Nível - III.

Art. 2º- Considerando o Decreto nº 9.121-GP/2025, de 29/07/2025 que regulamenta a redução da carga horária, art. 6º preconiza a porcentagem considerando o nível de gravidade;

Art. 3º- Considerando o Laudo de Avaliação Médica nº 066/2025, datado em 02/10/2025 que confirma o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – TEA, Nível III.

Art. 4º- A redução da carga horária seráaplicada diariamente, sem prejuízo dos vencimentos que lhe são devidos e sem necessidade de compensação e/ou descontos.

Art. 5º- O servidor deverá apresentarlaudo médico atualizado anualmentepara comprovar a manutenção do quadro fático que ensejou a concessão da redução da jornada.

Art. 6º- Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO,20 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:3EA01B6D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº527-GP/2025

PORTARIA Nº527-GP/2025. Em, 20 de outubro de 2025.

"Dispõe sobre a Suspensão das Férias da servidora MARLENE MARTINS FERREIRA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhes são conferidas por legais,
CONSIDERANDO a necessidade imperiosa do serviço, que demanda a presença do servidor no período inicialmente previsto para o gozo integral de suas férias;
CONSIDERANDO o princípio da continuidade do serviço público e o interesse da Administração,

R E S O L V E:

Art. 1º - SUSPENDER o gozo das férias da servidora **MARLENE MARTINS FERREIRA,** cargo/função de **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**, matrícula funcional n°89, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, inicialmente programadas para os períodos de **13/10/2025 a 22/10/2025**, referentes ao período aquisitivo de **2023/2024**.

Art. 2º - Fica autorizado o gozo de 03 (três) dias de férias restantes do período de **2023/2024** suspensos até nova programação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 20 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:23077FDF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº528-GP/2025

PORTARIA N°528-GP/2025 Em, 21 de outubro de 2025.

"Dispõe sobre a CONCESSÃO DE AUXÍLIO DESLOCAMENTO aos motoristas pertencentes ao quadro de servidores efetivos da Prefeitura de Nova Mamoré/RO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
CONSIDERANDO, a lei municipal nº1. 820-GP/2022 capitulo III e Artigo 6º e7º.
CONSIDERANDO, o Memorando nº 1935/SEMUSA/2025.

R E S O L V E
Art. 1°- CONCEDER- Auxilio Deslocamento aos Motoristas da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA, ora lotados na Unidade Mista Antônio Luiz de Macedo, referente ao mês de **SETEMBRO/2025**, conforme abaixo relacionados:

ITEM	SERVIDOR (A)	FUNÇÃO	MATRÍCULA
01	Damião Henrique da Silva	Motorista de veículos pesados	4545
02	Geneilton Teixeira Brito	Motorista de veículos pesados	4379
03	Jeferson Lima Paz	Motorista de veículos Leves	932
04	Jairo Ribeiro Quintão	Motorista de veículos leves	943
05	Luan Marcos Saucedo Silva	Motorista de veículos pesados	4396
06	Marcos Arnaldo Mota Nascimento	Motorista de veículos pesados	8619
07	Marcos Fernandes de Araújo	Motorista de veículos Leves	942
08	Silmar Aparecido de Castro	Motorista de veículos pesados	8807

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 21 de outubro de 2025

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:05CC5AFE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº530-GP/2025

PORTARIA Nº530-GP/2025 Em, 21 de outubro de 2025.

"Dispõe sobre o pagamento do ADICIONAL DE ATIVIDADES NA SAÚDE, as Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré/RO".

O PREFEITO DO MUNICÌPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o Artigo 20 da Lei Municipal nº 634-GP/2008 (Plano de Cargos e Carreiras).
CONSIDERANDO o memorando de nº1934/SEMUSA/2025.

RESOLVE

Art. 1° - CONCEDER ADICIONAL DE ATIVIDADES NA SAÚDE, as servidoras do Quadro Efetivo de Pessoal deste Executivo Municipal, lotadas na Secretaria Municipal de Saúde referente ao mês de **SETEMBRO/2025**, conforme abaixo especificados:

ITEM	NOME SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	FUNÇÃO	PERCENTUAL
01	Raquel Ribeiro Ferreira	1234/8709	Dentista	50%
02	Veronice Pontes da Costa	591	Técnica em Saúde Bucal	30%
03	Eliane Cristina Carlos	596	Aux. de Cirurgião Dentário	25%

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 21 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:33FA9214

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº531-GP/2025

PORTARIA N°531-GP/2025 Em, 21 de outubro de 2025.

"Dispõe sobre a CONCESSÃO de HORAS EXTRAS E ADICIONAL NOTURNO aos servidores públicos da Prefeitura do Município Nova Mamoré-RO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Artigo 22, inc.III e IV da Lei Municipal n° 634-GP/2008.
CONSIDERANDO o memorando nº1950/SEMUSA/2025.

R E S O L V E
Art. 1° - CONCEDER Adicional pela prestação de serviços extraordinários e adicionais noturno, referente ao mês de **SETEMBRO/2025**, aos Vigilantes pertencentes ao quadro de servidores efetivos deste Executivo Municipal, conforme abaixo relacionados:

ITEM	NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	ADICIONAL NOTURNO	HR EXTRA
01	Adeu Rubens Rodrigues de Sá	8962	48	00
02	Antônio Alves dos Santos	1848	48	00
03	Antônio Carlos Alves de Aguiar	1399	48	00
04	Cilas Eugenio Pereira	8692	72	56
05	Dario Pereira da Costa	1857	48	00
06	Edelson da Silva Araujo	606	48	00
07	Edimar da Silva Souza	4345	72	56
08	Erliuson Gonzaga Barbosa	4341	72	56
09	Erivaldo Ferreira Lemos	598	80	00
10	Evaldo Augusto da Veiga	1591	80	00
11	Jeova Braz de Oiveira	23	48	00
12	Hailton Monges de Medeiros	200	80	00
13	Izaias da Costa Vale	527	48	00
14	Vilson Constantino Rodrigues	1401	48	00

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 21 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHOA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:461B1E11

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº532-GP/2025

PORTARIA N°532-GP/2025 Em, 21 de outubro de 2025.

"Dispõe sobre a CONCESSÃO DE PAGAMENTO DE ADICIONAL NOTURNO a servidora pública da Prefeitura de Nova Mamoré/RO".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MAMORÉ, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, o Artigo 22, inc.III e IV da Lei Municipal n° 634-GP/2008.
R E S O L V E
Art. 1° - CONCEDER Adicional Noturno a servidora do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, retroativo aos meses de **JUNHO E JULHO DE 2025**, lotada no Hospital Antônio Luiz Macedo, conforme abaixo relacionada:

NOME DO SERVIDOR (A)	MATRÍC.	FUNÇÃO	ADICIONAL NOTURNO
Maria das Graças do N. Santos	190	Agente de Limpeza e conservação	104

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO 21 DE JULHO, 21 de outubro de 2025.

MARCÉLIO RODRIGUES UCHÔA
Prefeito do Município de Nova Mamoré/RO

Publicado por:
Aline Robson Salis
Código Identificador:BC4E6DD0

INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL OS SERVIDORESPÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA MAMORÉ EXTRATO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO. CONTRATO Nº02-IPRENOM/2025

PROCESSO ADMINITRATIVO nº**378-IPRENOM/2025**
CONTRATANTE:**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Nova Mamoré/RO**
CONTRATADA:**EMPRESA AT ASSESSORIA TURISTICA LTDA ME**

OBJETO:Aditivo para prazo execução ao contrato que versa sobre a prestação deserviços de assessoria, cotação, reserva, emissão, marcação, remarcação, cancelamentos e fornecimentos de bilhetes de passagens aéreas nacionais.

Aditamento de serviço: Fica acordado entre as partes, o aditamento de serviço no contrato em 25%, correspondente ao valor de R$9.765,00 (nove mil setecentos e sessenta e cinco reais), sendo, portanto, o novo valor contratual R$48.825,00 (quarenta e oito mil oitocentos e vinte e cinco reais)

ALANDA CASTEDO DIAS
Subprocuradora Municipal
OAB/RO 12.369

Publicado por:
Sebastiao Soares do Nascimento
Código Identificador:F5BD6401

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
RESOLUÇÃO 34/2025

Projeto de Resolução n° 34, de 21 de outubro de 2025.

Dispõe sobre a autorização para doação e baixa de bens móveis pertencentes ao patrimônio da Câmara Municipal de Nova União, declarados obsoletos ou inservíveis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, inciso VII, do Regimento Interno, faz saber que a MESA DIRETORA propôs, o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a doar, sem ônus, a órgãos públicos e entidades de utilidade pública, sem fins lucrativos e com sede neste município de Nova União, os bens móveis relacionados nos anexos abaixo:

I**Anexo I:**Secretaria Municipal de Assistência Social;
II**Anexo II:**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo.

Art. 2º Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a proceder à baixa, no controle patrimonial da Câmara Municipal, dos bens móveis considerados ociosos ou inservíveis, conforme relatório da Comissão de Avaliação Patrimonial, por estarem sem condições de uso, recuperação ou por apresentarem obsolescência total, conforme relação constante dos anexos:

I**Anexo III;**
II**Anexo IV.**

Art. 3º Os bens móveis ora doados integram o patrimônio da Câmara Municipal de Nova União, devendo ser registrada a respectiva baixa na escrituração patrimonial, em conformidade com as normas de contabilidade pública.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União,21 de outubro de 2025.

Publicado por:
Bruno Araujo Lenk
Código Identificador:5F8A42C5

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa na prestação de serviços de seguro automotivo, para a frota do Poder Legislativo de Nova União.

Processo Administrativo n. 51-166/2025.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova União, em observação ao disposto no Artigo 75 da Lei Federal nº.14.133/21:
Art. 75. É dispensável a licitação:
II - é dispensável a realização de licitação para contratações cujo valor seja inferior a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de compras e outros serviços.
Considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo n. **51-166/2025**, com especial atenção ao parecer exarados pela Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna, atendendo ao interesse público e dos princípios da Administração, HOMOLOGA e ADJUDICA a Dispensa de Licitação, referente à contratação com a empresa:
A favor da empresa a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A,** inscrita no CNPJ nº **61.074.175/0001-38**, apresentou a melhor proposta para a execução do objeto proposto, com valor total de **R$ 5.171,72** (cinco mil cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos). **.**

Publique-se;
Registre-se.

Nova União, 21 de outubro de 2025**.**

MARCOS RAMON RIBEIRO
Presidente

Publicado por:
Bruno Araujo Lenk
Código Identificador:7F5A454D

P M N U - RO
DECRETO Nº 3.046 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A REALOCAÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR TRANSFERÊNCIA NO ATUAL ORÇAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/ RO, no uso da competência conferida pelo art. 68, III, da Lei Orgânica, considerado o disposto no art.167 da Constituição Federal, com autorização contida no § 4º do art. 17, da Lei n.º 1.126 de 27 de Novembro de 2024.
DECRETA:

Art. 1º Por este Decreto, ficam realocados recursos orçamentários por Transferência, no atual orçamento da **SEMAGRI**, no valor de **R$ 2.500,00** (dois mil e quinhentos reais): Tal solicitação se faz necessária para cobrir despesas conforme justificado no Memorando nº. 034/SEMAGRI/2025, em anexo.

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	ValorR$
02.14.04.122.0001.2006	3.1.90.13	548	R$ 2.500,00
		TOTAL	**R$ 2.500,00**

Art. 2º As despesas com a realocação de recursos orçamentários por Transferência, de que trata o artigo 1ºdeste Decreto, serão cobertas com recursos oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Programação	Elemento de Despesa	Ficha	ValorR$
02.14.04.122.0001.2006	3.3.90.30	553	R$ 2.500,00
		TOTAL	**R$ 2.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:2766E57A

P M N U - RO
LEI N.º 1.224, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO-RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

João José de Oliveira, Prefeito do Município de Nova União/RO, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta Lei cria o Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Município de Nova União - RO, com a finalidade de facilitar a captação, o repasse e a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à pessoa idosa do Município.

Art. 2º. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se idosas as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Seção I
Da Vinculação

Art. 3º.O Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa manterá Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do seu respectivo Secretário Municipal, que terá responsabilidade administrativa e financeira e atuará como Gestor do Fundo e de seus recursos.
Seção II
Da Constituição
Art. 4º.O Fundo Municipal de Direitos do Idoso é constituído de:
I- Programas;
II- Dotações orçamentárias;
III- Recursos financeiros, compreendendo:
a) A arrecadação própria
b) As transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades de administração direta e indireta, bem como seus fundos;
c) As transferências e repasses do Município;
d) Os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
e) Os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso;
f) Os valores oriundos de rendimentos de valores em aplicações financeiras ou poupança;
g) AS doações efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre Renda;
h) As receitas estipuladas em Lei; e
i) Outras receitas destinadas ao Fundo.
IV- Ativos, compreendendo:
a) Disponibilidade monetárias em banco;
b) Direitos que porventura vier a constituir; e
c) Bens móveis e imóveis, com ou sem ônus, destinados aos serviços do Fundo.
V- Passivos, compreendendo:
a) As obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção, o funcionamento e os serviços do Fundo.
§ 1º os recursos financeiros serão obrigatoriamente depositados em contas correntes específicas, mantidas em agências de estabelecimentos Oficiais de Crédito.
§ 2º os eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis nas contas específicas, cuja perspectiva de utilização seja superior a cinco dias, deverão ser aplicados junto à instituição financeira responsável pela movimentação dos recursos, de moda a preservar seu poder de compra.

Seção III
Do Orçamento Anual e da Contabilidade
Art. 5º.O orçamento do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa integrará o Orçamento Geral do Município e evidenciará os programas governamentais desenvolvidos em prol dos serviços públicos disponibilizados e voltados especificamente a promover ações de proteção e promoção da pessoa idosa, observadas o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias.
Parágrafo Único. O orçamento do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa observará os padrões e as normas estabelecidas pela legislação vigente tanto na elaboração, quanto na execução.
Art. 6º. A contabilidade do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária do Fundo, observando-se eximiamente os padrões e as normas estabelecidas na legislação vigente.
Art. 7º.A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício de suas funções, além de controlar, informar, apropriar, apurar custos, analisar, interpretar e concretizar os objetivos propostos.
Art. 8º.A escrituração contábil será executada pelo método das partidas dobradas, registrando todos os atos e fatos que envolvam o Fundo.
Parágrafo Único. A contabilidade do Fundo, a exemplo dos demais, emitirá seus relatórios de gestão para análise e tomada de decisões, inclusive manterá as rotinas da Contabilidade Geral do Município.

Seção IV
Da Destinação e Aplicação dos Recursos
Art. 9º. Os recursos do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa serão destinados a promover projetos, programas e ações de proteção e promoção da pessoa idosa, assegurando ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, sendo que a garantia de prioridade compreende:
I – Atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;
II – Preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;
III – Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção a pessoa idosa;
IV – Viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;
V – Priorização do atendimento da pessoa idosa por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;
VI – Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços à pessoa idosa;
VII – Estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;
VIII – Garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais;
IX – Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda; e,
X – Prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas.
Art. 10.A aplicação dos recursos do Fundo Municipal da Pessoa Idosa se dará por meio de projetos, programas e ações analisados, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal do Idoso, sem isentar a administração municipal de previsão e provisão de recursos necessários à continuidade da execução das ações de proteção e promoção da pessoa idosa.

Art. 11. Fica vedada a execução física e financeira de projetos, programas e ações que não forem analisados, avaliados e aprovados pelo Conselho Municipal da Pessoa Idosa.
Seção V
Da Prestação de Contas
Art. 12. Fica o Gestor do Fundo responsável pela elaboração e apresentação da Prestação de Contas dos Recursos Financeiros recebidos e aplicados e das ações executadas ao Conselho Municipal da Pessoa Idosa, bem como prestar informações quando solicitado.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Fica autorizado o Chefe do poder Executivo Municipal, por meio do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a celebrar Termo de Convênio, Termo de Doação, Termo de Cessão de Uso, Contratos e outros instrumentos avençatórios objetivando especificamente a proteção e promoção da pessoa idosa.
Art. 14. As despesas decorrentes da implantação do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa correrão à conta do orçamento municipal vigente.
Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Municipal do Idoso (CMI), em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova União, 23 de setembro de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:DD424075

P M N U - RO
LEI Nº 1.225, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

ALTERA O ANEXO I DA LEI MUNICIPAL Nº 1.182 DE 27 DE MAIO DE 2025, PARA MODIFICAR O SUBSÍDIO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MECÂNICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA UNIÃO, ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I da Lei Municipal nº 1.182, de 27 de maio de 2025, que dispõe sobre a estrutura administrativa e cargos da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP, passa a vigorar com a seguinte alteração quanto ao subsídio do cargo de Diretor do Departamento de Mecânica:

Onde se lê:

Diretor do Departamento de Mecânica	01 (um)	Cargo em Comissão	2.500,00	Exercer as funções de direção administrativa operacional do órgão; Outras atividades correlatas;

Leia-se:

Diretor do Departamento de Mecânica	01 (um)	Cargo em Comissão	3.500,00	Exercer as funções de direção administrativa operacional do órgão; Outras atividades correlatas;

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Anexo I da Lei Municipal nº 1.182/2025.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO JOSE DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:6A2DB912

P M N U - RO
NOTIFICAÇÃO

Aos Partidos Políticos
Aos Sindicatos de Trabalhadores com sede no Município
Às entidades empresariais com sede no Município
Ao Conselho Municipal de Saúde de Nova União

Considerando a necessidade de notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei 9.452, de 1997, e conforme o Art. 2º, § 3º da Instrução normativa TCU nº 93, de 17 de janeiro de 2024.
Considerando o entendimento do Tribunal de Contas da União de quem além da publicação dos extratos dos convênios no Diário Oficial da União, deve, o convenente ou contratado, dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver.
Notificamos os créditos de recursos financeiros recebidos na conta vinculada, no período de vigência, tem por objeto a execução de recapeamento asfáltico de vias urbanas, em micro revestimento a frio, com extensão de 8.128,731m conforme Convênio Nº 019/2023/PGE/DER-RO, firmado com esta Prefeitura Municipal de Nova União, conforme dados abaixo:

Programa; Execução de recapeamento asfáltico de vias urbanas, em micro revestimento a frio, com extensão de 8.128,731m conforme Convênio Nº 019/2023/PGE/DER-RO.

DADOS DOS CRÉDITOS DE RECURSO OGU			
Data	**Valor de Repasse**	**Ordem Bancária**	**VALOR CONTRAPARTIDA**
26/07/2023	2.240.000,00	202.307.250.028.620	121.906,45

Nova União, Rondônia 17 de Outubro de 2025

.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:40E368B9

P M N U - RO
PORTARIA N°465 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

Concede férias a alguns servidores municipais.

O Prefeito do Município de Nova União-RO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal n. 060/1998.

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder férias aos Servidores:
a) Deijanira Miranda de Oliveira, Sirleia Machado de Amorim, a contar dia 01 de novembro por um período de 30 dias.

b) Walter gomes, Laercio Martins Medeiros a contar dia 03 de novembro por um período de 30 dias.

c) Sueli Souza Da Cruz Sodré, a contar do dia 13 de outubro por um periodo de 15 dias.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova União, 21 de outubro de 2025.

JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:144B1C62

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLICA O AVISO DE LICTAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 34/CPL/2025 PROCESSO ADMINITRATIVO Nº 785/SEMFAP/2025

Publicação de Edital
A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste através do Pregoeiro Municipal Sr. Marcos Antônio da Silva, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se instaurado o PREGÃO ELETRONICO nº 34/CPL/2025 para atender as necessidades das SECRETARIAS MUNICIPAIS ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA e PLANEJAMENTO, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste-RO, concernente a**:** AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV ZERO KM, PARA ATENDER ADMINISTRAÇÃO, CONFORME EMENDA PARLAMENTAR Nº 001/2025 E TERMO DE ACEITE - TRANSFERÊNCIAS ESPECIAIS Nº 010/2025 PROCESSO 0005.003259/2025-29 E TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.
DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA: A proposta poderá ser cadastrada até o dia 04/11/2025 até 09:59 horas (horário de Brasília) pelo site (www,bnc.com.br)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 04/11/2025 às 10h (horário de Brasília)
DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: De segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 as 13:30 horas, no endereço av. Elza Vieira Lopes nº 4803 CEP 76956-000 ou por e-mail cplnovohorizonte@hotmail.com e endereço eletrônico: https://transparencia.novohorizonte.ro.gov.br/transparencia/index.php?link=aplicacoes/licitacao/detalhe_licitacao&numlic=1034&parametrotela=licitacao&anomod=
2025&ug=1

Novo Horizonte do Oeste – RO, 21 de outubro de 2025.

MARCOS ANTÔNIO DA SILVA
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Marcos Antonio da Silva
Código Identificador:8B908B2E

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE OURO PRETO DO OESTE
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2024

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVOAO CONTRATONº 06/2024

CONTRATO Nº:06/2024
TERMO ADITIVO Nº01/2025
CELEBRAÇÃO:21/10/2025
CONTRATANTE:IPSM - Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Ouro Preto do Oeste RO.
CONTRATADA: Empresa M. W. DE LIMA ALMEIDA ME.

OBJETO: Alterar a Cláusula TERCEIRA item 3.1 VIGÊNCIA E RECEBIMENTO do contrato nº 06/2024, prorrogando por igual período, com fundamentos no artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021 e justificativa constante do processo nº 64/2024, permanecendo as demais inalteradas:

VIGÊNCIA: 22/10/2025 a 21/10/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:64/2024

ASSINAM:o Sr. Sebastião Pereira da Silva, Presidente do IPSM e o representante da empresa contratada.

Ouro Preto do Oeste RO, 21 de outubro de 2025.

SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA
Presidente do IPSM

Publicado por:
Sebastião Pereira da Silva
Código Identificador:0EBB5840

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Permanente de Finanças e de Acompanhamento da Execução Orçamentária, no uso das suas atribuições, com base o que estabelece o , artigo 65, §4°, V da Lei Orgânica do Município de Porto-Velho, **CONVOCA** os Senhores Vereadores e **CONVIDA** a Comunidade em geral para participar das **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**, que serão realizadas no dia **23 de outubro de 2025**, quinta-feira, às **09h00**, no Salão de Reunião “Bohemundo Alvores Affonso” desta Casa Legislativa, para debater o Projeto de Lei Complementar n° 1401/2025 de autoria do Vereador Dr. Santana que "Altera o artigo 6º da Lei Complementar nº675, de 29 de setembro de

2017, que dispõe sobre a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP."
.

Câmara Municipal de Porto Velho, 20 de outubro de 2025.

VEREADOR ADRIANO GOMES
Presidente/CPFAEO/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:ECDE889C

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTARIA Nº 195/CMPV/2025

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** Vereador **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLADA DE NEGREIROS**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 48 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

CONSIDERANDO as recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, decorrentes de processos de fiscalização e controle, que demandam providências administrativas e operacionais para o seu efetivo cumprimento;

CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas corretivas e preventivas que assegurem a conformidade da gestão administrativa, financeira e operacional desta Casa Legislativa com as normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis;

CONSIDERANDO a importância de instituir mecanismo formal de acompanhamento sistemático para garantir a implementação das recomendações e o atendimento aos prazos e condições estabelecidas pelo órgão de controle externo;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Porto Velho, a Comissão Especial para o Desenvolvimento, Implementação e Acompanhamento das Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCE/RO, com a finalidade de planejar, coordenar, executar e supervisionar as ações necessárias ao cumprimento integral das recomendações expedidas.

Art. 2º - Designar como membros da Comissão os servidores abaixo relacionadas:

NOME	FUNÇÃO
Helane Raquel Alves de Araujo Silva	Coordenadora
Gilvan Peixoto Sales	Membro
Auricelio Leopoldina Ferreira	Membro
Ana Paula Almeida Gomes de Brito	Membro
Gabriella Storer	Membro
Joissy Manuely Maria Martins	Membro
Caio Luiz Rocha Brito	Membro
Hamilton Fernandes Medeiros	Membro

Art. 3º - Compete à Comissão Especial:

I – Analisar e interpretar as recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia;

II – Elaborar plano de ação com definição de responsáveis, metas e prazos para atendimento de cada recomendação;

III – Acompanhar a execução das medidas corretivas e preventivas;

IV – Solicitar informações e documentos aos setores competentes, sempre que necessário;

V – Manter registros e evidências das ações implementadas;

VI – Emitir relatórios final, demonstrando o cumprimento das recomendações;

VII – Sugerir aprimoramentos aos fluxos administrativos e de controle interno para prevenção de futuras ocorrências.

Art. 4º - A Comissão terá prazo total de 40 (quarenta) dias, para a conclusão dos trabalhos, sendo para o relatório final de 2025 até o dia 28.10; relatório final de 2024 até o dia 10.11 e relatório final de 2023 até o dia 24.11.2025.

Art. 5º - Os trabalhos da Comissão poderão ser acompanhados e assessorados pela Controladoria Interna da Câmara Municipal de Porto Velho, visando garantir a transparência e a conformidade com as determinações do TCE/RO.

Art. 6º - A participação dos membros na Comissão será considerada serviço público relevante, não gerando qualquer ônus financeiro adicional para a Câmara Municipal de Porto Velho.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 16 de outubro de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A48DB4D3

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PORTARIA Nº 196/CMPV-2025

Porto Velho, 20 de outubro de 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, Vereador **FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do Art. 48 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

R E S O L V E:

ALTERAR A LOTAÇÃO do servidor abaixo, do Quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Porto Velho, de livre nomeação e exoneração, a partir de 01 de outubro de 2025.

NOME	DE	PARA
Dermival Veiga da Costa	Assessoria de Cerimonial	Divisão de Controle Patrimonial e Almoxarifado

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente/CMPV

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:98266C27

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
TERMO DE DELIBERAÇÃO Nº 08/2022

PROCESSO Nº 00600-00027696/2025-18-e
ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO
OBJETO: CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MATERIAL DE CONSUMO - EXPEDIENTE
VALOR: R$ 54.575,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E SETENTA E CINCO REAIS)
INTERESSADO: DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - DAF/CMPV

Considerando os dispositivos do Art. 75, caput, inciso I, II, da Lei nº 14.133/2021, com base no Parecer Jurídico Administrativo N° 129/PG/CMPV/2025 e no Parecer Nº 301/CG/CMPV-2025 exarado pela Procuradoria Jurídica e pela Controladoria Geral, respectivamente, da Câmara Municipal, deliberamos pela possibilidade Dispensa de Licitação do Objeto do processo em epígrafe.

Porto velho, 21 de outubro de 2025.

FRANCISCO GEDEÃO BESSA HOLANDA DE NEGREIROS
Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6CBEF6F6

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N. º 14/2025/GAB/EMDUR

A EMPRESA DE DESEVOLVIMENTO URBANO – EMDUR, inscrita no CNPJ 04.763.223/0001-61, através do seu Diretor Presidente torna público a quem possa interessar, a **aquisição de galões para armazenamento de combustível**, através do Processo Administrativo nº 00600-00015054/2025-68-e, conforme as especificações e justificativas contidas no Termo de Referência, com fundamento no Artigo 29, inciso II e §3°, da Lei Federal 13.303/2016 e Artigo 79, inciso II da Resolução 01/2024/EMDUR, em consonância com os Pareceres do Jurídico e do Controle Interno acostados nos autos, fica dispensada a presente Licitação.
Pelo objeto desta dispensa a contratante pagará a empresa contratada DALLARMI & OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS LTDA, inscrita no CNPJ 07.451.343/0001-11, a importância no valor de R$ 6.570,00 (seis mil, quinhentos e setenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

Fonte: 1501000000001751
Projeto atividade: 02.41.15.451.275.1.473 - Urbanização e Manutenção dos Espaços Públicos do Município de Porto Velho e Distritos.
Elemento de Despesa: 33.90.30 00000 - Material de Consumo
Valor Total: R$ 518,00 (quinhentos e dezoito reais).

Porto Velho/RO, 21 de outubro de 2025.

Registre-se e Publique-se.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente/EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A4AEAFE3

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 511/2025

Porto Velho, 20 de outubro de 2025

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, alínea "g", do Decreto nº 4.123, de 18 de outubro de 1990;
CONSIDERANDO o Memorando nº 30 /2025/ GEAD de 06 de Outubro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a **Portaria nº 34, de 22 de janeiro de 2025**, publicada no **Diário Oficial do Município nº 3903, de 23 de janeiro de 2025**, que designou a **Comissão Permanente de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços** do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, **para atualização dos membros que a compõem**, conforme segue:
I – Exclusões:

- DANIELLE ALVES DE ARAÚJO LIMA – Membro – CPF nº *.***.952-****

- ALANA SILVA PRADO – Membro – CPF nº *.***.682-****

- PAULA MORÃO FIGUEIREDO – Membro – CPF nº *.***.862-****

II – Inclusões:

- FERNANDA ROCHA RODRIGUES – Presidente – CPF nº *.***.242-****

- SÉRGIO MOTA DE MORAIS – Membro – CPF nº *.***.822-****

- JOÃO PAULO MEDEIROS FELIZARDO – Membro – CPF nº *.***.842-****

III – Composição Atual da Comissão:

- FERNANDA ROCHA RODRIGUES – Presidente – CPF nº *.***.242-****

- JOÃO PAULO MEDEIROS FELIZARDO – Membro – CPF nº *.***.842-****

- ADERLY VIANA DE OLIVEIRA – Membro – CPF nº *.***.322-****

- FRANCISCO ASSIS VIEIRA NETO – Membro – CPF nº *.***.592-****

- SÉRGIO MOTA DE MORAIS – Membro – CPF nº *.***.822-****

- ZIVALDO FERNANDES – Membro – CPF nº *.***.324-****

Art. 2º O acompanhamento da entrega do objeto será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços, bem como pelo responsável do setor solicitante. São atribuições da Comissão:

I – Examinar, conferir e receber o material adquirido ou serviços prestados de acordo com as Notas de Empenho, podendo, quando for o caso, solicitar o exame dos setores técnicos requisitantes ou especializados, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido ou serviços prestados;

II – Rejeitar o bem permanente, material de consumo ou serviços, em sua totalidade ou parcialmente, todo aquele que estiver em desconformidade com suas respectivas especificações, as quais constantes no Termo de Referência, Edital de Licitação e Nota de Empenho, cabendo a expedir notificação junto à Gerência Administrativa e Financeira, para demais providências pertinentes;

III – Estando o bem permanente, material de consumo ou serviço em conformidade com suas respectivas especificações, constantes no Termo de Referência, Edital de Licitação e Nota de Empenho, caberá a emissão de Termo de Recebimento definitivo e certificação em nota fiscal por, no mínimo, 03 (três) servidores que compõem a referida comissão, caracterizando a aceitação do objeto contratado;

IV – O recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, ocorrerá sempre que a comissão não estiver presente em quantitativo mínimo de 03 (três) servidores, mediante Termo Circunstanciado devidamente assinado pelos membros presentes no ato;

V – Após o recebimento definitivo do objeto contratado, os autos deverão ser encaminhados à Gerência Administrativa e Financeira para demais providências pertinentes;

VI – Os servidores deverão manter as diretrizes designadas pelo titular da pasta, não sendo autorizadas alterações sem consulta prévia, salvo vigências que deverão ser justificadas e prestadas contas dos atos nas ausências e procedimentos;

VII – A desobediência dos servidores do órgão poderá ser considerada insubordinação, podendo responder nos termos da legislação vigente;

VIII – Demais atos, demandas e competências não relacionadas, que não mantenham afinidade com o definido neste documento, deverão

ser reportadas para decisão da autoridade superior, podendo ainda ser normatizadas em documento substituto ou complementar posterior, conforme o caso;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vinculando os departamentos e servidores à sua obediência e revogando-se as disposições em contrário, em especial a **Portaria nº 34, de 22 de janeiro de 2025**, publicada no **Diário Oficial do Município nº 3903, de 23 de janeiro de 2025**.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B676757A

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 512/2025

Porto Velho, 20 de outubro de 2025

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, alínea "g", do Decreto nº 4.123, de 18 de outubro de 1990;
CONSIDERANDO o Memorando nº 30 /2025/ GEAD de 06 de Outubro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 33, de 22 de janeiro de2025, publicada no DOM nº3903 de 23/01/2025, que designou servidores para fiscalização dos contratos das empresas, atendendo as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do município de Porto Velho- IPAM.

Art. 2º Os servidores designados abaixo desenvolverão as atividades, no acompanhamento da execução dos serviços contratados, até o término das suas vigências e seus aditamentos. Ficando assim constituída:

1. Protocolo nº 70157 – Agenda Assessoria Planejamento e Informática Ltda
CNPJ: 00.059.307/0001-68 – Contrato nº 18/2023

• **Fiscal:** Orisvaldo Bezerra de Salles – CPF Nº ***.***.252-** *(mantido)*

• **Suplente: Carine Barbosa Camurça de Melo CPF Nº ***.***.562-**** → substitui Murilo Henrique Ricardo Vieira CPF Nº ***.***.782-**

2. Protocolo nº 74147 – Agenda Assessoria Planejamento e Informática Ltda
CNPJ: 00.059.307/0001-68 – Contrato nº 05/2024

• **Fiscal:** Diego Ferrucio Marqueti CPF Nº ***.***.252-***(mantido)*

• **Suplente:** Carine Barbosa Camurça de Melo CPF Nº ***.***.562-** *(mantido)*

3. Protocolo nº 74147 – Bioclean Serviços e Construção Ltda
CNPJ: 83.339.556/0001-34 – Contrato nº 10/2022

•**Fiscal:** Cristian Willen de Oliveira Ribeiro CPF Nº ***.***.902-** *(mantido)*

•**Suplente:** Antonio Marcos Veiga Pinheiro CPF Nº ***.***.152-** *(mantido)*

4. Protocolo nº 38277 – Bioclean Serviços e Construção Ltda
CNPJ: 83.339.556/0001-34 – Contrato nº 007/2020

•**Fiscal:** Cristian Willen de Oliveira Ribeiro *CPF Nº ***.***.902-** (mantido)*

•**Suplente:** Antonio Marcos Veiga Pinheiro CPF Nº ***.***.152-** *(mantido)*

5. Protocolo nº 52342 – Centro de Integração Escola – CIEE
CNPJ: 61.600.839/0001-55 – Contrato nº 002/2021

•**Fiscal:** Marcelo Augusto Mendes Barbosa CPF Nº ***.***042-** *(mantido)*

•**Suplente:** Rayssa Neumann Fernandes CPF Nº ***.***.382-** *(mantido)*

6. Protocolo nº 52139 – DATAPREV S.A.
CNPJ: 42.422.263/0002-84 – Contrato nº 07/2021

•**Gestor Administrativo: Orisvaldo Bezerra de Salles CPF Nº ***.***.252-**** *(novo)*

•**Fiscal:** Ana Maria Lessa Mariaca CPF Nº ***.***.402-** *(mantido)*

•**Suplentes:**

•**Cristian Willen de Oliveira Ribeiro CPF Nº ***.***.902-**** → substitui Silvana Lima Cruz CPF Nº ***.***.522-**

•**Marivaldo Rosa da Silva** CPF Nº ***.***.122-** *(novo)*

7. Protocolo nº 61565 – Fortt do Brasil Ltda
CNPJ: 05.138.913/0001-92 – Contrato nº 17/2023

•**Fiscal:** Maria Jacinta Barbosa de Oliveira CPF Nº ***.***.293-** *(mantido)*

•**Suplente: Roberval Valência Sales** CPF Nº ***.***.232-** → substitui Marcelo Augusto Mendes Barbosa CPF Nº ***.***.042-**

8. Protocolo nº 27794 – GSG Engenharia Ltda
CNPJ: 84.742.329/0001-18 – Contrato nº 003/2020

•**Fiscal:** Marcelo Augusto Mendes Barbosa CPF Nº ***.***.042-** *(mantido)*

•**Suplente: Fernanda Rocha Rodrigues** CPF Nº ***.***.242-** → *substitui Maria Jacinta Barbosa de Oliveira (Fiscal) CPF Nº ***.***.293-***

9. Protocolo nº 38406 – GTX Engenharia Ltda
CNPJ: 32.300.342/0001-13 – Contrato nº 15/2023

•**Fiscal:** Orisvaldo Bezerra de Salles CPF Nº ***.***.252-** *(mantido)*

•**Suplente:** Zivaldo Fernandes CPF Nº ***.***.324-** *(mantido)*

10. Protocolo nº 39211 – Impactual Vigilância e Segurança Ltda
CNPJ: 10.585.532/0001-91 – Contrato nº 09/2020

•**Fiscal:** Fernanda Rocha Rodrigues CPF Nº ***.***.242-** *(mantido)*

•**Suplente:** Sérgio Mota de Morais CPF Nº ***.***.822-** *(mantido)*

11. Protocolo nº 67352 – M da S Vasconcelos
CNPJ: 08.978.402/0001-77 – Contrato nº 01/2024

•**Fiscal:** Fernanda Rocha Rodrigues CPF Nº ***.***.242-** *(mantido)*

•**Suplente:** Sérgio Mota de Morais CPF Nº ***.***.822-** *(mantido)*

12. Protocolo nº 39584 – R & A Treinamento e Consultoria Empresarial Ltda
CNPJ: 02.023.290/0001-14

•**Fiscal:** João Paulo Medeiros Felizardo CPF Nº ***.***.842-** *(mantido)*

•**Suplente:** Aderly Viana de Oliveira CPF Nº ***.***.322-** *(mantido)*

13. Protocolo nº 63742 – Rezek Ferreira Informática Ltda
CNPJ: 00.881.775/0001-13 – Contrato nº 06/2024

•**Fiscal:** Priscilla Bezerra Giroto Farias Lima CPF Nº ***.***.158-** *(mantido)*

•**Suplentes:**

•Silvana Lima da Cruz CPF Nº ***.***.522-** *(mantido)*

•**Marivaldo Rosa da Silva** CPF Nº ***.***.122-** → substitui Giovanna Parada Vasquez Silva CPF Nº ***.***.212-**

14. Protocolo nº 57376 – Sete Capital Consultoria Ltda
CNPJ: 14.057.808/001-10 – Contrato nº 02/2023

•**Fiscal:** Odilon José de Santana Júnior CPF Nº ***.***.132-** *(mantido)*

•**Suplente: Maria Irisney Barbosa de Souza** CPF Nº ***.***.202-** → substitui Ana Maria Lessa Mariaca CPF Nº ***.***.402-**

15. Protocolo nº 57529 – Yes Way Informática
CNPJ: 02.445.986/0001-39 – Contrato nº 16/2023

•**Fiscal: Marivaldo Rosa da Silva** CPF Nº ***.***.122-** → substitui Silvana Lima da Cruz CPF Nº ***.***.522-**

•**Suplente:** Roberval Valência Sales CPF Nº ***.***.232-** *(mantido)*

16. Protocolo nº 77824 – A E Soluções Digitais Ltda
CNPJ: 14.923.178/0001-19

•**Fiscal: Marivaldo Rosa da Silva** CPF Nº ***.***.122-** *(novo)*

•**Suplente: Roberval Valência Sales** CPF Nº ***.***.232-** *(novo)*

Art. 3º *Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vinculando os departamentos e servidores à sua obediência e revogando-se as disposições em contrário, em especial a* **Portaria nº 33, de 22 de janeiro de 2025**, *publicada no* **Diário Oficial do Município nº 3903, de 23 de janeiro de 2025**.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:99C4BF74

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 513/2025

Porto Velho, 20 de outubro de 2025

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, alínea "g", do Decreto nº 4.123, de 18 de outubro de 1990;

CONSIDERANDO:

• O disposto no art. 169 da Lei Complementar nº 385/2010, que prevê a apuração de infrações mediante sindicância ou processo administrativo, assegurando a observância dos princípios legais e constitucionais;

• O disposto no art. 173 da Lei Complementar nº 385/2010, que disciplina a composição das comissões de sindicância e de processo disciplinar no âmbito municipal;

• A necessidade de apuração de fatos ou responsabilidades administrativas no âmbito do IPAM, especialmente quanto a indícios de irregularidades funcionais;

• A instrução nos Autos nº 79789/2025;

• A Portaria nº 449, de 16 de setembro de 2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia em 17/09/2025, Edição 4068, que instituiu a Comissão de Sindicância Administrativa;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por **30 (trinta) dias** o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa, originalmente estabelecido pela Portaria nº 449/2025, mantendo a finalidade de apurar fatos e responsabilidades administrativas, em conjunto com a Procuradoria-Geral e a Controladoria-Geral do IPAM, relativos aos processos administrativos indicados.

Art. 2º A Comissão deverá conduzir os trabalhos observando os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, nos termos da Lei Complementar nº 385/2010 e demais normas aplicáveis.

Art. 3º O prazo prorrogado poderá ser novamente estendido por igual período, mediante justificativa formal da Comissão e aprovação da autoridade competente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando estabelecido que, para efeitos de contagem do prazo de prorrogação, considera-se como início a data de encerramento do prazo anteriormente fixado na Portaria nº 449/2025, mantendo-se os efeitos legais referentes à prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância Administrativa.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINEIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:69955D36

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM
PORTARIA Nº 514/2025

Porto Velho, 20 de outubro de 2025

Dispõe sobre a lista consolidada de documentos e procedimentos para requerimento de aposentadorias, pensão por morte e isenção de imposto de renda no âmbito do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – IPAM e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE

PORTO VELHO - IPAM, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, alínea g, do Decreto nº 4.123, de 18 de outubro de 1990,
CONSIDERANDO a necessidade de consolidar e uniformizar os procedimentos para requerimento de benefícios previdenciários, com base na Instrução Normativa TCE/RO Nº 50/2017, na Lei Complementar Municipal nº 404/2010, na Súmula Vinculante nº 33 do STF, e demais legislações pertinentes e autos nº 79605/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, por meio desta Portaria, a lista consolidada de documentos e procedimentos necessários para a formalização dos pedidos de aposentadoria voluntária, aposentadoria especial de professor, aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, pensão por morte e isenção de imposto de renda.

Art. 2º Para todos os requerimentos de que trata esta Portaria, o servidor ou seu procurador deverá apresentar os seguintes documentos básicos, em originais e cópias legíveis, na Divisão de Atendimento ao Servidor:

I - Cédula de Identidade (RG);
II - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
III- Comprovante de endereço recente e atualizado;
IV – Procuração, caso seja feito por advogado, a comprovação da carteira da OAB;
V - Declaração de Acumulação de Cargos, Emprego, Função Pública e/ou Proventos;
VI - Declaração de Bens e Valores;
VII - Declaração de Recebimento de Pensão ou Aposentadoria em outro regime de previdência.

Art. 3º Além da documentação básica, deverão ser observadas as seguintes disposições gerais, conforme o caso de cada servidor:
I - Servidor admitido como CLT (celetista) e enquadrado como estatutário: Deverá apresentar a Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) original emitida pelo INSS para averbação do tempo de contribuição;

II - Averbação de tempo de contribuição anterior à admissão: Poderá solicitar a averbação mediante apresentação de CTC original emitida pelo INSS (regime celetista/RGPS) ou por outros institutos previdenciários (regime estatutário);

III – Acúmulo de cargos públicos: Caso declare o exercício de outro cargo público, deverá entregar declaração de comprovação da compatibilidade de horários de ambos os cargos. Se já for aposentado em outro órgão, deverá anexar também a portaria de aposentadoria;

IV - Servidor cedido para outro órgão (sem ônus para a municipalidade): Deverá apresentar a Certidão de Tempo de Serviço (CTS), ficha funcional e ficha financeira;

V - Servidor que paga pensão alimentícia: Deverá providenciar cópias de RG, CPF e telefone de contato dos alimentados e de seus representantes legais.

Parágrafo único. Caso o servidor averbe tempo especial contido na Certidão de Tempo de Contribuição de outro regime de previdência (RPPS ou RGPS), o período especial deve estar certificado expressamente na CTC, caso contrário, não será considerado para fins de cômputo do tempo especial.

Art. 4º Os pedidos de Aposentadorias Voluntária, Especial e de Professor deverão ser instruídos com os documentos listados nos Arts. 2º e 3º desta Portaria, conforme aplicável à situação funcional do servidor, devendo ser anexado pela Secretaria de Administração-SEMAD:

I- Ficha funcional;

II-Ficha financeira;

III- Último contracheque;

IV- Certidão de Tempo de serviço;

V- Planilha de Tempo de Serviço;

VI- Planilha de Aposentadoria; e,

VII - Declaração de contribuição Previdenciáriaou Declaração de ausência de documentos, caso não seja encontrado algum documento funcional doservidor.

Art. 5º O pedido de Aposentadoria Especial de Professor (Função de Magistério) seguirá o disposto nos Arts. 2º, 3º e 4º e exigirá, adicionalmente, a seguinte documentação específica:

I – Declarações das escolas onde exerceu a atividade de docência, que deverão ser apresentadas à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) para a emissão de uma Certidão Única (original);

II - Caso o servidor utilize tempo de contribuição de outros regimes (CLT ou outros institutos), também deverá apresentar as declarações das escolas em que laborou;

III - Na inexistência de documentação da escola para comprovar o efetivo exercício das funções de magistério, será aceita uma declaração assinada pelo próprio professor em concordância com duas testemunhas (com firma reconhecida e cópia do RG) que trabalharam na mesma época.

IV - Para comprovação do tempo de magistério, podem ser utilizados, no mínimo três dos seguintes documentos para cada declaração: portarias de nomeação, diários de classe, fotos, vídeos, registros na CTPS, CTC de outros regimes, entre outros.
Parágrafo único. As declarações devem conter informações como matrícula, cargo, função e período trabalhado, confirmando as atividades de docência realizadas no período declarado.

Art. 6º O pedido de Aposentadoria por Invalidez seguirá o disposto na Lei Complementar nº 404/2010 e exigirá os seguintes documentos e procedimentos:

I - Laudo Médico do médico assistente atestando a incapacidade total do servidor, acompanhado de exames e outros documentos que ajudem a constatar a incapacidade de laborar;

II - O processo deverá passar por avaliação da Perícia Médica em conjunto com a Divisão de Acolhimento e Reinserção no Trabalho (DIART/CSO/SEMAD) para emissão de Relatório Médico.

III -Constatada a impossibilidade de readaptação, o processo será encaminhado à Perícia Médica do IPAM para análise final.

Parágrafo único. Caso a perícia médica do IPAM constate a incapacidade permanente, os autos deverão retornar a SEMAD para instrução, conforme artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria.

Art. 7º O pedido de Aposentadoria Especial será analisado conforme a Súmula Vinculante nº 33 do STF e a Instrução Normativa nº 50/2017-TCE/RO, e exigirá os seguintes documentos, a depender da modalidade.

§1º. Para Servidor com Deficiência (PCD):

a) Decisão do TJRO em Mandado de Injunção, com trânsito em julgado;

b) Documento comprobatório da deficiência na data do requerimento ou da aquisição do direito;

c) Avaliação médica e funcional da deficiência, indicando a data provável de início e o grau (grave, moderada ou leve); d) Certidão emitida por outros regimes (RGPS, RPPS) reconhecendo o tempo de contribuição na qualidade de pessoa com deficiência, se houver

e processo será encaminhado à Perícia Médica do IPAM para avaliação biopsicossocial e preenchimento do formulário IFBrM para fins de aferição da pontuação para classificação do grau de deficiência (leve, moderada ou grave).

§2º. Para Servidor que exerce atividades sob condições especiais que prejudicam a saúde ou aintegridade física (Insalubridade/Periculosidade) é exigido um tempo mínimo de 25 anos de serviço em condições especiais.

a) O servidor que se aposentar por esta regra não poderá voltar a exercer a atividade especial, sob pena de cancelamento do benefício.

b) Deverá obrigatoriamente ser anexado Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), emitido pelo órgão responsável pelos assentamentos funcionais e Parecer da perícia médica do ente, que analisará o LTCAT e o PPP, emitindo uma manifestação conclusiva sobre o enquadramento da atividade.

§3º. Além das documentações específicas, serão necessários a juntada pela SEMAD dos documentos descritos artigos 1º, 2º e 3º desta Portaria.

Art. 8º O benefício de Pensão por Morte será concedido ao conjunto de dependentes do segurado falecido, aposentado ou não, observando-se o seguinte:

I - Dependentes:

a) Classe I: O cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, menor de idade ou inválido. A dependência econômica é presumida.

b) Classe II: Os pais, desde que comprovada a dependência econômica.

c) Classe III: O irmão não emancipado, menor de idade ou inválido, desde que comprovada a dependência econômica.
d) A existência de dependentes em uma classe exclui o direito das classes seguintes.

II - A pensão será devida a contar da data do óbito, se requerida em até trinta dias. Após esse prazo, será devida a partir da data do requerimento, salvo para absolutamente incapazes, que deve retroagir a data do óbito.

III – Os pedidos de pensão por morte serão protocolados diretamente no IPAM, devendo ser preenchido requerimento, acompanhado dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito do instituidor;

b) último contracheque do instituidor;

c) documentos de identificação do instituidor e requerente;

d) comprovante de residência do instituidor e do requerente;

e) extrato do elemento moderador;

f) avaliação/parecer social;

g) documentos que comprovam a condição de dependente (certidão de casamento/nascimento, declaração de união estável, comprovação de dependência econômica para as Classes II e III, etc.);

h) outros documentos que possam corroborar com a concessão o direito ao beneficio.

Art. 9º. Para os aposentados e pensionistas, poderá ser realizado requerimento solicitando a isenção de imposto de renda, nos casos em que preencher os requisitos da Lei nº. 7.713 de 22 de dezembro de 1988, Lei nº. 9.250 de 26 de dezembro de 1995 e artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº. 1.500 de 29 de outubro de 2014.

§1º. Os pedidos de isenção de imposto de renda deverão ser instruídos com: requerimento, documento de identificação (RG e CPF), comprovante de residência, Portaria que concedeu a aposentadoria ou pensão, último contracheque, laudos médicos e exames que comprovam a doença alegada.

§2º. Os pedidos de isenção serão encaminhados para a Perícia Médica do IPAM para avaliação pericial, cuja ata deverá constar expressamente a data de início da doença.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

(Assinado Eletronicamente)
MÔNICA JAPPE GÖLLER KUHN
Chefe de Divisão de Benefícios Previdenciário do IPAM
OAB/RO 8828

(Assinado Eletronicamente)
ORISVALDO BEZERRA DE SALLES
Coordenador de Previdência do IPAM

(Assinado Eletronicamente)
CLAUDINÉIA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORTOLETE
Diretora-Presidente do IPAM

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A2BBD590

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
GABINETE DO PROCURADOR GERAL PORTARIA N 063/GAB/PGM/2025

PORTARIA N 063/GAB/PGM/2025.
Porto Velho/RO, 17 de outubro de 2025

"Nomear servidores para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2025.

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei complementar nº. 648, de 06 de janeiro de 2017 e da Lei Complementar nº 099, de 28 de abril de 2000.

R E S O L V E:

Art.1º NOMEAR a servidora, **WILNILDES BRAGA FREIRE DE SOUZA**, cadastro número 281105, para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2025;

Art.2º NOMEAR o servidor, **MICHEL FELIPE RABELO BARATA**, cadastro número 184242, para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2025;

Art.3º NOMEAR a servidora, **ROSANGELA LIRA DE SOUZA**, cadastro número 72231, para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2024.

Art.4º NOMEAR o servidor **CARLOS RODRIGO PEREIRA DA SILVA BRITO**, cadastro número 10078418, para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2025;

Art.5º NOMEAR o servidor **ALEXANDRE BISPO FERREIRA**, cadastro número 10079999, para compor a Comissão para elaborar o relatório de gestão referente ao Exercício Financeiro de 2025;

Art.5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.6º A comissão terá sua duração até a entrega do relatório em 12/01/2026.

Art.7º Revogam-se as disposições em contrário.

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procuradora Geral do Município em Exercício

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B6B0F976

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
DECRETO Nº 21.448, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a instituição da Comissão Técnica de Verificação de Demandas Hídricas dos Distritos e Regiões do Baixo Madeira – CTVH/DBM, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe é conferida no art. 87, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

CONSIDERANDO o dever do Poder Público em prover os meios necessários para garantir o acesso à água potável, um direito fundamental para a saúde e a dignidade da pessoa humana, configurando-se como serviço de evidente utilidade pública;
CONSIDERANDO a acentuada sazonalidade do regime hídrico dos rios da bacia do Madeira, caracterizada por períodos de cheias que comprometem a qualidade da água e de estiagens severas que dificultam a captação, o que impõe a necessidade de soluções de abastecimento mais seguras e perenes, como os poços artesianos;
CONSIDERANDO a necessidade de um diagnóstico técnico preciso para subsidiar o planejamento e a priorização de investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento básico, garantindo a aplicação eficiente dos recursos públicos e o atendimento efetivo das comunidades;
CONSIDERANDO a existência de informações divergentes e a necessidade de verificar in loco as reais demandas das localidades de Cavalcante, Conceição da Galera, São José da Penha, Ilha Nova, Boa Vitória, Bom Fim, Bom Será, Prosperidade, Terra Caída, São Carlos, Santa Luzia, Cujubim e Primor, a fim de evitar a má alocação de recursos e planejar ações assertivas; e
CONSIDERANDO que a garantia de acesso à água potável é medida essencial para a prevenção de doenças de veiculação hídrica e para a promoção do desenvolvimento social e econômico das comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira.

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica de Verificação de Demandas Hídricas dos Distritos e Regiões do Baixo Madeira – CTVH/DBM, de natureza transitória, com a finalidade de realizar diagnóstico técnico, levantamento e análise das demandas de perfuração de poços e demais formas de captação e abastecimento de água potável, bem como verificar divergências de informações e propor medidas corretivas que subsidiem o planejamento e a priorização de investimentos em infraestrutura hídrica e saneamento básico nas localidades de Cavalcante, Conceição da Galera, São José da Penha, Ilha Nova, Boa Vitória, Bom Fim, Bom Será, Prosperidade, Terra Caída, São Carlos, Santa Luzia, Cujubim e Primor.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 2º A Comissão Técnica será composta pelos seguintes membros:
I – Coordenador: Onildo Pires Araujo - Mat 10078528-01;
II – Membro: Jeová Lima D'Avila Júnior – matrícula no 10078299;
III - Membro: Leticia Rodrigues Negreiros- matrícula 10079802;
IV - Membro: Gustavo Portela Veras - Matrícula 266503;
V - Membro: João Henrique da Costa de Sá - Matrícula 10080123; e
VI - Membro: Felipe Freire - Matrícula 10080303.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º Compete à Comissão Técnica:
I – Realizar visitas técnicas e levantamentos de campo nas comunidades e regiões mencionadas no Art. 1º deste Decreto para verificar a situação atual do abastecimento de água;
II - Elaborar um diagnóstico detalhado da infraestrutura hídrica existente, incluindo a condição das fontes de captação, a qualidade da água e a extensão da rede de distribuição, se houver;
III - Levantar e analisar a demanda real por perfuração de poços artesianos e/ou outras soluções de captação e tratamento de água potável, confrontando-a com solicitações preexistentes;
IV - Propor um plano de ação com medidas corretivas e um cronograma de prioridades para os investimentos, baseado em critérios técnicos e de vulnerabilidade social;
V - Promover reuniões com lideranças comunitárias e moradores para validar as informações levantadas e apresentar as soluções propostas;
VI – Elaborar relatórios mensais de atividades e apresentar relatório final consolidado contendo o diagnóstico situacional, as diretrizes técnicas e a consolidação das informações para subsidiar futuras licitações e projetos.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º Os membros da Comissão Técnica farão jus ao disposto no Art. 76 da Lei Complementar no 385, de 1° de julho de 2010, por se tratar de tarefa específica e transitória, sem prejuízo de suas atribuições ordinárias.
Art. 5º O prazo de vigência da Comissão Técnica será de 60 (sessentanta) dias, a contar de 1° de novembro de 2025, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante justificativa fundamentada do coordenador.
Parágrafo único. Ao final do prazo, deverá ser apresentado o relatório final de que trata o inciso VI do Art. 3º deste Decreto.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3C907ACE

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
LEI Nº 3.325, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Institui a Semana Municipal de Prevenção e Conscientização contra o Tabagismo no Município de Porto Velho e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO usando da atribuição que lhe é conferida no inciso IV, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Porto Velho, a Semana Municipal de Prevenção e Conscientização contra o Tabagismo, a ser realizada anualmente na semana que compreender o dia 29 de agosto, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, conforme a Lei Federal nº 7.488, de 11 de junho de 1986.

Art. 2º VETADO.

I – VETADO;

II – VETADO;

III – VETADO;

IV – VETADO .

Art. 3º As atividades previstas poderão ser desenvolvidas em cooperação com:

I – Instituições públicas e privadas de saúde e educação;

II – Organizações da sociedade civil; e

III – Conselhos municipais, associações de bairro, universidades e entidades de classe.

Art. 4º A Semana Municipal de Prevenção e Conscientização contra o Tabagismo passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de Porto Velho.

Art. 5º VETADO.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito

Projeto de Lei nº 4822/2025.
Autoria: Vereador Dr. Breno Mendes.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0F89BE28

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA N.º 128/DEA/DGP/SGOV/2025

O Secretário de Governo em exercício, da Prefeitura do Município de Porto Velho, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025.
CONSIDERANDO o que dispõe o Decreto nº 14.760, de 15 de setembro de 2017 que "Institui o Sistema de Controle de Frequência por meio de Ponto Eletrônico, o Sistema de Compensação de horas no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal" e suas alterações.
R E S O L V E:
Art. 1º DISPENSAR do registro de ponto eletrônico o servidor elencado no quadro abaixo, que desenvolve atividades internas, externas e de horário variável o que inviabiliza o registro de ponto eletrônico diário, conforme assegura o Art. 1º do Decreto 14.760 de Setembro de 2017, e **AUTORIZAR** o registro de Ponto em Folha Física nos termos do inciso XI, do Art. 6° do ato retromencionado, conforme processo Sei n° 006.000734/2025-03.

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO
ELVIS DOS SANTOS	10078446	ASSESSOR TÉCNICO I

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor à partir da data de sua publicação, com prazo até 31/12/2025.
Art. 3º Publique-se e Cumpra-se.

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025.

SÉRGIO MURILO LEMOS PARAGUASSÚ FILHO
Secretário de Governo em Exercício – SGOV
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0A10022A

SECRETARIA DE GOVERNO- SGOV
PORTARIA Nº 14/DEA/SGOV/2025 PORTO VELHO/RO, 14 DE OUTUBRO DE 2025.

O SECRETÁRIO GERAL DE GOVERNO, usando das atribuições legais que lhe é conferida, no Artigo 97 da Lei Complementar n° 882/2022 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1°. DESIGNAR as servidoras nominalmente especificadas abaixo, para serem as representantes setoriais do Sistema de Controle Interno desta Secretaria Geral de Governo.

Nome	Matricula	Função	Atuação
Evanice dos Santos	10079005	Assessora Executiva III	Titular
Rebeca Havila Belarmino Oliveira	10078721	Coordenadora I	Suplente

Art. 2°. As atribuições das Representantes Setoriais do Sistema de Controle Interno, conforme consta no art. 15 da LSCI (Lei Complentar n° 767, de 14 de junho de 2019) in verbis:

Art. 15. O representante setorial do Sistema de Controle Interno a que se refere o art.2°, VI, 'b', tem como missão dar suporte ao funcionamento do Sistema do Controle Interno - SCI em seu âmbito de atuação e serve de elo entre a unidade executora fo Sistema de Controle Interno e o Órgão Central de Controle Interno – OCCI, tendo como principais atribuições:

I – identificar os pontos de controle inerentes ao sistema administrativo ao qual a sua unidade atua como órgão central, assim como no estabelecimento dos respectivos procedimentos de controle;
II – coordenar o processo de desenvolvimento, implementação ou atualização dos normativos aos quais a unidade está vinculada em que atue como unidade executora ou como órgão central de qualquer sistema administrativo;

III – Exercer o acompanhamento sobre a efetiva observância dos regulamentos e normativos a que a sua unidade está sujeita e propor o seu constante aprimoramento;

IV – encaminhar ao órgão competente documentos sobre as situações de irregularidades ou ilegalidades que vierem a seu conhecimento mediante denúncias ou outros meios, juntamente com indícios de provas;

V – coordenar e orientar providências para as questões relacionadas ao Tribunal de Contas do estado de Rondônia, afetas à sua unidade;

VI – Prover o atendimento às solicitações de informações e de providências, encaminhadas pelo Órgão Central de Controle Interno – OCCI, inclusive quanto a obtenção e encaminhamento das respostas da unidade sobre as constatações e recomendações apresentadas nos relatórios de avaliação de controle interno de gestão;

VII – Comunicar ao titular do Órgão Central do Sistema Administrativo e sua chefia superior, com cópia para o Órgão Central de Controle Interno – OCCI, as situações de ausência de providências para a apuração e/ou regularização de desconformidades.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria n° 043/2025/DA/SGG, publicada no DOM no dia 02 de maio de 2025.

Art. 4°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique – se.

SERGIO MURILO LEMOS PARAGUASSU FILHO
Secretário Geral de Governo - SGOV

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:787462C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 124/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.
CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.° 002/PGM/2024, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00007051/2022-16. A referida comissão tem como objetivo assegurar a correta execução dos serviços prestados pela empresa Total Life Assistência à Vida LTDA, CNPJ: 09.079.572/0001-82, referente à saúde e segurança no trabalho.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos para pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
10078513	Ailla Mendes Roecker	Presidente	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Membro	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Membro	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Membro	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Membro	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025.**

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E87A0AA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 125/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 059/PGM/2021, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00005822/2022-22, com a finalidade de garantir a adequada execução dos serviços de locação de máquinas multifuncionais monocromáticas a laser fornecidos pela empresa Acronet Corporativo Comércio e Serviços Eireli, CNPJ: 15.512.542/0001-10.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Gestor	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 51/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6FDA6900

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 126/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 9912391983, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00006399/2022-88, referente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ: 34.028.316/0027-42.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais,

incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Gestor	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 52/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8E6D1EA1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 127/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores listados abaixo para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 037/2022, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00006777/2022-23, referente à empresa Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia – CAERD.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Gestor	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do Termo Aditivo: de 13 de dezembro de 2024 a 13 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 53/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **13 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C2660522

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 128/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrar a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 087/PGM/2024, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00030342/2024-61, referente aos serviços de publicação no Diário Oficial da União (DOU), para atender as necessidades desta Prefeitura do Município de Porto Velho.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007787	Amanda Vieira Brito	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 54/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, de 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3313B105

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 129/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.° 047/PGM/2023, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00028268/2023-32, referente a fiscalização dos serviços de publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – DOMER.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007787	Amanda Vieira Brito	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 55/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:02AE32C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 130/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 008/PGM/2023, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00007620/2023-04, referente à empresa G.J Segurança e Vigilância LTDA – ME, CNPJ: 21.361.698 /0001-40.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 56/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6610774F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 131/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 009/PGM/2023, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00009018/2023-01, referente à empresa Colúmbia Segurança e Vigilância Patrimonial EIRELI, CNPJ: 02.050.778/0001-30.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 58/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E3C4E231

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 132/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 003/PGM/2024, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00001894/2024-62, referente a empresa Impactual Vigilância e Segurança LTDA, CNPJ: 10.585.532/0001-91

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 57/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3954, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:795FEDC4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 133/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 041/PGM/2021, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00006896/2022-86, referente à empresa Telefônica Brasil S/A, CNPJ: 02.558.157/0001-62.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007787	Amanda Vieira Brito	Gestor	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Gestor	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Gestor	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Gestor	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 59/2025/DEAD/GAB/SEMAD, de 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3957, em 10 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:676308AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 134/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato n.º 039/PGM/2023, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00011072/2023-17, referente à empresa Telefônica Oi S.A., CNPJ: 76.535.764/0001-43.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007787	Amanda Vieira Brito	Gestor	SEMAD
1007752	Eliseu de Oliveira	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
198260	Erdeson Veiga de Almeida	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 60/2025 DEAD/GAB/SEMAD 09 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3904, em 24 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:959C8673

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 135/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização dos Contratos, referentes aos números DESC Nº 333, 332, 337, 339, 336, 334 e 331/2020-CCER e CUSD, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600-00005815/2022-21, referente à empresa Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A, CNPJ: 05.914.650/0001-66.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de março de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 61/2025 DEAD/GAB/SEMAD de 10 de abril de 2025 , publicada no DOMER n.º 3958, em 11 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:208694E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1356/2025 – DICAS/DGP/SEMAD 20 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 106, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

CONCEDER 03 (três) anos de **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, à servidora **ELIANA DOS SANTOS BEZERRA,** Cadastro nº 130914, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** do Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED,** no período de **30/10/2025 a 28/10/2028,** conforme Processo SEI nº 004.002637/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4D74DEBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1357/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 20 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 100, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **IVONETE DE JESUS PEREIRA**, cadastro nº 177502, ocupante do cargo de **PROFESSOR,** do Quadro Pessoal deste Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, **03 (três) meses** de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao 4º lustro do período aquisitivo de 10/02/2017 a 08/02/2022, a serem usufruídos no período de **03/11/2025 a 31/01/2026**, conforme Processo SEI nº 004.002643/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:75AD167D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1358/2025 - DICAS/DGP/SEMAD 20 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 1135/2025/DICAS/DGP/SEMAD, de 26/08/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4055, de 29/08/2025, que designou a **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio – CIPA/SEINFRA 2**, gestão 2025/2026, da **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA**, conforme Processo SEI nº 019.000761/2025.

Onde se lê: Edmilson Pereira de Sousa, matrícula 1001775;

Leia-se: Edmilson de Sousa, matrícula 169286.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:92521538

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1359/2025 – DICAS/DGP/SEMAD 20 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 1347/2025/DICAS/DGP/SEMAD de 17/10/2025, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia nº 4091 de 20/10/2025, que designou a servidora **ELOISA MELO GARCIA**, contratada para o cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, sob Regime Jurídico Administrativo Especial, na **Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**, para exercer as atribuições de seu cargo junto à **Secretaria de Governo – SGOV**, conforme Processo SEI nº 006.000619/2025.

Onde se lê: Processo SEI nº 002.000137/2025;

Leia-se: Processo SEI nº 006.000619/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5A0FA6C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1360/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 100, da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786, de 01/07/2010.

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **MARIA APARECIDA TAKAHASH MARCHAO**, cadastro nº 80341, ocupante do cargo de **Merendeira Escolar**, do Quadro Pessoal deste Município, lotada na **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, **03 (três) meses** de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao 3º lustro do período aquisitivo de 28/06/2020 a 26/06/2025, a serem usufruídos no período de **01/10/2025 a 29/12/2025**, conforme Processo SEI nº 004.000059/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
*(*Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:54FF2F5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1361/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº

19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art. 14, inciso II, da Lei Complementar nº 887 de 11/03/2022, publicada no D.O.M.E.R nº 3177 de 14/03/2022.

CONSIDERANDO os Pareceres nº 20/SPT/2011, de 11/07/2011, às fls. 03/10, e nº 23/SPT/2011, de 02/08/2011, às fls. 16/19, exarados nos autos do Processo nº 07.01922/2011.

RESOLVE:

RESCINDIR o Contrato de Trabalho a pedido, da servidora **FABILEUDES GOMES RIBEIRO,** Cadastro nº 1006770, contratada em caráter emergencial, ocupante da função de **BIOMÉDICO,** pertencente ao Quadro de Pessoal do Município, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA,** a partir de **15/10/2025,** o qual **optou por não cumprir aviso prévio**, ficando sujeita às disposições legais aplicáveis, de acordo com os pareceres constantes no preâmbulo, conforme Processo SEI nº 005.003330/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:551263C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 136/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores listados abaixo para comporem a Comissão de Acompanhamento dos Contratos identificados pelos números DESC Nº 200, 268, 276, 197, 272, 278, 279, 323, 199, 271, 397, 209, 207, 275, 270, 274, 322 e 210/2022 – CCER e CUSD, relativos ao Processo Eletrônico n.º 00600- 00005666/2022-08, da empresa Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A, CNPJ: 05.914.650/0001- 66.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 62/2025 DEAD/GAB/SEMA, de 10 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3904, em 24 de janeiro de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia **31 de dezembro de 2025**.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9345568B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1362/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **DAIANE PEREIRA MAGALHAES SILVA,** Cadastro nº 277774, para exercer, no período de **03/11/2025 a 17/11/2025,** o Cargo em Comissão de **Diretor I**, **DAS 08**, da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em substituição à titular **JUCILENE BARROSO LIMA MORENO**, Cadastro nº 77108, em razão de férias no mesmo período, conforme Processo SEI nº 004.002408/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C434D65B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD PORTARIA Nº 1363/2025 – DICAS/DGP/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº 19.048 de 06/06/2023, publicado no D.O.M.E.R nº 3489 de 07/06/2023.

CONSIDERANDO o Art 43, §§ 1º 2º e 3º da Lei Complementar nº 385, de 01/07/2010, publicada no D.O.M nº 3.786 de 01/07/2010.

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **NATALIA CARDOSO COSTA,** Cadastro nº 101006, para exercer, no período de **03/11/2025 a 17/11/2025,** o Cargo em Comissão de **Gerente II**, **DAS 05**, da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, em substituição à titular **DAIANE PEREIRA MAGALHAES SILVA**, Cadastro nº 277774, por motivo de substituição em outro cargo no mesmo período, conforme Processo SEI nº 004.002408/2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8EE2D149

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA Nº 137/2025 DEAD/GAB/SEMAD 21 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no exercício de suas atribuições conferidas pelo art. 7°, inciso XIX, do Decreto n° 19.048/2023, veiculado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, edição nº 3489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO as competências estabelecidas para a Divisão de Fiscalização de Contratos conforme disposto no art. 14° do mencionado decreto 19.048/2023, e reconhecendo a imprescindibilidade de designar a comissão responsável pela fiscalização de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para integrarem a Comissão de Fiscalização do Contrato de Adesão ao Poder Público n.º DESC/014/2020, vinculado ao Processo Eletrônico n.º 00600- 00005363/2022-87, referente à empresa Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A, CNPJ: 05.914.650/0001-66.

Art. 2° COMPETE à Comissão de Fiscalização de Contratos exercer a supervisão e fiscalização da execução do contrato, bem como dos procedimentos inerentes aos serviços contratados. Ademais, incumbelhe a responsabilidade de acompanhar a vigência do contrato e quaisquer alterações contratuais, bem como gerir os registros pertinentes ao contrato, estabelecer comunicação com os órgãos competentes, encaminhar processos de pagamento após a devida observância das cláusulas contratuais, comunicar eventuais irregularidades detectadas, propor a aplicação de penalidades quando cabível, receber notas fiscais e faturas após a comprovação da execução dos serviços, realizar fiscalizações presenciais e elaborar relatórios mensais.

CADASTRO	NOME	FUNÇÃO NA COMISSÃO	SECRETARIA
1007752	Eliseu de Oliveira	Gestor	SEMAD
10078513	Ailla Mendes Roecker	Fiscal	SEMAD
10078172	Thauanne Silva Gama Cerqueira	Fiscal	SEMAD
10078828	Auricema Rodrigues de Lima	Fiscal	SEMAD
1007787	Amanda Vieira Brito	Fiscal	SEMAD

Período de vigência do contrato: de 21 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Art. 3º REVOGAR a Portaria n.º 63/2025 DEAD/GAB/SEMAD, de 10 de abril de 2025, publicada no DOMER n.º 3958, em 11 de abril de 2025.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do estado de Rondônia e tem validade até o dia 31 de dezembro de 2025.

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração – SEMAD
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:17B411B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
ERRATA A PORTARIA Nº 403/ASTEC/SEMAGRIC/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - SEMAGRIC- ERRATA A PORTARIA Nº 403/ASTEC/SEMAGRIC/2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 21/10/2025. Edição 4092– Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia

ERRATA A PORTARIA Nº 403/ASTEC/SEMAGRIC/2025.

ONDE SE LÊ no Art.3º. Os trabalhos da comissão devem obedecer aos prazos contidos no inciso II, § 2º do art. 6º do Decreto Municipal n.º 21.387, de 1° de outubro de 2025, devendo diligenciar no sentido de que encaminhem suas respectivas informações até o dia 12.01.2026, impreterivelmente, para compilação e organização pela **SORÇAM/SEMAGRIC.**

LEIA-SE: Art.3º. Os trabalhos da comissão devem obedecer aos prazos contidos no inciso II, § 2º do art. 6º do Decreto Municipal n. º 21.387, de 1° de outubro de 2025, devendo diligenciar no sentido de que encaminhem suas respectivas informações até o dia 12.01.2026, impreterivelmente, para compilação e organização pela **SORÇAM/SEMEC.**

Mantendo-se todas as outras informações vinculadas e assinadas no dia 20/10/2025.

Porto Velho, 21 de outubro de 2025.

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:19CDD2A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO- SECOM
PORTARIA Nº 19/2025/DA/SECOM

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

Designa servidores para compor a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão da SECOM – Prestação de Contas do exercício de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE PORTO VELHO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e a Lei Complementar nº 1.000, de 7 de janeiro de 2025;

CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, § 2º, inciso I, do Decreto nº 21.387, de 1º de outubro de 2025, que disciplina os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2025;

CONSIDERANDO que o cumprimento dos prazos e procedimentos para encerramento do exercício financeiro, previstos nas normas federais, estaduais e municipais, é indispensável para a transparência, a responsabilidade fiscal e a adequada prestação de contas da Administração Pública;

CONSIDERANDO a necessidade de instituir comissão destinada a garantir o melhor desempenho das atividades de elaboração do Relatório de Gestão, em consonância com as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia e demais dispositivos normativos aplicáveis, resolve:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, comporem a Comissão de Elaboração do Relatório de Gestão das atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM, integrante da Prestação de Contas do exercício de 2025:

I – Valdenízia dos Santos Vieira Tinoco – Presidente;
II – Clênio Corrêa Junior – Membro;
III – Rafaela Ferreira Coroltchuc – Membro; e
IV – Yúlia Louíse Camargo Amorim Schweppe – Membro.

Art. 2º Compete à Comissão designada reunir, compilar e sistematizar as informações referentes às atividades desenvolvidas pelos setores que integram a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Comunicação – SECOM.

Parágrafo único. O Relatório de Gestão deverá ser encaminhado à Secretaria Executiva de Orçamento – SORÇAM/SEMEC até o dia 12 de janeiro de 2026, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, inciso II, do Decreto nº 21.387, de 1º de outubro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal Adjunto de Comunicação

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:41A88910

SECRETARIA MUNICIPAL DE CONTRATOS,CONVÊNIOS E LICITAÇÕES- SMCL
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90042/2025/SMCL/PVH

A Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações da Prefeitura de Porto Velho, torna pública a realização da **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90042/2025/SMCL/PVH**, deflagrada no Processo nº 00600-00015528/2025-71-e, com critério de julgamento Menor Preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **OBJETO:** Serviços de manutenção corretiva, de forma semestral, em 06 (seis) portas de vidro instaladas no prédio da SMTI, com inclusão total das peças acessórias para substituições, quando necessário, para atender as necessidades da Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa – SMTI. **DATA DA SESSÃO: 29/10/2025. HORÁRIO DA FASE DE LANCES:** 09:00 às 15:00 (horário de Brasília/DF) **LOCAL:** https://www.gov.br/compras/pt-br. **UASG:** 925172 – Secretaria Municipal de Contratos, Convênios e Licitações/SMCL. **VALOR ESTIMADO: 16.695,00 (Dezesseis mil, seiscentos e noventa e cinco reais). OUTRAS INFORMAÇÕES:** Junto à SMCL, localizada na Rua México, n. 2331, 2º Andar, Bairro Nova Porto Velho, CEP 76.820-152, Porto Velho/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h(horário de Rondônia). Telefone: (69) 3901-6270/6272, E-mail: pregoes.sml@gmail.com

Porto Velho-RO, 21 de Outubro de 2025.

LUCIETE PIMENTA
Agente de Contratação - SMCL

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A47669A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE- SEMDEC
PORTARIA Nº 29/2025/SEMDEC, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Dispõe sobre a designação de servidores para compor a Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão – Exercício 2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEMDEC).

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE (SEMDEC),** no exercício das competências que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 1.000, de 7 de janeiro de 2025, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 1.019, de 18 de junho de 2025, e conforme regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 21.133, de 3 de julho de 2025,

Considerando o disposto no Art. 6°, Parágrafo 2º, Inciso I, **Decreto n.º 21.387, de 1º de outubro de 2025 (ID0100269),** que dispõe sobre os procedimentos de encerramento do Exercício Financeiro de 2025, e dá outras providências, conforme instrução do **Processo Administrativo n.º020.001294/2025-15**;

Considerando os elementos constantes do **Processo Administrativo n.º 016.001321/2025-19,** que trata da designação de servidores da SEMDEC para compor a Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a **Comissão de Acompanhamento, Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão** da Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade (SEMDEC), relativa à prestação de contas do Exercício de 2025, conforme a seguir:

#	Nome do Servidor	Matrícula	Cargo/Função	Membro	Departamento
01	Bruno Eduardo Alves de Souza	1005487	Diretor Assessoria Técnica	Coordenação Técnica	Assessoria Técnica (ASTEC)
02	Ellen Cristiane Souza da Costa	10080328	Diretora Departamento de Projetos Sociais	Apoio Técnico	Departamento de Projetos Sociais (DPS)
03	Andreia Boriezeska de Siqueira	10079068	Diretora Administrativa	Apoio Técnico	Administrativo (DA)
04	Roberto Kleber Cordeiro Saldanha Júnior	61590	Diretor do Departamento de Gestão e Políticas Fundiárias	Apoio Técnico	Departamento de Gestão e Políticas Fundiárias (DGPF)
05	Tanhama de Sousa Barbosa	641226	Diretora do Departamento de Regularização Fundiária de Interesse Social	Apoio Técnico	Departamento de Regularização Fundiária de Interesse Social (DRIS)
06	Geisa Pacheco de Souza Monteiro	238383	Diretora do Departamento de Regularização e Cadastro Fundiário	Apoio Técnico	Departamento de Regularização e Cadastro Fundiário (DRCF)
07	Katia Menegatti Arruda de Magalhães	10079453	Diretora do Departamento de Gestão Urbana	Apoio Técnico	Departamento de Gestão Urbana (DGU)
08	Fernanda Oliveira Piccoli	1002764	Diretora Departamento de Licenciamento de Obras	Apoio Técnico	Departamento de Licenciamento de Obras (DELI)
09	Laura Betânia dos Santos Cavalcante	10079706	Diretora do Departamento de Habitação	Apoio Técnico	Departamento de Habitação (DHA)

Art. 2º Compete à Comissão ora instituída **adequar, compilar e consolidar** as informações advindas de todos os Departamentos que integram o organograma desta Secretaria, com vistas à elaboração do **Relatório de Gestão Anual (RAG)** e seu posterior encaminhamento à Secretaria Executiva de Orçamento (SORÇAM) da Secretaria Municipal de Economia (SEMEC), **impreterivelmente até o dia 12 de janeiro de 2026**, sob pena de bloqueio orçamentário do órgão em caso de inadimplência.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos até a efetiva entrega do Relatório Anual de Gestão (RAG) do Exercício de 2025 à SORÇAM/SEMEC.

RAIMUNDO DE ALENCAR MAGALHÃES
Secretário Municipal de Desenvolvimento da Cidade

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BCEB31F9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.º 21.443 DE 17 DE OUTUBRO DE 2025.

Republicação

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder as adequações orçamentárias no exercício 2025;

Considerando o Ofício n.º616/2025/SEMTEL/DA,de 17 de outubro de 2025, pelo qual a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL solicita suplementação orçamentária por excesso de arrecadação para cobertura de despesa com contratação de serviço de hospedagem hoteleira na cidade de Goiânia/GO, para custear a estadia do time de futebol da OAB-RO;

Considerando a tendência de Excesso de Arrecadação para o exercício financeiro de 2024 de acordo com o art. 43 § 3° da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 36.072,00(trinta e seis mil reais, setenta e dois reais).

Art. 2º -Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de Excesso de Arrecadação, provenientes da Fonte de Recursos 1.701.0000.3220.0000 - Recursos do Exercício Corrente - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados, consignados no orçamento, conforme detalhado na sequência:

13.00 -SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL					
13.01 -SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER - SEMTEL					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
13.01.04.122.007 2.001	Administração da unidade	FIS	3.3.90.39	1.701.0000.3220.0000	36.072,00
SUBTOTAL					**36.072,00**
TOTAL					**36.072,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procuradora Geral Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:640FDB35

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 285/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 285/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 07 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.001492/2025-87**

RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 9 (nove) diárias em favor dos servidores abaixo relacionados, utilizando o **meio de transporte terrestre** para se deslocar até os locais no quadro a seguir, com o objetivo de fiscalizar e acompanhar os serviços prestados pelas Empresas de Vigilância e Segurança Patrimonial nos **períodos de 14 a 18/10 e 21 a 25/10/2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº432/2025 - SEMED-GAB/SEMED-DEA/SEMED-DAMSA**

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	DESTINOS	QUANT.
Rommel Chavez Rodrigues	85143	Motorista	**EMEF CORA CORALINA;** EMEFJOAQUIM VICENTE RONDON; EMEI ABC DE JACI; EMEI ENCANTOS DE MUTUM; EMEF NOSSA SENHORA DE NAZARÉ; EMEF JOÃO AFRO VIEIRA; EMEF MARECHAL RONDON EMEF MARIA CASAROTO ABATI; EMEF JOSÉ AUGUSTO DA SILVA; EMEF MARIA JACIRA FEITOSA DE CARVALHO.	9
Andreia Siqueira de França	11073	Agente de Limpeza		9
Gianny Almeida de Menezes Galvão	48175	Prof. NII		9

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C0739FD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 286/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 286/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 07 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.001273/2025-06**

RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 2 ½ (duas e meia) diárias em favor da servidora abaixo relacionada, utilizando o meio de transporte terrestre para se deslocar até os locais no quadro a seguir, com o objetivo de monitoramento e execução do programa "Um por Todos e Todos por Um/Pela Ética e Cidadania" UPT 2025, no **período de 13 a 15/10/2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº367/2025-SEMED-GAB/SEMED-DPE/SEMED-DIER** de 17 de setembro de 2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	DESTINOS	QUANT.
Adomice Maria Rodrigues Bezerra	299851	Professor NII	**EMEF RIACHO AZUL EMEF UNIÃO, EMEF RIO VERDE; EMEF ERNANDES COUTINHO, EMEF JOÃO AFRO, EMEF BOHEMUNDO E EMEF VISTA ALEGRE**	2 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:05E41B2D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 287/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 287/2025/DIACAS/DA/SEMED
Porto Velho, 07 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.0001907/2025-12.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 5 (cinco) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem até os locais citados no quadro abaixo, por meio de transporte terrestre, com o objetivo de fiscalizar e acompanhar os serviços prestados pelas ENERGISA e Caerd referente

as Contas Públicas, nos períodos de 09 à 11/10 e 30/10 à 01/11/2025, conforme solicitação constante no **Ofício Nº570/202**5 – SEMED-GAB/SEMED-DEA/SEMED-DAMSA, Porto Velho, 25 de setembro de 2025

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
ROMMEL CHAVEZ RODRIGUES	85.143	MOTORISTA	**EMEF** BARÃO DO RIO BRANCO, **EMEF** MARIA CASAROTO ABATI, **EMEF** SANTA JULIA, **EMEF** MARIA JACIRA FEITOSA DE CARVALHO, **EMEF** BAIXA VERDE, **EMEF** UNIÃO DA VITORIA	5
IRLEIDE SILVA DE MELO MACHADO	184.970	PROFESSOR NII		2 ½
GLEICE ROCA DIONIZIO MENDES	97.495	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO		5
FERNANDA OLIVEIRA DE SOUZA	28.375	PROFESSOR NII		5

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B1C8BF88

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 288/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 288/2025/DIACAS/DEA/SEMED
Porto Velho, 08 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.0001944/2025-21.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 15 (quinze) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até os locais citados no quadro abaixo, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de realizar manutenção preventiva, lubrificação e abastecimento da Frota de ônibus escolares semanalmente nos distritos de Porto Velho, onde não há postos de combustíveis e postos de lavagem, nos **períodos de 15 a 18/10; 20 a 25/10; 29/10 a 01/11 e 03 a 05/11/2025,** conforme solicitação constante no OFICIO INTERNO N°590/DMF/DTE/GAB/SEMED de 25 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
LEILA MÁRCIA SHREDER DA SILVA	94508	MOTORISTA	UNIÃO BANDEIRANTES EXTREMA NOVA CALIFÓRNIA JACI MUTUM VISTA ALEGRE	15
MOISAEL CASTRO DA SILVA	167868	AGENTE DE LIMPEZA		15

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:50445049

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 289/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 289/2025/DIACAS/DA/SEMED
Porto Velho, 09 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.0001851/2025-04.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 11 ½ (onze e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até os locais citados no quadro abaixo, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de fiscalizar e coordenar os serviços de acompanhamento, supervisão e avaliação dos veículos do transporte escolar, nos **períodos de 14 a 18/10; 22 a 25/10 e 29/10 a 01/11/2025,** conforme solicitação constante no OFICIO INTERNO N°548 DMF/DTE/GAB/SEMED de 24 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
HEMILE ANE A. MAIA ARQUIMIM	3335	PROFESSOR II	UNIÃO BANDEIRANTES VISTA ALEGRE DO ABUNÃ JACI PARANÁ NOVA MUTUM	8
MISLENE DA SILVA FERREIRA	10079183	ASSESSOR II DAS 02		11 ½
THIAGO SOUSA DE OLIVEIRA	10079455	GERENTE II DAS 05		4 ½
IRIS DE OLIVEIRA SOUSA	324731	PROFESSOR II		3 ½
JOÃO VICTOR LOPES DE FREITAS	10078605	ASSESSOR II DAS 92		3 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:1286EE43

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 290/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 290/2025/DIACAS/DA/SEMED
Porto Velho, 08 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.0001026/2025-00.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: ½ (meia) diária aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até a localidade de Cujubim Grande, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de Acompanhar a execução do Sistema Educacenso na EMEF Deigmar de Moraes de Souza, no **dia 16/10/2025,** conforme solicitação constante no Oficio Nº 269/2025 - SEMED-GAB/SEMED-DPE/SEMED-DIAIED de 15 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
MATILDE CONSUELO DE OLIVEIRA E SOUZA	135.766	PROFESSOR II	EMEF DEIGMAR MORAIS DE SOUZA - LOCALIDADE DE CUJUBIM GRANDE	½
GRACY CERQUEIRA CAUPER	17.998	AGENTE DE SECRETARIA ESCOLAR		½
BASILEO CARVALHO	5068	GERENTE II DAS 05		½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:62A499DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 291/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 291/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 10 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.001962/2025-11.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 5 ½ (cinco e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até os locais no quadro a seguir, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de realizar encontro de acompanhamento pedagógico, junto a equipe gestora, e professores das escolas rurais, com o foco nas ações

pertinentes ao ensino e aprendizagem dos alunos do ensino fundamental I, referente ao 2º semestre letivo de 2025, coordenado por esta secretaria. Além de orientar nos levantamentos, plano de curso e ações para as provas externas, no **período de 20 a 25 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº 598/2025 – SEMED-GAB/SEMED-DPE/SEMED-DIER** de 26 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
EDMAR VALENTE DE AZEVEDO	179540	PROFESSOR II	OLYMPIA SALVATORE BOA ESPERANÇA ERNANDES COUTINHO BARÃO DO RIO BRANCO RIO PARDO	5 ½
JACKSON SANTOS DA SILVA	64130	PROFESSOR II		5 ½
FRANCISCO DE ASSIS SOARES FAÇANHA	701814	MOTORISTA		5 ½
ROSIANE DE SOUZA VILHENA	256257	TÉCNICA ADMINISTRATIVA		5 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:5691F0D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 293/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 293/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 13 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.002130/2025-11.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 2 ½ (duas e meia) diárias ao servidor abaixo relacionado, para se deslocar até o local no quadro a seguir, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de transportar servidores da SEMESC em fiscalização nas escolas no baixo madeira,, no **período de 22 a 24/10/2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº 655/2025 - SEMED-GAB/SEMED-DEA/SEMED-DITO** de 29 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
PEDRO PAULO LEMOS	189268	PILOTO FLUVIAL	ESCOLAS NO BAIXO MADEIRA	2,5

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F127D6D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 294/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 294/2025/DIACAS/DA/SEMED
Porto Velho, 13 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.002708/2025-21.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 3 ½ (três e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até a localidade da Gleba Rio Preto, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de realizar o levantamento georreferencial detalhado dos alunos e a demanda reprimida, abrangendo desde a educação infantil até a ensino médio, dos moradores dessa localidade, no **período de 14 a 17 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no OFICIO Nº1056/2025 – SEMED-GAB/SEMED-DPE/SEMED-DIER, Porto Velho, 14 de outubro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
EDMAR VALENTE DE AZEVEDO	179540	PROFESSOR II	EMEF PADRE JOSE DE ANCHIETE - GLEBA RIO PRETO	3 ½
JACKSON SANTOS DA SILVA	64130	PROFESSOR II		3 ½
PEDRO PAULO LEMOS	189.268	MOTORISTA		3 ½
GIRLENE LIMAOLIVEIRA CASTRO	80.730	GERENTE DLTE		3 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9EF87939

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 295/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 295/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 14 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.002075/2025-51.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 5 ½ (cinco e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até os Distritos de Vista Alegre do Abunã e Nova California, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de realizar o realinhamento de atendimento, onde está ocorrendo superlotação e alinhamento das rotas que está atendendo a área urbana dos Distritos, visando a melhor logística de atendimento do transporte Escolar no **período de 20 a 25 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no Ofício Nº647/2025 – SEMED-GAB/SEMED-DTE/SEMED-DLTE, Porto Velho, 29 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
GIRLENE LIMA OLIVEIRA CASTRO	80.730	GERENTE	EMEF MARIA CASAROTO ABATI-DISTRITO DE VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	5 ½
JOSÉ JOÃO MAGALHÃES	189.300	MOTORISTA		5 ½
MILENA CAMPOS AZEVEDO	10079844	CHEFE DE APOIO DAS 2	EMEF MARIA JACIRA FEITOSA-DISTRITO DE NOVA CALIFORNIA	5 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:07FA9F8E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 296/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 296/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 15 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.001730/2025-54.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 4 ½ (quatro e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até o Município de Vilhena/RO, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo

principal da missão é verificar a viabilidade de implantação do Sistema Ômega na SEMED de Porto Velho, como instrumento de aprimoramento da gestão administrativa, pedagógica e de transporte escolar, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021 e na legislação educacional vigente (Lei nº 9.394/1996 – LDB). No **período de 27 a 31 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no Ofício
Nº597/2025 – SEMED-GAB/SEMED-DTE, Porto Velho, 25 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
FRANKLIN DOS SANTOS BATISTA	10078975	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	Município de Vilhena/RO	4 ½
RAFAEL LUIZ WILL BEZERRA	10078526	ASSESSOR ESPECIAL I		4 ½
MARCOS AURÉLIO FURUKAWA	38.316	DIRETOR DE DEPARTAMENTO		4 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D557C0E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 297/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 297/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 15 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.001427/2025-51**

RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 4 (quatro) diárias em favor dos servidores abaixo relacionados, utilizando o **meio de transporte terrestre** para se deslocar até os locais no quadro a seguir, com o objetivo de realizar entrega de gás e merenda nas escolas rurais centralizadas, localizado no eixo da BR e entorno, nos **períodos de 29 e 30/10 e 03 a 07/11/2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº 729/2025 - SEMED-GAB/SEMED-DSLE/SEMED-DIALE** de 06 de outubro de 2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	DESTINOS	QUANT.
Nádia Gomes da Costa	30320	Nutricionista	**29 e 30/10: Escola União da Vitória 03 a 07/11: EMEF Ernandes Coutinho – BR 364, Linha do Caracol KM 06, EMEF Maria Angélica - Linha 37 – Gleba das Garças, EMEF. Boa Esperança, Linha F, KM 150, BR 364, EMEF Morvan Freire Brasil – Estrada Areia Branca, KM – 6, EMEF. Erialdo Gomes do Carmo, Colonia 13 de Setembro, EMEF. Engenho do Madeira, Comunidade Engenho Novo, EMEF. José Rodrigues, BR – 319, Jatuarana, KM - 25 e EMEF. Heitor Vila Lobos, BR – 319**	4
Francisco de Assis Soares Façanha	701814	Motorista		4

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AFF9A13A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 298/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 298/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 20 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.002857/2025-91**

RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 2 ½ (duas e meia) diárias em favor do servidor abaixo relacionado, utilizando o **meio de transporte fluvial** para se deslocar até os locais no quadro a seguir, com o objetivo de realizar entrega de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis nas escolas rurais centralizadas no Baixo Madeira, no **período de 29 a 31 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº 1004/2025 - SEMED-GAB/SEMED-DSLE/SEMED-DIALE** de 13 de outubro de 2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	DESTINOS	QUANT.
BASILEO CARVALHO	5068	PILOTO	EMEF Castro Alves (Santa Catarina) Pe. Francisco José Pucci (São José da Praia) EMEF Monte Horeb Comunidade Monte Sinai	2 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4EBFC760

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 301/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 301/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 16 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.000079/2025-03**

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA A VIAGEM em favor dos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até a Vilhena/RO, por meio de transporte terrestre, com objetivo Participar Participar do Encontro Estadual da UNDIME Rondônia , no **período de 26 à 29/08/25,** conforme solicitação constante no OFÍCIO INTERNO N.º 450/2025/DIEB/DPE/SEMED Porto Velho, 20 de agosto de 2025

NOME	MATRÍCULA	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINOS	QUANT.
Naftali Sena Lima	**94.392**	Especialista em Educação	Vilhena/RO	3 ½
Franklin dos Santos Batista	**10078975**	Diretor de Departamento	Vilhena/RO	3 ½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D0D1BCF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 302/2025/DAMSA/DEA/SEMED

PORTARIA N° 302/2025/GAB/SEMED Porto Velho, 16 de outubro de 2025.

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas de acordo com o Decreto Municipal nº 14.707/2017, de 23 outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 957/1991 que trata de concessão de adiantamento.

R E S O L V E

Art. 1º Conceder à servidora **RAIMUNDO LAUREANO DA SILVA NETO,** lotado na SEMED, Cadastro n° 1005636, CPF 514.091.272-49, RG 348514 SSP-AC, Suprimento de Fundos, Processo nº 00600-00028105/2025-11 em regime de adiantamento, na importância de R$ 8.000,00 (oito mil reais); 3.3.90.30 – Material de Consumo R$ 5.000,00 (sete mil reais); Elemento de despesa 3.3.90.39 – Outros Serviços de Pessoa Jurídica R$ 3.000,00 (um mil reais).
Art. 2º O prazo máximo de aplicação do adiantamento de que trata o **artigo 21 do Decreto nº 14.707/2017**, será de 90 (até noventa dias), a partir de recebimento de adiantamento, e o prazo para a apresentação de prestação de contas será de 20 (até vinte dias) a contar do término do prazo de aplicação.
Art. 3º A finalidade do adiantamento será para despesas determinadas no artigo 2º do Decreto nº 14.707 de 2017 e o art. 8º da Instrução Normativa nº 001/CGM/2005..
Art. 4º Ao responsável pela aplicação do adiantamento caberá fazer, pessoalmente a sua comprovação de acordo com a legislação em vigor.
Art. 5º O Departamento de Contabilidade efetuará os registros complementares à caracterização comprobatória da aplicação.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

LEONARDO PEREIRA LEOCADIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº Nº. 1.692/I, de 07/07/ 2025.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:69C22775

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 306/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 306/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 21 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº **004.001913/2025-70**

RESOLVE:
ARBITRAR e CONCEDER: 5 (cinco) diárias em favor dos servidores abaixo relacionados, utilizando o **meio de transporte aéreo** para se deslocar até o local no quadro a seguir, com o objetivo de tratar junto ao MEC e FNDE sobre assuntos pertinentes ao desenvolvimento do ensino, como: utilização de recursos do Programa Escola em Tempo Integral (ETI); disponibilização em conta da prefeitura do recurso referente ao Processo e, por fim, tratar sobre o novo PAR – Plano de Ações Articuladas, no **período de 22 a 26 de outubro de 2025,** conforme solicitação constante no **Ofício Nº 918/2025/SGOV-DEPGI** de 17 de outubro de 2025.

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	DESTINOS	QUANTIDADE	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
DAIANE MORAIS S. B. SOUSA	10079032	ASSESSOR TÉCNICO I DE GABINETE	BRASÍLIA – DF	4 ½	½
JUCILENE BARROSO LIMA MORENO	88108	DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE		4 ½	½
JANDERNOURA ARAÚJO RODRIGUES	3360	ASSESSOR TÉCNICO I		4 ½	½

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FBB8913A

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
PORTARIA Nº 321/DA/GAB/SEMIAS/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO VELHO – SEMIAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 012.0000482/2025-25.
RESOLVE:
ARBITRAR E CONCEDER: 29 e ½ (vinte e nove e meia) diárias em favor dos servidores abaixo relacionados, para custear as despesas com o deslocamento para Distrito de Jaci Paraná e demais distritos, por meio de transporte terrestre QTA9974, modelo FIAT/UNO, tendo como objetivo da viagem e dar apoio logístico ao I Conselho Tutelar Distrital, para averiguação de denúncias, visitas in loco, disque 100 e fiscalização nos distritos mencionados, no período de 01 a 30 de novembro de 2025.. Conforme informações constantes no Ofício n°293/2025 - SEMIAS-GAB/SEMIAS-CC de 23/09/2025.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	QT
EDSON LEAL DE OLIVEIRA	168370	Gari/Condutor	Jaci Paraná e demais Distritos	29 e ½ (vinte e nove e meia)

Porto Velho, 17 de Outubro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS
Dec. n°1.690/I de 7/7/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8C16052C

SECRETARIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL- SEMIAS
PORTARIA Nº323/GAB/SEMIAS/2025

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INCLUSÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO VELHO – SEMIAS, no uso de suas atribuições e considerando o que consta no processo nº 012.000452/2025-19
RESOLVE:
Tornar Válida: 3 e ½ (três e meia) diárias em favor dos servidores relacionados abaixo, para custear as despesas com o deslocamento para o distrito de Gleba Rio Preto, tendo como objetivo da viagem prestar atendimento Itinerante do Tribunal Regional Eleitoral na Gleba Rio Preto, por meio de transporte terrestre, com utilização de veículo oficial modelo Hillux de placa RSY7F05.Conforme informações constantes no Ofício nº268/2025 - SEMIAS-GAB/SEMIAS-DPSB/SEMIAS-DIPTR.

Servidor	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias
CLÓVIS HENRIQUE DA SILVA	10078919	Gerente de Cadastro Único	Gleba Rio Preto	3 e ½ (três e meia)
TAINÁ ANGÉLICA DOS SANTOS ROCHA COSTA	263294	Cadastradora	Gleba Rio Preto	
TIAGO BARROSO DA SILVA	10079847	Gerente de Logístico de Transporte	Gleba Rio Preto	
JORGE LINO DE OLIVEIRA	1005938	Assessor II	Gleba Rio Preto	

Porto Velho/RO, 21 de Outubro de 2025.

(Assinado Eletronicamente)
LUCÍLIA MUNIZ DE QUEIROZ
Secretária Municipal de Inclusão e Assistência Social – SEMIAS
Dec.1.690/I

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:40A4FEAA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 64 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 64 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA Porto Velho, 16 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.002004/2025-49.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 1 e ½ (uma e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocar ao Distrito de Abunã, Vila da Penha, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre, Nova Califórnia e Extrema, por meio de transporte Terrestre, com Objetivo: ABASTECIMENTO, CONFERÊNCIA DE MEDICAMENTOS E VISITA TÉCNICA NAS UNIDADES DE SAÚDE LOCALIZADAS AO LONGO DA BR 364 e Distritos, no período de: 27/10/2025 à 28/10/2025 . Conforme solicitação constante no OFÍCIO N° 1146/DAF/2025.

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant
Cristian Júnior Costa Alves	Cad: 1007512	Aux de Farmácia	Abunã, Vila da Penha, Fortaleza do Abunã, Vista Alegre, Nova Califórnia E Extrema	1, ½
Cristileudo Pereira de Souza **(CONDUTOR DO VEÍCULO)**	Cad: 41476	Assistente Administrativo		1, ½
Rafael Júnior Suarez Montenegro	Cad: 274423	Aux Serviços Gerais		1, ½
Bruno Matsubara Sato	Cad: 1006969	Farmacêutico		1, ½

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/ I/2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário (a)**, em 20/10/2025, às 13:45, conforme art. 1º, III, "B", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento oide ser conferido no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informado o código verificador **0108523** e o código CRC **7C611745**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AB1A1DA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 65 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 65 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA Porto Velho, 16 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.002420/2025-47.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 3 e ½ (três e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocar ao Distrito de **LONGO DO BAIXO MADEIRA**, por meio de transporte **FLUVIAL**, com Objetivo: **ABASTECIMENTO, CONFERÊNCIA DE MEDICAMENTOS, VISITAS TÉCNICAS E MONITORAMENTO DO SISTEMA SISFARMA NAS UNIDADES DE SAÚDE LOCALIZADAS AO LONGO DO BAIXO MADEIRA (10 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE) E VISTORIA TÉCNICA NAS FARMÁCIAS DAS UNIDADES,** no **período de**: **04/11/2025 à 07/11/2025**. Conforme solicitação constante no **OFÍCIO N° 1532/DAF/2025.**

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant
Ancelmo Vieira Viamonte **(PILOTO)**	Cad: 225757	Agente de Combate às Endemias	Baixo Madeira De São Miguel à Demarcação	3, ½
Anilson Nascimento Santos	Cad: 84468	Assistente Administrativo	Baixo Madeira De São Miguel à Demarcação	3, ½
Francisco Vieira Cavalcante	Cad: 190546	Mecânico	Baixo Madeira De São Miguel à Demarcação	3, ½
João Victor Batista Silva Moreira	Cad: 280032	Farmacêutico	Baixo Madeira De São Miguel à Demarcação	3, ½

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/i/2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário (a)**, em 20/10/2025, às 13:45, conforme art. 1º, III, "B", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento oide ser conferido no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informado o código verificador **0108838** e o código CRC **F7E086AF**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:955D8D99

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 66 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 66 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA Porto Velho, 14 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.001166/2025-60.

RESOLVE:
TORNAR VALIDA A VIAGEM: dos servidores abaixo relacionados que se deslocaram ao município de JARU/RO**,** por meio de transporte Terrestre, com Objetivo: Reunião do COSEMS/RO, Câmara Técnica e 8ª Reunião Ordinária da CIB de 2025, no período de: **17/09/2025 A 20/09/2025**. Conforme solicitação constante na Autorização Nº 0015276/2025/ASTEC/SEMUSA.

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant	Auxílio Deslocamento
PERICLES DE SANTOS TORRES	Cadastro: 10078534	**ASSESSOR TÉCNICO I**	JARU/RO	3,5	XXXXXXXX
JEREMIAS OLIVEIRA DA SILVA	Cadastro: 10078974	**ASSESSOR EXECUTIVO I**			

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/i/2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário(a)**, em 20/10/2025, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferido no site **https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 0109154 e o código** CRC **C9FAF871**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0386C14A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº 67 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA

Portaria Nº 67 /2025/DTIT/GAB/SEMUSA Porto Velho, 16 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 005.001037/2025-71.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 1 e ½ (uma e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocar aos **Distritos de Jaci Paraná e Nova Mutum**, por meio de transporte Terrestre, com Objetivo: **Inspeção sanitária nos estabelecimentos de interesse sanitário,** no **período de**: 18/11/2025 a 19/11/2025. Conforme solicitação constante no **DESPACHO N° 8 (0077293).**

Nome Do Beneficiado	Mat.	Cargo/ Função	Destino	Quant
Ludson Richele Pereira Santiago	Cad. 93162	Fiscal Municipal	Jaci Paraná e Nova Mutum	1, ½
Marcio Jean G. da Silva	Cad: 117681	Fiscal Municipal	Jaci Paraná e Nova Mutum	1, ½
Marcelo Ferreira A. Mourão	Cad: 118077	Fiscal Municipal	Jaci Paraná e Nova Mutum	1, ½

Dê-se ciência,
Publique-se e
Cumpra-se.

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde
Decreto Nº 1.666/I/2025

Documento assinado eletronicamente por **Jaime Gazola Filho, Secretário (a)**, em 20/10/2025, às 13:45, conforme art. 1º, III, "B", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento oide ser conferido no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informado o código verificador **0109797** e o código CRC **250A5D2C**

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3905FD61

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº39/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0323

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0323, a PEDIDO outorgada ao Srº RAIDIALUZ XXXXXXXXXX, sob RG nº MG 108XXXXXSSP/MG, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-68, Residente à Rua XXXXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 10 de abril de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:65D992A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº40/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0393

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0393, outorgada ao Srº MAXIMO XXXXXXXXXXXX, sob RG nº 117XXXXSESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-04, Residente à Rua XXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 26 de março de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4240A728

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº41/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0321

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0321, outorgada ao Srº JOSAFA XXXXXXXXXXXXXXXX, sob RG nº 733XXXSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-34, Residente à Rua XXXXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXXX, a qual era autorizado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 13 de março de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E591AEB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº42/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0571

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0571, outorgada ao Srº WILSON XXXXXXXXXX, sob RG nº 162XXXSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-15, Residente à Rua XXXXXXXXX nº 0, Distrito de XXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 26 de março de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E6B8AE1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº43/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0663

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0663, outorgada ao Srº EVERSON XXXXXXXXXXX, sob RG nº 585XXXSESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-15, Residente à Rua XXXXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 26 de março de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:D9AFBAC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 44/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCEIAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0523

Porto Velho. 15 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0523, a PEDIDO outorgada ao Srº SAMUEL XXXXXXXXXX, sob RG nº 453XXXSESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-49, Residente à Rua XXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 20 de fevereiro de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3CBE8251

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 46/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0503

Porto Velho. 16 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0503, a PEDIDO outorgada ao Srº RIVALDO xxxxxxxxxxxxxxxxx, sob RG nº 901xxxxSESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.xxx.xxx-53, Residente à Rua xxxxxxxxxxxx nº xxxx, Bairro xxxxxxxxx, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 18 de fevereiro de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:43BB1DB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº47/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0305

Porto Velho. 16 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0305, outorgada ao Srº JOÃO XXXXXXXXXXXXXX, sob RG nº 476XXXSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-63, Residente à Rua XXXXXX, QXXX, BXXX, Apto XXX, Residencial XXXXXXXX, Bairro JXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 22 de maio de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F2EC945D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 48/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0476

Porto Velho. 16 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0476, outorgada a Srª JULIANA RAMALHO DOS SANTOS, sob RG nº 1431628SESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº 702.318.022-26, Residente à Avenida Campos Sales nº 1471, Bairro Areal, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 09 de abril de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F3D5B7F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 50/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0170

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0170, a PEDIDO outorgada ao Srº ELIEZIO xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sob RG nº 901xxxSESDEC/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.xxx.xxx-49, Residente à Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nº xxxx, Bairro xxxxxxxxxxxx, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 04 de julho de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:242C0F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 51/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0088

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº**0088**, outorgada ao Srº**JORGE**, sob RG nº**407XXXSSP/RO**, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº**XXX.XXX.XXX-15,**Residente à Rua XXXXXXXXXX nº XXX, Bairro XXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 30 de agosto de 2023.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:18224BFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 52/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0578

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0578, a PEDIDO outorgada a Srª ALLANA XXXXXXXXXXXXXXXXXX, sob RG nº 115XXXXSESDEC/RO, e inscrita no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-88, Residente à Rua XXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 22 de agosto de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F35C5957

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 53/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0318

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0318, outorgada ao Srº JEFERSON XXXXXXXXXXXXXX, sob RG nº 852XXXSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-20, Residente à Rua XXXXXXXXXX nº XXXX, Bairro XXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 25 de agosto de 2025.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2AB976E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 54/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0517

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0517, a PEDIDO outorgada ao Srº FRANCISCO XXXXXXXXXXXXXXXX, sob RG nº 242XXXSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº XXX.XXX.XXX-20, Residente à Rua XXXXX nº XXXXX, Bairro XXXXXXXX, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 29 de julho de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:004243E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 58/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0349

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0349, a PEDIDO outorgada a Srª ADRIANA xxxxxxxxxxxx, sob RG nº 586xxxSSP/RO, e inscrita no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.xxx.xxx-15, Residente à Rua xxxxx nº xxxx, Bairro xxxxxxxxxx, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Retroagir a data de 05 de junho de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:B4FA84E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
PORTARIA Nº 59/2025/DSMC/DTR/SEMTRAN

PORTARIA DE CANCELAMENTO DA AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL DE MOTOTÁXI Nº 0229

Porto Velho. 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pela Lei Complementar nº 1.000/2025 e demais normas pertinentes, em conformidade com o que consta na Lei nº 1.856, de 22 de dezembro de 2009, e sua alteração pela Lei nº. 1.912, de 19 de outubro de 2010,

RESOLVE:
Art. 1º - CANCELAR, a Autorização Administrativa Municipal de Mototáxi nº 0229, a PEDIDO outorgada ao Srº PAULOxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sob RG nº 126xxxxSSP/RO, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF nº xxx.xxx.xxx-34, Residente à Av. xxxxxxxxxxx nº xxxx, Bairro xxxxxx, a qual era autorizado.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Retroagir a data de 10 de abril de 2024.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:96B6F76D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº0103520/2025/SEMTRAN

Termo de Autorização Nº 0103520/2025

Termo de Autorização para exploração do Serviço de Transportes Individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel-Mototáxi no Município de Porto Velho, celebrado pelo Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN, em favor do Sr. JOSUE XXXXXXXXXXXXX.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 05.903.125/0001-45, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Amazonas, nº. 698, entre as ruas Brasília e Getúlio Vargas, no bairro Santa Bárbara, neste ato representada pelo Ilustríssimo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr. **IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI, e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR**o Sr. JOSUE XXXXXXXXXXXX**,** brasileiro, solteiro, portador do RG n.º**913XXXSESD**EC/**RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º**XXX.XXX.XXX-34,**residentena**Rua XXXXXX XXXXX nº XXXX,** Bairro **XXXXXXXXX, na cidade de Porto Velho,** neste ato denominado **AUTORIZADO**, à vistas dos elementos constantes do processo Nº 023.001287/2025-93, a explorar o serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel - Mototáxi, de acordo com a Lei n.º 1.856 de 22 de dezembro de 2009, além das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo de Autorização Administrativa Municipal**AMM-0359,**a exploração do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel Mototáxi, na cidade de Porto Velho durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á pela Lei n.º 1.856/2009 e o Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, e demais normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros com o uso de motocicleta de aluguel – Mototáxi no município de Porto Velho.
CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal **-AMM-0359**para exploração serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de aluguel Mototáxi, no município de Porto Velho**,**conforme Lei n.º 1.856/2009 e artigo 9º, do Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de**13/10/2025**e seu término a data de**30/09/2030.**
CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo, no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA DO IMPEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA:
A Autorização Administrativa a que se refere o presente Termo só poderá ser transferida após decorridos 2 (dois) anos de efetiva prestação do serviço pelo permissionário titular, ressalvados os casos de morte ou invalidez.
CLÁUSULA SEXTA DO FORO:
Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi na cidade de Porto Velho, com renúncia a qualquer outra função por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM.
CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a respectiva autorização do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel Mototáxi.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN

JOSUÉ XXXXXXXXXXXXXXX
Autorizatário
CPF:XXX.XXX.XXX-34

023.001287/2025-93	0103520v4

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:BF1F79DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA,TRÂNSITO E MOBILIDADE- SEMTRAN
TERMO DE AUTORIZAÇÃO Nº0105514/2025/SEMTRAN

Termo de Autorização Nº 0105514/2025

Termo de Autorização para exploração do Serviço de Transportes Individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel-Mototáxi no Município de Porto Velho, celebrado pelo Município de Porto Velho, através da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade – SEMTRAN, em favor do Sr. CACIO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 05.903.125/0001-45, através da**SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, TRÂNSITO E MOBILIDADE SEMTRAN**, com endereço na Av. Amazonas, nº. 698, entre as ruas Brasília e Getúlio Vargas, no bairro Santa Bárbara, neste ato representada pelo Ilustríssimo Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade, Sr.**IREMAR TORRES LIMA**, no uso da competência que lhe é conferida pelo Art. 7º, inciso XXI, e Art. 19, parágrafo único, ambos da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, resolve **AUTORIZAR** o Sr. CACIO XXXXXXXXXXXXXXX**,** brasileiro, casado,portador do RG n.º**340 XXXSSP/RO** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF sob o n.º **XXX.XXX.XXX-15,**residente na **Rua XXXXXXXXXXXXXX nº XXXX,** Bairro **XXXX, na cidade de Porto Velho,**neste ato denominado **AUTORIZADO**,à vistas dos elementos constantes do processo Nº 023.000604/2025-54, a explorar o serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel - Mototáxi, de acordo com a Lei n.º 1.856 de 22 de dezembro de 2009, além das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO:
Constitui objeto do presente termo de Autorização Administrativa Municipal**AMM-0089,**a exploração do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel Mototáxi, na cidade de Porto Velho durante o período descrito neste termo.
CLÁUSULA SEGUNDA DAS CONDIÇÕES:
Este Termo de Autorização reger-se-á pela Lei n.º 1.856/2009 e o Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, e demais normas pertinentes que versar sobre o serviço de transporte individual de passageiros com o uso de motocicleta de aluguel – Mototáxi no município de Porto Velho.
CLÁUSULA TERCEIRA DO PRAZO:
A Autorização Administrativa Municipal -**AMM-0089**para exploração serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de aluguel Mototáxi, no município de Porto Velho**,**conforme Lei n.º 1.856/2009 e artigo 9º, do Decreto nº 11.553, de 14 de janeiro de 2010, será de 05 (cinco) anos, tendo como início da vigência a data de**15/10/2025**e seu término a data de**31/10/2030.**
CLÁUSULA QUARTA DA PENALIDADE:
A não renovação do presente Termo, no prazo de 30 (trinta) dias após o término da vigência, acarretará no cancelamento da Autorização Administrativa objeto do presente.
CLÁUSULA QUINTA DO IMPEDIMENTO PARA TRANSFERÊNCIA:
A Autorização Administrativa a que se refere o presente Termo só poderá ser transferida após decorridos 2 (dois) anos de efetiva prestação do serviço pelo permissionário titular, ressalvados os casos de morte ou invalidez.
CLÁUSULA SEXTA DO FORO:
Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho RO, para dirimir eventuais litígios resultantes do presente Termo de Autorização para exploração do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel – Mototáxi na cidade de Porto Velho, com renúncia a qualquer outra função por mais privilegiado que seja.
CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO:
Após as assinaturas deste Termo de Autorização, a SEMTRAN providenciará a publicação do mesmo ou de resumo, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM.
CLÁUSULA OITAVA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
O Autorizado, ao assinar o presente Termo, anuirá com as normas estabelecidas pelo Município de Porto Velho, no que concerne a respectiva autorização do serviço de transporte individual de passageiros com uso de motocicletas de Aluguel Mototáxi.

E por estarem de acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e validade.

ELGISLANE MENDES DE OLIVEIRA
Gerente de Divisão de Serviços de Transportes de Mototáxi e Cargas

IREMAR TORRES LIMA
Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade - SEMTRAN

CACIO XXXXXXXXXXXXXXX
Autorizatário
CPF: XXX.XXX.XXX-15

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:91E30690

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,ESPORTE E LAZER- SEMTEL
PORTARIA Nº 036/SEMTEL/2025

CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento do disposto no Decreto Municipal n° 21.387/2025, que dispõe sobre os procedimentos de encerramento de Exercício Financeiro de 2025 e dá outras providências;

CONSIDERANDO, a Instrução Normativa nº 65/2019/TCE-RO, que estabelece normas de organização e apresentação da Prestação de Contas e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art.1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão para elaboração do Relatório de Gestão e o devido encaminhamento do referido para Secretaria Municipal de Economia - SEMEC, dentro do prazo legal:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	FUNÇÃO
RODRIGO FERREIRA CAMPOS	10078346	DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	Presidente
NAIARA JOVANIA BRAGA DA SILVA	10078129	ASSESSORA TÉCNICA	Membro
ANTÔNIO LÚCIO RODRIGUES	10079795	ASSESSOR	Membro

Art.2º. Compete à comissão instituída pela presente portaria compilar as informações oriundas da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer - SEMTEL a fim de proceder com a elaboração do Relatório de Gestão de que trata o Decreto Municipal n° 21.387/2025 de 06 de Outubro de 2025.
Art.3º. Esta comissão entra em vigor a partir da data de sua publicação e produz efeitos até a efetiva entrega do Relatório de Gestão do Exercício de 2025 a Secretaria Municipal de Economia – SORÇAM/SEMEC.
Art.4º. A designação e realizada sem prejuízo das demais atribuições da função, não fazendo jus a qualquer gratificação ou vantagem adicional.

Publique – se.

ALEKS PALITOT
Secretário Executivo De Turismo - SEMTEL

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:34C8E3BB

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 77/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 77/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00023210/2025-64
Autuado(a): JOELMA ALMEIDA BARBOSA
Auto de Infração nº: 00518/2025
Data da Autuação: 26/05/2025
Valor da Multa: 10 (DEZ) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 103,67 (CENTO E TRÊS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Local da autuação: Rua Leste, s/n (entre o número 3072 e 3064) – bairro Novo Horizonte, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **JOELMA ALMEIDA BARBOSA**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 10 (DEZ) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 1.036,70 (Um mil, trinta e seis reais e setenta centavos), decorrente do Auto de Infração nº 00518/2025, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:46A65692

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 78/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 78/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00020358/2024-66
Autuado(a): TATIELE DA SILVA MATOS
Auto de Infração nº: 00501/2025
Data da Autuação: 11/02/2025
Valor da Multa: 25 (VINTE E CINCO) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 103,67 (CENTO E TRÊS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Local da autuação: Rua Rudá nº 4976, bairro Nova Floresta, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **TATIELE DA SILVA MATOS**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 25 (VINTE E CINCO) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 2.591,75 (Dois mil, quinhentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos), decorrente do Auto de Infração nº 00501/2025, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 1.697/I, de 07 de julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:847743F7

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 79/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 79/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00022892/2025-98
Autuado(a): NAIR PEREIRA DE ALMEIDA
Auto de Infração nº: 00576/2025
Data da Autuação: 09/06/2025
Valor da Multa: 10 (DEZ) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 103,67 (CENTO E TRÊS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Local da autuação: Rua São Jorge nº 2914, bairro Novo Horizonte, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **NAIR PEREIRA DE ALMEIDA**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 10 (dez) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 1.036,70 (Um mil, trinta e seis reais e setenta centavos), decorrente do Auto de Infração nº 00576/2025, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto Nº 1.697/i, de 07 de Julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto Nº 1.697/I,de 07 de Julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4D7980BE

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 80/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 80/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00034169/2025-51
Autuado(a): RAIMUNDO NONATO BARBOSA DO CARMO
Auto de Infração nº: 22933/2025
Data da Autuação: 23/07/2025
Valor da Multa: 05 (CINCO) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 103,67 (CENTO E TRÊS REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS)

Local da autuação: Rua "D", Lote 54, bairro Lago Azul, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **RAIMUNDO NONATO BARBOSA DO CARMO**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 05 (cinco) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 518,35 (Quinhentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos), decorrente do Auto de Infração nº 22933/2025, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no

prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:8C07A9BC

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 81/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 81/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00007078/2025-43
Autuado(a): W.B. TEIXEIRA COM LTDA
Auto de Infração nº: 00762/2023
Data da Autuação: 13/07/2023
Valor da Multa: 25 (VINTE E CINCO) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 94,40 (Noventa e quatro reais e quarenta centavos)

Local da autuação: Av. Nações Unidas, 436, Km 1, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **W.B. TEIXEIRA COM LTDA**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 25 (vinte e cinco) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 2.360,00 (Dois mil, trezentos e sessenta reais), decorrente do Auto de Infração nº 00762/2023, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 1.697/I, de 07 de julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:FB303CEB

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 82/2025/ASTEC/SEMA

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº 82/2025/ASTEC/SEMA

FASE DE PAGAMENTO AMIGÁVEL
Processo Administrativo nº: 00600-00031657/2025-15
Autuado(a): ANTÔNIO MAIA DA SILVA
Auto de Infração nº: 22927/2025
Data da Autuação: 05/07/2025
Valor da Multa: 50 (CINQUENTA) UPFM
Valor da UPFM à época: R$ 103,67 (Noventa e quatro reais e quarenta centavos)

Local da autuação: Rua Getúlio Vargas nº 303, bairro Roque, nesta comarca.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 295, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 138, de 28 de dezembro de 2001, e considerando o retorno negativo das tentativas de notificação pessoal e postal, **CITA**, por meio deste edital, **ANTÔNIO MAIA DA SILVA**, da decisão administrativa que **manteve a aplicação da multa no valor de 25 (vinte e cinco) UPFM, à época equivalente a um total de R$ 5.183,50 (Cinco mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos), decorrente do Auto de Infração nº 22927/2025, julgado em primeira instância administrativa**, conforme previsto no art. 304, inciso I, da referida Lei Complementar.

Na forma da legislação vigente, **FICA O AUTUADO INTIMADO** de que, a contar do primeiro dia útil subsequente à publicação deste edital, deverá adotar uma das seguintes providências:

- Em até 10 (dez) dias corridos: comparecer à Assessoria Técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMA, localizada na Rua General Osório, nº 81, 3º andar, Centro, Porto Velho – RO, das 8h às 14h (segunda a sexta-feira), a fim de efetuar o pagamento da multa ou firmar o Termo de Compromisso Ambiental (TCA), se cabível.

Importante: o TCA é um instrumento legal que permite ao infrator assumir o compromisso de adotar medidas corretivas e compensatórias relacionadas ao dano ambiental causado. Sua assinatura pode suspender a exigibilidade da multa, desde que todas as obrigações assumidas sejam cumpridas no prazo e forma estabelecidos, promovendo a reparação ambiental e evitando a judicialização desnecessária.

OU

- Em até 20 (vinte) dias corridos: apresentar recurso administrativo dirigido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), instância revisora de segunda e última instância, por meio de requerimento simples ou petição protocolada junto à SEMA.

ATENÇÃO: o não comparecimento para pagamento, a ausência de assinatura do TCA ou a falta de interposição de recurso no prazo legal implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa Municipal, com os devidos acréscimos legais, sendo o valor posteriormente encaminhado à cobrança executiva pela Procuradoria Geral do Município.

URBANITA OLIVEIRA CARVALHO
Chefe da Assessoria Técnica/SEMA
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Decreto nº 1.697/I, de 07 de Julho de 2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:F34AF72A

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº120/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.001013/2025-63**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 15 (quinze) diárias ao servidor abaixo relacionado para se deslocar ao Distritos de União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho, por meio de veículo oficial Mitsubishi L200 Triton Placa: RSY6D06, com o objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento de produtos agrícolas, nos períodos de 06/10/2025 a 16/10/2025, 20/10/2025, 21/10/2025, 22/10/2025, 23/10/2025, 24/10/2025, 25/10/2025 e 29/10/2025, 30/10/2025, 31/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 220 (0113445) do processo 019.001013/2025-63.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Aguinaldo da Silva Mendes	10079965	Diretor de Estradas Vicinais	Distritos de União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	NÃO
Agenor Noé Leitão	1007023	Gerente II	Distritos de União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:811D1870

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº123/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000905/2025-47**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 15 (quinze) diárias ao servidor abaixo relacionado para se deslocar ao Distrito de União Bandeirantes, por meio de veículo oficial Caminhonete Hilux - Placa: QTH9I92, com o objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento de produtos agrícolas, no período de 06/10 a 16/10/2025 e 20/10, 21/10, 22/10, 23/10, 24/10, 25/10, 29/10, 30/10, 31/10/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 225 (0114469) do processo 019.000905/2025-47.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Dario Ribeiro	294637	Supervisor de Estradas	Distrito de União Bandeirantes	15 (quinze)	NÃO

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:73CB041A

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 126/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, incisos I e III, e o artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e a Lei Complementar nº 1.000 de 07 de Janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, para compor a Comissão de Recebimento e Fiscalização de serviços relacionados ao Processo Administrativo - SEI nº019.000662/2025-47, referente a locação de banheiros ecológicos, com a seguinte composição:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO NA COMISSÃO
MÓNICA MARIA DA CONCEIÇÃO ORNELAS	1003836	GESTOR
ROMULO SIQUEIRA LIMA	10078265	FISCAL
EDIMEIA TEREZINHA SOARES FAÇANHA	1003739	FISCAL
FABÍOLA ROBERTO DA SILVA	10078455	FISCAL

Art. 2º Compete ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades de fiscalização, o acompanhamento da execução contratual, a adoção de medidas saneadoras, a elaboração de relatórios e pareceres técnicos, bem como a responsabilidade pelo recebimento definitivo do objeto.

Art. 3º Compete aos Fiscais do Contrato o acompanhamento técnico, administrativo e setorial da execução contratual, registrando ocorrências, emitindo notificações, certificando a conformidade de bens e serviços, procedendo ao recebimento provisório do objeto e subsidiando o Gestor do Contrato com informações e relatórios.

Art. 4º Os servidores ora designados deverão observar rigorosamente o princípio da segregação de funções, registrando formalmente todas as ocorrências, providências e comunicações relativas ao acompanhamento da execução contratual, sob pena de responsabilidade nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

Art. 5º Fica, por meio deste ato, revogada todas as portarias anteriores referente à esta comissão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C967B3C2

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 127/2025/SEINFRA

Porto Velho, 21 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, incisos I e III, e o artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e a Lei Complementar nº 1.000 de 07 de Janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, para compor a Comissão de Inventário e Patrimônio, com a finalidade de realizar o inventário patrimonial extraordinário e anual, bem como garantir a contínua atualização dos dados nos sistemas de controle patrimonial desta Pasta:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO NA COMISSÃO
Marinalva de Amorim Santos	10078355	Presidente
Sued David dos Santos	10079360	Membro
Tissiane Medeiros Ferreira	10078250	Membro

Art. 2º Compete à Comissão de Inventário Patrimonial para controle de Bens e Equipamentos:

I - Realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais sob responsabilidade da SEINFRA;
II - Identificar e registrar bens móveis e imóveis, equipamentos, veículos e materiais permanentes;
III - Atualizar o cadastro patrimonial, promovendo a regularização de discrepâncias encontradas;
IV - Elaborar relatórios técnicos e inventários físicos, com recomendações para gestão e conservação dos bens;
V - Propor a destinação de bens inservíveis, obsoletos ou ociosos, consoante a legislação vigente.

Art. 3º A atuação da Comissão de Inventário e Patrimônio deve observar as diretrizes legais e administrativas vigentes, assegurando eficiência, transparência e legalidade na gestão dos recursos públicos.

Art. 4ºcaberá à Comissão a atualização contínua dos dados nos sistemas de controle patrimonial, incluindo, mas não se limitando a, registros de bens, baixas, cancelamentos, leilões e demais procedimentos relacionados às suas atribuições.

Art. 5º Revoga-se integralmente a Portaria nº 049/ASTEC/SEMOB, de 10/04/2025. Edição 3957.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C222C2A4

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº128/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de outubro de 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000937/2025-42**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 15 (quinze) diárias a servidora abaixo relacionada para se deslocar aos Distritos de União Bandeirante, Região da Ponta do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do Município de Porto Velho, por meio de transporte terrestre Nissan Frontier Placa: RSY7H29, com o objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento de produtos agrícolas, nos períodos de 06/10 a 16/10/2025 e 20/10, 21/10, 22/10, 23/10, 24/10, 25/10, 29/10, 30/10, 31/10/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 225 (0114469) do processo 019.000937/2025-42.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	ADICIONAL DE DESLOCAMENTO
Ravane Fernandes Lima	271411	Operadora de Máquinas Pesadas/Supervisor de Estradas	Distritos de União Bandeirante, Região da Ponta do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do município de Porto Velho	15 (quinze)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:3466A8C4

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº129/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000936/2025-06**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 15 (quinze) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem aos Distritos de Nova Califórnia e Extrema, por meio de veículo oficial Toyota Etios, Placa: NEH4488, com o objetivo de realizar serviços para atender às seguintes demandas: acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas; conserto e manutenção de pontes e bueiros que atendem ao transporte escolar, facilitando, assim, o escoamento de produtos agrícolas, no período de 06/10 a 16/10/2025 e 20/10, 21/10, 22/10, 23/10, 24/10, 25/10 e 29/10, 30/10 e 31/10/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 222 (0113649) do processo 019.000936/2025-06.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Eder Lopes de Araújo	1007173	Supervisor de Estradas	Distritos de Nova Califórnia e Extrema	15 (quinze)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:9C3E5672

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA-SEINFRA
PORTARIA Nº 58/2025/SEINFRA

Porto Velho, 01 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, incisos I e III, e o artigo 78 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho e a Lei Complementar nº 1.000 de 07 de Janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA, para compor a Comissão de Recebimento e Fiscalização de serviços prestados pela empresa M. FRUHAUF LTDA, conforme o Contrato nº 007/PGM/2021 através do Processo nº 0600.00007907/2023-26 (Processo físico nº 10.01867- 000/2020), com a seguinte composição:

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO NA COMISSÃO
Diego Rogério de Oliveira Freitas	10079262	GESTOR
Joel Limoeiro Freire	1004545	FISCAL
Tomas Araújo pinheiro	168155	FISCAL
Rafael do Carmo Nascimento	10079139	FISCAL
Carlos Ribeiro da costa Neto	10078230	FISCAL

Art. 2º Fica, por meio deste ato, revogada todas as portarias referente à esta comissão.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6C960414

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- SMPDC
PORTARIA Nº. 22/2025/SGG/SMPDC, PORTO VELHO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no **Decreto nº 17.353, de 09 de junho de 2021**, bem como o que consta no **Processo Administrativo nº**001.000104/2025-71,

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDA: 4 (quatro) diárias ao servidor **Victor Rafael Vital Pereira**, matrícula **10080273**, **Assessor II**, para deslocar-se aos Distritos e localidades de **Agrovila Rio Verde e Ramal do Jacu, Vila do Jacu, Belmont, Cujubinzinho, Fortaleza do Abunã, Abunã, Nazaré e Humaitá/AM**, em transporte terrestre e fluvial, conforme discriminado: no dia **07/05/2025**, deslocou-se para **Agrovila Rio Verde e Ramal do Jacu**, utilizando a **caminhonete L200 Triton, placa OHV-7E09**, conduzida por **Meí Soares Reis**, matrícula **39108** (**0,5 diária**); no dia **09/05/2025**, para **Vila do Jacu**, utilizando a **caminhonete Hilux, placa SLK-7G10**, conduzida por **Elias Gabriel Martins Pereira**, matrícula **1007878** (**0,5 diária**); no dia **13/05/2025**, para **Belmont**, utilizando a **caminhonete Hilux, placa SLK-7G10**, conduzida por **Elias Gabriel Martins Pereira**, matrícula **1007878** (**0,5 diária**); no dia **14/05/2025**, para **Cujubinzinho**, utilizando a **caminhonete Hilux, placa SLK-7G10**, conduzida por **Elias Gabriel Martins Pereira**, matrícula **1007878** (**0,5 diária**); no dia **27/05/2025**, para **Fortaleza do Abunã**, utilizando a **caminhonete Fiat Strada, placa TAE-4D53**, conduzida pelo próprio servidor **Victor Rafael Vital Pereira**, matrícula **10080273** (**0,5 diária**); no dia **02/06/2025**, para **Abunã**, utilizando a **caminhonete Fiat Strada, placa TAE-4D53**, conduzida pelo próprio servidor **Victor Rafael Vital Pereira**, matrícula **10080273** (**0,5 diária**); no dia **06/08/2025**, para **Nazaré**, utilizando a **caminhonete S10, placa NCX-2091**, conduzida por **Felipe Freire da Silva**, matrícula **10080303**, e a l**ancha Bombeiros Motor 115hp**, conduzida pelo **Sargento Éder** (**0,5 diária**); e no dia **12/06/2025**, para o município de **Humaitá/AM**, utilizando a **caminhonete Fiat Strada, placa TAB-6J13**, conduzida pelo próprio servidor **Victor Rafael Vital Pereira**, matrícula **10080273** (**0,5 diária**). As atividades compreenderam ações de ajuda humanitária nas regiões atingidas pela alagação do Rio Madeira, com **entrega de cestas básicas, água mineral e hipoclorito** aos moradores em situação de vulnerabilidade nos distritos de Belmont, Cujubinzinho, Agrovila Rio Verde, Ramal do Jacu, Fortaleza do Abunã, Abunã e Vila do Jacu. Em Nazaré, foram realizadas ações de instalação de placas e fitas de sinalização em áreas de risco de desbarrancamento, em conjunto com a equipe do Corpo de Bombeiros, promovendo a segurança da população local. No município de Humaitá/AM, foi realizado o deslocamento para buscar o pintor responsável pela pintura da Igreja de Nazaré, juntamente com seus pertences. As ações contribuíram para a proteção, segurança e bem-estar das famílias afetadas, fortalecendo a presença do poder público nas comunidades ribeirinhas e assegurando a continuidade das ações emergenciais de caráter humanitário. A operação foi realizada conforme solicitação constante no Ofício/Memorando/Processo nº Ofício 73012289321/10/2025.

Nome	Matrícula	Cargo/Função	Destino	Quantidade de Diárias	Auxílio Deslocamento
Victor Rafael Vital Pereira	10080273	ASSESSOR II	Agrovila Rio Verde e Ramal do Jacu, Vila do Jacu, Belmont, Cujubinzinho, Fortaleza do Abunã, Abunã, Nazaré e Humaitá/AM.	4	-

MARCOS BERTI CAVALCANTI
Superintendente Municipal de Proteção e Defesa Civil - SMPDC
(Conforme Decreto Nº 2077/I, De 08 De Setembro De 2025).

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:472BB48F

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI
PORTARIA N° 53/SMTI/SGOV

O SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n°903, 07/07/2022 no seu art.7º, publicado no DOE n. 3259, de 08/07/2022 e tendo em vista o art. 5º, VIII da Lei Federal nº 13.709/2018.

CONSIDERANDO oArt. 30 do Decreto n. 21.393, de 07 de outubro de 2025, publicado no DOMER n° 4082 de 07.10.2025, o qual dispõe sobre a indicação de 3 (três) membros para representar a Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI no Comitê Gestor do SEI/Porto Velho.

RESOLVE:

Art. 1º.NOMEARos servidores abaixo para atuarem como membros do Comitê Gestor do SEI/Porto Velho:

NOME	MATRÍCULA	CARGO/FUNÇÃO	LOTAÇÃO
ANDRÉ HENRIQUE DA SILVA SANTOS	10076096	Agente Administrativo/Diretor de Departamento	Departamento de Qualidade e Governança - DQG/SMTI
CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI	10078790	Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa	Gabinete da Superintendência - GAB/SMTI
CAROLINE LEITE BRAGA	278954	Assistente Administrativo	Divisão de Análise de Processo - DIAP/DQG/SMTI

Art. 2º. Ficam os membros cientes das obrigações inerentes à função, referente a participação das reuniões, a votação nas deliberações, e demais competências estipuladas noDecreto n. 21.393, de 07 de outubro de 2025 e outros atos normativos complementares.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique – se.
Registra –se.
Cumpra –se.

CEZAR EDUARDO DONDONI MARINI
Superintendente Municipal de Tecnologia da Informação e Pesquisa - SMTI

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:471039C8

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 003/SML/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0511/SEMPRE/2025

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais de engenharia e arquitetura, com a finalidade de atender às demandas da Administração Pública quanto à elaboração de peças técnicas e gráficas indispensáveis à execução de obras públicas, abrangendo, entre outros, a elaboração de projetos de engenharia, arquitetura e projetos técnicos destinados à aquisição de materiais e à contratação de serviços.**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**Tecnica E Preço**DO TIPO:**LOTE**Órgão:**Prefeitura Municipal de Presidente Médici.**VALOR ESTIMADO R$**R$ 906.583,32 (novecentos e seis mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta e dois centavos).**DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:**12 de dezembro de 2025.**LOCAL**:https://licitanet.com.br/**HORÁRIO**: 09h10min horário de Brasília.**INFORMAÇÕES E/OU RETIRADA DO EDITAL**: 69 3471-4168,cpl@presidentemedici.ro.gov.br,https://licitanet.com.br/e/ouhttps://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1

Presidente Médici, 21 de outubro de 2025.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Agente de Contratação
Portaria Nº 73/SEMGOV/2023

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:0E2EA27D

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MUNICIPAL AVISO LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 107/SML/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1-1320/SEMADRH/2025

LICITAÇÃO COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DO OBJETO: Registro de Preço para aquisição de Materiais de Limpeza de uso em geral,para atender as demandas das secretarias do município de Presidente Médici/RO, por um período de 12 (doze)meses.**VALOR ESTIMADO:R$1.017.044,03 (Um milhão, dezessete mil e quarenta e quatro reais e três centavos).ÓRGÃO:**Prefeitura Municipal de Presidente Médici/RO**. DO TIPO:Menor preço POR ITEM. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:**11 de novembro de 2025,às 09h10min (horário de Brasília).**LOCAL:https://licitanet.com.br/RETIRADA DO EDITAL:www.presidentemedici.ro.gov.br/licitacoesouhttps://licitanet.com.br/**

Presidente Médici,21 de outubrode 2025.

WENDEL BRAGANÇA DIAS
Pregoeiro

Publicado por:
Kalita Duarte Antunes de Araújo
Código Identificador:2A30A9D0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA

GABINETE DO PREFEITO
2° TERMO ADITIVO CONTRATO N°30/2024

PROCESSO: 1.226/2024
Concorrência Pública n° 001/CPLP/2024

Contratante: Prefeitura Municipal de Primavera de Rondônia, CNPJ: 84.723.030.0001-16. **Contratado:** a ECOPONTES —SISTEMAS ESTRUTURAIS SUSTENTÁVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o CNPJ nº 13.613.420/0001-95, sediada na Avenida Juscelino Kubitschek, n° 2639, Jardim Mediterrâneo, na cidade de Presidente Prudente/SP. **Objeto:** CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE DEFINITIVA EM AÇO ESTRUTURAL E CONCRETO ARMADO. Objetivo do aditivo: prorrogar o prazo de execução do objeto contratado por mais 90 (noventa) dias.

LUCAS NUNES SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:C52537E8

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 013 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DAS LEIS COMPLEMENTARES N° 001/2021 E Nº 003/2021 A FIM DE PROMOVER RESTRUTURAÇÃO NECESSÁRIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte

L E I

Art. 1º Ficam alterados o seguinte artigo da Lei Complementar 001/GP/2021 e da Lei Complementar 010/GP/2024 que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 52. Não haverá remoção e cedência de servidor em estágio probatório, salvo no caso de:
I - Cedência para outro órgão ou entidade em cargos de natureza especial
II – Permuta com outros órgãos, desde que observada a compatibilidade de cargos.

Art. 2º Fica alterado o seguinte artigo da Lei Complementar 003/GP/2021 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 84. Poderá ser concedida ao servidor licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto, da madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento individual, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

[...]

§6º. A licença pode ser concedida para parte da jornada normal de trabalho, a pedido do servidor ou a critério de junta médica oficial, prevista no §1º, em consonância com o relatório social provando a indispensabilidade da assistência, previsto no §2º

§7º. A concessão da licença para parte da jornada de trabalho, prevista no §6º, deverá ser precedida de processo administrativo que contenha o relatório da junta médica oficial, indicando se a

incapacidade é temporária, com especificação de sua duração, ou definitiva.

§8º. A avaliação social de que trata o §2°, quando realizada para licença de parte da jornada normal de trabalho, havendo indicação de incapacidade temporária pela junta médica deverá ser renovada a cada 06 (seis) meses, no caso da junta médica indicar incapacidade definitiva a avaliação social deverá ser renovada a cada 12 (doze) meses.

§9. A avaliação social de que trata o §2º, quando realizada para licença de parte da jornada normal de tralho, e devidamente atestado a indispensabilidade da assistência, deverá indicar o percentual de redução da jornada de trabalho necessário para a assistência prevista no §6º, até o limite de 50% para servidores com carga horária de 40 horas semanais, e até o limite máximo de 25% para servidores com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:21F5247E

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.415 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 249.090,00 (duzentos e quarenta e nove mil e noventa reais), destinados a suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

SUPLEMENTAR:			
POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
03.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
10.301.0013.2082	**MANUT DA FROTA – PAB.**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	249.090,00	1.600.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente - Transferências Fundo a Fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.
TOTAL A SUPLEMENTAR		**249.090,00**	

Art. 2º O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, será por **Excesso de Arrecadação.**

Art.3º Fica autorizado a inserção deste orçamento nas peças orçamentárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:40B6B994

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.416 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais), destinados a Suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

ESPECIAL:			
POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
02.02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.			
26.782.0023.1279	**AQ ROLO COMPACTADOR - CV**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	495.000,00	1.700.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	25.000,00	1.500.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente – Recursos não Vinculados de Impostos.
TOTAL		**520.000,00**	

Art. 2º O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	**520.000,00**	

Art.3º Fica autorizado a inserção deste orçamento nas peças orçamentárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:2B3322C1

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1.417 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

L E I

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal a abrir no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação, no valor de R$ 419.000,00 (quatrocentos e dezenove mil reais), destinados a Suplementar a dotação orçamentária, conforme se discrimina:

ESPECIAL:
POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
02.02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

26.782.0023.1282	**AQ. DE RETROESCAVADEIRA- CV**	**Valor**	**Fonte/Recursos**
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	370.000,00	1.701.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados.
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	49.000,00	1.500.0000.0000 - Recursos do Exercício Corrente – Recursos não Vinculados de Impostos.
TOTAL		**419.000,00**	

Art. 2º O recurso para atendimento do crédito aberto no artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4.320 de 17 de março de 1964, Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	**419.000,00**	

Art.3º Fica autorizado a inserção deste orçamento nas peças orçamentárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:60294124

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 591/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1911/2025/SEMAP

R E S O L V E:
Art. 1º - Arbitrar e conceder 01 (uma) diária de campo fora do município no valor unitário de R$ 70,00 (setenta reais), em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará ao município de Parecis/RO, no dia 22 de outubro de 2025, com o objetivo de transporta calcário da Usina até a propriedade do produtor Rural. O deslocamento será realizado com os veículos oficiais Caminhão Caçamba placa SLK 6F99, conforme Memorando nº 121/SEMAP/2025(ID 387).

Claudemir Risso Matiase, Motorista. CPF: *.492.***-53; R$ 70,00 (setenta reais)**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:CFC8E479

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 592/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1918/2025/SEMSAU

R E S O L V E:

Art. 1º - Arbitrar e conceder 04 (quatro) diárias de campo fora do município, no valor unitário de R$ 70,00 (setenta reais), totalizando o valor de R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), em favor das servidoras listadas abaixo, que se deslocarão ao município de Cacoal/RO nos dias 21 e 22 de outubro de 2025, com o objetivo participar da Oficina Estadual de Qualificação da Atenção e Ampliação do Acesso à Pessoa em situação de Violência Sexual e Abortamento Legal. O descolamento ocorrerá com o veículo Oficial Toyota Etios, placa OHT 7F53. Conforme o Memorando n° 250/SEMAS/2025 (ID 448).

Geni Carneiro da Silva, Enfermeira, CPF: *.121.***-76; R$ 140,00 (cento e quarenta reais)**

Leidiane Hellmann Muczinhski, Coordenadora da Atenção Básica de saúde, CPF: *.088.***-02; R$ 140,00 (cento e quarenta reais)**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:65456799

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 593/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1901/2025/SEMSAU

R E S O L V E:

Art. 1º - Arbitrar e conceder o ressarcimento de 01 (uma) diária com pernoite, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em favor do servidor listado abaixo, que se deslocou até o município de Ji-Paraná/RO, no dia 15 de outubro de 2025, afim de transportar pacientes com procedimentos médicos agendados. O deslocamento ocorrerá com veículo oficial Fiat Grand Siena, placa RSY 8G80, conforme memorando nº 456/SEMSAU/2025 (ID 184)

Douglas Jerônimo da Silva, Motorista. CPF: *.471.***-00; R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**

Art. 2º - O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:B3A150A4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 594/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e

amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº3-1922/2025/SEMSAU.

R E S O L V E:
Art. 1º - Arbitrar e conceder 01 (una) diária sem pernoite, valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em favor do servidor listado abaixo, que se deslocará até o município de Ji-Paraná/RO, no dia 21 de outubro de 2025, afim de transportar pacientes com procedimentos médicos agendados. O deslocamento ocorrerá com veículo oficial Fiat Grand Siena, placa RSY 8H50, conforme memorando nº 462/SEMSAU/2025(ID 611).

Flavio Simioni Pereira, Motorista. CPF: *.031.***-49; R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**

Art. 2º - O prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:7C301548

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 595/GP/2025

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA/RO,no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Lei Ordinária nº 1.398/2025 e amparado pela Legislação Municipal vigente, e tendo em vista o que consta no Processo nº 3-1925/2025/SEMAF

R E S O L V E:

Art. 1º Arbitrar e conceder 06 (seis) diárias com pernoite no valor unitário de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) em favor dos servidores mencionados abaixo, que se deslocarão ao município de Porto Velho/RO, entre os dias 21 a 23 de outubro de 2025, afim de participarem do evento, Gestão Tributária Responsável: Retenção na Fonte e Educação Fiscal. Deslocamento ocorrerá com o veículo oficial Toyota SW4, placa OHM 8386. Conforme o Memorando n° 070/2025 ID 736.

Uelinton Cassio Moura Ramos, Sec. Mun. de Planejamento, CPF: *.424.***-77; R$ 1.050,00 (um mil cento e cinquenta reais)**

Reginaldo Cordeiro Pistilhi, Contador Chefe, CPF: *.567.***-53; R$ 1.050,00 (um mil cento e cinquenta reais)**

Art. 2ºO prazo máximo para prestação de contas é de 10 (dez) dias após o retorno do servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:801C4685

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE DESISTÊNCIA N°005/2025

O Prefeito do Município de Primavera de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista, o resultado final do concurso**PÚBLICO Nº 001/2022 HOMOLOGADO EM 18 DE DEZEMBRO DE 2022**,para o preenchimento de vagas de diversas carreiras no âmbito da**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA**vem publicar o**Termo de Desistência**do candidato abaixo relacionada, para provimento de cargo público

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM-40 HORAS
EQUIPE PSF- UBS FRANCISCO PEREIRA DISTRITO DE QUERÊNCIA DO NORTE

Classificação	Nome
7º	KELLY CRISTINA DO NASCIMENTO TEIXEIRA

Este termo de desistência está sendo publicado em razão do termo de desistência assinado pelo 7º colocado, obedecendo às normas do Edital de concurso.

Primavera de Rondônia/RO, em 21 de outubro de 2025.

LUCAS NUNES DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Cesar Siqueira de Lara
Código Identificador:37910295

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PORTARIA N° 021/SEMAF/2025

Portaria n° 021/SEMAF/2025

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei nº 1.379/GP/2025**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMAF/2025.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 12 (doze) dias de férias a servidora **LARISSA COUTINHO PEREIRA**, no cargo de Agente Administrativo – 40 Horas, **Mat. 1558.** pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Município de Primavera de Rondônia, lotado na **Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF.**

Período aquisitivo 11/10/2024 a 10/10/2025.
P**eríodo de gozo 03/11/2025 a 14/11/2025.**
Conforme Art. 67 da Lei Complementar nª 003/GP/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de Primavera de Rondônia/RO, aos 21 dias do mês de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Ordenador de Despesas
Lei Nº 1.379/GP/2025
Portaria nº 001/GP/2025

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:DA51576E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DE RONDONIA
PORTARIA N° 022/SEMAF/2025

Portaria n° 022/SEMAF/2025

O ORDENADOR DE DESPESAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, do Município de Primavera de Rondônia/RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei nº 1.379/GP/2025**, e tendo em vista o que consta nos Autos do requerimento de férias **SEMAF/2025.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a servidor **EDSON APARECIDO BARROS**, no cargo de Agente Administrativo – 40 Horas, **Mat. 1010.** pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Município de Primavera de Rondônia, lotado na **Secretaria Municipal de Administração e Fazenda – SEMAF.**

Período aquisitivo 30/06/2023 a 29/06/2024.
P**eríodo de gozo 03/11/2025 a 23/11/2025.**
Conforme Art. 67 da Lei Complementar nª 003/GP/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda de Primavera de Rondônia/RO, aos 21 dias do mês de outubro de 2025.

Registre-se; Publique-se e Cumpra-se.

UELINTON RICARDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Ordenador de Despesas
Lei Nº 1.379/GP/2025
Portaria nº 001/GP/2025

Publicado por:
Uelinton Ricardo da Silva
Código Identificador:8CE55F11

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
CONTRATO N°010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°209/2025-CMRC

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO–RO, pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 63.762.918/0001-98**, com sede no Município de Rio Crespo – RO, sito à Rua Governador Osvaldo Piana Filho, nº 1836, Centro, neste ato sendo representado pelo **Presidente ODAIR JOSÉ RODRIGUES**, brasileiro, casado, servidor público, portador da RG nº. *8336* SSP/RO, devidamente inscrito no **CPFn. ***.786.422-**,** podendo ser encontrado no endereço indicado acima, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **INSTITUTO RUI BARBOSA ESCOLA DEGESTÃO PÚBLICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n. 28.407.129/0001-38, com sede na Rua Professor Antonio Marcio, 850, Apto 302, Bloco 01, Bairro Maria Virgínia, CEP 31.155-480, Belo Horizonte/MG, sendo representada por GILDA IRENE DA SILVA REZENDE, Brasileira, Empresaria, portadora do CPF nº***.855.946-**, que também a este subscreve, adiante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acertado o presente contrato, que se regerá por suas cláusulas e pela Lei nº14.133/2021 e demais preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, oriundo do Processo Administrativo n°209/2025, que originou o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº010/2025-CMRC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

1.1 O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal n°14.133/21, nos documentos anexos da Inexigibilidade de Licitação n°010/2025, Processo Administrativo nº209/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento é referente ao Processo Administrativo Eletrônico, com a finalidade de atender à contratação pública voltada ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme requisitado na origem da requisição, mediante contratação direta, por meio da Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alinea f, da Lei nº14.133/2021, conforme especificações da tabela a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO 05 (CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES NO TREINAMENTO: "O LEGISLATIVO E AS EMENDAS IMPOSITIVAS MUNICIPAIS/LEI ORÇAMENTÁRIA/PPA".	UN.	05	R$1.150,00
Valor Total:				**R$5.750,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
Termo de Referência;
Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor do presente contrato é de **R$5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais)**, no qual já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência de 30 (noventa) dias, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei n°14.133/2021;
Os serviços serão garantidos pelo prazo mínimo de 30 (noventa) dias ou por um prazo superior estipulado pela CONTRATADA, contra quaisquer espécies de defeitos decorrentes da prestação dos serviços, contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as devidas correções.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por esta Casa de Leis, à contratada mediante as seguintes condições:

O pagamento pelos serviços de aperfeiçoamento e treinamento será realizado em parcela única mediante a efetiva entrega do serviço contratado, após recebimento e ateste da nota fiscal por parte da CONTRATADA;
O pagamento pelo serviço prestado será regido pela ordem cronológica disposta no Decreto Legislativo n°005/2023;
O pagamento será realizado da seguinte forma:
A nota fiscal deverá ser protocolada junto à Câmara Municipal de Rio Crespo-RO, deverá ser devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;
Havendo erro na fatura, nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento de fatura ou fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada;
A documentação de cobrança não aceita pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização;
Nenhum pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não

será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
Junto à nota fiscal a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;
A não disponibilização de informações e ou documentos exigidos acima caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação da penalidade legalmente cabível;
A critério da CONTRATANTE, os créditos existentes em favor da CONTRATADA poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;
A CONTRATANTE, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal de prestação de serviços apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
Execução parcial ou defeituosa dos serviços;
Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a CONTRATADA atenda cláusula infringida;
Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA
Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:
Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
A CONTRATANTE pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Nota de Empenho.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários financeiros necessários para a execução da contratação ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	Câmara Municipal de Rio Crespo-RO
CÓDIGO DA DESPESA	3.3.90.39
DESCRIÇÃO DA DESPESA	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por este instrumento, a CONTRATADA obriga-se a:
Cumprir rigorosamente todas as especificações dos serviços adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado deste Termo de Referência;
Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o objeto da contrata direta;
Não realizar a subcontratação de outas empresas na execução serviços
Não permtir a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade, conforme anexo II, deste contrato;
Respeitar nos estritos limites da execução do serviços, a efetiva realização durante o curso todos os modulos do curso em relação todos os itens da ementa do treinamento;
Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;
Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Por este instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:
Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento do objeto contratado;
Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na entrega e fornecimento dos bens e serviços;
Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:
Que possuírem fatura ou nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;
Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste
instrumento.
A fiscalização exercida pela Câmara Municipal de Rio Crespo, NÃO EXIME em nada a responsabilidade da empresa contratada das exigências citadas.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Por este instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:
Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento objeto contratado;
Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
Receber os serviços nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:
Que possuírem fatura ou nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;
Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelo Fiscal de Contratos Públicos no âmbito da Câmara Municipal de Rio Crespo-RO, mediante designação da Lei nº1.046/2022, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).
Fica instituída a Sra. Edna Maria Pereira, matrícula funcional n°4001, como Fiscal de Contratos Públicos mediante Decreto Legislativo n°014/2022-CMRC;
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais

circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito
sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
A fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MATRIZ DE ALOCAÇÃO RISCO

Constitui riscos a serem suportados pelo **CONTRATANTE:**
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Constituem riscos a serem suportados pelo **CONTRATADO:**
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Atender às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei.

Suportar os Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Integra esse contrato com clausula assessoria o ANEXO I, da Matriz de Gerenciamento de Risco do Objeto da Contratação Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente, garantindo-se a ampla defesa e considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:
Não cumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos ou projetos;
Lentidão no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a considerar a impossibilidade da execução do fornecimento nos prazos estipulados;
Atraso injustificado no início da entrega dos bens.;
Decretação da falência, concordata da firma ou a insolvência civil de qualquer de seus sócios;
Dissolução da sociedade;
Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
13.11 Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO LOCAL DE ENTREGA

14.1 Os objetos descritos neste Contrato deverão ser entregues/executados no Prédio da Câmara Municipal de Rio Crespo - RO, situada na Rua Governador Osvaldo Piana Filho, n° 1836, Centro, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Em se tratando de contratação por inexigibilidade de licitação, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o Foro da Comarca de

Ariquemes/RO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Rio Crespo – RO, 21 de Outubro de 2025.

Câmara Municipal De Rio Crespo-RO
Contratante
ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente Da Câmara Municipal

Instituto Rui Barbosa Escola De Gestao Publica LTDA
GILDA IRENE DA SILVA REZENDE
Representante Legal

Câmara Municipal De Rio Crespo/RO
EDNA MARIA PEREIRA
Fiscal De Contratos Públicos
DEC. LEG. N°014/2022-CMRC

TESTEMUNHAS:
NOME: CPF: . . -

NOME: CPF: . . -

Publicado por:
Elisângela da Silva Almeida
Código Identificador:41D5A496

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
CONTRATO N°011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°212/2025-CMRC

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO–RO, pessoa Jurídica de Direito Público, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 63.762.918/0001-98**, com sede no Município de Rio Crespo – RO, sito à Rua Governador Osvaldo Piana Filho, nº 1836, Centro, neste ato sendo representado pelo **Presidente ODAIR JOSÉ RODRIGUES**, brasileiro, casado, servidor público, portador da RG nº. *8336* SSP/RO, devidamente inscrito no **CPFn. ***.786.422-**,** podendo ser encontrado no endereço indicado acima, doravante denominada **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **57.058.130 WEBERSON DE OLIVEIRA SOUZA**, inscrita sob CNPJ n°57.058.130/0001-00 com sede na Rua João Batista Figueiredo, 2076, Centro, São Miguel do Guaporé/RO sendo representada por WEBERSON DE OLIVEIRA SOUZA, brasileiro, empresário, portador do CPF nº***.858.282-**, que também a este subscreve, adiante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acertado o presente contrato, que se regerá por suas cláusulas e pela Lei nº14.133/2021 e demais preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e

disposições de direito privado, oriundo do Processo Administrativo n°212/2025, que originou o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº011/2025-CMRC.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

1.1 O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal n°14.133/21, nos documentos anexos da Inexigibilidade de Licitação n°011/2025, Processo Administrativo nº212/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento é referente ao Processo Administrativo Eletrônico, com a finalidade de atender à contratação pública voltada ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme requisitado na origem da requisição, mediante contratação direta, por meio da Inexigibilidade de Licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alinea f, da Lei nº14.133/2021, conforme especificações da tabela a seguir:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES NO TREINAMENTO: "POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO".	UN.	03	R$1.600,00
Valor Total:				**R$4.800,00**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição;
Termo de Referência;
Proposta da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor do presente contrato é de **R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, no qual já estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

O contrato terá vigência de 30 (noventa) dias, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei n°14.133/2021;
Os serviços serão garantidos pelo prazo mínimo de 30 (noventa) dias ou por um prazo superior estipulado pela CONTRATADA, contra quaisquer espécies de defeitos decorrentes da prestação dos serviços, contados da data efetiva da entrega, devendo a contratada, após a comunicação do contratante, providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as devidas correções.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado por esta Casa de Leis, à contratada mediante as seguintes condições:

O pagamento pelos serviços de aperfeiçoamento e treinamento será realizado em parcela única mediante a efetiva entrega do serviço contratado, após recebimento e ateste da nota fiscal por parte da CONTRATADA;
O pagamento pelo serviço prestado será regido pela ordem cronológica disposta no Decreto Legislativo n°005/2023;

O pagamento será realizado da seguinte forma:
A nota fiscal deverá ser protocolada junto à Câmara Municipal de Rio Crespo-RO, deverá ser devidamente atestada pelo setor responsável pelo seu recebimento e pelo servidor designado para esse fim, com o respectivo comprovante de que a prestação do serviço foi realizada a contento. Serão feitos descontos dos impostos devidos se for o caso;
Havendo erro na fatura, nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pela fiscalização da CONTRATANTE e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento de fatura ou fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratada;
A documentação de cobrança não aceita pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções, com as informações que motivaram sua rejeição pela fiscalização;
Nenhum pagamento será efetuado à empresa CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;
Junto à nota fiscal a CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e Trabalhista;
A não disponibilização de informações e ou documentos exigidos acima caracteriza descumprimento de cláusula contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação da penalidade legalmente cabível;
A critério da CONTRATANTE, os créditos existentes em favor da CONTRATADA poderão ser utilizados para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras responsabilidades desta última;
A CONTRATANTE, sem prejuízo de exercer outras prerrogativas contratuais, poderá sustar o pagamento de qualquer nota fiscal de prestação de serviços apresentada pela CONTRATADA, no todo ou em parte, nos seguintes casos:
Execução parcial ou defeituosa dos serviços;
Não cumprimento da obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até a CONTRATADA atenda cláusula infringida;
Paralisação dos serviços por culpa da CONTRATADA
Ocorrerá retenção ou glosa no pagamento sem prejuízo das sanções cabíveis, nas hipóteses em que a Contratada:
Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
Deixar de utilizar materiais/equipamentos e recursos humanos exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
A CONTRATANTE pagará apenas pelos bens autorizados e descritos na Nota de Empenho.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários financeiros necessários para a execução da contratação ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	Câmara Municipal de Rio Crespo-RO
CÓDIGO DA DESPESA	3.3.90.39
DESCRIÇÃO DA DESPESA	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Por este instrumento, a CONTRATADA obriga-se a:
Cumprir rigorosamente todas as especificações dos serviços adquiridos, conforme condições e exigências estabelecidas na Cláusula do Prazo e das Condições de Execução do Objeto contratado deste Termo de Referência;
Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito, qualquer anormalidade no fornecimento do presente instrumento e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
Manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação que lhes foram exigidas, de acordo com o artigo 65, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Não transferir/subcontratar no todo ou em parte, o objeto da contrata direta;
Não realizar a subcontratação de outas empresas na execução serviços
Não permtir a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade, conforme anexo II, deste contrato;
Respeitar nos estritos limites da execução do serviços, a efetiva realização durante o curso todos os modulos do curso em relação todos os itens da ementa do treinamento;

Responsabilizar-se pelos encargos resultantes da execução do fornecimento;
Todo e quaisquer itens não previstos da proposta comercial/especificação técnica, bem como serviços não utilizados, não poderão ser cobrados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Por este instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:
Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento do objeto contratado;
Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na entrega e fornecimento dos bens e serviços;
Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos materiais ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
Receber os bens nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:
Que possuírem fatura ou nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;
Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste
instrumento.
A fiscalização exercida pela Câmara Municipal de Rio Crespo, NÃO EXIME em nada a responsabilidade da empresa contratada das exigências citadas.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Contrato pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Por este instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:
Proporcionar todas as condições para viabilizar o início do fornecimento objeto contratado;
Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
Receber os serviços nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
Recusar/devolver os bens/serviços nas seguintes hipóteses:
Que possuírem fatura ou nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Termo de Referência;
Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste instrumento

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização será exercida pelo Fiscal de Contratos Públicos no âmbito da Câmara Municipal de Rio Crespo-RO, mediante designação da Lei nº1.046/2022, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dará ciência a contratante (art. 117 da Lei nº 14.133/2021).
Fica instituída a Sra. Edna Maria Pereira, matrícula funcional n°4001, como Fiscal de Contratos Públicos mediante Decreto Legislativo n°014/2022-CMRC;
O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
A fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
A fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – MATRIZ DE ALOCAÇÃO RISCO

Constitui riscos a serem suportados pelo **CONTRATANTE:**
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Constituem riscos a serem suportados pelo **CONTRATADO:**
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
Atender às alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do **caput** do art. 124 desta Lei.

Suportar os Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Integra esse contrato com clausula assessoria o ANEXO I, da Matriz de Gerenciamento de Risco do Objeto da Contratação Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente total ou parcialmente, garantindo-se a ampla defesa e considerando-se especialmente as seguintes hipóteses:
Não cumprimento de qualquer uma das cláusulas contratuais, especificações e prazos;
Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, prazos ou projetos;
Lentidão no seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a considerar a impossibilidade da execução do fornecimento nos prazos estipulados;
Atraso injustificado no início da entrega dos bens.;
Decretação da falência, concordata da firma ou a insolvência civil de qualquer de seus sócios;
Dissolução da sociedade;
Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade administrativa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
13.11 Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a reter os créditos a que tem direito, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO LOCAL DE ENTREGA

14.1 Os objetos descritos neste Contrato deverão ser entregues/executados no Prédio da Câmara Municipal de Rio Crespo - RO, situada na Rua Governador Osvaldo Piana Filho, n° 1836, Centro, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

Em se tratando de contratação por inexigibilidade de licitação, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DO FORO

Para dirimir questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o Foro da Comarca de

Ariquemes/RO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

Rio Crespo – RO, 21 de Outubro de 2025.

Câmara Municipal De Rio Crespo-RO
Contratante
ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente Da Câmara Municipal

57.058.130 Weberson De Oliveira Souza
WEBERSON DE OLIVEIRA SOUZA
Representante Legal

Câmara Municipal De Rio Crespo/RO
EDNA MARIA PEREIRA
Fiscal De Contratos Públicos
Dec. Leg. N°014/2022-CMRC

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF: . . -

NOME:
CPF: . . -

Publicado por:
Elisângela da Silva Almeida
Código Identificador:131AFC43

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
PORTARIA Nº 120/2025

DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

ODAIR JOSÉ RODRIGUES, Presidente da Câmara Municipal de Rio Crespo – RO, no uso de suas atribuições legais no exercício da Presidência desta Câmara Municipal,

CONSIDERANDO que postulado pelo **PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA**, esteado pela Lei de Acesso a Informação (Lei Federal n. 12.527/2011), e os atos regulamentares editados pela Câmara Municipal de Rio Crespo-RO;

CONSIDERANDO as regras e instrumentos para o **GOVERNO DIGITAL** e para o aumento da eficiência pública, disciplinados pela **Lei Federal n. 14.129/2021**;
CONSIDERANDO o disposto no Art. 1º, da Lei Federal n.13.726/2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.941/2021, que disciplina o uso compulsório por meio virtual para a instauração, manutenção e arquivamento de **PROCESSOS E ATOS ADMINISTRATIVOS** e **GERENCIAMENTO ELETRÔNICOS DE DOCUMENTOS** no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública municipal direta e indireta do município de Rio Crespo – RO;
CONSIDERANDO o disposto na Art. 2º, inc. IV, da Lei Municipal n. 867/2019, alterado pela Lei Municipal n.1.186/2024; e
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Legislativo Municipal n. 017/2022-CMRC, e no Decreto Legislativo Municipal n. 010/2023,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder 3,0 (três diárias com valor integral/com pernoite) e 1,0 (uma diária com valor reduzido/sem pernoite), para os Vereadores descritos abaixo, conforme valores previstos nos anexos I e II, da Lei Municipal n° 1.186/2024, em razão da Proposta do Beneficiário, postulada nos autos do Processo Administrativo nº 228/2025.

DIOMAR ANTONIO CASTOLDI, CPF nº *.155.202-**;**
ELISANA SIRIACO DO CARMO, CPF nº *.238.668-**;**
FAGNER DE SOUZA CARDOSO, CPF nº *.824.512-**;**
RIVELINO DIAS, CPF nº *.069.609-**,**
ROSELINA MIRANDA MUCHINSKI, CPF n° *.917.902-**.**

Art. 2º. O beneficiário, no prazo de até 05 (cinco) dias contados do retorno à sede do município, fará juntada no processo de concessão, a comprovação de despesas do presente deslocamento institucional, de treinamento e/ou a serviço do órgão.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se para o conhecimento público.

Câmara Municipal de Rio Crespo – RO, 21 de outubro de 2025.

ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Valterclei da Silva Venancio Bueno
Código Identificador:03D8F4EC

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº010/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº209/2025
OBJETO
Contratação de empresa visando o fornecimento de 05 (CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "O LEGISLATIVO E AS EMENDAS IMPOSITIVAS/LEI ORÇAMENTÁRIA/PPA", conforme DFD's (Documento de Formalização de Demanda), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e, Memorando n°209/2025, da Unidade de Protocolo, autorizado pelo Presidente desta Casa de Leis.
EMPRESA CONTRATADA

CONTRATADO: INSTITUTO RUI BARBOSA ESCOLA DE GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ Nº: 28.407.129/0001-38

VALOR

A presente contratação tem o valor total fixado em **R$5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais)**, conforme DFD (Documento de

Formalização de Demanda) em anexo e, ETP (Estudo Técnico Preliminar).

Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor Unit. R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE 05 (CINCO) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "O LEGISLATIVO E AS EMENDAS IMPOSITIVAS/LEI ORÇAMENTÁRIA/PPA".	UN.	05	1.150,00
Valor Total R$				5.750,00

FUNDAMENTO LEGAL

A Lei 14.133/21, de 01 de Abril de 2021, demonstra a possibilidade de inexigibilidade de

licitação quando da existência de inviabilidade de licitação, como presente nos dispositivos a seguir (grifo nosso):

Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
III - *C*ontratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

DA RELAÇÃO DOS VEREADORES/SERVIDORES QUE RECEBERÃO OS SERVIÇOS

N°	NOME	CARGO/FUNÇÃO	ATO NORMATIVO
1	DIOMAR ANTÔNIO CASTOLDI	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
2	ELISANA SIRIACO DO CARMO	VEREADORA	MANDATO ELETIVO
3	FAGNER DE SOUZA CARDOSO	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
4	RIVELINO DIAS	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
5	ROSELINA MIRANDA MUCHINSKI	VEREADORA	MANDATO ELETIVO

FONTE DE RECURSOS

Os recursos orçamentários financeiros necessários para a execução da contratação ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Câmara Municipal de Rio Crespo-RO;
Código da despesa:	3.3.90.39
Descrição da despesa:	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de contratação de serviço de treinamento e qualificação de pessoal, justifica- se a hipótese de inexigibilidade de licitação.

DESPACHO
REQUISIÇÃO:
Com o exaurimento da fase de julgamento e habilitação do processo administrativo de contração direta mediante inexigibilidade de licitação, encaminho o processo em epígrafe para apreciação da autoridade competente.
REQUISITANTE:
MAIKON LUCAS FRESCHA DIAS
Agente de Contratação
Decreto Legislativo Municipal n°015/2022
Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)
AUTORIDADE COMPETENTE DA CONTRATAÇÃO
Nos termos do art. 71, IV da Lei n. 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente contratação.

ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente/Ordenador
Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)

Rio Crespo – RO, 20 de Outubro de 2025.

Publicado por:
Elisângela da Silva Almeida
Código Identificador:D1E1CC1C

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CRESPO
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº011/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº212/2025

OBJETO
Contratação de empresa visando o fornecimento de 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO", conforme DFD's (Documento de Formalização de Demanda), Estudo Técnico Preliminar (ETP) e, Memorando n°212/2025, da Unidade de Protocolo, autorizado pelo Presidente desta Casa de Leis.
EMPRESA CONTRATADA

CONTRATADO: 57.058.130 WEBERSON DE OLIVEIRA SOUZA
CNPJ Nº: 57.058.130/0001-00

VALOR

A presente contratação tem o valor total fixado em **R$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**, conforme DFD (Documento de Formalização de Demanda) em anexo e, ETP (Estudo Técnico Preliminar).

Item	Especificação	Un.	Quant.	Valor Unit. R$
01	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO DE 03 (TRÊS) INSCRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES, NO TREINAMENTO "POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO".	UN.	03	1.600,00
Valor Total R$				4.800,00

FUNDAMENTO LEGAL

A Lei 14.133/21, de 01 de Abril de 2021, demonstra a possibilidade de inexigibilidade de licitação quando da existência de inviabilidade de licitação, como presente nos

dispositivos a seguir (grifo nosso):

Art. 74. *É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
III - *C*ontratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:
f) *treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;*

DA RELAÇÃO DOS SERVIDORES QUE RECEBERÃO OS SERVIÇOS

N°	NOME	CARGO/FUNÇÃO	ATO NORMATIVO
1	GERALDO DOS SANTOS	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
2	HIAGO MOREIRA GAVIOLI	VEREADOR	MANDATO ELETIVO
3	ODAIR JOSE RODRIGUES	VEREADOR	MANDATO ELETIVO

FONTE DE RECURSOS

Os recursos orçamentários financeiros necessários para a execução da contratação ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Câmara Municipal de Rio Crespo-RO;
Código da despesa:	3.3.90.39
Descrição da despesa:	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

JUSTIFICATIVA

Por se tratar de contratação de serviço de treinamento e qualificação de pessoal, justifica- se a hipótese de inexigibilidade de licitação.

contração direta mediante inexigibilidade de licitação, encaminho o processo em epígrafe para apreciação da autoridade competente.
REQUISITANTE:
MAIKON LUCAS FRESCHA DIAS
Agente de Contratação

Decreto Legislativo Municipal n°015/2022
Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)
AUTORIDADE COMPETENTE DA CONTRATAÇÃO
Nos termos do art. 71, IV da Lei n. 14.133/2021, **AUTORIZO** a presente contratação.

ODAIR JOSÉ RODRIGUES
Presidente/Ordenador
Registro Digital. (art.7º "caput", da Lei n.941/2021)

Rio Crespo – RO, 21 de Outubro de 2025.

Publicado por:
Elisângela da Silva Almeida
Código Identificador:6309899C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
AVISO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 28/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 644/2025
ARTIGO Nº. 74, INCISO III,"F" DA LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES Nº.
14.133/2021
ARTIGO Nº 25 DECRETO MUNICIPAL Nº 2265/2025

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE RIO CRESPO, ESTADO DO R O N D Ô N I A** , pessoa
jurídica de direito público interno, com sede à rua Ermelindo Milane, 1040, inscrito no CNPJ/MF nº 63.761.977/0001-41, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Senhor **EDER DA SILVA**, residente e domiciliado nesta cidade, nos termos do art. 74, inciso III, "F" da Lei Federal nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e Art. 25 do Decreto Municipal nº 2265/2025 que regulamenta as modalidades de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação em Âmbito municipal, torna público que, realiza a **I N E X I G I B I L I D A D E D E LICITAÇÃO** para **"Pagamento de taxa de inscrição, para 01 (um) servidor participar do "curso presencial de Políticas Públicas e Gestão"**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 7°, Inc. I da IN 40/2020) e (art. 18, § 1°, Inc. I da Lei n° 14.133/2021).
O presente documento manifesta a necessidade de execução de serviços de capacitação, para atender demanda da Secretaria de (SEMSU) de Rio Crespo-RO.
2.2 O foco prático e direcionado ao setor público, unindo a teoria sobre Políticas Públicas e Gestão, normativa e operacional no dia a dia da administração pública.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
O objeto pretendido pela Administração e ora processado através da hipótese de Inexigibilidade, com fulcro no art. 74, inciso III, "F" da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Art. 25 do Decreto Municipal nº 2265/2025, com as justificativas presentes nos autos encontra-se aplicado ao presente processo com as seguintes legislações:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e
Lei Federal nº. 14.133, de Abril de 2021.
Conforme exposto no art. 74, inciso III, torna-se dispensável a licitação quando o intuito da mesma possa ser constatado que tenha por finalidade garantir a adequada execução das obrigações contábeis, financeiras e fiscais do município, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e assegurando o cumprimento das exigências normativas impostas pelos órgãos de controle.

JUSTIFICATIVAS APRESENTADAS PELA SECRETARIA DEMANDANTE
Pagamento de taxa de Inscrição, para atender servidores da administração pública, referindo-se diretamente aos Departamentos da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Pagamento das Inscrição de participação do curso presencial com Treinamento: curso de Políticas Públicas e Gestão, que tem como objetivo capacitar a servidora a Srª Erika Dos Santos De Faria Araujo. A participação trará benefícios diretos as rotinas da administração, permitindo a implementação de soluções tecnológicas que poderão gerar economia de tempo e recursos, além de fomentar a cultura de inovação no serviço público municipal.

Item	Descrição	Quant.	Valor unit.	Valor total
1	PAGAMENTO INSCRIÇÕES DE CURSOS TREINAMENTOS	01	R$ 1.600,00	R$ 1.600,00

FORNECEDOR: Weberson de Oliveira Souza CNPJ 57.058.130/0001-00.

VALOR TOTAL: R$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais).

CONTRATAÇÃO
O presente processo será instaurado na forma direta, sem disputa eletrônica, visando a celeridade do processo, cumprindo todo as as obrigatoriedades de publicidade e transparência, potencial de economicidade e atendimento ao disposto na NLL; garantindo que o vencedor seja aquele que ofertou menor valor da pesquisa de preço.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O valor será pago de forma parcelada a cada dia 30 (trinta) dias.
O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente pela fiscalização do contrato, através da nota fiscal apresentada.
Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
O prazo de execução dos serviços será de 02 (dois) dias, sendo o evento realizado na forma presencial entre os dias 22 e 24 de outubro de 2025, com carga horária total de 16 horas., na forma descrita na programação divulgada pela organização do evento anexada aos autos.
A programação do evento com os horário, os temas das palestras e os palestrantes, bem como a dinâmica das oficinas, pode ser consultada nos autos do processo nº 644/2025.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2025; consta nos autos do processo parecer contábil e reserva de saldo.
Fonte e recurso para atender provável despesa: Orçamentária
Função programática: **05.001.04.122.0050.2.060. Manutenção e Apoio Administrativo ás atividades da SEMSU**
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

DO FORO
O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente I N E X I G I B I L I D A D E , independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Ariquemes/RO.

DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO
Considerando o acima exposto acolho as justificativas apresentadas para a I n e x i g i b i l i d a d e de Licitação e AUTORIZO publicação no site oficial do Município.

RATIFICAÇÃO DO ATO

Considerando as manifestações do Parecer Juridico no ID 112446 a cerca da legalidade do processo, **Ratifico e Homologo** o processo da

contratação por Inexigibilidade de Licitação. Realizar a publicação dos atos na AROM, PNCP e Portal Transparência do Município, devolução aos solicitantes para solicitar empenhos e acertar com o fornecedor a prestação de serviço.

Rio Crespo, 20 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:842601F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2396/2025. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.

O Prefeito do município de Rio Crespo, **Estado de Rondônia**, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 1273/2025 de 20/10/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do Município, no valor de **R$ 20.701,89 (vinte mil setecentos e um reais e oitenta e nove centavos)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

11.000.00.000.0000.0.000.	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E ESTRADAS RURAIS - SEMOER	
11.001.00.000.0000.0.000.	Secretaria de Obras e Estradas Rurais	
11.001.26.782.0052.2.067.	Ações Infraestrutura em Transportes, com recursos da CIDE	
258 - 3.3.90.39.00.00 27500000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		20.701,89
Total Suplementação:		**20.701,89**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Crespo, Estado de Rondônia, em 21/10/2025.

EDER DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:4E926A36

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
DECRETO Nº 2397/2025-GAB/PMRC. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre a criação da Comissão Intersetorial para Elaboração do Documento-base do Plano Municipal de Educação para o decênio 2026- 2036 do município de Rio Crespo – RO e dá outras providências.

EDER DA SILVA, **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO - RO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos arts. 30, VI, 204, 205, 206, VI, 211, § 2º, 212, 214 e, em especial, no 227, que determina prioridade absoluta ao atendimento de direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
CONSIDERANDO o disposto Na Resolução nº 171/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente, em âmbito estadual, distrital e municipal;
CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2015, que institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.257/2016 - Marco Legal da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas pela Primeira Infância, particularmente no art. 8º, que prevê o pleno atendimento dos direitos da criança na primeira infância constitui objetivo comum de todos os entes da Federação, segundo as respectivas competências constitucionais e legais, a ser alcançado em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
CONSIDERANDO o disposto nas leis setoriais de saúde (nº 8.080/1990 - SUS), assistência social (nº 12.435/2011) e demais leis sobre cultura, esporte e lazer e proteção especial à criança;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 5.123/2021, que estabelece medidas protetivas ao direito dos estudantes ao aprendizado da língua portuguesa no estado de Rondônia;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 5304/2022, que institui diretrizes da Campanha Jovem Doador no estado de Rondônia;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº Lei nº 5.737/2024, que institui o Programa de Apoio Financeiro - PROAFI, destinado às Unidades Executoras - UEx, vinculado à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC de Rondônia;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual Complementar nº 680/2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do estado de Rondônia;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.071 de 19 de dezembro de 2022 (Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do município de Rio Crespo);
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 1.314/21-CEE/RO, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, que regulamenta os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 138/99-CEE/RO, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO o disposto no Parecer nº002/2019, do Conselho Municipal de Educação de Rio Crespo - RO;
CONSIDERANDO o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece metas e estratégias para a educação no Brasil;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
CONSIDERANDO o disposto no regulamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), instituído pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação intersetorial para a elaboração do Plano Decenal de Educação Municipal para o decênio 2026-2036, em conformidade com as diretrizes nacionais e locais de educação;
CONSIDERANDO a importância de garantir a participação da sociedade civil e das diversas áreas da administração pública municipal na formulação de políticas educacionais;
CONSIDERANDO os compromissos internacionais firmados pelo Brasil, em especial a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, promulgadas, respectivamente, pelos Decretos ns. 99.710/1990 e 6.949/2009, além de outros documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário;
CONSIDERANDO os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável aprovados pela cúpula da ONU, em 2015, com destaque para os que dizem respeito aos diretos das crianças, ns. 1, 2 e 10, sobre a redução da pobreza e das desigualdades, a partir da infância; n. 3, sobre saúde e bem-estar; n. 4, sobre educação de qualidade a partir da educação infantil e n. 6, sobre água limpa e saneamento;

CONSIDERANDO os princípios e as diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância e seus objetivos e metas, elaborados pela Rede Nacional Primeira Infância e aprovado pelo CONANDA, em dezembro de 2010; e
CONSIDERANDO os Planos Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social e os demais planos setoriais.

DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica criada a Comissão Intersetorial para Elaboração do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal para o decênio 2026-2036, do município de Rio Crespo, com a finalidade de coordenar e articular ações voltadas à construção do referido plano, garantindo a participação democrática e o respeito às diretrizes nacionais e locais de educação.

Parágrafo Único. A Prefeitura Municipal de Rio Crespo, proporcionará todas as condições, remuneração e recursos, necessários para o funcionamento regular da Comissão.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURAÇÃO

Art. 2º - A Comissão Intersetorial para Elaboração do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal terá como objetivos:
– organizar e coordenar as ações necessárias para a elaboração do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal para o decênio de 2026-2036;
– assegurar a integração das políticas públicas voltadas à educação no município;
– garantir a participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e de outros setores da administração pública municipal no processo de construção do plano;
– promover a articulação com as diretrizes do Plano Nacional de Educação e com os objetivos do Plano Estadual de Educação, visando à adequação às demandas locais;

Art. 3º - A Comissão Intersetorial será composta por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos municipais e entidades:

– Secretaria Municipal de Educação - Presidente da Comissão;
Titular: ELISANGELA CRISTINA COSTA CARDOSO - Mat. nº 648
Suplente: MARCIA DOTINA RODRIGUES – Mat. nº 1296

– Secretaria Municipal de Cultura;
Titular: NICOLE BERNARD RODRIGUES AMARAL- Mat. nº 1979.
Suplente: ANTONIO MENDES DE SOUZA – Mat. nº 581.

– Secretaria Municipal de Assistência Social;
Titular: KELLY PATRICIA BIRON TRINDADE – Mat. nº 1936.
Suplente: KARINY DE LIMA AYRES LUCIANO – Mat. nº 1958.
– Secretaria Municipal de Finanças;
Titular: ANTONY LUIS SANTANA VEDOVATO – Mat. nº 1997.
Suplente: DIEGO BRITO DE OLIVEIRA – Mat. nº 1829.

– Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento;
Titular: FERNANDA PATRÍCIA OLIVEIRA – Mat. nº 1913
Suplente: PAULO FRANCISCO DE ARAUJO JUNIOR – Mat. nº 1959

– Secretaria Municipal de Planejamento;
Titular: LUCELIA JENIFFER GALDINO MEIRELES – Mat. nº 1995
Suplente: SAMILLA NAYARA COSTA SILVA – Mat. nº 1998

– Secretaria Municipal da Saúde;
Titular: JOCELAINE VIANA – Mat. nº 1866
Suplente: ROSANA DA SILVA

– Secretaria Municipal de Agricultura;
Titular: QUENILSI LUIZ SANTOS – Mat. nº 1935
Suplente: TALLYS OLIVEIRA MANZONI – Mat. nº 1701

XI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Titular: FABRICIA GONZAGA DE SOUZA – Mat. nº 1095
Suplente: AMAURI LUIZ DE SOUZA - Mat. nº 1905

– Associação de Pais e Mestres;
Titular: KATHIA DE ALMEIDA BUFUMAN MARTINS
Suplente: TAMIRES SUSANA DE OLIVEIRA

– Representante do Conselho Municipal de Educação;
Titular: DENISE DOS SANTOS GONÇALVES – Mat. nº 1991
Suplente: MARCOS CARLOS STEDILLE – Mat. nº 652 – 802

– Representantes dos gestores escolares da rede pública municipal;
Titular: DEISE SANTANA DA LUZ – Mat. nº 1178.
Suplente: KATIA RODRIGUES MARTINS – Mat. nº 1071.
– Representantes dos professores da rede pública municipal;
Titular: CACIA CRISTINA DE SOUSA MEIRELES CASTOLDI – Mat. nº 715 / 537.
Suplente: ELISANGELA CRISTINA COSTA CARDOSO – Mat. nº 648.
– Representantes dos alunos da rede pública municipal;
Titular: DILSA DE OLIVEIRA STOCO VELOZO – Mãe de Aluno
Suplente: MARIANE ESTEVÃO DIAS DA SILVA – Mãe de Aluno

– Representante do Conselho Tutelar;
Titular: JAINY FERRAZ MONTEIRO – Mat. nº 1842
Suplente: STEPHANNY LUANA SILVERIO DA SILVA – Mat. nº 1846

– Representante da Câmara Municipal de Vereadores;
Titular: VALTERCLEI DA SILVA VENÂNCIO BUENO – Mat. nº 11002.
Suplente: ELVAIR CÂNDIDO DE SOUZA – Mat. nº 8001.

§ 1º. A Presidência da Comissão designará um (a) membro ou técnico e respectivo suplente para secretariar a Comissão.
§ 2º. A Comissão reunir-se-á de forma ordinária ou extraordinária periodicamente, mediante convocação prévia da Presidência.
§ 3º. A Comissão poderá convidar Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas, de fóruns e movimentos de direitos da criança, do adolescente e da juventude, associações comunitárias com atuação no atendimento de direitos da criança e famílias e outras instituições públicas, para apresentarem à Comissão estudos e propostas para elaboração e aperfeiçoamento do Plano.

CAPÍTULO III
DA FORMA DE FUNCIONAMENTO
Art. 4º - A Comissão Intersetorial deverá:
– elaborar um cronograma de atividades para a construção do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal;
– realizar consultas públicas e audiências para garantir a participação da sociedade civil no processo de elaboração do Documento-base do plano;
– promover o minicenso escolar e o diagnóstico escolar, visando a coleta e análise de dados sobre as condições educacionais do município, devendo utilizar, ainda, os indicadores educacionais e sociais dos órgãos oficiais do governo;
– elaborar propostas e estratégias com base nos diagnósticos levantados, em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação e com o Plano Estadual de Educação, privilegiando as demandas locais;
– apresentar o Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal para apreciação do Fórum Municipal de Educação e para aprovação ao Conselho Municipal de Educação;
– após a aprovação do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal, encaminhá- lo ao Poder Executivo para elaboração do Projeto de Lei e encaminhamento posterior à Poder Legislativo, a quem caberá aprovar a respectiva lei;

– Promover apoio integral à equipe técnica designada para elaboração do Documento-base do Plano Decenal, a fim de proporcionar todas as condições para que a equipe desenvolva os trabalhos de construção do Plano de forma plena.

§ 1º. A Equipe Técnica de que trata o inciso VII do *caput*, será designada por meio de Portaria da Secretaria Municipal de Educação do município, devendo ser vinculada à Comissão Intersetorial, nos termos deste Decreto.
§ 2º. Para a realização dos trabalhos, a Comissão contará, no que couber, com o apoio técnico e logístico dos demais órgãos da administração municipal.
§ 3º. A Comissão poderá convidar profissionais e especialistas das diferentes áreas e sobre direitos da criança para reuniões, debates, palestras, seminários, com o objetivo de aprofundar a análise dos temas e propor sugestões para o Plano.

CAPÍTULO IV
DOS PRAZOS E DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º - A Comissão Intersetorial terá o prazo de 12 (doze) meses para concluir os trabalhos de elaboração do Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal, contados a partir da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado mediante justificativa circunstanciada a ser acatada e aprovada pelo Prefeito Municipal, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - O Documento-base do Plano Decenal de Educação Municipal deverá ser:
Validado preliminarmente pela Comissão Intersetorial, **10 (dez)** dias após a realização das audiências públicas;
Apreciado pelo Fórum Municipal de Educação em até **10 (dez)** dias após o recebimento do Documento-base;
Aprovado pelo Conselho Municipal de Educação em até **10 (dez)** dias após o recebimento do Documento-base;

Art. 7º - Após a aprovação do Documento-base pelo Conselho Municipal de Educação, o Plano Decenal deverá ser encaminhado ao Poder Executivo para elaboração do Projeto de Lei.
§1º. Preferencialmente, o Poder Executivo elaborará e encaminhará ao Poder Legislativo o Projeto de Lei no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento do Documento-base, para aprovação da lei respectiva;
§1º. Após a aprovação pelo Poder Legislativo, o Plano Decenal de Educação deverá ser sancionado pelo Prefeito Municipal, na forma regimental.

Art. 8º - A despesas decorrentes da execução das disposições deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal.

Art. 10º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº2329/2025-GAB/PMRC, de 31 de julho de 2025.

Rio Crespo – RO, 21 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:FA1BD4F4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº 5045/2025-GAB/PREF. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

***R* E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear, ao cargo de **Superintendente de Gestão de Pessoas e Políticas Remuneratório**, a Sr.ª **Beatriz de Araújo Vaz**, lotada no cargo em Comissão no Gabinete do Prefeito, constante no Anexo II, da Lei Municipal nº 853 de 01 de julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ,revogando as disposições em contrário.

Rio Crespo - RO, 21 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:252F1E31

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº 5046/2025-GAB/PREF. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

***R* E S O L V E:**

Art. 1º - Nomear, ao cargo de **CHEFE DE SEÇAO DE APOIO AOS CONSELHOS 40 HORAS**, a Sr.ª **CAMILA DA SILVA GONÇALVES**, lotada no cargo em comissão na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer constante no Anexo I, da Lei Municipal nº 1.087/2023.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Rio Crespo - RO, 21 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:2EEC211D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº 5047/2025-GAB/PMRC. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"Designa servidores para conduzir veículo objeto de Convênio firmado com o Governo do Estado de Rondônia por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO CRESPO - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o repasse de um veículo tipo caminhonete pela Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS/RO, objetivando o fortalecimento do programa Criança Protegida no âmbito dos Conselhos Tutelares Municipais;

RESOLVE:
Art. 1º - DESIGNAR e **AUTORIZAR** os servidores listados abaixo para conduzirem o veículo, sob sua responsabilidade e cuidados:

NOME	CPF
Dione Hildebrandt de Oliveira	***.238.582-**
Evangelo Ronconi	***.822.492-**
Mailson Douglas Moreira da Costa	***.717.342-**

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando, para todos os fins, a Portaria Nº 4804/2024-GAB/PMRC, de 09 de outubro de 2025.

Rio Crespo - RO, 21 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:29C11EA4

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CRESPO/RO
PORTARIA Nº 5048/2025-GAB/PREF. DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDER DA SILVA, Prefeito Municipal de Rio Crespo - RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso IV, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art.1º - Fica nomeada a Sr.ª **MARIA HELENA DO NASCIMENTO**, na qualidade de suplente, no período de 01 (um) ano para assumir o cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR DA INFANCIA E JUVENTUDE** do Município de Rio Crespo/RO, em substituição a titular, Sr.ª **BEATRIZ DE ARAUJO VAZ**, que estará afastada temporariamente, nos termos da Resolução 231 do CONANDA, para posse em outro cargo público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições ao contrário.

Rio Crespo - RO, 21 de outubro de 2025.

EDER DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilaine Pereira Rodrigues
Código Identificador:D31FFA06

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA N° 023/2025

NOELI SOUZA BRANDÃO, ASSESSORA TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA - ESTADO DE RONDÔNIA, faz saber o conteúdo da presente RETIFICAR a Portaria n° 892/2025 - concessão de licença prêmio em nome da Servidora Municipal Srª MARLY ORCINO BOECHAT MOREIRA.

ONDE SE LÊ:

Portaria nº 892/2025.

LEIA-SE:

Portaria nº 812/2025.

NOELI SOUZA BRANDÃO
Assessora Técnica de Recursos Humanos
Matr. nº 6643

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:111FE6D6

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 848/2025.

"Dispõe Sobre a Designação de Servidor (a) Como Fiscal da Ata de registro de preço nº 025/2025, do Processo filhote nº 5801/2025 e 5802/2025, cujo objeto é: Contratação de Sistema de autogestão de frota, com abastecimento de combustíveis (óleo diesel comum, S10 e gasolina reagente, lubrificante) – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura; e considerando o contido no Memorando nº. 089/CONTROLE DE FROTAS/SEMOSP/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** o (a) senhor (a) de Identidade RG nº 1XXX208 SESDEC /RO e CPF: 021.XXX.XXX-07, **RODRIGO SCALZER SILVA**, Matr. 6XX5, Como Fiscal da Ata de registro de preço nº 025/2025, do Processo filhote nº 5801/2025 e 5802/2025, cujo objeto é: Contratação de Sistema de autogestão de frota, com abastecimento de combustíveis (óleo diesel comum, S10 e gasolina reagente, lubrificante) – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 17 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:5D4B0613

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 853/2025.

"Dispõe Sobre a Designação dos (das) Servidores (as) Como Fiscal de contrato Substituto e Gestor de contrato, referente ao Processo Administrativo nº 5751/2025– Objeto: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- CONVENIO N° 865674/2018/CONV- MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA- SEMAGRI".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no Memorando nº. 305/SEMAGRI/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** (os) Servidores (as) como Fiscal de contrato, e Gestor de contrato, referente ao Processo 5751/2025– Objeto: ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS- CONVENIO N° 865674/2018/CONV- MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA- SEMAGRI, sendo:

Fiscal de Contrato: HELIO ANTONIO CAETANO–Matr.4XX1.
Gestor (a) de Contrato: ANDERSON MARCHINI LUZZI – Matr.30XX7
Art. 2º -Os (as) servidores (as) desempenhará os relevantes serviços sem ônus adicionais para o município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 20 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:1E0A2AB8

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 854/2025

"Dispõe sobre a designação de Servidor Municipal como Gestor da Parceria, com poderes de controle e fiscalização".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no memorando nº 303/SEMAGRI/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - **DESIGNAR** o (a) Servidor (a) Público (a) Municipal **HELIO ANTONIO CAETANO,** Matr.4141 (VIGIA - 40H), lotado (a) na Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, para ser Gestor de Parceria, vinculado ao processo nº 6168/2025-SEMAGRI, cujo objeto é o chamamento público para credenciamento de unidades receptoras para destinação de equipamentos agrícolas remanescentes, não entregues no chamamento público nº 001/2025 conforme registrado em ata de prorrogação de prazo (07/05/2025) e ata encerramento de prazo (22/05/2025), em virtude da ausência de novas inscrições por parte da organizações da sociedade civil. A nomeação do servidor é essencial para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como garantir a transparência do chamamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 20 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:8F7B2761

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 855/2025.

"Dispõe Sobre a Designação dos (das) Servidores (as) Como Fiscal de contrato Substituto e Gestor de contrato, referente ao Processo Administrativo nº 6168/2025– Objeto: Fiscalização e gestão chamamento público para credenciamento de unidades receptoras para destinação de equipamentos agrícolas remanescentes. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA-SEMAGRI".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no Memorando nº. 302/SEMAGRI/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** (os) Servidores (as) como Fiscal de contrato, e Gestor de contrato, referente ao Processo nº 6168/2025-SEMAGRI, cujo objeto é o chamamento público para credenciamento de unidades receptoras para destinação de equipamentos agrícolas remanescentes, não entregues no chamamento público nº 001/2025 conforme registrado em ata de prorrogação de prazo (07/05/2025) e ata encerramento de prazo (22/05/2025), em virtude da ausência de novas inscrições por parte da organizações da sociedade civil. A nomeação do servidor é essencial para assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como garantir a transparência do chamamento, sendo:

Fiscal de Contrato: LUIS ANTONIO REBOLO–Matr.30XX8.
Gestor (a) de Contrato: ANDERSON MARCHINI LUZZI – Matr.30XX7
Art. 2º -Os (as) servidores (as) desempenhará os relevantes serviços sem ônus adicionais para o município.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 20 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:A4AC41C6

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 856/2025.

"Dispõe Sobre a Designação dos (das) Servidores (as) Como Fiscal de contrato, fiscal Substituto e Gestor de contrato, referente ao Contrato de nº 166/2025 e do Processo Administrativo nº 4942/2025 – Contratação de empresa especializada em recapeamento em CBUQ de Ruas e Avenidas do Distrito de Nova Estrela – plano de ação nº 09032023-037723".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura e considerando o contido no Memorando nº. 301/SEMOSP/2025.

RESOLVE:
Art. 1º - **DESIGNAR** (os) Servidores (as) como Fiscal de contrato, fiscal Substituto e Gestor de contrato, referente ao Contrato de nº 164/2025 e do Processo Administrativo nº 4942/2025 – Contratação de empresa especializada em recapeamento em CBUQ de ruas e avenidas do Distrito de Nova Estrela – plano de ação nº 09032023-037723, sendo:

Fiscal de Contrato: ELIOMAR MONTEIRO DA SILVA–Matr.30XX3.
Fiscal de Contrato Substituto (a): CARLOS TEODORO DE OLIVEIRA – Matr. XX.
Gestor (a) de Contrato: BRUNA DE ARAUJO DANTAS–Matr. 30XX9.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

Rolim de Moura, 21 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:5806EF72

COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 857/2025.

"Revoga a Portaria nº 516/2025, que dispõe sobre a Cedência do Servidor Municipal Sr. JORGE JULIO BOTELHO".

ALDAIR JULIO PEREIRA, Prefeito Municipal de Rolim de Moura, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso VI da

Lei Orgânica do Município de Rolim de Moura, considerando o Memorando nº 100/AMEROLIM/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º - **REVOGAR** a Portaria nº 516/2025, que dispõe sobre a Cedência do Servidor Municipal Sr. **JORGE JULIO BOTELHO** Matr. 3XX, para a Autarquia Municipal de Esportes - AMEROLIM.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Rolim de Moura, 21 de outubro de 2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Noeli Souza Brandão
Código Identificador:926806C7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 66/2025 ELETRÔNICO

O departamento de licitações do Município de Rolim de Moura - RO torna público para conhecimento dos interessados, **AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**, modalidade "**PREGÃO ELETRÔNICO**", tipo "**MENOR PREÇO**" por "**ITEM**", modo de disputa "**ABERTO**", concernente a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA/RO, NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 865674/2018, CELEBRADO COM O GOVERNO FEDERAL POR MEIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (MIDR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.** Valor estimado R$ 248.211,08 (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e onze reais e oito centavos). Abertura da sessão dia 04 de Novembro de 2025 às 09:00 horas (horário de Brasília), o portal gerenciador desta licitação será o LICITANET (www.licitanet.com.br). Da autorização: Processo Administrativo Nº 5751-2025. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 07:30 às 13:30 horas horário de Rondônia, de segunda à sexta-feira na Av. João Pessoa 4478 - centro ou pelo telefone n.º (69) 3442-3100, e também no Portal Transparência do município de Rolim de Moura, no site eletrônico www.rolimdemoura.ro.gov.br.

Rolim de Moura, 21 de Outubro de 2025.

GILDO LIMANA
Portaria 553/2025
Pregoeiro

Publicado por:
Gildo Limana
Código Identificador:B759F951

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 6.778/2025

"Altera o Decreto nº 6.715, de 30 de julho de 2025 que: "Dispõe sobre a Criação do Núcleo de Gestão e Regulação-NGR, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada - Mais Acesso a Especialistas-PMAE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 65, VI, da Constituição do Município;

CONSIDERANDO o Memorando nº 384/SEMUSA/2025.

DECRETA:

Art. 1º Altera a composição do NÚCLEO DE GESTÃO E REGULAÇÃO-NGR, criado por meio do Decreto nº 6.716, de 30 de julho de 2025, a saber:

~~*Art. 3º O NÚCLEO DE GESTÃO E REGULAÇÃO-NGR será composto por:*~~
~~*I - FERNANDO LOPES ANTONIO - Coordenador;*~~
~~*II - ELIANE BARBOSA EVANGELISTA - Apoio na regulação e avaliação de serviços;*~~
~~*III - MARCILIO GOMES DE SOUZA - Suporte ao sistemas de regulação;*~~
~~*IV - ERACI DE LIMA - Representante do SAME;*~~
~~*V - OZIEL SOARES CAETANO - Representante da Atenção Especializada*~~
~~*VI - SOLANGE FERREIRA JORDÃO - Apoio Administrativo de Monitoramento de Indicadores.*~~
Art. 3º O NÚCLEO DE GESTÃO E REGULAÇÃO-NGR será composto por:
I - Coordenador
FERNANDO LOPES ANTONIO
II - Apoio na Regulação e Avaliação de Serviços
ELIANE BARBOSA EVANGELISTA
III - Suporte ao Sistemas de Regulação
MARCILIO GOMES DE SOUZA
IV - Representante do SAME
ERACI DE LIMA
V - Representante da Atenção Especializada
OZIEL SOARES CAETANO - do Hospital Municipal Amélio João da Silva
GEOVANI ROCHA VIVAN - do Centro de Especialidades Médicas Marinha Andrade Rocha
VI - Apoio Administrativo de Monitoramento de Indicadores
SOLANGE FERREIRA JORDÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Rolim de Moura/RO, 20 de outubro de 2025.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:E5F67BB4

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
DECRETO Nº 6.779/2025

"Altera o Decreto nº 6.716, de 30 de julho de 2025 que: "Dispõe sobre a criação do Núcleo de Gestão do Cuidado-NGC, no âmbito do Programa Nacional de Expansão e Qualificação da Atenção Ambulatorial Especializada - Mais Acesso a Especialistas-PMAE".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 65, VI, da Constituição do Município;

CONSIDERANDO o Memorando nº 384/SEMUSA/2025.

DECRETA:

Art. 1º Altera a composição do NÚCLEO DE GESTÃO DO CUIDADO-NGC, criado por meio do Decreto nº 6.716, de 30 de julho de 2025, a saber:
~~*Art. 3º O NÚCLEO DE GESTÃO DO CUIDADO-NGC será composto por:*~~
~~*I - ALESSANDRO MARTINS SANTOS - Coordenador;*~~
~~*II - SHEYLA ARIENE RAMOS DE CAMPOS BELGAMAZZI - Representante da Atenção Primária à Saúde;*~~
~~*III - OZIEL SOARES CAETANO - Representante da Atenção Especializada;*~~
~~*IV - SOLANGE FERREIRA JORDÃO - Apoio Administrativo e de Monitoramento de Indicadores.*~~

Art. 3º O NÚCLEO DE GESTÃO DO CUIDADO-NGC será composto por:
I – Coordenador
ALESSANDRO MARTINS SANTOS
II - Representante da Atenção Primária à Saúde
CAMILA ZANDONADI VILAS BOAS
III - Representante da Atenção Especializada
OZIEL SOARES CAETANO - do Hospital Municipal Amélio João da Silva
GEOVANI ROCHA VIVAN e SOLANGE TEREZINHA SILVA – do Centro de Especialidades Médicas Marinha Andrade Rocha
IV - Apoio Administrativo e de Monitoramento de Indicadores.
SOLANGE FERREIRA JORDÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Rolim de Moura/RO, 20 de outubro de 2025.

ALDAIR JÚLIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Luciani Fernandes
Código Identificador:C9DE407A

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO CONTRATO N° 151/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 151/2025

CONTRATO Nº 151/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4627/2025;
PREGÃO N° 048/2025;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: H. LIMA LOBIANCO & CIA LTDA**;**
OBJETO: Aquisição tem como objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura quanto à aquisição de medicamentos básicos, injetáveis e material penso por meio de convênio e medicamentos específicos para a Unidade Pronto Atendimento – UPA e Hospital Municipal de Rolim de Moura.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 3 (três) meses, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
ORÇAMENTÁRIO: Nota de empenho n° 2380/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.209, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 627,75 (seiscentos e vinte e sete reais, setenta e cinco centavos), com data de 15/09/2025; Nota de empenho n° 2555/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.143, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), com data de 26/09/2025;

Rolim de Moura/RO, 01/10/2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:1AA412B1

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO CONTRATO N° 165/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 165/2025

CONTRATO Nº 165/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4627/2025;
PREGÃO N° 048/2025;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: H. LIMA LOBIANCO & CIA LTDA**;**
OBJETO: Aquisição tem como objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Saúde de Rolim de Moura quanto à aquisição de medicamentos básicos, injetáveis e material penso por meio de convênio e medicamentos específicos para a Unidade Pronto Atendimento – UPA e Hospital Municipal de Rolim de Moura.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 3 (três) meses, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
ORÇAMENTÁRIO: Nota de empenho n° 2366/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.138, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 23.634,00 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais), com data de 15/09/2025; Nota de empenho n° 2367/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.208, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 991,50 (novecentos e noventa e um reais, cinquenta centavos), com data de 15/09/2025; Nota de empenho n° 2258/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.208, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 1.559,00 (mil quinhentos e cinquenta e nove reais), com data de 15/09/2025; Nota de empenho n° 2368/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.209, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 3.251,50 (três mil, duzentos e cinquenta e um reais, cinquenta centavos), com data de 15/09/2025; Nota de empenho n° 2369/2025, unidade orçamentária 5.011 (SEMUSA), programa de trabalho 1.137, elemento de despesa 3.3.90.30.00.00, no valor total de R$ 6.980,00 (seis mil, novecentos e oitenta reais, com data de 15/09/2025;

Rolim de Moura/RO, 10/10/2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:91F69E1C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO CONTRATO N° 173/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 173/2025

CONTRATO Nº 173/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5456/2025;
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 048/2025;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: FALCÃO SONDAGENS E ENSAIOS GEOTÉCNICOS LTDA**;**
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de sondagem geotécnica com ensaio SPT (Standard Penetration Test) para subsidiar a construção da Creche e Escola de Educação Infantil Tipo 2, localizada no município de Rolim de Moura/RO, financiada pelo FNDE no âmbito do Novo PAC.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de **6 (seis) meses**, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021.
ORÇAMENTÁRIO: Nota de empenho n° 2445/2025, unidade orçamentária 2.004 (SEMED), programa de trabalho 2.026, elemento de despesa 3.3.90.39.00.00, no valor total de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com data de 16/10/2025;

Rolim de Moura/RO,15/10/2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:F237A7FD

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
EXTRATO CONTRATO N° 174/2025

EXTRATO DE CONTRATO N° 174/2025

CONTRATO Nº 174/2025;
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5456/2025;

CONCORRÊNCIA N° 012/2025;
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO;
CONTRATADA: VG PRIME ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA**;**
OBJETO: Reforma da fachada da Unidade Básica de Saúde (UBS) Nova Estrela, localizada no Distrito de Nova Estrela, Município de Rolim de Moura – RO. TRANSFERENCIA ESPECIAL – CODIGO DO PLANO DE AÇÃO 09032023-034792.
DA VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, após assinatura do contrato, podendo ser prorrogado e/ou aditado, por ambas as partes, apenas nos casos expressos na Lei de Licitações nº 14.133/2021. O prazo para execução da obra será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de emissão da respectiva Ordem de Serviço, devendo a CONTRATADA submeter à aprovação da Prefeitura Municipal, a sua proposta de cronograma físico-financeiro para a execução da obra.
ORÇAMENTÁRIO: Nota de Empenho n° 2674/2025, unidade orçamentária 5.001 (SEMUSA), programa de trabalho 1.210, elemento de despesa 4.4.9.0.51.00.00, no valor total de R$ 59.797,05 (cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e sete reais, cinco centavos), com data de 17/10/2025;

Rolim de Moura/RO, 17/10/2025.

ALDAIR JULIO PEREIRA
Prefeito do Município de Rolim de Moura

Publicado por:
Estefani Maria da Silva Prado
Código Identificador:6FBCC557

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
ATA CMAS 187 CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ATA DE REUNIÃO (Quinta Feira - 16/10/2025)

ATA DE REUNIÃO Nº 187/2025/CMAS-RM
SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ROLIM DE MOURA – CMAS-RM

No dia Dezesseis de Outubro de Dois Mil e Vinte e Cinco, às quatorze horas e 15 minutos (14:15), em Reunião Ordinária, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-RM, sendo eles: Representante da Associação dos Policiais Penais de Rolim de Moura -AGEPROM: o Sr. João Márcio de Oliveira Rodrigues; a Sr.ª Fernanda Vieira de Almeida, e o Representante do Poder Executivo Municipal, sendo ele:Representante da Secretaria Municipal de Fazenda –SEMFAZ,o Srº Giovane Soares Vidal; Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente, João Márcio de Oliveira Rodrigues, deu as boas-vindas a todos os presentes e já agradeceu pela presença, deu início à leitura das Pautas do dia, e o mesmo informou sobre o regimento e quórum mínimo, dando ciência aos presentes: **01 PAUTA – OFICIO APAR/RM/2025 - SOLICITAÇAO DO CNEAS**: O Sr. Presidente falou sobre Oficio recebido da Associação Por Amor a Rondônia – APAR, na qual solicita uma visita in loco, para Conclusão do Cadastro no CNEAS (Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social), na sequencia após apresentado a demanda, ficou combinado que seria realizado uma visita no local, na segunda feira (20/10/2025) ás 08h00min, para que seja dado a devida sequencia no pedido. **02 PAUTA – OFICIO nº 12512/2025/SUAS/DEFINAS/CGPC-ANPC**: Orientação Quanto a Regular Execução Financeira e Prestação de Contas - Exercício 2023. Na qual o Presidente mencionou que já havia recebido outras cobranças referentes a esta prestação de contas assim como já foi comentado em outras reuniões. Informou ainda que o documento trata de uma prestação de conta dos valores repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social a Prefeitura de Rolim de Moura/RO, consubstanciado ao processo de nº 71000.019733/2025-22 referente ao Exercício de 2023, para a execução dos serviços sócio assistenciais no âmbito do SUAS, na qual foi informado que a presidência iria solicitar da Secretaria de Assistência Social – SEMAS, um parecer detalhado sobre a prestação de contas acima, uma vez que já foi discutindo o assunto em outras reuniões, e que tal solicitação servira para que o Conselho dentro das suas atribuições possa formalizar uma resposta junto ao Ministério – MDS. **03 PAUTA – Visita na Associação ABRACE e Rolim de Moura Melhor**: o Sr. Presidente informou que encontra-se pendente a visita conforme reunião anterior. **04 PAUTA – CONFERÊNCIA:** o Sr. Presidente informou que, conforme a Convocação Estadual, o município ira encaminhar os membros eleitos conforme Ata da Conferência Municipal, assim como o senhor Presidente disse que foi encaminhado para Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, as Proposta e suas Deliberações para conhecimento da SEMAS, para que seja tomadas as providencias que o caso requer dentro das normas da NOB/SUAS. **05 PAUTA – VISITA IN LOCO NO PROGRAMA CESTA VERDE:** o Sr. Presidente mencionou que em Agosto de 2025 foi solicitado que o Conselho apresentasse uma certidão afirmando que a referida entidade acompanha a execução do Programa Cesta Verde dentro do perímetro municipal, parceria com a Secretaria de Agricultura, com Recurso Federal, por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, produtos advindo da agricultura familiar através do **Programa de Aquisição de Alimentos -** PAA/MDS. Sendo assim ficou combinado que a visita seria feito no dia 20/10/2025, no Centro do Idoso, as 14h30min. **Vencida a Pauta da Ordem do Dia, o Presidente, o Sr.** JOÃO MÁRCIO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, agradeceu a** presença de todos, finalizando os trabalhos às quinze horas e vinte minutos da tarde, e nada mais a registrar, eu Elizangela de Fátima V. Dias, Secretária Executiva do Conselho, lavrei a presente ATA que segue assinada por mim juntamente com o presidente e demais participante:

Rolim de Moura/RO, 16 de Outubro de 2025.

JOÃO MÁRCIO DE OLIVEIRA RODRIGUES
Presidente do CMAS-RM
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS-RM
Decreto n. 6.324/2024

Publicado por:
Elizangela de Fatima Vieira Dias
Código Identificador:F7551B9F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
ATA DA SESSÃO Nº. 42/2025 - JARI

Ata da Sessão nº. 42/2025, da Junta Administrativa de Recursos de Infrações/JARI, realizada aos vinte e um dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e cinco - (**21/10/2025**), na sede da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura, localizada na Av. João Pessoa 4478 – Centro, às 13h40min, conduzida pela presidente, senhora **Gilcineide Pereira de Melo,** e com a presença dos membros, **Iris Damaris Mariel Pires Cardoso, Leci de Souza Braga dos Santos; Elaine Gonçalves Coutinho; Luiz Eduardo Staut e Ester Celoi da Rosa Caliani.** Por motivo de férias a membro **Juliana Pereira da Silva**, não pôde comparecer e solicitando assim a participação por videochamada.
A presidente agradeceu primeiramente a participação de todos, e logo após prosseguiu com a sessão relativa ao julgamento de infrações de trânsito ocorrida em conformidade com o que estabelece o Código de Transito Brasileiro / CTB. A presidente informou que não foram recebidos recursos na última semana. Nada mais a ser tratado, encerrou-se a reunião.

Rolim de Moura/RO, 21 de Outubro de 2025.

GILCINEIDE PEREIRA DE MELO
Presidente

IRIS DAMARIS MARIEL PIRES CARDOSO
Vice-Presidente

LECI DE SOUZA BRAGA DOS SANTOS
Secretária

ESTER CELOI DA ROSA CALIANI
Membro

JULIANA PEREIRA DA SILVA
Membro

LUIZ EDUARDO STAUT
Membro

ELAINE GONÇALVES COUTINHO
Membro

Publicado por:
Juliana Pereira da Silva
Código Identificador:3CC3084F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PORTARIA Nº219/GAP/2025 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"Exonera Assistente Administrativo da Educação Nível III vinculado (a) a SEMED da Prefeitura Municipal de São Felipe D´Oeste/RO, e dá outras providências."

O Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste/RO, **Sr. Sidney Borges de Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como Lei municipal 1529/2025;

RESOLVE
Art. 1°. Exonerar o (a) Sr. º (ª). **Priscila da Cunha Garcia**, brasileiro (a), cadastrado (a) sob **matrícula 6331**, do cargo de **Assistente Administrativo da Educação Nível III,** vinculado (a) a SEMED, da Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste/RO, Levando em consideração o requerimento de exoneração da mesma constante no processo 1133/2025;

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos financeiros e administrativos em 30/10/2025;

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito do Município de São Felipe D´Oeste, ao (s) 20/10/2025.

* Documento Assinado Digitalmente*

SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal
São Felipe D´Oeste/RO

Publicado por:
Jaqueline Simbre da Siva
Código Identificador:883F3C26

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2025

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2025

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE D OESTE-RO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Tancredo Neves, 783-Centro, nesta cidade de São Felipe D´Oeste, Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ sob o nº. 84.745.389/0001-94, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Sidney Borges de Oliveira**,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG. 563.627 SSP/RO e CPF nº 079.774.697-82, doravante denominado, simplesmente, **CONTRATANTE,** considerando o teor do Requerimento efetuado pela empresa **MANUPA COMÉRCIO EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.093.776/0001-63, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 44, Sala 4 Centro na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua representante legal, Sra. Manuella Jacob, brasileira, portadora do RG nº 40182722 SSP-SP e inscrita no CPF/MF sob nº 372.532.828-50, conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto a alteração dos dados de faturamento, especificamente o nº do CNPJ/MF **para a filial 03.093.776/0010-82**, Manupá Comércio Exportação Importação de Equipamentos e Veículos Ltda, signatária do Contrato Administrativo nº 064/2025 lastreado pela adesão a Ata de Registro de Preços nº 005/2025 oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2025 do Processo Licitatório nº 004/2025 do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Entorno de Salinas - CIMES – Processo Administrativo Sei de São Felipe d'Oeste nº. 314/2022, cuja signatária em seu contrato originário possuía o CNPJ/MF sob o nº 03.093.776/0001-63.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Fundamento Legal
O presente instrumento está amparado no disposto no artigo 136, III, da Lei 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, *in verbis*:

Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
(...)
III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
É totalmente legal executar o contrato pela filial pois trata-se da mesma empresa, conforme PARECER AGU 486/2019/NLC/ETRLIC/PGF/AGU.

5. Uma mesma empresa pode ter dois ou mais CNPJ, desde que tenha matriz ou uma ou mais filiais. A propósito, tem-se que o número do CNPJ **é formado por uma raiz (idêntica para todas as unidades da pessoa jurídica)** e por um sufixo (específico para cada estabelecimento da mesma pessoa jurídica). (grifei)
6. É preciso ressaltar que a mudança de sufixo que se dá entre matriz e filial não implica a consideração de ambas como pessoas jurídicas distintas, uma vez que isso se dá com a mudança do número-raiz. A mudança do sufixo serve apenas para fins de controle tributário exercido pela Receita.
...
9. Não se faz, assim, contrato administrativo com a matriz ou a filial, que são meras repartições internas, mas com a empresa, que é a pessoa jurídica. Portanto, o CNPJ constante do termo do contrato e que deve ser mantido durante toda a sua execução, é o número-raiz, único para qualquer unidade da empresa. Em outros termos, nos contratos administrativos (e mesmo em quaisquer contratos ou atos jurídicos), a mudança do sufixo do CNPJ é irrelevante.
CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação
As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo Original nº 064/2025 não alteradas por este Termo de Apostilamento permanecem inalteradas.

E, para firmeza e prova do Termo de Apostilamento ora firmado, é assinado via sistema SEI Municipal pelo Prefeito e publicado na forma da Lei Municipal nº. 417/2011 no endereço www.diariomunicipal.com.br/arom, em atendimento aos Dispositivos Legais, conforme Parágrafo Único do Artigo 91 da Lei 14.133/21;

São Felipe D´Oeste-RO**,** 21 de outubro de 2025**.**

Contratante:
Município de São Felipe D´Oeste-RO
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA
Prefeito

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:D590F231

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
CONTRATO 263/2025

Processo Administrativo n. 2440/2025.
Contrato n.263/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: SCS Repavinar Ltda.
Objeto: Contratação de empresa fornecimento demassae material asfáltico para demarcação viária, paraatender as necessidades dapela Secretária Municipal de Infra Estrutura e Serv. Públicos.
Valor:R$35.000,00(Trinta e cinco mil reais**)**.
Fonte de Recurso: Próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais,mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e peloSecretário Municipal de Infra Estrutura e Serv. Públicos.
Prazo:12(Doze) meses.
Embasamento legal:Ata do Pregão Eletrônico n. 040 do Pregão Eletrônico n. 039/2025- Proc. Administrativo n.2440/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 01 deoutubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:3C9196D7

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 262/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n. 2440/2025.
Contrato n.262/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Primor Com. de Tintas Prod. e Serv. de Sinal. Ltda.
Objeto: Contratação de empresa fornecimento de tinta e material asfáltico para demarcação viária, paraatender as necessidades dapela Secretária Municipal de Infra Estrutura e Serv. Públicos.
Valor:R$41.000,00(Quarenta e um mil reais**)**.
Fonte de Recurso: Próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e peloSecretário Municipal de Infra Estrutura e Serv. Públicos.
Prazo:12(Doze) meses.
Embasamento legal:Ata do Pregão Eletrônico n. 040 do Pregão Eletrônico n. 039/2025- Proc. Administrativo n.2440/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 01 deoutubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:486866B2

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 270/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.965/2025.
Contrato n. 270/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Amyl Serv. e Soluções Ldta.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimentode equipamentos e materiais de T. I, para atender as necessidades da Secretária Municipal de Educação.
Valor: R$8.700,00(Oito mil e setecentos reais).
Fonte de Recurso: Conv. 651/2024/PGE-SEDUC
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos equipamentos e materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura,devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelaSecretária Municipal de Educação.
Prazo:12(Doze) meses.
Embasamento legal: Pregão Eletrônico n.037/2025- Processo administrativo n. 965/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 08 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:6479D14E

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 271/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.1948/2025.
Contrato n. 271/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:S.S. dos Santos Pereira- Me.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição dematerial de expediente paraatender as necessidades dapela Secretária Municipal de Saúde.
Valor:R$16.263,01(Dezesseis mil e duzentos e sessenta e três reais e um centavo**)**.
Fonte de Recurso:Próprio.
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais,mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelaSecretária Municipal de Saúde.
Prazo:05(cinco)meses.
Embasamento legal:Ata de Registro de Preço n. 049/2025 do Pregão Eletrônico n. 049/2025 nos autos do processo administrativo n. 513/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 09 de outubrode 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:6C56010D

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 272/2025 SFG/RO

Processo Administrativo N° 3060-1/SEMEC/2025. **Contrato** N. 272/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

Contratada: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviçosde gerenciamento de frotas por meio da implantação de sistema integrado via Web para atender as necessidades da SEMEC.

Valor: R$ 330.000,00 (Trezentos e trinta Mil Reais)

Fonte de Recurso: próprios. Forma de Pagamento: mensal, após a prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada e devidamente comprovados pela SEMEC.

Prazo: 09/01/2026

Embasamento legal: adesão nº 050/2024/SEGEAD a ATA RP Nº05/2024.

São Francisco do Guaporé/RO, 10 de julho de 2025

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:6779B488

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 273/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.2886/2025.
Contrato n.273/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: R. R. dos Santos .
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de construção, para atender as necessidades dapela Secretária Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.
Valor: R$180.309,80(Cento e oitenta mil e trezentos e nove mil e oitenta centavos).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura,devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelo Secretário Municipal deEducação e Cultura.
Prazo:03(três) meses.
Embasamento legal:Ata de Registro de Preço n. 46 do Pregão Eletrônico nº 10/2025 - Proc. Administrativo n. 616/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 09 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:585CF855

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 274/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.2997/2025.
Contrato n.274/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:SPORTCENTER LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material esportivo, para atender as necessidades dapela Secretária Municipal de Esporte e Lazer- SECEL.
Valor: R$50.775,40(Cinquenta mil e setecentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura,devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelo Secretário Municipal deEsporte e Lazer- SECEL.
Prazo:04(quatro) meses.
Embasamento legal:Ata de Registro de Preço n. 24/2025 do Pregão Eletrônico nº24/CPLM/2025, nos autos do processo administrativo n.1744/2025

São Francisco do Guaporé/RO, 10 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:CDD03BE6

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 275/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.3095/2025.
Contrato n.275/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Guaporé Gás Ltda – Me.
Objeto: Contratação de Empresa para Aquisição de Material de Consumo (ÁGUA MINERAL e GÁS),para atender as necessidades da SecretáriaMunic. De Meio Ambiente e Turismo.
Valor: R$1.884,53(Um mil e oitocentos e oitenta reais e cinquenta e três centavos).
Fonte de Recurso: Próprios:
Forma de Pagamento: Mensal, conforme solicitação e entrega dos materiais de consumo, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada ecomprovados pela Secretáriaresponsável.
Prazo:03(Três) meses.
Embasamento legal: Adesão a Ata de Preço n. 12 do Pregão Eletrônico n. 12/2025 - Proc. Administrativo n. 800/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 13 deoutubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:6A3AC9C1

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 276/2025 SFG/RO

Processo Administrativon.1283/2025.
Contrato n.276/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: Amaral Prod. Alimentícios e Armazéns Eireli.
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretária Municipal de Saúde.
Valor: R$17.924,00(Dezessete mil e novecentos e vinte e quatro reais).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista, conforme entrega dos Gêneros Alimentícios, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada ecomprovados pela SecretáriaMunicipal de Saúde.
Prazo:06(Seis) meses.
Embasamento legal: Adesão a Ata de Preço n. 03 do Pregão Eletrônico nº 03/2025 - Proc. Administrativo n. 240/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 16 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:A06F02C9

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 277/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.1283/2025.
Contrato n.277/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Alice M. da Silva Ltda .
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros alimentíciospara atender as necessidades dapela Secretária Municipal deSaúde.
Valor: R$5.970,00(Cinco mil e novecentos e setenta reais).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista, após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada ecomprovados pela Secretária Municipal de Saúde.
Prazo:06(seis) meses.
Embasamento legal: Ata de Registro de Preço n. 03 do Pregão Eletrônico nº 03/2025 - Proc. Administrativo n. 240/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 16 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:67BA2CFF

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 278/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.1283/2025.
Contrato n.278/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:A. N. de Oliveira Comércio.
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros alimentícios, para atender as necessidades dapela Secretária Municipal de Saúde.
Valor: R$27.240,00(Vinte e sete mil e duzentos e quarenta reais).
Fonte de Recurso: próprios

Forma de Pagamento: À vista,mediante a entrega dos Gêneros Alimentícios,com a apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada ecomprovados pela Secretária Municipalde Saúde.
Prazo:06(seis) meses.
Embasamento legal:Adesão a Ata de Preço n. 03 do Pregão Eletrônico nº 03/2025 - Proc. Administrativo n. 240/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 16 de outubrode 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:3D9692A5

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 279/2025 SFG/RO

Processo Administrativon.12831/2025.
Contrato n.279/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Ebenezer Serv. e Com. de Gener. Alim LTDA.
Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros alimentíciospara atender as necessidades dapela Secretária Municipal de Saúde.
Valor: R$3.012,00(três mil e doze reais).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista, após a entrega dos Gêneros Alimentícios, mediante apresentação da nota fiscal/fatura devidamente liquidada ecomprovados pela Secretária Municipal de Saúde.
Prazo: 06(seis) meses.
Embasamento legal:Adesão a Ata de Preço n. 03 do Pregão Eletrônico nº 03/2025 - Proc. Administrativo n. 240/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 16de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:87FB78B4

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 280/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.2995/2025.
Contrato n.280/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Casa dos Paraf. Com. de Ferrag. Eireli.
Objeto: Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos e materiais de construção, para atender as necessidades daSecretária Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
Valor: R$3.875,37(Três mil e oitocentos e setenta e cinco reais e trinta e sete centavos).
Fonte de Recurso: Próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais, conforme solicitado, mediante apresentação da nota fiscal/fatura,devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e peloSecretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
Prazo:03(Três) meses.
Embasamento legal:Ata de Registro de Preço n. 40, do Pregão Eletrônico nº 10/2025 - Proc. Administrativo n. 616/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 17 deoutubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:C115979C

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 281/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.2995/2025.
Contrato n.281/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada: R. R. dos Santos.
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de construção, para atender as necessidades dapela Secretária Municipal deMeio Ambiente e Turismo.
Valor: R$88.496,42(Oitenta e oito mil e quatrocentos e noventa es seis reais e quarenta e dois centavos).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista,após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura,devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelo Secretário Municipal deMeio Ambiente e Turismo.
Prazo:03(três) meses.
Embasamento legal:Ata de Registro de Preço n. 46 do Pregão Eletrônico nº 10/2025 - Proc. Administrativo n. 616/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 17 de outubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:A607B131

DEPARTAMENTO GESTAO DE CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 282/2025 SFG/RO

Processo Administrativo n.2995/2025.
Contrato n.282/2025.

Contratante: Prefeitura Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.
Contratada:Materiais de Const. União- LTDA.
Objeto: Contratação de Empresa para aquisição de material de construção paraatender as necessidades dapela Secretária Municipal do Meio Ambiente e Turismo.
Valor: R$22.622,03(Vinte e dois mil e seiscentos e vinte e dois reais e três centavos).
Fonte de Recurso: próprios
Forma de Pagamento: À vista, conforme quantidade solicitada eapós a entrega dos materiais de construção, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente liquidada e comprovados pelo fiscal de contrato e pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo.
Prazo:03(três) meses.
Embasamento legal:Ata de Registro dePreço n. 50/2025, do Pregão Eletrônico nº10/2025 - Proc. Administrativo n. 616/2025.

São Francisco do Guaporé/RO, 17 deoutubro de 2025.

Publicado por:
Maria Das Graças da Silva
Código Identificador:9B9BD4EF

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA APAE DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHO FISCAL E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA APAE DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ - RO.

A APAE de São Francisco do Guaporé – RO, com sede nesta cidade, na rua Manaus, nº 3240, Bairro Alto Alegre, através de sua Diretoria Executiva, devidamente representada por seu Presidente Sr. (a) **Julinha Lopes de Souza**, **CONVOCA** através do presente Edital, todos os Associados da APAE para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada na sede da APAE, às 19 horas, do dia 27 de novembro de 2025, com a seguinte ordem do dia:

Apreciação e aprovação do relatório de atividades da gestão 2023/2025;

Apreciação e aprovação das contas dos exercícios 2023/2025, mediante parecer do Conselho Fiscal;

Eleição da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da APAE de São Francisco do Guaporé - RO em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso III, e 26 do Estatuto padrão da APAE.

Outros (se houver).

A inscrição das chapas candidatas deverá ocorrer na Secretaria da APAE de São Francisco do Guaporé - RO até 20 (vinte) dias antes da eleição, que se realizará dentre as chapas devidamente inscritas e homologadas pela comissão eleitoral. (art. 58, inciso I do Estatuto padrão das APAEs)

Somente poderão integrar as chapas os concorrentes associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) ano nos programas de atendimento da APAE, e os associados contribuintes, exigindo-se, destes, serem associados da APAE há, no mínimo, 1 (um) ano, estarem quites com suas obrigações sociais e financeiras, e terem, preferencialmente, experiência diretiva no Movimento APAEano (art. 58, II, do Estatuto padrão das APAEs).

São inelegíveis, simultânea, sucessiva e alternadamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros: cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau, funcionários quando no exercício do cargo. (art. 58, III)

É vedada a participação de funcionários da APAE de São Francisco do Guaporé - RO, que mantenham vínculo direto ou indireto, na Diretoria Executiva, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, com vínculo empregatício direto ou indireto. (art. 58, VI, do Estatuto padrão das APAEs).

É vedada a acumulação de cargos por membro do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da APAE. (art. 58, V, do Estatuto padrão das APAEs).

A Assembleia Geral Ordinária instalar-se-á em primeira convocação às 19:00 horas, com a presença da maioria dos Associados, e, em segunda convocação com qualquer número, meia hora depois (às 19 h 30 min) não exigindo a lei quórum especial (art. 24, § 2º, do Estatuto padrão das APAEs).

São Francisco do Guaporé -RO,20 de Outubro de 2025.

JULINHA LOPES DE SOUZA
Presidente da APAE de São Francisco do Guaporé - RO

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:32AD1D3F

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 073/2025

A Prefeitura Municipal de São Miguel do Guaporé – RO, através da Secretaria Municipal de Saúde - torna público o processo administrativo nº 519/2025, que tem como Objeto; DESPESAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. EM FAVOR DA EMPRESA SÃO MIGUEL SANEAMENTO - CNPJ 50.902.797/0001-90, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MASSSAO OKAMOTO E AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE: IRMA ILZA ELIAS, PLANALTO, CLINICA DA MULHER, JOSE DE BRITO E CAPS, com base no Art. 74 inciso I, caput, da Lei Federal nº 14.133, no valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

São Miguel do Guaporé – RO, 21 de outubro de 2025.

Elaborado por:
CENIRA F. DA SILVA RIBEIRO
Gerencia de Execução e Controle de Contratação Direta

Autorizado:
EDVALDO FERREIRA DA SILVA
Superintendente De Licitação /Agente De Contratação

Publicado por:
Cenira Fernandes da Silva Ribeiro
Código Identificador:0904CC80

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2538/2025 "DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DECRETO Nº 2538/2025

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ/RO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

DECRETA:
Art. 1º - Fica instituído Ponto Facultativo no dia 28 de outubro de 2025, no âmbito das repartições Públicas do Município de São Miguel do Guaporé/RO, em razão do feriado do Servidor Público do dia 28 de outubro de 2025.

Art. 2 - Excetuam-se do Artigo Antecedente as atividades exercidas em regime de plantões e aquelas que não podem ser interrompidas sem que causem prejuízos à saúde, à higiene, ao sossego e segurança pública, a fiscalização das atividades reguladas pela competência Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

São Miguel do Guaporé/RO, em 21 de outubro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Eduardo Burgarelli de Lima
Código Identificador:59D85D57

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1289/2025 - SPIDER SERVICO DE IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1289/2025
b) Licitação Nrº :	25/2025
c) Modalidade :	Pregão
d) Data Adjudicação :	21/10/2025
e) Objeto da Licitação :	Contratação de empresa especializada prestação de serviços de desinsetização e desratização, abrangendo áreas internas e externas dos prédios Públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guaporé – RO, incluindo o hospital Municipal Massao Okamoto e todas as unidades básicas de saúde.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SPIDER SERVICO DE IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI

CNPJ/CPF: 30.858.289/0001-45
Valor Total Adjudicado - R$ 4.200,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 21 de outubro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:B65D2C90

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 519/2025 - SÃO MIGUEL SANEAMENTO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

De acordo com as atribuições que me são conferidas e considerando a legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nrº 14.133/21, Lei Municipal nr° 2342/2024 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	519/2025
b) Licitação Nrº :	73/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade
d) Data Adjudicação :	21/10/2025
e) Objeto da Licitação :	DESPESAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. EM FAVOR DA EMPRESA SÃO MIGUEL SANEAMENTO - CNPJ 50.902.797/0001-90, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MASSSAO OKAMOTO E AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE: IRMA ILZA ELIAS, PLANALTO, CLINICA DA MULHER, JOSE DE BRITO E CAPS.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SÃO MIGUEL SANEAMENTO
CNPJ/CPF: 50.902.797/0001-90
Valor Total Adjudicado - R$ 78.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE/RO, 21 de outubro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:77E36BBF

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1289/2025 - SPIDER SERVICO DE IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	1289/2025
b) Licitação Nrº :	25/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação:	21/10/2025
e) Objeto Homologado:	Contratação de empresa especializada prestação de serviços de desinsetização e desratização, abrangendo áreas internas e externas dos prédios Públicos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de São Miguel do Guaporé – RO, incluindo o hospital Municipal Massao Okamoto e todas as unidades básicas de saúde.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SPIDER SERVICO DE IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS EIRELI
CNPJ/CPF: 30.858.289/0001-45
Valor Total Homologado - R$ 4.200,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 21 de outubro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:AD49F481

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 519/2025 - SÃO MIGUEL SANEAMENTO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolvem:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	519/2025
b) Licitação Nrº :	73/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação:	21/10/2025
e) Objeto Homologado:	DESPESAS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL ENCANADA E COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. EM FAVOR DA EMPRESA SÃO MIGUEL SANEAMENTO - CNPJ 50.902.797/0001-90, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL MASSSAO OKAMOTO E AS UNIDADES BASICAS DE SAUDE: IRMA ILZA ELIAS, PLANALTO, CLINICA DA MULHER, JOSE DE BRITO E CAPS.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SÃO MIGUEL SANEAMENTO
CNPJ/CPF: 50.902.797/0001-90
Valor Total Homologado - R$ 78.000,00

02 – Autorizar a emissão da(s) notas de empenho correspondente(s).

SAO MIGUEL DO GUAPORE, 21 de outubro de 2025.

EDILSON CRISPIN DIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giovanna Milena Rosa Marinho
Código Identificador:C3DDBFE1

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/PMS/2025

REQUISITANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 574/SEMAD/2024.
O VALOR TOTAL PREVISTO: R$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/PMS/2025**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO: **CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE 02 (DOIS) QUIOSQUES NA PRAÇA DO BURITIS, ESPAÇO PÚBLICO MUNICIPAL, VISANDO A INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS COMERCIAIS NO RAMO ALIMENTÍCIO, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS.**

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 07/11/2025**
Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:1CF6D8D1

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/DCL/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS-SEMOSP
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 677/SEMOSP/2025.
O VALOR TOTAL PREVISTO: **R$ 409.900,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos reais).**

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 55/DCL/2025**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE, PARA APLICAÇÃO A FRIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO.**

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 05/11/2025.**

Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:5BD19B83

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 75/DCL/2025

REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS - SEMOSP.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 771/SEMOSP/2025.
O VALOR TOTAL PREVISTO: 721.000,00 (setecentos e vinte um mil).

A Prefeitura Municipal de Seringueiras, com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 984, Centro, Seringueiras-RO, através de seu Pregoeiro Oficial, **TORNA PÚBLICO** que se encontra instaurada a Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 75/DCL/2025**, tipo de **EXECUÇÃO INDIRETA**, que será julgada pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**. OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIDROJATEAMENTO PARA LIMPEZA DE BUEIROS/BOCA DE LOBO E DESOBSTRUÇÃO DAS REDES DE ÁGUAS PLUVIAIS, ESGOTO E OUTROS, VISANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS NO MUNICÍPIO DE SERINGUEIRAS/RO.** Por um período de 12 (doze) meses.

INICIO DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES: **a partir das 09h00min, horário de Brasília/DF, do dia 06/11/2025.**

Todas as informações oficiais pertinentes o presente certame poderá ser acessadas nos sites: http://www.seringueiras.ro.gov.br/> Portal de Transparência > Licitações (http://transparencia.seringueiras.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes) e local **www.licitanet.com.br** Maiores informações através do telefone (0xx) -69-3623-2693/2694 ou pelo e-mail cplseringueiras@gmail.com.

Seringueiras - RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

SÉRGIO VILMAR KNONER
Agente de Contratação
Port. Nº. 48/GAB/PMS/2023

Publicado por:
Ketlen Rainara Neves Barros
Código Identificador:0BD4703C

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº404/GAB/PMS/2025

Portaria nº 404/GAB/PMS/2025 Seringueiras RO, 20 de outubro 2025.

"Dispõe sobre a CONCESSÃO do Benefício de Auxilio Doença".

O Prefeito Municipal de Seringueiras, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela legislação vigente;
Considerando o disposto no artigo 83, 84 e 85 da Lei Municipal nº 048/1994.

R E S O L V E

Art. 1° - CONCEDER o benefício de **Auxílio-Doença** por um período de 357 (trezentos e cinquenta e sete) dias a servidora LIDIA LEME DE PAULA mat.381, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS lotada na Secretaria Municipal de educação (SEMEC), com vencimentos sobre o salário de contribuição de acordo com a última remuneração, a partir do dia 25/10/2025 com término em 16/10/2026, conforme Laudo de perícia médica realizada no dia 16/10/2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 25/10/2025

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:335303A2

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº406/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº406/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO,21 de outubro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR VICTOR HENRIQUE DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Exoneração do servidor **VICTOR HENRIQUE DE OLIVEIRA**, portador do **CPF Nº 033. ***. ***-50** e célula de identidade **RG 1653126 SSP/RO**, ocupante do cargo de **COORDENADOR DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO**, nomeado conforme a **portaria N°272/GAB/PMS/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:733932D9

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº407/GAB/PMS/2025

PORTARIA Nº407/GAB/PMS/2025 Seringueiras/RO,21 de outubro de 2025.

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA TAIZ SANTOS DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Seringueiras, Estado de Rondônia, **ARMANDO BERNARDO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:

Art. 1º Exoneração da servidora **TAIZ SANTOS DE SOUZA**, portadora do **CPF Nº 051. ***. ***-83** e célula de identidade **RG 1521581 SESDEC/RO**, ocupante do cargo de **ASSESSORA DE GABINETE**, nomeada conforme a **portaria N°015/GAB/PMS/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:E56A832B

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PORTARIA Nº. 408/GAB/PMS/2025

Portaria nº. 408/GAB/PMS/2025 Seringueiras-RO, 21 de outubro de 2025

"ARMANDO BERNARDO DA SILVA, Prefeito Municipal de Seringueiras – RO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei".

RESOLVE

Art. 1° - NOMEAR o **GESTOR** E **FISCAL DO CONTRATO Nº 41/2024** e **PROCESSO Nº 740/2024**, conforme a Lei Nº14.133/2021, Art. 117, tendo como os seguintes servidores relacionados abaixo:

Gestor do Contrato: MICHELLE DE ANDRADE CARRENHO
CPF: 759.637.792-00
Fiscal do Contrato: GERCILEIDE PEREIRA DA SILVA
CPF: 907.566.902-00

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria n°364/GAB/PMS/2024 e as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cientifique-se;

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dayane Tavares de Oliveira
Código Identificador:371AC899

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 708/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 33/2025

O MUNICÍPIO DE TEIXEIRÓPOLIS/RO resolve nos termos da lei federal 14.133/21, Decreto 197/GAB/22 e Decreto 200/GAB/22, REGISTRAR OS PREÇOS.

ATA Nº 143/2025/PMT - FORNECEDOR: LAPTOP COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 34.770.156/0001-73 valor total: R$ 43.995,00 (quarenta e três mil novecentos e noventa e cinco reais).

ATA Nº 144/2025/PMT - FORNECEDOR: ES INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - CNPJ: 09.381.459/0001-57 valor total: R$ 6.097,56 (seis mil e noventa e sete reais e cinquenta e seis centavos).

ATA Nº 145/2025/PMT - FORNECEDOR: NEW COMPANY INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 05.207.997/0001-79 valor total: R$ 23.103,34 (vinte e três mil cento e três reais e trinta e quatro centavos).

ATA Nº 146/2025/PMT - FORNECEDOR: INFINITY STORE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ:

37.007.414/0001-52 valor total: R$ 18.614,20 (dezoito mil seiscentos e quatorze reais e vinte centavos).

ATA Nº 147/2025/PMT - FORNECEDOR: G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA - CNPJ: 30.029.272/0001-85 valor total: R$ 2.364,00 (dois mil trezentos e sessenta e quatro reais).

ATA Nº 148/2025/PMT - FORNECEDOR: FORTTECH SOLUÇÕES LTDA - CNPJ: 47.199.093/0001-99 valor total: R$ 118.628,63 (cento e dezoito mil seiscentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos).ATA Nº 149/2025/PMT -

FORNECEDOR: 40.105.192 MARILETE BRITO NASCIMENTO - CNPJ: 42.105.129/0001-04 valor total: R$ 72.806,30 (setenta e dois mil oitocentos e seis reais e trinta centavos).

ATA Nº 150/2025/PMT - FORNECEDOR: LICITA SHOP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 50.958.011/0001-57 valor total: R$ 6.943,45 (seis mil novecentos e quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

ATA Nº 151/2025/PMT - FORNECEDOR: IRD PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA - CNPJ: 10.402.061/0001-39 valor total: R$ 6.885,00 (seis mil oitocentos e oitenta e cinco reais).

ATA Nº 152/2025/PMT - FORNECEDOR: FERNANDES TREINAMENTOS E GESTÃO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 39.758.900/0001-38 valor total: R$ 72.551,64 (setenta e dois mil quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e quatro centavos).

ATA Nº 153/2025/PMT - FORNECEDOR: MASHA LICITAÇÕES LTDA - CNPJ: 55.657.752/0001-11 valor total: R$ 17.382,15 (dezessete mil trezentos e oitenta e dois reais e quinze centavos).

Prazo de Validade: 12 meses. Obs.: A íntegra das atas, poderá ser obtida no site da Prefeitura Municipal de Teixeirópolis https://athus4.teixeirópolis.ro.gov.br/transparencia/processo_licitação/ .

Teixeirópolis/RO, 21 de outubro de 2025.

VALDEIR ELOY DA SILVA
Agente de Contratação
Portaria n°113/GAB/2025

Publicado por:
Kerlon Moreira Figueredo
Código Identificador:E33B8FF4

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 045/PJM/2025
Processo Administrativo: N° 00685.07.01-2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeirópolis/RO
Contratado: DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA.

Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 021/2025 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO, MANUTENÇÕES PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL, da Prefeitura Municipal e demais secretarias do Município de Teixeirópolis-, e observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente às normas e procedimentos administrativos da Lei nº. 14.133/2021 e Decreto Municipal Nº 200/GAB/2022 de 08 de dezembro de 2022, bem com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, em conformidade com a autorização contida no processo nº 590/2025.

Valor: A Administração pagará pelos serviços e insumos o valor registrado na Ata de Registro de Preços nº 021/2025, aplicando-se a taxa administrativa de -4,50%.

Prazo: O contrato a ser firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo vir a sofrer prorrogações, desde que justificada, conforme acordo entre as partes, através de respectivo termo, com base nos termos do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

Data da formalização: Teixeirópolis/RO, 21 de Outubro de 2025.

Assinam:
DATAPLEX TECNOLOGIA E GESTÃO LTDA.
Helenilson Anderson Amorim Lenk
Osmy Toledo de Souza

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:920D1912

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 042/PJM/2025
Processo Administrativo: N° 00347.05.20-2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeirópolis/RO
Contratado: MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA - 71.107.320/0001-93.

Objeto: O presente CONTRATO tem por objeto Aquisição de Instrumentos musicais para a Fanfarra Escolar do Município de Teixeirópolis, conforme especificado no Termo de Referência, representada com exclusividade pela **CONTRATADA.**

Prazo: A vigência vigorará de acordo com data prevista no plano de trabalho sendo estipulado um período de 365 (cento e vinte) dias Após a Liberação do Recurso (ALR).

Valor: Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais)**

Data da formalização: Teixeirópolis/RO, 20 de Outubro de 2025.

Assinam:
MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA - 71.107.320/0001-93
Helenilson Anderson Amorim Lenk
Osmy Toledo de Souza

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:AF2A7793

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Termo Aditivo N° 005 ao Contrato N° 034/PJM/2023
Processo Administrativo nº: 420/2023
Contratante: Prefeitura Municipal de Teixeirópolis/RO
Contratado: VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFICIOS LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação de prazo do contrato.
Prazo: O presente contrato fica prorrogado por 12 (doze) dias, contados a partir do dia 20/10/2025, Podendo ser prorrogado mediante justificativa.

Data da formalização: Teixeirópolis/RO, 20 de outubro de 2025.

Assinam:
VOLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFECIOS LTDA
Helenilson Anderson Amorim Lenk
OSMY TOLEDO DE SOUZA

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:02639EFE

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 027/CMS – TEIXEIROPOLIS/RO/2025

Dispõe sobre a deliberação e aprovação das alterações nos intrummentos de gestão (Plano Municipal de Saúde – PMS/2025 e na Programação Anual de Saúde – PMS/2025.

O Conselho Municipal de Saúde de Teixeirópolis, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e pela Lei Municipal nº 277/2005, de 26 de setembro de 2005.

CONSIDERANDO o disposto no Ofício nº 324/SEMSAU/2025, que comunica alterações no Plano Municipal de Saúde – PMS/2025 e na Programação Anual de Saúde – PAS/2025, com o objetivo de atualizar e ampliar o planejamento das ações e metas estabelecidas, conforme as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que as alterações incidem sobre as Diretrizes 1 – Fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS), e Diretriz 5 – Garantia da Assistência Hospitalar no Âmbito do SUS, visando o aprimoramento da cobertura, resolutividade e qualidade dos serviços prestados à população;

CONSIDERANDO a competência legal dos Conselhos de Saúde para deliberar sobre o planejamento e acompanhamento das políticas públicas de saúde, conforme previsto na legislação vigente;

CONSIDERANDO a aprovação unânime das alterações propostas no Ofício nº 324/SEMSAU/2025, durante a 10ª reunião ordinária, realizada no dia 20 de outubro de 2025, às 15h, nas dependências da sala de reuniões do CMS, situada na Rua Duque de Caxias, s/n, antiga UBS;

RESOLVE: Art. 1º – Ficam aprovadas as alterações no Plano Municipal de Saúde – PMS/2025 e na Programação Anual de Saúde – PAS/2025, conforme apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde, com foco nas Diretrizes 1 e 5, visando o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde e a garantia da assistência hospitalar no âmbito do SUS.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Saúde acompanhará a execução das ações e metas atualizadas, conforme previsto na legislação vigente, especialmente nos termos do art. 1º da Lei nº 8.142/1990, que estabelece a participação da comunidade na gestão do SUS.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Teixeirópolis, Rondônia – 21 de outubro de 2025

ANTONIO PINTO SOBRINHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução N º 027/2025 CMS – Nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Port. nº. 135/GAB/2025 de 11/06/2025

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:3469DD92

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO 028/CMS – TEIXEIROPOLIS/RO/2025

Dispõe sobre a indicação e eleição dos cargos de Primeira Secretária e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Teixeirópolis/RO.

O Conselho Municipal de Saúde de Teixeirópolis, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis Federais nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990, pela Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e pela Lei Municipal nº 277/2005, de 26 de setembro de 2005.

CONSIDERANDO a importância da estrutura organizacional do Conselho Municipal de Saúde para o pleno funcionamento das atividades deliberativas, fiscalizatórias e consultivas; e a necessidade de composição completa da mesa diretora, conforme previsto no Regimento Interno do CMS e nas diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO que a eleição dos cargos de Primeira Secretária e Vice-Presidente é essencial para garantir: A continuidade dos trabalhos administrativos e documentais do Conselho; a substituição legal da presidência em casos de ausência ou impedimento; a organização das pautas, atas, correspondências e demais registros oficiais;

CONSIDERANDO a indicação, apresentação e eleição por aclamação dos nomes para composição da mesa diretora, realizada durante a 10ª reunião ordinária, no dia 21 de outubro de 2025, às 15h, nas dependências da sala de reuniões do CMS, situada na Rua Duque de Caxias, s/n, antiga UBS;

RESOLVE: Art. 1º – Ficam eleitos e empossados para compor a mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde de Teixeirópolis/RO, os seguintes conselheiros: Leila Olimpia de Araújo, portadora do CPF nº 144.197.722-71, representante do segmento governo, para o cargo de Primeira Secretária e Diego Luiz Barbosa de Matos, portador do CPF nº 031.618.092-03, representante do segmento trabalhadores, para o cargo de Vice-Presidente.

Ficando assim composta a mesa diretora do conselho: Presidente: Antônio Pinto Sobrinho; Vice-Presidente: Diego Luiz Barbosa de Matos; Primeira Secretária: Leila Olimpia de Araújo; Segundo Secretário: Thalles Brito dos Santos Rocha.

Art. 2º – Os conselheiros eleitos, exercerão suas funções na recomposição da mesa diretora, até a proxima eleição do conselho que acorrerá em 2026, conforme atribuições previstas no Regimento Interno do CMS e na legislação vigente, contribuindo para o fortalecimento da gestão participativa no âmbito do SUS.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.

Teixeirópolis, Rondônia – 21 de outubro de 2025

ANTONIO PINTO SOBRINHO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologo a Resolução N º 028/2025 CMS – Nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

JOSÉ ROBERTO DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Port. nº. 135/GAB/2025 de 11/06/2025

Publicado por:
Érika Elizabeth Oliveira Dias Vieira
Código Identificador:85EE4C69

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 048/PMT/SEMAF/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 929/SEMAF/2025 PROCESSO ADM DE ACOMPANHAMENTO N° 1887/SEMAF/2025

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ n° 84.727.601/0001-90

Parte 2: CARVALHO RODRIGUES NEGOCIACOES LTDA
CNPJ nº 42.009.468/0001-97

O Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSUMO (ÁGUA MINERAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS (SEMAF, SEMED, SEMAGRI, SEMDAS, SEMUSA), DO MUNICIPIO DE THEOBROMA-RO.

Prazo: O prazo de vigência do contrato é de **12 (Dose) meses**, contados da assinatura do CONTRATO.

Valor: O valor do presente contrato é de R$:**1.009,50 (Um Mil e nove reais e cinquenta centavos).**

Theobroma/RO, 21 de Outubro de 2025.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:B1D5CDD4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº. 049/PMT/SEGAP/2025 PREGÃO ELETRÔNICO N° 013/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 719/SEMAF/2024 PROCESSO ELETRÔNICO N° 262/SEGAP/2025

Parte 1: PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA
CNPJ n° 84.727.601/0001-90

Parte 2: LIMA & SILVA LTDA
CNPJ nº 08.156.871/0001-00

O Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESTRUTURA, PARA O DIA DOS FINADOS, 02 (DOIS) DE NOVEMBRO. (LOCAÇÃO DE UMA TENDA DE 10X10 METROS PARA INSTALAÇÃO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL NO DIA DE FINADOS).

Prazo: O prazo de vigência do contrato é de **12 (Dose) meses**, contados da assinatura do CONTRATO.

Valor: O valor do presente contrato é de R$:**1.647,61 (Um mil Seiscentos e quarenta e sete reais e sessenta e um centavos).**

Theobroma/RO, 21 de Outubro de 2025.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

Publicado por:
Jheniffer Kariny de Oliveira Silva
Código Identificador:826C28D1

GABINETE DO PREFEITO
32° CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/PMT/SEMED/2025

A PREFEITURA DE THEOBROMA através DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, CONVOCA os candidatos aprovados no processo seletivo simplificado Nº 001/PMT/SEMED/2025 Conforme segue em anexo I, de acordo com o **DECRETO** Nº 3878/**GP/PMT/2025 de** homologação e Processo administrativo N°1137/2024. Os candidatos convocados são para preenchimento de vagas do quadro de profissionais da educação temporários, sendo a se apresentarem na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Theobroma que fica localizada na Av. 13 de fevereiro, nº 1431 no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis a contar da publicação deste, para formalização contratual, munidos dos documentos abaixo relacionados.
DOCUMENTOS:
a) Carteira de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF;
c) Título Eleitoral;
d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;
e) Certidão de Nascimento ou Casamento;
f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;
g) 02 (duas) fotografias 3x4, recente;
h) Comprovantes de escolaridade e especialização correlacionados ao cargo ao qual foi aprovado;
i) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação - frente e verso - página da última contratação);
j) Declaração de bens e rendas;
k) Número da conta corrente;
l) Certidão de nascimento dos dependentes menores de 14 anos, acompanhado de carteira de vacinação e comprovação de frequência à escola, devidamente atualizada;
m) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;
n) Comprovante de residência;
o) Declaração de que não acumula cargos no serviço públicos, federal, estadual e municipal;
p) Declaração de que não está em licença para tratamento de saúde, licença prêmio ou outros tipos de licença, com ou sem ônus para o erário;
q) Certidão negativa do Tribunal de Contas.
s) Atestado de sanidade física e mental (SUS)
t) Hemograma Completo
u) VDRL
v) Beta HCG (mulheres)
w) HBSAG
X) Tipo sanguíneo
z) Glicose

Theobroma – RO, 17 de outubro de 2025.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

ANEXO I

ASSISTENDE SOCIAL - SEMED			
Classificação	Nome do Candidato (a)	Data de Nascimento	Nota
3º	LENICE ALVES DE LIMA	17/11/1973	7,5

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:27304691

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO DE POSSE THEOBROMA/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR EFETIVO NO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL CIVIL DO MUNICÍPIO DE THEOBROMA, RONDÔNIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA,nousodasatribuiçõeslegaisquelhesão conferidas pela Lei Orgânica do município e,

CONSIDERANDOo resultado final homologado concurso público, Edital nº 001/2023,realizado pela empresa RHS Consult LTDA, organizadora do certame;

CONSIDERANDOo Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado.

D E C R E T A

Art. 1ºFica empossado, a servidora LUCIENE PACHECO RABELO, RG nº630.93*.**2-*5 CIN/RO, CPF nº630.93*.**2-*5, cargo de ENFERMEIRO (A),40 (HRS),para exercer as suas funções na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma

Art. 2ºEsteDecreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3ºRegistre-se; Publique-se; Cumpra-se.

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:1E83EDBD

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO Nº 28 CONCURSO PUBLICO – EDITAL Nº 001/2023

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO Nº 28 CONCURSO PUBLICO – EDITAL Nº 001/2023

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023,CONVOCAos candidatos aprovados em ordem classificatória, conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à nomeação e posse dos respectivos cargos, observadas as seguintes condições:

1. DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS
1.1. Os candidatos relacionados no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Theobroma, situada à Avenida 13 de Fevereiro, n° 1431, Setor 01, portando a documentação descrita no ANEXO II deste edital para tomar posse.
1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias uteis, contados a partir da data de publicação deste edital para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.
1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento, acarretará o não cumprimento da exigência do edital.

2.DOS EXAMES MÉDICOS
2.1. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.2. Eventuais candidatos portadores de deficiências convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2.1, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado juntamente com a documentação de posse.

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO
3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Termo de Posse, obedecendo a legislação vigente.

4. DA POSSE
4.1. Cumpridas as exigências constantes deste Edital, o candidato será empossado e receberá instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
4.2. Após a posse, o candidato deverá apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais após a sua apresentação, que será atestada pelo Superior Hierárquico à qual ficará subordinado.

Gabinete do Prefeito do Município de Theobroma, Estado de Rondônia, aos 21 dias do mês de outubro do ano 2025. (21/10/2025)

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo:	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	
Inscrição	Nome do candidato	Classificação
1181	GIRLEIDE ONIS FILARDI FREITAS	15º
0300	PATRICIA SOUZA MOTA	16º
1028	CLEIDIANE THOMAZ SENA	17º

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMISSIONAIS

O candidato convocado para nomeação e posse no cargo deverá apresentar a seguinte documentação para admissão:

• Original e duas fotocópias da Certidão de Nascimento ou Casamento;
• Original e duas fotocópias da Certidão de Nascimento dos dependentes legais (menores de 18 anos de idade);
• Original e uma fotocópia do Cartão de Vacinas dos dependentes (menores de 14 anos de idade);
• Comprovante de Frequência Escolar dos dependentes (maiores de 05 anos e menores de 14 anos);
• Original e duas fotocópias da Cédula de Identidade;
• Original e duas fotocópias do CPF/MF e Cópia do CPF dos dependentes quando houver;
• Original e duas fotocópias do Título de Eleitor;
• Original e uma fotocópia do comprovante que está quite com a Justiça Eleitoral. (Disponível no sitewww.tre.ro.gov.br);
• Original e uma fotocópia do Cartão do PIS/PASEP (para os não cadastrados, apresentar Declaração de não cadastrado);
• Original e uma fotocópia do Certificado de Reservista (para candidatos do sexo masculino);
• Original e uma fotocópia do Comprovante de Escolaridade, exigida para o exercício do cargo, com devido reconhecimento pelo Ministério da Educação do Brasil – MEC, não será aceito outro tipo de comprovação de escolaridade, que não esteja de acordo com o previsto no disposto do item do Edital (autenticadas em cartório);
• Registro no Conselho de Classe equivalente - uma fotocópia (autenticadas em cartório), exceto para os cargos cuja legislação não exija;
• Uma fotocopia da Cédula de Identidade e do CPF do cônjuge;
• Original da Prova de Quitação com a Fazenda Pública do Estado de Rondônia, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia. (Disponível no sitewww.sefin.ro.gov.br);
• Original da Certidão Negativa expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (disponível no sitewww.tce.ro.gov.br);
• Original e uma fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (páginas da fotografia e da Identificação);
• Original e uma fotocópia do Comprovante de Residência atualizado;
• Duas fotografias 3x4, iguais e recentes;
• Originais das Certidões Negativas expedidas pelo cartório de distribuição Cível e Criminal do Fórum da Comarca de residência do candidato no Estado de Rondônia ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 5 (cinco) anos. (Disponível no sitewww.tj.ro.gov.br);
• Original da Certidão Negativa da Justiça Federal, (civil e criminal) dos últimos 5 (cinco) anos. (Disponível no sitewww.justicafederal.jus.br);
• Original da Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal, junto a Prefeitura Municipal de Theobroma;
• Duas vias originais de Declaração, emitida pelo próprio candidato, informando se ocupa ou não outro cargo público. Caso ocupe, deverá apresentar também Certidão expedida pelo órgão empregador informando: a Carga Horária Contratual; Horário de Trabalho e Regime Jurídico; (com firma reconhecida)
• Uma Declaração original, emitida pelo próprio candidato, informando sobre a existência ou não de investigações criminais, ações cíveis, penais ou Processo Administrativo em que figura como indiciado ou parte (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes), (com firma reconhecida).

• Uma Declaração original emitida pelo próprio candidato, de existência ou não de demissão por justa causa ou a bem do Serviço Público (sujeito à comprovação junto aos órgãos competentes), (com firma reconhecida);
• Original e uma cópia da CNH – Carteira Nacional de Habilitação com categoria compatível, Certificado do Curso do Transporte Escolar atualizado e Certidão de Nada Consta emitida pelo DETRAN (p/ os motoristas);
• Uma original declaração, emitida pelo próprio candidato declarando seus dependentes (nome, CPF, grau de parentesco) para fins de Imposto de Renda (com firma reconhecida);
• Uma declaração original de Bens, com firma reconhecida; (modelo disponível na Divisão de Recursos Humanos), (com firma reconhecida).
• Uma Auto declaração Racial original;

• Avaliação Psiquiátrica
• Avaliação auditiva;
• Avaliação psicológica;
• Raio-X de tórax padrão OIT
• Glicemia de jejum
• Eletrocardiograma
• Eletroencefalograma ocupacional

• Acuidade visual;
• Sangue: VDR; Glicemia; Hemograma; Ácido Úrico; Ureia; Creatinina; Lipidiograma completo; Sorologia para Chagas; TGP e TGO; HBSag; AntiHBS; AntiHCV;
• Escarro: BAAR;
• Urina: EAS – Toxicologia (Cocaína e Maconha);
• Original do Exame de Capacidade Física e Mental, expedido pelo Médico Oficial do Município de Theobroma (baseado no exame geral do candidato e nos exames listados nos itens 29 a 39 desta Relação);
• Grupo Sanguíneo e Fator RH (ou carteira de doador de sangue ou documento equivalente).

ANEXO III
DECLARACAO DE ACUMULO DE CARGOS

Eu,....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade, queNÃO EXERÇOem acumulação remunerada qualquer outro Cargo, Emprego ou Função Pública, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, abrangendo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.

(Obs. Se acumular cargo, deve declarar o cargo, unidade empregadora e carga horaria).

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO IV
DECLARACAO DE INEXISTENCIA DE INVESTIÇÃO CRIMINAL

Eu,....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO que na presente data não respondo a processo criminal, de ações civis, administrativo e nem sofro investigação por infração penal, ações civis, penais, ou processo administrativo em que me figure como indiciado ou parte.

Ficando ciente de que qualquer declaração falsa ou omissão da verdade implica na possibilidade de aplicação das sanções cominadas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO V
DECLARACAO DE NAO EXISTENCIA DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA

Eu,....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais,não haver sofrido ou estar cumprindo, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão por justa causa nos últimos 5 (cinco) anos, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VI-A
DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu,....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLAROsob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais, que possuo dependentes para fins de Imposto de Renda, conforme relacionado a seguir.

Nº	Nome	Grau de parentesco	CPF	Data de nascimento
01				00/00/0000
02				
03				
04				
05				

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VI-B

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, ..., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO sob pena de responsabilidade para todos os efeitos legais, que NÃO possuo dependentes para fins de Imposto de Renda.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____

NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, ..., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLAROpara os devidos fins que até a presente data possuo os seguintes bens:

OBS. Se não possuir bens declarar "NÃO POSSUO BENS"

Item	Discriminação	Valor (R$)
01		0,00
02		
03		
04		
05		
Total		0,00

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

ANEXO VIII
AUTODECLARAÇÃO DE ETINIA

Eu,....., brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade com RG n° ..... SSP/....., inscrito no CPF n° ....., residente na ....., nº ....., Setor ....., na cidade de ....., Estado de Rondônia, DECLARO que soubranco, preto, pardo, indígena, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente declaração.

...../RO, ... de ..... de 2024.

_____
NOME DO DECLARANTE
Declarante

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:CF6186AA

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE LOTAÇÃO THEOBROMA/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025

A GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, atendendo ao Edital de Convocação de Posse, por meio do Concurso Público – Edital nº 001/2023 e do Termo de Posse em Cargo Efetivo, assinado pelo Prefeito do município conjuntamente com o Secretário Municipal de Administração e Fazenda e o Empossado, FIXA a lotação do servidora LUCIENE PACHECO RABELO, RG nº630.93*.**2-*5 CIN/RO, CPF nº630.93*.**2-*5, cargo deENFERMEIRA, 40 (HRS), na Secretaria Municipal de Saúde do Município de Theobroma.
A servidora deverá se apresentar junto à secretaria de lotação, munido deste Termo de Lotação, para dar início às suas atividades laborais.

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:BBC1B9C0

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE POSSE THEOBROMA/RO, 21 DE OUTUBRO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE THEOBROMA, ESTADO DE RONDÔNIA, no exercício e suas competências legais conferidas pela Lei Orgânica do Município com fulcro no resultado do final do Concurso Público normatizado pelo edital de concurso público nº 001/2023,EMPOSSA, nesta data, a senhora LUCIENE PACHECO RABELO, RG:630.93*.**2-*5 CIN/RO, CPF:630.93*.**2-*5 para exercer o cargo efetivo de ENFERMEIRO (A), habilitado em concurso público.
A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei,prestou o compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deverese atribuições do cargo, bem como se comprometeu a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal.
Para constar, eu, RAYNER SANTOS BASTOS, Secretário Municipal de Administração e Fazenda, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado, pelo Prefeito e pelo servidor empossado.

Theobroma/RO, 21/10/2025

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito

RAYNER SANTOS BASTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

LUCIENE PACHECO RABELO
Servidor Empossado

Publicado por:
Leticia Dos Santos Costa
Código Identificador:B9DCFE69

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE URUPÁ
HOMOLOGAÇÃO - CREDENCIAMENTO 01/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Urupá/RO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2025 e na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **RESOLVE**:

1.HOMOLOGAR o resultado da etapa de habilitação do Credenciamento nº 001/2025 –Processo Administrativo nº 54/2025.

2.PUBLICAR a **Relação das Empresas Habilitadas e Credenciadas**, as quais cumpriram todas as exigências do Edital e estão aptas a celebrar o Termo de Credenciamento:

Nº	Empresa Credenciada	CNPJ	Situação
1	FLYTOUR SERVICOS DE VIAGENS NOVA PRATA	06.200.694/0001-97	Habilitada e credenciada
2	I.L. BARRETO REPRESENTACOES LTDA	07.933.551/0001-57	Habilitada e credenciada
3	KOA TURISMO E INTERCAMBIO LTDA	34.140.729/0001-85	Habilitada e credenciada
4	R MORAES AGENCIA DE TURISMO LTDA	06.955.770/0001-74	Habilitada e credenciada
5	VOAR BEM VIAGENS E TURISMO LTDA	07.656.394/0001-80	Habilitada e credenciada

3.DETERMINAR que, após o deferimento do credenciamento, as interessadas sejam comunicadas via correio eletrônico/telefone e que a Câmara Municipal promova a publicação no Diário Oficial do Município (AROM).

4.CONVOCAR as empresas credenciadas listadas acima para, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, assinar o Contrato, sob pena de cancelamento.

5.RESSALTAR que o credenciamento permanecerá aberto à medida em que novos interessados comprovem o atendimento aos requisitos de habilitação. A lista dos credenciados será divulgada e mantida atualizada por meio do sítio eletrônico oficial.

Urupá, 17 de outubro de 2025

JARBAS LUIS DE ALMEIDA
Presidente da Câmara Municipal de Urupá

Publicado por:
Tayná Teixeira Santos
Código Identificador:BFAA81CE

PROCURADORIA JURIDICA
1º ADITIVO CONTRATO N. 050.2025 - ADITIVO. SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS (TERMO ACUSTICA). VALOR - SEMINFRA

1º ADITIVO DO CONTRATO N. 050/2025 – SEMINFRA

"1º ADITIVO CONTRATUAL QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE URUPÁ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA – SEMINFRA E A EMPRESA MJ ENGENHARIA LTDA."

O MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF n. 63.787.097/0001-44, com endereço sede na Av. Jorge Teixeira, n. 4.872, Bairro Alto Alegre, Urupá/RO, representado por seu Prefeito, o **Sr. EZEQUIEL SALDANHA**, doravante denominado **CONTRATANTE** com interveniência da **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA - SEMINFRA**, representado por seu Secretário o Sr. LEONEL TEIXEIRA, e de outro lado a empresa **MJ ENGENHARIA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 22.946.181/0001-86, com sede na Rua Comburiara, n. 6014, bairro Beira Rio, cidade de Rolim de Moura/RO, neste ato representada pelo Sr. **ALECXANDRO BUZIQUIA RASTEIRO**, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente contrato, submetendo as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021, pelo qual é regido o contrato, suas cláusulas e condições, corroborado com as demais normas que regem a matéria em questão, atentando-se aos princípios básico que regem a Administração Pública, entendido o da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência, instituindo-se pelas cláusulas a seguir transcrita:

I – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: 1º aditivo do contrato n. 050/2025, para substituição de telhas de aço/alumínio por telhas metálicas termo acústicas utilizadas na construção do barracão do centro de pessoa com deficiência do município de Urupá/RO:

QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
	O item a ser glosado foi conveniado no valor de R$ 11.669,61 (onze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) e licitado por R$ 7.625,52 (sete mil, seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e dois centavos). Já o item a ser aditivado ficou orçado em R$ 33.299,53 (trinta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos), no entanto após aplicado o porcentual de desconto da licitação, **o item passa a ter o valor de R$ 21.979,77 (vinte e um mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos).**		R$ 21.979,77

III – DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica aditivado o valor de R$ 21.979,77 (vinte e um mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos), Despacho do Setor de Engenharia do Município Contratante ao **id n. 239232**, o valor aditivado corresponde a **10,9102%** do valor originário do contrato.

III – DA EFICÁCIA DAS DEMAIS CLÁUSULAS

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam asseguradas todas as cláusulas constantes do Contrato n. 050/2025 – SEMINFRA, exceto as cláusulas alteradas por este instrumento. Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente termo de aditivo, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que surtam um só efeito.

Urupá/RO, 21 de outubro de 2025.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá-RO
Contratante

MJ Engenharia LTDA
IRISLAINE SOUZA FIRME FAZOLO
Contratada

LEONEL TEIXEIRA
SEMINFRA
Interveniente

DR. JOHNATAN SILVA DE SOUSA
Procurador-Geral do Município
OAB/RO 8732

Publicado por:
Johnatan Silva de Sousa
Código Identificador:A35688CE

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N. 446 - 21.10.2025 - NOMEAÇÃO. CANDIDATOS. APROVADOS. PROVIMENTO. INVESTIDURA. CARGOS PÚBLICOS. VAGAS. CONCURSO PÚBLICO N. 001.2022

DECRETO N. 446/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

AUTORIZA A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS, O PROVIMENTO E INVESTIDURA NOS CARGOS PÚBLICOS, CONCERNENTE AS VAGAS OFERECIDAS NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, e conforme expedientes contidos no processo eletrônico n. 123/2022.
Considerando o Ofício n. 091/2025 – SEMAP de 21 de outubro de 2025 e nos termos do Edital de Convocação n. 009/2025.
DECRETA:
Art. 1º Fica autorizada a nomeação dos candidatos aprovados e convocadas do recente concurso público conferido pelo Edital n. 001/2022 do processo eletrônico n. 123/2022, para investidura e provimento dos cargos públicos. O nome dos candidatos e o cargo público correspondente, consta no Anexo I.
Art. 2º As despesas resultantes da aplicação do disposto neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas nas Secretarias que serão lotados os novos servidores.
Art. 3º Serão emitidos Termo de Posse individualizados para comprovação do início da investidura no cargo público que se **iniciará no dia 24/10/2025.**
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **com eficácia a partir de 24 de outubro de 2025.**

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito de Urupá

ANEXO I

Ordem	CH	Nome	Cargo	CPF	DATA DE POSSE
01	40h	ALANA DA SILVA FORTES	306 – GUARDIÃO DO ABRIGO	***.760.172**	24/10/2025

Publicado por:
Johnatan Silva de Sousa
Código Identificador:01DE47F0

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO 3º ADITIVO CONTRATO N. 074.2024 - ADITIVO. VALOR. PAVIMENTAÇÃO. BLOCOS - SEMINFRA

EXTRATO 3º ADITIVO DO CONTRATO N. 074/2024 – SEMINFRA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, inscrito no CNPJ sob n. 63.787.097/0001-44, representado por seu Prefeito o **Sr.**

EZEQUIEL SALDANHA. **INTERVENIENTE**: **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA – SEMINFRA**, representada pelo seu Secretário o Sr. **LEONEL TEIXEIRA**
CONTRATADA: CONSTRUFOR CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 15.875.636/0001-54, com sede na Rua Paulo Leal, 1436, bairro Nossa Senhoras das Graças, Município de Porto Velho/RO neste ato representada por seu sócio administrador o **Sr. JONAS PEREIRA DE SOUZA**.**DO OBJETO:** O presente termo contratual tem por objeto o **3º Aditivo de Valor, inerente o Contrato n. 074/2024**, fulcro permissivo legal previsto no artigo 125 da Lei 14.133/2021, tendo por objetivo o aditivo de valor, concernente a ampliação de serviços da execução de Pavimentação em Blocos Intertravados e Pavimentação em Blocos Intertravados. Mediante instrução autorizativa prevista no Ofício n. 076, de 03 de julho de 2025, (ID. 242425), Manifestação favorável da Controladoria Geral (ID. 243044) e Autorização do Chefe do Poder Executivo (ID. 243451).**DO VALOR:** O valor deste aditivo contratual é de R$ 58.813,84 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), que corresponde 6,05% (seis inteiro e cinco centésimos por cento) do valor licitado e contratado, valores serão custeados com recursos de Transferências Especiais, os quais serão processados na Programação 15.451.0002.2.221– PAVIMENTAÇÃO COM BLOCOS INTERTRAVADO, e elemento 4.4.90.51 Obras e Instalações. **DA EFICÁCIA DAS DEMAIS CLÁUSULAS:** Ficam asseguradas todas as cláusulas constantes do Contrato n. 074/2024, firmado em 12 de novembro de 2024, exceto as cláusulas alteradas por este instrumento. Para firmeza e como prova do acordo, é lavrado o presente termo de aditivo, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que surtam um só efeito.

Urupá/RO, 21 de outubro de 2025.

DR. CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA
Procurador do Município
OAB/RO 2488

Publicado por:
Kaiky Gabriel Ramires Rodrigues Souza
Código Identificador:25574206

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO. CONTRATO N. 077 - CONTRATAÇÃO. EMPRESA. REMENDO. TROCA. PNEU - SEMEC

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO N. 077/2025
PROCESSO N. 510/2025 – SEMED

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n. 63.787.097/0001-44, com sede principal na Av. Jorge Teixeira n. 4872, Bairro Alto Alegre, nesta urbe, representado por seu Prefeito o **Sr. EZEQUIEL SALDANHA**, com interveniência **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, representado por seu Secretária a **Sra. FABIANA PORTILHO SENHORINHO**.
CONTRATADA: ROSEMEIRE GOMES DA SILVA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n. 48.271.755/0001-57 com sede na cidade de Urupá, na Rodovia 473, n. 01, CEP: 76929-000, município de Urupá - RO, neste ato, representada por sua proprietaria a **Sra**. **ROSEMEIRE GOMES DA SILVA**
OBJETO Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de empresa especializada em Remendos e Trocas em pneus de veículos:

DESCRIÇÃO	QTDE	VLR UNIT	VLR TOTAL
Remendo quente para pneu de aro 13 a 17 (Veículo de pequeno porte)	36	R$ 22,63	R$ 814,68
Troca de Pneu de aro 13 a 17 (Veículo de pequeno porte)	18	R$ 16,47	R$ 296,46
Remendo quente para pneu de aro 15 a 18 (Veículo de médio porte)	32	R$ 31,07	R$ 994,24
Troca de pneu de aro 15 a 18 (Veículo de médio porte)	16	R$ 24,34	R$ 389,44
Remendo quente para pneu de aro 17 a 22 (Veículo de grande porte)	80	R$ 46,09	R$ 3.687,20
Troca de pneu aro 17 a 22 (Veículo de grande porte)	90	R$ 37,80	R$ 3.402,00

DO VALOR: O valor global dessa contratação é de **R$ 9.584,02 (Nove mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e dois centavos)** demais notas de empenho complementarão o valor originário deste contrato, de acordo com a ata de Registro de Preço n. **017/2023.**
DOS RECURSOS: Elemento de Despesa: **33.90.39 – Prestação de Serviços Pessoa Jurídica,** Desdobramento: **19.00 – Manutenção e Conservação de Veículos.**

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMEC
Programação: 02.004.12.361.0007.2.071 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental MDE.
DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO: O prazo de vigência será de 12 (meses) dias e execução contratual serão de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ordem de serviço.

Urupá/RO, 21 de outubro de 2025.

DR. CLAUDINEY QUIRINO DE SOUZA
Procurador do Município de Urupá OAB/RO 2488

Publicado por:
Kaiky Gabriel Ramires Rodrigues Souza
Código Identificador:6B203575

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.174/2025 -

LEI N. 1.174/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Especial, no valor total de R$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento e Agricultura– SEMINFRA, para Aquisição de Caminhão Basculante/Caçamba"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no corrente exercício em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento e Agricultura – SEMINFRA, no valor total de **R$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois mil reais)** para aquisição de caminhão basculante/caçamba.
Parágrafo Único: A composição do valor deste crédito perfaz-se com o valor de **R$ 792.000,00 (setecentos e noventa e dois mil reais),** provenientes de Transferência Especial Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda, advindo de indicação Parlamentar do Senador Jaime Bagattoli, oriundo da Proposta nº 09032025-075781 / 2025.
Art. 2º O Poder Executivo mediante decreto, regulamentará funcional programática, a natureza da despesa, suplementando o órgão e a unidade orçamentária supracitada, conforme previsão do Artigo 41 e 42 da Lei n. 4.320/1964.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se na forma da Lei.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá/RO

Publicado por:
Claudiney Quirino de Souza
Código Identificador:156E548C

PROCURADORIA JURIDICA
LEI N. 1.175/2025

LEI N. 1.175/2025 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

"Abertura de crédito adicional especial proveniente do Contrato de Financiamento n. 0612004-02/2023 (Programa FINISA), no valor de R$ 59.505,12 (cinquenta e nove mil, quinhentos e cinco reais e doze centavos) afim custear um Aditivo de Serviços

Complementares na Estrutura Metálica para Placas Fotovoltaicas, proveniente de operação de crédito.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no corrente exercício em favor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Desenvolvimento no valor total de **R$ 59.505,12 (cinquenta e nove mil, quinhentos e cinco reais e doze centavos)** proveniente de operação de crédito do Contrato de Financiamento n. 0612004-02/2023 (Programa FINISA), custear um Aditivo de Serviços Complementares na Estrutura Metálica para Placas Fotovoltaicas, oriundas do processo administrativo n. 490/2024.
Art. 2º O Poder Executivo mediante decreto, regulamentará funcional programática, a natureza da despesa, suplementando o órgão e a unidade orçamentária supracitada, conforme previsão do Artigo 41 e 42 da Lei n. 4.320/1964.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Publique-se na forma da Lei.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá/RO

Publicado por:
Claudiney Quirino de Souza
Código Identificador:3854E0BF

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N. 184/2025

PORTARIA N. 184/2025 DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

“Estabelece regime de adiantamento a Sra. JUCIANE GONÇALVES MAIA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE URUPÁ/RO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 5º, inciso I da Lei Orgânica do Município, com fundamentos contidos no processo eletrônico n. 583/2025.
RESOLVE:
Art. 1º Estabelecer regime de adiantamento para a Sra. **JUCIANE GONÇALVES MAIA**, matrícula n. 6262, Secretária Municipal de Administração e Planejamento. Os recursos necessários serão para atender necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, sendo as despesas de caráter excepcionais e imprevisíveis que não podem ser subordinadas aos procedimentos normais.
Art. 2º Fica o regime de adiantamento concedido através da Funcional Programática: **02.002.04.122.0001.2.004,** para suprimento de consumo e serviço a ser lançado nos elementos de despesa abaixo relacionados, por meio do Processo Eletrônico n. 583/2025.
PROGRAMAÇÃO: 02.002.04.122.0001.2.004 – Prefeitura Municipal de Urupá – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – Manter e ampliar as atividades administrativas da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
Elementos:
3.3.90.30 – 96 Material de consumo – Pag. Antecipado.....**R$ 4.000,00**
3.3.90.39 – 96 Prestação de Serviços – Pag. Antecipado.....**R$ 3.000,00**
Art. 3º O período do regime de adiantamento concedido será de 30 (trinta) dias para aplicação contado da disponibilização do recurso financeiro ao servidor, e 20 (vinte) dias para prestação de contas, conforme prevê o Artigo 6º e Capítulo V do Decreto n. 190/2014, que regulamenta a Lei n. 632/2014.
Art. 4º Os processos e demais expedientes relativos aos adiantamentos, após sua aplicação e devida prestação de contas final, ficarão arquivados na Contabilidade à disposição da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Publique-se na forma da Lei.

EZEQUIEL SALDANHA
Prefeito do Município de Urupá-RO

Publicado por:
Claudiney Quirino de Souza
Código Identificador:BCA9ADC3

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA CLEIDE GOMES FALONE- PROCESSO Nº 719/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
Cleide Gomes Falone		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora Cleide Gomes Falone, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:90C6FA0A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA ELIANA SOARES ALVES- PROCESSO Nº 717/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
ELIANA SOARES ALVES		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora ELIANA SOARES ALVES, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:E82A36E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA ELIONORA BARROS NASCIMENTO CARVALHO- PROCESSO Nº 1311/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
ELIONORA BARROS NASCIMENTO CARVALHO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora ELIONORA BARROS NASCIMENTO CARVALHO, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:AD5E3E00

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA FABIANA PORTILHO SENHORINHO - PROCESSO Nº 1312/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
FABIANA PORTILHO SENHORINHO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
VALE DO PARAISO/RO	18/09/2025	18/09/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária a servidora FABIANA PORTILHO SENHORINHO, em razão de seu deslocamento à cidade de **VALE DO PARAISO/RO**, na função de **Secretaria**, para Visita na Escola Maria Mathilde.		

Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:B60A4F92

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA FABIANA PORTILHO SENHORINHO- PROCESSO Nº 1312/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
FABIANA PORTILHO SENHORINHO		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	15/10/2025	15/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora FABIANA PORTILHO SENHORINHO, em razão de seu deslocamento à cidade de **Ji-Paraná/RO**, para participação na **Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:8C689CDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA JHONATHAN SANTOS MOREIRA - PROCESSO Nº 306/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
JHONATHAN SANTOS MOREIRA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor Jhonathan Santos Moreira, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, na função de motorista, para conduzir os servidores que participaram da Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:DA6FA421

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA JHONATHAN SANTOS MOREIRA - PROCESSO Nº 306/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
Jhonathan Santos Moreira		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
VALE DO PARAISO/RO	18/09/2025	18/09/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor **Jhonathan Santos Moreira**, em razão de seu deslocamento à cidade de **VALE DO PARAISO/RO**, na função de **motorista**, para conduzir a Secretária de Educação em Visita na Escola Maria Mathilde.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:D72C574C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA JHONATHAN SANTOS MOREIRA - PROCESSO Nº 306/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
Jhonathan Santos Moreira		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
PORTO VELHO/RO	28/09/2025	30/09/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor Jhonathan Santos Moreira, em razão de seu deslocamento à cidade de Porto Velho/RO, na função de motorista, para conduzir a servidora Surlei que participou da Formação Presencial do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia – PROALFA Rondônia, realizada nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 2025.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
2,5	R$ 562,95	R$ 1.407,38

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:AAF5C52E

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA JHONATHAN SANTOS MOREIRA- PROCESSO Nº 306/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
JHONATHAN SANTOS MOREIRA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	15/10/2025	15/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor **Jhonathan Santos Moreira**, em razão de seu deslocamento à cidade de **Ji-Paraná/RO**, na função de **motorista**, para conduzir os servidores que participaram da **Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:07AAF05A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MARCIA ALVES PEREIRA ANDRADE - PROCESSO Nº 714/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MARCIA ALVES PEREIRA ANDRADE		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MARCIA ALVES PEREIRA ANDRADE , em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:FDAA256D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA - PROCESSO Nº 643/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:154F0B14

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA - PROCESSO Nº 643/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	15/10/2025	15/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MARIA DO CARMO BORGES LEAL SILVA, em razão de seu deslocamento à cidade de **Ji-Paraná/RO**, para participação na **Formação dos Gestores, Formadores e**		

Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:293A45B6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MARIA LUCINEIDE FELIPE DA SILVA - PROCESSO Nº 373/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MARIA LUCINEIDE FELIPE DA SILVA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MARIA LUCINEIDE FELIPE DA SILVA, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:BCFC8E59

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA - PROCESSO Nº 644/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, para participação na Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:7B826CD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA - PROCESSO Nº 644/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	15/10/2025	15/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA, em razão de seu deslocamento à cidade de **Ji-Paraná/RO**, para participação na **Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:E697C719

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA - PROCESSO Nº 644/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO/RO	17/10/2025	17/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora **MONICA ANDREIA DA SILVA ARAUJO ALMEIDA**, em razão de seu deslocamento à cidade de **OURO PRETO/RO**, para participação na **Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:93798DE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA NATANAEL VIDAL DOS SANTOS - PROCESSO Nº 1112/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
NATANAEL VIDAL DOS SANTOS		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
JI-PARANÁ/RO	14/10/2025	14/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor NATANAEL VIDAL DOS SANTOS**, em razão de seu deslocamento à cidade de Ji-Paraná/RO, na função de motorista, para conduzir os servidores que participaram da Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC.**		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:8C1015FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONCESSÃO DE DIÁRIA SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA- PROCESSO Nº 768/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
PORTO VELHO/RO	28/09/2025	30/09/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária à servidora SURLEI GONCALVES ANTUNES ROCHA, em razão de seu deslocamento à cidade de **Porto Velho/RO**, para participação na **Formação Presencial do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia – PROALFA Rondônia**, realizada nos dias **28, 29 e 30 de setembro de 2025**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
2,5	R$ 562,95	R$ 1.407,38

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:174C3BD3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2025/ARP PROCESSO 1048/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2025/ARP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/2025
PROCESSO ADM:Nº 1-1048/2025/CGSRP

Homologação:**17/10/2025**
Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

Aovigésimo diado mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita noCNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 Bairro Centro, Vale do Paraíso RO, neste ato representado pelo Setor de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços CGSRP, com interveniência da**SECRETARIA MUNCIPAL DEOBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP,**e a (s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula II, sob a regência da LEI N. 14.133/2021,DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**,**eDECRETO MUNICIPAL 9089/2023e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e

demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1.SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM E PONTES RURAL (INSTALAÇÃO DE BUEIROS DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAIS E TRANSPOSIÇÃO DE RIOS, CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PONTES EM MADEIRA, ATERRO COM ESTABILIZANTE DE SOLOS)**PARA ATENDER ASECRETARIA MUNCIPAIL DEOBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP.

2.**Empresa (s) Vencedora(s):**

2.1.Fornecedor01:TERRA FORTE LTDA CNPJ: 01.999.130/0001-42.**Item:01**
2.2. VALOR TOTAL: R$ 14.761.900,00 (quatorze milhões e setecentos e sessenta e um mil e novecentos reais).

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:B9ED4B38

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2025/ARP PROCESSO 1394/2025

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2025/ARP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 005/2025
PROCESSO ADM:Nº 1-1394/2025/CGSRP

Homologação:**20/10/2025**
Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

Aovigésimo diado mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita noCNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 Bairro Centro, Vale do Paraíso RO, neste ato representado pelo Setor de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços CGSRP, com interveniência da**SECRETARIA MUNCIPAL DEOBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP,**e a (s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula II, sob a regência da LEI N. 14.133/2021,DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023**,**eDECRETO MUNICIPAL 9089/2023e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preço para eventual e futura**Contratação de Empresa Especializada em implantação de infraestrutura de drenagem (instalação de galerias em aduelas pré-moldadas para transposição de rios)**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP, do município de Vale Do Paraiso/RO.

2.**Empresa (s) Vencedora(s):**

2.1.Fornecedor01:WALTER DA SILVA LTDA CNPJ: 22.821.748/0001-98.**Item:01**
2.2. VALOR TOTAL: 19.438.496,00(Dezenove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis).

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:A0C4AE40

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1351/2025

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1351

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP)
Fornecedor:**D.F.FANCHETTI E CIA LTDA - 10.759.822/0001-04 SOLIMOES LTDA (CNPJ: 45.919.060/0001-40)**

OBJETO: Aquisição de material de construção (Brita Meia, Brita N°1, Pó de (Brita, Pedrisco e Areia Grossa Lavada) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO/RO, no uso de suas atribuições legais, e considerando:

Os atos praticados no Processo Administrativo**nº: 1-1351/2025**

A adjudicação:do Pregão Eletrônico nº 014/2025 às empresas D.F. Fanchetti e Cia Ltda e Solimões Ltda.**No valor total deR$ 530.500,00**(quinhentos e trinta mil e quinhentos reais).

O Parecer Jurídico Final favorável, que atestou a regularidade do procedimento licitatório e a inexistência de óbices à sua homologação;

RESOLVE:

HOMOLOGARo resultado do**Pregão Eletrônico nº 014/2025**, referente à Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de materiais de construção, (Brita Meia, Brita N°1, Pó de Brita, Pedrisco e Areia Grossa Lavada) para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos SEMOSP.

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:F46C5EAF

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

COMISSÃO PERMANENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA 131 - 2025 EDITORA JORNALISTICA MADEIRAO LTDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 131
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1768

No dia 21 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS/RO** , inscrito(a) no CNPJ 84.744.994/0001-40, com sede à AV AFONSO PENA n° S/N CEP 78994-800 – Alto Alegre dos Parecis-RO neste ato legalmente representado por **DENAIR PEDRO DA**

SILVA, portador do CPF n° **815.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: EDITORA JORNALISTICA MADEIRAO LTDA				**CNPJ: 18.693.751/0001-04**		
Representante: EDERSON JOSE DA SILVA LOPES						
Telefone: (69) 3223-3924						
Email: elopes1410@gmail.com						
Endereço: R SANTOS DUMONT, 1752 - PEDRINHAS, Porto Velho - RO - 76801-462						
Item: 1	**Quantidade:** 26.400,00	**Unidade:** CM/COL	**Marca:** SERVIÇO	**Modelo:** SERVIÇO	**Preço Unitário:** R$ 21,50	**Valor Total:** R$567.600,00
Descrição: Serviços de publicidade em jornal diário de grande circulação no Estado, direcionadas as publicações de editais, aviso de licitações, mapas para registro em cartório de loteamento, desmembramento, criação de logradouro público de setores urbanos e chacareiros de Alto Alegre dos Parecis RO e demais publicações que a Prefeitura necessitar.						
Total: R$ 567.600,00						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **21/10/2026** , a contar do dia **21/10/2025** .

1- DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura **Contratação de empresa jornalística, responsável pela edição de jornal diário, de grande circulação**, para atender o Município de Alto Alegre dos Parecis – RO**,** pelo período estimado de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e Edital nº 46/2025, que é parte integrante desta Ata, e em consonância com a proposta comercial da empresa. fornecedora:
2 –DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:
2.2. O produto/serviço será solicitado conforme as necessidades das Secretarias do Município, o qual solicitara e informara os locais de entrega dos produtos solicitado.
2.3. Efetuar a entrega dos itens previstos no objeto da presente licitação em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela contratante, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta da contratação, acompanhado da respectiva nota fiscal constando os detalhes necessários para sua plena identificação.

2.4. Sempre que julgar necessário, o Município de Alto Alegre dos Parecis/RO solicitará, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preço, o fornecimento dos produtos registrados, na quantidade que for necessário.

2.5. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do produto/serviço ofertado e entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.
3 - ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a *SEMOB - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS*

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SEMFA - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO SEMAGRI - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SEMAS – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEMPOG – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO.
GABINETE

SEMURB- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS SEMUSA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SEMECT - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE CULTURA E TURISMO
SAAE- SISTENA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

4- DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item

4.1. Dos limites para as adesões 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item
4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5- VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item e somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11.Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê -lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1.No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2.No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9- CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADO

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021

9.1.4.1.Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas.

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10 - DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1.As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço Decreto nº 373 de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade
10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
11 - CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram- se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

DENAIR PEDRO DA SILVA
Prefeito Municipal

EDITORA JORNALISTICA MADEIRAO LTDA
18.693.751/0001-04

Assinado de forma digital por:
DENAIR PEDRO DA SILVA
815.*.***-****
Dados: 21/10/2025 11:15:53

Assinado de forma digital por:
EDERSON JOSE DA SILVA LOPES
940.*.***-****
Dados: 21/10/2025 11:15:13

Publicado por:
Tania Lucia Compagnoni
Código Identificador:62EE2A12

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIQUEMES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO Nº 22.985, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS EM ARIQUEMES

DECRETONº 22.985,DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS EM ARIQUEMES

A Prefeita Municipal de Ariquemes, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais;

Considerandoo Processo Administrativo8-17929/2025;

DECRETA:

Art. 1º Ficam extintas as Unidades Escolas Municipais abaixo relacionadas, considerando a polarização das escolas, cedência para outro Município e/ou prédio desativado:

Ordem	Escolas Municipais	Decreto de Criação	Endereço	Último ano de funcionamento
1.	Basílio da Gama	1075 em 21/08/1979	BR 421 LC 55 GL 50 LT 29	2005
2.	José Veríssimo	1075 em 21/08/1979	BR 364 KM 180	1994
3.	Juvenal Galeno	1075 em 21/08/1979	BR 421 LC 55 GL 49 LT 7	1982
4.	Maciel Monteiro	1075 em 21/08/1979	BR 364 LC 55 GL 50 LT 13	2003
5.	Noel Nutelli	1075 em 21/08/1979	BR 364 LC 55 GL 20 LT 18	2002
6.	Padre Manuel da Nóbrega	1075 em 21/08/1979	BR 421 KM 12	1996

7.	Vital Brasil	1075 em 21/08/1979	BR 421 KM 06	1987
8.	Princesa Isabel	2061 de 04/07/1994	BR 364 KM 164	2007
9.	Cristo Rei	2061 em 04/07/1994	BR 421 LC 60	2005
10.	Beira Rio	3892 em 12/09/1988	BR 421 KM 03	2005
11.	Duarte Coelho	3892 em 12/09/1988	BR 364 LC 55 GL 45	2013
12.	D. Aquino Corrêa	1230 em 14/04/1981	BR 364 LC 55 GL 08 LT 08	1988
13.	Humberto de Campos	1230 em 14/04/1981	BR 421 LC 55 GL 49 LT 54	1994
14.	Joana D´Arc	1230 em 14/04/1981	BR 364 LC 55 GL 08 LT 31	1983
15.	Tomé de Souza	1230 em 14/04/1981	BR 364 LC 55	2007
16.	Darcy Ribeiro	2881 em 12/02/1999	BR 364 LC 55	2013
17.	Duque de Caxias	1737 de 19/03/1992	BR 364 LC 55 GL 45	1997
18.	Jeremias Ferreira dos Anjos	3218 em 07/03/2001	em 07/03/2001 BR 364 LC 60	2001
19.	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	753 em 19/05/1975	BR 364 KM 200	2002

Art. 2º Este Decretoentra em vigor na data de sua publicação.

Ariquemes/RO, no Centro Administrativo, em 20 de outubro de 2025, 137º da República.

CARLA GONÇALVES REZENDE
Prefeita do Município de Ariquemes/RO

Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por**CARLA GONCALVES REZENDE**,**PREFEITA MUNICIPAL**, em 20/10/2025 às 10:06, horário de Ariquemes/RO, com fulcro no art. 18 doDecreto nº 16.426 de 16/04/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no sitetransparencia.ariquemes.ro.gov.br, informando o ID**3547109**e o código verificador**9E111120**.

Cientes			
Seq.	**Nome**	**CPF**	**Data/Hora**
1	ALCIONE SOUZA DE OLIVEIRA#	***.952.262-**	20/10/2025 10:51
2	SANDRA MARCIA NEVES	***.651.682-**	20/10/2025 12:09

Publicado por:
Leonardo Costalonga Trevisane
Código Identificador:020F84F9

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
COTAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO

COTAÇÃO

A Câmara Municipal de Buritis/RO, por meio da Assessora do Agente de Contratação, nomeada pela portaria**Nº069/2025**, informa que no processo**271/2025**, está disponibilizando a pesquisa de preço conforme Objeto descrito abaixo. Tendo interesse em participar terá um prazo de 3 (três) dias a partir do dia 22 deOutubro de 2025 a dia 24 de Outubro do ano corrente, para entregar sua cotação,poderá ser enviada no e-mail: cplcamaraburitis@gmail.com ou entregue no setor de Compras e Licitações na Câmara Municipal de Buritis/RO, na Rua Theobroma Nº1374, setor 02, esquina com Av. Porto Velho CEP 76.880-000 das 7h30 às 13h30 conforme a data citada.

PESQUISA DE PREÇOS

EMPRESA:_____CNPJ:_____

ENDEREÇO:_____ _CIDADE:_____UF:_____FONE:_____

OBJETO:MATERIAIS DE CONSUMO – Água Mineral e Gás

ITEM	**DISCRIMINAÇÃO**	**UND**	**Quant.**	**VALOR UNIT.**	**VALOR TOTAL**	**MARCAMODELO**
01	Água Mineral Potável de mesa, não gaseificada (sem gás), acondicionada em embalagem retornável de 20 litros (garrafão), em plástico higienizado, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante, fornecido mediante troca de vasilhame (reposição).	300				
02	Fardo de Água Mineral Potável, não gaseificada (sem gás), contendo 12 unidades de água acondicionada em embalagem de no mínimo 490 ml, com garrafas em plástico higienizado, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	420				
03	Recarga de gás de cozinha para vasilhame com capacidade para 13 quilos (GLP).	06				
	Valor total: Valor total por extenso: Prazo de validade da Proposta:_____ (_____) dias (mínimo 60 dias) Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas na, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades: Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos. - Caso nos seja adjudicado o objeto da cotação, comprometendo em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados como participantes da cotação. Local, ___ ___de _____ de 2025					
Carimbo com	Assinatura do Representante da Empresa					

CNPJ da Empresa	_____

Responsável pela cotação _____
CPF:
Função:

Publicado por:
Cleonildo da Silva de Matos
Código Identificador:4EC2932F

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 411/2025 DE 21/10/2025 01.651.731/0001-60

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS

Nota de Empenho Ordinário Nº411/2025 de 21/10/2025
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0008/25 Processo: 59/2025 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00276/25

Dados do Fornecedor:

Nome:	31034 - RODRIGUES & TORRES COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
CPF/CNPJ:	36.172.448/0001-30
Endereço:	AV PORTO VELHO, 2435 - SETOR 04
Cidade:	BURITIS/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 7
01 -CÂMARA MUNICIPAL
01 -LEGISLATIVO
01 -LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 -MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

07 - GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO

Dados da Contabilização D: 115610200000000 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS C: -	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 208 - MATERIAL DE COPA E COZINHA

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS

Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento

Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Valor do Empenho
2.944,00 (dois mil e novecentos e quarenta e quatro reais)

Dotação

Dotação Total:	140.000,00
Empenhado até a data:	71.424,28
Valor deste Empenho:	2.944,00
Saldo Atual:	65.631,72

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000028/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 8 - Mod. Formatada: 8 - Contratação de empresas especializadas no fornecimentode Material de Consumo, com finalidade de suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, nos termos da tabela abaixo e condições de exigências estabelecidas neste instrumento e em disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
2	CAFÉ TORRADO E MOÍDO. APRESENTAÇÃO: TORRADO		100,00	UN	29,44	2.944,00

	MOÍDO, INTENSIDADE: MÉDIA, TIPO: SUPERIOR, EMPACOTAMENTO: À VÁCUO, UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE 500 GRAMAS. CARACTERÍSTICA ADICIONAL: BLEND ARÁBICA E CONILON, PURO, DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM, SELO DA ABIC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA PELO FORNECEDOR. Café torrado e moído. Apresentação: Torrado Moído, Intensidade: Média, Tipo: Superior, Empacotamento: À vácuo, Unidade de Fornecimento: Pacote 500 Gramas. Característica Adicional: Blend Arábica e Conilon, puro, deverá constar na embalagem, selo da ABIC Associação Brasileira da Indústria de Café. Validade mínima de 06 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.					

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA

Publicado por:
Cleonildo da Silva de Matos
Código Identificador:FD7D461B

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 412/2025 DE 21/10/2025 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº412/2025 de 21/10/2025
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0008/25 Processo: 59/2025 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00276/25

Dados do Fornecedor:

Nome:	31034 - RODRIGUES & TORRES COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
CPF/CNPJ:	36.172.448/0001-30
Endereço:	AV PORTO VELHO, 2435 - SETOR 04
Cidade:	BURITIS/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 7
01 -CÂMARA MUNICIPAL
01 -LEGISLATIVO
01 -LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 -MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

21 - MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO

Dados da Contabilização D: 115610800000000 - MATERIAIS A CLASSIFICAR C: -	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 106 - MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS

Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento

Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Valor do Empenho
1.494,00 (um mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)

Dotação

Dotação Total:	140.000,00
Empenhado até a data:	74.368,28
Valor deste Empenho:	1.494,00
Saldo Atual:	64.137,72

Descrição do Material/Serviço

Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000028/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 8 - Mod. Formatada: 8 - Contratação de empresas especializadas no fornecimentode Material de Consumo, com finalidade de suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, nos termos da tabela abaixo e condições de exigências estabelecidas neste instrumento e em disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
6	DESODORIZADOR DE AMBIENTE EM AEROSSOL, FRAGRÂNCIA LAVANDA, FRASCO DE NO MÍNIMO 350ML. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA ENTREGA DO PRODUTO. Desodorizador de ambiente em aerossol, fragrância lavanda, frasco de no mínimo 350ml. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega do produto.		100,00	UN	14,94	1.494,00

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA

Publicado por:
Cleonildo da Silva de Matos
Código Identificador:2AB26D21

CÃMARA MUNICIPAL DE BURITIS
NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 413/2025 DE 21/10/2025 01.651.731/0001-60

Nota de Empenho Ordinário Nº413/2025 de 21/10/2025
01.651.731/0001-60

Dados da Licitação/Processo Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - 0008/25 Processo: 59/2025 Obra: Contrato: Convênio:	**Autorização da Despesa** Reserva de Saldo: Pedido Nº: 00276/25

Dados do Fornecedor:

Nome:	31034 - RODRIGUES & TORRES COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA
CPF/CNPJ:	36.172.448/0001-30
Endereço:	AV PORTO VELHO, 2435 - SETOR 04
Cidade:	BURITIS/RO

Classificação da Despesa Empenhada
Ficha: 7
01 -CÂMARA MUNICIPAL
01 -LEGISLATIVO
01 -LEGISLATIVO
01.031.1000.2001.0000 -MANUT DAS ATIVID ADMINIST DA CÂMARA
3.3.90.30.00- MATERIAL DE CONSUMO

99 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO

Dados da Contabilização D: 115610800000000 - MATERIAIS A CLASSIFICAR C: -	**Centro de Custo** 010 - CAMARA MUNICIPAL 106 - MATERIAL DE HIGIENIZAÇÃO

Código de Aplicação
001 - CÂMARA MUNICIPAL
001 -RECURSOS PRÓPRIOS

Fonte TCE/RO
1 - Recursos do Exercício Corrente
500 - Recursos não Vinculados de Impostos
0000 - Sem Detalhamento

Fonte STN
1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.Corrente)

Valor do Empenho
411,00 (quatrocentos e onze reais)

Dotação

Dotação Total:	140.000,00
Empenhado até a data:	75.862,28
Valor deste Empenho:	411,00

Saldo Atual:	63.726,72

Descrição do Material/Serviço
Pedido gerado a partir do resultado da Licitação de Registro de Preços: 000028/25 - Ano Mod.: 2025 - Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO - Nº Mod.: 8 - Mod. Formatada: 8 - Contratação de empresas especializadas no fornecimentode Material de Consumo, com finalidade de suprir as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS, nos termos da tabela abaixo e condições de exigências estabelecidas neste instrumento e em disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Detalhamento dos Itens

Item	Descrição Completa	Marca	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
15	PAPEL TOALHA PARA COZINHA, BRANCO, PACOTES COM 2 ROLOS DE 60 FOLHAS DUPLAS CADA, 100% CELULOSE. Papel Toalha para cozinha, branco, pacotes com 2 rolos de 60 folhas duplas cada, 100% celulose.		50,00	PCT	6,72	336,00
25	VASSOURA COM CERDAS DE NYLON, COM A BASE MEDINDO APROXIMADAMENTE 25CM, E O COMPRIMENTO DAS CERDAS DE APROXIMADAMENTE 10CM, COM CABO DE MADEIRA COM REVESTIMENTO EM PLÁSTICO, ENCAIXE ROSQUEADO E ALTURA MÍNIMA DE 140CM. Vassoura com cerdas de nylon, com a base medindo aproximadamente 25cm, e o comprimento das cerdas de aproximadamente 10cm, com cabo de madeira com revestimento em plástico, encaixe rosqueado e altura mínima de 140cm.		5,00	UN	15,00	75,00

Retenções/Consignações

Local Entrega

Emitido por: EDIVALDO DA SILVA SOUZA
x

Publicado por:
Cleonildo da Silva de Matos
Código Identificador:57B8C1D0

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 15.999, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025

Conceder e baixar aulas excedentes para professores lotados na Secretaria Municipal de Educação e adota outras providências.

O Prefeito do Município de Buritis, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o Memorando 589/SEMED-DRH-205- ID 3.47E.AD9,

DECRETA

Artigo 1º. Conceder **regime complementar** aos servidores**,** nos termos do **art. 25 da Lei Municipal nº 601/2011,** a**rt. 1º da Lei Municipal nº 919/2015** e o **Decreto nº 14.939/2024,** os quais **dispõem sobre a concessão e os critérios para o pagamento de H excedentes aos profissionais do magistério.**

ORD	NOME: SERVIDOR	MAT.	CARGO	H SUPLEMENTARES	CONCEDER
•	ADRIANA SONEGO RAMOS JORGE	7804	PROF. 30 H	9h	01/10/2025 a 31/10/2025
•	ANA CRISTINA MANTAI VON RONDON COELHO	8532	PROF. 40 H	14h	Somente no dia 08/10/2025
•	CILENE APARECIDA VIEIRA DE ALMEIDA	5386	PROF. 30 H	20h	Somente no dia 08/10/2025
•	CHIRLENE DA SILVA GOMES RODRIGUES	5204	PROF. 40 H	8h	A partir de 08/10/2025
•	DIEGO ANDRÉ VIEIRA DE FREITAS	11704	PROF. 30 H	20h	Dias: 04, 11, 18 e 25/09/2025
					Dias: 02, 09, 16, 23/10/2025
•	EDIANA DE SOUZA OLIVEIRA	12362	PROF. 30 H	20h	Dias: 05, 12, 26/09/2025
					Dias: 3, 10, 17, 24 e 31/10/2025
•	ELISAINE PEREIRA DA SILVA	7935	PROF.30 H	20h	01/09/2025 a 19/09/2025
•	FRANCILAINE DE OLIVEIRA GONÇALVES DE SENA	11886	PROF. 40 H	14h	06 a 10/10/2025
•	GEICIANE OLIVEIRA ROCHA	12915	PROF. 30 H	5h **Obs: 1:00 hora por dia 5:00 por semana*	12/06/2025 a 17/07/2025
					31/07/2025 a 13/10/2025
•	JORGE LUIS DE OLIVEIRA	1128	PROF. 40 H	14h	Somente no dia 18/07/2025
•	LILIANE MENDES PEDRO	10353	PROF. 40 H	14h	Somente no dia 09/10/2025
•	MAIRA CRISTINA BANASZESKI DA SILVA	11426	PROF. 30 H	20h	22 a 26, 29 e 30/09/2025
					01 a 03/10/2025
					06 a 08/10/2025
					10 e 13/10/2025
•	MARIA RITA LEMES DE PONTES	12594	PROF. 40 H	14h	25 e 26/09/2025
•	MARIA LEANDRO DE SOUZA	104	PROF. 20 H	7h	A partir de 01/10/2025
•	NATALIA DE NSOUZA GONÇALVES	11404	PROF. 30 H	5h **Obs: 1:00 hora por dia 5:00 por semana*	12/06/2025 a 17/07/2025
					31/07/2025 a 13/10/2025
•	NAYARA RAMOS DE MORAIS ALVES	12954	PROF. 30 H	05h **Obs: 1:00 hora por dia 5:00 por semana*	03/07 a 17/07/2025
					31/07/2025 a 13/10/2025
•	ODETE ROSA FERREIRA	2367	PROF. 30 H	9h	01/10/2025 a 31/10/2025
•	RAQUEL RODRIGUES DE PASSOS OLIVEIRA	11690	PROF. 30 H	20h	06 a 10/10/2025
•	RONICLÉIA PEREIRA DA COSTA	4484	PROF. 30 H	7h	A partir de 16/09/2025
				20h	23 a 26/09/2025
•	ROSEMAR DA GLÓRIA CABRAL DOS SANTOS	5984	PROF. 30 H	20h	18, 19, 22 a 25/09/2025
					A partir de 07/10/2025
•	SANDRA RIBEIRO DOS SANTOS	12843	PROF. 30 H	5h **Obs: 1:00 hora por dia 5:00 por semana*	01/09/2025 a 24/12/2025

				20:00	Somente no dia 06/09/2025
•	SUELEM PAULA COLMAM LENZ	12479	PROF. 40 H	14h	07, 14, 21 E 28/08/2025
				06h	A partir do dia 01/09/2025

Artigo 2º. Baixar regime suplementar da seguinte servidora**:**

ORD	NOME: SERVIDOR	MAT.	CARGO	HORAS SUPLEMENTARES	BAIXAR
•	JOYCE FRANCISCA DOS SANTOS	12402	PROF. 40H	6h	01/10/2025

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos conforme as datas especificadas na tabela.

VALTAIR FRITZ DOS REIS
Prefeito do Município

Publicado por:
Viviane Souza Oliveira
Código Identificador:9F226F86

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2025/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/PMCNR-SUPEL/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01547/2025.
SECRETARIA GESTORA: SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2250, Setor 02, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2025, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e UNIÃO/DOU em14/10/2025,processo administrativo gerenciador nº 01547/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, pelo período de 12 (doze) meses, especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 018/2025(ID 507853), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

INOVACAO LTDA - 19.634.357/0001-50, Endereço:AV JARU, n° 2471, Ariquemes/RO - 76870-765, E-mail:cicero.carlos@at5.com.br,Telefone: (69) 3535-3018, Representante: CICERO CARLOS RIBEIRO, Código cadastro Fornecedor: 195

Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*	*V. UNIT.*	*V. TOTAL*
1	Abacate, especie: comum, apresentaçao: fruta in natura, de 1ª qualidade. Abacate, espécie: comum, apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	130,00	R$ 9,71	R$ 1.262,30
2	Abacaxi fruta in natura, de 1ª qualidade. Abacaxi, espécie: comum, apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade coma legislação em vigor.	KG	IN NATURA	1.585,00	R$ 11,96	R$ 18.956,60
3	Abobora, especie: abobora moranga abóbora moranga, apresentação: de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	530,00	R$ 5,12	R$ 2.713,60
4	Abobrinha, especie: abobrinha menina brasileira abobrinha, espécie: abobrinha menina brasileira, de 1ª qualidade, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	530,00	R$ 5,45	R$ 2.888,50
5	Açafrão em pó embalado em pacote de 100g açafrão - apresentação: tempero em pó puro, de primeira qualidade sem adição de outros ingredientes. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: pacote de 100g, contendo dizeres de rotulagem, com identificação de marca, peso liquido, data de fabricação e validade.	UN	PURO SABOR	120,00	R$ 6,80	R$ 816,00
7	Adoçante dietético 100 stévia, ingredientes: maltodextrina; edulcorantes naturais glicosídeos de steviol; antiumectantes: dióxido de silício e fosfato, tricálcico. Não contém glúten. Produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem com 80ml.	UN	ASSUGRIN	4,00	R$ 5,40	R$ 21,60
8	Agua mineral com gás, garrafa de 1,5 litros tipo pet, resinas virgens-material que atenda as exigências da nbr 14.222/2013, data de validade de no mínimo 1 ano, devem vir com lacre de segurança e rótulo padrão, individualmente.	UN	CRYSTAL	86,00	R$ 3,60	R$ 309,60
9	Alho, grupo: branco alho, grupo: branco, características adicionais: produto próprio para o consumo humano, com ausência de sujidades,	KG	IN NATURA	425,00	R$ 27,90	R$ 11.857,50

	parasitas e larvas. Tudo em conformidade com a legislação em vigor.					
10	Arroz, apresentação: agulhinha, longo fino, polido, tipo: 1 características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 5 kg.	UN	BRASILEIRINHO	1.690,00	R$ 15,70	R$ 26.533,00
11	Arroz, apresentação: integral, tipo: 1 características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 1 kg.	UN	BERNARDO	32,00	R$ 4,45	R$ 142,40
12	Ameixa, apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade. Apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	370,00	R$ 26,79	R$ 9.912,30
13	Ameixa seca sem caroço apresentação: produto obtido de frutas maduras, sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, de parasitas e detritos animais e vegetais, sem adição de açúcar ou qualquer outro adoçante, desidratado, produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem plástica, com unidade de fornecimento 200g.	UN	OLE	35,00	R$ 15,12	R$ 529,20
14	Amendoim torrado embalagem de 500g apresentação: amendoim torrado, sem casca e sem sal, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem plástica, unidade de fornecimento com 500g.	UN	BERNARDO	14,00	R$ 14,69	R$ 205,66
16	Azeite de oliva extra virgem embalagem de 500g apresentação: extra virgem; acidez máxima de 0,8, características adicionais: produto próprio para o consumo humano, em conformidade com a legislação em vigor unidade de fornecimento: embalagem 500ml.	UN	BORGES	110,00	R$ 29,90	R$ 3.289,00
17	Banana da terra, fruta in natura espécie: banana da terra, fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	530,00	R$ 7,59	R$ 4.022,70
19	Batata doce apresentação: in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	660,00	R$ 6,13	R$ 4.045,80
20	Batata inglesa in natura apresentação: in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	660,00	R$ 5,35	R$ 3.531,00
21	Bebida vegetal a base de amêndoas ingredientes: pasta de amêndoas reconstituída, minerais (cálcio e zinco), sal marinho, vitaminas (b2, d2 e b12), estabilizantes gomas alfarroba e gelana e emulsificante lecitina de girassol. Embalagem: tetra pack , unidade de fornecimento: caixa com 1 litro, data de validade no mínimo 3 meses a partir da data de entrega .	UN	ALMOND BREEZE	15,00	R$ 20,06	R$ 300,90
22	Bebida vegetal a base de castanha de caju ingredientes: pasta de castanha de caju reconstituída, minerais (cálcio e zinco), sal marinho, vitaminas (b2, d2 e b12), estabilizantes gomas alfarroba e gelana, emulsificante lecitina de girassol, aromas naturais e antioxidantes ascorbato de sódio. Embalagem: tetra pack, unidade de fornecimento: caixa com 1 litro, data de validade no mínimo 3 meses a partir da data de entrega.	UN	ALMOND BREEZE	15,00	R$ 20,25	R$ 303,75
23	Beterraba in natura de 1 qualidade com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	660,00	R$ 4,10	R$ 2.706,00
24	Biscoito salgado, tipo: cream cracker pacote com 350 g ou 345g. Apresentação: quadrado, sem recheio, contém glúten, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 350 g ou 345g.	UN	VILMA	58,00	R$ 5,15	R$ 298,70
25	Brocolis espécie: comum, apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	55,00	R$ 28,44	R$ 1.564,20
26	Cacau em po primeira qualidade, 100 natural, sem qualquer tipo de mistura ou aditivos e açúcar. Embalagem de 500g.	UN	QUALYCAU	18,00	R$ 34,21	R$ 615,78
28	Caqui, apresentaçao: fruta in natura apresentação: fruta in natura, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	265,00	R$ 9,96	R$ 2.639,40
30	Carne bovina corte acem apresentação in natura, porcionado em cubos, de aproximadamente 30g, congelado, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, devendo conter data de validade. Em pacotes de 2 kg, devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie).	KG	FRIBOI	2.228,00	R$ 31,24	R$ 69.602,72
34	Cenoura in natura apresentação: in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	660,00	R$ 5,55	R$ 3.663,00
36	Colorau em po embalagem com 500g apresentação: (colorífico) em pó puro, de primeira qualidade sem adição de outros ingredientes. Características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, unidade de fornecimento: embalagem plástica com 500 g.	UN	PURO SABOR	264,00	R$ 6,00	R$ 1.584,00
37	Creme de leite, tipo: uht homogeneizado. 200g apresentação: uht homogeneizado, características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: caixa contendo 200g.	UN	MOCOCA	265,00	R$ 2,70	R$ 715,50
38	Chuchu in natura apresentação: in natura, de 1ª qualidade, isento de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	495,00	R$ 6,33	R$ 3.133,35
40	Farinha de tapioca, hidratada, fina, branca, pacote com 1 kg apresentação: hidratada, fina, classe: branca, características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 1 kg.	UN	LOPES	200,00	R$ 11,85	R$ 2.370,00
42	Farinha de trigo integral para panificacao, sem fermento apresentação: para panificação, sem fermento, tipo: 1. Características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: embalagem contendo 1 kg.	UN	RENATA	10,00	R$ 8,17	R$ 81,70

46	Fermento quimico em po embalagem de 100g fermento: tipo: químico, em pó, para uso em bolos, não contém glúten; características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem com 100gr.	UN	DONA BENTA	290,00	R$ 3,90	R$ 1.131,00
48	Flocos de milho: cuscuz tipo: amarelo, pre-cozido não contém glúten; características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: pacote de 500gr.	UN	NUTRIVITA	1.056,00	R$ 2,29	R$ 2.418,24
51	Goiaba vermelha, apresentaçao: fruta in natura goiaba vermelha, com ausência de sujidades parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	330,00	R$ 9,54	R$ 3.148,20
52	Iogurte, apresentaçao: natural, integral, sem sabor sem adição de açúcar. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem com 1litro.	UN	BATAVO	28,00	R$ 10,42	R$ 291,76
53	Inhame apresentaçao: in natura apresentação: in natura, de 1ª qualidade, isento de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	215,00	R$ 10,08	R$ 2.167,20
56	Leite uht sem lactose caixa com 1l, apresentação: origem de vaca, líquido. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: tetra pack, unidade de fornecimento: caixa com 1 litro.	UN	ITALAC	180,00	R$ 7,24	R$ 1.303,20
57	Leite integral em po embalagem de 400g apresentação: origem de vaca, teor de gordura integral, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: embalagem com 400 g.	UN	ITALAC	175,00	R$ 14,90	R$ 2.607,50
60	Macarrao tipo: parafuso pacote de 500g, tipo: parafuso, informações adicionais: contém glúten, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 500 g.	UN	DALLAS	1.564,00	R$ 3,50	R$ 5.474,00
61	Macarrao tipo: parafuso integral pacote de 500g, tipo: parafuso, integral, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 500 g.	UN	DALLAS	24,00	R$ 7,64	R$ 183,36
62	Macarrao tipo: argolinha pacote de 500g informações adicionais: contém glúten, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 500 g.	UN	DALLAS	112,00	R$ 7,43	R$ 832,16
63	Macarrao tipo: parafuso sem gluten pacote de 500g ingredientes: farinha de arroz, farinha de milho, corantes naturais, cúrcuma e urucum e emulsificante, sem glúten. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: pacote com 500 g.	UN	DALLAS	8,00	R$ 7,87	R$ 62,96
67	Manga especie: rosa apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, com ausência de sujidades parasitas e larvas, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	90,00	R$ 10,36	R$ 932,40
68	Melao, especie, comum, apresentaçao: fruta in natura, de 1ª qualidade melão, espécie, comum, apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	2.380,00	R$ 7,84	R$ 18.659,20
73	Morango, apresentaçao: fruta in natura, de 1ª qualidade. Apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	198,00	R$ 59,72	R$ 11.824,56
75	Oregano desidratado tempero de primeira qualidade, folhas desidratadas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: pacote com 100g, contendo dizeres de rotulagem de marca, peso liquido, data de fabricação e validade.	UN	PURO SABOR	10,00	R$ 10,18	R$ 101,80
77	Paprica doce pacote de 100g tempero de primeira qualidade, sem adição de outros ingredientes. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: pacote com 100g, contendo dizeres de rotulagem de marca, peso liquido, data de fabricação e validade.	UN	PURO SABOR	20,00	R$ 8,09	R$ 161,80
78	Pao frances, peso referencia: unidade de 50g pão francês, peso referência: unidade de 50g; características adicionais: produto próprio para consumo humano, em conformidade com a legislação em vigor e fornecido em embalagem apropriada.	KG	FRANCES	270,00	R$ 17,44	R$ 4.708,80
79	Pao massa fina pão massa fina - para cachorro-quente, peso referência: unidade de 50 g, características adicionais: produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, tudo em conformidade com a legislação em vigor.	KG	ARTESANALES	530,00	R$ 17,06	R$ 9.041,80
80	Pao de forma integral pacote de 500g, tipo: integral; apresentação: com casca, fatiado, contem glúten, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Acondicionado em embalagem plástica, unidade de fornecimento: pacote com 500 gramas.	UN	ARTESANALES	40,00	R$ 13,60	R$ 544,00
81	Pepino, legume in natura espécie: caipira, apresentação: legume in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade coma legislação em vigor.	KG	IN NATURA	690,00	R$ 7,93	R$ 5.471,70
82	Pimentao vermelho grupo: vermelho, apresentação: legume in natura, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	225,00	R$ 15,11	R$ 3.399,75
83	Polpa de frutas, sabor: açai embalagem de 1kg apresentação: congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: embalagem plástica transparente com 1 kg.	UN	DA ROÇA	158,00	R$ 21,77	R$ 3.439,66
84	Polpa de frutas, sabor: maracuja embalagem de 1kg apresentação: congelada, sem adição de corantes artificiais e aditivos químicos, sabor característico e agradável, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: embalagem plástica transparente com 1 kg.	UN	DA ROÇA	158,00	R$ 31,34	R$ 4.951,72
88	Repolho, tipo: verde, apresentaçao: in natura de primeira qualidade isenta de fungos parasitas e sujeiras, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a	KG	IN NATURA	690,00	R$ 5,81	R$ 4.008,90

	legislação em vigor.					
90	Suco de uva integral frasco de 1l ingredientes básicos: água, suco integral de uva, conservantes, apresentação: líquido concentrado, sem açúcar, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: frasco com 1 litro em embalagem de vidro ou de plástico.	UN	PANIZZON	81,00	R$ 22,90	R$ 1.854,90
91	Tomate, especie: comum, apresentaçao: fruta in natura de 1ª qualidade, espécie: comum, apresentação: fruta in natura de 1ª qualidade, isenta de fungos parasitos e sujeiras, atóxica, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	740,00	R$ 9,02	R$ 6.674,80
92	Trigo para quibe embalagem de 500g, ingredientes: trigo integral, quebrado e torrado. Não deverá conter outros ingredientes. Não deverá apresentar sujidades, materiais terrosos, parasitas, larvas e matérias estranhas. Características: aspecto, cor, odor e sabor próprios. Livre de mofo e fermentação. Embalagem primária: saco plástico, atóxico, resistente, hermeticamente fechado, lacrado, pesando 500g, com prazo de validade e lote indeléveis. Embalagem secundária: caixa ou fardo, resistente e lacrado. Rotulagem: deverá estar rotulado conforme legislação vigente.	UN	BERNARDO	52,00	R$ 7,53	R$ 391,56
93	Uva, especie: niagara de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN NATURA	264,00	R$ 20,14	R$ 5.316,96
94	Uva passa pacote de 200g. Apresentação: sem semente, produto obtido de frutas maduras, sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, de parasitas e detritos animais e vegetais. Características adicionais: uva preta, desidratado, produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: embalagem com 200g.	UN	LAVIOLETERA	405,00	R$ 13,71	R$ 5.552,55
95	Vinagre vinho branco embalagem de 750ml. Vinagre, tipo: vinho branco; isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Acondicionado em frasco plástico com tampa inviolável e hermeticamente fechado contendo 750 ml.	UN	VIRROSAS	116,00	R$ 9,80	R$ 1.136,80
96	Carne bovina corte acem apresentação in natura, porcionado em cubos, de aproximadamente 30g, congelado, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, devendo conter data de validade. Em pacotes de 2 kg, devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie).	KG	FRIBOI	742,00	R$ 31,24	R$ 23.180,08
Valor Total						R$ 311.589,08

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sítio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação.
6.2. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data limite para apresentação das propostas. Caberá à contratada a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo Contratante, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concepção para objetos compatíveis com o objeto da contratação. A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. LOCAL DE ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO
10.1.**Do local de entrega**:
-Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, na sede da Secretaria Municipal de Educação localizada na Av. Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, e-mail:semec@camponovo.ro.gov.br, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

10.2.**DOS PRAZOS**
10.2.1. O objeto deverá ser entregue em até**5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da O.F e/ou Nota de Empenho encaminhada a Contratada, podendo ser via e-mail ou impresso.
10.2.2.O prazo para assinatura da Ordem de Fornecimento será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação encaminhada à empresa pela secretaria, podendo ser via e-mail ou/e telefone.
10.2.3. O pagamento será efetuado em até**30 (trinta) dias**corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
10.2.4. O prazo de vigência da ARP será de**1(um) ano**e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.5 O prazo para assinatura da ARP será de**ATÉ 02 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3.**DO RECEBIMENTO**
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo.
10.3.2. Realizado a entrega, serão os gêneros recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.

10.3.2. No caso de produto entregue em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para a Administração Pública, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.
10.3.2. Os futuros fiscais de contrato, que serão indicados via portaria, irão elaborar cronograma de datas para planejamento, levantamento de informações e realização da entrega, informando à CONTRATADA via e-mail oficial.
10.3.2. Finalizado a fiscalização, os gêneros serão recebidos definitivamente pela comissão designada, a qual deverá verificar a conformidade dos gêneros com as exigências contratuais, a nota fiscal será certificada de forma definitiva, e encaminhada aos procedimentos administrativos financeiros.

11. DA GARANTIA DO OBJETO (Art. 40, § 1º, III a Lei Federal nº. 14.133/2021)
11.1. Oferecer garantia de adequação do produto, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
12.1.A SEMED nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato.
12.2. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.
12.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.
12.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
12.5. A contratada deverá manterprepostoaceito pela Administração durante a vigência do contrato para representá-lo na execução deste, considerando Artigo 118 da Lei Federal de Licitações nº 14.133/21, indicando nome, contato de telefone, endereço, e-mail, sendo o designado pela CONTRATADA capaz de gerir eter conhecimento dos fatos que são discutidos no presente processo, tais como;contrato/ata, Nota de Empenho, prazo de entrega e/ou quaisquer informações relativas ao processo que originou tal vinculo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
12.6. O fornecimento deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme a necessidade da mesma.
12.7. Os materiais e mão-de-obra utilizados para execução do objeto serão por conta da CONTRATADA.
12.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme prevê o Art. 120 da Lei Federal de Licitações n° 14.133/21.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Em conformidade com o Decreto nº 108, de 06 de setembro de 2023 - Retenção do IRRF e a IN RBF nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.
13.3. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IRPJ. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue no pagamento.
13.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
13.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da representação do mesmo.
13.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
13.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
13.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.
13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
13.10. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
13.11. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
13.12. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
13.13. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
13.14. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
13.15. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não se sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
13.16. É condição para o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

14. DAS PENALIDADES
14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
14.4. Infrações e Sanções (Arts. 155 E 156 Da Lei Federal N. 14.133/2021)
14.4.1. Das Infrações;
O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.4.2. Das Sanções;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela SEMEC à contratada, ou cobrado judicialmente.
Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação, Homologação e Publicações(ID 518198)(ID 518330)(ID 518514)(ID 518517)(ID 518552)(ID 519129)(ID 519135)(ID 519140)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de outubro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

Inovacao LTDA
CNPJ: 19.634.357/0001-50
Representante:
CICERO CARLOS RIBEIRO

ANEXO I
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, conforme Relatório de Cadastros Reservas(ID 518193):

VALERIO SOUZA SILVA - CNPJ: 44.806.174/0001-11, Endereço: Rua Maranhão nº: 2467 Espigão d'Oeste/RO - 76974-000, E-mail:pamelabruna19@hotmail.com, Telefone: (69) 8122-7997 (69) 99396-5416				
Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*
10	Arroz, apresentação: agulhinha, longo fino, polido, tipo: 1 características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 5 kg.	Unid.	SOLTINHO	1.690,00

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:747E8BF4

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2025/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/PMCNR-SUPEL/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01547/2025.
SECRETARIA GESTORA: SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2250, Setor 02, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2025, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e UNIÃO/DOU em14/10/2025,processo administrativo gerenciador nº 01547/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, pelo período de 12 (doze) meses, especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 018/2025(ID 507853), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RODRIGUES & TORRES COMERCIO VAREJISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - 36.172.448/0001-30, Endereço:Avenida Porto Velho nº: 2435, Buritis/RO - CEP: 76880-000, E-mail:miniprecoburitis@gmail.com,Telefone: (69) 98462-8046 (69) 3238-8628, Representante: ELISANGELA TORRES DE ALMEIDA, Código cadastro Fornecedor: 2423

Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*	*V. UNIT.*	*V. TOTAL*
6	Açúcar cristal, embalados em pct de 2 kg. Açúcar, apresentação: cristal, com ausência de impurezas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 2 kg.	UN	DOCE DIA	594,00	R$ 5,90	R$ 3.504,60
15	Aveia em flocos apresentação: flocos finos/farinha, características adicionais: produto próprio para o consumo humano, em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: caixa, unidade de fornecimento: caixa com 165 a 170g.	UN	ALLNUTRY	219,00	R$ 3,00	R$ 657,00
31	Carne bovina corte musculo, apresentaçao in natura, moida, congelada. Apresentação in natura, moída, congelada, isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, devendo conter data de validade. Pacotes de 2 kg, devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie),	KG	PROPRIA	2.970,00	R$ 24,00	R$ 71.280,00
32	Carne suina tipo pernil sem osso, apresentaçao: in natura. Apresentação: in natura, porcionado em cubos, de aproximadamente 30 g, sem pele, estado de conservação congelado; características adicionais: isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, devendo conter data de validade. Pacotes de 2 kg, devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie).	KG	PROPRIA	1.188,00	R$ 24,20	R$ 28.749,60
33	Cebola branca, inteira, de 1ª qualidade apresentação: cebola branca, inteira, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	CEBOLA BRANCA	950,00	R$ 4,00	R$ 3.800,00
35	Coco ralado, desidratado e triturado embalagem de 100g coco, apresentação: coco ralado, desidratado e triturado, sem glúten, ingredientes: amêndoa de coco, sem adição de açúcar. Características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: de 100g.	UN	BERNARDO	40,00	R$ 4,10	R$ 164,00
41	Farinha de trigo sem fermento para panificação apresentação: para panificação, sem fermento, tipo: 1. Características adicionais: produto próprio para consumo humano, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: embalagem contendo 1 kg.	UN	GLOBO	396,00	R$ 4,27	R$ 1.690,92
43	Feijao: tipo: 01 carioca características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica em pacote de 1 kg.	UN	BERNARDO	1.122,00	R$ 5,00	R$ 5.610,00
44	Feijao: tipo: 01 preto características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica em pacote de 1 kg.	UN	BERNARDO	132,00	R$ 6,10	R$ 805,20
45	Fermento biologico seco instantaneo embalagem de 10g fermento: tipo: biológico seco, instantâneo, para uso em panificação, não contém glúten; características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem com 10 gramas.	UN	DONA BENTA	600,00	R$ 1,50	R$ 900,00
49	Frango peito com osso, congelado. Apresentação: peito com osso, congelado; características adicionais: isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, devendo conter data de validade em conformidade com a legislação em vigor. Devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie).	KG	AVENORTE	462,00	R$ 15,00	R$ 6.930,00
50	Frango coxa e sobrecoxa, com osso, congelada. Apresentação: coxa e sobrecoxa, com osso, congelada; características adicionais: isento de toda e qualquer evidência de decomposição, produto próprio para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada, tudo em conformidade com a legislação em vigor. Devidamente selada (por órgão sanitário responsável (sif ou sie).	KG	AVENORTE	4.620,00	R$ 10,20	R$ 47.124,00
55	Leite uht integral caixa com 1l apresentação: origem de vaca, líquido. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: tetra pack, unidade de fornecimento: caixa com 1 litro.	UN	NILZA	4.950,00	R$ 5,90	R$ 29.205,00
58	Leite de coco garrafa de 200ml apresentação: leite de coco, água e conservadores, características adicionais: produto próprio para o consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: garrafa com 200ml.	UN	BOM COCO	330,00	R$ 3,80	R$ 1.254,00
59	Maça especie fuji apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	FUJI	2.640,00	R$ 10,79	R$ 28.485,60

65	Manteiga com sal embalagem de 500g, apresentação: com sal, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade fornecimento: embalagem com 500 g.	UN	DUBOM	42,00	R$ 29,70	R$ 1.247,40
70	Milho canjica branca pacote de 400g, tipo grupo: especial, tipo subgrupo: despeliculada, tipo classe: branca (mungunzá), tipo: 01, conforme legislação em vigor, unidade de fornecimento: pacote com 400 g.	UN	BERNARDO	660,00	R$ 3,70	R$ 2.442,00
74	Oleo de soja frasco de 900ml óleo, apresentação: óleo de soja, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Unidade de fornecimento: frasco plástico com 900 ml.	UN	CONCORDIA	1.055,00	R$ 8,08	R$ 8.524,40
76	Ovo de galinha, branco, classe a, tipo: grande, unid de fornecimento: bandeja com 12 unidades, ovo de galinha, grupo: branco, classe a, tipo: grande, unidade de fornecimento: bandeja com 12 unidades, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	DZ	BRASIL	1.161,00	R$ 7,00	R$ 8.127,00
85	Polvilho azedo embalagem de 500g, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitas, larvas e detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico, resistente, contendo peso liquido de 500 g.	UN	BERNARDO	162,00	R$ 7,99	R$ 1.294,38
86	Polvilho doce embalagem de 500g, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, produto livre de matéria terrosa, parasitas, larvas e detritos animais e vegetais, pacote de polietileno atóxico, resistente, contendo peso liquido de 500 g.	UN	BERNARDO	162,00	R$ 7,47	R$ 1.210,14
89	Sal refinado pacote de 1kg tipo: sal refinado, apresentação: iodado, cristais granulação uniforme, não pegajoso ou empedrado de cor branca e inodoro, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 1 kg.	UN	BERNARDO	369,00	R$ 2,20	R$ 811,80
Valor Total						R$ 253.817,04

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sítio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação.
6.2. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data limite para apresentação das propostas. Caberá à contratada a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo Contratante, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concepção para objetos compatíveis com o objeto da contratação. A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. LOCAL DE ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO

10.1.**Do local de entrega**:
-Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, na sede da Secretaria Municipal de Educação localizada na Av. Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, e-mail:semec@camponovo.ro.gov.br, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

10.2.**DOS PRAZOS**
10.2.1. O objeto deverá ser entregue em até**5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da O.F e/ou Nota de Empenho encaminhada a Contratada, podendo ser via e-mail ou impresso.
10.2.2.O prazo para assinatura da Ordem de Fornecimento será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação encaminhada à empresa pela secretaria, podendo ser via e-mail ou/e telefone.
10.2.3. O pagamento será efetuado em até**30 (trinta) dias**corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
10.2.4. O prazo de vigência da ARP será de**1(um) ano**e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.5 O prazo para assinatura da ARP será de**ATÉ 02 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3.**DO RECEBIMENTO**
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo.
10.3.2. Realizado a entrega, serão os gêneros recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.
10.3.2. No caso de produto entregue em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para a Administração Pública, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.
10.3.2. Os futuros fiscais de contrato, que serão indicados via portaria, irão elaborar cronograma de datas para planejamento, levantamento de informações e realização da entrega, informando à CONTRATADA via e-mail oficial.
10.3.2. Finalizado a fiscalização, os gêneros serão recebidos definitivamente pela comissão designada, a qual deverá verificar a conformidade dos gêneros com as exigências contratuais, a nota fiscal será certificada de forma definitiva, e encaminhada aos procedimentos administrativos financeiros.

11. DA GARANTIA DO OBJETO (Art. 40, § 1º, III a Lei Federal nº. 14.133/2021)

11.1. Oferecer garantia de adequação do produto, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1.A SEMED nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato.
12.2. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.
12.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.
12.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
12.5. A contratada deverá manterprepostoaceito pela Administração durante a vigência do contrato para representá-lo na execução deste, considerando Artigo 118 da Lei Federal de Licitações nº 14.133/21, indicando nome, contato de telefone, endereço, e-mail, sendo o designado pela CONTRATADA capaz de gerir eter conhecimento dos fatos que são discutidos no presente processo, tais como;contrato/ata, Nota de Empenho, prazo de entrega e/ou quaisquer informações relativas ao processo que originou tal vinculo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
12.6. O fornecimento deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme a necessidade da mesma.
12.7. Os materiais e mão-de-obra utilizados para execução do objeto serão por conta da CONTRATADA.
12.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme prevê o Art. 120 da Lei Federal de Licitações n° 14.133/21.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Em conformidade com o Decreto nº 108, de 06 de setembro de 2023 - Retenção do IRRF e a IN RBF nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.
13.3. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IRPJ. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue no pagamento.
13.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
13.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da representação do mesmo.
13.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
13.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
13.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.
13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
13.10. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
13.11. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
13.12. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
13.13. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
13.14. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
13.15. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não se sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
13.16. É condição para o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

14. DAS PENALIDADES

14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
14.4. Infrações e Sanções (Arts. 155 E 156 Da Lei Federal N. 14.133/2021)

14.4.1. Das Infrações;

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
14.4.2. Das Sanções;
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela SEMEC à contratada, ou cobrado judicialmente.
Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS
15.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação, Homologação e Publicações(ID 518198)(ID 518330)(ID 518514)(ID 518517)(ID 518552)(ID 519129)(ID 519135)(ID 519140)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de outubro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

Rodrigues & Torres Comercio Varejista de Generos Alimenticios LTDA -
CNPJ: 36.172.448/0001-30
Representante:
ELISANGELA TORRES DE ALMEIDA

ANEXO I
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, conforme Relatório de Cadastros Reservas(ID 518193):

VALERIO SOUZA SILVA - CNPJ: 44.806.174/0001-11, Endereço: Rua Maranhão nº: 2467 Espigão d'Oeste/RO - 76974-000, E-mail:pamelabruna19@hotmail.com, Telefone: (69) 8122-7997 (69) 99396-5416				
Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*
6	Açúcar cristal, embalados em pct de 2 kg. Açúcar, apresentação: cristal, com ausência de impurezas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor. Embalagem: primária plástica, unidade de fornecimento: pacote com 2 kg.	Unid.	BARRACOL	594,00

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:8A84F76B

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2025/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/PMCNR-SUPEL/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01547/2025.
SECRETARIA GESTORA: SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2250, Setor 02, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2025, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e UNIÃO/DOU em14/10/2025,processo administrativo gerenciador nº 01547/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições

previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, pelo período de 12 (doze) meses, especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 018/2025(ID 507853), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ANDRADE & DEZANI LTDA - 11.110.685/0001-45, Endereço: Rua Francisco Gomes, n°3509, Alto Paraiso/RO, CEP: 76862-000, E-mail:gabriel_santos_aires@hotmail.com,Telefone: (69) 99987-2702, Representante: GABRIEL SANTOS DEZANI, Código cadastro Fornecedor: 2425

Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*	*V. UNIT.*	*V. TOTAL*
18	Banana nanica fruta in natura banana, espécie: banana nanica, fruta in natura, de 1ª qualidade, características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN-NATURA	2.904,00	R$ 8,04	R$ 23.348,16
54	Laranja tipo pera apresentação: in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN-NATURA	3.300,00	R$ 5,90	R$ 19.470,00
64	Mamao especie formosa apresentação: fruta in natura, de 1ª qualidade, livre de sujidades, parasitas e larvas características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN-NATURA	265,00	R$ 9,51	R$ 2.520,15
66	Mandioca embalada a vacuo, pacote de 1 kg congelado. Mandioca, de 1ª qualidade, produto próprio para consumo humano e em conformidade coma legislação em vigor. Embalada a vácuo, pacote de 1 kg congelado.	UN	IN-NATURA	528,00	R$ 7,78	R$ 4.107,84
69	Melancia, especie, rajada, apresentaçao: fruta in natura livre de sujidades, parasitas e larvas. Características adicionais: produto próprio para consumo humano e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	IN-NATURA	3.564,00	R$ 4,22	R$ 15.040,08
87	Queijo muçarela, fatiado, origem de vaca. Apresentação: fatiado, origem de vaca, características adicionais: produto apropriado para consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	REAL	158,00	R$ 47,90	R$ 7.568,20
Valor Total						R$ 72.054,43

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sítio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação.
6.2. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data-limite para apresentação das propostas. Caberá à contratada a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo Contratante, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concepção para objetos compatíveis com o objeto da contratação. A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. LOCAL DE ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO
10.1.**Do local de entrega**:
-Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, na sede da Secretaria Municipal de Educação localizada na Av. Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, e-mail:semec@camponovo.ro.gov.br, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

10.2.**DOS PRAZOS**
10.2.1. O objeto deverá ser entregue em até**5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da O.F e/ou Nota de Empenho encaminhada a Contratada, podendo ser via e-mail ou impresso.
10.2.2.O prazo para assinatura da Ordem de Fornecimento será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação encaminhada à empresa pela secretaria, podendo ser via e-mail ou/e telefone.
10.2.3. O pagamento será efetuado em até**30 (trinta) dias**corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
10.2.4. O prazo de vigência da ARP será de**1(um) ano**e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.5 O prazo para assinatura da ARP será de**ATÉ 02 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3.**DO RECEBIMENTO**
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo.
10.3.2. Realizado a entrega, serão os gêneros recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.
10.3.2. No caso de produto entregue em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para a Administração Pública, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.

10.3.2. Os futuros fiscais de contrato, que serão indicados via portaria, irão elaborar cronograma de datas para planejamento, levantamento de informações e realização da entrega, informando à CONTRATADA via e-mail oficial.
10.3.2. Finalizado a fiscalização, os gêneros serão recebidos definitivamente pela comissão designada, a qual deverá verificar a conformidade dos gêneros com as exigências contratuais, a nota fiscal será certificada de forma definitiva, e encaminhada aos procedimentos administrativos financeiros.

11. DA GARANTIA DO OBJETO (Art. 40, § 1º, III a Lei Federal nº. 14.133/2021)
11.1. Oferecer garantia de adequação do produto, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
12.1.A SEMED nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato.
12.2. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.
12.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.
12.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
12.5. A contratada deverá manterprepostoaceito pela Administração durante a vigência do contrato para representá-lo na execução deste, considerando Artigo 118 da Lei Federal de Licitações nº 14.133/21, indicando nome, contato de telefone, endereço, e-mail, sendo o designado pela CONTRATADA capaz de gerir eter conhecimento dos fatos que são discutidos no presente processo, tais como;contrato/ata, Nota de Empenho, prazo de entrega e/ou quaisquer informações relativas ao processo que originou tal vinculo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
12.6. O fornecimento deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme a necessidade da mesma.
12.7. Os materiais e mão-de-obra utilizados para execução do objeto serão por conta da CONTRATADA.
12.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme prevê o Art. 120 da Lei Federal de Licitações n° 14.133/21.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Em conformidade com o Decreto nº 108, de 06 de setembro de 2023 - Retenção do IRRF e a IN RBF nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.
13.3. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IRPJ. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue no pagamento.
13.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
13.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da representação do mesmo.
13.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
13.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
13.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.
13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
13.10. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
13.11. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
13.12. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
13.13. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
13.14. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
13.15. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não se sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
13.16. É condição para o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

14. DAS PENALIDADES
14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
14.4. Infrações e Sanções (Arts. 155 E 156 Da Lei Federal N. 14.133/2021)
14.4.1. Das Infrações;
O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.4.2. Das Sanções;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela SEMEC à contratada, ou cobrado judicialmente.
Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação, Homologação e Publicações(ID 518198)(ID 518330)(ID 518514)(ID 518517)(ID 518552)(ID 519129)(ID 519135)(ID 519140)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de outubro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

Andrade & Dezani LTDA
CNPJ: 11.110.685/0001-45
Representante:
GABRIEL SANTOS DEZANI

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:0F601EFB

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2025/PMCNR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/PMCNR-SUPEL/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01547/2025.
SECRETARIA GESTORA: SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREGÃO TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, inscrito no CNPJ sob o no 63.762.033/0001-99 com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 2250, Setor 02, em Campo Novo de Rondônia/RO, CEP 76.887-000, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 018/2025, Homologado e publicado nos sites oficiais da Prefeitura Municipal, Portal Transparência, AROM e UNIÃO/DOU em14/10/2025,processo administrativo gerenciador nº 01547/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades licitadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATENDENDO DEMANDA DE MERENDA ESCOLAR NA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO, pelo período de 12 (doze) meses, especificado no Termo de Referência, anexo I do Edital de Licitação nº 018/2025(ID 507853), que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

VALERIO SOUZA SILVA - 44.806.174/0001-11, Endereço: Rua Maranhão, n°2467, Espigão do Oeste/RO, CEP: 76974-000, E-mail:sessolucoes@outlook.com,Telefone: (69) 99396-5416, Representante: VALERIO SOUZA SILVA, Código cadastro Fornecedor: 1248						
Item	*Descrição*	*Class.*	*Marca/ Modelo*	*Quantidade*	*V. UNIT.*	*V. TOTAL*
27	Cafe; tipo: arabica, torrado e moido, graos selecionados, embalado a vácuo de 1ª qualidade, composição pura, sem misturas, contendo na embalagem o número do lote, data de fabricação e validade (mínima de 12 meses), unidade de fornecimento: pacote de 500 gramas, com selo de pureza da abic.	UN	OURO	160,00	R$ 33,50	R$ 5.360,00

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no sítio oficial do Município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Sítio Oficial do Município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderão:
5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e os índices previstos para a contratação.
6.2. O reajuste de preços poderá ser utilizado na presente contratação, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano da data limite para apresentação das propostas. Caberá à contratada a iniciativa e o encargo da apresentação da memória de cálculo do reajuste a ser pleiteado, cuja aprovação do percentual de reajuste deverá ser negociada e aprovada pelo Contratante, observando-se os valores praticados no mercado à época de sua concepção para objetos compatíveis com o objeto da contratação. A aplicação do reajuste será formalizada mediante apostilamento no contrato, após manifestação técnica da área competente e autorização da autoridade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. LOCAL DE ENTREGA, PRAZOS E RECEBIMENTO
10.1.**Do local de entrega**:
-Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Município de Campo Novo de Rondônia/RO, na sede da Secretaria Municipal de Educação localizada na Av. Tancredo Neves, nº 2454, Setor 02, e-mail:semec@camponovo.ro.gov.br, no horário das 07h30min às 13h30min de segunda-feira a sexta-feira.

10.2.**DOS PRAZOS**
10.2.1. O objeto deverá ser entregue em até**5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de assinatura da O.F e/ou Nota de Empenho encaminhada a Contratada, podendo ser via e-mail ou impresso.
10.2.2.O prazo para assinatura da Ordem de Fornecimento será de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação encaminhada à empresa pela secretaria, podendo ser via e-mail ou/e telefone.
10.2.3. O pagamento será efetuado em até**30 (trinta) dias**corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
10.2.4. O prazo de vigência da ARP será de**1(um) ano**e poderá ser prorrogado por igual período, nas condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21
10.2.5 O prazo para assinatura da ARP será de**ATÉ 02 (cinco) dias**, contados a partir da solicitação encaminhada á licitante, podendo ser via e-mail ou/e telefone.

10.3.**DO RECEBIMENTO**
10.3.1. O acompanhamento, conferência e recebimento dos materiais ficarão sob responsabilidade do(a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado e/ou quem/equipe avaliativa que estiver substituindo.
10.3.2. Realizado a entrega, serão os gêneros recebidos provisoriamente por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificação avaliativa.
10.3.2. No caso de produto entregue em desacordo com as especificações do objeto e da proposta de preços, a contratada deverá providenciar a substituição, sem ônus para a Administração Pública, no prazo máximo de 2 (dois) dias, a contar da notificação.
10.3.2. Os futuros fiscais de contrato, que serão indicados via portaria, irão elaborar cronograma de datas para planejamento, levantamento de informações e realização da entrega, informando à CONTRATADA via e-mail oficial.
10.3.2. Finalizado a fiscalização, os gêneros serão recebidos definitivamente pela comissão designada, a qual deverá verificar a conformidade dos gêneros com as exigências contratuais, a nota fiscal será certificada de forma definitiva, e encaminhada aos procedimentos administrativos financeiros.

11. DA GARANTIA DO OBJETO (Art. 40, § 1º, III a Lei Federal nº. 14.133/2021)
11.1. Oferecer garantia de adequação do produto, em conformidade com os artigos 24 e 26 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

12. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
12.1.A SEMED nomeará gestor para executar a fiscalização do Contrato.
12.2. As ocorrências e as deficiências de confecção do objeto serão registradas por escrito, objetivando a imediata correção das irregularidades apontada.

12.3. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.
12.4. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução dos serviços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.
12.5. A contratada deverá manterprepostoaceito pela Administração durante a vigência do contrato para representá-lo na execução deste, considerando Artigo 118 da Lei Federal de Licitações nº 14.133/21, indicando nome, contato de telefone, endereço, e-mail, sendo o designado pela CONTRATADA capaz de gerir eter conhecimento dos fatos que são discutidos no presente processo, tais como;contrato/ata, Nota de Empenho, prazo de entrega e/ou quaisquer informações relativas ao processo que originou tal vinculo entre CONTRATADA e CONTRATANTE.
12.6. O fornecimento deverá ser realizado dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos pela CONTRATANTE, conforme a necessidade da mesma.
12.7. Os materiais e mão-de-obra utilizados para execução do objeto serão por conta da CONTRATADA.
12.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme prevê o Art. 120 da Lei Federal de Licitações n° 14.133/21.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
13.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a coleta definitiva e apresentação da nota fiscal atestada, conforme arts. 140 II e 141 III da Lei nº 14.133/2021.
13.2. Em conformidade com o Decreto nº 108, de 06 de setembro de 2023 - Retenção do IRRF e a IN RBF nº 1.234/2012, todos os documentos fiscais emitidos deverão apresentar o destaque do Imposto de Renda.
13.3. Pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI não estarão sujeitas à retenção de IRPJ. No entanto, esta condição deverá ser comprovada juntamente com o documento fiscal a ser entregue no pagamento.
13.4. Não será efetuado qualquer pagamento à(s) empresa(s) Contratada(s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
13.5. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da representação do mesmo.
13.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão requerente ao seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la, com a glosa da parte que considerar indevida.
13.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
13.8. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras.
13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
13.10. O órgão requerente efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
13.11. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.
13.12. O prazo para pagamento da Nota Fiscal só será contado da data de sua validação, considerando o trâmite administrativo.
13.13. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.
13.14. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.
13.15. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal/Fatura, quando da sua apresentação, não se sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.
13.16. É condição para o pagamento do valor constante na nota fiscal/fatura, a comprovação de regularidade fiscal com a apresentação ou atualização quando for o caso das seguintes certidões: CRF - Certificado de Regularidade Fiscal com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão negativa de débitos junto a Receita Federal relativa a tributos e contribuições federais, certidão negativa de débitos Estadual, certidão negativa de débitos municipais e certidão negativa de débitos trabalhistas.

14. DAS PENALIDADES
14.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
14.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
14.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante à aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
14.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.
14.4. Infrações e Sanções (Arts. 155 E 156 Da Lei Federal N. 14.133/2021)
14.4.1. Das Infrações;
O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
14.4.2. Das Sanções;

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
a. advertência;
b. multa, no valor de:
b.1. 3% (três por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material, limitado a 5 (cinco) dias corridos;
b.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da ordem de fornecimento, no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior ao estabelecido na alínea b.1, com aceitação do objeto pela Administração;
b.3. no caso de atraso injustificado no fornecimento/substituição do material por prazo superior a 5 (cinco) dias, com a não aceitação do objeto, caracterizando nessa hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista na alínea b.5;
b.4. 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
b.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de inexecução total da obrigação.
c. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Campo Novo de Rondônia/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.
O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela SEMEC à contratada, ou cobrado judicialmente.
Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos na Lei Federal de Licitações N. 14.133/21.

15. CONDIÇÕES GERAIS
15.1.As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I DO EDITAL.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata lavrada após Ata de Realização do Pregão, Parecer Final, Adjudicação, Homologação e Publicações(ID 518198)(ID 518330)(ID 518514)(ID 518517)(ID 518552)(ID 519129)(ID 519135)(ID 519140)que, depois de lida e achada em ordem, assinada pelas partes e replicada em processo de órgãos participantes.

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de outubro de 2025.

[Assinado Eletronicamente]
WÂNIA BRUNA DOS SANTOS ALFLEN
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 423/2025/GAB-PMCNRO

Valerio Souza Silva
CNPJ: 44.806.174/0001-11
Representante:
VALERIO SOUZA SILVA

Publicado por:
Amanda Gabrielly Souza Retamero
Código Identificador:93F51F6E

DEP DE COMPRAS E CADASTRO DE FORNECEDORES
EXTRATO DE CONTRATO N°197/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO n°11-1975/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DE RONDÔNIA/RO.

CONTRATADA: LOGMOV SOLUCOES LTDA - CNPJ:44.333.497/0001-35**.**

OBJETO: Aquisição de lixeiras (contentores) de grande volume, destinadas ao adequado acondicionamento e descarte de resíduos gerados nos quiosques da Praça Municipal e na Feira Municipal, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Administração SEMAD.

Objeto da contratação:

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	010.001.069		CONTEINERES DE 1.000 LITROS COM PORTA FRONTAL OU LATERAL Especificações mínimas: - Contêiner em Polietileno Virgem de Alta Densidade (PEAD); - Resistente à ação de raios ultravioleta (Proteção Anti-UV 8); - Capacidade: 1.000 litros; - Confeccionado pelo processo de rotomoldagem em PEAD; - Suportar no mínimo 450 kg de carga; - Com absorventes e estabilizadores de luz UV; - Tampa articulada ao próprio corpo do contêiner; - 4 (quatro) rodas giratórias com pneus de borracha maciça; - Dreno com tampa rosqueável para escoamento de líquidos e limpeza; - Munhão compatível com sistema de basculamento de caminhões de coleta urbana; - Sistema de freio em duas das rodas; - Medidas aproximadas: 1.000mm (altura) x 1.000mm (largura) x 1.100mm (profundidade).	3,00	UN

VIGÊNCIA: 03 (três) meses contados da assinatura do contrato.

VALOR TOTAL: 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) conforme Proposta Vencedora(ID 514412).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Ficha: 716
Unidade: 020303 - Secretaria de Administração
Funcional: 15.451.0024.1010.0000 - Reforma de Prédios Públicos e Instalação de Lixeiras Urbanas
Classificação: 4.4.90.52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Campo Novo de Rondônia/RO, 20 de outubro de 2025.

Município de Campo Novo de Rondônia
CRISTIANE IZABEL MURATA
Contratante

Publicado por:
Amanda Inácio
Código Identificador:923474C0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRAS

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: DM LICITA COMERCIO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 46.613.430/0001-80

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
45	CARTUCHO DE TONER PRETO HP 58X LASERJET CF258X APROXIMADAMENTE 10.000 PAGINAS, PARA IMPRESSORA LASERJET PRO M428FDW	Supli	190	R$ 45,5000	R$ 8.645,0000
46	CARTUCHO DE TONER PRETO HP 58X LASERJET CF258X APROXIMADAMENTE 10.000 PAGINAS, PARA IMPRESSORA LASERJET PRO M428FDW, COM CHIP.	supli	260	R$ 45,5000	R$ 11.830,0000
47	Cartucho Impressão BQ-226X, Compatível, Tonner com Carga, Impressora Laser Marca/Modelo: HP MFPM426dw, com rendimento 9.000 páginas(5% de cobertura)	supli	100	R$ 36,0000	R$ 3.600,0000
48	Cartucho Impressão BQ-226X, Compatível, Tonner com Carga, Impressora Laser Marca/Modelo: HP MFPM428fdw, com rendimento 9.000 páginas(5% de cobertura).	supli	60	R$ 37,9900	R$ 2.279,4000
49	Cartucho Impressão, Compatível, Tonner com Carga, impressora laser Marc/modelo: HP CB435/436/285/278ª. HP LASERJET 1005/1066/10505N/M1522N/M1522NF/ M1120/M1120N/P1102W/M1130/M1132 1566/1606.	supli	110	R$ 19,9000	R$ 2.189,0000
50	Cartucho Impressão, EPSON ecotank L3250, cores 544 Y(amarelo), 544 BK (preto), 544 C (ciano), 544 M (magenta).	kora	20	R$ 6,0000	R$ 120,0000
51	Cartucho Impressão, Tonner com Carga, Impressora Laser, Modelo HP 435A/ 436A/285A/278A/. Impressao minima 1.800 Paginas.	supli	290	R$ 19,9500	R$ 5.785,5000
186	TONER LASER1105A COM CHIP	supli	230	R$ 29,5000	R$ 6.785,0000
187	TONNER BROTHER DCP-L5652DN	supli	100	R$ 27,5000	R$ 2.750,0000
188	Tonner CM-CB 435A/CB436A/CE285A	supli	170	R$ 20,0000	R$ 3.400,0000
190	TONNER HP LASERJET PRO MFP 4103 FDW	supli	50	R$ 52,0000	R$ 2.600,0000
191	Tonner HP laser Jet Pro MFP M125a	supli	30	R$ 20,0000	R$ 600,0000
192	TONNER LASER 1105A	supli	180	R$ 29,5000	R$ 5.310,0000
193	Tonner Laser CF 283 A	supli	110	R$ 19,9500	R$ 2.194,5000
194	Tonner Laser Jet CF 258A	supli	100	R$ 40,0000	R$ 4.000,0000
195	TONNER LASER JET CF 258A COM CHIP	supli	20	R$ 40,0000	R$ 800,0000
196	Tonner Laser Jet M1132 MFP	supli	30	R$ 19,9500	R$ 598,5000
197	TONNER SAMSUNG XPRESS M2070 SERIES- BQ-MLT D111L	supli	150	R$ 26,5000	R$ 3.975,0000

Valor Total Homologado - R$ 67.461,90

Castanheiras-RO, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:F627F923

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: R TREVIZAN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA
CNPJ/CPF: 40.146.736/0001-97

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
147	PERFURADOR DE PAPEL, 02 FUROS, METÁLICO, CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ 25 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, DIMENSÕES APROXIMADAS: DO FURO: 6MM; DISTANCIA DOS FUROS: 80MM, COM MARGEADOR PLÁSTICO) 91X112X45MM; A	MASTER PRINT	68	R$ 15,0000	R$ 1.020,0000
151	PINCEL MARCADOR PARA QUADRO BRANCO PONTA EM ACRÍLICO MACIA, ESCRITA 2,0 MM, NAS OPÇÕE SDE CORES AZUL, VERMELHA OU PRETO, PACOTE C/ 12 UNIDADES	MASTER PRINT	108	R$ 20,0000	R$ 2.160,0000
175	TESOURA GRANDE (CABO PLÁSTICO, PONTA EM AÇO INOX)	MASTER PRINT	112	R$ 5,2000	R$ 582,4000

Valor Total Homologado - R$ 3.762,40

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:6A14C2ED

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AMIRAL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA
CNPJ/CPF: 09.036.071/0001-19

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
22	BLOCO ADESIVO PARA RECADOS, FLUORESCENTE, 38 MM X 50 MM, 100FLS CADA, PCT C/ 04BLOCOS	leonora	83	R$ 5,2200	R$ 433,2600
25	BOLA (DENTE DE LEITE) BORRACHA	leonora	130	R$ 3,8900	R$ 505,7000
31	CADERNO 1/4 (PEQUENO) EM ESPIRAL, FOLHA BRANCA PAUTADA, CAPA SIMPLES, 48 FLS	PANAMERICANA	548	R$ 2,7900	R$ 1.528,9200
120	MASSA PARA MODELAR (CX 6 CORES)	koala	190	R$ 2,6800	R$ 509,2000
149	PINCEL ATÔMICO, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO PONTA FELTRO, TIPO CARGA RECARREGÁVEL, NAS OPÇÕES DE CORES VERMELHA, AZUL OU PRETA, CAIXA COM 12 UNIDADES	Leonora	105	R$ 25,4600	R$ 2.673,3000

150	PINCEL ESCOLAR PARA PINTURA, PRÓPRIA PARA TINTA GUACHO, TAMANHO N.º 12	Leonora	57	R$ 3,5300	R$ 201,2100

Valor Total Homologado - R$ 5.851,59

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:B8008285

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: APOLO SOLUCOES E DISTRIBUICOES LTDA
CNPJ/CPF: 05.789.763/0001-87

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AGENDA PERMANENTE, CARTONADA, COR PRETA, 384 PÁGINAS, CAPA DURA, TIPO EXECUTIVA, COM CALENDÁRIO, ÍNDICE TELEFÔNICO E MARCADOR DE PAGINAS	TILIBRA	239	R$ 24,8400	R$ 5.936,7600
7	APITOS PARA JOGOS ESPORTIVOS	SCALIBU	35	R$ 5,8800	R$ 205,8000
13	BANDEIRA OFICIAL DO BRASIL EM NYLON, COSTURADA, LETRAS E ESTRELAS BORDADAS, MEDINDO 112CM X 160CM, COM TRÊS PANOS.	VIDEBAND	52	R$ 179,9900	R$ 9.359,4800
14	BANDEIRA OFICIAL DO ESTADO DE RONDÔNIA EM NYLON, COSTURADA, MEDINDO 112CM X 160CM, COM TRÊS PANOS.	VIDEBAND	52	R$ 179,9900	R$ 9.359,4800
35	CAIXA P/ CORRESPONDÊNCIA 03 ANDARES	MAXCRIL	4	R$ 53,6000	R$ 214,4000
40	CANETA PARA RETROPROJETOR (PERMANENTE) PRETA/AZUL/AMARELO/VERDE/VERMELHO/BRANCO	BRW	30	R$ 4,0800	R$ 122,4000
72	CORRETIVO LIQUIDO A BASE DE ÁGUA, LAVÁVEL NÃO TÓXICO, EMBALAGEM DE 18ML	FRAMA	81	R$ 1,9900	R$ 161,1900
77	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 07MM PARA 25 FOLHAS	LASSAME	140	R$ 19,1300	R$ 2.678,2000
78	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 12MM PARA 70 FOLHAS	LASSAME	240	R$ 0,3500	R$ 84,0000
79	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 17MM PARA 100 FOLHAS	LASSAME	345	R$ 1,2900	R$ 445,0500
80	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 20MM PARA 120 FOLHAS	LASSAME	440	R$ 1,2300	R$ 541,2000
81	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 23MM PARA 140 FOLHAS	LASSAME	240	R$ 1,0900	R$ 261,6000
82	ESPIRAL ENCADERNAÇÃO PRETO 40MM PARA 300 FOLHAS	LASSAME	240	R$ 3,3500	R$ 804,0000
90	FITA DE CETIM 100% POLIÉSTER Nº05 - 22 MM X10MTS (SIMPLES) NA COR BRANCA	KIT	108	R$ 10,7700	R$ 1.163,1600
91	FITA DE CETIM 10M X 15MM - COR 214 - XADREZ AZUL ROYAL - ROLO 10 METROS	KIT	10	R$ 6,7200	R$ 67,2000
92	FITA DE CETIM 10M X 15MM - COR 240 - XADREZ ROSA ESCURO - ROLO 10 METROS	KIT	10	R$ 6,4000	R$ 64,0000
93	FITA DE CETIM, LISA, POLIÉSTER, Nº 02, 10MTX10MM, CORES VARIADAS		233	R$ 4,8300	R$ 1.125,3900
94	FITA DUPLA FACE DE POLIPROPILENO 3M 4873 19MM X 30M COMPOSTA PELO ADESIVO DE BORRACHA 3M APLICADO EM UM DORSO DE POLIPROPILENO E PROTEGIDA POR UM LINER DE PAPEL KRAFT BRANCO, A FITA DUPLA FACE DE POLI		50	R$ 22,0900	R$ 1.104,5000
96	FITILHO 07MM X 50MT		45	R$ 4,1500	R$ 186,7500
97	FOLHAS DE PAPEL ALMAÇO COM PAUTAS		30	R$ 42,9900	R$ 1.289,7000
100	GRAMPEADOR DE MESA PARA 100 FOLHAS		41	R$ 79,3400	R$ 3.252,9400
103	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6 PRESSAO GALVANIZADO CX COM 5000 UNIDADE		9	R$ 20,7900	R$ 187,1100
104	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/8 GALVANIZADO CX COM 5000 UNIDADES		15	R$ 20,2900	R$ 304,3500
106	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CX COM 5000 UNIDADES		35	R$ 3,2500	R$ 113,7500
108	LAMINAS DE ISOPOR, 15MM, DIMENSÃO MÍNIMA: 100X40CM		60	R$ 8,3400	R$ 500,4000
109	LAMINAS DE ISOPOR, 20MM, DIMENSÃO MÍNIMA: 100X40CM		60	R$ 11,0000	R$ 660,0000
110	LAMINAS DE ISOPOR, 25MM, DIMENSÃO MÍNIMA: 100X40CM		60	R$ 15,7500	R$ 945,0000
111	LAMINAS DE ISOPOR, 30MM, DIMENSÃO MÍNIMA: 100X40CM		70	R$ 15,8000	R$ 1.106,0000
112	LÁPIS DE COR, MODELO GRANDE, CAIXA COM 12 UNIDADES EM MADEIRA.		565	R$ 5,4900	R$ 3.101,8500
122	MEDALHAS P/ COMPETIÇÕES		300	R$ 5,0700	R$ 1.521,0000
123	MINI ALFINETES DE SEGURANÇA Nº000, TAMANHO DE 19MM X 4MM, CADA EMBALAGEM CONTÉM 100 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM		26	R$ 10,4900	R$ 272,7400

	UMA PRÁTICA CAIXA DE PLÁSTICO, FACILITANDO O ARMAZENAMENTO E O TRANSPORTE, GARANTINDO QU				
125	PAPEL ADESIVO (CORES VARIADAS) BOBINA COM 7 METROS		45	R$ 101,2200	R$ 4.554,9000
126	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS		115	R$ 2,0400	R$ 234,6000
130	PAPEL CARTOLINA 150G/M², 500 X 650 MM, CORES VARIADAS.		790	R$ 1,1100	R$ 876,9000
131	PAPEL CELOFANE 85CM DE LARGURA POR 100CM DE COMPRIMENTO, BOPPS DE CORES SORTIDAS E PAPEL TRANSPARENTES, PCT COM 3 UNIDADES		355	R$ 5,3000	R$ 1.881,5000
134	PAPEL FOTOGRÁFICO		470	R$ 13,3000	R$ 6.251,0000
135	PAPEL KRAFT NATURAL 80 G - 40 CM X 165 M		325	R$ 89,3900	R$ 29.051,7500
136	PAPEL KRAFT NATURAL, BOBINA 60 CM X 165 M (60 CM ALTURA)		45	R$ 156,5500	R$ 7.044,7500
137	PAPEL LAMINADO, CORES VARIADAS CORES, 48CMX60CM		72	R$ 1,8500	R$ 133,2000
139	PASTA A/Z COM RÓTULO OFÍCIO		35	R$ 14,3500	R$ 502,2500
140	PASTA CATALOGO 50 ENVELOPE FINO, PASTA CATALOGO 50 ENVELOPE FINO 1090,PRETO		10	R$ 21,9400	R$ 219,4000
143	PASTA CLASSIFICADORA C/ GRAMPO PLASTICO		175	R$ 2,7100	R$ 474,2500
144	PASTA PLÁSTICA TRANSPARENTE, COM ELÁSTICO, 20 MM, CORES, A4, DIVERSAS		290	R$ 3,6300	R$ 1.052,7000
153	PINCEL PARA PINTAR TECIDO N°06		77	R$ 6,5100	R$ 501,2700
154	PINCEL PARA PINTAR TECIDO N°08		77	R$ 7,0500	R$ 542,8500
158	PLACAS DE ISOPOR ESPESSURA 5 CM		75	R$ 28,3000	R$ 2.122,5000
159	PORTA LAPIS/CLIPS/LEMBRETE POLIESTIRENO CRISTAL, QUADRILATERO, MEDIDAS APROXIMADAS: 87 X 77 X 238CM; PESO:136GR)		90	R$ 9,9900	R$ 899,1000
167	RÉGUA COMUM, MATERIAL PLÁSTICO CRISTAL, COMPRIMENTO 30 CM, GRADUAÇÃO MILIMETRADA, TIPO MATERIAL RÍGIDO, COR TRANSPARENTE, PACOTE COM 24 UNIDADES.		36	R$ 27,9800	R$ 1.007,2800
169	ROLO DE FITILHO DE 5CMX10M, CORES VARIADAS.		46	R$ 3,8700	R$ 178,0200
172	SUPORTE PARA FITA ADESIVA GRANDE, LÂMINA PARA CORTE A LAZER, BASE ANTI DERRAPANTE, PERMITE ACOPLAMENTO DE FITAS 1 E 3, LÂMINA DE AÇO INOX E CORPO INJETADO EM POLIESTIRENO.		20	R$ 27,8200	R$ 556,4000
176	TESOURA PARA PICOTAR (ZIG ZAG)		103	R$ 28,9300	R$ 2.979,7900
177	TESOURA USO GERAL AÇO INOX 5"		77	R$ 7,4900	R$ 576,7300
182	TINTA P/ CARIMBO 42 ML AZUL		53	R$ 6,9000	R$ 365,7000
183	TINTA P/ CARIMBO 42 ML PRETA		51	R$ 6,8300	R$ 348,3300

Valor Total Homologado - R$ 51.109,06

Castanheiras-RO, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:4EB89116

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ/CPF: 53.571.459/0001-01

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
2	AGULHA DE CROCHET, EM ACO INOX Nº 06, USO ESPECIAL EM LINHAS FINAS	CIRCULO	75	R$ 6,2900	R$ 471,7500
3	AGULHA PONTO CRUZ, AÇO NIQUELADO, Nº. 24, PCT COM 10 UNID.	CIRCULO	60	R$ 7,2200	R$ 433,2000
10	BALÃO COLORIDO, Nº 07, PACOTE, COM 50 UNIDADES.	SÃƒO ROQUE	210	R$ 8,9600	R$ 1.881,6000
11	BALÃO EM FORMATO DE CORAÇÃO, PACOTE COM 50 UNIDADES.	SÃƒO ROQUE	135	R$ 11,8500	R$ 1.599,7500
41	CANUDOS COLORIDOS (DIVERSOS) 500 UND	STRAWPLAST	10	R$ 8,5500	R$ 85,5000
60	CLIPS PLÁSTICO, COLORIDO, 5/0 CX COM 50 UND.	ECOCLIPS	73	R$ 6,9400	R$ 506,6200
64	COLA PERMANENTE PARA TECIDO FRASCO CONTENDO 250 ML (1.30 OZ)	ACRILEX	26	R$ 19,1600	R$ 498,1600
70	CONES PEQUENOS COM ALTURA DE 23 CM DE ALTURA E A BASE COM 19 CM DE DIÂMETRO	PENALTY	20	R$ 7,6000	R$ 152,0000
73	DINHEIRO SEM VALOR PARA ATIVIDADES	ARB	24	R$ 13,1500	R$ 315,6000
74	DISCO DE TREINO COM 5 CM DE ALTURA E 19 CM DE DIÂMETRO	MUVIM	40	R$ 3,5000	R$ 140,0000

76	ENVELOPES AMARELO, A4 CAIXA COM 250 UNIDADES	R2M	31	R$ 112,8000	R$ 3.496,8000
88	FICHARIO SANFONADO A/Z	ACP	13	R$ 43,9600	R$ 571,4800
95	FITA MARCADORA DESTINADA À DEMARCAÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS EM SUPERFÍCIES DE AREIA, COMO VÔLEI DE PRAIA, BEACH TENNIS E FUTEVÔLEI. PRODUZIDA COM MATERIAL RESISTENTE ÀS INTEMPÉRIES E COM ALTA VISIBILI	EUROCELL	20	R$ 129,7600	R$ 2.595,2000
99	GLOBO TERRESTRE FÍSICO POLÍTICO, 30CM LUMI. 110V, CX 1 UN	WESTERN	2	R$ 227,7800	R$ 455,5600
114	LINHA PARA CROCHÊ, 500MT, 100% ALGODÃO MERCERIZADO, CORES VARIADAS, PACOTES COM 06 UNID.	CIRCULO	56	R$ 68,1200	R$ 3.814,7200
116	LIVRO, TIPO ATA, MATERIAL OFF SET, MÍNIMO 100FLS, GRAMATURA 75 G/M², DIMENSÕES 297MM, LARGURA: 210MM, PÁGINAS TIPOGRAFICAMENTE ENUMERADAS, PACOTE C/ 05UNID	BAAG	80	R$ 72,8600	R$ 5.828,8000
117	LIVRO, TIPO ATA, MATERIAL OFF SET, MÍNIMO 200FLS, GRAMATURA 75 G/M², DIMENSÕES 297MM, LARGURA: 210MM, PÁGINAS TIPOGRAFICAMENTE ENUMERADAS, PACOTE C/ 05UNID	BAAG	95	R$ 82,2100	R$ 7.809,9500
118	LIVRO, TIPO ATA, MATERIAL OFF SET, MÍNIMO 50FLS, GRAMATURA 75 G/M², DIMENSÕES 297MM, LARGURA: 210MM, PÁGINAS TIPOGRAFICAMENTE ENUMERADAS, PACOTE C/ 05UNID	BAAG	87	R$ 37,4300	R$ 3.256,4100
121	MEDALHAS EM ACRÍLICO COM A LOGO DA SECRETARIA PERSONALIZADAS SENDO 1 E 2 LUGAR	AX ESPORTES	452	R$ 4,2800	R$ 1.934,5600
124	PALITOS PARA PICOLÉ (SORVETE) 500 UND	THEOTO	10	R$ 13,9000	R$ 139,0000
145	PASTA SUSPENSA, KRAFT, HASTE PLÁSTICA, C/GRAMPO, COMPLETA, CAIXA C/ 50 UNIDADES	CARTEX	59	R$ 88,4900	R$ 5.220,9100
146	PERCEVEJOS C/ CABEÇA COLORIDA CAIXA COM 50 UNIDADE	ACC	52	R$ 4,8700	R$ 253,2400
148	PERFURADOR DE PAPEL, METÁLICO, CAPACIDADE PARA PERFURAR ATÉ 70 FOLHAS DE PAPEL 75G/M2, DIMENSÕES APROXIMADAS: 240X115X112MM; APOIO DA BASE EM POLIETILENO; PINOS PERFURADORES EM AÇO E MOLAS EM AÇO;	LEONORA	35	R$ 81,1600	R$ 2.840,6000
157	PLACAS DE ISOPOR ESPESSURA 3 CM	FRICALOR	65	R$ 14,4300	R$ 937,9500
168	RETRÓS DE LINHA PARA COSTURA 100% ALGODÃO MERCERIZADO, COM 914MTS	CIRCULO	10	R$ 4,7000	R$ 47,0000
170	SACO MOCHILA PARA CARREGA ATE 10 BOLAS	KANXA	3	R$ 23,1600	R$ 69,4800
174	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA AÇO 4" 25901/105, CORES DIVERSAS, CX C/ 50 UNIDADES	MASTERPRINT	77	R$ 47,7000	R$ 3.672,9000
185	TINTA SPRAY DE COR BRANCO PARA PINTAR METAL DE 500 ML	CHEMI COLOR	30	R$ 22,0000	R$ 660,0000
198	TRAVE PEQUENA DE PLÁSTICO PARA FUTEBOL, IDEAL PARA CRIANÇAS E TREINOS RECREATIVOS. FABRICADA EM PVC RESISTENTE, LEVE E FÁCIL DE MONTAR. MEDE 1,20 M DE LARGURA X 0,80 M DE ALTURA X 0,60 M DE PROFUNDIDA	WLLMIX	16	R$ 88,7700	R$ 1.420,3200

Valor Total Homologado - R$ 51.109,06

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:C57ADB59

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LSM COMERCIO E ATACADISTA DE ELETRODOMESTICOS E PAPELARIA LT
CNPJ/CPF: 50.609.259/0001-02

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
4	ALFINETES PARA QUADRO TIPO TAÇA "PUSH-PIN" EM AÇO NIQUELADO COM CABEÇA PLÁSTICA COLORIDA, MEDIDAS: 2,3 CM DE ALTURA X 1 CM DE ALFINETE, CAIXA COM NO MÍNIMO 25 PÇS	JOCAR	140	R$ 4,5000	R$ 630,0000
6	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, COM BASE EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA, COM FELTRO.	MASTERPRINT	192	R$ 5,0000	R$ 960,0000
8	APONTADOR DE LÁPIS, PLÁSTICO POLIETILENO, LAMINA EM AÇO, COM DEPOSITO, POTE COM 25 UNIDADES.	LEO LEO	104	R$ 20,0000	R$ 2.080,0000
15	BANDEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS EM NYLON,	TOP BANDEIRAS	52	R$ 189,0000	R$ 9.828,0000

	MEDINDO 112CM X 160CM, COM TRÊS PANOS.				
16	BANDEJA EM ACRILICO PARA PAPEIS.	ACRINIL	39	R$ 27,3000	R$ 1.064,7000
21	BASTÃO, SUPRIMENTO COLA DE SILICONE PARA PISTOLA QUENTE, ESPESSURA DE 11MM, 30CM COMPRIMENTO	RENDICOLA	255	R$ 1,1000	R$ 280,5000
32	CADERNO DE CALIGRAFIA	FORONI	250	R$ 2,3000	R$ 575,0000
33	CADERNO ESPIRAL 10 MATÉRIAS, UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA.	NOVA CADERNOS	640	R$ 15,8000	R$ 10.112,0000
34	CAIXA ARQUIVO MORTO, MÉDIO, DESMONTÁVEL, PLÁSTICO POLIONDA, COM ÁREAS DE PICOTE (PARTE DE VENTILAÇÃO) DE FÁCIL REMOÇÃO, COM PARTE DO LACRE E FECHAMENTO DA CAIXA DEMARCADO, COM DIMENSÕES MINIMAS DE 36,	POLIBRAS	208	R$ 21,0000	R$ 4.368,0000
37	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL TRANSPARENTE EM ACRÍLICO, COM SUSPIRO LATERAL, ESCRITA PONTA MÉDIA DE 1,00 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TAMPA ANTI-ASFIXIANTE, COM TINTA NA COR AZUL, CAIXA C/ 50UNI	COMPACTOR	132	R$ 28,0000	R$ 3.696,0000
38	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL TRANSPARENTE EM ACRÍLICO, COM SUSPIRO LATERAL, ESCRITA PONTA MÉDIA DE 1,00 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TAMPA ANTI-ASFIXIANTE, COM TINTA NA COR PRETA, CAIXA C/ 50UN	COMPACTOR	111	R$ 28,0000	R$ 3.108,0000
39	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL TRANSPARENTE EM ACRÍLICO, COM SUSPIRO LATERAL, ESCRITA PONTA MÉDIA DE 1,00 MM E ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TAMPA ANTI-ASFIXIANTE, COM TINTA NA COR VERMELHA, CAIXA C/ 5	COMPACTOR	76	R$ 28,0000	R$ 2.128,0000
42	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO POLIPROPILENO 0,30 A4 PRETA COURO PACOTE COM 50 UNIDADES	PLASCONY	125	R$ 25,0000	R$ 3.125,0000
43	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO POLIPROPILENO 0,30 A4 TRANSPARENTE LINE, PACOTE COM 50 UNIDADES	PLASCONY	325	R$ 23,0000	R$ 7.475,0000
53	CLIPES Nº 4/0, NIQUELADO, FABRICADO COM ARAME DE AÇO REVESTIDO EMBALAGEM COM 50 UNID.	CLIPSTOP	125	R$ 2,3000	R$ 287,5000
54	CLIPS NIQUELADO 10/0 CX C/ 20 UNID.	CLIPSTOP	127	R$ 6,5000	R$ 825,5000
55	CLIPS NIQUELADO 1/0 CX C/ 100 UNID.	CLIPSTOP	112	R$ 2,3000	R$ 257,6000
56	CLIPS NIQUELADO 2/0 CX C/100 UNID.	CLIPSTOP	108	R$ 2,3000	R$ 248,4000
57	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/ 50 UNID.	CLIPSTOP	114	R$ 2,3000	R$ 262,2000
58	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/ 50 UNID.	CLIPSTOP	102	R$ 2,8000	R$ 285,6000
59	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/ 50 UNID.	CLIPSTOP	72	R$ 4,9000	R$ 352,8000
61	COLA BRANCA 90 GRAMAS, CX COM 12 UND.CX	PIRA	74	R$ 29,5000	R$ 2.183,0000
63	COLA PARA ISOPOR, 80GR	PIRA	348	R$ 3,8000	R$ 1.322,4000
65	COLCHETE, AÇO METALICO, LATONADO, Nº 10 CX, COM 72 UND	XR	104	R$ 9,4000	R$ 977,6000
66	COLCHETE, AÇO METALICO, LATONADO, Nº 12 CX, COM 72 UND	XR	78	R$ 11,8000	R$ 920,4000
67	COLCHETE, AÇO METALICO, LATONADO, Nº 14 CX, COM 72 UND	XR	76	R$ 15,0000	R$ 1.140,0000
68	COLCHETE, AÇO METALICO, LATONADO, Nº 15 CX, COM 72 UND	CHAPARRAU	96	R$ 17,0000	R$ 1.632,0000
75	ENVELOPE SACO KRAFT PARDO A4, CX C/ 100 UND	REIPEL	34	R$ 33,0000	R$ 1.122,0000
83	ESTILETE ESTREITO DE PLÁSTICO RESISTENTE, COM LÂMINA DE AÇO RETRÁTIL E ENCAIXE DE PRESSÃO, 9 MM	MASTERPRINT	237	R$ 1,3000	R$ 308,1000
84	EVA, CORES DIVERSAS, 40CMX60CMX2MM, COM GLITER.	LEO LEO	655	R$ 4,0000	R$ 2.620,0000
85	EVA, CORES VARIADAS, TAM. 40X60X2MM, PACOTE COM 10 UNIDADES	LEO LEO	700	R$ 17,0000	R$ 11.900,0000
86	EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPÁTULA, INOX, CENTRAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, DIMENSÕES 150X20MM	JOCAR	108	R$ 1,5000	R$ 162,0000
87	FELTRO (CORES VARIADAS)	NON WOVEN	155	R$ 13,0000	R$ 2.015,0000
89	FITA ADESIVA, TRANSPARENTE, PLÁSTICO POLIPROPILENO, MULTIUSO, 45MM X 45M	KORETECH	910	R$ 4,5000	R$ 4.095,0000
101	GRAMPEADOR DE PRESSÃO CIS PARA ESTOFADOR TP-525 É UM PRODUTO DE ALTA QUALIDADE, FABRICADO COM PLÁSTICO RESISTENTE E METAL DURÁVEL	JOCAR	8	R$ 39,5000	R$ 316,0000
102	GRAMPEADOR, TRATAMENTO SUPERFICIAL PINTADO, MATERIAL METAL, TIPO MESA, CAPACIDADE 20 FOLHAS, APLICAÇÃO PAPEL, TAMANHO DO GRAMPO 26/6	MASTERPRINT	123	R$ 10,0000	R$ 1.230,0000
113	LÁPIS PRETO, Nº. 2, REDONDO, PONTA FIRME, CAIXA COM 144 UNID.	LEO LEO	49	R$ 35,8000	R$ 1.754,2000
119	MARCADOR DE TEXTO PLÁSTICO, COM PONTA FACETADA, PARA TRAÇOS DE 1 A 4MM, EM TINTA FLUORESCENTE QUE SE FIXA SOBRE A TINTA ESFEROGRÁFICA, HIDROGRÁFICA, LÁPIS, TEXTOS DATILOGRAFADOS E IMPRESSOS, A BASE DE	MASTERPRINT	151	R$ 7,8000	R$ 1.177,8000
141	PASTA CATÁLOGO CAPA PVC (PLÁSTICA), COR PRETA, COM VISOR EXTERNO E COLCHETE, COM 100 FLS	ACP	130	R$ 21,0000	R$ 2.730,0000
142	PASTA C/ ELÁSTICO POLIPROPILENO 235MM X 350MM	ACP	210	R$ 2,0000	R$ 420,0000
152	PINCEL MARCADOR PERMANENTE PARA CD E DVD	JOCAR	110	R$ 2,1500	R$ 236,5000
155	PISTOLA DE COLA QUENTE FINA, ESPESSURA DE 08MM	JOCAR	108	R$ 14,0000	R$ 1.512,0000
156	PISTOLA PARA COLA QUENTE, ESPESSURA DE 11MM	JOCAR	108	R$ 17,5000	R$ 1.890,0000
160	POST-IT, BLOCOS DE NOTAS ADESIVAS, COLEÇÃO DIVERSÃO COLORIDA, 450 FOLHAS, TAMANHO 76MM X 76MM	JOCAR	89	R$ 20,0000	R$ 1.780,0000
161	PRANCHETA PLASTICA COM PRENDEDOR TAMANHO A4	ACRINIL	156	R$ 11,9500	R$ 1.864,2000
171	SUPORTE PARA CRACHA, COM PRESILHA ENCAIXADA	DAC	250	R$ 1,0000	R$ 250,0000
173	TECIDO TNT, 1,40MT X 0,40GRMS DE LARGURA/ESPESSURA, 100% POLIPROPILENO, CORES VARIADAS, ROLO COM 50MT	SANTA FE	284	R$ 65,0000	R$ 18.460,0000
180	TINTA GUACHE UNIDADE 15 ML (CX. 6 CORES)	PIRA	167	R$ 4,0000	R$ 668,0000
181	TINTA PARA PINCEL (RECARREGÁVEL) QUADRO BRANCO CORES VARIADAS	RADEX	90	R$ 30,0000	R$ 2.700,0000
199	UMEDECEDOR DE DEDO POTE DE 12 GR	RADEX	148	R$ 3,0000	R$ 444,0000

Valor Total Homologado - R$ 119.780,00

Castanheiras-RO, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:EC0D89DE

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 61.134.180 AMADO GAZEL NETO
CNPJ/CPF: 61.134.180/0001-99

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
52	CARTUCHO IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL CANON G4110	KORA	90	R$ 7,9900	R$ 719,1000
178	TINTA CARTUCHO IMPRESSÃO, EPSON ECOTANK L3250, CORES 544 Y(AMARELO), 544 BK (PRETO), 544 C (CIANO), 544 M (MAGENTA).	KORA	20	R$ 6,9900	R$ 139,8000
179	TINTA CARTUCHO IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL CANON G4110 CORES BK, C, M E Y	KORA	75	R$ 8,7900	R$ 659,2500

Valor Total Homologado - R$ 1.518,15

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:99D3F0B0

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: R & R DISTRIBUIDORA DE ELETROELETRONICOS LTDA
CNPJ/CPF: 59.565.097/0001-22

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
9	BADMINTON (COMPLETO) JOGOS	SCALIBU	10	R$ 68,0000	R$ 680,0000
23	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY. COMPOSIÇÃO: 100% PVC. CÂMARA: AIRBILITY. COSTURADA, MIOLO: SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. CIRCUNFERÊNCIA APROXIMADA: 68 - 69 CM. PESO APROXIMADO: 420 -450G	MAGUSSY	70	R$ 60,4800	R$ 4.233,6000
24	BOLA DE FUTSAL MOD. OFICIAL ADULTO - COM GOMO, COMPOSIÇÃO/MATERIAL PVC/PU, TAMANHO DE 61 A 64 CM APROXIMADAMENTE E PESO APROXIMADO DE 410 À 440 GR.	MAGUSSY	70	R$ 60,4800	R$ 4.233,6000
26	BOLA OFICIAL DE FUTEBOL DE CAMPO, TERMOTEC, COM 8 GOMOS, COMPOSIÇÃO: 45% MICROFIBRA, 30% POLIÉSTER, 25% LÁTEX, CONFECCIONADA COM PVC, DIÂMETRO: 68 - 70 CM, PESO: 410 - 450 G, CÂMARA: CÂMARA AIRBILITY,	MAGUSSY	110	R$ 79,0000	R$ 8.690,0000
27	BOLA PARA HANDEBOL FEMININO/MASCULINO	MAGUSSY	10	R$ 62,3000	R$ 623,0000
28	BOLAS DE VÔLEI CONFECCIONADA EM PU 18 GOMOS CÂMARA DE AR EM BUTIL MIOLO DE VÁLVULA REMOVÍVEL PESO 250 A 280 GRMS. CIRCUNFERÊNCIA 65 A 67 CM. BOLAS DE VÔLEI CONFECCIONADA EM PU 18 GOMOS CÂMARA DE AR EM	MAGUSSY	45	R$ 64,9000	R$ 2.920,5000
29	BOMBA DE AR, ENCHER BOLAS DE FUTEBOL, VÔLEI, BASQUETE, DENTRE OUTROS. COM MANÔMETRO(CALIBRADOR). VÁLVULA: PRESTA E AMERICANA COM CABEÇA DUPLA INTELIGENTE. CABO EM ALUMÍNIO REFORÇADO. PSI MÁXIMO: 120 D	MAGUSSY	96	R$ 30,0000	R$ 2.880,0000
69	CONES DE TREINO DE 38 CM DE ALTURA E BASE 28 CM DE DIÂMETRO	SCALIBU	15	R$ 45,0000	R$ 675,0000

71	CORDA PULA CORDA MATERIAL: SISAL PESO:550G DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 20 X 11 X 7CM	NW	265	R$ 5,9900	R$ 1.587,3500
162	QUADRO AVISO 1,20 X 90 CM FELTRO, MOLDURA ALUMINIO	CORTIARTE	15	R$ 141,9000	R$ 2.128,5000
164	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO, EM NYLON COM ESPESSURA DE QUATRO MM MED. 7.32 POR 2.44 RESISTENTES A ÁGUA E RAIOS SOLARES	GISMAR	21	R$ 435,0000	R$ 9.135,0000
165	REDE DE FUTEBOL DE SALAO MALHA EM MALHA 12 CM. TAMANHO 3,20X2,10 MTS HASTES DE 0,60CM, FUNDO DE 0,90 MTS. FIO DE 4.0 MM´POLIETILENO VIRGEM	GISMAR	21	R$ 266,0000	R$ 5.586,0000
166	REDE DE VÔLEI COMPLETA (FITA, CABO DE AÇO, ANTENA DE FIBRA DE VIDRO) MEDINDO 10 X 1,0M 02 LONAS CONFECCIONADAS EM PVC EMBORRACHADO COM COSTURA DUPLA, MALHA DE 10 CM FIO DE 2,5 MM DE POLIETILENO VIRGE	GISMAR	20	R$ 362,0000	R$ 7.240,0000

Valor Total Homologado - R$ 50.612,55

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:D345DC69

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ATACADO TOTAL LTDA
CNPJ/CPF: 06.150.481/0001-06

Item	DESCRIÇÃO	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
5	ALMOFADA CARIMBO, MATERIAL CAIXA PLÁSTICA, ALMOFADA ESPONJA ABSORVENTE REVESTIDA DE TECIDO, TAMANHO MÉDIO, COR AZUL TIPO ENTINTADA, MEDINDO 6,9 X 11,0 CM.	brw	103	R$ 5,9900	R$ 616,9700
12	BAMBOLÊS DE 63CM DE DIÂMETRO COM PAREDE DE 20MM CONFECCIONADO EM PLÁSTICO	minitoys	295	R$ 3,6000	R$ 1.062,0000
17	BARBANTE, 100% ALGODAO, N° 04, MINIMO 671METROS	bandeirantes	85	R$ 25,4000	R$ 2.159,0000
18	BARBANTE, 100% ALGODAO, N° 06, MINIMO 671METROS	bandeirantes	80	R$ 22,3000	R$ 1.784,0000
19	BARBANTE, 100% ALGODAO, N° 08, MINIMO 671METROS	bandeirantes	76	R$ 25,0000	R$ 1.900,0000
20	BASTÃO, SUPRIMENTO COLA DE SILICONE PARA PISTOLA QUENTE, ESPESSURA DE 08MM, 40CM COMPRIMENTO	aih	255	R$ 1,0500	R$ 267,7500
30	BORRACHA BRANCA PEQUENA ESCOLA, CX C/ 40 UND	leonora	84	R$ 13,5000	R$ 1.134,0000
36	CALCULADORA DE MESA 12 DÍGITOS, SOLAR	talberg	95	R$ 19,9000	R$ 1.890,5000
44	CARTELA DE BINGO	tamoio	20	R$ 5,9000	R$ 118,0000
62	COLA COM GLITER 36GR, CAIXA COM 06 UNIDADES, CORES VARIADAS	leonora	112	R$ 17,2000	R$ 1.926,4000
98	GIZ DE CERA	LEONORA	219	R$ 2,5000	R$ 547,5000
105	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 23/10 GALVANIZADO CX COM 5000 UNIDADES	GRAMP LINE	60	R$ 22,5000	R$ 1.350,0000
107	JOGO DE XADREZ	DUDATI	9	R$ 13,2000	R$ 118,8000
115	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDENCIA 1/4 100 FOLHAS, CAPA DE PAPELÃO 697 G/M², REVESTIDO COM PAPEL OFF-SET 120 G/M², FOLHAS INTERNAS PAPEL OFF-SET 63 G/M², FORMATO 153 X 216 MM)	SÃƒO DOMINGOS	178	R$ 12,7000	R$ 2.260,6000
127	PAPEL CARBONO, AZUL, A4, CAIXA C/ 100 FOLHAS, CAPACIDADE P/ 10 VIAS	LYKE	24	R$ 30,0000	R$ 720,0000
128	PAPEL CARBONO, PRETA, OFICIO, CAIXA C/ 100 FOLHAS, CAPACIDADE P/ 10 VIAS	LYKE	24	R$ 30,0000	R$ 720,0000
129	PAPEL CARTÃO, CORES VARIADAS, 48CMX60CM	BIGNARD	800	R$ 1,5000	R$ 1.200,0000
132	PAPEL COLOR SET, CORES VARIADAS.	BIGNARD	575	R$ 1,0800	R$ 621,0000
133	PAPEL CREPOM, CORES VARIADAS 0,48 CM X 2,00 M	VMP	360	R$ 1,5000	R$ 540,0000
163	QUEBRA CABEÇA DE 300 E 500 PEÇAS DE ANIMAIS, CORPO HUMANO	PAIS E FILHOS	45	R$ 38,0000	R$ 1.710,0000
184	TINTAS PARA TECIDO, 37ML, FOSCA, À BASE DE RESINA ACRÍLICA, NÃO TÓXICAS E SOLÚVEIS EM ÁGUA, CORES VARIADAS."	acrilex	60	R$ 4,6000	R$ 276,0000

Valor Total Homologado - R$ 22.922,52

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:79E24E92

CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal CICERO APARECIDO GODOI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº :	583/2025
b) Licitação Nrº :	21/2025
c) Modalidade :	Pregão:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ESCRITÓRIO, PAPELARIA, PEDAGÓGICOS, E CONGÊNERES, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E DEPARTAMENTOS DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS-RO, POR UM PERÍODO DE (12) MESES, NOS TERMOS, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES.

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: BRS SERVICOS DE MONTAGENS DE ESTRUTURAS EIRELI
CNPJ/CPF: 24.584.199/0001-00

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
138	Papel Sulfite, A4, Alcalino, Branco, 75Gr, Formato 210 x 297mm, Caixa com 10 resmas de 500 folhas	Ink	336	R$ 246,9900	R$ 82.988,6400

Valor Total Homologado - R$ 82.988,64

Castanheiras, 21 de outubro de 2025.

CICERO APARECIDO GODOY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denize Regina Dos Santos
Código Identificador:0AF0D9AA

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO PRELIMINAR EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025

RESULTADO PRELIMINAR
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1796/2025

O Município de Chupinguaia, por meio da Comissão Especial de Seleção, analise e julgamento das propostas, designada pelo Decreto nº**701, DE 15 DE AGOSTO DE 2025**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, o**RESULTADO PRELIMINAR**do Edital de Processo de Chamamento Público PMAAAF nº 002/2025, destinado àChamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (e demais beneficiários que se enquadram nas disposições da Lei Federal n° 11.326/2006) no âmbito do PMAAAF-CHUPINGUAIA, para o período de 01 (um) ano, na modalidade Compras e Doação Simultânea.

1.LISTA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROPONENTES:

	IDENTIFICAÇÃO E SITUAÇÃO DOS PROPONENTES	
	NOME	SITUAÇÃO
1	Ezequiel da Silva Reis	HABILITADO
2	Lucas Pereira Neves	HABILITADO
3	Jhorgenes Leoni Querino	HABILITADO
4	Osvaldo Ferreira dos Santos	HABILITADO
5	Gislaine Cristina Norberto Berwanger	HABILITADO
6	Rodrigo da Silva Costa	HABILITADO
7	Antonio Americo Neto	HABILITADO
8	Antônio Leopoldo da Fonseca	HABILITADO
9	Anisio da Silva Flores	HABILITADO
10	Celia Adolfo de Jesus	HABILITADO
11	Adriano Nascimento Leoni	HABILITADO
12	Wesley Cristhyano da Silva Lacerda	HABILITADO
13	Marina Marculino de Lima	HABILITADO

14	Marilaine Silva Moreira	HABILITADO
15	Daiana Dias Gonçalves	HABILITADO
16	Wagner Garcia	HABILITADO
17	Salete Lemos Brandt	HABILITADO
18	Itelvina Margarida Campos	HABILITADO
19	Sandro dos Santos Stachelski	HABILITADO
20	Jessica Moura da Silva	HABILITADO
21	Cristina Amorim de Sousa Nomerg	HABILITADO
22	Vandercir Ruebenich	HABILITADO
23	Edemar Brandt	HABILITADO
24	Lucilene Leoni Querino	HABILITADO
25	Silvana Oliveira Souza Silva	HABILITADO
26	Narcidio Camilo da Silva	HABILITADO
27	Joselene Neves da Silva	HABILITADO
28	Dheniffer Perez de Oliveira Alves	HABILITADO
29	Josiney Rosa de Souza	HABILITADO
30	Zélia da Hora Souto	HABILITADO
31	João Pedro da Silva Faria	HABILITADO
32	Maria Gorete Mendes Soares Coelho	HABILITADO
33	Aliston James da Silva	HABILITADO
34	Abiner Perez de Oliveira Alves	HABILITADO
35	Raimundo Ferreira Baia	HABILITADO
36	José Nivando Lopes Pinheiro	HABILITADO
37	José Antônio da Silva Faria	HABILITADO
38	Lucimar da Silva Faria	HABILITADO
39	Marcilene Astrogilda Dias	HABILITADO
40	Lucuiana Augusta da Silva	HABILITADO
41	Agnaldo Rogerio de Souza	HABILITADO
42	Adelaide Heitor da Silveira	HABILITADO
43	Erica Modesto	HABILITADO
44	Elias Bazilio de Lima	HABILITADO
	PROPONENTES INABILITADOS	
	NOME	SITUAÇÃO
1	José Almeida Santana	Proponente apresentou a Certidão Municipal Vencida
2	Geovani Pedra da Silva	Proponente apresentou a Certidão Municipal Vencida
3	Paulo Pedro	Proponente não apresentou RG, CPF, Conta Bancaria, CAF, Declarações anexo XII,XIII, e Proposta de Venda.
4	Ednaldo Luiz da Silva	Proponente não apresentou CAF, Declarações anexo XII,XIII, e Proposta de Venda.
5	Marcia dos Santos	Proponente apresentou CAF Vinculada com o esposo Agnaldo Rogerio de Souza
6	Ademilson da Cruz de Moraes	Proponente não apresentou o Cadastro Municipal -SIM

2.DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1 O cronograma da seleção, bem como todos os parâmetros e critérios para a classificação dos agricultores estão dispostos no Edital nº 002/2025 para a Seleção de Agricultores Familiares para participarem do Programa de Aquisição de Alimentos PAA, publicizado no site do município.

2.2 As dúvidas poderão ser observadas no protocolo da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ou no número (69) 99203-3768.

Chupinguaia, RO 21 de outubro de 2025.

CLAUDIA RODRIGUES MAGALHÃES
Presidente da Comissão

ELINA MAMI DA SILVA
Membro da Comissão

CLARICE LACERDA DE SOUZA
Membro da Comissão

Publicado por:
Claudia Rodrigues Magalhaes
Código Identificador:587B4631

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.697, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTAR E ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE COLORADO DO OESTE, Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **Câmara Municipal Aprovou**, **e Eu**, **Sanciono** e **Promulgo** a seguinte;

LEI:

Art. 1º **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Suplementar**, na importância de **R$ 190.000,00** (Cento e Noventa Mil Reais), necessário para o ***"reforço"*** da dotação especificada no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 1º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

I – Recursos Ordinários (Próprios): através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64).

Art. 3º **AUTORIZA** o Executivo Municipal a **abrir** no Orçamento-Programa do corrente Exercício Financeiro, um **Crédito Adicional Especial**, na importância de **R$ 460.472,66** (Quatrocentos e Sessenta Mil, Quatrocentos e Setenta e Dois Reais e Sessenta e Seis Centavos), necessário para a ***"inclusão"*** das dotações especificadas no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei.

Art. 4º Os recursos financeiros necessários à cobertura do **Crédito** de que trata o **artigo 3º**, serão provenientes dos **Recursos** conforme segue especificação abaixo, de conformidade com o disposto no **ANEXO ÚNICO** constante desta Lei:

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

I – **Recursos de Convênios**: através de **"Superávit Financeiro" (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64)**, apurado no **Balanço Patrimonial do Exercício de 2024 (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64)**, conforme segue abaixo:

a) Saldo remanescente com seus respectivos rendimentos bancários de aplicação financeira, referente ao **Termo de Convênio nº 374/PGE-2022**, celebrado entre o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP, de um lado, e, de outro, o Município de Colorado do Oeste – RO, que tem como **Objeto: Ampliação de Meta para a Aquisição de Grama Esmeralda, pronta para plantio**. Cabe salientar que se refere a devolução do saldo ao Órgão Concedente, com a finalidade de sua devida regularização;
b) Saldo remanescente com seus respectivos rendimentos bancários de aplicação financeira, referente ao **Termo de Convênio nº 255/PGE-2022**, celebrado entre o Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC e o Município de Colorado do Oeste – RO, tendo como **Objeto: Reforma da Escola Clair da Silva**, conforme **Plano de Trabalho**, **Termo de Convênio e Termos Aditivos**. Cabe salientar que se refere a devolução do saldo ao Órgão Concedente, com a finalidade de sua devida regularização.

II – Recursos do SUS: através de "Excesso de Arrecadação" (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64), conforme segue abaixo:

a) Portaria GM/MS nº 8.108, de 15 de setembro de 2025, que Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde, oriundos da **Emenda Parlamentar nº 71230008 da Bancada de Rondônia**, referente a **Proposta de Incremento PAP nº 36000695781202500**.

Art. 5º Esta **Lei** entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Av. Paulo de Assis Ribeiro, nº 4132 – Centro / Fone (069) 3341-3421 / CEP 76.993-000 Email: gabprefcol@hotmail.com / Site: www.coloradodooeste.ro.gov.br

PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO DO OESTE GABINETE DO PREFEITO

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 2.697

(DESPESA)

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 1º da Lei) – SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.04.122.0022.2.082	Atividades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura	459	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.500 0	RNVI SD	190.000,00
TOTAL GERAL							**190.000,00**

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR (conforme disposto no artigo 2º da Lei) – REDUÇÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de "Transposição" por Anulação de Dotação Orçamentária (inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos Ordinários (Próprios)**							
11.00	**SEMAPIN**						
11.01	Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Infraestrutura						
11.01.26.782.0010.1.016	Construção e Recuperação de Calçadas e Meio Fios em Vias	507	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SD	30.000,00

	Urbanas (Acessibilidade)						
		508	4.4.90.51	Obras e Instalações	0.1.500 0	RNVI SD	10.000,00
11.01.26.782.0010.1.019	Aquisição de Veículos Pesados, Máquinas e Equipamentos Rodoviários	509	4.4.90.52	Equipamentos e Materiais Permanentes	0.1.500 0	RNVI SD	50.000,00
11.01.26.782.0010.2.037	Recuperação Asfáltica e Operação Tapa Buracos em Vias Urbanas	511	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.500 0	RNVI SD	100.000,00
TOTAL GERAL							**190.000,00**

CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL (conforme disposto nos artigos 3º e 4º da Lei) – INCLUSÃO

CÓDIGO INSTITUCIONAL E FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO DA FICHA	CÓDIGO NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA FONTE E DO DETALHAMENTO DOS RECURSOS	DESCRIÇÃO	VALOR
Através de Superávit Financeiro (inciso I, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos de Convênio**							
****Convênio nº 374/PGE-2022 (Banco do Brasil, Agência 1.381-1, Conta 21379-9)**							
08.00	**SEMELJU**						
08.01	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude						
08.01.27.122.0022.2.060	Atividades da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	824	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0.2.701 0	OTCICE SD	6.683,73
****Convênio nº 255/PGE-2022 (Banco do Brasil, Agência 1.381-1, Conta 21533-3)**							
12.00	**SEMED**						
12.01	Secretaria Municipal de Educação						
12.01.12.361.0011.2.083	Atividades da Secretaria Municipal de Educação	825	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	0.2.701 0	OTCICE SD	38.638,93
TOTAL							**45.322,66**
Através de Excesso de Arrecadação (inciso II, § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64):							
***Recursos do SUS**							
****Portaria GM/MS nº 8.108, de 15 de setembro de 2025, Emenda Parlamentar nº 71230008/Bancada de Rondônia - (Banco CEF, Agência nº 4335-4, Conta nº 574363027-1)**							
09.00	**SEMUSA**						
09.01	Secretaria Municipal de Saúde						
09.01.10.301.0018.2.067	Atividades da Atenção Primária à Saúde	826	3.3.90.30	Material de Consumo	0.1.600 3120	TFFRSUSPGF - BMASPS ITUDEPB	300.000,00
		827	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.600 3120	TFFRSUSPGF - BMASPS ITUDEPB	115.150,00
TOTAL							**415.150,00**
TOTAL GERAL							**460.472,66**

PALÁCIO "PREFEITO CERENEU JOÃO NAUE", 21 DE OUTUBRO DE 2025.

EDMILSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

ASSINATURAS ELETRÔNICAS
Edmilson Rodrigues de Almeida
Prefeito
21/10/2025 12:53:51
Assinado na forma do Decreto Municipal nº 095/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.coloradodooeste.ro.gov.br informando o ID 513528 e o CRC 3693E8A0.

Publicado por:
Jéssica de Lima Almeida
Código Identificador:7CBFB9FC

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUJUBIM

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO - PROCESSO: N° 83/2025 - APP EMEI RAIO DE LUZ

SEMEC – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL RAIO DE LUZ/CRECHE-PRE´ESCOLAR
CNPJ: 09.353.097/0001-90 RUA BEIJA FLOR 3088, SETOR 03 CUJUBIM – RO
DECRETO DE CRIAÇÃO Nº 024/GP/2005 DE 05/07/2005, DATADO EM: 05/072005
PARECER Nº 18/2024/CME/CUJUBIM-RO E RESOLUÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E CREDENCIAMENTO Nº 12/2024/CME/CUJUBIM-RO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: N° **83/2025**
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº **02/2025**

O Presidente da APP EMEI RAIO DE LUZ, no uso de suas atribuições legais baseados nos valores **ADJUDICADOS**, vem através do presente, **HOMOLOGAR** e **RATIFICAR,** a execução do objeto do Processo Administrativo n° **83/2025,** de Dispensa de Licitação, em conformidade com o **Artigo 24, inciso II, da Lei 14.133/2021,** de Dispensa de Licitação, em favor da proponente, **FARPASS SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA,**

CNPJ: 61.944.265/0001-32, no valor total de R$ 1.639,20 (hum mil seiscentos e trinta e nove reais e vinte centavos), conforme julgamento realizado pelo Presidente da APP e, tendo em vista, os elementos que instruem o processo.

ITEM	QUANT	UNID	ESPECIFICAÇÃO	V. UNIT	V. TOTAL
01	20	UNID	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL, MP 619 (VERMELHO)	R$ 3,50	R$ 70,00
02	20	UNID	CADERNO GRANDE DE BROCHURA (80 Fls)	R$ 9,90	R$ 198,00
03	50	UNID	FITA CREPE (PAPEL TRANSPARENTE)	R$ 3,90	R$ 195,00
04	20	UNID	ESTILETE LARGO, LÂMINA DE 18MM COM TRAVA DE SEGURANÇA	R$ 2,40	R$ 48,00
05	2	PCT	POLASEAL A4 – 125 MICRAS C/ 100 UNID	R$ 94,90	R$ 189,80
06	20	UNID	RÉGUAS FLEXÍVEIS DE 30cm	R$ 3,00	R$ 60,00
07	20	UNID	RÉGUAS DE 50cm	R$ 8,90	R$ 178,00
08	1	PCT	ENVELOPES A4 TRANSPARENTE P/ PASTA CATÁLOGO, C/ 100 UNID	R$ 16,90	R$ 16,90
09	2	UNID	GRAMPEADOR DE PRESSÃO PROFISSIONAL METAL	R$ 42,90	R$ 85,80
10	5	PCT	MARCADOR DE PÁGINA (SETA), 5 CORES NEON, C/ 25 fls CADA COR - 12mm x 44mm	R$ 7,90	R$ 39,50
11	2	UNID	LIVRO ATA 50 fls - CAPA DURA	R$ 9,90	R$ 19,80
12	1	UNID	AGENDA DIÁRIA PERMANENTE COM CAPA DURA (14,5 x 20cm - 380 fls)	R$ 26,90	R$ 26,90
13	10	UNID	COLA INSTANTÂNEA Nº 3 ARTESANATO	R$ 10,90	R$ 109,00
14	20	UNID	LUPA DE AUMENTO 50 mm	R$ 9,90	R$ 198,00
15	10	UNID	PINCEL PERMANENTE PARA CD 2.0 (PRETO)	R$ 2,75	R$ 27,50
16	10	UNID	PINCEL PERMANENTE PARA CD 2.0 (VERMELHO)	R$ 2,75	R$ 27,50
17	5	PCT	PAPEL FOTOGRÁFICO AUTOADESIVO A4 210 X 297 – C/ 50 FLS	R$ 29,90	R$ 149,50
18	-	-	-	R$ 0,00	R$ 0,00
TOTAL					**R$ 1.639,20**

RATIFICO, nos termos do artigo 54, da Lei nº14.133/2021, a Dispensa de Licitação, em conformidade com o Artigo 24, inciso II, da Lei 14.133/21, Termo de Referência e, publique-se, o presente ato, na imprensa oficial, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO.

Cujubim/RO, 16 de outubro de 2025.

CLODOALDO CEZÁRIO ROSA GUERREIRO
Presidente da APP

Publicado por:
Tânia Maria Oliveira Medeiros
Código Identificador:6791F7E0

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA

COMISSAO PERMANENTE DE LICITAÇAO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025 PROCESSO Nº 861/2025 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025
PROCESSO Nº 861/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2025
Pelo presente instrumento, o Município de Governador Jorge Teixeira (RO), através da Prefeitura Municipal, sediada à Av. Pedras Brancas, n° 939 – centro, neste ato representado pelo (a) Pelo Prefeito Municipal, Senhor GILMAR TOMAZ SOUZA, brasileiro, casado, agente político, portadora da Cédula de Identidade RG 467097 – SSP/RO, CPF nº: ***.115.662-** residente e domiciliado em nesta cidade de Governador Jorge Teixeira/RO e Coordenador(a) de Registo de Preço,Sra. Rafaela Cibeli Ferreira Moura e as empresas qualificadas no Anexo Único desta Ata, resolvem ***Registrar Preços para futura e eventual Contratação de Empresas Especializadas em Serviços Técnicos de Sondagem, Levantamento Topográfico, Investigações Geotécnicas e Elaboração de Projetos***, para atender as necessidades das Secretarias Municipais: SEMED, SEMAS, SEMOSP, e SEMSAU, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira - RO, por um período de 12 (doze) meses, nas quantidades estimadas no Anexo Único desta ata, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 9904/2023 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços Para Contratação de Empresas Especializadas em Serviços Técnicos de Sondagem, Levantamento Topográfico, Investigações Geotécnicas e Elaboração de Projetos, para atender as necessidades das Secretarias Municipais: SEMED, SEMAS, SEMOSP, e SEMSAU, da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira - RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência (ANEXO I do edital).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no **(ANEXO I)** deste instrumento.

3. ORGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA elaborado pela Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 024/2025**

4. DA ADESÃO E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em observação no Decreto Municipal, que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de

Preços, ocorrerá mediante as seguintescondições:
4.2. Anuência formal do Órgão Gerenciador;

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o art. 31 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.
4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 31 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.
4.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata;
4.6. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

4.2. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
4.2.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 138 da mesma lei.
5. DA VIGÊNCIA DA ATA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data da divulgação no PNCP e/ou www.diariomunicipal.com.br/arom , e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o Decreto Municipal nº 9904/2023

5.2. Depois de homologado o resultado deste pregão, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, na Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto nº 9904/2023, assinar a ata de registro de preços.
5.3. Os encargos das partes e as normas relativas a recebimento, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do Termo de Referência encartado neste edital.

5.4. A exigência de garantia e/ou validade do produto obedecerá às previsões do Termo de Referência.
5.5. As contratações decorrentes dos itens de cota principal e de cota reservada ocorrerão inicialmente pelo menor preço, independentemente da qualificação da contratada.
6. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

6.1.1. Somente em casos excepcionais, nas hipóteses legalmente admitidas e consideradas os preços de mercado, é queserá concedido.

6.1.2. Realinhamento de Preços, conforme Decreto Municipal n° 9 9 0 4 /2023

6.1.3. observadas às disposições contidas na alínea“d” do inciso II do caput do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/21

6.1.4. Preços poderão ser arguido por iniciativa do detentor do registro, neste caso deverá ser anexada provas documentais, em originais ou cópias autenticadas que comprovem a motivação do ato, como por exemplo, N. F. de seus fornecedores, e/ou órgãos Oficiais que divulgam preços.

6.1.5. O pedido de realinhamento não isenta a detentora de posse da Autorização de Fornecimento de continuar a fornecer os materiais já solicitados e no curso do pleito de realinhamento.

6.1.6. A vigência do realinhamento será a partir do primeiro dia útil subsequente ao deferimento do pedido e publicação do mesmo no Diário Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira/RO, e outros, no que couber.

6.1.7. O acompanhamento da evolução dos preços do objeto deste certame será feito pela Gerência Responsável, mediante pesquisa trimestral ou em prazo menor, efetuada entre os fornecedores locais e aquisições efetuadas pela Administração pública. A pesquisa poderá ser realizada sempre que for solicitado, ou sempre que a situação de mercado assim exigir.

6.1.8. Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época do registro.

6.1.9. Os preços registrados e realinhados serão publicados no Diário Oficial do Município de Governador Jorge Teixeira/RO, trimestralmente, procedimento este da Gerência Responsável pelo Registro de Preço.

6.2. DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.2.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termo da alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei n° 14.133, de 2021;

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021.

6.3. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.3.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:
I - por razão de interesse público; ou
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Será utilizado o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo em vista que, pelas características do objeto, há necessidade de aquisições frequentes, conforme o Decreto Municipal n° 9904/GAB/2023.

7.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda da Secretaria.

7.3. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatório, observado o decreto municipal nº 9904/GAB/2023;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatório na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e

III - a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o inciso II do caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§ 2º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do caput, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

§ 3º A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do caput e o § 1º somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no decreto municipal.

§ 4º O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, será cadastrada no sistema **E-PROC** da Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO, após a homologação do certame, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços ou do Contrato, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº **14.133**, de 2021, e no decreto municipal nº 9904/2023.

8.2. Para validar o acesso, a empresa vencedora será notificada por e-mail para proceder com a assinatura eletrônica do termo de responsabilidade de acesso ao sistema e-proc, oportunidade em que serão enviadas as instruções de acesso e assinaturas dentro do referido sistema.

8.3. Por ocasião da assinatura da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se oadjudicatário mantém as condições de habilitação.

8.4. A ata de registro de preços, disponibilizada no sistema de registro de preços, será assinada por meio de assinatura digital.

8.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos Decreto Municipal nº 9904/2023, fica facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

9.1. Em vista da adoção do Sistema de Registro de Preços e da impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, a dotação será indicada no momento da aquisição do objeto, nos termos do Decreto Municipal n° 9904/2023.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 e 162 da Leinº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 desta Ata de Registro de Preços de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens prejudicados pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três)anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 desta Ata de Registro de Preços, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

e) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não- aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "b", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação vigente.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

11.1. Executar fielmente as obrigações decorrentes do instrumento convocatório, seus anexos, da proposta de preço e da Ata de Registro de Preços a ser firmado, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas vigentes, bem como o Decreto Municipal nº 9904/2023, de forma a não interferir no bom andamento da rotina de funcionamento do órgão.

11.2. Cumprir todas as orientações do órgão adquirente, para o fiel desempenho das atividades específicas;

11.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do órgão adquirente, prestando todos os esclarecimentos solicitados de forma clara, concisa e lógica, atendendo prontamente às reclamações formuladas;

11.4. Arcar com as reclamações levadas ao seu conhecimento por parte da fiscalização, cuidando imediatamente das providências necessárias para a correção, evitando repetição de fatos;

11.5. Relatar toda e qualquer irregularidade na entrega do objeto;

11.6. Manter preposto responsável pela execução do ajuste durante o seu período de vigência, para representá-la sempre que for preciso, bem como manter ativos seus canais de atendimento, assim como informar ao órgão/setor competente eventuais alterações de endereços (físicos ou eletrônicos) e telefone, sob pena de aplicação das penalidadescabíveis;

11.6.1. Considerar-se-á recebido o e-mail enviado pela administração que não houver acusação de recebimento no prazomáximo de 3 (três) dias úteis.

11.7. Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando em trabalho, devendo substituí-los, imediatamente, caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do órgão adquirente.

11.8. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração;

11.9. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando seus empregados forem vítimas na execução dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos nas dependências do órgão adquirente;

11.10. Responder por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade do órgão adquirente, quando ocasionados pelos empregados da empresa durante a realização do evento;

11.11. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração praticada por seus empregados, quando da realização da entrega do Objeto. Comunicar ao fiscal designado pelo órgão adquirente, por escrito, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários, para deliberação e eventuais mudanças dos detalhes por parte do órgão adquirente, durante o planejamento do evento;
11.12. Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços as condições de habilitação exigidas no Edital;
11.13. Indicar e-mail, número de telefone e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficial do fornecedor, afim de facilitar a comunicação com o mesmo.
11.14. Atender aos dispositivos do **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**, no que couber.
11.15. É de responsabilidade da Detentora da Ata refazer por sua conta, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, os produtos rejeitados, não aceitos, por má execução ou por inobservância das especificações e etapas, após parecer técnico competente.
11.16. Toda despesa de reposição de materiais não aceitos ficarão a cargo exclusivo da DETENTORA DA ATA não sendo reembolsável pelo Município.
11.17. A DETENTORA DA ATA deverá manter atualizado junto ao Gestor e às unidades contempladas, o endereço; nº do telefone fixo e celular; correio eletrônico; e nome do preposto com poder de decisão, durante a vigência da ata.
11.18. A Contratada fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ATA, observado os limites de quantidades estipulados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

12.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelodetentor;

12.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;

12.4. Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no editale ata de registro de preços;

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fatonão será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, conforme o Decreto Municipal nº 9904/2023.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A existência de preços registrados **não obriga** a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

14.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

14.3. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

14.4. Aplica-se à presente ARP, ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 9904/2023, CF/1988, bem como a LC nº 123/2006 e suas alterações, Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais cabíveis,**independente de transcrição**.

14.5. Os órgãos, as entidades, os dirigentes e os servidores que utilizarem o SRP digital responderão administrativa, civil e penalmente por ato ou fato que caracterize o uso indevido de senhas de acesso ou que transgrida as normas de segurança instituídas.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades assegurarão o sigilo e a integridade dos dados e das informações constantes do SRP digital, e o protegerão contra danos e utilizações indevidas ou desautorizadas.

Fica eleita a Prefeitura Municipal de Governador Jorge Teixeira/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Governador Jorge Teixeira/RO, 15 de Outubro de 2025.

Órgão Gerenciador:
Gerência Sistema de Registro de Preços.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

MÁRCIO DE SOUZA
Superintendente – SUPEL

RAFAELA CIBELI FERREIRA MOURA
Presidente da GSRP

JENIFER LOPES MENDES
Equipe de apoio GSRP

LILIAN DOS SANTOS DAMACENA
Equipe de apoio GSRP

VALERIA GONÇALVES BARBOSA
Equipe de apoio GSRP

EMPRESA DETENTORA: PIRES & MAIA ENGENHARIA SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA Representante legal: Lincoln Pires Cavalcante						
ITE M	**DESCRIÇÃO**	**MARC A**	**UND**	**QUANT.**	**PREÇO UNIT REGISTRADO**	**PREÇO TOTAL REGISTRADO**
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SONDAGEM A PERCUSSÃO, COM ENSAIO DE PENETRAÇÃO (SPT) A CADA METRO, INCLUINDO RELATÓRIO CONTENDO CLASSIFICAÇÃO TÁTIL VISUAL DAS AMOSTRAS, PERFIS INDIVIDUAIS DOS FUROS, PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO E RESPECTIVAS COTAS DE SONDAGENS INCLUSO LAUDO/BOLETINS E ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; FURO ATÉ 20,45 M OU IMPENETRÁVEL, O QUE OBTIVER PRIMEIR	SERVI ÇO	UND	20	R$1.299,99	R$25.999,80
2	LEVANTAMENTO TOPOBATIMÉTRICO EM RIO DE ATE 25M DE COMPRIMENTO	SERVI ÇO	SERV	10	R$4.999,99	R$49.999,90
3	PROJETO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	SERVI ÇO	M²	20.000	R$1,19	R$23.800,00
4	SERVIÇO GEOTÉCNICO - INVESTIGAÇÃO GEOTÉCNICA DE LEITO DE RODOVIA, CBR E PARÂMETROS DO SOLO, COM LAUDO	SERVI ÇO	UND	30	R$650,00	R$19.500,00
5	SERVIÇO GEOTÉCNICO - SONDAGEM SPT COM LAUDO	SERVI ÇO	M	560	R$124,99	R$69.994,40

Empresa: PIRES & MAIA ENGENHARIA SONDAGEM E TOPOGRAFIA LTDA CNPJ: 61.562.820/0001-61
End: Rua das Flores, Bairro: Setor 02, nº 2539
Cidade: Theobroma - Rondônia Tel: (69) 993113524
E-mail: eng.arturmaia@hotmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: Lincoln Pires Cavalcante
CPF: 009.414.942-92

EMPRESA DETENTORA: ROTTA ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA Representante legal: Douglas Ferreira de Carvalho						
ITE M	**DESCRIÇÃO**	**MARC A**	**UND**	**QUANT.**	**PREÇO UNIT REGISTRADO**	**PREÇO TOTAL REGISTRADO**
6	SERVIÇO TOPOGRÁFICO - LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO COM LAUDO, ARQUIVO ELETRÔNICO COM CURVAS DE NÍVEL E CARTAIMAGEM	SERVI ÇO	M²	200.150	R$0,80	R$160.120,00

Empresa: ROTTA ENGENHARIA E TOPOGRAFIA LTDA
CNPJ: 39.682.219/0001-53
End: Rua Manaus, Bairro: centro, nº 1052 Cidade: Vale do Anari - Rondônia
Tel: (69) 99209-9694
E-mail: engenhariarotta@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL: Douglas Ferreira de Carvalho
CPF: 015.771.462-47

Publicado por:
Marcio de Souza
Código Identificador:B9866A81

GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº.11397GAB/2025 20 DE OUTUBRO DE 2025 - ABRE NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA UNIDADE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. REVOGA-SE O DECRETO 11393 DE 17/10/2025 (I

DECRETO MUNICIPAL Nº.11397GAB/2025
20 de Outubro de 2025

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar proveniente de anulação de dotação orçamentária na unidade: Secretaria Municipal de Educação. Revoga-se o Decreto 11393 de 17/10/2025 (ID 345524).

O PREFEITO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, Estado de Rondônia, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e leis municipais correlatas.

Considerando o disposto no artigo 40 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento;

Considerando o disposto no artigo 41, inciso I da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos adicionais suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

Considerando o disposto no artigo 42° da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

Considerando o disposto no artigo 43°, § 1º, inciso III da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abertura de crédito proceder-se-á com os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;

Considerando o disposto no artigo 6°, inciso III da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024, - Lei Orçamentária Anual.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Abre no orçamento vigente, Crédito Adicional Suplementar por Anulação Parcial de Dotação Orçamentária no valor de**R$ 597.000,00 (quinhentos e noventa e sete mil reais),**na unidade orçamentária a seguir, de acordo com a Lei Municipal 1.660, de 01 de novembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual) distribuídos a seguinte dotação:

SUPLEMENTAÇÃO (+):_____R$597.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2030.0000 Assegurar a Manutenção Da Unidade Administrativa
3.3.90.39 Serviços De Terceiros Pessoa Juridica
Ficha 072
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ 112.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2030.0000 Assegurar a Manutenção Da Unidade Administrativa
3.3.90.30 Material De Consumo
Ficha 071
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ 10.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2041.0000 Assegurar a Manutenção Administrativa - Ensino Fundamental
3.3.90.95 Indenização Pela Execução De Trabalhos De Campo
Ficha 659
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ 3.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2042.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha 122
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 386.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2041.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.1.90.16 Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil
Ficha 076
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ 80.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2045.0000 Atender Servidores Com Auxílios - Aee
3.3.90.48 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas

Ficha 136
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 3.000,00

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2113.0000 Atender Servidores Com Auxílios - Creche
3.3.90.48 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas
Ficha 697
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ 3.000,00

Artigo 2° - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de anulação parcial de dotação orçamentária, fonte de recursos 001.500 Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente).

ANULAÇÃO (-):_____R$(597.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2031.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais
3.1.90.13 Obrigações Patronais
Ficha 076
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ (15.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2031.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais
3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Ficha 075
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ (10.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2031.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 078
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ (30.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2031.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais
3.1.90.94 Indenizações E Restituições Trabalhistas
Ficha 077
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ (30.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2031.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais
3.3.90.93 Indenizações E Restituições
Ficha 560
Fonte De Recurso: 25.1.500
Valor: R$ (40.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2043.0000 Atender Servidores Com Auxílios - Ensino Fundamental
3.3.90.08 Outros Beneficios Assistenciais Do Servidor
Ficha 672
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (12.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2043.0000 Atender Servidores Com Auxílios - Ensino Fundamental
3.3.90.48 Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas
Ficha 130
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (4.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2044.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Aee
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 134
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (4.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação

12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha 086
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (40.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.90.11 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Ficha 663
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (65.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.90.13 Obrigações Patronais
Ficha 664
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (5.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.90.94 Indenizações E Restituições Trabalhistas
Ficha 684
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (20.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 091
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (25.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 665
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (5.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2034.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Pré Escola
3.3.90.93 Indenizações E Restituições
Ficha 683
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (20.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2037.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Creche
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 105
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (12.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.365.0007.2037.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Creche
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 106
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (5.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2042.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 127
Fonte De Recurso: 70.1.540
Valor: R$ (190.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2042.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.1.91.13 Contribuições Patronais
Ficha 128
Fonte De Recurso: 30.1.540

Valor: R$ (10.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2042.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.3.90.93 Indenizações E Restituições
Ficha 670
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (40.000,00)

02.04.00 - Secretaria Municipal De Educação
12.361.0007.2042.0000 Assegurar a Remuneração Do Pessoal Ativo E Encargos Sociais - Ensino Fundamental
3.3.90.93 Indenizações E Restituições
Ficha 675
Fonte De Recurso: 30.1.540
Valor: R$ (15.000,00)

Artigo 3º - Os créditos abertos neste Decreto obedecerão ao disposto no artigo 43 da 4.320/64.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revoga-se oDecreto 11393 de 17/10/2025 (ID 345524).

ANEXO I
JUSTIFICATIVA

Considerando que a Suplementação destina-se para adequar o orçamento vigente para atendimento das necessidades orçamentárias nos elementos de despesas para suplementação das unidades orçamentárias, Material de Consumo, Serviços de Terceiros Pessoas Jurídicas, Folha de pagamentos dos servidores, considerando que os orçamentos iniciais não comtemplou todas as despesas previstas, sendo necessário a suplementação das fichas informadas abaixo para os próximos pagamentos da folha dos funcionários efetivos e contratados e despesas com pagamentos de energia elétricas das unidades escolares e futura contratação de empresa para ornamentação da festa de Formatura do Ensino Infantil.

Diante do exposto justifica-se a abertura do crédito adicional suplementar proveniente de anulação, conforme Lei nº 4.320/64, autorizado através da Lei Municipal nº 1.660, de 01 de novembro de 2024.

ANEXO II
MEMÓRIA DE CÁLCULO

PA	Elemento de Despesa	Fonte	Valor a Reduzir	Valor a Suplementar
0007.2030	3.3.90.39	25.1.500		R$ 112.000,00
0007.2030	3.3.90.30	25.1.500		R$ 10.000,00
0007.2041	3.3.90.95	25.1.500		R$ 3.000,00
0007.2041	3.1.90.16	70.1.540		R$ 80.000,00
0007.2042	3.1.90.11	70.1.540		R$ 386.000,00
0007.2045	3.3.90.48	30.1.540		R$ 3.000,00
0007.2113	3.3.90.48	30.1.540		R$ 3.000,00
0007.2031	3.1.90.11	25.1.500	R$ (10.000,00)	
0007.2031	3.1.90.13	25.1.500	R$ (15.000,00)	
0007.2031	3.1.91.13	25.1.500	R$ (30.000,00)	
0007.2031	3.1.90.94	25.1.500	R$ (30.000,00)	
0007.2031	3.3.90.93	25.1.500	R$ (40.000,00)	
0007.2043	3.3.90.08	30.1.540	R$ (12.000,00)	
0007.2044	3.1.91.13	70.1.540	R$ (4.000,00)	
0007.2034	3.1.90.11	70.1.540	R$ (40.000,00)	
0007.2034	3.1.90.11	30.1.540	R$ (65.000,00)	
0007.2034	3.1.90.13	30.1.540	R$ (5.000,00)	
0007.2034	3.1.90.94	70.1.540	R$ (20.000,00)	
0007.2034	3.1.91.13	70.1.540	R$ (25.000,00)	
0007.2034	3.1.91.13	30.1.540	R$ (5.000,00)	
0007.2034	3.3.90.93	30.1.540	R$ (20.000,00)	
0007.2037	3.1.91.13	70.1.540	R$ (12.000,00)	
0007.2037	3.1.91.13	30.1.540	R$ (5.000,00)	
0007.2042	3.1.91.13	70.1.540	R$ (190.000,00)	
0007.2042	3.1.91.13	30.1.540	R$ (10.000,00)	
0007.2042	3.3.90.93	30.1.540	R$ (40.000,00)	
0007.2042	3.3.90.93	30.1.540	R$ (15.000,00)	
TOTAL			**R$: (597.000,00)**	**R$: 597.000,00**

Governador Jorge Teixeira,20 de outubro de 2025.

GILMAR TOMAZ DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Dos Santos Damacena
Código Identificador:E21A4621

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPUÃ DO OESTE

RECURSOS HUMANOS
DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 001/2025 - QUANTITATIVO DE VAGAS IMEDIATAS E DE CADASTRO RESERVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAP PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – PSCT

DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº 001/2025 - QUANTITATIVO DE VAGAS IMEDIATAS E DE CADASTRO RESERVA

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento juntamente com a Comissão do Processo Seletivo de Contratação Temporária - PSCT, nomeada pela Portaria nº 339/GAB-PMIO/2025, no uso de suas atribuições legais, torna pública o **Documento Complementar ao Edital nº 001/2025**, com o objetivo de esclarecer aos candidatos a quantidade de vagas imediatas e de cadastro reserva ofertadas no certame, conforme determina a **Lei Ordinária Municipal nº 1158/GAB-PMIO/2025**.

O presente documento tem caráter **ESCLARECEDOR**, servindo para demonstrar de forma objetiva e transparente a distribuição das vagas disponíveis em cada cargo, tanto para provimento imediato quanto para formação de cadastro de reserva, garantindo a ampla compreensão e publicidade das informações constantes no edital e suas retificações

As tabelas a seguir apresentam o **quantitativo de vagas imediatas** e o **quantitativo de vagas destinadas à formação de cadastro reserva**, conforme previsto na legislação municipal vigente:

VAGAS IMEDIATAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAP								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Engenheiro Civil	01	00	00	00	00	40h	Bacharelado em Engenharia Civil + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 4.247,99 + auxílio alimentação
Técnico de Segurança do Trabalho	01	00	00	00	00	40h	Curso Técnico de Segurança do Trabalho + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**02**	**00**	**00**	**00**	**00**	**02 VAGAS IMEDIATAS**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE SEMAGRI								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Brigadista	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + Curso de formação de brigadas e prevenção de combate aos incêndios emitidos pelo CORPO DE BOMBEIROS, ICMBio e/ou PREVFOGO/IBAMA.	R$ 1.800,00 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**01**	**00**	**00**	**00**	**00**	**01 VAGAS IMEDIATA**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SEMECE								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Monitor Transporte Escolar (E.M.E.I.E.F. Cecília Meireles)	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + Curso de Monitor Escolar (mínimo de 40h)	R$ 1.718,48 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso Transporte Escolar + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D (E.M.E.I.E.F. Cecília Meireles)	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso Transporte Escolar + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Nutricionista	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Nutrição + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Orientador Escolar	01	00	00	00	00	40h	Graduação na área da educação + Pós-graduação em orientação escolar	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
Pedagogo	01	00	00	00	00	40h	Licenciatura em Pedagogia	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
Psicólogo na área clínica/administrativa comportamental e organizacional	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Psicologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.225,49 + auxílio alimentação
Supervisor Escolar	01	00	00	00	00	40h	Graduação na área da educação + Pós-graduação em supervisão escolar	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**08**	**00**	**00**	**00**	**00**	**08 VAGAS IMEDIATAS**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Assistente Social	01	00	00	00	00	30h	Graduação em Serviço Social + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Auxiliar de Saúde Bucal	01	00	00	00	00	40h	Ensino médio completo + Curso de auxiliar de saúde bucal + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.405,32 + auxílio alimentação
Enfermeiro	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Enfermagem + Registro Profissional no Conselho da Categoria COREN+ Curso de Atendimento Pré-Hospitalar (APH)	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
							Graduação em Farmácia+	R$ 3.115,19

Farmacêutico	01	00	00	00	00	40h	Registro Profissional no Conselho da Categoria	+ auxílio alimentação
Fisioterapeuta	01	00	00	00	00	20h	Graduação em fisioterapia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.557,60 + auxílio alimentação
Motorista de Veículos Leves	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH A/B	R$ 1.562,27 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros + Curso de Condutor de Veículos de Transporte de Emergência	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Nutricionista	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Nutrição + Registro profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Odontólogo	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Odontologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Psicólogo na área clínica/administrativa comportamental e organizacional	01	00	00	00	00	20h	Graduação em Psicologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.612,74 + auxílio alimentação
Técnico de Enfermagem	01	00	00	00	00	40h	Curso Técnico de Enfermagem + Registro Profissional no Conselho da Categoria	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**11**	**00**	**00**	**00**	**00**	**11 VAGAS IMEDIATAS**		

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Assistente Social	01	00	00	00	00	30h	Graduação em Serviço Social + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Motorista de Veículos Leves	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH A/B	R$ 1.562,27 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	01	00	00	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Pedagogo na área Social	01	00	00	00	00	40h	Licenciatura em Pedagogia	R$ 3.282,08 + auxílio alimentação
Psicólogo	01	00	00	00	00	40h	Graduação em Psicologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.225,49 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**05**	**00**	**00**	**00**	**00**	**05 VAGAS IMEDIATAS**		

[1] Vagas Ampla Concorrência [2] Vagas Pessoa com Deficiência [3] Carga Horária

VAGAS DE FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SEMAP								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Engenheiro Civil	00	00	01	00	00	40h	Bacharelado em Engenharia Civil + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 4.247,99 + auxílio alimentação
Técnico de Segurança do Trabalho	01	00	01	00	00	40h	Curso Técnico de Segurança do Trabalho + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**00**	**00**	**02**	**00**	**00**	**02 VAGAS CADASTRO RESERVA**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEMAGRI								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Brigadista	05	01	03	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + Curso de formação de brigadas e prevenção de combate aos incêndios emitidos pelo CORPO DE BOMBEIROS, ICMBio e/ou PREVFOGO/IBAMA.	R$ 1.800,00 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**05**	**01**	**03**	**00**	**00**	**09 VAGAS CADASTRO RESERVA**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER - SEMECE								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Monitor Transporte Escolar (E.M.E.I.E.F. Cecília Meireles)	01	00	01	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + Curso de Monitor Escolar (mínimo de 40h)	R$ 1.718,48 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	05	01	03	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso Transporte Escolar + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D (E.M.E.I.E.F. Cecília Meireles)	01	00	01	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso Transporte Escolar + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Nutricionista	01	00	01	00	00	40h	Graduação em Nutrição + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Orientador Escolar	00	00	01	00	00	40h	Graduação na área da educação + Pós-graduação em orientação escolar	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
Pedagogo	08	02	04	01	00	40h	Licenciatura em Pedagogia	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
Psicólogo na área							Graduação em Psicologia + Registro	R$ 3.225,49

clínica/administrativa comportamental e organizacional	00	00	01	00	00	40h	Profissional no Conselho da Categoria	+ auxílio alimentação
Supervisor Escolar	00	00	01	00	00	40h	Graduação na área da educação + Pós-graduação em supervisão escolar	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**16**	**03**	**13**	**01**	**00**	**33 VAGAS CADASTRO RESERVA**		

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSAU								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Assistente Social	01	00	01	00	00	30h	Graduação em Serviço Social + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Auxiliar de Saúde Bucal	01	01	02	00	00	40h	Ensino médio completo + Curso de auxiliar de saúde bucal + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.405,32 + auxílio alimentação
Enfermeiro	05	01	03	00	00	40h	Graduação em Enfermagem + Registro Profissional no Conselho da Categoria COREN+ Curso de Atendimento Pré-Hospitalar (APH)	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
Farmacêutico	00	00	01	00	00	40h	Graduação em Farmácia+ Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Fisioterapeuta	01	00	01	00	00	20h	Graduação em fisioterapia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.557,60 + auxílio alimentação
Motorista de Veículos Leves	02	00	01	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH A/B	R$ 1.562,27 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	02	01	02	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros + Curso de Condutor de Veículos de Transporte de Emergência	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Nutricionista	01	00	01	00	00	40h	Graduação em Nutrição + Registro profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Odontólogo	02	01	02	00	00	40h	Graduação em Odontologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Psicólogo na área clínica/administrativa comportamental e organizacional	01	00	01	00	00	20h	Graduação em Psicologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 1.612,74 + auxílio alimentação
Técnico de Enfermagem	05	01	03	00	00	40h	Curso Técnico de Enfermagem + Registro Profissional no Conselho da Categoria	Piso Nacional Vigente + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**21**	**05**	**18**	**00**	**00**	**44 VAGAS CADASTRO RESERVA**		

SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAS								
ESPECIALIDADE	**AC[1]**	**PCD[2]**	**NEGROS**	**INDÍGENAS**	**QUILOMBOLAS**	**CH[3]**	**PRÉ-REQUISITOS**	**REMUNERAÇÃO**
Assistente Social	03	01	02	00	00	30h	Graduação em Serviço Social + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.115,19 + auxílio alimentação
Motorista de Veículos Leves	02	00	01	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH A/B	R$ 1.562,27 + auxílio alimentação
Motorista de veículos Pesados CNH D	01	00	01	00	00	40h	Ensino Fundamental Completo + CNH D + Curso de Condutor de Veículos de Transporte Coletivo de Passageiros	R$ 1.874,71 + auxílio alimentação
Pedagogo na área Social	01	00	01	00	00	40h	Licenciatura em Pedagogia	R$ 3.282,08 + auxílio alimentação
Psicólogo	01	01	02	00	00	40h	Graduação em Psicologia + Registro Profissional no Conselho da Categoria	R$ 3.225,49 + auxílio alimentação
QUANTIDADE DE VAGAS	**08**	**02**	**07**	**00**	**00**	**17 VAGAS CADASTRO RESERVA**		

[1] Vagas Ampla Concorrência [2] Vagas Pessoa com Deficiência [3] Carga Horária

Itapuã do Oeste, 20 de outubro de 2025.

DIEGO EMANUEL FÉLIX DA SILVA
Secretário Municipal De Administração E Planejamento
Portaria Nº 067/GAB-PMIO/2025

MICHELE BICALHO DA SILVA VARGAS
Presidente Da Comissão Do Processo Seletivo De Contratação Temporária
Portaria Nº 339/GAB-PMIO/2025

Rua Airton Senna, 1425 - Centro - Itapuã do Oeste/RO CEP: 76861-000 Contato: (69) 3231-2330 - Site: www.itapuadoeste.ro.gov.br - CNPJ: 63.761.936/0001-55

Referência: Processo nº 3-893/2025. Docto ID: 449166 v1

Publicado por:
Michele Bicalho da Silva Vargas
Código Identificador:C37D4EA7

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

CAMARA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
PROPOSTA E CONCESSÃO DE DIÁRIAS - MARTINHO.

PROPONENTE:

Nome:	**JOSIVALDO LOUZADA DE OLIVEIRA.**
Cargo, Função ou Emprego:	**VEREADOR / PRESIDENTE-C.M.M.S.**

PROPOSTA:

Nome:	**MARTINHO FREIRE DA SILVA**		
Cargo, Função ou Emprego:	**VEREADOR – 1º SECRETÁRIO.**		Mat.: 137.
Símbolo, Nível, Vencimento ou Salário:			
Carteira de identidade nº	**849.897**	Expedida por:	**SSP/PB.**

LOCAL E SERVIÇO A SER EXECUTADO:

Deslocamento até a cidade de Porto Velho – RO., entre os dias 14 e 15 de outubro de 2025, onde irá NA Assembleia Legislativa visitar o Gabinete do Deputado Estadual: EZEQUIEL NEIVA, tratar de assuntos de interesse deste Município de Mirante d Serra – RO,

PERÍODO DE AFASTAMENTO:

Saída em	**20/10/25**	Chegada em	**21/10/25**	Nº de Dias	**01 DIÁRIA**

PERCURSO:

MEIO DE TRANSPORTE: RODOVIÁRIO SUV COMPACTO Hyundai/Creta 16ª Action, PLACA RSZ – 6G76.	LOCALIDADE	
	DE	**PARA**
	MIRANTE DA SERRA - RO.	PORTO VELHO – RO.

VALOR DAS DIÁRIAS
Valor de Referência= R$ 40,00

Nível Referente ou Equivalência	**12 UPFM**	Percentual	**100%**	R$	**480,00**
LOCALIDADE	Nº DIÁRIA		VALOR UNITÁRIO		TOTAL
PORTO VELHO - RO.	**01 Diária com pernoite dentro do estado**		**480,00**		**480,00**
			TOTAL R$		**480,00**

Nos casos de deslocamento para outros Estados os valores serão acrescidos de 100% (cem por cento). Neste caso foi calculada e acrescido 100% o dobro tendo em visto tratar - se de viagem fora do Estado de Rondônia, conforme as disposições do parágrafo 3º da Lei Municipal nº 279/03.

Em	**13/10/25**	**MIRANTE DA SERRA – RO**	**480,00**

DANIEL GOMES DOS SANTOS
Diretor Geral/CMMS
Port. 1008/2023.

59.

Publicado por:
Maria de Fatima Moreira de Almeida
Código Identificador:813121CF

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 176 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 176
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025
No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: ATACADO TOTAL LTDA	**CNPJ: 06.150.481/0001-06**					
Representante: DANIEL MARQUES ALENCAR						
Telefone: (69) 3441-9287						
Email: licitacao@atacadototal.com						
Endereço: AV INDERVAL JOSE BRASIL, 501 - NOVO CACOAL, Cacoal - RO - 76962-219						
Item: 21	**Quantidade:** 126,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TALBERG	**Modelo:** TALBERG	**Preço Unitário:** R$ 33,52	**Valor Total:** R$4.223,52
Descrição: Caixa de correspondência para escritório, com três espaços articuláveis com entrada frontal, fabricada em acrílico, na cor: Cristal						
Item: 66	**Quantidade:** 87,00	**Unidade:** CX	**Marca:** SÃO DOMINGOS	**Modelo:** SÃO DOMINGOS	**Preço Unitário:** R$ 13,30	**Valor Total:** R$1.157,10
Descrição: Livro ata com 100 folhas, devendo possuir o miolo fabricado em papel offset, folhas numeradas, capa dura, medindo: medindo: 205x300mm						
					Total:	**R$ 5.380,62**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para

o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

ATACADO TOTAL LTDA 06.150.481/0001-06

Assinado de forma digital por: **DANIEL MARQUES ALENCAR**
026.*.***-****
Dados: 16/10/2025 12:50:20

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:0E61E691

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 177 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 177
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: BRASIL MEDSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA			**CNPJ: 03.716.848/0001-00**			
Representante: JOAO MACHOTA						
Telefone: (69) 3221-0593						
Email: empresaconexao03@gmail.com						
Endereço: RUA URSA MAIOR , 4161 - BAIRRO ROTA DO SOL, Ariquemes - RO - 76874-012						
Item: 5	**Quantidade:** 73,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Home Office	**Modelo:** APOIO	**Preço Unitário:** R$ 71,90	**Valor Total:** R$5.248,70
Descrição: Apoio para Antebraço Magnético na cor preta, compatível com mesas 5 cm (mínimo) de espessura, tendo a plataforma MDF com revestimento impermeável na base superior (área para apoiar o braço) e haste fabricada em aço com regulagem de altura rosqueada para fixação na mesa, com as seguintes dimensões mínimas: 150 por 230 mm. Produto deve estar em conformidade com a NR17 do Ministério do Trabalho (Normas de Ergonomia).						
Total:						**R$ 5.248,70**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

BRASIL MEDSUL COMERCIO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA
03.716.848/0001-00

Assinado de forma digital por:
JOAO MACHOTA
096.*.***-****
Dados: 16/10/2025 13:27:54

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:A1FA8785

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 178 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 178
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025
No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: AMIRAL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA		**CNPJ: 09.036.071/0001-19**				
Representante: RAFAEL RODRIGO ALVES FERREIRA						
Telefone: (69) 3442-2667						
Email: licitacao@amiraldistribuidora.com.br						
Endereço: R COLORADO DO OESTE, 569 - PRIMAVERA, Ji-Paraná - RO - 76914-716						
Item: 3	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** CX	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 3,95	**Valor Total:** R$94,80
Descrição: Alfinete para mapa 18mm, caixa Com mínimo de 50 unidades.						
Item: 24	**Quantidade:** 55,00	**Unidade:** CX	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 1,64	**Valor Total:** R$90,20
Descrição: Caneta permanente para CD/DVD, espessura de 1mm (/- 3mm).						
Item: 35	**Quantidade:** 66,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 23,00	**Valor Total:** R$1.518,00
Descrição: Cola em bastão, recipiente contendo 40gr. Caixa contendo 12 unidades. Com qualidade similar as marcas: 3M Stoch, Acrilex ou Leo e Leo.						
Item: 50	**Quantidade:** 70,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** leonora	**Modelo:** leonora	**Preço Unitário:** R$ 1,67	**Valor Total:** R$116,90
Descrição: Extrator de grampo tipo espátula, em Aço Inox, comprimento:15 cm, embalagem contendo 12 unidades.						
Item: 63	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** KIT	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 4,90	**Valor Total:** R$98,00
Descrição: Lâmina para estilete 18mm, durável e resistente, em aço, reposição simples, embalagem com 10 unidades.						
Item: 64	**Quantidade:** 31,00	**Unidade:** CX	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 6,33	**Valor Total:** R$196,23

Descrição: Lápis borracha embalagem contendo 12 unidades.						
Item: 107	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Almasuper	**Modelo:** Almasuper	**Preço Unitário:** R$ 4,70	**Valor Total:** R$235,00
Descrição: Cola instantânea com ALTA viscosidade e com bico aplicador. Embalagem de 20gr. Com qualidade da marca: Tekbond ou similar.						
Item: 111	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 18,00	**Valor Total:** R$270,00
Descrição: Pistola cola quente Grossa						
Item: 123	**Quantidade:** 70,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** lyke	**Modelo:** lyke	**Preço Unitário:** R$ 3,10	**Valor Total:** R$217,00
Descrição: Lapis de cor, caixa com 12 cores						
Item: 124	**Quantidade:** 40,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** Leonora	**Modelo:** Leonora	**Preço Unitário:** R$ 2,90	**Valor Total:** R$116,00
					Total:	**R$ 2.952,13**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não

participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.

Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

AMIRAL COMERCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA
09.036.071/0001-19

Assinado de forma digital por:

RAFAEL RODRIGO ALVES FERREIRA
889.*.***-****
Dados: 16/10/2025 11:41:13

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:9C9ED107

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 179 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 179						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025						
PROCESSO LICITATÓRIO						
1109/SRP/2025						
No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):						
Fornecedor: G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA	**CNPJ: 30.029.272/0001-85**					
Representante: Gilvandro Oliveira da Silva						
Telefone: (67) 9158-7197						
Email: contatogos@gossolucoes.com						
Endereço: Rua: Peixe Vivo , 80 - Carandá Bosque, Campo Grande - MS - 79032-170						
Item: 102	**Quantidade:** 38,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** H.S	**Modelo:** CAPA CASE	**Preço Unitário:** R$ 50,33	**Valor Total:** R$1.912,54
Descrição: Capa Case Para Notebook de 15,6 Polegadas						
Item: 108	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CANAA	**Modelo:** Mdf Cru 2 GAV.	**Preço Unitário:** R$ 82,00	**Valor Total:** R$984,00
Descrição: Suporte Para Monitor Mesa 2 Gavetas Ergonômico Escritório						
						Total: R$ 2.896,54

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:

3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

G.O.S SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA
30.029.272/0001-85

Assinado de forma digital por:
Gilvandro Oliveira da Silva 503.*.***-****
Dados: 16/10/2025 12:25:39

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:651E46F8

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 180 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 180 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):
Fornecedor: START SHOP GLOBAL LTDA CNPJ: 37.912.727/0001-55 Representante: GABRIELLY VITÓRIA APOLINARIO PINTO
Telefone: (69) 3422-7040

Email: licitacao.start@gmail.com

Endereço: AVENIDA BRASIL, 2540 - NOVA BRASILIA, Ji-Paraná - RO - 76908-596

Item: 9	**Quantidade:** 335,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** FUTUR O	**Modelo:** FUTURO	**Preço Unitário:** R$ 0,67	**Valor Total:** R$224,45
Descrição: Apontador de lápis, com 1 Furo e corpo metálico, em formato slim, sem depósito, com apoio lateral para os dedos.						
Item: 88	**Quantidade:** 51,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BRW	**Modelo:** BRW	**Preço Unitário:** R$ 15,00	**Valor Total:** R$765,00
Descrição: Perfurador de papel com 02 furos, capacidade para 20 folhas, distancia aproximadas dos furos de 7,5cm, com sistema de trava, tamanho do furo de 5.5mm, com qualidade da marca Tilibra ou similar.						
Item: 94	**Quantidade:** 116,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BRW	**Modelo:** BRW	**Preço Unitário:** R$ 4,97	**Valor Total:** R$576,52
Descrição: Tesoura multiuso 21,6cm, Lâmina reta em Aço inox, Cabo de Polipropileno, acabamento Acetinado (com qualidade da marca Mundial ou similar)						
Item: 96	**Quantidade:** 67,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BRW	**Modelo:** BRW	**Preço Unitário:** R$ 1,53	**Valor Total:** R$102,51
Descrição: Umidificador de dedos (molha dedos) glicerinado, unidade com 12gr, para manuseio de papéis, não tóxico. Com qualidade similar as marcas: Radex ou dedex.						
Total: R$ 1.668,48						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

START SHOP GLOBAL LTDA
37.912.727/0001-55

Assinado de forma digital por: **GABRIELLY VITÓRIA APOLINARIO PINTO**
034.*.***-****
Dados: 16/10/2025 15:03:32

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:E4977144

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 180 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 184
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO
1109/SRP/2025
No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: FERNANDES TREINAMENTOS E GESTAO COMERCIAL LTDA	**CNPJ: 39.758.900/0001-38**					
Representante: MARGARETH DOS SANTOS FERNANDES						
Telefone: (69) 8103-7249						
Email: margarethferfernandes@gmail.com						
Endereço: R JACY PARANA, 2620 - ROQUE, Porto Velho - RO - 76804-430						
Item: 6	**Quantidade:** 181,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** C3TECH	**Modelo:** PU	**Preço Unitário:** R$ 48,77	**Valor Total:** R$8.827,37
Descrição: Apoio Ergonômico para Digitação na cor preta, com as seguintes dimensões: 44 x 7 x 1,5 cm (Largura x Comprimento x Altura), devendo ser fabricado em Poliuretano (PU) de toque macio, com base antiderrapante. Produto deve estar em conformidade com a NR17 do Ministério do Trabalho (Normas de Ergonomia).						
Item: 7	**Quantidade:** 189,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** C3TECH	**Modelo:** APOIO PARA MOUSE	**Preço Unitário:** R$ 23,77	**Valor Total:** R$4.492,53
Descrição: Apoio Ergonômico para mouse - na cor preta, com as seguintes dimensões mínimas: 0,5 x 24 x 22 cm; base antiderrapante, devendo ser compatível com todos os tipos de mouse. Produto deve estar em conformidade com a NR17 do Ministério do Trabalho (Normas de Ergonomia).						
Item: 8	**Quantidade:** 140,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MULTIVISÃO	**Modelo:** MDF	**Preço Unitário:** R$ 65,35	**Valor Total:** R$9.149,00
Descrição: Apoio ergonomico para os pés - em MDF com revestimento emborrachado, antiderrapante e impermeável, com ajuste mínimo de 3 níveis, sendo a estrutura do produto em aço, com altura frontal da plataforma (parte fixa) mínimo de: 7 cm. Devendo o produto estar em conformidade com a NR17 do Ministério do Trabalho (Normas de Ergonomia).						
					Total:	**R$ 22.468,90**

As e specificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

FERNANDES TREINAMENTOS E GESTAO COMERCIAL LTDA 39.758.900/0001-38

Assinado de forma digital por:**MARGARETH DOS SANTOS FERNANDES**
047.*.***-****
Dados: 16/10/2025 11:39:55

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:9562594B

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 181 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 181
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

No dia 20 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: R T COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	**CNPJ: 47.561.770/0001-77**
Representante: Roberto Teixeira de Araujo Junior	
Telefone: (69) 2103-2576	
Email: teixeiraroberto02@icloud.com	
Endereço: TRAVESSA JATOBÁ, 3430 - SETOR 01, Ariquemes - RO - 76870-052	

Item: 11	**Quantidade:** 850,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** rendicolla	**Modelo:** rendicolla	**Preço Unitário:** R$ 1,00	**Valor Total:** R$850,00
Descrição: Bastão de cola de silicone 11.3mmx30.0cm.						
Item: 12	**Quantidade:** 130,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** rendicolla	**Modelo:** rendicolla	**Preço Unitário:** R$ 35,60	**Valor Total:** R$4.628,00

Descrição: Bastão de cola de silicone 7,5mmx30cm embalagem com 1kg.						
Item: 17	**Quantidade:** 261,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** jandaia	**Modelo:** jandaia	**Preço Unitário:** R$ 8,45	**Valor Total:** R$2.205,45
Descrição: Caderno Brochurão, capa dura, costurado, unidade com 96 folhas.						
Item: 18	**Quantidade:** 226,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** brasilidade	**Modelo:** brasilidade	**Preço Unitário:** R$ 6,65	**Valor Total:** R$1.502,90
Descrição: Caderno Capa Dura, com espiral 96 folhas, medindo: 140x200mm						
Item: 20	**Quantidade:** 580,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** alaplast	**Modelo:** alaplast	**Preço Unitário:** R$ 4,00	**Valor Total:** R$2.320,00
Descrição: Caixa para arquivo morto, em plástico corrugado, formato Ofício, medindo: 360 x 135 x 248 mm, com espessura de 2,6cm, na cor azul.						
Item: 23	**Quantidade:** 182,00	**Unidade:** CX	**Marca:** compactor	**Modelo:** compactor	**Preço Unitário:** R$ 30,30	**Valor Total:** R$5.514,60
Descrição: Caneta esferográfica na cor azul, corpo plástico transparente, corpo/pega sextavado, nome do fabricante impresso no corpo da caneta tampa anti asfixiante, na cor da tinta, ponta de escrita fina (0,7 ou 0,8) com esfera de tungstênio, tinta à base de corantes orgânicos e solvente, carga completa, com capacidade para escrita contínua, sem borrões e falhas até o final da carga. Embaladas em caixas de 50 unidades, com selo de qualidade do INMETRO (Qualidade semelhante às marcas/modelos Bic Cristal Fina, Compactor 07 ou Faber CastellTrillux Fine)						
Item: 26	**Quantidade:** 88,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 1,75	**Valor Total:** R$154,00
Descrição: Clipes niquelado 1/0, caixa contendo 100 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Total: R$ 32.258,49						

Item: 28	**Quantidade:** 88,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 1,75	**Valor Total:** R$154,00
Descrição: Clipes niquelado 3/0, caixa com 50 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 29	**Quantidade:** 90,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 3,50	**Valor Total:** R$315,00
Descrição: Clipes niquelado 4/0, caixa contendo 100 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 31	**Quantidade:** 144,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 1,88	**Valor Total:** R$270,72
Descrição: Clipes niquelado 8/0, caixa contendo 25 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 33	**Quantidade:** 171,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** piratininga	**Modelo:** piratininga	**Preço Unitário:** R$ 6,31	**Valor Total:** R$1.079,01
Descrição: Cola branca, lavável, a base de água e PVA, recipiente contendo 500gr.						
Item: 34	**Quantidade:** 272,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** piratininga	**Modelo:** piratininga	**Preço Unitário:** R$ 1,66	**Valor Total:** R$451,52
Descrição: Cola branca, lavável, a base de água e PVA, recipiente contendo 90gr. Com qualidade similar as marcas: Koala, Faber Castell ou Max Cola Frama.						
Item: 37	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 4,36	**Valor Total:** R$74,12
Descrição: Colchetes nº 05. Embalagem com 72 unidades. Produto também conhecido como bailarina , devendo ser fabricado em chapa de aço revestido com acabamento protetor amarelo, medindo 25mm com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 38	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** CX	**Marca:** bacchi	**Modelo:** bacchi	**Preço Unitário:** R$ 8,64	**Valor Total:** R$146,88
Descrição: Colchetes nº 10. Embalagem contendo 72 unidades. Produto também conhecido como bailarina , devendo ser fabricado em chapa de aço revestido com acabamento protetor amarelo, diâmetro aproximado da cabeça: 12 mm. Comprimento aproximado da perna: 50 mm. Para 210 folhas. (dobrado), com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 43	**Quantidade:** 1.660,00	**Unidade:** CX	**Marca:** haiti	**Modelo:** 40x48cm	**Preço Unitário:** R$ 1,30	**Valor Total:** R$2.158,00
Descrição: E.V.A cores variadas (as cores serão definidas na Ordem de Fornecimento)						
Item: 44	**Quantidade:** 1.460,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** scrity	**Modelo:** scrity	**Preço Unitário:** R$ 0,36	**Valor Total:** R$525,60
Descrição: Envelope A4 Kraft (Pardo/Amarelo) Confeccionado no papel kraft natural 80g, no tamanho 24 x 34cm.						
Item: 49	**Quantidade:** 205,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** masterprint	**Modelo:** masterprint	**Preço Unitário:** R$ 1,23	**Valor Total:** R$252,15
Descrição: Estilete retrátil, medindo 18mm em plástico resistente e lamina em aço.						
Item: 52	**Quantidade:** 246,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** adelbras	**Modelo:** adelbras	**Preço Unitário:** R$ 7,74	**Valor Total:** R$1.904,04
Descrição: Fita dupla face silicone, com as seguintes medidas (LXC) 18mmx30m						
Item: 55	**Quantidade:** 75,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** lyke	**Modelo:** lyke	**Preço Unitário:** R$ 28,60	**Valor Total:** R$2.145,00
Descrição: Grampeador de tapeceiro profissional - ideal para fixação de forros, telas (mosquiteiros) fixação cartazes, decoração, utiliza grampos 106/4 106/6 106/8						
Total: R$ 32.258,49						

Item: 57	**Quantidade:** 135,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** lyke	**Modelo:** 11,5cm p/ fls25	**Preço Unitário:** R$ 9,90	**Valor Total:** R$1.336,50
Descrição: Grampeador para grampos 26/6; em plástico resistente; botão que abre a canaleta de grampos para facilitar a reposição dos mesmos, produto com capacidade de 105 grampos e grampear até 16 folhas.						
Item: 58	**Quantidade:** 41,00	**Unidade:** CX	**Marca:** leonora	**Modelo:** cx c/2500 und	**Preço Unitário:** R$ 14,00	**Valor Total:** R$574,00
Descrição: Grampo galvanizado 106/8 caixa com 3.500 unidades.						
Item: 62	**Quantidade:** 575,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** lassane	**Modelo:** lassane	**Preço Unitário:** R$ 0,60	**Valor Total:** R$345,00
Descrição: Kit capacontra capa encadernação tamanho A4 (transparente/preto).						
Item: 69	**Quantidade:** 51,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** brw	**Modelo:** brw	**Preço Unitário:** R$ 28,00	**Valor Total:** R$1.428,00
Descrição: Marca texto em gel, caixa com 10 unidades, podendo ser entregue nas cores: amarelo, laranja, verde, vermelho e azul. Com qualidade da marca Pilot ou similar.						
Item: 112	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** planeta	**Modelo:** planeta	**Preço Unitário:** R$ 11,60	**Valor Total:** R$174,00
Descrição: Pistola cola quente pequena fina						
Item: 116	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** santa	fe **Modelo:** santa fe	**Preço Unitário:** R$ 63,90	**Valor Total:** R$1.278,00
Descrição: TNT, tecido não tecido, 50 mts cor definir na entrega						
Item: 121	**Quantidade:** 400,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** vmp	**Modelo:** vmp	**Preço Unitário:** R$ 1,18	**Valor Total:** R$472,00
Descrição: Papel cartão						
Total: R$ 32.258,49						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **20/10/2026** , a contar do dia **20/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.
2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registrode Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas,mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

R T COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA
47.561.770/0001-77

Assinado de forma digital por:
Roberto Teixeira de Araujo Junior
023.*.***-****
Dados: 20/10/2025 09:36:50

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:EB833BDD

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 182 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 182
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO
1109/SRP/2025

No dia 17 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: APOLO SOLUCOES E DISTRIBUICOES LTDA			**CNPJ: 05.789.763/0001-87**			
Representante: MARIA DO CARMO TEIXEIRA						
Telefone: (69) 3521-2853						
Email: apolodistribuidorajaru@hotmail.com						
Endereço: AVENIDA PADRE ADOLPHO ROHL, 2102 - SETOR 01, Jaru - RO - 76890-000						
Item: 2	**Quantidade:** 24,00	**Unidade:** CX	**Marca:** BACCHI	**Modelo:** NIQUELADO	**Preço Unitário:** R$ 8,15	**Valor Total:** R$195,60
Descrição: Alfinete niquelado nº 29, caixa com mínimo de 680 unidades.						
Item: 10	**Quantidade:** 210,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** SÃO JOAO700GR	**Modelo:** 700GR	**Preço Unitário:** R$ 23,50	**Valor Total:** R$4.935,00
Descrição: Barbante cru n 6, rolo com peso mínimo de 1kg, mínimo de 90 em algodão, com qualidade da marca EuroRoma ou similar.						
Item: 13	**Quantidade:** 118,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LYKE 50FLS	**Modelo:** 50FLS	**Preço Unitário:** R$ 3,17	**Valor Total:** R$374,06
Descrição: Bloco de nota e/ou recados autoadesivo fabricado em celulose vegetal, cor laranja, medindo 38mmX50mm (LxC), tipo removível, 100 folhas por bloco.						
Item: 15	**Quantidade:** 149,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BRW 400FLS	**Modelo:** 400FLS	**Preço Unitário:** R$ 12,80	**Valor Total:** R$1.907,20
Descrição: Bloco de nota e/ou recados autoadesivo, tipo fabricado em celulose vegetal, contendo 450 páginas, divididas em 5 blocos de 90 folhas, sendo cada bloco de um cor diferente, medindo 7,6mm x 7,6mm,						
Item: 27	**Quantidade:** 88,00	**Unidade:** CX	**Marca:** BACCHI	**Modelo:** 2/0	**Preço Unitário:** R$ 1,90	**Valor Total:** R$167,20
Descrição: Clipes niquelado 2/0, caixa contendo 100 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 30	**Quantidade:** 112,00	**Unidade:** CX	**Marca:** BACCHI 6/0	**Modelo:** 6/0	**Preço Unitário:** R$ 3,95	**Valor Total:** R$442,40
Descrição: Clipes niquelado 5/0, caixa contendo 50 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 32	**Quantidade:** 114,00	**Unidade:** CX	**Marca:** BACCHI	**Modelo:** 6/0	**Preço Unitário:** R$ 2,09	**Valor Total:** R$238,26
Descrição: Clipes niquelados 6/0, caixa contendo 50 unidades. Fabricado em aço niquelado, resistente a oxidação, flexível e resistente (não quebra fácil) alta durabilidade.Com qualidade da marca ACC ou similar.						
					Total:	**R$ 95.942,45**
Item: 39	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** CX	**Marca:** CHAPARRAU	**Modelo:** Nº 12	**Preço Unitário:** R$ 9,20	**Valor Total:** R$156,40
Descrição: Colchetes nº 12. Embalagem com 72 unidades. Produto também conhecido como bailarina , devendo ser fabricado em chapa de aço revestido com acabamento protetor amarelo, diâmetro aproximado da cabeça: 14 mm. Comprimento aproximado da perna: 63 mm. Para 270 folhas.(dobrado), com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 42	**Quantidade:** 139,00	**Unidade:** CX	**Marca:** FRAMA	**Modelo:** 18ML	**Preço Unitário:** R$ 2,18	**Valor Total:** R$303,02
Descrição: Corretivo líquido a base dagua, embalagem contendo 18 ml.						
Item: 46	**Quantidade:** 540,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SCRITY	**Modelo:** KRAFT	**Preço Unitário:** R$ 0,40	**Valor Total:** R$216,00
Descrição: Envelope saco kraft natural, 80g, 260x360mm.						
Item: 47	**Quantidade:** 207,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LASSANE C/25UND	**Modelo:** 17MM	**Preço Unitário:** R$ 14,37	**Valor Total:** R$2.974,59
Descrição: Espiral para encadernação 17mm plástico preto cap.100fls Pacote com 50 unidades.						
Item: 48	**Quantidade:** 207,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** LASSANE	**Modelo:** 20MM	**Preço Unitário:** R$ 23,50	**Valor Total:** R$4.864,50
Descrição: Espiral para encadernação, 20mm, em plástico preto, com capacidade para 120 folhas, pacote com 50 unidades.						
Item: 53	**Quantidade:** 190,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ADELBRAS C/3UND	**Modelo:** 48X50	**Preço Unitário:** R$ 18,74	**Valor Total:** R$3.560,60
Descrição: Fita para empacotamento, transparente, com as seguintes medidas (LXC 48mm x 50m.) PACOTE COM 5 UNIDADES						
Item: 56	**Quantidade:** 28,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** LYKE 110	**Modelo:** PROFISSIONAL	**Preço Unitário:** R$ 98,71	**Valor Total:** R$2.763,88
Descrição: Grampeador grande de uso profissional, compatível para grampos 26/13, capacidade de grampear até 200 folhas.						
Item: 59	**Quantidade:** 52,00	**Unidade:** CX	**Marca:** LYKE23/13	**Modelo:** 23/13	**Preço Unitário:** R$ 10,11	**Valor Total:** R$525,72
Descrição: Grampo galvanizado 26/13 caixa com 1.000 unidades						
Item: 60	**Quantidade:** 85,00	**Unidade:** CX	**Marca:** BRW	**Modelo:** 26/6 C/5000UND	**Preço Unitário:** R$ 4,00	**Valor Total:** R$340,00
Descrição: Grampo galvanizado 26x6, embalagem com 5.000 unidades, protegidos contra a oxidação, indicado para fixação de até 20 folhas de papel com gramatura de 75g/m².						
Item: 61	**Quantidade:** 36,00	**Unidade:** CX	**Marca:** DELLO	**Modelo:** PLASTICO	**Preço Unitário:** R$ 13,50	**Valor Total:** R$486,00
Descrição: Grampo Trilho Plástico Branco Embalagem com 50 unidades.						
Item: 65	**Quantidade:** 14,00	**Unidade:** CX	**Marca:** LEO LEO	**Modelo:** 6B	**Preço Unitário:** R$ 50,60	**Valor Total:** R$708,40
Descrição: Lápis com formato sextavado, tipo grafite preto, alta qualidade, com graduação 6B, caixa com 144 unidades, confeccionado em madeira de reflorestamento.						
Item: 67	**Quantidade:** 70,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TILIBRA	**Modelo:** 50FLS	**Preço Unitário:** R$ 10,50	**Valor Total:** R$735,00
Descrição: Livro ata com 50 folhas, devendo possuir o miolo fabricado em papel offset, folhas numeradas, capa dura, medindo: 205x300mm						
					Total:	**R$ 95.942,45**
Item: 68	**Quantidade:** 40,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TILIBRA	**Modelo:** 52FLS	**Preço Unitário:** R$ 8,46	**Valor Total:** R$338,40
Descrição: Livro Protocolo de Correspondência - Tamanho 153x216 mm - 52 Folhas - Brochura						
Item: 70	**Quantidade:** 76,00	**Unidade:** CX	**Marca:** LYKE	**Modelo:** DIV.CORES	**Preço Unitário:** R$ 7,70	**Valor Total:** R$585,20
Descrição: Marca texto, caixa com 10 unidades, podendo ser entregue nas cores: amarelo, laranja, verde,vermelho e azul com qualidade da marca Pilot ou similar.						
Item: 79	**Quantidade:** 74,00	**Unidade:** CX	**Marca:** REPORTCX C/ 5RES	**Modelo:** COLORIDO	**Preço Unitário:** R$ 290,82	**Valor Total:** R$21.520,68
Descrição: Papel sulfite A4, colorido, medindo: 210 x 297mm, com gramatura mínima de 75g/m², resma contendo de 500 folhas (as cores serão definidas na Ordem de fornecimento).						
Item: 80	**Quantidade:** 590,00	**Unidade:** CX	**Marca:** FRAMA	**Modelo:** OFICIO	**Preço Unitário:** R$ 11,50	**Valor Total:** R$6.785,00
Descrição: Pasta A-Z, tamanho ofício, com as seguintes dimensões mínimas: 345 mm x 80 mm x 280 mm, dorso largo, na cor preta.						
Item: 81	**Quantidade:** 109,00	**Unidade:** CX	**Marca:** ACP	**Modelo:** C/100FLS	**Preço Unitário:** R$ 21,67	**Valor Total:** R$2.362,03
Descrição: Pasta catálogo de cor preta , tamanho mínimo ofício, com presilhas para fixar os envoltórios plásticos, com mínimo de 100 plásticos.						
Item: 82	**Quantidade:** 87,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ACP	**Modelo:** C/50FLS	**Preço Unitário:** R$ 13,50	**Valor Total:** R$1.174,50
Descrição: Pasta catálogo de cor preta, tamanho ofício, com presilhas para fixar os envoltórios plásticos, com 50 plásticos.						
Item: 83	**Quantidade:** 241,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ACP	**Modelo:** CRISTAL	**Preço Unitário:** R$ 1,90	**Valor Total:** R$457,90
Descrição: Pasta em plástico, tipo grampo trilho, transparente e/ou cristal, med. 36cm x 25 cm, para papel A4.						
Item: 84	**Quantidade:** 139,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ACP	**Modelo:** A4	**Preço Unitário:** R$ 2,70	**Valor Total:** R$375,30
Descrição: Pasta em polipropileno, com vinco lateral e canaleta para papel A4.						
Item: 85	**Quantidade:** 309,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** ACP	**Modelo:** CRISTAL	**Preço Unitário:** R$ 1,90	**Valor Total:** R$587,10
Descrição: Pasta simples com elástico, em plástico transparente e/ou cristal para papel A4.						
Item: 86	**Quantidade:** 138,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** DELLO	**Modelo:** KRAFT	**Preço Unitário:** R$ 4,68	**Valor Total:** R$645,84
Descrição: Pasta suspensa com arame e ponteira plástica, fabricada em papel cartão Kraft, com gramatura mínima de 170g/m², vincada, produzida com hastes e grampos recicláveis, com visor e abas coladas, caixa contendo 50 unidades.						
Item: 87	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** BRW	**Modelo:** DOURADO	**Preço Unitário:** R$ 7,03	**Valor Total:** R$28,12
Descrição: Percevejo 9,5mm dourado, pacote com 100 unidades.						
Item: 89	**Quantidade:** 34,00	**Unidade:** CX	**Marca:** LYKE 40FLS	**Modelo:** 40FLS	**Preço Unitário:** R$ 63,84	**Valor Total:** R$2.170,56
Descrição: Perfurador de papel profissional 2 furos com capacidade para 60 folhas, distancia aproximada dos furos de 7,5cm, tamanho do furo de 5.5mm, com Base e Cabo em Ferro Fundido, Dimensões: 115 X 165 X 180mm.						
					Total:	**R$ 95.942,45**
Item: 90	**Quantidade:** 88,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** DELLO	**Modelo:** CRISTAL	**Preço Unitário:** R$ 16,65	**Valor Total:** R$1.465,20
Descrição: Porta canetas fabricado em acrílico, na cor cristal e/ou transparente com 7 divisões como opções de uso.						
Item: 93	**Quantidade:** 121,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MAXCRIL	**Modelo:** 50CM	**Preço Unitário:** R$ 3,29	**Valor Total:** R$398,09
Descrição: Régua, tipo escolar escolar de 50 cm fabricada em acrílico.						
Item: 95	**Quantidade:** 62,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** RADEX	**Modelo:** PRETA	**Preço Unitário:** R$ 3,70	**Valor Total:** R$229,40
Descrição: Tinta para carimbo, na cor preta, embalagem contendo mínimo 40ml.						
Item: 100	**Quantidade:** 226,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** DELLO	**Modelo:** PLASTICO	**Preço Unitário:** R$ 2,00	**Valor Total:** R$452,00
Descrição: Bailarina de Plástico						
Item: 101	**Quantidade:** 40,00	**Unidade:** KIT	**Marca:** PROPRIA	**Modelo:** 20KG	**Preço Unitário:** R$ 728,00	**Valor Total:** R$29.120,00
Descrição: Estante Organizadora Livreiro com 15 nichos, peso 55kg, peso máximo suportado 20 kg, profundidade x altura x largura 35cm x 90 cm x 1.85m.						
Item: 117	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** JANDAIA	**Modelo:** 10X1	**Preço Unitário:** R$ 19,00	**Valor Total:** R$285,00
Descrição: Caderno de 10 materias						
Item: 118	**Quantidade:** 10,00	**Unidade:** ROLO	**Marca:** GOODIE	**Modelo:** DIVERSOS	**Preço Unitário:** R$ 6,41	**Valor Total:** R$64,10
Descrição: Estojo escolar						
Item: 120	**Quantidade:** 500,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** JANDAIA	**Modelo:** DIV.CORES	**Preço Unitário:** R$ 0,98	**Valor Total:** R$490,00
Descrição: cartolina						

Item: 122	**Quantidade:** 12,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** CLEO	**Modelo:** DIVERSOS	**Preço Unitário:** R$ 42,85	**Valor Total:** R$514,20
Descrição: Mochila escolar						
					Total:	**R$ 95.942,45**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **17/10/2026** , a contar do dia **17/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.
Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

APOLO SOLUCOES E DISTRIBUICOES LTDA
05.789.763/0001-87

Assinado de forma digital por:
MARIA DO CARMO TEIXEIRA
315.*.***-****
Dados: 17/10/2025 09:08:12

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:B1EA0566

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 183 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 183
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

No dia 17 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA			**CNPJ: 53.571.459/0001-01**			
Representante: LETICIA RABELO FERREIRA						
Telefone: (87) 3762-0445						
Email: lr_distribuidora@outlook.com						
Endereço: RODOVIA BR 423, 000 - DOM THIAGO POSTMA, Garanhuns - PE - 55293-000						
Item: 4	**Quantidade:** 26,00	**Unidade:** CX	**Marca:** ACC	**Modelo:** ALFINETE MAPA 8MM 50UN	**Preço Unitário:** R$ 4,92	**Valor Total:** R$127,92
Descrição: Alfinete para mapa 8mm, caixa contendo mínimo de 50 unidades.						
Item: 25	**Quantidade:** 50,00	**Unidade:** CX	**Marca:** MULTILASER	**Modelo:** CD-RW C/ CAPA	**Preço Unitário:** R$ 3,00	**Valor Total:** R$150,00
Descrição: CD-RW virgem, com capa.						
Item: 36	**Quantidade:** 117,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** TEK BOND	**Modelo:** COLA INSTANTANEA 20GR	**Preço Unitário:** R$ 4,46	**Valor Total:** R$521,82
Descrição: Cola instantânea com baixa viscosidade e com bico aplicador. Embalagem de 20gr. Com qualidade da marca: Tekbond ou similar.						
Item: 40	**Quantidade:** 17,00	**Unidade:** CX	**Marca:** ACC	**Modelo:** COLCHETE N13 72UN	**Preço Unitário:** R$ 10,70	**Valor Total:** R$181,90
Descrição: Colchetes nº 13. Embalagem contendo 72 unidades. Produto também conhecido como bailarina , devendo ser fabricado em chapa de aço revestido com acabamento protetor amarelo, diâmetro aproximado da cabeça: 14 mm. Comprimento aproximado da perna: 77 mm. Para 360 folhas. (dobrado), com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 41	**Quantidade:** 27,00	**Unidade:** CX	**Marca:** ACC	**Modelo:** COLCHETE N14 72UN	**Preço Unitário:** R$ 12,09	**Valor Total:** R$326,43
Descrição: Colchetes nº 14. Embalagem contendo 72 unidades. Produto também conhecido como bailarina , Fabricado em chapa de aço revestido com acabamento protetor amarelo, diâmetro aproximado da cabeça: 14 mm. Comprimento aproximado da perna: 82 mm. Para 400folhas.(dobrado), com qualidade da marca ACC ou similar.						
Item: 54 Quantidade: 2,00		**Unidade:** PCT	**Marca:** BAAG	**Modelo:** FORM CONTINUO 3000UN	**Preço Unitário:** R$ 195,59	**Valor Total:** R$391,18
Descrição: Formulário contínuo 80 colunas, 01 via (papel contínuo),caixa com 3.000 unidades. Para uso em impressora matricial.						
Item: 75	**Quantidade:** 100,00	**Unidade:** CX	**Marca:** ACRIMET	**Modelo:** ORG MESA ACRÍLICO	**Preço Unitário:** R$ 36,07	**Valor Total:** R$3.607,00
						Total: R$ 8.903,10

Descrição: Organizador de mesa triplo para escritório, modelo horizontal, fabricado em acrílico, para folhas tamanho A4, devendo atender as seguintes especificações mínimas: espessura mínima de 12cm, Comprimento x Largura: 34 cm x 29 cm.						
Item: 77	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** TRIS	**Modelo:** PAPEL CARBONO TEC 12UN	**Preço Unitário:** R$ 5,43	**Valor Total:** R$108,60
Descrição: Papel carbono, com aplicação para transferência de riscos para pintura em tecido, medindo 33x44cm, embalagem com 12 unidades.						
Item: 92	**Quantidade:** 145,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MAXCRILL	**Modelo:** RÉGUAALUMÍNIO 30CM	**Preço Unitário:** R$ 3,21	**Valor Total:** R$465,45
Descrição: Régua, tipo escolar de 30cm, fabricada em alumínio.						
Item: 98	**Quantidade:** 25,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MULTILASER	**Modelo:** SUPORTE NOTEBOOK NR17	**Preço Unitário:** R$ 37,00	**Valor Total:** R$925,00
Descrição: Suporte para Notebook Regulável na cor preta, estrutura de hastes construída em Aço tubular de espessura mínima de 6mm, com regulagem de inclinação, devendo ter a função de Elevação frontal, dobrável, com sapatas em borracha antiderrapantes. . Produto deve estar em conformidade com a NR17 do Ministério do Trabalho (Normas de Ergonomia).						
Item: 103	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SPIRADUTO	**Modelo:** CANALETA FIOS 1M	**Preço Unitário:** R$ 15,24	**Valor Total:** R$228,60
Descrição: Organizador de fios e cabos canaleta oculta Tipo: Canaleta autocolante com tampa. Comprimento: 1 metro. Dimensões aproximadas: 20mm x 10mm. Material: PVC resistente, flexível e não condutor. Fixação: Adesiva (fita dupla face de alta fixação inclusa)						
Item: 104	**Quantidade:** 15,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** SPIRADUTO	**Modelo:** ESPIRAL CABOS 1M	**Preço Unitário:** R$ 16,08	**Valor Total:** R$241,20
Descrição: Organizadores de cabo em espiral Material: Polietileno flexível. Diâmetro interno: 10mm a 25mm. Comprimento: 1 metro (cortável). Cor: Preta ou branca. Uso: Agrupar e proteger cabos de energia, rede e periféricos						
Item: 105	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** MULTILASER	**Modelo:** AC019	**Preço Unitário:** R$ 65,60	**Valor Total:** R$1.312,00
Descrição: Suporte para CPU com Rodízios Ajustável Compatibilidade: Gabinetes padrão AT e ATX. Material: Plástico rígido de alta resistência. Rodízios: 4 rodas giratórias que facilitam o 20 rígido de alta resistência. Rodízios: 4 rodas giratórias que facilitam o deslocamento da CPU. Ajuste: Espaço interno ajustável entre 15,5cm e 22,5cm para diferentes tamanhos de gabinete. Funcionalidade: Facilita a instalação, ventilação e movimentação da CPU em ambientes de trabalho. Cor: Preto (ou cinza, conforme modelo).						
Item: Quantidade: 4,00 **113**		**Unidade:** UNID	**Marca:** MULTILASER	**Modelo:** EXTENSÃO 20M 4TOM	**Preço Unitário:** R$ 79,00	**Valor Total:** R$316,00
Descrição: Extensão eletrica 20 mts com 4 tomadas						
						Total: R$ 8.903,10

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **17/10/2026** , a contar do dia **17/10/2025** .

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.
2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)
2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021
3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que
3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.
3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses
3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021
3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.
3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021
4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir
as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.
5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:
6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;
7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.
9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.
10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.
10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.
10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.
10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.
10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.
10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.
10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta
corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
11.2 Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.
Prefeitura Municipal de Mirante da Serra, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

ELLOELLA DISTRIBUIDORA LTDA
53.571.459/0001-01

Assinado de Forma Digital Por:
LETICIA RABELO FERREIRA
136.*.***-****
Dados: 17/10/2025 15:24:03

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:38343451

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 185 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 185
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025
No dia 20 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):
Fornecedor: 59.870.090 LUIZ HENRIQUE BULHOES SANTO
CNPJ: 59.870.090/0001-14

Representante: Luiz Henrique Bulhões Santo

Telefone: (69) 9924-7149

Email: luizhbsanto@gmail.com

Endereço: Rua MARECHAL RONDON, 3124 - CENTRO, Mirante da Serra - RO - 76926-000

Item: 78	**Quantidade:** 89,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** ink premium	**Modelo:** a4 75g/m² branco	**Preço Unitário:** R$ 261,00	**Valor Total:** R$23.229,00
Descrição: Papel sulfite A4, branco, medindo: 210 x 297mm, com gramatura mínima de 75g/m², caixa contendo 10 resmas de 500 Folhas cada.(EXCLUSIVA MEI/ME/EPP)						
Item: 109	**Quantidade:** 25,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** wincy	**Modelo:** 5l	**Preço Unitário:** R$ 69,01	**Valor Total:** R$1.725,25
Descrição: Lixeira Aço Inox 5 Litros Banheiro Cozinha Pedal C/ Tampa Cor Prateado						
Item: 125	**Quantidade:** 269,00	**Unidade:** PCT	**Marca:** ink premium	**Modelo:** a4 75g/m² branco	**Preço Unitário:** R$ 261,00	**Valor Total:** R$70.209,00
Descrição: Papel sulfite A4, branco, medindo: 210 x 297mm, com gramatura mínima de 75g/m², caixa contendo 10 resmas de 500 Folhas cada. (AMPLA PARTICIPAÇÃO)						
Total: R$ 95.163,25						

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.
A validade desta Ata de Registro de Preços é até **20/10/2026** , a contar do dia **20/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

59.870.090 LUIZ HENRIQUE BULHOES SANTO
59.870.090/0001-14

Assinado de forma digital por:
Luiz Henrique Bulhões Santo 067.*.***-****
Dados: 20/10/2025 10:10:27

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:086D8A27

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 186 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 186
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 1109/SRP/2025

No dia 16 de Outubro de 2025, no(a) **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA/RO** , inscrito(a) no CNPJ 63.787.071/0001-04, com sede à RUA DOM PEDRO I n° 2389 CEP 76928-000 – Mirante da Serra-RO neste ato legalmente representado por **JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE**, portador do CPF n° **293.***.***-**** , RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor: G SARDELLI DOS SANTOS LTDA			**CNPJ: 30.216.842/0001-46**			
Representante: GRACIELE SARDELLI DOS SANTOS						
Telefone: (69) 9841-9912						
Email: yellivariedades@gmail.com						
Endereço: AV AYRTON SENNA, 1608 - SETOR 03, Buritis - RO - 76880-000						
Item: 1	**Quantidade:** 143,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 25,69	**Valor Total:** R$3.673,67
Descrição: Agenda nos formatos 14 X 20cm; 100 em papel reciclado; Miolo com mínimo de 352 páginas (impressão 1/1); 1 dia em cada página, exceto nos sábados e domingos; contendo calendários; espaço para agenda telefônica; página para inserção de dados pessoais; Capa e contracapa com impressão colorida em papel couchê com laminação fosca (capa dura).						
Item: 14	**Quantidade:** 125,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 3,70	**Valor Total:** R$462,50
Descrição: Bloco de nota e/ou recados autoadesivo fabricado em celulose vegetal, cor amarela neon medindo 76mmX102mm (LxC), tipo removível, 100 folhas por bloco, com qualidade da marca 3M ou similar						
Item: 16	**Quantidade:** 120,00	**Unidade:** CX	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 16,77	**Valor Total:** R$2.012,40
Descrição: Borracha branca, med. 02x04 cm com capa anatômica, sem nenhum corante, macia, capaz de apagar totalmente escrita sem borrar ou manchar o papel. Caixa com 24 unidades						
Item: 19	**Quantidade:** 195,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** UPPER	**Modelo:** UPPER	**Preço Unitário:** R$ 9,00	**Valor Total:** R$1.755,00
Descrição: Caderno Capa Dura, com espiral, 96 folhas, medindo: 210x297mm						
Item: 22	**Quantidade:** 137,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 15,24	**Valor Total:** R$2.087,88
Descrição: Calculadora 12 dígitos de mesa, exibição angular, ótima qualidade, teclas grandes e macias, energia: solar e bateria (inclusa), dimensões: 10 x 10 cm, Dual Power, Raiz Quadrada, Memória /-, Inversão de Sinais, Função Rollover,Grand Total, Backspace, Mark Up, Porcentagem.						
Item: 45	**Quantidade:** 790,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** JANDAIA	**Modelo:** JANDAIA	**Preço Unitário:** R$ 0,29	**Valor Total:** R$229,10
Descrição: Envelope saco kraft natural 80g 114x162						

Item: 51	**Quantidade:** 110,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 2,50	**Valor Total:** R$275,00
Total:						**R$ 19.565,33**
Descrição: Extrator de grampo tipo piranha, em metal e revestido com plástico de ótima qualidade, próprio para extrair grampos 24/6, 26/6 e 26/8.						
Item: 71	**Quantidade:** 27,00	**Unidade:** CX	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 3,32	**Valor Total:** R$89,64
Descrição: Marcador de página: mínimo quatro cores, autoadesivo, em poliéster e adesivo acrílico, removível, tamanho mínimo de 11x43mm, jogo com mínimo 96 unidades. Marca de referência: Staples ou similar.						
Item: 72	**Quantidade:** 28,00	**Unidade:** CX	**Marca:** YINS	**Modelo:** EDITAL PEDE CX	**Preço Unitário:** R$ 5,70	**Valor Total:** R$159,60
Descrição: Marcador permanente na cor Azul, com ponta de 2.0mm com qualidade da marca Pilot ou similar. Com 12 Unidades						
Item: 73	**Quantidade:** 27,00	**Unidade:** CX	**Marca:** YINS	**Modelo:** EDITAL PEDE CX	**Preço Unitário:** R$ 5,74	**Valor Total:** R$154,98
Descrição: Marcador permanente na cor Vermelha, ponta 2.0mm com qualidade da marca Pilot ou similar. Com 12 Unidades						
Item: 74	**Quantidade:** 27,00	**Unidade:** CX	**Marca:** YINS	**Modelo:** EDITAL PEDE CX	**Preço Unitário:** R$ 7,50	**Valor Total:** R$202,50
Descrição: Marcador permanente, na cor preta, com ponta de 2.0mm com qualidade da marca Pilot ou similar. Com 12 unidades						
Item: 76	**Quantidade:** 22,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 23,25	**Valor Total:** R$511,50
Descrição: Papel carbono A4, na cor azul, contendo 100 unidades.						
Item: 91	**Quantidade:** 198,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 10,58	**Valor Total:** R$2.094,84
Descrição: Prancheta acrílico, tamanho A4, com prendedor modelo wire clip, na cor transparente e/ou cristal.						
Item: 97	**Quantidade:** 120,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PLASTILAR	**Modelo:** PLASTILAR	**Preço Unitário:** R$ 15,31	**Valor Total:** R$1.837,20
Descrição: Lixeira Plástica para Escritório, na cor preta, com capacidade com as seguintes especificações mínimas de 15 litros e nas seguintes dimensões: (A x L) 48 x 31,5.						
Item: 99	**Quantidade:** 30,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** PLASTILAR	**Modelo:** PLASTILAR	**Preço Unitário:** R$ 85,00	**Valor Total:** R$2.550,00
Descrição: Kit de Caixa organizadora pequena meia e grande, resistente, empilhável, com alças, com tampa, peso suportado 10 kg.						
Item: 106	**Quantidade:** 5,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 48,00	**Valor Total:** R$240,00
Descrição: Suporte para Notebook Compatibilidade: Compatível com notebooks de 10 a 17 polegadas. Ajuste de Altura: Mínimo de 5 níveis de inclinação ajustável. Opcional: regulagem contínua de ângulo ou altura entre 5 cm e 30 cm. Material: Alumínio, aço inox ou plástico ABS reforçado (alta resistência). Ventilação: Aberto na base para dissipação natural de calor. Opcional: com cooler(s) silencioso(s) integrado(s). Capacidade de Peso Suportado: Mínimo de 5 kg. Dobrável/Portátil: Dobrável e leve para transporte e armazenamento. Apoio de Segurança: Base com travas antiderrapantes e borrachas de proteção.						
Item: 110	**Quantidade:** 4,00	**Unidade:** UNID	**Marca:**	**Modelo:**	**Preço Unitário:** R$ 83,53	**Valor Total:** R$334,12
Descrição: Iluminador Ring Light Celular Luz High Light Iluminação Led						
Item: 114	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 9,01	**Valor Total:** R$180,20
Descrição: Fita crepe larga para pintura						
Total:						**R$ 19.565,33**
Item: 115	**Quantidade:** 20,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** COMBE	**Modelo:** COMBE	**Preço Unitário:** R$ 29,96	**Valor Total:** R$599,20
Descrição: Pendrive 32G						
Item: 119	**Quantidade:** 80,00	**Unidade:** UNID	**Marca:** YINS	**Modelo:** YINS	**Preço Unitário:** R$ 1,45	**Valor Total:** R$116,00
Descrição: papel crepom						
Total:						**R$ 19.565,33**

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integram esta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até **16/10/2026** , a contar do dia **16/10/2025** .

1. DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para Aquisição de Material de Expediente, especificados nos itens do Termo de Referência, de acordo com as especificações constantes no anexo I e demais especificações estabelecidas no ato convocatório que permeou este certame, que passa a fazer parte desta Ata, do edital de Pregão Eletrônico nº 055/PMMS/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 Este instrumento não obriga o Município de Mirante da Serra a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição dos Serviços, obedecida a legislação pertinente sendo assegurada o detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
2.1 Em observação ao disposto no Decreto Municipal nº 3425/2023 de 30 de outubro de 2023, no Art. 42 que disciplina o Registro de Preço a autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços.

2.1.1 Conforme disposto no 86. Da Lei 14133 de 2021 em seu parágrafo 3º e inciso I, que assegura o seguinte:
3ºA faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)
I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

2.1.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

3.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

3.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021

3.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 3.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

3.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que

3.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e Mantiverem sua proposta original.

3.4.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

3.5 O registro a que se refere o item 3.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

3.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

3.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 3.4.2.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses

3.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

3.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

3.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

3.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

3.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

3.11 O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis para Ata de Registro de Preços e Contratos, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, após a devida notificação, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas em Lei e no instrumento convocatório.

3.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 3.7, e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

3.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 3.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

3.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021

4.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 5.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.7.

5.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

6.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

6.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

6.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

6.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

6.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

6.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

6.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 6.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1 Por razão de interesse público;

7.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES
8.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS
9.1 Será conforme especificado pela Secretaria solicitante, na nota de empenho, onde será informado a quantidade de horas a ser cumprida e na quantidade de equipamentos, para certo período.

9.2 Do prazo: Será de até **20 (vinte) dias corridos**, contadas a partir do primeiro dia útil após a assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho ou outro documento equivalente.

10. CONDIÇÕES DE ENTREGA
10.1 As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

10.2 As contratações do fornecimento dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através do Termo Contratual, firmada entre o Município e a empresa vencedora do certame nos termos desta ata e do edital, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, as obrigações da contratada, o endereço e a data de entrega.

10.3 A Empresa que estiver o Preço Registro nesta Ata será convocada pela Unidade Administrativa Contratante, para assinar o Termo Contratual junto aUnidade Administrativa Requisitante, no prazo de 05(cinco) dias a contar da data do seu recebimento.

10.4 Se o fornecedor com preço registrado em primeiro lugar recusar-se a assinar o contrato, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

10.5 Caso o preço registrado em primeiro lugar nesta Ata, não tenha ofertado a quantidade total do Item relacionado no anexo, é facultado ao Município a Aquisição dos quantitativos restantes dos demais detentores dos preços registrados, na ordem de classificação, mantidas as condições propostas pelo 1º colocado,inclusive quanto a preço.

10.6 A contratada com preços registrados em segundo lugar, só poderá prestar serviço ao Município, quando esgotada a capacidade do primeiro colocado e assim sucessivamente.

10.7 A entrega dos Produtos só estará caracterizada mediante documento de pedido de fornecimento dos Produtos expedido pelo servidor responsável da UA, e na falta deste, pelo seu substituto ou pessoa designada para este fim.

10.8 Os Produtos deverão ser entregues acompanhados de relatório de fornecimento devidamente assinados e da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

11. DO PAGAMENTO
11.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

11.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.3 Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.4 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

11.5 A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora. **Prefeitura Municipal de Mirante da Serra**, CNPJ: 63.787.071/0001-04 – Endereço: a Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, – CEP 76.926-00 – Mirante da Serra/RO.69) 9 9973-7022.
Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – Fundo Municipal de Assistência Social/FMAS, CNPJ: 16.753.845/0001-98, Endereço: Rua Piauí, nº. 1741 Centro – CEP: 76.926-000. Fone: (69)3463-2812.
Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde/FMS, Endereço: Rua Brasil, nº. 2237, Centro – CEP: 76.926-000. Fone:(69) 3463-2045 – Mirante da Serra/RO.

12. CONDIÇÕES GERAIS
12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

12.2 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em três vias, que, depois de lidas e achadas em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*
A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE
Prefeito Municipal

G SARDELLI DOS SANTOS LTDA
30.216.842/0001-46

Assinado de forma digital por: **GRACIELE SARDELLI DOS SANTOS**
964.*.***-****
Dados: 16/10/2025 16:56:44

Publicado por:
Amanda Gomes de Almeida Silva
Código Identificador:74160C1C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	2462/2025
b) Licitação Nrº :	33/2025
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	21/10/2025
e) Objeto Homologado :	Contratação de empresa especializada em consultoria educacional, com notória especialização, destinada a prestar suporte técnico e operacional à Secretaria Municipal de Educação no gerenciamento, execução, acompanhamento e prestação de contas dos programas e sistemas vinculados ao MEC/FNDE, tais como PAR, PDDES, PDDE Interativo, FIES, Educação Infantil, Programa Brasil Carinhoso, Apoio Suplementar a Creches, SIGPC, Módulo Obras 2.0, PBA, SIGARP Web, PNAE, PNATE, PEJA, entre outros. A prestação dos serviços deverá contemplar orientações técnicas, capacitações, elaboração de relatórios, alimentação de sistemas, acompanhamento de prazos e apoio estratégico, conforme as necessidades da administração municipal.

12.361.0010.2.042. - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - FUNDEB 40%

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: DALBERTO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 20.275.382/0001-73

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSULTORIA TÉCNICA PARA APOIAR A GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS E SISTEMAS DO MEC/FNDE, ABRANGENDO PAR, PDDES, PDDE INTERATIVO, FIES, EDUCAÇÃO INFANTIL, PROGRAMA BRASIL CARINHOSO, APOIO SUPLEMENTAR A CRECHES, SIGPC, MÓDULO OBRAS 2.0, PBA, SIGARP WEB, PNAE, PNATE, PEJA E DEMAIS PROGRAMAS CORRELATOS.	12	R$ 5.668,0000	R$ 68.016,0000

Valor Total Homologado - R$ 68.016,00

Pregoeiro

Nova Brasilândia DOeste, 21 de outubro de 2025.

CLODOALDO ALVES PEDROSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roseni Rodrigues da Silva Benhlz
Código Identificador:DA9FAEB6

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

P M N U - RO
EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES - COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/GAB/2025

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/GAB/2025, no uso de suas atribuições legais, torna pública a **homologação das inscrições** dos (as) candidatos(as) relacionados(as) a seguir, devidamente inscritos para os cargos correspondentes, conforme disposições do edital do referido processo seletivo.

Psicólogo

1.	Cristiane Torres Gomes Pereira
2.	Daiellen Martins Veronezi Modesto
3.	Eliane Regina da Silva Miranda
4.	Frank Omar Pedri da Rocha
5.	Ingrid Stefani de Souza Ferreira
6.	Jéssica Machado Pereira
7.	Julia Teixeira Lacerda
8.	Jucelena Garcia de Oliveira
9.	Láis Ribeiro Gama
10.	Luana Martins de Sá
11.	margarida mônica de medeiros
12.	Ordenil Veloso da Paixão
13.	Ozéias Miranda de Andrade
14.	Vitto Marcelo Fabricante Alves

Psicólogo Clínico Infantil

1.	Cleibiane Ventura Santana
2.	Jonathan Ferreiea Paraizo
3.	Láis Ribeiro Gama
4.	Ordenil Veloso da Paixão
5.	Rubia Ester Miranda

Enfermeiro

1.	Andréia Lohane Oliveira Holtz
2.	Aneloisa Primão da Silva
3.	Aparecida Chagas Correa
4.	Danielli Neves de Moraes
5.	Francidani Rocha Gemaque Maciel
6.	Ilma Gomes do Santos
7.	Jéssica Laiane Macena de Souza
8.	Jhenifer Tauriane da Silva Costa
9.	José Carlos Inacio Teixeira
10.	Kariny Gonzaga Vasconcelos
11.	Klecia TuannySantos Cabral
12.	Lilian Rodrigues de Oliveira
13.	Maria Carolina Silverol de Lima
14.	Maria Madalena de Oliveira
15.	Marta de Oliveira Montilha
16.	Ozeane de Magalhães Oliveira
17.	Pedro Washington Moreira Antunes
18.	Rosiê Soares Lima
19.	Sarha Caroline Vargas Campos
20.	Tainara Ferreira dos Santos
21.	Tiago Del Piero de Souza
22.	Wantsla de Jesus Santos Louback
23.	Willian Nogueira Martinelli

Farmacêutico

1.	Daeli de Oliveira dos Santos Pereira
2.	Juscimeira Faria Miranda
3.	Lincon Ferreira de Oliveira
4.	Maicon Vinicios Senhorinho da Cruz
5.	Pedro Henrique de Oliveira Santos
6.	Talita Tavares Barroco

Nutricionista

1.	Ana Julia Loth Ruiz Silva
2.	Rhainiele de Souza Brandão

Fisioterapeuta

1.	Luísa Gabriela da Silva
2.	Saima Castro de Goes Araujo

Assistente Social

1.	Aldair dos Santos Pereira
2.	Karolayne Borges Viana
3.	Marilda Amorim Rodrigues
4.	Marineia Demetrio de Oliveira Santos
5.	Regiane Dias do Santos
6.	Sandra Costa de Almeida
7.	Sandra Regina Pinheiro da Silva
8.	Thaís Cavatti Simioni

Agente de Saude

1.	Ana Ingrid Lopes Souza
2.	Denise Pereira de Souza
3.	Deusiane de Almeida Silva Santos
4.	Eleone Simonato de Souza
5.	Emille Rayssa Batista de Souza
6.	Felipe Umberlino Flores Pereira
7.	Franciely Cristina de Oliveira
8.	Gelberti da Silva Saith
9.	Graciane da Silva Souza Jesus
10.	Jaqueline Araujo de Souza
11.	Jaqueline Keila Silva Aragão
12.	Jeane Falkembá dos Santos
13.	Jhenifer Tauriane da Silva Costa
14.	Kaiky Torres Azevedo
15.	Katiane Cordeiro Delmaskio
16.	Klivila Tayane da Silva Ribeiro
17.	Lais Faria de Oliveira
18.	Leidiane Araujo de Oliveira Ribeiro
19.	Liliane Nascimento Souza
20.	Luciene Barbosa de Assis
21.	Marcia Pereira de Alcântara
22.	Maria Alciliadora Rodrigues do Santos
23.	Maria Alves Madeiro
24.	Marinês Fonceca Pererira
25.	Maxueller Cândido de Oliveira
26.	Neilde da Rocha Silva
27.	Raab da Silva Pardinho
28.	Raquel Marta Moroso
29.	Silfarley Gusmão Selleri
30.	Suzanne Paula da Silva Souza
31.	Tamires Lourenço Vial
32.	Tatiane Andrade Barbosa Holak
33.	Valéria Etopa Alves
34.	Wilma Marcia da Silva Pinto
35.	Wilson Gustavo Moreria Martins
36	Wudson Costa de Oliveira

Agente de Endemias

1.	Camila Wendel Rei Vanderlei
2.	Fernanda Kelly Alves de Oliveira
3.	Gabrielly Alves do Prado Dutra
4.	Heriberto Fernandes da Silva
5.	Ilza Aparecida Alves de Oliveira
6.	Jheisson Pereira da Silva
7.	Klyvila Tayane da Silva Ribeiro
8.	Lais Faria de Oliveira
9.	Leandro da Encarnação Guimarães
10.	Luiz Henrique Bulhões Santos
11.	Maxueller Cândido de Oliveira
12.	Milena Wendel Rei Vanderlei
13.	Raquel Marta Moroso
14.	Sandra de Souza Rodrigues
15.	Sarha Caroline Vargas Campos
16.	Silfarley Gusmão Selleri
17.	Solange Souza da Silva Santos

Técnico em Enfermagem

1.	Adriana Pereira Melo
2.	Ana Fernandes Ribas
3.	Andreia Alves de Souza
4.	Andréia Cristina de Alcantara Silva

5.	Ariele de Souza Mourão
6.	Cecília Ferreira de Oliveira Brandão
7.	Claudineia do Santos de Souza Araujo
8.	Cléia Rufino Borges de Sá
9.	Crislaine Penha de Paula
10.	Dulcineia Fonceca de Oliveira
11.	Edileusa Valéria da Silva
12.	Elis Regina da Silva
13.	Elisabeth Ferreira Chaves Pinto
14.	Elisangela Cristina de Souza
15.	Enos Emídio
16.	Francisca Vieira de Souza
17.	Gezoel de Souza Queiroz
18.	Janeide Vieira da Silva Pinhate
19.	Jéssica Laiane Macena de Souza
20.	José Lucas Bernardi de Lima
21.	Josiane Gonçalves Pitangui
22.	Karini Aguiar da Silva
23.	Katiane Cordeiro Delmaski
24.	Kelma Machado Coelho Silva
25.	Letícia Alves Trindade
26.	Leuzeni de Almeida Silva Santos
27.	Luzia Santos de Oliveira
28.	Maria Cordeiro de Paula
29.	Marilde Batista dos Santos
30.	Marisa Beatriz Momo Cruz
31.	Marta de Oliveira Montilha
32.	Mônia Anadina Vieira
33.	Raquel Pinto de Oliveira Andrade
34.	Severina da Silva Nunes
35.	Sidneyde Ramalho de Oliveira
36.	Simone Aparecida da Silva
37.	Vagner Nunes da Silva
38.	Vanessa do Santos Pinheiro
39.	Vilma Santos de Jesus
40	Zélia de Souza Constâncio

Técnico em Radiologia

1.	Christian Luan Martins
2.	Elen de Oliveria Andrade
3.	Fausto Martuscelli Monteiro
4.	Germano Martins Leffler
5.	Gilberto Damatta
6.	Herecles Bruno Oliveira Fiorotti
7.	Ivania Pereira de Jesus
8.	José Antonio de Oliveira
9.	Josenildo do Santos de Andrade
10.	Josimar Oliveira de Souza
11.	Leidiane Araujo de Oliveira Ribeiro
12.	Leilian Cristina Parão da Silva
13.	Maria Angelica Pereira
14.	Nandriara da Silva Souza Skiezynski
15.	Nilton Cesar da Silva
16.	Paulo Ricardo Ramos Pimentel
17.	Rosivaldo Alves de Souza
18.	Suzana Luzia Bender Souza
19.	Valdete de Souza Andrade
20.	Valéria Santos de Moura
21.	Vanderlucia Ramos Souza
22.	Wagner Nunes da Silva

Nova União/RO, 21 de outubro de 2025.

KHATLYN RUHAMA RIBEIRO DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

Publicado por:
Camilly Souza Oliveira
Código Identificador:7AE593B3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR
PORTARIA Nº 303/2025/GAB/EMDUR

Porto Velho, 21 de outubro de 2025.

Considerando os termos constantes no Processo Administrativo n° 015.000453/2025-33.
O Diretor-Presidente da Empresa de Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições expressas no estatuto da EMDUR e no Decreto nº 63/I, DE 06 DE JANEIRO DE 2025;
RESOLVE:

CONCEDER diárias em favor dos empregados público abaixo, para o distrito de Extrema para realizar Serviços de Manutenção na Iluminação da Escola Municipal, conforme o quadro abaixo.

Nome do Beneficiado	Cargo/Função	Destino	Período Abrangido	Diárias			Transporte
Jorge Andrade de Aguiar	Auxiliar de Operações/Eletricista	Distrito de Extrema	25/10/2025 a 27/10/2025	QTD.	Valor Unitário	Valor Total	Terrestre
				2e ½	R$ 250,00	R$ 625,00	
Carlos Flávio Moreira Dos Santos	Chefe de Seção de Iluminação de Espaços Públicos	Distrito de Extrema	24/10/2025 a 27/10/2025	2, ½ e ½	R$ 300,00	R$ 900,00	Terrestre
Elias Gomes Magalhães	Auxiliar de Operações/Eletricista	Distrito de Extrema	25/10/2025 a 27/10/2025	2 e½	R$ 250,00	R$ 625,00	Terrestre
Gabriela Santos de Castro	Gerente de Iluminação e Manutenção de Espaços Públicos	Distrito de Extrema	24/10/2025	½	R$300,00	R$ 150,00	Terrestre

Dê-se ciência e cumpra-se.

BRUNO OLIVEIRA DE HOLANDA
Diretor Presidente - EMDUR

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:C7CF4535

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
PORTARIA DE EXCLUSÃO

PORTARIA DE 17 DE OUTUBRO DE 2025

DIVISÃO DE CARGOS, SALÁRIOS, SELEÇÃO E RECRUTAMENTO DE SERVIDORES

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais conforme o Art. 7º, inciso XIX, do Decreto nº. 19.048 de 06.06.2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia – D.O.M.E.R nº. 3.489, de 07.06.2023.

CONSIDERANDO o Art. 9º da Lei Complementar nº. 360, de 04.09.2009, publicada no D.O.M. nº. 3.592, de 09.09.2009;

CONSIDERANDO o Art. 34, § 1° da Lei Complementar 385, de 01.07.2010, publicada no D.O.M. n° 3.786, de 01.07.2010;

CONSIDERANDO o Processo SEI Nº 017.002081/2025-60;

RESOLVE:

Nº 270 – EXCLUIR da Portaria nº 265/DICS/DGP/SEMAD, de 06/10/2025, publicada no D.O.M.E.R. nº 4083 de 08/10/2025, referente a Progressão Funcional do **Grupo Ocupacional da Educação - GED**, os servidores relacionados no Anexo Único desta Portaria**.**

Anexo Único

Ord.	Matrícula	Nome	Cargo	Da Ref.	Para Ref.	A Partir
335	9937	DILMA MARIA DA SILVA	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	10		
539	114851	FRANCISCA CIRENE SILVEIRA MAIA	PROFESSOR	14	15	01/10/2025
605	38465	GIGLIANE RODRIGUES DO NASCIMENTO	PROFESSOR	9	10	03/10/2025
624	32186	GILVANDA DIAS BRITO DOS SANTOS	ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	16	17	01/10/2025
905	14093	LOURENA MARIA VIEIRA RODRIGUES PINHEIRO	PROFESSOR	17	18	01/10/2025
1208	180141	MARLENE CORDEIRO AGUIAR	PROFESSOR	13	14	01/10/2025
1388	115180	RITA ENILDA CUNHA DO AMARAL	PROFESSOR	14	15	01/10/2025
1411	115388	ROSALENE SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR	14	15	01/10/2025
1446	114827	ROSILENE FERREIRA DE SOUZA VARGAS	PROFESSOR	14	15	01/10/2025
1455	31500	ROSIMERI BARROS VIEIRA	MERENDEIRA ESCOLAR	9	10	01/10/2025
1477	863557	RUTH LIMA BARBOSA	PROFESSOR	17	18	05/10/2025
1560	113465	SIONEIDIA APARECIDA DE OLIVEIRA GUARATE	PROFESSOR	14	15	01/10/2025
1695	134974	IZABELA MARIA DE FIGUEIREDO PINHO	PROFESSOR	7	8	01/10/2025

ANTÔNIO FIGUEIREDO DE LIMA FILHO
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:64FBCBE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA,PECUÁRIA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC
PORTARIA N° 378/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO,

PORTARIA N° 378/DAA/DA/SEMAGRIC/ PORTO VELHO, 23 DE SETEMBRO DE 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO-SEMAGRIC, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 40/1, de 01 de Janeiro de 2025 e tendo em vista o que consta nos autos do Processo Administrativo n°: 018.000373/2025-58
RESOLVE:
Art. 1º - ARBITRAR E CONCEDER: Os quantitativos de 05 (cinco) diárias inteiras e 12 (doze) meias diárias, para o período de 05/09 a 06/09/2025; 09/09, 10/09 a 11/09/2025; 12/09 a 13/09/2025; 15/09, 16/09,17/09, 18/09/2025; 19/09, 20/09/2025; 23/09 a 24/09/2025; 26/09, 27/09/2025, para o servidor Anderson Siqueira França, Matrícula: 272534, Cargo: Motorista. Que irá se deslocar por meio de veículo oficial (Ford Ranger Placa SLK-6G90), com o objetivo de deslocar e acompanhar às seguintes demandas com o Secretário da Semagric Rodrigo Ribeiro, Secretário Adjunto

Alexandre Silva e dos demais Departamentos desta Secretaria, a fim de participar de reuniões e visitas a associações, realizar apoio, suporte e deslocamento dos servidores para as frentes de serviços nas localidades de Ponta do Abunã, União Bandeirantes, Linha C-01, Linha H-45 e Setor Chacareiro. OFÍCIO N° 77/2025 - SEMAGRIC-GAB Porto Velho, 22 de setembro de 2025.

Nome	Mat.	Cargo/ Função	Objetivo	Veículo	Data da Viagem	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Anderson Siqueira França	272534	Motorista	deslocar e acompanhar às seguintes demandas com o Secretário da Semagric Rodrigo Ribeiro, Secretário Adjunto Alexandre Silva e dos demais Departamentos desta Secretaria	Ford Ranger Placa SLK-6G90	05/09 a 06/09/2025; 09/09, 10/09 a 11/09/2025; 12/09 a 13/09/2025; 15/09, 16/09,17/09, 18/09/2025; 19/09, 20/09/2025; 23/09 a 24/09/2025; 26/09, 27/09/2025	05 inteira 12 meia½	R$ 150,00 R$ 75,00	R$ 1.650,00

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre e Publique-se.

BRUNA BENTO DE OLIVEIRA
Gerente Da Divisão De Apoio Administrativo
(Assinado Digitalmente)

RODRIGO DA SILVA RIBEIRO
Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:886663DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.444, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2025;

Considerando o Ofício n.° 102357/DAO/DOP/GAB/CME/2025, de 14 de outubro de 2025, pelo qual o Conselho Municipal de Educação - CME, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com diárias, constante do Processo Administrativo n.° 004.002223/2025,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED						
09.02 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
09.02.12.128.331.2.895	Capacitação de Conselheiros, Técnicos e Gestores Escolares	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	4.000,00	-
			3.3.90.93	1.500.0000.0000.0000	6.000,00	-
09.02.12.125.331.2.896	Regularização de Escolas	FIS	3.3.90.14	1.500.0000.0000.0000	3.800,00	-
			3.3.90.93	1.500.0000.0000.0000	1.800,00	-
09.02.12.122.331.2.897	Publicação dos Atos do Conselho Municipal de Educação/CME	FIS	3.3.90.14	1.500.0000.0000.0000	-	15.600,00
SUBTOTAL					**15.600,00**	**15.600,00**
TOTAL					**15.600,00**	**15.600,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procuradora Geral Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E12F7A11

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.445, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.240 de 27 de dezembro de 2024 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025;

Considerando o Ofício n.º 262/2025/SMTI-DA, de 16 de outubro de 2025, pelo qual a Superintendência Municipal de Tecnologia da Informação - SMTI solicita abertura de crédito adicional por anulação de recursos para cobertura de despesas com aquisição de EPI e limpeza de bebedouro com aquisição de peças, constante no Processos Administrativos n.° 003.000063/2025 e n.°00600.000215902025-01,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 64.238,50 (sessenta e quatro mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão de anulação da dotação orçamentária, observando os preceitos do Inciso III, parágrafo 1° do Art. 43, da Lei n.° 4.320, de 17 de março de 1964, na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV						
02.81 - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E PESQUISA - SMTI						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DA DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**ANULA R$**	**SUPLEMENTA R$**
02.81.04.122.007.2.001	Administração da Unidade	FIS	3.3.90.39	1.500.0000.0000.0000	64.238,50	-
			3.3.90.30	1.500.0000.0000.0000	-	64.238,50
SUBTOTAL					**64.238,50**	**64.238,50**
TOTAL					**64.238,50**	**64.238,50**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procuradora Geral Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4E2B70EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.446, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Movimenta Créditos Orçamentários do Orçamento Anual do Município de Porto Velho por Transposição de Recursos.

O Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, observado o Inciso VI, Artigo 167 da Constituição Federal de 1988, amparado pelo Artigo 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, a fim de proceder às adequações orçamentárias no exercício 2025;

Considerando o Ofício n.° 085/DIOR/DCF/GAB/SEMUSA, de 16 de outubro de 2025, pelo qual a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, solicita a movimentação de recursos para cobertura de despesas com aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Orçamento Anual do Município de Porto Velho por meio de transposição de recursos orçamentários no valor de R$ 796.633,75 (setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

Art. 2º - A transposição decorre da repriorização das ações de governo e resultantes das realocações de recursos no âmbito das ações programáticas dentro da mesma unidade orçamentária, conforme disposto no inciso XVI do Artigo o 6º da Lei nº 3.193, de 27 de junho de 2024 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, na sequência detalhada:

08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA						
08.31 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS						
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESPERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**TRANSPÕE R$**	**REALOCA R$**
08.31.10.122.336.2.674	Manutenção da política de gestão do trabalho e educação permanente	SEG	3.3.90.39	1.500.0015.1002.0000	62.419,08	-
			4.4.90.52	1.500.0015.1002.0000	4.304,75	-
08.31.10.122.336.2.675	Manutenção dos Serviços Administrativos	SEG	3.3.90.33	1.500.0015.1002.0000	0,31	-
08.31.10.301.317.1.517	Construir, ampliar, reformar e recuperar bens imóveis das Unidades Básicas de Saúde	SEG	3.3.90.39	1.500.0015.1002.0000	100.000,00	-

08.31.10.302.329.1.518	Construir, ampliar, reformar e recuperar bens imóveis das Unidades de Média e Alta Complexidade	SEG	3.3.90.39	1.500.0015.1002.0000	300.000,00	-
			4.4.90.51	1.500.0015.1002.0000	100.000,00	-
08.31.10.303.316.2.627	Aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica	SEG	3.3.90.30	1.500.0015.1002.0000	-	566.724,14
08.31.10.122.336.2.675	Manutenção dos Serviços Administrativos	SEG	3.3.90.92	2.500.0000.0000.0000	62.219,43	-
08.31.10.301.317.2.664	Manutenção dos serviços das Unidades Básicas de Saúde	SEG	4.4.90.52	2.500.0000.0000.0000	5.328,36	-
08.31.10.303.316.2.661	Manutenção da assistência farmacêutica	SEG	4.4.90.52	2.500.0000.0000.0000	110.288,81	-
08.31.10.303.316.2.627	Aquisição de medicamentos da assistência	SEG	3.3.90.30	2.500.0000.0000.0000	-	177.836,60
08.31.10.301.317.2.664	Manutenção dos serviços das Unidades Básicas de Saúde	SEG	3.3.90.30	1.600.0000.0000.0000	52.073,01	-
08.31.10.303.316.2.627	Aquisição de medicamentos da assistência farmacêutica	SEG	3.3.90.30	1.600.0000.0000.0000	-	52.073,01
SUBTOTAL					**796.633,75**	**796.633,75**
TOTAL					**796.633,75**	**796.633,75**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procurador Geral Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:50DBD555

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
DECRETO N.° 21.447, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025.

Abre no Orçamento Anual do Município de Porto Velho Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

Prefeito do Município de Porto Velho, usando das atribuições que lhe são conferidas no Inciso IV, do Artigo 87, da Lei Orgânica do Município, amparado pelo Art. 6º da Lei n.º 3.240, de 27 de dezembro de 2024, - Lei Orçamentária Anual - LOA 2025;

Considerando o Ofício n.º 175/2025/EMDUR-GABPRES, de 16 de outubro de 2025, pelo qual a Empresa de Desenvolvimento Urbano - EMDUR, solicita abertura de crédito adicional por superávit financeiro para cobertura de despesas com locação de veículos e Termo de Cooperação entre a Secretaria de Estado da Justiça e a Empresa de Desenvolimento Urbano - EMDUR por intermédio do Fundo Penitenciário - FUPEN, constante nos Processos Administrativos n.° 00600-00033299/2024 e n.° 00600-00014181/2023, respectivamente;

Considerando o Ofício n.° 100/2025/DEC/SUFIN/SEMFAZ, de 31 de março de 2025, oriundo da Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ, que apresenta o demonstrativo do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonialdo exercício de 2024,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Município de Porto Velho, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 2.885.000,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Município no exercício de 2024, observado os preceitos do Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 43, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, consignados no orçamento na sequência detalhada:

02.00 - SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV					
02.41 - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO - EMDUR					
PROJETO/ATIVIDADE	**ESPECIFICAÇÃO**	**ESFERA**	**NATUREZA DE DESPESA**	**FONTE DE RECURSOS**	**SUPLEMENTA R$**
02.41.15.122.007.2.303	Apoio a logística dos Serviços Básicos	FIS	3.3.90.39	2.751.0000.0000.0000	2.500.000,00
			3.3.90.37	2.751.0000.0000.0000	385.000,00
SUBTOTAL					**2.885.000,00**
TOTAL					**2.885.000,00**

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (cotas orçamentárias), estabelecido pelo Decreto n.º 20.737, de 27 de dezembro de 2024 e o Detalhamento da Despesa, estabelecido pelo Decreto nº 20.738, de 27 de dezembro de 2024.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

LEONARDO BARRETO DE MORAES
Prefeito do Município

WAGNER GARCIA DE FREITAS
Secretário Municipal de Economia

GEANE PEREIRA DA SILVA
Procuradora Geral Adjunta do Município

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:802724AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA- SEMEC
PORTARIA Nº 109/2025/GAB/SEMEC

PORTARIA N.º109 /2025/GAB/SEMEC, DE 17 DE OUTUBRO DE 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ECONOMIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº. **020.001164/2025-82.**
"Dispõe sobre a concessão de diárias aos motoristas que realizarão o deslocamento dos Delegados Eleitos nos Eventos Preparatórios Distritais para participarem da 2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho - PDPM."

Art. 1º CONCEDER: 3 (três) diárias aos servidores abaixo relacionados, piloto e auxiliar cedidos, para se deslocarem aos Distritos de Demarcação, Calama, Nazaré e São Carlos, por meio de transporte fluvial oficial, com o objetivo de realizarem os deslocamentos dos Delegados Eleitos para participarem da "2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho", conforme Decreto nº 20.820, de 24 de fevereiro de 2025, sendo os períodos de deslocamento nos dias **04/11/25 à 05/11/25** e **08/11/25 à 09/11/25**. Atendendo ao solicitado no OFÍCIO Nº230/2025/SEMEC-GAB/SEMEC-SEPLAN/SEME -DIPLAD, ID 0088756.

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO	QT.	VALOR U. (R$)	VALOR T. (R$)
1	COSMO VIANA BARROZO	173154	GARI	3	R$ 150,00	R$ 450,00
2	HUGO HENRIQUE DINIZ SOUZA	10079624	ASSESSOR NIVEL III	3	R$ 200,00	R$ 600,00

Art. 2º CONCEDER: 3 (três) diárias aos servidores abaixo relacionados, motorista cedido e auxiliar, para se deslocarem aos Distritos de Jaci-Paraná, Nova Mutum Paraná, Extrema, Vista Alegre do Abunã e Abunã, por meio de transporte terrestre oficial, com o objetivo de realizarem os deslocamentos dos Delegados Eleitos para participarem da "2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho", conforme Decreto nº 20.820, de 24 de fevereiro de 2025, sendo os períodos de deslocamento nos dias **04/11/25 à 05/11/25** e **08/11/25 à 09/11/25**. Atendendo ao solicitado no OFÍCIO Nº230/2025/SEMEC
-GAB/SEMEC-SEPLAN/SEME -DIPLAD, ID 0088756.

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO	QT.	VALOR U. (R$)	VALOR T. (R$)
1	REGINALDO ANTÔNIO RODRIGUES SOARES	100200	GARI	3	R$ 150,00	R$ 450,00
2	VICTOR HUGO LIMA MEDEIROS	10078654	ASSESSOR V	3	R$ 200,00	R$ 600,00

Art. 3º CONCEDER: 3 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, motorista, para se deslocar aos Distritos de Fortaleza do Abunã e União Bandeirantes, por meio de transporte terrestre oficial, com o objetivo de realizar o deslocamento dos Delegados Eleitos a participarem da "2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho", conforme Decreto nº 20.820, de 24 de fevereiro de 2025, sendo os períodos de deslocamento nos dias **04/11/25 à 05/11/25** e **08/11/25 à 09/11/25**. Atendendo ao solicitado no OFÍCIO Nº230/ 2025/SEMEC-GAB/SEMEC-SEPLAN/SEME-DIPLAD, ID 0088756.

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO	QT.	VALOR U. (R$)	VALOR T. (R$)
1	ANTONIO CARLOS ARAUJO MACHADO	10078121	GERENTE II	3	R$ 200,00	R$ 600,00

Art. 4º CONCEDER: 1 (uma) diária ao servidor abaixo relacionado, motorista, para se deslocar ao Distrito de Rio Pardo, por meio de transporte terrestre oficial, com o objetivo de realizar o deslocamento do Delegado Eleito a participar da "2ª Conferência Municipal de Acompanhamento do Plano Diretor Participativo do Município de Porto Velho", conforme Decreto nº 20.820, de 24 de fevereiro de 2025, sendo os períodos de deslocamento nos dias **05/11/25 e 08/11/25**. Atendendo ao solicitado no OFÍCIO Nº230/ 2025/SEMEC-GAB/SEMEC-SEPLAN/SEME-DIPLAD, ID 0088756.

Nº	NOME	MATRÍCULA	CARGO	QT.	VALOR U. (R$)	VALOR T. (R$)
1	KEVIN MARAMALDO PEREIRA	10078949	ASSESSOR TECINO II	1	R$ 200,00	R$ 200,00

Porto Velho, 17 de Outubro de 2025

Dê ciência, Publique-se, Cumpra-se.

Assinado Eletronicamente
LARISSA ANANDA PAIVA MACIEL
Secretária Executiva III – SEMEC

Assinado Eletronicamente
WAGNER GARCIA FREITAS
Secretário Municipal de Economia - SEMEC

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:53D6480F

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 292/2025/DAMSA/DEA/SEMED

Portaria nº 292/2025/DAMSA/DEA/SEMED
Porto Velho, 13 de outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no processo nº 004.002205/2025-56.

RESOLVE:

ARBITRAR e CONCEDER: 14 ½ (quatorze e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem até os locais no quadro a seguir, por meio de **transporte terrestre,** com o objetivo de realizar abastecimento da frota de ônibus escolares semanalmente nos Distritos de Porto Velho, onde não há postos de combustíveis credenciados para realizar abastecimento, nos **períodos de 20 a 25/10; 27/10 a 01/11 e 03 a 06/11/2025,** conforme solicitação constante no OFICIO INTERNO N° 679/DMF/DTE/GAB/SEMED de 30 de setembro de 2025.

Nome	Cadastro	Cargo/Função	Destino	Quantidade de diárias
FÁBIO MARTINS DA SILVA SENA	1002337	ADMINISTRATIVO	ESTRADA DA PENAL (ESCOLA DEIGMAR M. DE SOUSA), ALIANÇA (ESCOLA FRANCISCO C. ERSE), NOVA ALIANÇA(ESCOLA PROF. MARIA ANGELICA) BR319 ASSENTAMENTO JOANA D'ARC (ESCOLA JOSÉ DE FREITAS), RAMAL SÃO DOMINGOS (ESCOLA RIACHO AZUL) BR 364-JACI PARANA (ESCOLA MANOEL PEDRO PEREIRA), RAMAL SANTO ANTÔNIO (ESCOLA ANTÔNIO AUGUSTO VASCONCELOS) REASSENTAMENTO SANTA RITA E MORRINHOS (ESCOLA FLOR DO CUPUAÇU) BR364-JACI PARANA LINHA 32 (ESCOLA MARIA ANGELICA), BR364 LINHA 67 KM 6-RIO PARDO (ESCOLA ERNANDES COUTINHO) BR364 E BR425 TAQUARA VILA DA PENHA (ESCOLA SANTA JÚLIA), ABUNÃ (ESCOLA MARECHAL RONDON). JOSÉ DE FREITAS, RIACHO AZUL, FRANCISCO C. ERSE, PROF.ª MARIA ANGELICA QUEIROZ	14,5
ROZALINO PEREIRA	97908	INSPETOR ESCOLAR/MOTORISTA		14,5

LEONARDO PEREIRA LEOCÁDIO
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 33/I, de 01/01/2025

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:EED53FE0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
Nº 063/2025/DEPTRAN/GAB/SEMUSA

Porto Velho. 16 de outubro de 2025.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1° - AUTORIZAR,o servidor abaixo mencionado, para conduzir veículo oficial de acordo com a Lei n°. 1948 de 28 de julho de 2011, que "dispõe sobre a condução de veículo oficial e dá outra dá outras providências".

CAD	NOME	CARGO	HABILITAÇÃO	VALIDADE CNH
7725	CARLOTA MARIA DA SILVA	GERENTE	02834545319	02/02/2028
190611	HALISON CERQUEIRA CAUPER	ENFERMEIRO	02090803750	06/12/2031
47870	GILVANA DA COSTA SILVA ALMEIDA	ENFERMEIRA	04026724503	02/12/2031
1004799	DÉBORA DA SILVA MASCARENHAS	GERENTE USF APONIÃ	05516992241	14/02/2032
115594	DANUSI FREITAS DOS ANJOS	ODONTÓLOGO	03272938740	30/08/2026
192211	EDLHEUZA MAIA DA VEIGA	ENFERMEIRA	42235502253	27/11/2028
1002461	WALESCA DE CASTRO FREITAS	ENFERMEIRA	01817128104	07/04/2026
174855	EVELY VIEIRA GOUVEIA	ODONTÓLOGA	02568678454	07/09/2032
10078340	RAPHAELA CASTIEL DE CARVALHO	DIRETOR 1	02478225185	05/12/2032
10979190	ALINE ROODRIGUES SILVA	GERENTE 2 USF APONIÃ	03826368919	07/10/2035

II - requisitar a manutenção preventiva e corretiva do veículo;
III - dirigir corretamente o veículo o obedecendo a legislação de trânsito vigente e as normas desta portaria;
IV - prestar assistência necessária em caso de acidente;
V - zelar pelo veículo, inclusive cuidar de ferramentas, acessórios, sobressalentes, documentação e impressos;
VI - preencher o impresso de controle de tráfego e outros relativos ao uso e defeitos mecânicos do veículo, inclusive em caso de acidentes;
VII - acatar a INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 01/DMAG/SGP, DE 01 DE AGOSTO DE 2024, onde dispõe sobre os Critérios e procedimentos operacionais relativos ao abastecimento de combustíveis destinados aos Veículos e maquinários em geral, no âmbito da Prefeitura Municipal de Porto Velho;
VIII - acatar a instrução normativa N° 002/SGG/SGP, de 22 de novembro de 2021, onde dispõe sobre os Critérios e procedimentos operacionais relativos aos serviços de telemetria, monitoramento e rastreamento Veicular da frota oficial da Prefeitura Municipal de Porto Velho.
Art. 3°- O Veículo Oficial deve ser utilizado estritamente para o desenvolvimento das atividades da**USF ERNANDES INDIO e USF APONIÃ-DAB/SEMUSA**no período do expediente das 8 às 18 hr, de segunda a sexta-feira, aos finais de semanas quando houver alguma atividade extra.
Art. 4°-Esta autorização possui validade de 01 (um) ano, podendo a mesma ser renovada, reformulada ou cancelada.
Art. 5° -Esta autorização será revogada/cancelada se durante sua vigência, ocorrer o vencimento da validade da CNH do servidor autorizado a conduzir veículo oficial desta SEMUSA.

Atenciosamente,

DR. JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde

Documento assinado eletronicamente por Jaime Gazola Filho, Secretário(a), em 20/10/2025, às 13:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.portovelho.ro.gov.br/sei informando o código verificador 0107864 e o código CRC 68E597F4.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:2A1AD527

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA
PORTARIA Nº0111249/2025 - SEMUSA-DPG

PortoVelho,17deoutubro de2025.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Porto Velho, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto n° 6.175/1 de 31 de dezembro de 2020 que lhe foram conferidas pelo Prefeito, através do inciso XVI. Artigo 87 da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento do disposto no Decreto de encerramento do exercício financeiro de 2025 n° 21.387 de 1° de outubro de 2025, publicado no diário oficial n° 4081a de 06 de outubro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR os(as) servidores(as) abaixo relacionados(as) para compor a Comissão de Acompanhamento Elaboração e Consolidação do Relatório de Gestão Orçamentária e Financeira das atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, que integra a Prestação de Contas do Exercício de 2025, composta pelos seguintes servidores:

NOME	MATRÍCU LA	CARGO	MEMBRO	SETOR
Oseane Alves Marques Renosto	86290	Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão	Titular	DPG
Letícia Alves Gomes da Silva	10080244	Gerente II	Suplente	DPG
Raphaela Castiel De Carvalho	10078340	Diretora do Departamento de Atenção Básica	Titular	DAB
Igor Domingo Araújo de Amorim	84054	Assessor	Suplente	DAB
Caris Regina Valência Sales	43150	Diretora da Assessoria Técnica - ASTEC/SEMUSA	Titular	ASTEC
Tássia Vale Barroso	10079912	Assessora Executiva III	Suplente	ASTEC
Ricardo Guedes Brandão	10078575	Coordenador de Gestão Administrativa e Financeira	Titular	CGAF
Eliezer Bispo dos Santos	1001931	Assessor Técnico I	Suplente	CGAF
Maíra Oliveira Nery	230813	Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica	Titular	DAF
Eriane Lemos de Lima	86646	Gerente II da Divisão Estratégica do Depart. Assist. Farmacêutica	Suplente	DAF
Amanda Diniz del Castillo	53968	Gerente da Divisão de Educação Permanente	Titular	DGEP
Angelita de Almeida Rosa Mendes	230798	Enfermeira	Suplente	DGEP
Rosimar Gonçalves Viana Xavier	121327	Médica Veterinária	Titular	DVS
Geisa Brasil Ribeiro	234534	Diretora do Departamento de Vigilância em Saúde	Suplente	DVS
Daniel Hugo Silva Oliveira	10080110	Diretor Departamento de Almoxarifado e Patrimônio	Titular	DAP
Pamela Alves Cavalcante	10080115	Assessora Técnica I	Suplente	DAP
Cleper Kashuwany. de Almeida	10079324	Diretor do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle	Titular	DRAC
Claudia Grivania da Silva	47325	Enfermeira	Suplente	DRAC
Francisca Rodrigues Nery	830118	Diretora do Departamento de Média e Alta Complexidade	Titular	DMAC
Aline Silva Lima	243270	Assistente administrativo	Suplente	DMAC

Art. 2°. Compete a Comissão instituída pela presente Portaria compilar as informações e os dados relativo às atividades desempenhadas pelos departamentos que compõem a Estrutura Organizacional da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA, com o fim de proceder à elaboração do Relatório de Gestão de acordo com o Decreto Municipal n° 21.387/2025. As informações serão consolidadas e encaminhadas à Secretaria Executiva de Orçamento - SORÇAM, até o dia 12/01/2026 impreterivelmente sob pena de bloqueio orçamentário do órgão inadimplente.

Art. 3°. Esta Portaria produz seus efeitos até a entrega do Relatório Anual de Gestão de Atividades do Exercício de 2025 à Secretaria Executiva de Orçamento - SORÇAM.

JAIME GAZOLA FILHO
Secretário Municipal de Saúde de Porto Velho
GAB/SEMUSA

OSEANE ALVES MARQUES RENOSTO
Diretor I
DPG/SEMUSA
Decreto N° 2.121/1 de 22 de Setembro de 2025

Documento assinado eletronicamente por Jaime Gazola Filho, Secretário(a), em 17/10/2025, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por Oseane Alves Marques Renosto, Diretor(a), em 17/10/2025, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:4AA35D9E

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº 0100860/2025 - DA/SEMA

O SECRETÁRIO MUNICIPALDE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo**n.º 022.000587/2025-65.**
RESOLVE:

Arbitrar e conceder: 5e ½(cinco e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem ao Trecho BR 364 com destino aos Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum, por meio de transporte terrestre, com o objetivo de realizar serviços de arborização, no período de 03 à 08 de Novembro de 2025, conforme constante na Solicitação (0090581).

NOME	CADASTRO	CARGO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS	10079326	Diretor	Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum	**5 e ½**
CAROLINE CAVALCANTE LIMA	10078589	Assessora Técnica	Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum	**5 e ½**
ÂNGELA BALAREZ DA SILVA	101056	Agente de Educação Ambiental	Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum	**5 e ½**
REDVILSON DURAN PEDRAZA JUNIOR	79146	Agente de Serviços Gerais	Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum	**5 e ½**
FRANCISCO DE ASSIS PINTO TAVARES	120535	Gari	Distritos de Jacy Paraná e Nova Mutum	**5 e ½**

VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:DA45857B

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PORTARIA Nº0109820/2025 - SEMA-DA

OSECRETÁRIO MUNICIPALDE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/SEMA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo**n.º 022.000369/2025-21.**

RESOLVE:

Arbitrar e conceder: 5e ½(cinco e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados, para se deslocarem aos Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação, por meio de transporte fluvial em veículo oficial, com o objetivo derealizar serviços de poda e erradicação, bem como identificação de áreas protegidas, que ocorrerá no período de 20 à 25 de Outubro de 2025, conforme constante na Solicitação (0052470).

Nome	Cadastro	Cargo	Destino	Quantidade de Diárias
DHIEGO ORIANI DE LIMA	10079132	Gerente de áreas de ambientais protegidas	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
REDVILSON DURAN PEDRAZA JUNIOR	79146	Agente escolar de limpeza	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
ANGELA BALAREZ DA SILVA	101056	Agente de educação ambiental	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
JOSÉ JOCELIO DE ARAUJO FILHO	10078551	Assessor Nível I	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
ARTHUR FELIPE BORIN DOS SANTOS	10079326	Diretor	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
FRANCISCO DE ASSIS PINTO TAVARES	120535	Gari	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½
DELMO NOGUEIRA CRUZ	246802	Gari	Distritos de São Carlos, Cavalcante, Nazaré, Calama e Demarcação	5 e½

VINÍCIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:03CFF23F

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - EDITAL 07/2025 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, no uso das suas atribuições legais, resolve tornar pública a **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**do Processo Seletivo para contratação de serviços voluntários para atender a demandas da SEMA, Edital 07/2025/SEMA, publicado em 13 de outubro de 2025 no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia:

Nome	CPF	Situação	Cargo
Abidão ferreira da Silva filho	***.185.532-**	Homologado	Agente Administrativo
Ádria Fernanda Dantas de Oliveira Lopes	***.447.442-**	Homologado	Agente Administrativo
Adriana Matos Barbosa Pape	***.704.102-**	Homologado	Agente Administrativo
ADRIANE PINTO DA SILVA	***.148.302-**	Homologado	Agente Administrativo
Adriano Almeida Lima	***.611.512-**	Homologado	Agente Administrativo
Adriano Freitas dos Anjos	***.249.222-**	Homologado	Agente Administrativo
ADRIELA GALDINO DE SOUZA	***.667.962-**	Homologado	Agente Administrativo
Adrielle Barbosa De Carvalho	***.328.182-**	Homologado	Agente Administrativo
ADRIELLE PEREIRA DE SOUZA REIS	***.782.942-**	Homologado	Agente Administrativo
AGNAR RIVERO RIBEIRO COLARES	***.756.892-**	Homologado	Agente Administrativo
AILIME RODRIGUES DE SOUZA	***.852.902-**	Homologado	Agente Administrativo
Alan Freire Souza	***.427.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Alana Vitória Silva de Almeida	***.547.942-**	Homologado	Agente Administrativo
ALBA MAIA FERREIRA	***.833.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Álen Pereira de Sousa	***.341.702-**	Homologado	Agente Administrativo
ALESSANDRA PINTO SILVA FOLHA	***.485.962-**	Homologado	Agente Administrativo
Alessandra Souza Aires	***.602.312-**	Homologado	Agente Administrativo
ALESSANDRA VASQUEZ UCIPALEZ	***.451.402-**	Homologado	Agente Administrativo
ALEXANDRA BARBOSA PINTO	***.161.582-**	Homologado	Agente Administrativo
ALEXANDRO DA SILVA NASCIMENTO	***.970.542-**	Homologado	Agente Administrativo
Aline da Silva Carvalho	***.265.642-**	Homologado	Agente Administrativo
Aline De Souza Lima	***.416.132-**	Homologado	Agente Administrativo
Alisson Raniere Tavares Ferreira	***.260.603-**	Homologado	Agente Administrativo
Alzenir chavier da Piedade Barbosa	***.236.502-**	Homologado	Agente Administrativo
Amanda Almeida Silva	***.466.802-**	Homologado	Agente Administrativo
Amanda Martins Queiroz	***.019.312-**	Homologado	Agente Administrativo
Ana Célia Andrade Nunes	***.322.332-**	Homologado	Agente Administrativo

ANA LIGIA MARTINS ARAPCHAN VATELAVIC	***.071.702-**	Homologado	Agente Administrativo
ana maria carneiro da silva viana	***.853.322-**	Homologado	Agente Administrativo
ANA PAULA ANDRADE DA SILVA	***.460.752-**	Homologado	Agente Administrativo
ANA PAULA DA SILVA SOUZA SAMPAIO	***.566.322-**	Homologado	Agente Administrativo
ANA PAULA DE SOUZA GUASSÚ	***.034.102-**	Homologado	Agente Administrativo
Ana Paula Silva das Chagas	***.641.712-**	Homologado	Agente Administrativo
ANA RUTE FERREIRA DA COSTA	***.126.182-**	Homologado	Agente Administrativo
Anderson Dos Santos Brito	***.544.012-**	Homologado	Agente Administrativo
andré luiz corrêa eguez	***.865.402-**	Homologado	Agente Administrativo
Andrei Roebrto Melo da Silva	***.447.442-**	Homologado	Agente Administrativo
ANDREZA CAMPOS DE LIMA	***.891.232-**	Homologado	Agente Administrativo
Angelina Fernandes Da Silva	***.487.392-**	Homologado	Agente Administrativo
ANNA QUELLY NOGUEIRA BENTO	***.599.492-**	Homologado	Agente Administrativo
Anne Louise Bentes Santos de Araujo	***.504.042-**	Homologado	Agente Administrativo
ANTONIA ALAIDE DA SILVA CUNHA	***.327.441-**	Homologado	Agente Administrativo
Antonia Valdeide Fabricio	***.105.702-**	Homologado	Agente Administrativo
Ariádne Cortez de Oliveira	***.494.132-**	Homologado	Agente Administrativo
Ariane Veras Brandão Araujo	***.708.662-**	Homologado	Agente Administrativo
Arieli Sousa de Souza	***.246.972-**	Homologado	Agente Administrativo
Arthur Melo Tibúrcio Pinheiro	***.218.592-**	Homologado	Agente Administrativo
ARY PAULO FERREIRA DOS SANTOS	***.032.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Athalya Nascimento Pinheiro	***.460.462-**	Homologado	Agente Administrativo
BÁRBARA BRIGIANNE MARINHO AGUIAR	***.720.172-**	Homologado	Agente Administrativo
Brendo Barros de Souza	***.654.112-**	Homologado	Agente Administrativo
Caio Vinícius Santos da Silva	***.128.412-**	Homologado	Agente Administrativo
calebe brito da costa	***.430.952-**	Homologado	Agente Administrativo
CAMILA FARIAS CARVALHO	***.170.672-**	Homologado	Agente Administrativo
camila feitoza de almeida rodrigues	***.458.592-**	Homologado	Agente Administrativo
carina almeida da silva	***.309.842-**	Homologado	Agente Administrativo
Carla Cristina de Souza Pinheiro	***.423.832-**	Homologado	Agente Administrativo
CARLA CRISTINA SOUZA DO NASCIMENTO	***97769204**	Homologado	Agente Administrativo
CARLA POLLYANA GOES MOURÃO	***.621.242-**	Homologado	Agente Administrativo
carolina souza marques	***.877.522-**	Homologado	Agente Administrativo
Cassia silva do Nascimento passos	***.376.242-**	Homologado	Agente Administrativo
Célia Regina Nascimento Ferraz de Alencar	***.915.372-**	Homologado	Agente Administrativo
Cintia Araújo da Fonseca	***.216.432-**	Homologado	Agente Administrativo
Claudia Natalia Araújo Guimaraes	***.352.072-**	Homologado	Agente Administrativo
Cleiciane Monteiro Da Costa Gomes	***.153.492-**	Homologado	Agente Administrativo
Cleidiane de Aguiar Carneiro	***.264.162-**	Homologado	Agente Administrativo
CLEUDSON BORGES PANTOJA	***.951.482-**	Homologado	Agente Administrativo
CRISTIAM EDUARDO LELARGE BOTELHO	***.129.632-**	Homologado	Agente Administrativo
cristiane da silva miranda de souza	***.337.372-**	Homologado	Agente Administrativo
CRISTIANE DINIZ DA SILVA	***.251.702-**	Homologado	Agente Administrativo
CRISTIANE SILVA ALMEIDA	***.194.882-**	Homologado	Agente Administrativo
Cristina Cardoso Garcia	***.273.792-**	Homologado	Agente Administrativo
Cristina Maria da Silva Pinheiro	***.618.742-**	Homologado	Agente Administrativo
Cristine Yasmin Aldunate Reis	***.291.842-**	Homologado	Agente Administrativo
DAIANE LOPES BEZERRA	***.793.112-**	Homologado	Agente Administrativo
DAIANE SANTOS SILVA	***.751.162-**	Homologado	Agente Administrativo
Dalila Oliveira de Jesus Araújo	***.576.512-**	Homologado	Agente Administrativo
Dandara Pontes Freitas	***.439.262-**	Homologado	Agente Administrativo
DANIEL PEDRO DE SOUSA	***.720.602-**	Homologado	Agente Administrativo
Daniele Viturino Cunha	***.123.102-**	Homologado	Agente Administrativo
DAVI HENRIQUE ZEBALOS CHAVES	***.388.152-**	Homologado	Agente Administrativo
David Rafael Lobato Campos	***.495.082-**	Homologado	Agente Administrativo
DEBORA BARBOSA AMARANTE	***.163.456-**	Homologado	Agente Administrativo
Débora Gonçalves De Oliveira	***.084.802-**	Homologado	Agente Administrativo
Deidiane Pires de Carvalho	***.823.302-**	Homologado	Agente Administrativo
Diane Félix Braga	***.572.532-**	Homologado	Agente Administrativo
Diego de Sousa Salgado	***.350.752-**	Homologado	Agente Administrativo
Diego Moreno Lopes	***.064.062-**	Homologado	Agente Administrativo
DJEANE SANTOS SILVA	***.389.442-**	Homologado	Agente Administrativo
Douglas Eduardo de Moura	***.716.502-**	Homologado	Agente Administrativo
Durvanilson Souza da Silva	***.944.402-**	Homologado	Agente Administrativo
EDILENE CAMILO DE SOUZA	***.258.563-**	Homologado	Agente Administrativo
Edry Gabriel Borges Brilhante	***.352.522-**	Homologado	Agente Administrativo
EDVANA BATISTA DOS SANTOS NUNES	***.106.522-**	Homologado	Agente Administrativo
ELAINE DOS SANTOS BARBOSA SOUZA	***.861.002-**	Homologado	Agente Administrativo
ELDERLEIA BATISTA DO PRADO	***.515.752-**	Homologado	Agente Administrativo
Elenilson Vieira Feitosa	***.403.722-**	Homologado	Agente Administrativo
ELIANE MONTEIRO DE CARVALHO	***.471.402-**	Homologado	Agente Administrativo
Elias da Silva Braz	***.729.052-**	Homologado	Agente Administrativo
Elias Gomes Monteiro	***.916.142-**	Homologado	Agente Administrativo
Elisnei Ferreira Melo	***.477.332-**	Homologado	Agente Administrativo
elivanda severo cavalcante silva	***.428.312-**	Homologado	Agente Administrativo
Elizângela Santana celestino	***.114.722-**	Homologado	Agente Administrativo
Emilene santos mesquita da silva	***.021.762-**	Homologado	Agente Administrativo
Emilly de Jesus Gonçalves	***.971.112-**	Homologado	Agente Administrativo
Ercília Holanda Silva	***.093.402-**	Homologado	Agente Administrativo
ERICA CRUZ DA SILVA	***.149.672-**	Homologado	Agente Administrativo
Erick Roberto Campos	***.390.622-**	Homologado	Agente Administrativo
ERIKA CAMARGO DE OLIVEIRA	***.848.692-**	Homologado	Agente Administrativo
ERNANDES DO NASCIMENTO SILVA	***.515.551-**	Homologado	Agente Administrativo
EUNICE SILVA DE SOUSA CARDOSO	***.938.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Eva nere da Silva Costa	***.325.162-**	Homologado	Agente Administrativo
EVEWILTON GUEDES ESPINDOLA	***.654.442-**	Homologado	Agente Administrativo
Fabíola Barbosa da Silva Ramalho	***.418.872-**	Homologado	Agente Administrativo
Fatima Aline Queiroz de salles	***.600.672-**	Homologado	Agente Administrativo

Fátima Cristina de Almeida de Brito	***.186.792-**	Homologado	Agente Administrativo
Fernanda Rafaela Veiga dos Santos	***.787.102-**	Homologado	Agente Administrativo
FERNANDA SOARES DE MATOS	***.658.192-**	Homologado	Agente Administrativo
Francilene Melo de Souza	***.509.412-**	Homologado	Agente Administrativo
Francisca Cléa Santos tome Moreira	***.199.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Francisca Marcleia Claudino Viana	***.130.802-**	Homologado	Agente Administrativo
FRANCISCA RANIELE SANTOS TOMÉ	***.015.752-**	Homologado	Agente Administrativo
Francisco chimenes amaral	***.977.302-**	Homologado	Agente Administrativo
FRANCISCO GARCIA DA SILVA	***.329.982-**	Homologado	Agente Administrativo
Gabriel Freitas Vasconcelos	***.911.872-**	Homologado	Agente Administrativo
Gabriel Mota Barroso	***.678.592-**	Homologado	Agente Administrativo
gabriela ferreira schumann	***.358.372-**	Homologado	Agente Administrativo
Gabriela Tavares de sena	***.718.842-**	Homologado	Agente Administrativo
Geane Ferreira Pereira	***.321.972-**	Homologado	Agente Administrativo
GEELE DE SOUSA LOPES	***.835.442-**	Homologado	Agente Administrativo
GIOVANA LETICIA DE SOUZA MACIEL	***.313.502-**	Homologado	Agente Administrativo
Gláucia Freire Lira	***.820.042-**	Homologado	Agente Administrativo
Glauciene Alves dos Santos	***.383.732-**	Homologado	Agente Administrativo
Gleice Ester Fontinele de Souza Brasil	***.854.162-**	Homologado	Agente Administrativo
GLEICIANE ROSA DE SOUSA MORAES	***.326.302-**	Homologado	Agente Administrativo
gleison douglas pereira ananias	***.728.312-**	Homologado	Agente Administrativo
GLEYCIANE DA SILVA SOUZA DANTAS	***.288.312-**	Homologado	Agente Administrativo
Graciele Sabrina de Araújo Moura	***.485.752-**	Homologado	Agente Administrativo
Greyciane Sena Lisboa	***.786.302-**	Homologado	Agente Administrativo
gustavo nunes parente	***.216.122-**	Homologado	Agente Administrativo
HELENA PATRICIA DE OLIVEIRA PERES AMAECING	***.496.602-**	Homologado	Agente Administrativo
HELI DE SOUZA GUIMARÃES	***.364.326-**	Homologado	Agente Administrativo
Henia Clissia Vieira Raposo	***.800.542-**	Homologado	Agente Administrativo
Henny Pabline Nunes Mamedes	***.616.472-**	Homologado	Agente Administrativo
Heraldo Santos Mota Junior	***.081.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Hinderlinda Tomé Dermoni	***.264.742-**	Homologado	Agente Administrativo
hosana da silva lopes	***.255.912-**	Homologado	Agente Administrativo
IARA UMBELINO DE LIMA FEITOSA	***.278.702-**	Homologado	Agente Administrativo
IDALINA TEÓFLO PEREIRA MORAIS	***.779.082-**	Homologado	Agente Administrativo
Iego Mateus de Sá	***.501.122-**	Homologado	Agente Administrativo
Ildenir da Silva Costa	***.096.102-**	Homologado	Agente Administrativo
INGRID SUAREZ DOS SANTOS	***.186.462-**	Homologado	Agente Administrativo
IONE REIS DO NASCIMENTO	***.082.502-**	Homologado	Agente Administrativo
Irismar Araújo F Reis	***.193.952-**	Homologado	Agente Administrativo
Isabel da Costa Moura	***.146.202-**	Homologado	Agente Administrativo
Israel Castro Carrico	***.329.522-**	Homologado	Agente Administrativo
Ito Medeiros Sobral	***.837.312-**	Homologado	Agente Administrativo
Ivan Cordeiro Passos Moura	***.835.662-**	Homologado	Agente Administrativo
IVAN RIBEIRO SANTOS MELO	***.265.792-**	Homologado	Agente Administrativo
Ivanilda Ferreira da Silva	***.077.112-**	Homologado	Agente Administrativo
JANAINA OLIVEIRA GARCIA RODRIGUES	***.321.242-**	Homologado	Agente Administrativo
Janaira de Oliveira Sousa	***.606.712-**	Homologado	Agente Administrativo
JANETE PEIXE PEREIRA	***.022.652-**	Homologado	Agente Administrativo
JAQUELINE MALTA RIBEIRO	***.461.022-**	Homologado	Agente Administrativo
JAQUELINE PEREIRA DE CASTRO AIALA	***.461.352-**	Homologado	Agente Administrativo
Jaqueline Rodrigues de Brito Da Silva Moraes	***.614.652-**	Homologado	Agente Administrativo
Jean Peixoto Sales	***.412.072-**	Homologado	Agente Administrativo
Jeane Patrícia Duarte Félix	***.802.792-**	Homologado	Agente Administrativo
JÉSSICA BANDEIRA SILVA	***.196.382-**	Homologado	Agente Administrativo
JESSICA CRISTINA SANTIAGO BRAGA ALBUQUERQUE	***.443.002-**	Homologado	Agente Administrativo
JÉSSICA FLÁVIA TOEBE DE JESUS	***.563.032-**	Homologado	Agente Administrativo
Jéssica Lourdes Lelarge Alves	***.870.302-**	Homologado	Agente Administrativo
JÉSSICA MENEZES DA COSTA	***.423.452-**	Homologado	Agente Administrativo
Jéssica Sabatini Rodrigues da Silva Lima	***.924.642-**	Homologado	Agente Administrativo
JÉSSICA SILVA DE SOUSA	***.590.442-**	Homologado	Agente Administrativo
jhone henrique pereira de lima	***.924.672-**	Homologado	Agente Administrativo
JOANA PAULA OLIVEIRAS DA SILVA	***.039.315-**	Homologado	Agente Administrativo
JOÃO VITOR ARAMAIO DA SILVA BRAGA	***.827.552-**	Homologado	Agente Administrativo
Jocinéli Lopes Ferreira Albuquerque	***.226.032-**	Homologado	Agente Administrativo
JOELMA DO NASCIMENTO IZÉL	***.793.892-**	Homologado	Agente Administrativo
Jorge Zamora Soto	***.654.252-**	Homologado	Agente Administrativo
JOSÉ DAVI DA SILVA CAVALCANTE	***.096.912-**	Homologado	Agente Administrativo
JOSÉ HENRIQUE ALVES DA SILVA	***.703.012-**	Homologado	Agente Administrativo
jose wilke sousa lima	***.693.902-**	Homologado	Agente Administrativo
Josiane Pinto da Silva	***.950.592-**	Homologado	Agente Administrativo
Josiani Moreira Dos Santos	***.333.852-**	Homologado	Agente Administrativo
JOSIEL DE OLIVEIRA LOPES	***.118.782-**	Homologado	Agente Administrativo
JOSILEIDE PASSOS DE MELLO LEITE	***.697.282-**	Homologado	Agente Administrativo
Josineres Maciel Leal	***.066.782-**	Homologado	Agente Administrativo
josinete vidal nogueira de azevedo	***.538.432-**	Homologado	Agente Administrativo
JOSIRENE SOUZA FERREIRA	***.621.872-**	Homologado	Agente Administrativo
JOYCE ROCHA DE SOUSA	***.087.602-**	Homologado	Agente Administrativo
Jucilene Bino dos Santos	***.114.912-**	Homologado	Agente Administrativo
Julia Coresma Pereira	***.752.782-**	Homologado	Agente Administrativo
Juliana Alves Laia Machado	***.909.202-**	Homologado	Agente Administrativo
Juliana Fernandes da Silva	***.093.562-**	Homologado	Agente Administrativo
Juliana Freire da Silva	***.880.501-**	Homologado	Agente Administrativo
Juliane Sousa Ferreira	***.767.512-**	Homologado	Agente Administrativo
Juliano Medeiros Luchini	***.954.812-**	Homologado	Agente Administrativo
Jussara Alice dos santos melo	***.781.702-**	Homologado	Agente Administrativo
Jussiely Nogueira Nunes Falcão	***.548.424-**	Homologado	Agente Administrativo
Karoline Macedo Da Silva	***.413.892-**	Homologado	Agente Administrativo
Karynne Shirlene Souza Ribeiro	***.220.652-**	Homologado	Agente Administrativo

Kauanny Rebeca Gonçalves Pereira	***.516.932-**	Homologado	Agente Administrativo
Kecya Gomes Diniz	***.022.443-**	Homologado	Agente Administrativo
keila de oliveira santos	***.999.812-**	Homologado	Agente Administrativo
kelly Edileia Eguez Macêdo	***.398.892-**	Homologado	Agente Administrativo
Keyla Regina de Vargas Pinto	***.046.702-**	Homologado	Agente Administrativo
KEYTHIANE FREIRE RAMOS	***.521.002-**	Homologado	Agente Administrativo
Larissa Ketlen Lenes de Lima	***.807.502-**	Homologado	Agente Administrativo
Larissa Thainá de Souza Serra	***.493.792-**	Homologado	Agente Administrativo
LEIDA FERREIRA DE LIMA	***.691.452-**	Homologado	Agente Administrativo
LEILA ISABEL DA SILVA	***.050.969-**	Homologado	Agente Administrativo
LEILIANE DE ARAÚJO MOTA	***.439.292-**	Homologado	Agente Administrativo
LEONICE DOS SANTOS	***.425.022-**	Homologado	Agente Administrativo
Lidia Clarindo de Souza Neta	***.092.362-**	Homologado	Agente Administrativo
LIDIANE CRISTINA DE SOUZA SANTOS	***.496.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Lígia Maryê da Silva Pereira	***.163.732-**	Homologado	Agente Administrativo
LILIAN BRUNET CAMPOS LUZ	***.439.042-**	Homologado	Agente Administrativo
LILIAN CHAVIER COSTA	***.573.342-**	Homologado	Agente Administrativo
Lílian Cristina Costa de Souza	***.172.472-**	Homologado	Agente Administrativo
Lílian da costa salazar ribeiro	***.351.012-**	Homologado	Agente Administrativo
lindomar maria rodrigues soares	***.634.872-**	Homologado	Agente Administrativo
Lorena da Silva Mota de Cristo	***.497.862-**	Homologado	Agente Administrativo
Luana Paula de Morais Passos de Araújo	***.304.622-**	Homologado	Agente Administrativo
LUCAS CAVALCANTE GOMES	***.142.432-**	Homologado	Agente Administrativo
Luciana Neves Dias	***.167.442-**	Homologado	Agente Administrativo
Luciano pedrosa de Vasconcelos	***.790.234-**	Homologado	Agente Administrativo
LUIS GUILHERME VICTOR MARQUES	***.365.522-**	Homologado	Agente Administrativo
Luiza Maura Parente Amarantes	***.210.114-**	Homologado	Agente Administrativo
MAIARA SILVA NARCISO	***.905.562-**	Homologado	Agente Administrativo
MAIDA CARDOSO PIRES	***.328.222-**	Homologado	Agente Administrativo
Maiza Estefane Bergamaschi Moreira	***.807.522-**	Homologado	Agente Administrativo
MARCELO TEIXEIRA GERALDO	***.343.768-**	Homologado	Agente Administrativo
Marcia Thais Melo Alves de lara	***.319.522-**	Homologado	Agente Administrativo
Marciele da Silva Barroso	***.054.302-**	Homologado	Agente Administrativo
Marco Paulo Bastos Souto Vieira Sales	***.649.672-**	Homologado	Agente Administrativo
Marco Tulio Trindade de Souza Seixas	***.958.202-**	Homologado	Agente Administrativo
Maria Antonia brito Alves	***.517.102-**	Homologado	Agente Administrativo
MARIA DE LOURDES MENDONÇA MARTINS FERREIRA	***.157.162-**	Homologado	Agente Administrativo
MARIA DORIANA FERREIRA COLARES	***.844.072-**	Homologado	Agente Administrativo
Maria Fernanda de Oliveira Barbosa	***.578.842-**	Homologado	Agente Administrativo
maria inêz do prado pinto	***.802.242-**	Homologado	Agente Administrativo
Maria Izabel Souza Xavier	***.179.802-**	Homologado	Agente Administrativo
Maria Lidia França de Souza	***.753.132-**	Homologado	Agente Administrativo
MARIA LUZINETE DA SILVA	***.226.782-**	Homologado	Agente Administrativo
Maria Marlucia Santana da Cunha	***.450.922-**	Homologado	Agente Administrativo
MARINEIDE LOPES SANTOS	***.822.435-**	Homologado	Agente Administrativo
Marlene da Silva Lima	***.736.372-**	Homologado	Agente Administrativo
MARLETE QUEIROZ DA ROCHA CARDOSO	***.389.182-**	Homologado	Agente Administrativo
Mateus Costa Dos Santos	***.180.732-**	Homologado	Agente Administrativo
Mayara Caroline Denny Carvalho	***.202.302-**	Homologado	Agente Administrativo
Mayara cristina vaz eguez	***.400.632-**	Homologado	Agente Administrativo
Mayara Marques Maia	***.035.782-**	Homologado	Agente Administrativo
MEIRE PEREIRA MATEUS	***.155.672-**	Homologado	Agente Administrativo
Michele coelho	***.154.372-**	Homologado	Agente Administrativo
Miguel Heyd Oshiro Barbosa	***.143.362-**	Homologado	Agente Administrativo
Milena Paula Santos Oliveira	***.279.072-**	Homologado	Agente Administrativo
Miriã Ortiz Passos de Andrade	***.506.399-**	Homologado	Agente Administrativo
MORELIA DA SILVEIRA VARGAS	***.325.042-**	Homologado	Agente Administrativo
NARA ALVES PEREIRA	***.426.002-**	Homologado	Agente Administrativo
narla silva barbosa	***.924.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Natalia crissialine braga chacon	***.941.252-**	Homologado	Agente Administrativo
Natalia de Lima	***.413.552-**	Homologado	Agente Administrativo
Nathacha Inacio da Silva Barros	***.326.212-**	Homologado	Agente Administrativo
NATHAlIA RAFAELA RODRIGUES CARAUBA	***.498.552-**	Homologado	Agente Administrativo
Nathalia Silva Chen	***.513.922-**	Homologado	Agente Administrativo
Nayara Cristina Souza Cruz	***.142.692-**	Homologado	Agente Administrativo
NEIDE RAYANE PROCOPIO DOS SANTOS	***.894.812-**	Homologado	Agente Administrativo
NEIRYS REJANNY MATOS CUNHA	***.535.252-**	Homologado	Agente Administrativo
Nélio de Souza Barros	***.172.142-**	Homologado	Agente Administrativo
Nuldina de Oliveira Leite	***.249.852-**	Homologado	Agente Administrativo
paula aparecida fernandes alves	***.402.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Paula França Barreto	***.121.782-**	Homologado	Agente Administrativo
Paula Jaqueline L Moraes	***.663.462-**	Homologado	Agente Administrativo
PAULA TAIANE ALBUQUERQUE VASCONCELOS	***.599.392-**	Homologado	Agente Administrativo
Paula Vivianne Marinho Aguiar	***.734.462-**	Homologado	Agente Administrativo
Pedro Marques de Moura Júnior	***.721.652-**	Homologado	Agente Administrativo
Rafael Xavier de Assis	***.564.102-**	Homologado	Agente Administrativo
RAFAELA CABRAL FERNANDES	***.831.952-**	Homologado	Agente Administrativo
RAIANE ALVES VELASQUE HURTADO	***.071.992-**	Homologado	Agente Administrativo
Raiane Dias dos Santos Áquila	***.806.932-**	Homologado	Agente Administrativo
Raine da Cruz Leite	***.092.382-**	Homologado	Agente Administrativo
REBECA ALINE ALMEIDA GOMES	***.667.192-**	Homologado	Agente Administrativo
Rebeca Caroline Rocha Medeiros	***.590.922-**	Homologado	Agente Administrativo
REGINALDO ALVES DE MELO	***.386.722-**	Homologado	Agente Administrativo
Renan Tomás Santos	***.218.742-**	Homologado	Agente Administrativo
Renata Rafaela Barbosa da Silva	***.960.844-**	Homologado	Agente Administrativo
Rhayane Luana dos Santos Ramos	***.778.642-**	Homologado	Agente Administrativo
ROBERTO DIEGO FERNANDES TAVARES	***.426.462-**	Homologado	Agente Administrativo
RODRIGO LOPES FERREIRA	***.455.932-**	Homologado	Agente Administrativo

RONI LIMA LACERDA	***.501.112-**	Homologado	Agente Administrativo
RONIS DA SILVA CHAVES	***.237.722-**	Homologado	Agente Administrativo
ROSELMA RODRIGUES COSTA	***.383.172-**	Homologado	Agente Administrativo
Rosiane da silva	***.536.562-**	Homologado	Agente Administrativo
ROSIMAR FERREIRA DO NASCIMENTO	***.901.652-**	Homologado	Agente Administrativo
rozangela alves pedroso	***.521.202-**	Homologado	Agente Administrativo
Ruan Hernandes Soares dos Santos Paz	***.184.642-**	Homologado	Agente Administrativo
RUSSILELI LUANA DA SILVA CARDOSO	***.485.932-**	Homologado	Agente Administrativo
Ruth Vieira Nunes de lima	***.276.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Sabrina martins da silva duarte	***.865.552-**	Homologado	Agente Administrativo
Sabrina Neves Martins da Costa	***.860.802-**	Homologado	Agente Administrativo
Samea Figueiredo Alencar	***.079.842-**	Homologado	Agente Administrativo
Sandra Regina da Silva	***.384.882-**	Homologado	Agente Administrativo
Sara Elaine Freitas de Oliveira	***.478.311-**	Homologado	Agente Administrativo
Schanthlen Keawerthy Tavares Silva	***.663.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Sheila Lúcia Marques da Silva Farias Braga	***.247.632-**	Homologado	Agente Administrativo
Shirlene Gomes da Silva	***.595.902-**	Homologado	Agente Administrativo
Silas Ruiz Leite	***.282.992-**	Homologado	Agente Administrativo
Silvana Mercado de Sena	***.439.152-**	Homologado	Agente Administrativo
Silvilene da Conceiçao Oliveira	***.032.492-**	Homologado	Agente Administrativo
SIMEAO FRAZAO TAVERNARD NETO	***.841.702-**	Homologado	Agente Administrativo
Simone Carvalho Sangi	***.860.002-**	Homologado	Agente Administrativo
Sirlia Ruiz da Silva	***.005.042-**	Homologado	Agente Administrativo
Sivoneide Souza da Silva Almeida	***.571.482-**	Homologado	Agente Administrativo
Suziane Lopes Gregório	***.987.042-**	Homologado	Agente Administrativo
Tahit Castro Torres	***.979.125-**	Homologado	Agente Administrativo
TAINA BATISTA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	***18956876**	Homologado	Agente Administrativo
TALITA ORRANA DE MORAIS NEVES	***.693.322-**	Homologado	Agente Administrativo
Tamires Mendes de Souza	***.237.302-**	Homologado	Agente Administrativo
Tamiris Chaves Freire	***.215.992-**	Homologado	Agente Administrativo
Tássya Júlia Cavalcante de Araújo	***.791.322-**	Homologado	Agente Administrativo
TEREZINHA DO NASCIMENTO IZEL	***.815.802-**	Homologado	Agente Administrativo
Terezinha Lima Rivas Durgo	***.562.602-**	Homologado	Agente Administrativo
Thiago Morais Rodrigues	***.691.402-**	Homologado	Agente Administrativo
Tuylla Tcheypp Skroch	***.018.652-**	Homologado	Agente Administrativo
Ueliton Soares da Silva	***.226.732-**	Homologado	Agente Administrativo
UÉLTON FEITOSA LEITE	***.234.592-**	Homologado	Agente Administrativo
UILIAN ALMEIDA DA SILVA	***.647.412-**	Homologado	Agente Administrativo
Valciane Lopes da silva	***.610.362-**	Homologado	Agente Administrativo
Valdilene Silva de Souza Cirqueira	***.559.602-**	Homologado	Agente Administrativo
Valdinéia Lima Rodrigues	***.948.092-**	Homologado	Agente Administrativo
VALÉRIA AFONSO RAUBE	***.589.452-**	Homologado	Agente Administrativo
VALNEI FELICIO DA SILVA MORAIS JÚNIOR	***.995.742-**	Homologado	Agente Administrativo
VANDERLEIA PEREIRA DE MORAES	***.276.612-**	Homologado	Agente Administrativo
Vanessa Matos de Lima	***.157.782-**	Homologado	Agente Administrativo
Vanessa Veira da Silva	***.130.125-**	Homologado	Agente Administrativo
VERIANA BRAZ DOS SANTOS	***.918.852-**	Homologado	Agente Administrativo
VICTORIA SOUSA DE FREITAS SANTOS DA SILVA	***.049.152-**	Homologado	Agente Administrativo
VINICIOS MAIA DA SILVA	***.038.312-**	Homologado	Agente Administrativo
Vinícius Leandro Mota de Oliveira	***.528.392-**	Homologado	Agente Administrativo
Walter Tinôco Bártolo	***.160.862-**	Homologado	Agente Administrativo
Wendell Ferreira Rodrigues	***.070.932-**	Homologado	Agente Administrativo
Weslei da silva Teixeira	***.680.432-**	Homologado	Agente Administrativo
WESLONE BRITO REIS	***.389.702-**	Homologado	Agente Administrativo
ADRIANO TICO	***.028.572-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Ana Quele Lima Ribeiro	***.156.762-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Antônio Geordes de Araújo Moura	***.295.332-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
EDNEIDE DE OLIVEIRA	***.483.642-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
ELIZEU BRITO DE OLIVEIRA	***.216.952-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Ernesto Oliveira Gonçalves	***.966.452-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Gabriel sarmento cabral	***.048.252-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Heliton Marques Dantas Ferreira	***.134.532-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Jéferson da silva nascimento	***.375.072-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
JEFERSON PINTO TAVARES	***.012.512-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Jholinton Sena Molino	***.708.572-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
JOÃO MARIA DE SOUZA	***.608.062-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
João Pedro Pereira Brito	***.117.142-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
JOSE ALEXANDRE DA SILVA SANTOS	***.118.802-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
José Augusto dos Santos Nogueira	***.303.792-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
José Maria de Amorim Júnior	***.253.732-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Josenilce Pereira Barata	***.418.552-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
JUCIELE SOUSA SANTOS	***.235.482-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
KARINA DAMACENO DA HORA	***.784.602-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
KEROLLAYNE RODRIGUES DO CARMO	***.541.682-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
LUCIMEIRE RAIMUND NOGUEIRA MOLINO	***.454.442-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Luiz André Brito Pires	***.599.102-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
MARIA GERCINA DA COSTA	***.204.602-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
maria marcia silva reis	***.392.252-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
OCTAVIO PEREIRA RODRIGUES DE MOURA	***.385.672-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
PRISCILA COSTA FERREIRA	***.164.702-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Raimundo Nonato Braga de Souza	***.390.992-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Renata Soares da Paz	***.908.182-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Rezende Fernandes da Mota	***.855.152-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
RODRIGO MENDES BIZARI	***.251.152-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
SebastiãoGaldino pereira	***.079.452-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
SUELLEN CRISTE DA SILVA PIMENTEL	***66907204**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
Vagner Lima Rodrigues	***.975.282-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)
vanderlúcia vieira da silva	***.058.892-**	Homologado	Agente de Campo (Ajudante de Obras e Serviços Gerais)

Adriana Braz de Lima	***.467.702-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
agildo guilherme nogueira da silva	***.706.462-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Alon francis lemos lima	***.058.022-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
AROLDO GUEDES DA SILVA	***.309.312-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
CARLA GEOVANA SOUSA OLIVEIRA FERREIRA	***.776.282-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
caroline reis da rocha	***.801.482-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
CHARDSON FELICIO BATISTA	***.029.662-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Cindia Daniele soares da silva	***.618.502-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
DEIVISON HURTADO DE MORAIS	***.126.812-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
DIOGO VITOR CHAVIER COSTA	***.431.102-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Duilho Amaral Meneses	***.880.182-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
EDVAN ACIOLE DA SILVA	***.351.732-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Eliomar da Silva Oliveira	***.625.562-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
euler gabriel carimgapi de lima	***.088.912-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Fabiana Pocidonio Lopes	***.607.072-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
FRANCISCO ALCIONE OLIVEIRA BARROS	***.750.992-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
FRANCISCO CHAGAS DE CARLOS	***.436.622-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Francisco Júlio Pantoja Pereira	***.632.832-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Gerlane Rebouças da Silva	***.175.432-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
GREICE ANE CHAVES	***.383.852-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Italo horran dias oliveira	***.098.182-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
JACKLINE ARAUJO DE SOUZA	***.438.152-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Jamily Cristina da Silva bento	***.863.472-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
JESSICA DANTAS DA SILVA	***.753.332-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
JOHN CHARLES PEREIRA MENDES	***.964.802-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
jose fernando de souza silva	***.646.142-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
JOSE PINTO DE MEDEIROS FILHO	***.952.722-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
José ribamar Macedo Da Silva	***.913.842-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
JOSENILSON ALVES FERREIRA	***.097.902-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Juvemar Moreira de Almeida	***.445.682-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Keyla de Freitas de Oliveira	***.156.442-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
MÁRCIA REGINA SOUSA FERRAZ	***.964.762-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Marcus Vinnicius Gomes de Souza	***.498.122-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
maria de lurde de souza cotinho	***.225.422-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Maria Eduarda Sales das Neves	***.177.022-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
MARINA BARBOSA FERRAZ	***.366.442-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Marivaldo Rodrigues de Souza	***.784.052-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
melquezedeque alves pereira	***.595.872-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Merinaldo Teixeira Moraes	***.541.812-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
MYCHELLE FERNANDA PINHEIRO DA SILVA	***.711.502-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
ORESTE INÁCIO MIRANDA	***.865.122-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
PABLO RAMOS NASCIMENTO SILVA	***.970.512-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Paula	***.543.342-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Paula de Oliveira Ibanês	***.405.152-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Raimundo nonato ferreira belarmino	***.553.312-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Ricardo silva de matos	***.341.582-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Rogério Rodrigues da Silva	***.901.022-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Rogério Viana Dácio do Nascimento	***.866.912-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Solimar Pacheco de Barros	***.051.098-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Thais Rodrigues dos Santos	***.518.172-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
THIERS MEDEIROS DE CASTRO	***.100.502-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Victor Emanoel Frazão Saraiva	***.098.402-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Victória Pena	***.317.132-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
Weslingson Francisco Rebouças de Souza	***.066.592-**	Homologado	Agente de Campo (Jardineiro)
AGLEISON FELIPE MORAES BARROS	***.243.842-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Alessandra	***.134.142-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ALESSANDRA MENEZES BRAGA BRAUM	***.494.872-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ALESSANDRA NUNES SILVA	***.390.892-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Alessandra Socorro Carlos Peres	***.996.992-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Alexia Andressa de Lira	***.638.512-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Alice Ferreira Moraes	***.161.962-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Alisson Oliveira Carvalho	***.192.962-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ALMIRA PAIVA CAVALCANTE	***.526.472-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Amélia da Silva Girão	***.628.103-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ana Carolayne Ferreira Da Silva	***.816.982-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ana Caroline Figueira Silva	***.185.652-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ANA CATARINE MONTEIRO DE SOUZA	***.949.222-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ana Lidia Rodrigues Palma Vieira	***.866.632-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ANA PAULA TELLES DA SILVA	***.308.678-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Antonio José Miranda Pestana	***.139.502-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Aucilene Rodrigues da Cruz	***.150.302-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Augusto Noimam Andrade	***.225.852-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Brayan Roberto Mendes dos Santos	***.597.482-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais

breno nascimento leal ribeiro Assunção	***.050.072-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Carla Daiana Martins Cardoso	***.989.622-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Carlos Antonio Pinheiro da Rocha	***.198.252-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Carlos Henrique Mendanha Falcao	***.599.522-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Cassia Pereira Braga	***.686.862-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Cleinilson Carneiro Portela	***.863.182-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Daniel Walber dos Santos Martimiano	***.673.372-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Daniele Ketelem Sena Araujo	***.091.842-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
DEBORA FERREIRA DE OLIVEIRA	***.041.822-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
DELZUITA ARAUJO DA SILVA	***.841.602-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
DIEGO DE SOUZA FARIASS	***.194.902-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ednaldo Da Conceição Souza	***.432.112-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Edoilton Jackson Da Silva Miranda	***.926.152-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Eduardo Aguiar Costa	***.322.452-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
EDVANETE VIEIRA DE OLIVEIRA	***.553.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Eli Teixeira de Souza Junior	***.630.972-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Elisângela Costa Sales	***.345.582-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Elizângela lopes lima	***.858.802-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Emanuelly Almeida de souza	***.217.812-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
EMELIN DE PAULA NASCIMENTO	***.890.792-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Emely Lima Costa	***.637.512-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Emily Caroline Abreu Serrati	***.234.692-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ERALDO ISITA SARCO JUNIOR	***.555.152-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ester Cristina da Silva Peixoto	***.435.692-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Eucilene Queiroz dos Anjos	***.080.842-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
evelin laborda ojopi	***.069.542-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Fabrício Pereira Monteiro	***.598.362-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Felipe Mateus Brito De Farias	***.310.132-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
FRANCILUCE SOUSA OLIVEIRA	***.611.592-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
FRANCISCA SUELE LIMDA DA SILVA	***.019.452-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Francisco Carlos Brasil dos Santos	***.769.752-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Francisco messias dos Santos Mendonça	***.381.742-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Gabriel Alves de Araujo	***.045.102-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
GEOVANE GONÇALVES PADILHA	***.138.752-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Gersonilha Mendes De Souza	***.943.512-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Gessica Ferreira	***.700.522-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
GISELLE SOUSA LIMA GOMES	***.574.602-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Glenda Pinheiro Nery	***.709.882-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Hávilla Witória Ferreira Ricardo	***.780.362-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Henrique Moises Nogueira	***.253.511-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Iara Brunet Campos Luz Peixoto	***.014.342-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Ivanei Do Nascimento Cunha	***.373.282-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Izabele Firmino Tavares	***.597.922-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Janilza Parente Cavalcante	***.747.492-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
JAQUELINE SILVA CHAVIER	***.786.582-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Joabi Barreto	***.021.222-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
joana de souza carvalho rolim	***.756.802-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Joao Carlos Oliveira Gomes	***.483.252-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Joaquim de Oliveira Lobato filho	***.902.362-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais

Jorge Martins marques	***.281.202-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
José Gabriel Pereira Ramos	***.258.402-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Josiane wilkuis farias	***.862.872-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Julia Caroline Santos Araújo Cunha	***.217.342-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
JULIA GABRIELE DA SILVA MARQUES	***.749.142-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Juliana De Jesus Floresta Santos Mota	***.150.282-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Juliana Rodrigues Oliveira	***.359.212-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Kamila luzia Alves de lima	***.255.392-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Keila Jesus de Oliveira	***.325.862-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Larissa Matias Tavares	***.986.622-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Laudiceia Belchior de Lima Miranda	***.748.512-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Lázara Cristina Prestes Borges	***.352.042-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Leilane Souza Lima	***.918.942-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Letícia layane freire da Silva	***.176.413-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Lidiane laborda dos santos	***.917.202-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Lucas Soares ARAUJO	***.875.262-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
lucas tavares levino	***.540.292-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Luciane Cristina dos Santos Barreto	***.839.669-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
LUCILÉIA FERREIRA CABRAL	***.589.002-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Lurriene Luana Batista Gutierres Barros	***.807.942-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Maicon Mendes Gomes	***.070.832-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Manuella Kelly Ferreira Nascimento	***.937.412-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Maria Aparecida costa Silva	***.629.732-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
MARIA BEATRIZ SILVA DE ALMEIDA	***.962.562-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Maria de Fátima Batista Dionizio	***.003.582-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
maria dos reis gomes souza neta de oliveira	***.199.102-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Maria Eduarda Roca Moura	***.095.762-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Marizes Toscano Barreto De Miranda	***.361.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
MATHEUS JUNIOR DOS SANTOS OLIVEIRA	***.995.722-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
matheus lima de souza	***.678.542-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
maysa rickely santana fernandes	***.593.432-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Melquizedek Ribeiro de Carvalho	***.801.702-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
MILENA LUCIANA DOS SANTOS NASCIMENTO	***.196.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Natalice das graças farias lemos	***.211.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Odalene souza nascimento	***.239.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
PATRICIA BARROS DE LIMA	***.954.002-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Paulo Cesar Soares da Silva	***.494.992-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
paulo henrique teixeira paes	***.878.702-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Paulo Roberto Cordeiro dos santos	***.330.342-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Raimunda Creuza Ramos De Araujo	***.537.652-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Raimunda Nonata de Castro Maciel	***.996.042-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Rayane Oliveira da Silva	***.693.173-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Reullyson Alves De Souza	***.071.732-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
ROBERLANE MENDES SALES	***.781.002-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Rosiane barbosa da Silva	***.826.012-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
SAFIRA XAVIER SANTANA	***.405.812-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Sandra Miguel da Silva	***.153.242-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Severino Ramos Theodulino Silva	***.178.792-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Singeila Ferreira Aquino	***.200.152-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais

Solange Meire Cardoso de Paiva Santana	***.748.672-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
STHEFANY GOMES MACEDO	***.691.952-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Thaís Barbosa Silva	***.445.632-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Thais Oliveira dos Santos Ferreira	***.637.952-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
THAIS SOARES CABRAL SOUZA PAVAO	***.537.892-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Thalia lagos chagas	***.580.022-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
thalya hadassa vieira montano	***.218.572-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Thiago Alexandre Andrade da Silva	***.551.122-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Victor Henrique da silva oliveira	***.555.392-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
warner antonio pereira	***.034.927-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais
Willian Rocha do Nascimento	***.839.882-**	Homologado	Auxiliar de Serviços Gerais / Agente de Serviços Operacionais

VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMA

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:048BD44D

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 116/2025/SEINFRA

Porto Velho, 14 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais, conferidas na Lei Complementar n° 648, de 05 de janeiro de 2017, bem como de suas alterações constantes na Lei Complementar nº 1.000, de 07 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º. DISPENSAR os servidores abaixo relacionado, conforme identificação nominal, registro de matrícula e cargo, do registro de ponto eletrônico, em razão da natureza e das peculiaridades das atividades externas desenvolvidas, de acordo com o artigo 6º, inciso XI e parágrafo único do artigo 19, do Decreto Municipal nº 14.760/2017:

Nome	Matrícula	Cargo
Ademar Alberto da Silva Acioly	328923	Motorista
Antonio Carlos Barbosa	1003907	ASSESSOR NIVEL II
Elderson Soares dos Santos	10078448	ASSESSOR NIVEL II
Adriano Vrena Rodrigues	271586	MOTORISTA
Agenor Noé Leitão	1007023	GERENTE DE DIVISÃO
André Luiz Lima Chagas	166901	GARI
Antônio Carlos da Silva	97040	Motorista
Antonio Carlos Viana da Luz	271891	Operador De Máquinas Pesadas
Antônio Luiz França Filho	192766	Operador De Máquinas Pesadas
Ares Rodrigues Moura de Matos	169004	Gari
Arnaldo José Pedrosa	11825	Operador De Máquinas Pesadas
Carlos Alberto Costa de Brito	100967	Motorista
Cesar Arras Brito	186438	Gari
Cleiton Junior Moura	1002832	Operador De Máquinas Pesadas
Dario de Souza Carvalho	271693	Operador De Máquinas Pesadas
Dario Pavides Anastácio	1002933	Operador De Máquinas Pesadas
Dario Ribeiro	294637	Auxiliar O. De S. Diversos
Dario Ribeiro	10078395	Supervisor De Estradas
Darlindo Seixas Zeed	168121	Gari
Deyvanê Alleyne Barroso	271990	Motorista
Donhatan Breguedo Messias	1001627	Operador De Máquinas Pesadas
Eder Lopes Araujo	1007173	Supervisor De Estradas
Edivaldo Alves Pinto	332734	Motorista
Ednilson Alves Carvalho	272120	Operador De Máquinas Pesadas
Ednilson Nogueira Mendes	272055	Motorista
Edson Ribeiro De Araújo	273368	Motorista
Elias Rosa Da Silva	1002022	Operador De Máquinas Pesadas
Elton Da Silva Botelho	1002044	Operador De Máquinas Pesadas
Emerson Lopes	1003286	Operador De Máquinas Pesadas
Enderson Pinheiro Rodrigues	98592	Motorista
Erisvaldo Oliveira	172850	Gari
Ervelande Costa Nogueira	798043	Gari
Euvidio Mendes Ferreira	169145	Gari
Evandro Dos Santos Ferreira	1002114	Operador De Máquinas Pesadas
Fábio Moura Martins	1000912	Operador De Máquinas Pesadas
Francisca De Jesus Ferreira	1003268	Operador De Máquinas Pesadas
Francisco Carneiro Da Rocha	702200	Motorista
Francisco Lourenço Dias Netos	272261	Operador De Máquinas Pesadas
Francisco Orleilson Muniz Da Silva	167115	Gari
Francisco Ribeiro Domingos	121161	Gari
Francivaldo Hélio Costa Silva	10079619	Chefe De Equipe De Campo
Gilsomar Barreto Do Nascimento	743733	Operador De Máquinas Pesadas

Hélio Luiz Barroso Ferreira	71928	Auxiliar De Serviços Gerais
Jadson Carvalho De Azevedo	271916	Operador De Máquinas Pesadas
Jasson Borelle Oliveira Gomes	109232	Chefe De Equipe De Campo
Jasson Borelle Oliveira Gomes	109232	Operador De Máquinas Pesadas
João Tiago Diógenes	109092	Supervisor De Estradas
Jonathan Rogerio Santana Bergamasco	76788	Motorista
José Antônio Mouzinho Borges	273417	Operador De Máquinas Pesadas
Jose Aurelio Muniz Da Silva	169550	Gari
José Maria Júnior Tavares De Carva	169790	Motorista
Jose Vicente Da Silva	881377	Gari
Josemar Peusa Silva	881707	Gari
Josenildo Agustinho Faustino	272188	Operador De Máquinas Pesadas
Jozimar Araújo Dos Santos	39984	Operador De Máquinas Pesadas
Jílio Ramos De Souza	1001082	Operador De Máquinas Pesadas
Lucas Miranda Da Rocha	272063	Motorista
Luciano Pereira Silva	271867	Operador De Máquinas Pesadas
Luiz Cláudio De Vasconcelos	1001975	Operador De Máquinas Pesadas
Luiz Felicio Da Costa	267353	Auxiliar Administrativo
Luiz Ribeiro Lbo	271792	Operador De Máquinas Pesadas
Mário Lúcio Da Silva Mendonça	230045	Gari
Nelci Da Silva Ferreira	40940	Motorista
Oelinton Santana	702970	Gari
Olgaildes Lameira Xavier	167503	Gari
Orlando Alves Dos Santos	271841	Gari
Orlando Martins Francisco	271841	Operador De Máquinas Pesadas
Orly Do Nascimento	273623	Operador De Máquinas Pesadas
Raicleisson Aguiar Gomes	1001472	Operador De Máquinas Pesadas
Raimundo Nonato Lopes Cordeiro	369604	Motorista
Ramicled Aparecido Machado	109315	Motorista
Ravane Fernandes Lima	271411	Operador De Máquinas Pesadas
Ravane Fernandes Lima	271411	Supervisor De Estradas
Reinaldo Zanella	272005	Operador De Máquinas Pesadas
Roberto Souza Do Nascimento	109232	Encarregado De Servicos Gerais
Robson Rafael Rodrigues Da Silva	271932	Operador De Máquinas Pesadas
Robson Rodrigues Coimbra	272782	Operador De Máquinas Pesadas
Rodrigo De Souza Guimarães	272047	Operador De Máquinas Pesadas
Ronaldo Da Costa Braga	271776	Motorista
Ruyter Da Silva Oliveira	272460	Operador De Máquinas Pesadas
Selmo Dos Santos Marques	1001778	Operador De Máquinas Pesadas
Tiago Franklin De Souza Lima	271627	Operador De Máquinas Pesadas
Valdir Viana Dos Santos	271495	Motorista
Wender Pereira De Oliveira	135542	Auxiliar De Serviços Gerais
Wilson Mamedio Da Silva	92718	Operador De Máquinas Pesadas
Wilson Rogério Dantas	13772	Operador De Máquinas Pesada

Art. 2º. O controle de frequência será realizado mediante folha de ponto, pessoal e intransferível, adotado o controle de assiduidade e pontualidade, devendo o registro ser realizado no início da jornada, nas saídas excepcionais e justificadas, e no término da jornada diária.

Art. 3º. É de inteira responsabilidade do (a) servidor (a) o registro diário de sua frequência.

Art. 4º. Eventuais atrasos ou saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço poderão ser abonados pela chefia imediata.

Art. 5º. São responsabilidades das chefias imediatas, no que se refere ao controle de frequência:
I – orientar os servidores para o fiel cumprimento do disposto nesta Portaria;
II – verificar diariamente a frequência mensal dos servidores, bem como aceitar ou indeferir justificativas acerca de ausências e/ou atrasos, o que deverá ser feito em até 2 (dois) dias subsequentes ao dia do fato, podendo, ainda, ser delegada tal função a um substituto.

Art. 6º. São responsabilidades do (a) servidor (a):
I – registrar, diariamente, os movimentos de entrada e saída;
II – apresentar motivação para suas ausências ao serviço, de forma a não caracterizar falta injustificada;
III – apresentar elementos comprobatórios que justifiquem as eventuais ausências amparadas por disposições legais; e
IV – promover o acompanhamento diário dos registros de sua frequência, responsabilizando-se pelo controle de sua jornada regulamentar.

Art. 7º. No cumprimento da jornada de trabalho, deverão ser observadas, além do disposto nesta Portaria, as demais normas que tratam do assunto.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:AE1DD972

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 119/2025/SEINFRA

Porto Velho. 17 de outubro de 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000510/2025-44**

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDO A INDENIZAÇÃO: De 3 ½ (três e meia) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem aos Distritos de Jaci Paraná, Nova Mutum, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã, por meio de transporte oficial Hilux, cor branca - Placa: SYK-3155, com o objetivo de realizar vistorias e efetuar o levantamento completo dos permissionários, tanto ativos quanto inativos, que atuam nos espaços públicos dessas localidades, nos períodos 15/10/2025 a 18/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 174 (0099734) e Despacho 219 (0112674) do processo 019.000510/2025-44.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	ADICIONAL DE DESLOCAMENTO
Mônica Maria da Conceição Ornelas	1003836	Gerente de Divisão do Espaço Público	Jaci Paraná, Nova Mutum, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.	3 ½ (três e meia)	Não
Edméia Terezinha Soares Façanha	1003739	Assessora Técnica I	Jaci Paraná, Nova Mutum, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.	3 ½ (três e meia)	Não
Fabiola Roberto da Silva	10078455	Assessora Nível I	Jaci Paraná, Nova Mutum, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.	3 ½ (três e meia)	Não
Joel Limoeiro Freire	1007719	Gerente da Divisão de Terrenos Baldios- DPU	Jaci Paraná, Nova Mutum, Fortaleza do Abunã e Vista Alegre do Abunã.	3 ½ (três e meia)	Não

Fica, por meio deste ato, REVOGADA a PORTARIA Nº 100/2025/SEINFRA, publicada no dia 17/10/2025. Edição 4090.

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:A95A4BFE

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº124/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000951/2025-46**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 15 (quinze) diárias ao servidor abaixo relacionado para se deslocar ao Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo vista Alegre do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do Município de Porto Velho, por meio de veículo oficial Chevrolet S10 - Placa: SLJ3C64 com o objetivo de acompanhar, supervisionar e prestar o devido apoio aos servidores em campo, nas atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias estradas, bem como no conserto e manutenção de pontes e bueiros, nos períodos de 06/10 a 16/10/2025 e 20/10, 21/10, 22/10, 23/10, 24/10, 25/10 e 29/10, 30/10 e 31/10/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 207 (0108622) do processo 019.000951/2025-46.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Ueslei Henrique Oliveira da Silva	10078386	Supervisor de Estradas	Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo vista Alegre do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	NÃO
Tiago Rodrigues da Silva	10078597	Gerente de Divisão	Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo vista Alegre do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	Não
Macel Silva Martins	10079678	Chefe II	Distritos de União Bandeirante, Rio Pardo vista Alegre do Abunã, Baixo Madeira e Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:E582BEE4

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº125/2025/SEINFRA

Porto Velho, 20 de Outubro de 2025

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.001008/2025-51**

RESOLVE:

TORNAR VÁLIDO A INDENIZAÇÃO: de 15 (quinze) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocar ao Distritos União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho, por meio de veículo oficial Mitsubishi L200 Triton Placa: RSY6D06, com o objetivo de realizar serviços de apoio aos servidores em campo, para as atividades de recuperação, manutenção e desobstrução de vias e estradas, conserto e manutenção de pontes e bueiros que contemplam o transporte escolar, facilitando assim o escoamento de produtos agrícolas, no período de 04/09/2025 a 09/09/2025, 11/09/2025, 12/09/2025, 13/09/2025, 14/09/2025, 18/09/2025, 19/09/2025, 20/09/2025, 21/09/2025 e 25/09/2025 a 30/09/2025, conforme solicitação constante no Despacho 215 (0109445) do processo 019.001008/2025-51.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	AUXÍLIO DESLOCAMENTO
Aguinaldo da Silva	10079965	Diretor de Estradas	Distritos de União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila	15 (quinze)	Não

Mendes		Vicinais	Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho		
Agenor Noé Leitão	1007023	Gerente II	Distritos de União Bandeirante, Nova Califórnia, Rio Pardo, Região do Baixo madeira, Santa Rita, Vila Franciscana, Bacia Leiteira e Linha C01 do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	15 (quinze)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:6E26A77C

SECRETARIA MUNIICPAL DE INFRAESTRUTURA- SEINFRA
PORTARIA Nº 130/2025/SEINFRA

Porto Velho. 17 de outubro de 2025.
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO **019.000793/2025-24.**

RESOLVE:

ARBITRAR E CONCEDER: 17 (dezessete) diárias aos servidores abaixo relacionados para se deslocarem aos Regiões do Baixo Madeira Ramais, Calderita, Castanheira, Três Maria e Jacú Linhas 03, 05, 07, Travessão I e II, APROZAN, Vila Franciscana, Ramais Mucuim, Tranzual, Brabo, Sta Luzia, 1º de Maio, São Francisco Bacia Leiteira, Linhas 22, 27, 32, 37, G45, Ramal da Coe do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho, por meio do veículo oficial, Caminhão Oficina frota CO01 placa OHM3G92, com o objetivo de realizar Serviços de auxílio, suporte, conserto e manutenção nos serviços de borracharia e outros tipos se necessários preventivos e corretivos nos equipamentos e maquinários que estão nas frentes de serviço, nos períodos 06/10/2025 a 16/10/2025 e 17/10, 18/10/2025, 20/10, 21/10, 22/10, 23/10, 24/10, 25/10/2025, 27/10, 28/10, 29/10, 30/10 e 31/10/2025, conforme solicitação constante no Despacho 186 (0103616) do processo 019.000793/2025-24.

NOME	CADASTRO	CARGO/ FUNÇÃO	DESTINO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS	ADICIONAL DE DESLOCAMENTO
Raimundo Ferreira Guimarães	719601	Artificie Especializado	Região do Baixo Madeira Ramais, Calderita, Castanheira, Três Maria e Jacú Linhas 03, 05, 07, Travessão I e II, APROZAN, Vila Franciscana, Ramais Mucuin, Tranzual, Brabo, Sta Luzia, 1º de Maio, São Francisco Bacia Leiteira, Linhas 22, 27, 32, 37, G45, Ramal da Coe do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	17 (dezessete)	Não
Dário de Souza Carvalho	271693	Operador de Máquinas Pesadas	Região do Baixo Madeira Ramais, Calderita, Castanheira, Três Maria e Jacú Linhas 03, 05, 07, Travessão I e II, APROZAN, Vila Franciscana, Ramais Mucuin, Tranzual, Brabo, Sta Luzia, 1º de Maio, São Francisco Bacia Leiteira, Linhas 22, 27, 32, 37, G45, Ramal da Coe do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	17 (dezessete)	Não
Everlande Costa Nogueira	798043	Gari	Região do Baixo Madeira Ramais, Calderita, Castanheira, Três Maria e Jacú Linhas 03, 05, 07, Travessão I e II, APROZAN, Vila Franciscana, Ramais Mucuin, Tranzual, Brabo, Sta Luzia, 1º de Maio, São Francisco Bacia Leiteira, Linhas 22, 27, 32, 37, G45, Ramal da Coe do Setor Chacareiro do Município de Porto Velho	17 (dezessete)	Não

THIAGO FELIPE CANTANHEDE PACHECO
Secretário Municipal De Infraestrutura

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:0C89071C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIPE DO OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1176/2025. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 083/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 1176/2025.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 083/2025
SOLICITAÇÃO: Pregão 029/2025
DATA HOMOLOGAÇÃO: 01/08/2025
OBJETO: Contratação de empresa para locação de hora máquina (escavadeira hidráulica – PC) – Processo mãe nº 545/2025 – ARP nº 103/2025.
INTERESSADO: SEMOSPE
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

06.001.26.782.0008.1.413 – Termo de Convênio nº 291/2025/PGE-DERADM – Recuperação de Estradas Vicinais – 33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Empenho: 2248/2025.

Contratante: Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste-RO – CNPJ 84.745.389/0001-94

Contratado(a): **V. M. SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA -** CNPJ/MF sob o nº 40.565.375/0001-13
Valor Contratado: R$ 49.590,00 (quarenta e nove mil quinhentos e noventa reais)

Empenho	*Item*	*Quantidade*	*UND*	*Item*	*Vlr. Unit.*	*Total*
2248	*1*	*114*	*Serv.*	*Locação de Escavadeira Hidráulica potência bruta de 125 HP, cabine fechada com ar-condicionado, ano de fabricação no mínimo 2023. Ficará sob às expensas da contratada: Peças, materiais ou acessórios e serviços necessários para manutenção (preventiva e corretiva), lubrificantes, graxas, filtros, motoristas/operadores, combustível, abastecimento, conservação e segurança bem como a alimentação dos motoristas/operadores (café, almoço, jantar e outros), deslocamentos, EPIs e alojamentos caso necessário.*	*435,00*	*49.590,00*
Total						***49.590,00***

Tudo conforme enunciado e em condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 1176/2025.

São Felipe D'Oeste, RO, data certificada.

Pela Contratante:
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Pela Contratada:
ERIC VIEIRA MACIEL –
Responsável Legal

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, estabelecido como Diário Oficial do Município de São Felipe D´Oeste através da Lei Municipal nº 417/2011.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:E27111B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 664/2024. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 082/2025

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 664/2024.
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº. 082/2025
SOLICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços nº 085/2024 oriunda do Pregão Eletrônico nº 047/2025
DATA HOMOLOGAÇÃO: 11/11/2025
OBJETO: Construção de Calçadas - Transferências Especiais – Investimento Programa 09032024 e Plano de Ação nº 064538
INTERESSADO: SEMOSPE
FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS -
06.001.15.451.0008.1.381 – Transferências Especiais – Investimento Programa 09032024 e Plano de Ação nº 064538 – 44.90.51.00 – Obras e Instalações - Empenho: 1857/2025.

Contratante: Prefeitura do Município de São Felipe D´Oeste-RO – CNPJ 84.745.389/0001-94

Contratado(a): **M J R EMPREENDIMENTOS LTDA EPP -** CNPJ/MF sob o nº 30.662.520/0001-20
Valor Contratado: R$ 2. 699.966,54 (dois milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos)

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
1	628,64	M ³	Demolição De Piso De Concreto Simples, De Forma Mecanizada Com Martelete, Sem Reaproveitamento. Af09/2023.	Sv.	118,46	74.468,69
2	320,61	M ²	Remoção de piso de bloco intertravado ou de pedra portuguesa, de forma manual, sem reaproveitamento. (comp mãe sinapi - 97635	Sv.	21,74	6.970,06
3	105,12	M ²	execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 8 cm, armado. af08/2022	Sv.	112,93	11.871,20
4	1112,90	M ³	Execução De Passeio (Calçada) Ou Piso De Concreto Com Concreto Moldado In Loco, Feito Em Obra, Acabamento Convencional, Não Armado. Af.08/2022	Sv.	963,47	1.072.245,76
5	336,39	M ²	Piso podotátil de alerta ou direcional, de concreto, assentado sobre argamassa. Af05/2023.	Sv.	187,76	63.160,59
6	1.406,31	M	guia (meio-fio) e sarjeta conjugados de concreto, moldada in loco em trecho curvo com extrusora, 60 cm base (15 cm base da guia + 45 cm base da sarjeta) x 26 cm altura. af01/2024	Sv.	118,00	165.944,58
7	11.680,32	M	Guia (Meio-Fio) E Sarjeta Conjugados De Concreto, Moldada In Loco Em Trecho Reto Com Extrusora, 60 Cm Base (15 Cm Base Da Guia + 45 Cm Base Da Sarjeta) X 26 Cm Altura. Af01/2024.	Sv,	107,50	1.255.634,40
8	82,52	M ²	Tampa De Bueiro Em Peça Retangular Pré-Moldada, Volume De Concreto De 30 A 100 Litros, Taxa De Aço Aproximada De 30kg/M³. Ref: Sinapi (97735).	Sv.	601,93	49.671,26

Total do Empenho R$ 2.699.966,54

Tudo conforme enunciado e em condições estabelecidas no Processo Administrativo nº 664/2025.

São Felipe D'Oeste, RO, 04 de setembro de 2025.

Pela Contratante:
SIDNEY BORGES DE OLIVEIRA –
Prefeito

Pela Contratada:
DAIANE TAUA GOMES DE SOUZA DUTRA –
Responsável Legal

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE RONDÔNIA, estabelecido como Diário Oficial do Município de São Felipe D´Oeste através da Lei Municipal nº 417/2011.
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
http://www.diariomunicipal.com.br/arom/

Publicado por:
Halefy Gustavo Ferreira Duarte
Código Identificador:75509682

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADESÃO Nº22 PROCESSO Nº 2904/SEMUSA/2025

TERMO DE ADESÃO Nº22 PROCESSO Nº 2904/SEMUSA/2025
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025
REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
PROCESSO Nº 15/2025-CIS-AVH DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de São Francisco do Guaporé - RO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.254.422/0001-56, por intermédio do setor de Compras e Licitações, Portaria nº 828/2025, no uso de suas atribuições legais, torna-se público a adesão da Ata de Registro de Preços **Nº 004/2025**, decorrente do Pregão Eletrônico **Nº 008/2025**, via Sistema de Registro de Preços, realizado pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CIS - AVH**, para aquisição nas mesmas condições da ARP originária, de uma Unidade Móvel Odontológica 0km para atender as necessidades da secretaria, esta administração resolveu formalizar esta adesão.
EMPRESA DETENTORA: BELABRU COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 03.353.258/0001-60

Item	Descrição	Und	Qtd	Marca/Modelo	Valor Registrado	Valor Total
01	VEÍCULO TIPO UNIDADE ODONTOLÓGICA MÓVEL (UOM)	UND	01	MERCEDES BENZ SPRINTER - 417 FURGÃO DE 14M - ADAPTADO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA	R$677.000,00	R$677.000,00
VALOR TOTAL						**R$677.000,00**

São Francisco do Guaporé/RO, 21 de outubro de 2025.

WEBERSON FERREIRA NILLIO
Agente de Contratação
Portaria nº 828/2025

Publicado por:
Raphael Junior Oliveira de Souza
Código Identificador:F13C440C

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
PRIMEIRO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2024

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS N° 26/2024 EMPRESAS B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA

PRIMEIRO ADITIVO DE ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº26/2024
PROCESSO Nº765/2024.
PREGÃO ELETRONICO Nº. 69 /2024
ORGAO REQUISITANTE: **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL -SEMTRAS.**

Aos **21 DE OUTUBRO DE (2025) DOIS MIL E VINTE CINCO**, **A PREEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS,** inscrita no CNPJ **63.761993/0001-34**, situada na Av. Marechal Rondon, n.º 984, Centro, Seringueiras/RO, neste ato representado pelo senhor Prefeito **ARMANDO BERNARDO DA SILVA** inscrita no **CPF nº 15785772841** juntamente com Gerente do Sistema de Registro de Preço-SRP, senhora **MELISSA ALVES KNONER** nomeada pela portaria **nº 315/GAB/PMS/2025** e do outro lado a **EMPRESA: B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA,** inscrita sob o **CNPJ**: **40.844.761/0001-44** estabelecida na**: RUA PRINCESA ISABEL N° : 212 SERINGUEIRAS-RO ,** doravante denominada **FORNCEDORA,** neste ato representado pelo senhor**: BRUNO ERASMO DALLAZEM** inscrito no **CPF: 780.791.362-20 . EM FASE DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO nº 69/2024**. RESOLVE registrar os preços para eventual aquisição, constante do quadro abaixo, que passa a fazer parte integrante desta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1° de ABRIL de 2021, o decreto federal 11.462 ,de 31 de março 2023.

1.1 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO (CESTAS BÁSICAS) COMPOSTAS POR GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SERINGUEIRAS/RO por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

– RELAÇÃO DOS ITENS CADASTRADOS, VISANDO ATENDER A DEMANDA DE CONSUMO POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FORNECEDOR: B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
CNPJ: 40.844.761/0001-44
ENDEREÇO: RUA PRINCESA ISABEL N° : 212
CIDADE: SERINGUEIRAS-RO
CEP: 76934-000
TELEFONE: (69) 9935-4543
CELULAR: (69) 99345-5433
EMAIL: bruno.e.dallazem@gmail.com
REPRESENTANTE: BRUNO ERASMO DALLAZEM
RG: 736414 SSP-RO
CPF: 780.791.362-20

1. **DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS LOCAL DE ENTREGA.**
1.1 A entrega do produto será referente a solicitação das secretarias demandantes dentro do município de Seringueiras mediante a emissão da Nota de Empenho, através da Secretaria Municipal que deverá ser entregue em até 3 dia. Os produtos deverão ser entregues no endereço indicado pela demandante em data e horário estabelecidos com antecedência. conforme a necessidade da secretaria, após recebimento da requisição devidamente assinada pelo responsável da secretaria. É de inteira responsabilidade da detentora da Ata o transporte dos produtos para o local solicitado. Qualquer avaria do produto, ocasionado pelo transporte, não será aceito e o mesmo devolvido imediatamente.
1.2 . O transporte compreende o procedimento como um todo, ou seja, desde o carregamento do material/produto até a efetiva descarga dos mesmos no endereço constante neste Edital e Termo de Referência, sem qualquer tipo de ônus para o município.
1.3 . Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de ate 48 (horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades **ISENTANDO A ADMINISTRAÇÃO DE QUALQUER CUSTAS ADICIONAIS.**

1.4- **O preço registrado, as especificações do objeto, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:**

Fornecedor: B. D. COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA
CNPJ/CPF: 40.844.761/0001-44

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	AÇUCAR CRISTALIZADO C/ 02 KG CADA	480	R$ 7,78	R$ 3.734,40
2	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER / ÁGUA E SAL". EMBALAGEM DUPLA, PACOTES DE 350GR.	480	R$ 5,85	R$ 2.808,00
3	BISCOITO DOCE, SEM RECHEIO, EMBALAGEM DUPLA, SABORES DE MAISENA, LEITE, NATA E/OU COCO, PACOTE COM 350G.	480	R$ 5,85	R$ 2.808,00
4	CAFÉ EXTRA FORTE TORRADO MOÍDO EMBALADO A VÁCUO ACONDICIONADO EM PACOTE DE 500 GRAMAS, COM SELO DE PUREZA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DOS CAFEICULTORES (ABIC).	240	R$ 18,64	R$ 4.473,60
5	FARINHA MANDIOCA APRESENTAÇAO TORRADA, TIPO GRUPO SECA TIPO CLASSE AMARELA TIPO 2	240	R$ 8,74	R$ 2.097,60
6	FEIJAO TIPO 1 CARIOCA NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	480	R$ 7,68	R$ 3.686,40
7	MACARRAO TIPO SEMOLA, FORMATO ESPAGUETE EMBALAGEM DE 500 G Nº 8	480	R$ 5,61	R$ 2.692,80
8	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA SOJA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, TIPO REFINADO 0% GORDURAS TRANS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML.	480	R$ 6,71	R$ 3.220,80
9	SAL TIPO FINO, APLICAÇÃO ALIMENTICIA, TEOR MAXIMO SODIO 360 MG/G, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO SODA, ACIDEZ 7,20 PH, PACONTE DE 1KG	240	R$ 2,65	R$ 636,00
10	LEITE EM PO INTEGRAL PACOTE COM NO MINIMO 400 GRAMAS	240	R$ 15,45	R$ 3.708,00
11	ARROZ TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO - AGULHINHA, TIPO SUBGRUPO POLIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 5KG.	480	R$ 27,43	R$ 13.166,40
12	FARINHA DE TRIGO DE 1° QUALIDADE SEM FERMENTO PACOTE COM 1 KG	240	R$ 6,34	R$ 1.521,60
13	SARDINHA ENLATADA AO PRÓPRIO ÓLEO COMESTÍVEL , LATA 125 G. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	480	R$ 6,47	R$ 3.105,60
14	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CONCENTRADO TOMATE/SAL/AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO PASTOSA, EXTRATO DE TOMATE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	480	R$ 3,91	R$ 1.876,80
15	SABÃO EM BARRA, GLICERINADO, NEUTRO, EMBALAGEM DE 1KG, COM 5 UNIDADES DE 200GR.	240	R$ 12,79	R$ 3.069,60
16	SABONETE ANTIBACTERIANO EM BARRA 90GR	480	R$ 2,91	R$ 1.396,80
17	CREME DENTAL COM FLÚOR + CALCIO - 90 GR	480	R$ 5,01	R$ 2.404,80
18	PAPEL HIGIÊNICO, PICOTADO, FOLHA BRANCA TESTURIZADO 100% CELULOSE PCT COM 04 UN DE 60 MT CADA	240	R$ 7,60	R$ 1.824,00
19	SABAO EM PÓ, "LAVA ROUPAS E LIMPEZA GERAL" BIODEGRADÁVEL. MARCAS DE REFERÊNCIA ARIEL, OMO, ACE, IPÊ. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	480	R$ 5,87	R$ 2.817,60

VALOR TOTAL HOMOLOGADO - R$ 61.048,80 SESSENTA E UM MIL QUARENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS .

TABELA DOS ITENS A SER FORNECIDOS EM CADA CESTA .

Item	Alimentos	Unid.	Quant.
	AÇUCAR CRISTALIZADO C/ 02 KG CADA	**PACOTE**	**02**
	BISCOITO SALGADO - TIPO "CREAM CRACKER / ÁGUA E SAL". EMBALAGEM DUPLA, PACOTES DE 350GR	**PACOTE**	**02**
	BISCOITO DOCE, SEM RECHEIO, EMBALAGEM DUPLA, SABORES DE MAISENA, LEITE, NATA E/OU COCO, PACOTE COM 350G.	**PACOTE**	**02**
	CAFÉ EXTRA FORTE TORRADO MOÍDO EMBALADO A VÁCUO ACONDICIONADO EM PACOTE DE 500, COM SELO DE PUREZA DA GRAMAS ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DOS CAFEICULTORES (ABIC)	**PACOTE**	**01**
	FARINHA MANDIOCA APRESENTAÇAO TORRADA, TIPO GRUPO SECA TIPO CLASSE AMARELA TIPO 2	**PACOTE**	**01**
	FEIJAO TIPO 1 CARIOCA NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	**PACOTE**	**02**
	MACARRAO TIPO SEMOLA, FORMATO ESPAGUETE EMBALAGEM DE 500 G Nº 8	**PACOTE**	**02**
	ÓLEO VEGETAL COMESTÍVEL, MATÉRIA-PRIMA SOJA, APLICAÇÃO CULINÁRIA EM GERAL, TIPO REFINADO 0% GORDURAS TRANS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 900ML	**UN**	**02**
	SAL TIPO FINO, APLICAÇÃO ALIMENTICIA, TEOR MAXIMO SODIO 360 MG/G, ADITIVOS IODO/PRUSSIATO AMARELO SODA, ACIDEZ 7,20 PH, PACONTE DE 1KG	**PACOTE**	**01**
	LEITE EM PO INTEGRAL PACOTE COM NO MINIMO 400 GRAMAS	**PACOTE**	**01**
	ARROZ TIPO 1, TIPO CLASSE LONGO FINO - AGULHINHA, TIPO SUBGRUPO POLIDO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 5KG.	**PACOTE**	**02**
	FARINHA DE TRIGO DE 1° QUALIDADE SEM FERMENTO PACOTE COM 1 KG	**Unid.**	**01**
	SARDINHA ENLATADA AO PRÓPRIO ÓLEO COMESTÍVEL, LATA 125 G. DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE	**UN**	**02**

	MÍNIMA DE 6 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.		
	MOLHO ALIMENTÍCIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA CONCENTRADO TOMATE/SAL/AÇÚCAR E CONDIMENTO, ASPECTO FÍSICO PASTOSA, EXTRATO DE TOMATE, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 200G.	**Unid.**	**02**
	HIGIENIZAÇÃO		
	SABÃO EM BARRA, GLICERINADO, NEUTRO, EMBALAGEM DE 1KG, COM 5 UNIDADES DE 200GR	PACOTE	**01**
	SABONETE ANTIBACTERIANO EM BARRA 90GR	**Unid.**	**02**
	CREME DENTAL COM FLÚOR + CALCIO - 90 GR	**UN**	**01**
	PAPEL HIGIÊNICO, PICOTADO, FOLHA BRANCA TESTURIZADO 100% CELULOSE PCT COM 04 UN DE 60 MT CADA	**PACOTE**	**01**
	SABAO EM PÓ, "LAVA ROUPAS E LIMPEZA GERAL" BIODEGRADÁVEL. MARCAS DE REFERÊNCIA ARIEL, OMOACE, IPÊ. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS.	**Unid.**	**02**

• TOTALIZANDO EM 240 UNIDADES DE CESTAS.

• AS QUAIS DEVERÃO SER EMBALADAS EM SACO PLÁSTICO COM LACRE, SENDO QUE A EMBALAGEM DEVE SER RESISTENTE A TRANSPORTE.

• OS ITENS DE HIGIENE DEVERÃO SER DUPLAMENTE EMBALADOS, PRIMEIRO DE FORMA INDIVIDUAL E APÓS, JUNTO AOS DEMAIS ITENS.

ARMANDO BERNARDO DA SILVA
Prefeito Municipal

SERINGUEIRAS-RO 21/10/2025 .

Publicado por:
Melissa Alves Knoner
Código Identificador:10AFBDC3

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERINGUEIRAS
RESOLUÇÃO CMMA N° 02 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

RESOLUÇÃO CMMA N° 02 DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

Estabelece critérios para a dispensa de licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMAGRI do Município de Seringueiras -RO e dá outras providencias**.**

O CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – CMMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 1.881, de 06 de novembro de 2023, e
Considerando o disposto do artigo 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, que atribui à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a competência comum para a proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas;
Considerando o disposto no artigo 9º, inciso XIV, da Lei Complementar n° 140, de 8 de dezembro de 2011, que define a competência administrativa do ente municipal para promover o licenciamento ambiente de atividades e empreendimento utilizadores de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, observadas as atribuições dos demais entes federativos previstas na referida Lei Complementar;
Considerando o disposto no artigo 2º, parágrafo, da Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, segundo o qual compete ao órgão ambiental definir critérios de exigibilidade para o licenciamento ambiental, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o porte e outras características do empreendimento ou atividade,
Considerando o disposto no artigo 12, parágrafo 1º da Resolução n° 237/1997 do CONAMA, que autoriza o estabelecimento de procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto ambiental, mediante aprovação dos respectivos Conselho de Meio Ambiente;
Considerando o disposto no artigo 2º, § 3° da Lei Municipal n° 1.882 de 06 de novembro de 2023, que estabelece a possibilidade de dispensar de licenciamento ambiental os empreendimentos e atividades de mínimo e pequeno porte considerados de baixo potencial poluidor que atendam aos critérios definidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA.
Resolve:
Art. 1º Ficam dispensados de licenciamento ambiental perante a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura – SEMAGRI do município de Seringueiras -RO os empreendimentos e atividades relacionadas no Anexo I desta Resolução que atendam aos seguintes critérios:
I – Não necessitem realizar supressão de vegetação nativa;
II – Não incidam sobre área de preservação permanente, com exceção da:
Abertura de pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias a travessia de um curso d´água e ao acesso de pessoas e animais para a obtenção de água;
Construção e manutenção de cercas na propriedade; e
Construção e manutenção de moradia de agricultores familiares, remanescentes de comunidades quilombolas e outras populações extrativistas e tradicionais, onde o abastecimento de água se dê pelo esforço próprio dois moradores.

III - não incidam sobre terra indígena, unidade de conservação e áreas de reserva legal e de uso restrito;

IV – Não incidam sobre área objeto de embargo ambiental;

V – Atendam as condicionantes previstas no anexo I desta Resolução.

§ 1°. A dispensa de licenciamento ambiental não inibe ou restringe, de qualquer forma, a ação fiscalizatória da União, do estado e dos municípios.

Art. 2° Não caberá dispensa de licenciamento ambiental quando:

A ampliação ou alteração da atividade ou empreendimento alterar seu porte para além dos limites estabelecidos no Anexo I desta Resolução;

Houver fragmentação de um mesma atividade ou empreendimento em partes menores, com o fim de torna-las, no conjunto, dispensadas de licenciamento ambiental;
A atividade ou empreendimento a serem dispensados de licenciamento ambiental dependam diretamente de outros existentes na mesma área que não sejam enquadrados como dispensados de licenciamento.
Art. 3°. A dispensa de licenciamento ambiental não isenta o empreendedor de:
I – Promover o licenciamento ambiental das demais atividades e obras independentes localizadas no mesmo local que não estejam listados no Anexo I desta Resolução;
II - Obter outorga preventiva ou outorga de direito de uso dos recursos hídricos ou dispensa de outorga, quando for o caso;
III - Obter as demais licenças, autorizações, registros anuências, alvarás, certidões, certificados, laudos e outros atos declaratórios e autorizativos similares legalmente exigíveis na esfera municipal, estadual ou federal, necessários a instalação ou operação do empreendimento ou atividade; e

IV – Adotar as ações de controle que se fizeram necessárias a proteção de meio ambiente durante as fases de instalação, operação e desativação do empreendimento ou atividade.

Art. 4º. Nas fases de instalação e operação dos empreendimentos e atividades constantes do Anexo I, o empreendedor deverá:

I – Cumprir as legislações aplicáveis ao empreendimento ou atividade;

II – Projetar a obra ou desenvolver a atividade de acordo com as Normas Brasileiras de Referencia – NBR`s que regulamentam a matéria, em especial as que abordam o tratamento de efluentes líquidos e gasosos e o gerenciamento ambientalmente adequados dos resíduos sólidos;

III – Adquirir material de emprego imediato na construção civil, madeiras e outros insumos de fornecimentos devidamente regularizados perante o órgão ambiental competente;

IV – Obter outorga preventiva ou outorga preventiva ou outorga de direito de uso dos recursos hídricos ou dispensa de outorga, quando for o caso;

V – Coletar, tratar e dispor adequadamente os efluentes líquidos gerados, em conformidade com a legislação e normas aplicáveis;
VI- Coletar, acondicionar, armazenar e dispor adequadamente os resíduos sólidos, em conformidade com as legislações e normas aplicáveis;
VII – Possuir aprovação municipal dos projetos executados ou a serem executados, quando exigível; e
VIII – Observar as disposições legais pertinentes relativas ao uso e ocupação do solo.
Art. 5°. A efetivação da dispensa de licenciamento ambiental de que trata esta Resolução se dará por meio da Declaração Ambiental de Dispensa de Licenciamento Ambiental.
Parágrafo único. O prazo de validade de declaração Ambiental de Dispensa de Licenciamento Ambiental é, no mínimo, de 1 (um) ano e máximo de 04 (quatro) anos.
Art. 6°. O titular do empreendimento ou atividade passível de dispensa licenciamento ambiental deverá requerer a SEMAGRI a emissão de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental.
Parágrafo único. O requerimento de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental seguirá modelo padrão disponibilizado pela SEMAGRI.
Art. 7° Recebido o requerimento de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental, a SEMAGRI analisa-lo e decidirá quanto ao deferimento ou não da Solicitação, com base em análise técnica do setor responsável.
§1°. A SEMAGRI, entendendo necessário, poderá solicitar esclarecimentos e complementações do titular do empreendimento ou atividade passível de dispensa de licenciamento ambiental, a fim de subsidiar a análise do requerimento de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental.
§2°. Não sendo o caso de dispensa de licenciamento ambiental, a SEMAGRI notificara o interessado, informando-o sobre os procedimentos necessários para sua regularização ambiental.
Art. 8° No caso de alteração das características dos empreendimentos ou atividade que importe em modificação de suas características iniciais, o empreendedor deverá solicitar a SEMAGRI uma nova Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental.
Art. 9°. A SEMAGRI, mediante decisão motivada, poderá suspender e/ou cancelar a Declaração de Dispensa de Licença Ambiental, sujeitando o infrator as sanções administrativas, cíveis e criminais previstas na legislação de regência, sempre que verificar:
I – A ocorrência de omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição de Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental;
II – O descumprimento das condições e restrições previstas Resolução;
III – A ocorrência superveniente de graves riscos à saúde e ao meio ambiente.
Art. 10º. É inexigível o licenciamento ambiental pra as práticas descritas no Anexo II desta Resolução.
Art. 11º. É facultado ao empreendedor requerer a SEMAGRI a emissão de Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, a fim de fazer prova perante terceiros de que as práticas previstas no Anexo II desta Resolução não estão sujeitas a licenciamento ambiental.
Art. 12°. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogando a Resolução CMMA n° 01 de 01 de agosto de 2025.

PEDRO DE SOUZA BISPO
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Seringueiras -RO

I

26					Baixo
27	Deposito de material de construção – exceto Comercio de madeira			----------	Baixo
28	Deposito de substâncias de emprego imediato na construção civil				
29	Comercio atacadista de Bebidas			----	Baixo
30	Shopping Center/Mercados/Super mercados		Até 2.000		Baixo

3131313 31	Funerária sem serviço de embalsamento (tanatopraxia e somatoconservação)	-	Todos	-	Baixo
3232323 32	Serviço de lavagem a seco	Area útil em m²	Até 500	-	Baixo
3333333 33	Serviço de conserto e recondicionamento de bateria	Area útil em m²	Até 500	-	Baixo
3434343 34	Serviços de carga de recarga de extintores de incêndio	Area útil em m²	Até 500	-	Baixo
3535433 35	Parque temático	Area útil em m²	Até 1.000	-	Baixo
36	Hotel de Ecoturismo/hotel fazenda pousadas em área urbana	Area útil em m²	Até 1.000	-	Baixo
3333333 37	Autódromo, Kartódromo, hipódromo, pista de motocross, pista de aeromodelismo, pista de aeroclube, desde que instalados em área urbana	Area útil em m²	Até 1.000	-	Baixo
38	Balneários	Area útil em m²	Até 1.000	-	Baixo

39	Complexo Turístico e de Lazer	Area útil em m²	Até 1.000	-	Baixo
40	Fabricação de gelo	-	Todos	-	Baixo
41	Projeto agrícola sem irrigação (culturas temporárias, semiperenes e perenes)	Area útil em há (hectare)	Até 240	Em propriedades que possuem a inscrição do CAR, exceto em áreas embargas	Baixo
42	Criação de aves, exceto galináceos	Área de galpão em m²	Até 3.000	-	Baixo
C 43	Canicultura	Área de galpão em m²	Até 1.500	-	Baixo
44	Pecuária extensiva	-	Todos	Em propriedades que possuem a inscrição do CAR, exceto em áreas embargas	Baixo
45	Abertura em pequenas vias de acesso interno e suas pontes e pontilhões, quando necessárias a travessia de um curso d´água e ao acesso de pessoas e animais nos limites da propriedade que esteja devidamente regularizada documental e ambientalmente	-	Todos	Em propriedades que possuem a inscrição do CAR, desde que em áreas de APP consolidadas-exceto em áreas embargas. Nos termos da Lei n° 12.651/2012	Baixo
46	Clube/Estande de Tiro	-	Todos	-	Baixo

ATIVIDADES SUJEITAS A LICENÇA SIMPLIFICADA AMBIENTAL (LAS)

01	Shopping Center/Mercados/Super mercados	Área útil em m²	Acima 2.000		Baixo
02	Comercio atacadista de Bebidas	Área útil em m²	Acima de 1.000	-	Baixo
03	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	Área útil em m	Até 1.000	-	Baixo
04	Deposito de material de construção – exceto Comercio de madeira	Área útil em m²	Acima de 1.000	-	Baixo
05	Armazem/secagem de grão/Silos – com fins comérciais	Área útil em m²	Até 500	-	Baixo

ANEXO II
ATIVIDADES NÃO SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

Seringueiras-RO, 20 de outubro de 2025.

Publicado por:
Valéria Cristina Picinin Francisco Correia
Código Identificador:3891D159

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025

PROCESSO Nº. 00226.05.01-2025- SEMOSP
PREGÃO ELETRONICO Nº. 017/2025

Pelo presente instrumento, o Município de Theobroma (RO), através da Prefeitura Municipal, com sede na Av. 13 de Fevereiro, nº 1431, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 84.727.601/0001-90, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor GILLIARD DOS SANTOS GOMES, brasileiro, maior, portador da Cédula de Identidade n. RG 792619 SSP/RO, CPF nº 752.xxx.xx2-15, residente e domiciliado na Avenida Presidente Dutra, n° 0656, município de Theobroma/RO, e, de outro lado a(s) empresa(s), **BEM BRASIL COMÉRCIO DO VESTUÁRIO LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 17.623.813/0001-30, situada à AV. Rio Branco, n° 1425 A, Setor 02, Jaru/RO, tendo como representante o(a) **Sr(a) ADENILDO MIGUEL BARNABÉ,** portador(a) do CPF sob n° 684.xxx.xx2-34; **FEEL MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCOES LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.640.621/0001-04, situada à RUA QUARENTA E CINCO, número 75, bairro BOA ESPERANCA, município CUIABÁ - MT, tendo como representante o(a) **Sr(a) FERNANDO COUTINHO ELOI,** portador(a) do CPF sob n° 010. xxx.xx1-48; **R/T SERVIÇOS LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 52.823.917/0001-90, situada à Rua Rodrigues de Almeida, nº. 2171 – Bairro: Centro, no município de São Miguel do Guaporé – RO, tendo como representante o(a) **Sr(a) ANDRE LUIS MORAES,** portador(a) do CPF sob n° 003. xxx.xx2-06; **W LED ELETRICA LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 53.760.213/0001-88, situada à Rua Baraúnas, n.º 85, Bairro Parque dos Novos Estados, Campo Grande/MS, tendo como representante o(a) **Sr(a) WEBERSSON FLORES ARGUELHO,** portador(a) do CPF sob n° 000. xxx.xx1-60; **TRIUNFO ILUMINACAO LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 56.004.897/0001-86, situada à R R6, nº 237, Bairro SET OESTE, nesta cidade de GOIANIA /GO, tendo como representante o(a) **Sr(a) ALTIVO EDUARDO DE FREITAS,** portador(a) do CPF sob n° 134. xxx.xx1-53; **GCM COMERCIAL LTDA,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº 43.471.316/0001-74, situada à Rua Santa Marta, 80, Bela Vista, Palhoça-SC, tendo como representante o(a) **Sr(a) RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA NESKE,** portador(a) do CPF sob n° 003. xxx.xx9-01; considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2025, processo administrativo n.º 00226.05.01-2025 - SEMOSP, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
1.1 A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE THEOBROMA/RO.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: R/T SERVICOS LTDA- 52.823.917/0001-90						
Representante legal: ANDRE LUIS MORAES						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	250	UNID	LUMINÁRIA PÚBLICA COM TECNOLOGIA LED CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS POTÊNCIA: 50W TEMPERATURA DECOR: 4.000K OU 5.000K EFICIÊNCIA LUMINOSA: 140LM/W ÍNDICE DE PROTEÇÃO: IP66 TENSÃO DEOPERAÇÃO: 90-305V ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC): 70 CORPO: ALUMÍNIO INJETADO GARANTIA: 5 ANOS VIDA ÚTIL: 50.000 MIL HORAS FIXAÇÃO DE ENCAIXE: 58MM COM BASE PARA RELÉ 3 PINOS FOTO ELÉTRICO EMBUTIDO GARANTIA: 5 ANOS CLASSIFICAÇÃO FOTO MÉTRICA (CLASSIFICAÇÃO IES): TIPO II MÉDIA LIMITADA APRESENTAR LAUDO, DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO NO INMETRO, APRESENTAR FOLDER, CATALOGO OU DATAS HEET E CERTIFICADO DE REGISTRO NO INMETRO ATIVO.	LUMINARIA	R$ 187,99	R$ 46.997,50
VALOR TOTAL				R$ 46.997,50		

Fornecedor: W LED ELETRICA LTDA- 53.760.213/0001-88						
Representante legal: WEBERSSON FLORES ARGUELHO						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	800	UNID	RELÉ FOTOCONTROLADOR ELETRÔNICO BIVOLT NF, GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP66, COM SISTEMA DE ACIONAMENTO TIPO CORRENTE CONTINUA, POTÊNCIA CARGA MÁXIMA DE 1.000 W/1800VA, DURABILIDADE DOS CONTATOS DE NO MÍNIMO 30.000 MIL CICLOS, DEVE POSSUIR NO MINIMO 1 ANO DE GARANTIA E APRESENTAR CATALOGO.	MAPRETRONIC	R$ 14,20	R$ 11.360,00
VALOR TOTAL				R$ 11.360,00		

Fornecedor: GCM COMERCIAL LTDA- 43.471.316/0001-74						
Representante legal: RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA NESKE						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
3	500	UNID	BASE DE RELE FIXA COM ALÇA GALVANIZADA, CORPO EM POLIPROPENO, TENSÃO DE OPERAÇÃO ENTRE 100-250V-50/60HZ CORRENTE NOMINAL 10/15A CONFORME NBR5123-2016, DEVE POSSUIR 1 ANO DE GARANTIA E APRESENTAR CATALOGO.	TECNOLINSA	R$ 4,44	R$ 2.220,00
VALOR TOTAL				R$ 2.220,00		

Fornecedor: TRIUNFO ILUMINACAO LTDA- 56.004.897/0001-86						
Representante legal: ALTIVO EDUARDO DE FREITAS						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
4	1.000,00	MT	CABO FLEXÍVEL DE POTÊNCIA, ISOLADO EM HEPR E COBERTURA EM COMPOSTO POLIOLEFINICO TERMOPLÁSTICO, 90oC, ATÉ 0,6/1,0KV - CLASSE 5 - SEÇÃO UNIPOLAR 1X16,00MM2 COR VERDE	ENERGY	R$ 13,50	R$ 13.500,00
5	120	UNID	BRAÇO CURVO COM SAPATA FABRICADOS EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO À FOGO IMERSÃO A QUENTE PARA FIXAÇÃO DE LUMINÁRIA PÚBLICA, MEDIDAS CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS; PROJEÇÃO MÍNIMA: 2.800 ALTURA MÍNIMA: 1.300 COMPRIMENTO MÍNIMO DO TUBO: 3.000 DIÂMETRO MÍNIMO DO TUBO: 48,3 COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,00MM SAPATA COMPRIMENTO MÍNIMO: 360 MM COM ESPESSURA MÍNIMA DE 2,25MM DISTÂNCIA ENTRE FUROS: 300MM OBSERVAÇÕES: a) CONFECCIONADO EM AÇO SAE 1010/1020. b) GALVANIZADO Á FOGO CONFORME NBR 6323.	JRC	R$ 115,00	R$ 13.800,00
VALOR TOTAL				R$ 27.300,00		

Fornecedor: FEEL MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUCOES LTDA- 53.640.621/0001-04						
Representante Legal: FERNANDO COUTINHO ELOI						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
6	500	UNID	PARAFUSO MAQUINA CONTENTO DUAS ARRUELAS E UMA PORCA QUADRADA NAS DIMENSÕES DE 16X250MM.	SANTA FÉ	R$ 9,03	R$ 4.515,00
VALOR TOTAL				R$ 4.515,00		

Fornecedor: BEM BRASIL IND. COMERCIO E SERVICOS LTDA- 17.623.813/0001-30						
Representante Legal: ADENILDO MIGUEL BARNABÉ						
ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7	40	UNID	FITA ISOLANTE 750V 19MMX20M	THOMPSON	R$ 4,50	R$ 180,00
VALOR TOTAL				R$ 180,00		

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 Os órgãos participantes desta ata são os constantes do TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/PMT/2025.

3.2. O gerenciamento deste instrumento caberá ao SETOR DE COMPRAS e UNIDADE GERENCIADORA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO:

A entrega do produto referente a solicitação da secretaria dá-se mediante a emissão da Nota de Empenho emitida pela Prefeitura Municipal de THEOBROMA/RO, através da Secretaria Municipal e deverão ocorrer no prazo de **10 (dez) dias corridos para empresas dentro do Estado de Rondônia e no prazo de 20 (vinte) dias corridos para empresas fora do Estado de Rondônia,** contados a partir do envio da Ordem de Fornecimento/Nota de empenho. As entregas serão realizadas apenas na área urbana da cidade de Theobroma.

Os itens deverão ser entregues em local informado pela secretaria requisitante por meio da Ordem de Fornecimento, em horário comercial de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, sob responsabilidade e controle do órgão competente.

CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

Os itens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 20 dias no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, que deverá ser de até 10 (dez) dias após o atesto do recebimento provisório.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, que deverá ser de até 10 (dez) dias.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela contratante em até **30 (dez) dias úteis** após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, comprovado a entrega do objeto, através de requisições devidamente certificada pelo setor responsável. Devendo a empresa contratada emitir Nota Fiscal, que será devidamente atestada pelo responsável pela fiscalização do contrato;

Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Após a entrega dos produtos, o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura atestada pela Comissão de Recebimento, Relatório da Ordem de serviços ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital e será encaminhado a Controladoria Geral do Município, para fins de auditagem e posterior pagamento;

Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Certidões que comprovem regularidade durante a execução do contrato, sendo elas:

Certidão Negativa de Débitos Federais/Previdenciários, Certidão Estadual, Certidão Municipal, Certidão Trabalhista, Certidão de Falência e Concordata e Certificado de regularidade FGTS.
Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
Devera constar na Nota Fiscal:
a) Numero do processo de despesa;
b) Numero do convenio (caso o objeto seja proveniente de celebração de convenio);
c) Numero do contrato (caso tenha contrato)
d) Numero da nota de empenho; e
e) Numero da ordem de fornecimento
Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais.
Parágrafo Primeiro: conforme o decreto municipal n° 3615/2023 de 10 de julho de 2023 será feita a retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da Instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da alíquota de prevista no Anexo I da IN RFB 1.234/2012, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal n° 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.
Parágrafo segundo: As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.
Parágrafo terceiro: As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

• DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir o item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 7.1.
Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 7.7.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 7.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.
Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 8.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Havendo cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados. Será incluído como cadastro reserva os licitantes ou os fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 8.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 8.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 12.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 8.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 8.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

• ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 12.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 12.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 10.2 e no item 10.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

O remanejamento somente poderá ser feito:
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 11.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 12.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
A fiscalização do recebimento do(s) material(is) adquirido(s) ficará a cargo de representante da Administração, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações do material com as exigências contratuais e pelo seu recebimento definitivo na forma do art. 140, II da Lei nº 14.133/2021, competendo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega deste(s), e de tudo dar ciência à Administração.
A Comissão de Recebimento, Fiscal do Contrato ou o Responsável pelo Almoxarifado procederá à avaliação das especificações do(s) produto(s) encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitar, no todo ou em parte, os itens que não estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
A fiscalização de que trata este item não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
Em atendimento ao disposto na Lei n° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.
O Município de Theobroma/RO e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
o tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da ANPD;
em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação do Município de Theobroma/RO responsabilizando-se a Contratada pela obtenção e gestão.
c.1) eventualmente, podem as partes convencionar que o Município de Theobroma/RO será responsável por obter o consentimento dos titulares;
quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
d.1) quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As Partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da Lei nº 13.709/2018 (“LGPD”).
Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.
No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 3833/2024, de 22 de outubro de 2024, que regulamenta a LGPD.

A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;
A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
Zelará pelo cumprimento das medidas de segurança;
A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.
Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção. de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Município de Theobroma/RO
As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo;
Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de Dados Pessoais da outra Parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.
O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do Município de Theobroma/RO, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD, devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.
A critério do Encarregado de Dados do Município de Theobroma/RO, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo Município de Theobroma/RO, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.
Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas Partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.
Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.
A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento dela.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR SECRETARIA

A dotação orçamentária para a aquisição feita por intermédio do presente Registro de Preços será efetuada à medida que os objetos forem solicitados; Servirão de cobertura às aquisições oriundas da Ata de Registro de Preços para o exercício de 2025/2026, os recursos orçamentários da unidade orçamentária requisitante. Havendo necessidade, por determinação do Senhor Prefeito Municipal poderá ser utilizado recursos orçamentários de qualquer Secretaria Municipal de THEOBROMA-RO.
São participantes desta ata as seguintes secretarias pertencentes à Administração Pública da Prefeitura Municipal de THEOBROMA-RO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRTIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
020400 SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS
04 122 0010 2024 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SEMOSP
15 452 0011 2026 0000 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ILUMIN PUBLICA.
3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
E demais funções programáticas conforme realização de parcerias de convenio realizados com demais órgão públicos
Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados ao Município de THEOBROMA/RO, a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias deste Município, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento de qualquer das condições descritas neste documento ou à não execução total ou parcial por parte da CONTRATADA de qualquer dos serviços discriminados neste instrumento, implicará a faculdade de a CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente (artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021), aplicar multas e sanções previstas em lei.
Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
Dar causa à inexecução parcial do contrato;
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
Dar causa à inexecução total do contrato;
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, a seguintes sanções:
Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, conforme estabelece o art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021;
Aplicação de multa, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas ora citadas;
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, consoante o art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, como prevê o art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021;
A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;
A Advertência será aplicada exclusivamente pela infração de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
A Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;
Também ficam sujeitas as penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:
Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.
A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.
A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração observado o princípio da proporcionalidade.
As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO
Responsabilizar-se pelo fornecimento da prestação de serviço da licitação, atendendo os requisitos e observando às normas constantes do Edital;
Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;
Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações da prestação de serviço da licitação;
Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, a prestação de serviço da Ata de Registro de Preços, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia;
Realizar o fornecimento dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade da prestação de serviço fornecida, segundo as exigências legais;
Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação; responsabilizar-se pelos eventuais prejuízos causados ao município de Theobroma ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento da prestação de serviço;
Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento da prestação de serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;
Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço; Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Secretaria solicitante, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;
Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes as prestações de serviços da contratação das Secretarias solicitantes;
Fica PROIBIDO a terceirização, locação e sublocação ou subcontratação dos produtos.
Indicar e-mail e número de WhatsApp (com confirmação de leitura ativada) oficiais do fornecedor, a fim de facilitar a comunicação entre Contratada e Contratante.

DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES
Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor;
Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
Efetuar o pagamento à (s) contratada (s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços;
Nenhum pagamento será efetuado à detentora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
Fiscalizar a execução do objeto contratado, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
Emitir, por meio do gestor/fiscal de contrato do Município, a ordem de fornecimento;
Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
A CONTRATANTE será responsável pela definição do local de execução do serviço deste Termo, conforme sua necessidade
Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;
Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmada;
Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;
Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços;
Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada;

Aplicar à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência e na legislação pertinente, quando for o caso.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Theobroma/RO, 01 de Outubro de 2025.

GILLIARD DOS SANTOS GOMES
Prefeito Municipal

RANIELLY HELL RAASCH
Gerente do SRP

EDIVALDO DIAS DA SILVA
Superintendente

EMPRESAS DETENTORA:

Bem Brasil Comércio do Vestuário LTDA
CNPJ nº 17.623.813/0001-30
ADENILDO MIGUEL BARNABÉ
CPF n° 684. xxx.xx2-34

Feel Materiais Eletricos e Construcoes LTDA
CNPJ nº 53.640.621/0001-04
FERNANDO COUTINHO ELOI
CPF n° 010. xxx.xx1-48

R/T Serviços LTDA
CNPJ nº 52.823.917/0001-90
ANDRE LUIS MORAES
CPF n° 003. xxx.xx2-06

W Led Eletrica LTDA
CNPJ nº 53.760.213/0001-88
WEBERSSON FLORES ARGUELHO
CPF n° 000. xxx.xx1-60

Triunfo Iluminacao LTDA
CNPJ nº 56.004.897/0001-86
ALTIVO EDUARDO DE FREITAS
CPF n° 134. xxx.xx1-53

GCM Comercial LTDA
CNPJ nº 43.471.316/0001-74
RICARDO ALEXANDRE DE OLIVEIRA NESKE
CPF n° 003. xxx.xx9-01

Publicado por:
Ranielly Hell Raasch
Código Identificador:554D6385

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONCESSÃO DE DIÁRIA JHONATHAN SANTOS MOREIRA - PROCESSO Nº 306/2025

Identificação Do Proponente e Do Proposto		
Unidade/Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal De Urupá		
Beneficiário:		
JHONATHAN SANTOS MOREIRA		
Destino:	Data De Início:	Data De Retorno:
OURO PRETO/RO	17/10/2025	17/10/2025
Motivo Da Viagem:		
Concede-se diária ao servidor **Jhonathan Santos Moreira**, em razão de seu deslocamento à cidade de **OURO PRETO/RO**, na função de **motorista**, para conduzir os servidores que participaram da **Formação dos Gestores, Formadores e Coordenadores do Programa de Apoio à Implementação da BNCC – PAIC**.		
Quantidade:	Valor Unitário:	Valor Total:
1,0	R$ 93,83	R$ 93,83

Publicado por:
Djeimeleni Pimentel Rita
Código Identificador:DE3840B3

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DO PARAÍSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2025/ARP PROCESSO 1048/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2025/ARP
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 004/2025

PROCESSO ADM: Nº 1-1048/2025/CGSRP

Homologação: 17/10/2025

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

Ao vigésimo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 Bairro Centro, Vale do Paraíso RO, neste ato representado pelo Setor de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços CGSRP, com interveniência da SECRETARIA MUNCIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP, e a (s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula II, sob a regência da LEI N. 14.133/2021, DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, e DECRETO MUNICIPAL 9089/2023 e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE DRENAGEM E PONTES RURAL (INSTALAÇÃO DE BUEIROS DE DRENAGEM DE ÁGUA PLUVIAIS E TRANSPOSIÇÃO DE RIOS, CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE PONTES EM MADEIRA, ATERRO COM ESTABILIZANTE DE SOLOS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNCIPAIL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, são as que seguem:

Fornecedor 01:

Fornecedor:TERRA FORTE LTDA CNPJ: 01.999.130/0001-42
Representante:TERRA FORTE EIRELI
Telefone:(69) 3225-9413
E-mail:terraforte_pvh@hotmail.com
Endereço:R RAIMUNDO CANTUARIA, 3341 - NOVA PORTO VELHO, Porto Velho - Rondônia - 76820-099

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Modelo	Valor Estimado do Edital (R$)	Desconto	Valor Total R$
1	1,00	SVC	REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA RURAL EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO, consoante especificações constantes do Termo de Referência.	SERVIÇO	SERVIÇO	R$ 14.807.603,60	0,3086 %	R$ 14.761.900,00
Total R$14.761.900,00								

2.2. Os serviços deverão ser executados conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos anexos ao processo.

2.3. VALOR TOTAL da ATA: R$ 14.761.900,00 (quatorze milhões e setecentos e sessenta e um mil e novecentos reais), divididos conforme especificações do Termo de Referência e proposta apresentada.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso.

3.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

3.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.

3.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a secretaria municipal da prefeitura municipal de Vale do Paraíso/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

5.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

5.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

5.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

5.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá está cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I- for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV- sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado

7.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

7.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

7.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@valedoparaiso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.

7.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

7.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

7.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

7.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

7.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

8.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

8.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

8.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

8.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

8.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.8Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

11.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato (quando for o caso).

13. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3464-1005 ou (69) 3464-1462/69-99369-9905, E-mails: cpl@valedoparaiso.ro.gov.br ou na sede Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso, no endereço Av. Paraíso, 2601, Setor 01 Vale do Paraíso RO, CEP: 76.923-000, nos dias úteis, no horário das 07h00min às 13h00min.

14. DO FORO

14.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Ouro Preto do Oeste RO.

14.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:131B2720

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2025/ARPPROCESSO 1394

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2025/ARP

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2025

PROCESSO ADM: Nº 1-1394/2025/SEMOSP

Homologação: 20/10/2025

Validade da ATA: 12 meses a contar da data de publicação.

Ao vigésimo dia de outubro de 2025 do ano de dois mil e vinte e cinco, na sede da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.786.990/0001-55, situada à Av. Paraíso, 2601 Bairro Centro, Vale do Paraíso RO, neste ato representado pelo Setor de Divisão de Gerenciamento de Sistema de Registro de Preços CGSRP, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS-SEMOSP e a (s) empresa(s) qualificada(s) na Clausula II, sob a regência da LEI N. 14.133/2021, DECRETO FEDERAL Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023, e DECRETO MUNICIPAL 9089/2023 e demais normas legais aplicáveis, em virtude da homologação do procedimento licitatório pelo Gabinete do Prefeito, firmam a presente ATA conformidade com a proposta ofertada na licitação, especificações e demais condições constantes do Edital e seus anexos, que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas clausulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. Sistema de Registro de Preço para eventual e futura Contratação de Empresa Especializada em implantação de infraestrutura de drenagem (instalação de galerias em aduelas pré-moldadas para transposição de rios), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP, do município de Vale Do Paraiso/RO.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, são as que seguem:

Fornecedor 01:

Fornecedor:WALTER DA SILVA LTDA CNPJ: 22.821.748/0001-98								
Representante: Walter da Silva								
Telefone:(69) 9848-6360								
E-mail:construtorasantahelename@gmail.com								
Endereço:ROD BR 364, KM 08, 228 - AREA RURAL DE JI-PARANA, Ji-Paraná - Rondônia - 76914-899								
Item	**Quant.**	**Unid.**	Descrição	**Marca**	**Modelo**	**Valor Estimado do Edital (R$)**	**Desconto**	**Valor Total R$**
1	1,00	SVC	Contratação de Empresa Especializada em implantação de infraestrutura de drenagem (instalação de galerias em aduelas pré-moldadas para transposição de rios)	SERVIÇO	SERVIÇO	R$19.548.496,49	0,5627 %	R$ 19.438.496,00
							Total R$19.438.496,00	

2.2. Os serviços deverão ser executados conforme planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos anexos ao processo.

2.3. VALOR TOTAL: R$ 19.438.496,00 (Dezenove milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis), divididos conforme especificações do Termo de Referência e proposta apresentada.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Departamento do Sistema de Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso.

3.2 Caberá ao Departamento do Sistema de Registro de Preço, órgão vinculado a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente.

3.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições.

3.4 Além de gerenciador, também poderá haver outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, a secretaria municipal da prefeitura municipal de Vale do Paraíso/RO que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

4.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere no item anterior não poderão exceder, por secretaria, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de secretarias não participantes que aderirem.

4.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

4.5 As secretarias, órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia.

5.2 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5.3 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

5.4 O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

5.5 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

5.6 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.7 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.8 Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

5.9 A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.10 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.11 A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.12 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n. º 14.133, de 2021.

5.13 Para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o fornecedor ou prestador de serviço deverá está cadastrado no sistema do processo eletrônico municipal, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação.

6. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I- for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III- não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV- sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; V - não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.3 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado

7.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

7.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado são praticados no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

7.4 A impugnação referente ao preço registrado deverá ser endereçada ao Departamento de Registro de Preços, preferencialmente via e-mail: cpl@valedoparaiso.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gestor do Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), através do próprio e-mail respondido como recebido ou pelo telefone citados no edital.

7.5 Ao receber a impugnação, o Gestor de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

7.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gestor do Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

7.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da Ata de Registro de Preços e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia (AROM).

7.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

7.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado.

8.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

8.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

8.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

8.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

8.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

8.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

8.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

8.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

8.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 8.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

8.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

8.3.8Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

8.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

9.1 As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Autoridade Competente e ordenador de despesa.

9.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

9.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Das Penalidades - Em caso de não execução parcial ou total das condições fixadas salvo se ensejar por motivo de força maior ou caso fortuito, a Contratante poderá aplicar à Contratada as penalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 artigos art. 155 ao art. 163, facultada a defesa prévia no respectivo processo, no prazo legal.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 O cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com manifestação do fornecedor com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.2.1 O registro a que se refere o item 10.2 deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

11.2.2 Se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.2.3 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

12. DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e em seus anexos como Termo de Referência e Minuta de contrato.

13. DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3464-1005 ou (69) 3464-1462/69-99369-9905, E-mails: cpl@valedoparaiso.ro.gov.br ou na sede Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso, no endereço Av. Paraíso, 2601, Setor 01 Vale do Paraíso RO, CEP: 76.923-000, nos dias úteis, no horário das 07h00min às 13h00min.

14. DO FORO

14.1 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Ouro Preto do Oeste RO.

14.2 E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Publicado por:
Veronica Vilete Fonseca
Código Identificador:5DEC144F

